



# Atas do VII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica

Porto, Baião, Chaves  
28 a 31 de Outubro 2019

Coordenação  
Mário Gonçalves Fernandes

Página em branco

# Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica

Porto, Baião, Chaves  
28 a 31 de Outubro 2019

Coordenação  
Mário Gonçalves Fernandes

## Organização

**U. PORTO**  
FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



MUNICÍPIO DE CHAVES



NADIR AFONSO

## Apoios

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



CENTRO DE REFERÊNCIA EM  
**CARTOGRAFIA  
HISTÓRICA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Centro de Informação  
**geoespacial**  
do Exército



MISTÉRIO DA CIDADANIA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

**d.gTerritório**  
Direção-Geral do Território

**BNP**

BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL



**GeoCart**  
LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA  
UFRRJ - DEP GEOGRAFIA

2020

## **Ficha Técnica**

Título:

Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica

Coordenação:

Mário Gonçalves Fernandes

Produção Gráfica:

Claudia Manuel

Edição:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano de edição:

2020

Local de edição:

Porto

ISBN:

978-989-8969-57-6

Suporte:

Eletrónico

URL

<https://sibcartografia.wixsite.com/edicao2019/livro-de-atas>

## ÍNDICE

(títulos sublinhados correspondem a textos completos, títulos não sublinhados identificam apenas resumos)

<i>Enquadramentos</i> .....	I - IV
<b>Tema 2 - Cartografia das Fronteiras e dos Limites</b>	
	1
<u><i>Um mapa da América portuguesa e outros da Capitania de Minas Geraes produzidos na Vila Rica dos anos 1760</i></u>	
Antônio Gilberto Costa.....	3
<u><i>A divisão administrativa nos mapas da Galiza e de Portugal (1750-1835): uma leitura de Geografia Política</i></u>	
Luís Miguel Moreira, Alejandro Otero Varela.....	19
<u><i>A reforma cartográfica de Delisle: comparação entre o manuscrito da Torre do Tombo e a Dissertação publicada pela Academia de Ciências</i></u>	
Rafael Henrique de Oliveira, Jorge Pimentel Cintra.....	35
<u><i>Vila Rica, em poema e mapa de Cláudio Manuel da Costa?</i></u>	
Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Dulce Faria, Antônio Gilberto Costa.....	51
<u><i>O reconhecimento da costa ocidental de África na cartografia portuguesa e veneziana durante o século XV</i></u>	
André Ferrand de Almeida.....	73
<u><i>O forte São Joaquim do Rio Branco na tríplice fronteira Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa</i></u>	
Graciete Guerra da Costa.....	75
<u><i>Cartografia das fronteiras e dos limites na Amazônia setentrional</i></u>	
Graciete Guerra da Costa, Jorge Pimentel Cintra.....	77
<u><i>Análise cartográfica da Nova Lusitânia</i></u>	
Paulo Márcio Leal de Menezes, Kairo da Silva Santos, Tainá Laeta, Francisco José Corrêa-Martins, Manoel do Couto Fernandes, José Gomes dos Santos.....	79
<b>Tema 3 - Cartografia Topográfica e Militar</b>	
	81
<u><i>O Brigadeiro de Infantaria e engenheiro prático João Massé: um herege ao serviço del Rey</i></u>	
Francisco José Corrêa-Martins.....	83
<u><i>A cartografia histórica do Recife à luz dos factos - período de 1688 a 1955</i></u>	
Alice Soares Silva, Lucilene Antunes Correia Marques de Sá.....	107

Análise multi-temporal do território de Pernambuco, Brasil, através de mapas históricos

Carlos Fabrício Assunção da Silva, Bruna Araújo Candeia, Ana Cláudia Albuquerque Borborema de Andrade, Lucilene Antunes Correia Marques de Sá, Simone Sayuri Sato..... 123

**Tema 4 - Cartografia Urbana: Plantas e Projetos** 141

Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro reduzida da que se publicou no ano de 1812

Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da Câmara, Maria Dulce de Faria..... 143

A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista (Chaves, 1881)

Mário Gonçalves Fernandes..... 157

A cartografia Urbana da Província d'Entre Douro e Minho, em meados do século XVIII: a urbivisão de Braga de André Soares

Luís Miguel Moreira, Miguel Sopas Bandeira..... 167

Braga Primas de André Soares

Domingos Tavares..... 185

A Boa Vista de Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza (1818-1899)

Vasco Cardoso..... 201

Feições hidrográficas de Koeler e sua correlação com as ocorrências de inundações na área gênese da cidade de Petrópolis (RJ - Brasil)

Manoel do Couto Fernandes, Andressa Karen da Silva Nemirovsky, Kairo da Silva Santos, Fernando de Souza Antunes, Ursula Borges dos Santos Lima, Paulo Márcio Leal de Menezes..... 203

Porto: ainda a cidade das aldeias? Da Carta de Augusto Telles Ferreira à Porto 2001

Mário Mesquita, Bruno Quelhas..... 205

**Tema 5 - Cartografia Temática e Representações Territoriais** 207

A evolução da rede de estradas em Trás-os-Montes (séculos XIII-XIX): uma análise comparativa

Rúben Conceição..... 209

As Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas ao Algarve: uma fonte fundamental de informação cartográfica para a história da ocupação/uso do solo na região

Nuno de Santos Loureiro..... 225

Em busca do(s) mapa(s) perdido(s): coalescência e fragmentação das demarcações pombalinas na definição

<u>territorial da região demarcada do Douro (1757-1761)</u>	
Helder Marques, Mário Gonçalves Fernandes.....	243
<u>Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo</u>	
Luís Paulo Saldanha Martins, Mário Gonçalves Fernandes.....	253
<u>Representaciones cartográficas para conocer un territorio molinar: la sierra de Grazalema</u>	
Gloria Rivero-Lamela.....	267
<i>La interpretación de la Raia galaico-portuguesa de época moderna a través de la cartografía histórica y la arqueología</i>	
Rebeca Blanco-Rotea.....	289
<i>Railways on maps: local economy and multiple interactions in Minas Gerais</i>	
Luciane Scarato.....	291
<b>Tema 6 - Cartografia e Toponímia Histórica</b>	<b>293</b>
<u>Os geomorfotopônimos em mapas históricos de Minas Gerais</u>	
Marianna de Franco Gomes, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Márcia Maria Duarte dos Santos.....	295
<i>Roteiros e perfis de expedições científicas como fontes importantes para a toponímia de Minas Gerais no Brasil do século XIX</i>	
Antônio Gilberto Costa, Márcia Maria Duarte dos Santos.....	309
<i>Análise toponímica da carta da Nova Lusitânia</i>	
Paulo Márcio Leal de Menezes, Manoel do Couto Fernandes, Kairo da Silva Santos, Souza Antunes, Patrick Loss Oliveira, José Gomes dos Santos.....	311
<i>Toponímia e cartografia histórica de Minas Gerais - ampliando e revisando registros de um repositório digital de dados, do setecentos ao oitocentos joanino</i>	
Márcia Maria Duarte dos Santos, Antônio Gilberto Costa, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, Mariana de Franco Guedes, Sandra Maria Lucas, Amanda Guerra, Maria Dulce de Faria.....	313
<b>Tema 7 - Cartografia, Arquivos e Coleções Cartográficas</b>	<b>315</b>
<u>Digitalização e estudo das obras cartográficas de 1700 até 1822 da Biblioteca da Marinha: a cartografia na construção do Brasil independente</u>	
Terezinha de Fatima Puppim dos Reis, Leniza Faria Lima Glad, Marina Mayrink.....	317

A colecção de cartografia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Maria de Jesus Monge..... 337

*O acervo cartográfico da Biblioteca da Marinha do Brasil*

Leniza Faria Lima Glad, Terezinha de Fatima Puppim dos Reis..... 345

**Tema 8 - Cartografia Histórica: Ensino e Difusão**

347

*Joaquim Romero de Magalhães e a História da Cartografia*

João Carlos Garcia..... 349

**Tema 9 - Cartografia Histórica e Novas Tecnologias**

351

Análise da Carta Geral das Bandeiras Paulistas e suas deficiências

Lucas da Costa Machado Rios, Jorge Pimentel Cintra..... 353

Construção de maquete topográfica em MDF da região central da cidade do Rio de Janeiro em 1900 (RJ - Brasil)

Gustavo Mota de Sousa, Mateus Ribeiro Rodriguez, Laísa de Deus Abrahão e Paulo Márcio Leal de Menezes..... 371

*Princípios para traçado dos itinerários de entradas e bandeiras*

Lucas da Costa Machado Rios, Jorge Pimentel Cintra..... 383

## Enquadramentos

Depois de Rio de Janeiro (2005), Lisboa (2007), Ouro Preto (2009), Porto (2011), Petrópolis (2013), Braga (2015) e, de novo, Rio de Janeiro (2017), a Universidade do Porto voltou a liderar a organização do Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, agora na sua oitava edição, que decorreu entre 28 e 31 de Outubro de 2019, congregando investigadores, docentes e estudantes empenhados no conhecimento, estudo e divulgação da Cartografia Histórica e da História da Cartografia.

Com coordenação do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (mas envolvendo também membros da FAUP e da FBAUP), a organização do VIII.SLBCH foi partilhada com a Câmara Municipal de Chaves e apoiada pela Câmara Municipal de Baião, repartindo-se os eventos pelas instalações da FLUP e pelos aglomerados urbanos sedes de ambos os municípios, decorrendo a totalidade das sessões de apresentação de comunicações nas instalações do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA), na cidade de Chaves (ver programação e toda a informação sobre os eventos do VIII.SLBCH em <https://slbcartografia.wixsite.com/edicao2019>).

### Comissão Organizadora:

Mário Gonçalves Fernandes (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Helder Trigo Gomes Marques (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
João Carlos Garcia (Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Francisco Chaves de Melo (Câmara Municipal de Chaves)  
Rui Paes Mendes (Câmara Municipal de Baião)  
Rui Passos Mealha (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto)  
Vasco Cardoso (Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)

### Comissão Científica:

Ana Regina Teles (Universidade Federal da Bahia)  
Antônio Gilberto Costa (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Beatriz Bueno (Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo)  
Francisco José Corrêa Martins (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)  
Helder Trigo Gomes Marques (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Joaquim Alves Gaspar (Universidade de Lisboa)  
João Carlos Garcia (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Jorge Pimentel Cintra (Universidade de São Paulo)  
Luís Miguel Moreira (Universidade do Minho)  
Manuel C. Teixeira (Universidade Técnica de Lisboa)  
Manuel do Couto Fernandes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Márcia Maria Duarte do Santos (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Maria Angélica Silva (Universidade Federal de Alagoas)  
Maria Dulce de Faria (Biblioteca Nacional do Brasil)  
Maria de Fátima Costa (Universidade Federal do Mato Grosso)  
Maria Joaquina Feijão (Biblioteca Nacional de Portugal)  
Mário Gonçalves Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Miguel Sopas Bandeira (Universidade do Minho)  
 Paulo Márcio Leal de Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
 Renata Araújo (Universidade do Algarve)  
 Walter Rossa (Universidade de Coimbra)

Com um programa diversificado, que incluiu a abertura de três exposições de Cartografia e a realização de visitas de estudo, o VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica realizou-se como evento de continuidade, mas também como veículo de aprofundamento das relações entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a descentralização da cultura e da divulgação científica, tendo funcionando ainda como instrumento de formação contínua para professores do ensino básico e secundário, visto ter sido aprovado pelo CCPFC (Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua) com a atribuição de 1 crédito para os Grupos de docência 200, 400 e 420.

Com as suas recorrentes áreas temáticas, a oitava edição do simpósio equivaleu-se numericamente à sexta edição (Braga), tendo atraído 59 propostas de comunicação, sob a forma de resumos suficientemente alargados para uma devida avaliação (700 a 800 palavras). Mantendo-se um rigoroso processo de escrutínio científico (com 3 arbitragens para cada proposta), o resultado foi semelhante ao simpósio de Braga, agora com 51 resumos aceites e 8 resumos rejeitados, distinguindo-se o oitavo simpósio pelo maior número de comunicações apresentadas, 36 contra 30, numa concretização suficiente para a continuação do debate aprofundado característico de todos os anteriores simpósios.

	Porto 2011		Braga 2015		Chaves 2019	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Resumos propostos	90	100	58	100	59	100
Resumos aceites (total)	79	87,8	51	87,9	51	86,5
Resumos recusados	11	12,2	7	12,1	8	13,5
Comunicações apresentadas	53	58,9	30	51,7	36	61,0

Eixos temáticos	Resumos aceites	Comunicações apresentadas
1. Cartografia dos Viajantes e de Viagens	0	0
2. Cartografia das Fronteiras e dos Limites	8	8
3. Cartografia Topográfica e Militar	3	3
4. Cartografia Urbana: Plantas e Projetos	11	7
5. Cartografia Temática e Representações Territoriais	12	7
6. Cartografia e Toponímia Histórica	4	4
7. Cartografia Arquivos e Coleções Cartográficas	4	3
8. Cartografia Histórica: Ensino e Difusão	3	1
9. Cartografia Histórica e Novas Tecnologias	3	3
<b>Totais</b>	<b>48</b>	<b>36</b>

Entre os 48 resumos programados para apresentação, continuam a salientar-se os números de comunicações propostas para os eixos temáticos Cartografia Temática e Representações Territoriais (12), Cartografia Urbana: Plantas e Projetos (11) e Cartografia das Fronteiras e dos Limites (8), numa continuada afirmação que acontece desde o simpósio de Ouro Preto (2009), notando-se, em contraponto, a ausência de propostas para o eixo temático Cartografia dos Viajantes e de Viagens.

Além disso, ainda no que toca a indicadores quantitativos, assinala-se o número de autores das comunicações apresentadas (71), bem como o de autores presentes (49), os quais continuam a ser significativos para uma área tão especializada do conhecimento, devendo também sublinhar-se a confirmação do cariz marcadamente luso-brasileiro do VIII SLBCH, verificável na importante participação de colegas brasileiros (18), apesar do oceano e de algumas dificuldades de financiamento.

Paralelamente, mas integradas nas atividades do simpósio, aproveitou-se a oportunidade para promover ações de divulgação e abertura à comunidade científica e à sociedade em geral, consubstanciadas na disponibilização de 3 exposições gentilmente cedidas pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército:

- "Portugalliae Civitates. Perspectivas Cartográficas Militares", disponibilizada na FLUP, de 28 de Outubro a 15 de Novembro; também disponibilizada na FAUP, de 17 a 29 de Novembro;
- "Portugalliae Descriptio. Do 1º mapa conhecido (1561) ao 1º mapa moderno (1865)", disponibilizada na Escola Básica e Secundária de Baião, 28 de Outubro a 16 de Novembro;
- "Finis Portugalliae. Nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial", disponibilizada na Biblioteca Municipal de Chaves, 29 de Outubro a 22 de Novembro;

Naturalmente, além de se registar e agradecer o apoio simbólico das mais importantes instituições arquivísticas e produtoras de cartografia de Portugal e do Brasil, importa sublinhar que para se conseguir a concretização de todas as atividades referidas, foi necessário contar com outros apoios, cuja disponibilidade aqui agradecemos, nomeadamente, da Câmara Municipal de Baião, da Câmara Municipal de Chaves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Instituto de Informação Geoespacial do Exército e da Reitoria da Universidade do Porto (que também disponibilizou a exposição "Os mapas da Academia: a cartografia na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto").

Assinalados em todas as publicações do simpósio e na respetiva página web (<https://slbcartografia.wixsite.com/edicao2019>), a sensibilidade dos dirigentes institucionais e a dedicação dos respetivos funcionários foram fundamentais para tornar possível a concretização de um programa sólido e de qualidade, como pensamos ter acontecido.

Entretanto, refira-se que nas presentes atas (publicadas com ISBN digital) apenas constam os textos completos (com títulos sublinhados no índice) e os resumos de comunicações efetivamente apresentadas no VIII SLBCH. Quando se trata apenas dos resumos o texto publicado refere-se ao já referido resumo alargado (700 a 800 palavras) que foi a

---

base para a arbitragem da Comissão Científica, enquanto nos textos completos consta um resumo mais curto (até 300 palavras), redigido na língua do texto da comunicação e também em inglês. A estruturação das atas está organizada em função da sequência dos eixos temáticos do VIII SLBCH, nestes se apresentando primeiro as comunicações com texto completo (cujo título aparece a sublinhado no índice) e depois os contributos constituídos apenas pelos resumos alargados.

Finalmente, renove-se a referência ao ambiente de constante e franco debate científico, bem como ao espírito de convívio e partilha que permitiram continuar o estreitamento de relações académicas, onde se forjam ideias e projetos, o que se verificou quer nos momentos formalmente previstos para o efeito, quer nas situações informais, sabendo-se que tudo parece sempre insuficiente. Também por isso já aguardamos pelo IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, esperando com expectativa pelo reencontro, no Brasil, em 2021. Que as circunstâncias o permita!

Mário Gonçalves Fernandes  
Porto, FLUP, setembro de 2020

Tema 2

# Cartografia das Fronteiras e dos Limites



## Um mapa da América portuguesa e outros para a Capitania de Minas Geraes produzidos na Vila Rica dos anos 1760

**Antônio Gilberto Costa**

Centro de Referência em Cartografia Histórica UFMG  
ag.costa@uol.com.br

### Resumo:

Na busca por entendimentos sobre as fronteiras entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo e informações acerca de políticas oficiais visando as suas delimitações, foi possível constatar uma ativa produção de mapas na Vila Rica dos anos 1760. Desse conjunto pesquisado destaca-se um cujo território representado em muito extrapola as divisas e os interesses de Minas. De modo geral, essa produção deu-se em função da determinação de Luís Diogo Lobo da Silva, 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, que tinha essas delimitações com um dos principais objetivos do seu governo, mas não só. A partir de 1763, e até o final da sua administração, em 1768, Luís Diogo defendeu as divisas de Minas, determinando que as demarcações e outras informações disponíveis sobre a capitania fossem lançadas em documentos cartográficos como a *CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes* e a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767*. Certamente visando outros interesses, que não só os da capitania sob a sua responsabilidade determinou a produção de um documento representando praticamente todo o território português na América e intitulado: *CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principais partes (...)*, apresentada em 1768. Outro documento, como a *CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, (...)*, produzido em período imediatamente anterior ao início da administração de Luís Diogo, integra esse conjunto de documentos.

### Palavras-chave:

Cartografia, Limites, Minas Gerais, América Portuguesa.

### Abstract:

In the search for understandings about the borders between the captaincies of Minas Gerais and São Paulo and information about official policies aiming at their delimitation, it was possible to verify an active map production in Vila Rica from the 1760s. Of this researched set stands out a map whose territory represented in much extrapolates the currencies and interests of Minas. In general, this production was due to the determination of Luis Diogo Lobo da Silva, 4th Governor and Captain General of the Captaincy of Minas Gerais, who had these delimitations with one of the main objectives of his government, but not only. From 1763, and until the end of his administration, in 1768, Luís Diogo defended the borders of Minas, determining that the demarcations and other information available on the captaincy were released in cartographic documents such as the *CARTA GEOGRAPHICA* that comprises the whole of the region. Rio das Mortes, Villa Rica, and part of the city of Mariana of the Government of Minas Geraes and the Geographic Charter of the Captaincy of Minas Geraes and Confining Parties, Year 1767. Certainly aiming at interests other than those of the captaincy under its responsibility. determined the production of a document representing practically the whole of Portuguese territory in America entitled: *GEOGRAPHIC CHARTER of SOUTH AMERICA Divided into seven main parts (...)*, presented in 1768. Another document, such as the *GEOGRAPHIC CHARTER of the Villa Rica Term*, in which it is shown that the Arrayaes of Catas Altas da Noroega, Itaberava, and Carijós are closer to it than that of Villa de S. José, and also that of S. Antonio do Rio das Pedras, which touches that of Sabará, (...), produced in a period immediately prior to the beginning of Luís Diogo's administration, is part of this set of documents.

### Keyword:

Cartography, Limits, Minas Gerais, Portuguese America.

## Introdução

Em fins da primeira metade do século XVIII, e em tempos que antecederam ao Tratado de Madrid ou de Limites, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, questões envolvendo definições de limites entre as capitanias de Minas e de São Paulo mereceram atenção do governo português, seja em Lisboa ou no Rio de Janeiro (COSTA, 2007, p. 130). Por conta disso foram produzidos documentos cartográficos como aquele do Desembargador Tomas Rubi de Barros Barreto. Enviado ao Brasil por Alexandre de Gusmão em 1743, tinha a incumbência de fixar os limites das Capitanias das Minas e levantar dados geográficos e históricos fora do já conhecido eixo Rio de Janeiro – Mariana, pois segundo Gusmão “isto tenho eu já circunstanciado com toda a costa marítima da nossa América Meridional”, conforme transcrito por Mário Clemente Ferreira (2000, p. 185). Tomas Rubi cooperou com o então Governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Conde de Bobadela, no levantamento de dados para a preparação de cartas geográficas que, posteriormente, foram enviadas a Lisboa, por solicitação do próprio Alexandre de Gusmão. Com base nesses dados, ao final do segundo quartel do século XVIII, foram preparados documentos, entre os quais um mapa regional e intitulado: *Plano da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Camp<sup>a</sup>. de São Paulo, e huma parte de Minas Geraes, e Goiaz<sup>1</sup>*, atribuído a Tomas Rubi.

Além de informações sobre as divisas entre as capitanias de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, esse mapa também contém marcações do *Caminho Velho para Minas Gerais* passando por Guaratinguetá e do *Caminho para Goiás*. Os caminhos se encontravam na região da Campanha do Rio Verde e daí em diante seguiam até São João de El Rey. Para os deslocamentos a partir de São Paulo em direção à região das minas, o Marco do Lopo [Serra do Lopo] era uma referência importante. O mapa mostra uma variante através deste Marco, situado na serra de mesmo nome. A serra mencionada e o marco eram já algumas das referências para a delimitação entre as capitanias de paulistas e mineiros.

Mas questões envolvendo delimitações da Capitania de Minas Gerais, em especial com a de São Paulo, persistiram e, já no início dos anos 1760, com a nova separação administrativa entre as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que por um tempo tiveram um único governador, essas iniciativas foram retomadas visando uma solução para essas demarcações. Por determinações superiores, governadores de Minas e de São Paulo, Luiz Diogo Lobo da Silva e Luiz Antônio de Souza, respectivamente, colocaram em prática ações visando o levantamento de mais dados e, no caso de Minas, essas ações certamente envolveram a produção de documentos cartográficos, em Vila Rica.

## A produção de mapas em Vila Rica nos anos 1760

Ainda que não existam documentos que indiquem qualquer tipo de orientação nesse sentido ou mesmo de qualquer

---

<sup>1</sup> Mapa da Coleção Biblioteca Guita e José Mindlin, São Paulo, atualmente fazendo parte da Coleção Brasileira da USP.

estruturação visando a produção de documentos cartográficos na capital da Capitania de Minas Gerais nesse tempo, mapas ou cartas foram produzidas com diferentes propósitos e representando partes ou até mesmo a totalidade do território mineiro daquela época.

Essa produção mineira, tão pouco mencionada, nem sempre pode ser comprovada por informações presentes nesses mapas, pois estes raramente trazem nomes de quem os produziu, em que data foram feitos e a mando de quem. Mas por meio de referências em outros documentos, como as correspondências dos anos 1760, trocadas entre governadores e entre o governador de Minas e autoridades portuguesas na cidade do Rio de Janeiro e Lisboa, podem ser aventadas algumas respostas para estas questões. Infelizmente, comprovada a produção desses mapas em Minas, restam sem confirmação ou informação as suas devidas autoridades.

A seguir são descritos documentos cartográficos que se encontram disponíveis em diferentes arquivos e que foram produzidos por determinação e como consequência de ações envolvendo os governadores das capitanias de Minas e São Paulo que visavam sobretudo a definição de limites entre elas e considerados decisivos para a história de ambas.

#### **A CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes**

No período de interesse e em um contexto envolvendo a necessidade de acertos das demarcações de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas, lembrando que Minas havia deixado de ser tutelada pelo governador do Rio de Janeiro, um primeiro documento foi produzido, muito provavelmente entre 1763 e 1764. Este documento tinha por objetivo registrar os esforços de um governador no sentido de dar atendimento à orientação que lhe havia sido passada pelo governo central, instalado em Lisboa.

Assim, com o propósito de se inteirar das contendas referentes à divisa entre as capitanias de São Paulo e de Minas, mas também de outras necessidades de parte desta capitania, o 4º Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva visitou arraiais, registros e outros lugares da Comarca do Rio das Mortes, retornando à Vila de São João del Rey e em seguida a Vila Rica.

Nessa visita o governador mineiro foi acompanhado de seu secretário Cláudio Manoel da Costa, que já há essa época aparece como geógrafo e cartógrafo. Durante esse giro o governador e sua comitiva percorreram toda a divisa com São Paulo e de acordo com a balizada opinião de Cláudio Manoel, a região em contenda, teve a linha de divisória definitiva: “Uma linha reta que partindo do Morro do Lopo fosse ter à Pedra da Extrema” (LIMA JÚNIOR, 1896, p. 27).

Todo o itinerário dessa sua viagem e outras informações sobre demarcações de limites da Capitania de Minas Gerais foram registrados na *CARTA GEOGRAPHICA que compreheende toda a Comarca do Rio das Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Geraes*<sup>2</sup> (Fig. 01). Segundo registrado por Márcia Maria Duarte dos

---

<sup>2</sup> Mapa sob a guarda da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Cópia de 1827.

Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 63), “em seu périplo, o governador deixou registros estabelecidos pelas fronteiras e publicou em Jaguari (Camanducaia) e São João-del- Rei bandos que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras”. O bando publicado em São João Del Rey, em 24 de novembro, e outros documentos foram enviados a Lisboa que, por meio do Aviso de 25 de março de 1765, aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114).

Um forte argumento para a produção desse mapa em Vila Rica pode ser encontrado na carta do governador de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, enviada ao Vice-Rei, Conde da Cunha e datada de 10 de setembro de 1765. Nessa cartaele menciona:

(...) me parece se deve conservar o Governo de Minas Geraes balizando com o de São Paulo, pela demarcação que mandou executar o meu antecessor por Thomaz Ruby, por ser a mais conforme a natureza do Paiz e interesses regios, segundo examinei no giro que fiz e consta da Carta Geographica, que remetti a V. Exa. em companhia dos quintos (...). (DERBY, 1896, p. 213)

Sobre o assunto mapas e em sequência, o Conde da Cunha, vice-rei entre 1763 e 1767, em correspondência encaminhada ao Ministro e Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e datada de 31 de outubro de 1765, descreve suas ações com relação à questão dos limites das capitâneas de Minas e São Paulo e cita o Guarda-Mor das Minas Geraes Pedro Dias Paes Leme como sendo uma fonte de informações e autor de uma carta cartográfica em produção no Rio de Janeiro. Mas nessa correspondência o vice-rei faz também referência a um documento cartográfico produzido por ordem do governador do Minas e muito certamente em Vila Rica:

e este é o que tem dado a luz que precisavamos para se fabricarem as cartas geographicas, que eu e o Governador das Minas mandamos fazer; na que eu ordenei e mandei pôr em limpo (que a V. Exa. Remeto) nella trabalho há mais de um anno, não só com as noticias que o mesmo Pedro Dias me tem dado, mas também com todas as mais que adquirir, e dos mesmos sujeitos que à Junta vieram; e ainda que esta carta pouco difere da que mandou fazer Luiz Lobo, que também vae junta sempre me quer parecer que a minha é a mais exacta. (DERBY, 1896, p.222-223).

Outro reforço para essa produção de mapas em Vila Rica também pode ser encontrado em correspondência em data anterior e do mesmo Conde da Cunha para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ainda em 1765, mas em 02 de agosto, o vice-rei diante da impossibilidade para a produção local de mapas, já havia efetuado a seguinte cobrança ao governo em Lisboa:

providencia de Engenheiros pois que presentemente não tenho nenhum, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim não vi obra sua que regular seja, nem este Official se quer já occupar n'este exercicio; o Coronel José Costodio parece-me que tambem se não applicou senão á architectura civil, e este está Governando o Rio Grande; o argento mor José Cardozo Ramalho está presentemente na Colonia onde é muito necessario; e as fortalezas como nenhuma dellas está completamente acabada, todas necessitam de professor que risque e veja as muitas obras que de necessidade se lhe devem fazer. (DERBY, 1896, p.210)

Com certeza o pedido do Conde da Cunha foi atendido, pois sabe-se que sob as suas ordens foi produzido um mapa para a Capitania do Rio de Janeiro por volta de 1767. O mapa foi feito pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão em formato de folhas, que em 1797 constituíram a base para a produção da Carta Geographica da Capitania do Rio de Janeiro. Por conta do conteúdo dessas correspondências e em especial daquela de outubro de 1765 fica-se com a informação sobre a existência de duas cartas envolvendo território mineiro e certamente a região da Comarca do Rio das Mortes, mas sobretudo com a certeza de que uma delas foi produzida em Vila Rica e outra no Rio de Janeiro. Assim como já sugerido, pode-se supor que um destes dois mapas, semelhantes entre si, foi preparatório para a produção de um outro, abrangendo toda a capitania de Minas e datado de 1767, e que, há esse tempo, já estaria em fase de produção na capital das Minas. Sobre a existência dessas duas cartas, em princípio entendidas como sendo para a Comarca do Rio das Mortes, ainda que não se tenham informações sobre os originais, mas apenas sobre suas cópias, sabe-se que elas se encontravam sob a guarda do antigo Arquivo Militar. Comparando a cópia fotográfica apresentada na publicação oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, vol. XI, com a cópia de 1827, da Mapoteca do Itamaraty, constata-se que as duas apresentam diferenças com relação a disposição de inúmeros topônimos, o que poderia indicar serem estas as cópias das duas originais mencionadas pelo Conde da Cunha e com as suas respectivas diferenças de origem.

#### **A CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica**

O documento em questão traz a representação apenas da parte central do território mineiro e certamente foi produzido em data anterior a 1767. Fazendo parte dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, a *CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica, em q' se mostra que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava, e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de léguas* (Fig. 02), pode ser considerada como um outro documento que reforça a produção de mapas em Vila Rica e que foi importante para a produção de outros documentos nos anos de 1760. O pedido para sua produção teria acontecido por volta de 1758.

Sobre essa carta Lima Júnior (1969, p. 29) menciona a existência de um ofício do Governador de Minas Luiz Diogo Lobo da Silva, datado de 25 de agosto de 1766, que declara "juntar uma planta mandada levantar há tempos, pela Câmara de Vila Rica", tratando de transferências de jurisdições de diversas localidades. Sobre a autoria desse documento cartográfico o mesmo Lima Júnior (1969, p. 29) também menciona informação repassada por Xavier da Veiga e registrada por este nas Efemérides Mineiras, relacionando Cláudio Manoel da Costa com a produção da carta. No caso, Xavier da Veiga informa sobre um testemunho de Cláudio Manoel da Costa confirmando ter recebido a quantia de meia libra em ouro por sua produção. Nomeado secretário do Governador Luis Diogo Lôbo da Silva, Cláudio Manoel, competente reorganizador da administração da Capitania de Minas, permaneceu até o governo de Dom Rodrigo de Menezes.

Ainda que certamente produzida em data anterior ao governo de Luiz Diogo Lobo da Silva e que existam questionamen-

tos se essa carta teria ou não a autoria de Cláudio Manoel da Costa, interessa o fato de ter sido produzida em Vila Rica e de ter sido certamente utilizada para a produção de outros documentos cartográficos na capitania dos anos 1760. Com certeza informações que constam deste documento foram também úteis para a produção da carta de 1767.

### **CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, o mapa de 1767**

Segundo Márcia Maria dos Santos e Antônio Gilberto Costa (2016, p. 49), a “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e partes confinantes de 1767” (Fig. 03) pode ser considerada como sendo a mais antiga representação da Capitania de Minas Gerais, enquanto uma circunscrição político-administrativa independente, dentre as que se encontram sobre a guarda de instituições arquivísticas e museológicas, no Brasil e em Portugal. Segundo estes autores se encontram registrados na carta “os avanços extraordinários do povoamento e do conhecimento das dimensões geográficas físicas e humanas do território que se construiu, com a impulsão dos achados de ouro e diamante”.

Referências diretas e indiretas à esta “Carta Geographica ...” e ao seu processo de produção podem ser encontradas em documentos que tratam das divisas de São Paulo e Minas Gerais e que foram reproduzidos na obra publicada pelo Arquivo do Estado de S. Paulo, em 1896, sob o título: Publicação Oficial de Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo. Já no índice desta obra, na seção *Mappas*, há a seguinte referência para a carta:

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes e Partes Confinantes, Anno de 1767. - Este mappa é mais ou menos a quarta parte, reduzida à metade da escala original, de um grande mappa conservado no Archivo Militar, que deve ser o original, ou cópia pelo próprio author do mappa que estava sendo confeccionado por ordem de Luiz Diogo em 1767.(DERBY, 1896, p. 288).

Como já mencionado anteriormente, o período entre 1765 e 1775 correspondeu a um dos mais movimentados no que diz respeito aos acertos de limites entre as duas capitanias e segue aquele marcado pelos trabalhos de uma comissão de demarcação sob a responsabilidade do ouvidor Thomaz Ruby de Barros Barreto. Por conta disso, o governador de São Paulo, D. Luiz Antônio manteve extensa troca de cartas com D. Luiz Diego Lobo da Silva, Governador de Minas, com o Vice-Rei Conde da Cunha e com ministros em Lisboa, tratando de questões envolvendo limites entre SP e MG. A partir da análise destas correspondências, em especial daquelas trocadas entre os responsáveis pelos governos de Minas Gerais e de São Paulo, entre fins de 1766 e o início de 1767, pode-se perceber alguma movimentação do governador de Minas na direção da produção de uma carta geográfica contemplando o território da então capitania sob a sua responsabilidade.

Uma importante referência sobre a produção de mapas nesse período pode ser encontrada na correspondência de 25 de novembro de 1766, onde o governador de São Paulo escreveu ao de Minas:

Por ora não he necessario que V. Ex. se mova, mas ao depois não se sabe o que será. Eu desta Capitania tenho parte das leys do conhecimento dos portos, da sua carta e das correntes, e dispo-

zições dos seus rios adquirida aos pedaços e em toscos dezenhos por não ter quem o ponha em limpo. Porém desse paiz que V. Ex. governa nada sei e estimaria muito se a V. Ex. não serville de incomodo, que houvesse quem ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania, porquecom essa falta não posso discorrer nada sobre o que V. Ex. pode obrar com o auxilio das nossas comuas idéas. (DERBY, 1896, p.285)

Considerando o exposto na mensagem acima fica entendido que o governo de São Paulo tinha informações sobre São Paulo, não dispunha de informações sobre Minas e tão pouco de alguém que pudesse produzir documentos confiáveis. D. Luiz António dá a entender que o governador de Minas talvez tivesse e que, portanto, poderia lhe transferir informações sobre Minas nas condições aqui destacadas:“(...) ainda que fosse debuxado com lapis me dispozesse os lugares, as comarcas e os rios dessa Capitania”.

Alguns meses mais tarde, em 10 de abril de 1767, o governador de Minas Gerais Luiz Diogo Lobo da Silva respondeu a esta carta do governador de São Paulo, datada de 25 de novembro de 1766, da qual destaca-se:

Bem desejara poder satisfazer a parte das noticias que V.Exa. me pede relativas a configuração e geographia deste Governo; porem para poder reduzir a forma competente de se perceberam sem confusão, e com a distincam necessária as que tenho adquirido, se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua actividade e reconhecida intelligencia tiver alcançado desse Governo para com humas e outras formar o Mappa Geographico em que se demonstrem quanto for praticável mais conformar a referida configuração e natureza o território que os mencionados dous Governos comprehendem” (DERBY, 1896, p. 287-289).

Dessa forma, fica claro não só o condicionamento para o repasse de informações ao governante de São Paulo: “se faz necessário que V. Exa. me queira confiar as que a sua actividade e reconhecida intelligencia tiver alcançado”, mas sobretudo se confirma a presença de pessoal com capacidade para a produção de mapas em Vila Rica. Da forma como o assunto foi tratado se entende que estava em curso a preparação em Minas de um mapa ou de uma carta geográfica para essa capitania, que representaria o seu respectivo território.

Em 08 de julho de 1767, Luiz António respondeu a Luiz Diogo Lobo da Silva, tratando de assuntos relacionados com limites e ocupação, mas não fez nenhuma alusão à proposta para o repasse de informações e nem mesmo sobre o mapa mencionado pelo governador de Minas. Este por sua vez, respondeu a Luiz António, em 31 de julho de 1767, mas apenas tratando de limites de Minas, igualmente sem fazer qualquer menção ao seu *mappa geographico*.

Ainda com base nos documentos que constam da publicação que reuniu documentos interessantes para a história de São Paulo (DERBY, 1896, p. 288), D. Luiz António respondeu ao governador de Minas, mencionando sobre um mapa, mas em carta de 16 de agosto de 1767. Nessa correspondência ele fez referência a um mapa ou a um esboço certamente para a Capitania de São Paulo, reforçando a ausência de pessoal capacitado na sua capitania e segundo os seguintes termos: “o mappa desta Capitania fica procurando quem ao menos porte médio o possa por em limpo”. Sem outras informações pode-se apenas aventar que o governador de São Paulo tinha suas posições sobre os limites entre Minas e São Paulo, certamente não concordava com os limites entre as capitanias proposto para e por gente liga-

da a Minas e gostaria de encontrar alguém que o pudesse produzir, ou “por em limpo” um documento cartográfico, a partir de rascunhos ou de estudos preliminares feitos pelo mesmo.

Ainda sobre esse “mappageográfico” de Luiz Diogo, Orvilly Derby (1897, p. 83, 223 e 288) comenta ser este um mapa para a capitania de Minas organizado em 1767 e cujo original estaria guardado no extinto Archivo Militardo Rio de Janeiro.

Importante destacar que a produção dessa carta ou mapa geográfico, em período anterior a 1767, foi garantida pela publicação de um Aviso Régio de 25/03/1765, que confirmava os “(...) actos de jurisdição no território de que tomou posse [o governador Luiz Diogo Lobo da Silva] no seu celebre “giro” [viagem do citado governador, que em 1764 iniciou visita às áreas de fronteira com São Paulo, a partir de São João Del Rey]”. Assim sendo, se entende que a carta que registrou o giro do governador de Minas e não outra foi utilizada como base para essa carta de 1767 e representando aproximadamente a quarta parte desta.

Não questionando os limites propostos ou estabelecidos pelo governador mineiro e não questionando bandos publicados a mando de Luiz Diogo Lobo da Silva, que ameaçavam com penas severas as violações das fronteiras, o governo em Lisboa não só aprovou todos os atos e providências do governador (VASCONCELLOS, 1911, p. 113 e 114) como deu o seu reconhecimento para a validade de limites antigos e daqueles representados em documentos cartográficos em produção em Minas Gerais, em especial na Carta de 1767.

A última correspondência entre Luiz Diogo e Luiz António tratando de limites entre Minas e São Paulo data de 31 de julho de 1767. Houve uma correspondência em 25 de fevereiro de 1768, mas não foram tratadas questões relacionadas com limites e assim como na anterior nenhuma menção foi feita a qualquer mapa ou carta. O governador de Minas deixou o cargo em 16 de julho de 1768, substituído pelo Conde de Valadares, mas, há essa época, a sua Carta Geographica certamente já estava pronta.

### **A CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, em 1768**

Durante a pesquisa sobre documentos cartográficos produzidos em Vila Rica nos anos 1760, tomou-se contato com um documento até então praticamente desconhecido e sem nenhuma referência ou publicação nos últimos cem anos. Fazendo parte do acervo da Mapoteca do Itamaraty, o documento em questão tem a seguinte identificação: *CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL Dividida em sete principaes partes, subdividas em outras, que no Brazil se denominaõ Capitancias e estas repartidas em outras muitas com o título de Comarcas ou Ouvedorias E Huã pequena parte da America Septentrional (...) mandou delinear e colorir Luiz Diogo Lobo da Sylva, Gov<sup>or</sup> e Cap<sup>am</sup> Gn<sup>al</sup> da Cap<sup>nia</sup> de Minas Geraes (...)*. Como parte das informações que constam do mapa, sabe-se que este foi produzido a partir de muitos outros documentos cartográficos e de várias partes, que foi produzido em Vila Rica, que o seu autor foi Antônio Martins da Silveira Peixoto e o ano era o de 1768.

O documento em questão (Fig. 04) revestiu-se de especial importância no âmbito da pesquisa, pois entende-se que a

sua existência confirma não só a já mencionada produção cartográfica em Minas de meados do século XVIII, mas sobretudo lança luz sobre evidentes interesses do então governador Luís Diogo Lobo da Silva, que certamente extrapolavam os limites da capitania sob a sua responsabilidade.

A partir da análise de sua legenda tem-se uma descrição da América Meridional contendo as seguintes informações: “divide-se em sete partes principais, o Brasil, Paraguai, Terra de Magalhães, Chile, Reino do Peru, o País das Amazonas e Terra Firme. O Brasil pertencente a S. M F. compreende dezessete capitanias, a saber, oito com governo superior, que são Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Pará. Com nove subordinadas a aquelas que pertencem conforme as suas divisões, e são S. Vicente, Espírito Santo, Porto Seguro, (...) Ilhéus, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e a Alagoas. Capital de todas é o Rio de Janeiro onde reside o Vice-Rei. Todas estas capitanias são férteis, e abundantes de diversos gêneros que produzem cultivando-se, e com que enriquecem seus moradores, além de muitas pedras preciosas, e especialmente diamantes de que abunda a Comarca do Serro do Frio na Capitania de Minas Gerais, com o que se faz mais (...) e rica esta Capitania entre as (...), sendo também as suas lavras, e minas de ouro as que com mais grandeza tem dado a S M F riquíssimos tesouros no seu 5º; - Paraguai, cujo país fortifica o Rio da Prata se acha hoje quase todo nos domínios do Rei de Castela estendendo-se as suas povoações por todo o terreno de ambas as partes do mesmo Rio, onde (...) muitas Missões e Aldeias de Gentios Agregados. Por este rio parece natural fazer-se a divisão dos domínios de Portugal e Castela por ser a sua direção pelo meio da América, e de Norte a Sul, porem como os castelhanos se introduzirão com Missões, agregando o Gentio, e povoando grande parte do terreno do Nascente, que lhes não pertencia pela primeira divisão da linha imaginaria determinada também de Norte a Sul no tempo de seu descobrimento, ficarão quase de (...), e foi feita a divisão no presente século por onde se representa nesta Carta. Todo este continente é fertilíssimo de mantimentos, que a terra cultivada produz (...)mente. A sua maior riqueza consiste nas muitas minas de prata, q com abundancia se extrai das suas montanhas, e de que se alimenta a *fora* do comércio, pela boca do rio da prata, donde lhe vem o nome; - A terra de Magalhães, que de todas é a mais Meridional também pertence ao Rei de Castela, é pouco cultivada em razão da sua esterilidade, e muito frio, principalmente na parte mais vizinha ao Polo; - Chile, o Reino do Peru, uma grande parte do País das Amazonas e a Terra Firme, pertencem aos domínios de Castela são terras abundantes e férteis de frutos; - E como se não adquiriu mais exatas notícias destes países se não *apresão* aqui suas qualidades”.

A partir da pesquisa envolvendo esta carta e a extensão do território representado, passou-se a trabalhar com a hipótese de que esta não só reforçava as pretensões do então governador mineiro, mas poderia representar o auge para a produção de documentos cartográficos a partir da Capitania de Minas e envolvendo todo o território da América portuguesa. Considerando o período em que o mesmo foi produzido, ou seja logo em seguida à anulação do Tratado de Madrid, ocorrida em 12 de fevereiro de 1761, confirmada pela assinatura do Tratado de El Pardo, e anterior à assinatura do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso de 1777 e com termos definitivos assinados em 1778, em El Pardo, fica reforçada essa hipótese sobre eventuais pretensões de Luís Diogo Lobo da Silva em alcançar posições mais proeminentes junto à administração colonial portuguesa.

## Discussões e Conclusões

No tocante às informações sobre datas e autorias, dos quatro documentos aqui destacados, apenas o de 1768 contem data e nome do autor, Antônio Martins da Sylveira Peixoto, referenciados no documento. As prováveis datas para os dois primeiros são tomadas com base na existência de correspondências que fazem menção aos mesmos. Por conta de semelhanças nos traços e informações que constam no de 1765 e 1767, se acredita terem pelo sido produzidos pelo mesmo autor.

Sobre Antônio Martins da Sylveira Peixoto, autor do documento de 1768, sabe-se, pelas informações que constam da “collecção de mappas organizada pelo Barão do Rio Branco para acompanhar a sua exposição sobre a questão de limites com a Republica Argentina<sup>3</sup>”, que esse militar estava em Vila Rica, no ano de 1768. Segundo informações que constam do documento preparado pelo barão e de outras presentes na obra Documentos Interessantes para a História e Costumes de S.Paulo (DERBY, 1896, p. LXI-LXII), esse militar foi descrito como um membro do corpo de dragões da capitania de Minas Gerais e considerado como sendo um “habil geographo” e ainda como “algum degradado que tinha acompanhado a commissão de demarcação ele 1758 cujos trabalhos elle reproduziu no seu mappa geral do continente”.

Como não foram encontradas informações sobre quando Antônio Sylveira chegou a Minas, pode-se suportambém ter sido ele o autor do mapa da Comarca do Rio das Mortes sobre a viagem do governador e da Carta da Capitania de 1767.

Sobre autorias, Antônio Gilberto Costa (2002, p. 145), assim como Márcia Maria Duarte dos Santos et al. (2013, p. 13), em trabalhos sobre cartografia da Capitania de Minas Gerais, informam sobre a presença em Vila Rica de um engenheiro militar português de nome José Joaquim da Rocha. Atuando junto à administração da Capitania de Minas Gerais, em parte durante a gestão do governador Luís Diogo Lobo da Silva, ou seja, entre 1763 e 16 de julho de 1768, esse militar é considerado responsável por levantamentos de dados geográficos sobre o território mineiro e pela produção de mapas. No entanto, essa produção comprovadamente como sendo de sua autoria deu-se somente a partir de 1777 e após a sua baixa do serviço militar, em 1778. Desse período, com certeza são conhecidos documentos ou reproduções que levam a sua assinatura. No entanto, considerando a sua presença em Vila Rica a partir de 1763, nada impede de se imaginar sua participação e suas contribuições na preparação ou produção dos documentos dos anos: c. 1765 (Mapa do giro do governador), c. 1766 (Mapa do Termo de Villa Rica), 1767 (Mapa da Capitania) e 1768 (Mapa da América do Sul).

Em período anterior aos anos 1760, o território das Minas ou fez parte de representações regionais ou foi representado apenas em parte com ênfase para a sua porção central. Após os anos 1760 e ao longo dos últimos 30 anos da

---

<sup>3</sup> Na coleção de mapas organizada pelo Barão do Rio Branco o documento (reprodução parcial com o n.º. 15 A, vol. VI) é descrito como: Carta Geographica ou Mappa Manuscripto da America Meridional, datado ou construído em Villa Rica, hoje Ouro Preto, por Antonio Sylveira Peixoto, em 1768. O mapa foi reproduzido em parte pelo Barão do Rio Branco na sua exposição para o arbitro da Questão de Limites Brasileira Argentina." (Ref. Itamaraty – Vol II pp. 104 e 174).

segunda metade do século XVIII, foram produzidos mapas, mas que de fato constituem cópias ou melhoramentos de um mapa produzido pelo engenheiro militar José Joaquim da Rocha, que já fazia parte da equipe de Luís Diogo Lobo da Silva.

A despeito de incertezas quanto a certas autorias e datas exatas para documentos cartográficos da Capitania de Minas Gerais ou de suas partes, não restam dúvidas sobre uma expressiva produção de mapas e outros documentos cartográficos ao longo dos anos 1760 e em Vila Rica.

### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Lisboa: Editora Kapa, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: Um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 83-224.

COSTA, Antônio Gilberto; SANTOS, Márcia Maria dos. Um mapa com os limites da América portuguesa construído em Vila Rica, no ano de 1768. Anais do 3º. Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte, 2016.

DERBY, Orville A. (Org.). PUBLICAÇÃO OFFICIAL DE DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTORIA E COSTUMES DE S. PAULO Vol. XI - DIVISAS DE S. PAULO E MINAS GERAES. ARCHIVO DO ESTADO DE S. Paulo. São Paulo: Typ. A Vap. Esíndola, Siqueira & Campo, 1896. Correspondência do Governador de São Paulo D. Luiz Antônio de Souza – Com os governadores de Minas Geraes, 1765 – 1775, p. 264 – 313.

FERREIRA Mario Clemente. *Uma idéia de Brasil num mapa inédito de 1746*. *Oceanos*, v. 43, p.184-195, julho/setembro 2000.

LIMA JUNIOR, Augusto de. Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1969.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do). *Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina*, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte. Nova York: The Knickerbocker Press, 1894. 6 v.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGGER, Friedrich Ewald. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. Anais do V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Petrópolis, p. 1-24, 2013.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto. *O mapa de 1767 das Minas Gerais ecoando a questão dos limites da capitania*. *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, N. 1, p. 48-66, Jan./Jun., 2016.

VASCONCELOS, Diogo de. *A questão de limites*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. XVI/1(1911): 107-203.



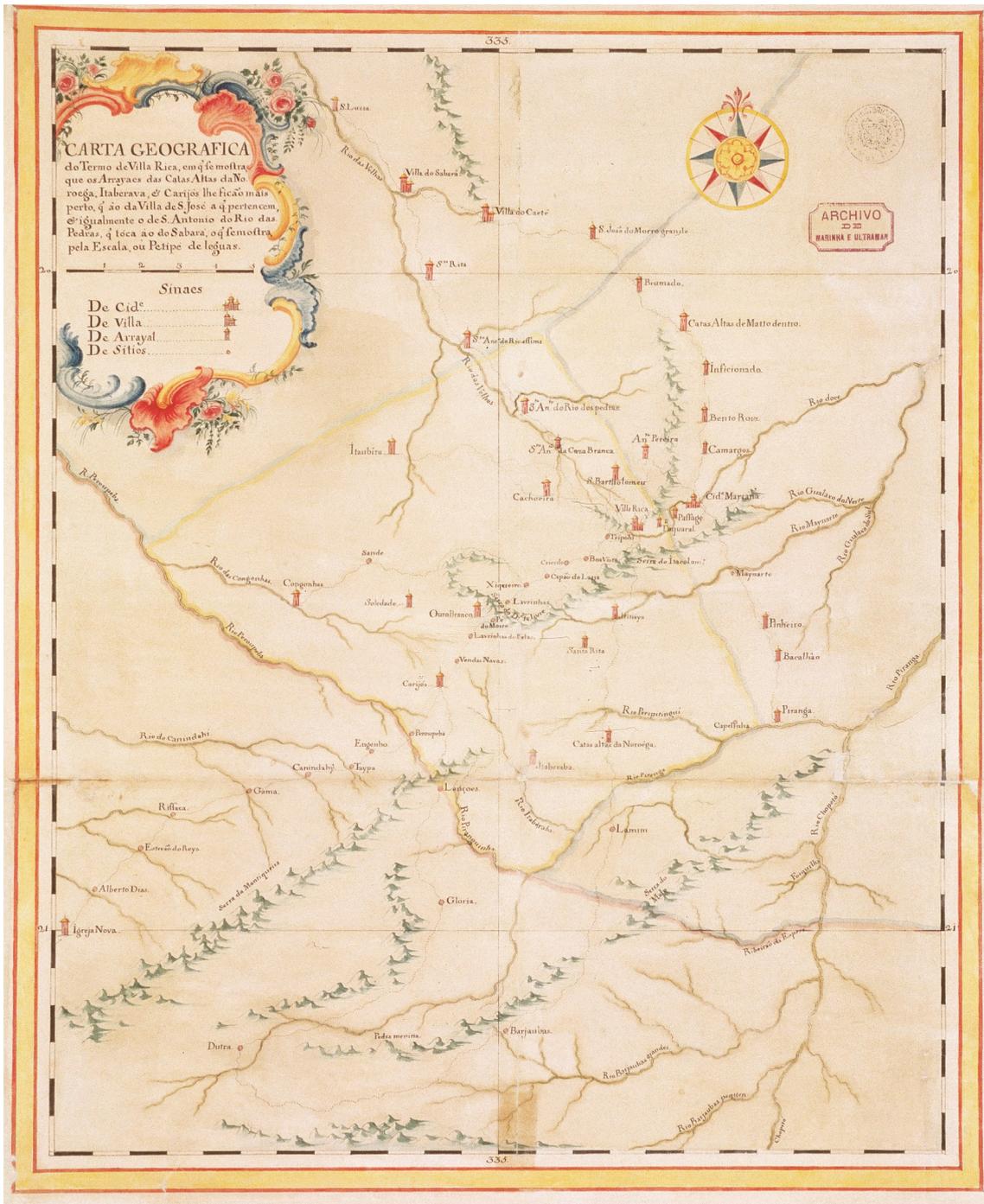


Figura 02: A CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica (...).Feita por determinação da Câmara de Vila Rica em fins dos anos 1750, retrata a parte central do território das Minas. Permanece a dúvida se de fato Cláudio Manoel da Costa seria o seu autor. Pertence aos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



**Figura 03:** A CARTA GEOGRAPHICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES E PARTES CONFINANTES, o mapa de 1767. Feita sob as ordens do governador Luiz Diogo, este documento representa a mais antiga síntese do conhecimento acerca do território mineiro que se tem notícia. Pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



**Figura 04:** CARTA GEOGRAPHICA da AMERICA MERIDIONAL, de 1768. Feita em Vila Rica, esta carta consiste na única representação da América portuguesa de meados do século XVIII produzida por ordem de um governador de capitania. Pertence ao acervo da Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.



## A divisão administrativa nos mapas da Galiza e de Portugal (1750-1835): uma leitura de Geografia Política

**Luís Miguel Moreira**

Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa  
Immgeo@gmail.com

**Alejandro Otero Varela**

Departamento de Xeografía da Universidade de Santiago de Compostela  
alejandrootero.varela@usc.es

### Resumo:

Em inícios do século XIX, a divisão administrativa dos reinos de Portugal e da Galiza caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação política do espaço, referentes a uma ou a várias jurisdições que, frequentemente, se sobrepunham. Deste modo, a administração do território estava longe de ser uniforme e as Coroas tinham mesmo de competir com o poder de outros se-nhores terratenentes, civis e religiosos.

No que se refere ao contexto português, foi apenas após a Revolução Liberal de 1820 (e a Constituição de 1822) e a subsequente Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas (1828-1834), que uma nova divisão administrativa seria, finalmente, implementada em 1835/1836, sobrevivendo, em traços gerais até aos dias de hoje.

Relativamente à Espanha, o processo foi muito semelhante. Não obstante alguma tentativa anterior malsucedida, foi no meio do turbilhão causado pela Guerra da Independência e pela Revolução Liberal que, com a aprovação da Constituição de Cádiz em 1812, se pretendia a execução de uma nova divisão provincial. Tal desiderato só foi concretizado em sucessivas fases, entre 1833 e 1836 e que se prolongou para a década seguinte (em relação à sua divisão municipal), reconfigurando a geografia política interna de Espanha.

Neste trabalho, pretende-se analisar a representação/figuração das divisões administrativas nos mapas de Portugal e da Galiza. Para o Antigo Regime, selecionaram-se como documentos de base, os mapas de Tomás López, o mais importante e influente geógrafo/cartógrafo ibérico do século XVIII: *Mapa del Reyno de Portugal*, de 1778 e o *Mapa Geográfico del Reyno de Galicia*, datado de 1784. A delimitação da nova divisão administrativa liberal será analisada a partir da *Carta de Portugal: divisão administrativa por Districtos e Concelhos*, por E. A. de Bettencourt, em 1863 e do *Mapa de Galicia com las nuevas divisiones*, da autoria de A.H. Dufour, datado de 1834-1837.

### Palavras Chave:

Cartografia administrativa; divisão administrativa; mapas de Portugal; mapas da Galiza.

### Abstract:

In the early nineteenth century, the administrative division of the kingdoms of Portugal and Galicia was characterized by the existence of a high degree of political fragmentation of space, referring to one or several overlapping jurisdictions. In this sense, the administration of the territory was far from uniform and the Crowns had to compete with the power of other landlords, both civilians or religious.

Regarding the Portuguese context, it was only after the Liberal Revolution of 1820 (and the Constitution of 1822) and the subsequent Civil War between Liberals and Absolutists (1828-1834) that a new administrative division was finally implemented in 1835 / 1836, surviving, in its general outlines to this day.

For Spain, the process was very similar. Notwithstanding some unsuccessful earlier attempt, it was in the midst of the turmoil caused by the War of Independence and the Liberal Revolution that, with the approval of the Cadiz Constitution in 1812, the execution of a new provincial division was intended. This desideratum was only realized in successive phases, between 1833 and 1836 and extended to the following decade (in relation to its municipal division), reconfiguring the internal political geography of Spain.

This paper aims to analyze the representation / figuration of administrative divisions in the maps of Portugal and Galicia. For the Ancien Régime, the following were selected as base documents: the maps of Tomás López, the most important and influential 18th century Iberian geographer/cartographer: *Mapa del Reyno de Portugal* from 1778 and the *Mapa Geográfico del Reyno de Galicia*, dated from 1784. The delimitation of the new liberal administrative division will be analyzed from the *Carta de Portugal: divisão administrativa por Districtos e Concelhos*, by EA de Bettencourt, in 1863, and the *Mapa de Galicia com las nuevas divisiones*, by AH Dufour, dated from 1834-1837.

**Keywords:**

Administrative cartography; administrative division; maps of Portugal; maps of Galicia;

## **A divisão administrativa no Antigo Regime, 1778-1784.**

### **O caso Português**

Em finais do século XVIII, a divisão administrativa portuguesa retalhava o país em províncias, comarcas, provedorias e concelhos, a par da divisão eclesiástica, que incluía as dioceses e as paróquias. Em Portugal, as províncias não desempenhavam uma função administrativa, constituíam, antes, a principal divisão militar do reino e forneciam a base geográfica para as principais corografias e outras descrições geográficas e cartográficas.

As comarcas (ou correições) eram a trave-mestra da administração civil, judicial, fiscal e criminal, sendo o corregedor o representante do poder real. Contudo, também existiam comarcas donatárias, ou seja, aquelas que pertenciam a um senhor – denominadas de ouvidorias – e cujo representante era o ouvidor. As suas circunscrições eram muito irregulares, pois tanto podiam cobrir vastas regiões, como serem de pequena dimensão, estarem dispersas por diferentes províncias ou, até, não terem continuidade geográfica. No conjunto do país totalizavam mais de 40, pertencendo a maioria à Coroa, à Casa do Infantado, ao Duque de Bragança e à Casa da Rainha.

As provedorias tinham, sobretudo, uma função financeira, mas nem sempre os seus limites coincidiam com os das comarcas, o que, geralmente, levava a uma sobreposição de limites, atribuições e funções. As comarcas e as ouvidorias eram compostas pelos concelhos e, muito embora estes pudessem ter outras designações e atribuições, em termos administrativos eram equivalentes, apenas se diferenciando na origem e nos privilégios. Assim, para além da designação de concelho, também existiam as cidades ou vilas com o respetivo termo, os coutos, as honras, os julgados e os reguengos<sup>1</sup>.

Esta grande irregularidade territorial, comum a Portugal e à Galiza, era herdada do sistema administrativo medieval, que assentava em inúmeros particularismos jurisdicionais, o que dificultava não só a ação governativa central, como impedia a consolidação do aparelho do Estado. Muito naturalmente, os principais dirigentes políticos ibéricos, imbuídos de um espírito iluminista, consideravam esta situação anacrónica um dos principais obstáculos à modernização e

---

<sup>1</sup> Fernando Sousa, 1979, p. 18. Tomemos como exemplo as províncias setentrionais, em finais do século XVIII. Na Província de Entre Douro e Minho, a apertada (e confusa) malha administrativa tinha aqui o seu expoente máximo, caracterizada pelos múltiplos particularismos e por uma elevada fragmentação do espaço. Assim, só neste território existiam sete comarcas, três cidades e respetivos termos, 15 vilas e respetivos termos, 45 concelhos, 67 coutos, 16 honras, nove julgados e 1183 freguesias (Cf. L. Moreira, 2017, p 98-99.). Por sua vez, em Trás-os-Montes, existiam quatro comarcas, duas cidades, 62 vilas, cinco concelhos, 5 coutos, 8 honras e 711 freguesias. Cf. L. Chaves, s/d, p. 33.

ao desenvolvimento económico<sup>2</sup>.

No caso português, com o intuito de regularizar a divisão administrativa, foi publicada a Lei da Reforma das Comarcas, a 19 de julho de 1790, seguida do Alvará Régio, de 7 de janeiro de 1792, que a complementava. Este dispositivo legal, para além de tentar regularizar e redimensionar as circunscrições comarcais, pretendia reforçar a posição da comarca (e através dela, a do poder central) na divisão administrativa, abolindo as ouvidorias (que passavam a integrar as comarcas existentes) e extinguindo as inúmeras honras e coutos, limitando-se, assim, as exceções e os privilégios senhoriais em favor da Coroa.

### **O caso galego**

No caso galego, o território estava dividido em “jurisdicciones” e “coutos redondos”, além do facto de a Galiza configurar uma das 31 províncias em que se estruturava a Espanha peninsular. A nível religioso, tal como no caso português, a divisão era em dioceses e paróquias.

Polo que respeita à Galiza, esta constituiu-se em província no ano 1623<sup>3</sup>. Porém, o território galego tinha já certo protagonismo como província administrativa no âmbito judicial, ao contar desde 1480 com uma Real Audiência própria (BURGUEÑO, 2011). O reconhecimento da Galiza como província a começos do século XVII supôs dotá-la de Intendência e Capitania Geral com sede na Corunha, instituições que conservará até às reformas liberais de 1833. Além disso, internamente, Galiza estava dividida em sete “províncias”. Estas não eram divisões com funções político-administrativas para o governo, apenas se tratavam de uma extensão jurisdiccional abarcada por cada uma das sete cidades e que serviam para a comunicação de ordens procedentes do poder central (GONZÁLEZ-MARIÑAS, 1978; RÍO-BARJA, 1990; BURGUEÑO, 1995).

As jurisdições senhoriais ou senhorios jurisdicionais estavam formadas pelas distintas paróquias em que se dividia a Galiza, o que se traduz numa forte união entre a divisão civil e eclesiástica. Estas jurisdições são entendidas por Gallego (1988: 62) como “anárquicas circunscrições administrativas em canto ao território e às atribuições, os cales sempre estavam configurados á sombra dum mosteiro ou duma fortaleza”. Desta forma, estas eram muito variadas e podiam ser de carácter secular, eclesiástico, de abadengo, de reguengo, de ordens e, incluso nalgumas ocasiões, dependiam dos vizinhos ou concelhos. Adicionalmente, dependendo da autoridade que detivesse o poder, podiam levar distintas denominações como “condado”, “ducado”, “marquesado”, “tenência” ou “meirinho”.

A repartição territorial da Galiza em jurisdições traduzia-se numa complicada trama de domínios que formavam um mosaico irregular e irracional (SAAVEDRA, 1990). O mapa jurisdiccional carecia de estabilidade política devido ao forte

---

<sup>2</sup> A. Reguera Rodríguez, 1993 e A. C. Silva, 1998.

<sup>3</sup> Em 1623 as capitais das sete “províncias” galegas unem-se para conseguir que Galiza se converta em província de seu. Até este momento, os interesses galegos estavam representados nas Cortes espanholas pola afastada cidade de Zamora.

carácter pessoal dos mesmos, condicionados por uma dinâmica de heranças, mercas e doações. As jurisdições e coutos tinham um tamanho muito desigual, havia-as extensas e compactas como Lugo, Pontevedra ou Betanzos, enquanto que outras estavam formadas por dois ou três paróquias descontínuas como é o caso de Mondoñedo. Na obra de Río-Barja (1990), a primeira em que se cartografam de maneira detalhada os limites de cada jurisdição, dá-se um total de 509 jurisdições e 155 coutos redondos na Galiza, nos finais do século XVIII<sup>4</sup>.

Deste modo, também em Espanha, pelo menos desde a segunda metade do século XVIII e por ação dos monarcas borbónicos e de seus ministros ilustrados, foram pensadas e implementadas várias reformas territoriais que visavam os mesmos objetivos de unificação político-administrativa e judicial, de centralização do Poder do “Estado” e de racionalidade geográfica (REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, p. 51-57).

Estavam, assim, reunidas as condições para a necessidade de se comporem novos mapas administrativos, enquanto instrumentos de administração territorial. Contudo, as particulares circunstâncias políticas, militares e económicas que marcaram os dois países ibéricos, desde os finais do século XVIII até à década de 1830, nomeadamente, a Guerra das Laranjas (1801); as Invasões Francesas e a Guerra Peninsular ou da Independência (1807-1813); as Revoluções Liberais (1810-1812 e 1820-1822) e as Guerras Civis nos dois reinos (1828-1834 e 1833-1840), inviabilizaram a concretização destes projetos de reforma administrativa.

### **Os antecedentes cartográficos**

Perante este cenário de grande confusão política-administrativa, de que forma a cartografia fixava nos mapas da época a divisão administrativa do território português? Que soluções técnicas ou artificios eram utilizados?

A maioria dos mapas de Portugal, concebidos entre o século XVI e o século XVIII, apenas identificavam as seis províncias inscrevendo o seu nome num tipo e tamanho de letra maior, embora também pudessem figurar os seus limites, mas poucos eram aqueles que arriscavam desenhar os complicados limites internos. Tal era o caso daquele que é considerado o primeiro mapa conhecido de Portugal, datado de ca. 1560, da autoria de Fernando Álvaro Seco.

A primeira tentativa de figuração dos limites administrativos surgiu em 1654, num mapa de Portugal composto em duas folhas, tendo por título Parte Septentrional do Reyno de Portugal e Parte Meridional do Reyno de Portugal, de autoria de Nicolas Sanson d’Abbeville. Esta imagem reflete, em boa parte, a reforma ordenada por D. João III na década de 1530 e sintetizada na obra de Duarte Nunes de Leão (1610), *Descrição do Reino de Portugal*<sup>5</sup>.

Nas primeiras imagens cartográficas que aparecem a circular pela Europa nos finais do século XV, Galiza não é representada de uma maneira individual, mas representa-se dentro da península ibérica ou em espaços mais amplos

---

<sup>4</sup> Por “províncias”, A Coruña contava com 17 jurisdicciones e 7 coutos redondos, Betanzos com 43 e 9, Lugo com 131 e 48, Mondoñedo com 30 e 16, Ourense com 149 e 44, Santiago com 101 e 20, e Tui com 38 e 11 jurisdicciones e coutos redondos respetivamente. A estes dados havia que somar 95 vilas e 7 cidades (as capitais de cada “província”). Cf. Río-Barja, 1990.

<sup>5</sup> Cf. L. Moreira, 2017.

(MÉNDEZ-MARTÍNEZ, 2000). As primeiras representações cartográficas da Galiza propriamente ditas, datam da passagem do século XVI ao XVII, momento em que a Galiza se começa a representar de maneira separada do resto da península ibérica (LORENZO E SÁEZ DE ANDRÉS, 1989). Desta maneira, o primeiro mapa transcendente de Galiza (e feito na Galiza) é a *Descripcion del Reyno de Galizia*, datado de 1603, obra de Hernando Ojea. Este mapa será reproduzido de maneira rotineira e sistemática por autores posteriores durante quase dois séculos, o que dará lugar, muitas vezes, à aparição de autênticas cópias<sup>6</sup>.

### **A Obra de Tomás López**

Tomás López de Vargas Machuca nasceu em Madrid, em 1730<sup>7</sup>. Entre 1749 e 1751, estudou Matemática e Retórica com os professores jesuítas do Colégio Imperial, e desenho na Real Academia de Belas Artes de San Fernando, em Madrid. Sob a supervisão de Jorge Juan e António de Ulloa, membros da expedição científica coordenada por Charles de La Condamine à América do Sul (1735-44), participou na comissão de trabalhos para o levantamento topográfico do Real Bosque de Viñuelas, em 1752, tendo, deste modo, contactado com as metodologias de trabalho da cartografia topográfica, baseada em levantamentos de campo, medições trigonométricas e geométricas<sup>8</sup>.

Nesse mesmo ano partiu para Paris, por proposta do então poderoso Conselheiro de Estado de Fernando VI, o Marquês de la Ensenada, juntamente com Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, outro futuro cartógrafo de renome, como “Pensionistas de Sua Majestade” para se aperfeiçoarem na arte de gravação de mapas, estudar Geografia e preparar um mapa de Espanha. Na capital francesa frequentou o Colégio Mazarino, assistindo às lições do Abade de La Caille, e o estúdio de Jean Baptiste Bourguignon d’Anville onde conheceu outro reputado cartógrafo e geógrafo francês, Guillaume Nicolas Delahaye, aí permanecendo até 1759. As suas primeiras obras cartográficas impressas datam da sua estada em Paris<sup>9</sup>.

De regresso a Madrid, no início da década de 1760, recebeu da Coroa uma pensão anual, estabelecendo-se como gravador régio e professor, colaborando com a Real Academia de Belas Artes de San Fernando, primeiro como académico supranumerário e, depois de 1764, como académico de mérito. Nesta altura criou a única casa editorial de mapas da Península Ibérica em todo o século XVIII, intitulando-se “Pensionista de S.M. e membro da Academia de S. Fernando”<sup>10</sup>.

Como geógrafo de “gabinete” desenvolveu ao longo de décadas seguintes uma prolífica e eclética produção cartográfica, não só sobre os territórios ibéricos, como também dos domínios coloniais espanhóis, bem como de muitas e dife-

---

<sup>6</sup> Destacam as versões que farán famílias editoras neerlandesas como os Hondius ou os Blaeu.

<sup>7</sup> Sobre a vida e obra de Tomás López ver H.Capel, 1982, C.Liter Mayayoe F. Sanchis Ballester, 1998 e 2002, A. López Gómez e C. Manso Porto, 2006 e A. Her- nando, 2007 e 2008.

<sup>8</sup> Ver A. Lafuente e A. Mazuecos, 1987.

<sup>9</sup> Cf. as notas biográficas deste autor em Juan A. Saez Garcia, 2004.

<sup>10</sup> Cf. J. Martín López, 2001.

rentes regiões do Mundo<sup>11</sup>. Esta sua vasta obra pode ser classificada em três tipos principais: as obras de Cosmografia, de História, de Geografia e de Corografia; os livros de técnicas e métodos cartográficos; os Atlas e os mapas. Entre toda a sua produção, estes últimos constituem o núcleo principal<sup>12</sup>.

Em 1770, Carlos III concedeu-lhe o título de “Geógrafo dos Domínios de Sua Majestade” e alguns anos depois, viu concretizada a sua velha aspiração em tornar-se membro da Real Academia de la História. Até ao final dos seus dias, procurou completar um grande projeto de editar um Dicionário Geográfico de Espanha.

Os métodos de trabalho, a recolha e seleção da informação, a consulta e crítica das fontes e a composição das imagens cartográficas seguiram de perto o modelo da escola francesa de Cartografia e da casa de d’Anville, seu mestre<sup>13</sup>. Faleceu em Madrid, em 1802, sendo os seus filhos os continuadores da grande empresa editorial cartográfica.

### **A divisão administrativa portuguesa, segundo o *Mapa General del Reyno de Portugal***

No contexto da História da Cartografia portuguesa até ao século XVIII, destaca-se o *Mapa General del Reyno de Portugal*, por Tomás López, datado de 1778<sup>14</sup>. No seu conjunto, é um documento de grandes dimensões (cerca de 142 x 82 cm) composto por oito folhas impressas e foi publicado em Madrid, numa escala de cerca de 1:450 000, o que possibilitava uma representação bastante pormenorizada dos fenómenos.

Esta iniciativa não decorreu, somente, da vontade empresarial do seu autor, mas terá correspondido a um pedido específico da Real Academia de la História, instituição que avaliou e “censurou” a obra final<sup>15</sup>.

Assim, o mapa foi composto com todo o cuidado e atenção aos detalhes, como se comprova pela leitura da sua extensa e detalhada legenda, denominada “Explicacion de las Señales”, bem como pela inclusão de uma lista dos “autores que se han tenido presentes para la composicion de este Mapa”, que se complementa com uma “Nota” ao lado, a propósito da fonte consultada para a composição da rede viária.

A figuração dos limites da divisão administrativa/judicial, foi feita através de uma linha tracejada fina para as seis províncias e, dentro destas, a divisão dos Corregimentos e Ouvidorias, delimitados por uma linha pontuada. Como complemento desta informação, o cartógrafo indicou as localidades sedes de ouvidorias, provedorias, coutos ou concehlos, com o símbolo correspondente, o que, com este grau de pormenor, constitui uma novidade nos mapas de Portugal do século XVIII, mesmo nos de escala semelhante<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> Para a análise à obra cartográfica de Tomás López, particularmente de Portugal e dos seus territórios ultramarinos, ver o trabalho de J. Garcia e L. Moreira, 2008.

<sup>12</sup> Considerando apenas a primeira edição e não contabilizando os mapas elaborados em parceria com os seus filhos e outros colaboradores, podemos computar em mais de duzentos os mapas editados.

<sup>13</sup> Sobre os métodos de trabalho de Tomás López, ver C. San Antonio Gomez, F. Manzano Aguilero e M. A. León Casas, 2005.

<sup>14</sup> Tomás López de Vargas Machuca (1730-1802). Após completar a sua formação técnica em Paris, enquanto pensionista da Coroa espanhola, a partir de 1760 estabeleceu-se em Madrid, tendo fundado a mais importante casa editorial e comercial de obras geográficas e cartográficas da Península Ibérica.

<sup>15</sup> A. López Gómez e C. Manso Porto, 2006 p. 349.

<sup>16</sup> Nem Thomas Jefferys, autor de um grande mapa de Portugal (1762), até então a grande referência cartográfica nacional, figurou a divisão administrativa por considerar que não possuía informações suficientes. Este mapa gravado em Londres constituiu a principal fonte cartográfica utilizada por López



(c) Real Academia de la Historia

Mapa General del Reyno de Portugal, T. López, 1779  
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-72

Tendo em conta que os mapas e os cartógrafos citados por López como fontes e que figuram a divisão administrativa, apresentam as províncias divididas em comarcas ou “territórios” - claramente baseados no protótipo de Nicolas Sanson de 1654 - o autor espanhol ou teve acesso a outras fontes, ou com as mesmas, tentou fixar aquilo que nenhum outro autor antes conseguiu.

Para tal, deve ter-se socorrido de uma leitura atenta da obra *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima que, a dado momento refere: “esta divisão por *Correiçãoens*, e *Ouvidorias*, nos parece mais fácil de perceber, do que a divisão ordinária por *Comarcas*, de que se servem muitos Geografos; pois que huma mesma Comarca, em virtude da jurisdição, que tem os Provedores (...) se estende a terras de *Correiçãoens*, e *Ouvidorias* diferentes”<sup>17</sup>.

Em todo o caso, esta não deve ter sido uma tarefa fácil para López devido à inexistência de protótipos, o que salienta a sua faceta de desenhador/cartógrafo, mas que deve ter sido preparada com base em mapas de escala maior. No entanto, não deixa de ser curioso notar que na legenda do mapa, o autor identifique o significado das linhas tracejadas e ponteadas como “Division de Reinos”, “Division de Provincias” e “Division de Comarcas”, o que denuncia a utilização de fontes cartográficas que não foram atualizadas em relação ao conteúdo cartografado.

Efetivamente, apesar da (aparente) novidade, trata-se de uma imagem anacrónica, visto que não leva em linha de conta as inúmeras alterações administrativas realizadas na segunda metade do século XVIII, quando várias comarcas ou correições foram criadas, alterando os limites das províncias e vários concelhos transitaram de umas comarcas para as outras<sup>18</sup>.

Tomemos como exemplo de análise a Província de Entre Douro e Minho, começando pelos limites da Província. Embora os seus limites fossem dos mais estáveis, o facto é que os cartógrafos não eram unânimes aquando da sua representação: se a norte não havia dúvidas quanto à fronteira do rio Minho, a sul, a maioria dos mapas estabelecia o rio Douro como limite meridional – afinal a origem da sua designação - ainda que, desde o século XV, por via da integração do concelho de Vila Nova de Gaia nesta província, estes confins se estendessem um pouco mais para sul deste rio. A leste, a linha divisória com a Província de Trás-os-Montes era, habitualmente, estabelecida pelos cumes das serras Gerês, Cabreira, Alvão, Marão, Aboboreira, ..., bem como pelo curso médio do rio Tâmega. Contudo, transitoriamente, em meados do século XVIII, vários concelhos transmontanos foram integrados em comarcas minhotas, pelo que, os limites provinciais ultrapassavam estes marcos naturais.

De tudo isto nos dá conta o mapa de López, revelando-se mais atualizado que qualquer um outro mapa da época. Quanto à demarcação dos limites da divisão administrativa, as dificuldades sentidas foram maiores. O mapa delimita e identifica as três comarcas ou correições (“*corrigimientos*”) de Viana, Guimarães e Porto e as duas ouvidorias, Barcelos e Braga. Contudo, a comarca de Penafiel, criada em 1775 a partir de vários concelhos subtraídos ao Porto e a Guimarães, não foi figurada.

---

<sup>17</sup> L. C. Lima, 1736, vol. II, p. 4.

<sup>18</sup> J.A. Santos, 1985, p. 36-48.

Embora coincidindo, por vezes, com os limites naturais “impostos” pelos rios e pelas montanhas, a configuração dos limites das comarcas denuncia uma generalização e imprecisão, embora permita fazer uma leitura coerente das suas duas características principais: as assinaláveis diferenças de dimensão – compare-se Viana com Braga - e a descontinuidade territorial das comarcas de Valença e de Barcelos, o que tornava a administração mais dificultada e morosa, tanto mais que a sede administrativa ficava, por estas razões, numa posição excêntrica e pouco acessível, especialmente numa época em que as comunicações terrestres eram difíceis.

Para as unidades administrativas de menor dimensão, fosse pela falta de informação e de conhecimentos geográficos ou pelas limitações impostas pela escala do mapa, optou-se por uma outra solução técnica. O autor não representou a extensão dos limites destas unidades territoriais, tendo, antes, escolhido uma série de símbolos que distinguem as suas diferentes. Contudo, a escolha pela implantação pontual não tornou leitura do fenómeno facilitada, devido à semelhança entre os símbolos selecionados.

### **A divisão administrativa galega, segundo o *Mapa Geográfico del Reyno de Galicia***

Para Galiza, Tomás López elabora a obra *Mapa Geográfico del Reyno de Galicia* publicada em 1784, em quatro folhas impressas, numa escala de ca. 1:330 000. Este mapa é, talvez, um dos de maior difusão da Galiza no passado, e consegue quebrar com a sucessiva reprodução de quase dois séculos dos mapas de Galiza que se iniciara a partir da obra de Ojea, em 1603. Tal como no caso do mapa de Portugal, também este foi elaborado sob o escrutínio da Academia Real de la Historia, tendo o autor solicitado, de novo, uma autorização para usar o título de académico (LÓPEZ GÓMEZ y MANSO PORTO, 2006, p. 318-319). Desta feita, a dedicatória está dirigida ao poderoso ministro e conselheiro de Carlos III, “D. Joseph Moñino, Conde de Florida-Blanca”.

O mapa representa os elementos geográficos com um grau de detalhe e aprofundamento muito maior que o usado até aquela data. É o primeiro mapa conhecido que representa as mal chamadas sete “províncias” galegas – A Coruña, Betanzos, Lugo, Mondoñedo, Ourense, Santiago e Tui –, para cuja representação se vale de linhas descontinuas que, posteriormente, foram debruadas a distintas cores<sup>19</sup>. Cabe assinalar que as distintas delimitações não seguem acidentes de geografia física como cursos fluviais ou elevações montanhosas. Neste sentido, pelo que respeita aos limites entre as sete “províncias”, só é salientável que se use o tramo final do rio Sil como divisória entre as “províncias” de Lugo e Ourense.

López representa também numerosas entidades de povoação baixo distintas denominações: “ciudad”, “villa”, “lugar o aldea” ou “parroquia”. Aqui, como no mapa de Portugal, o autor valeu-se dos mesmos símbolos, muito embora as categorias administrativas e judiciais reflitam a organização territorial espanhola. Deste modo, ainda que não tenham

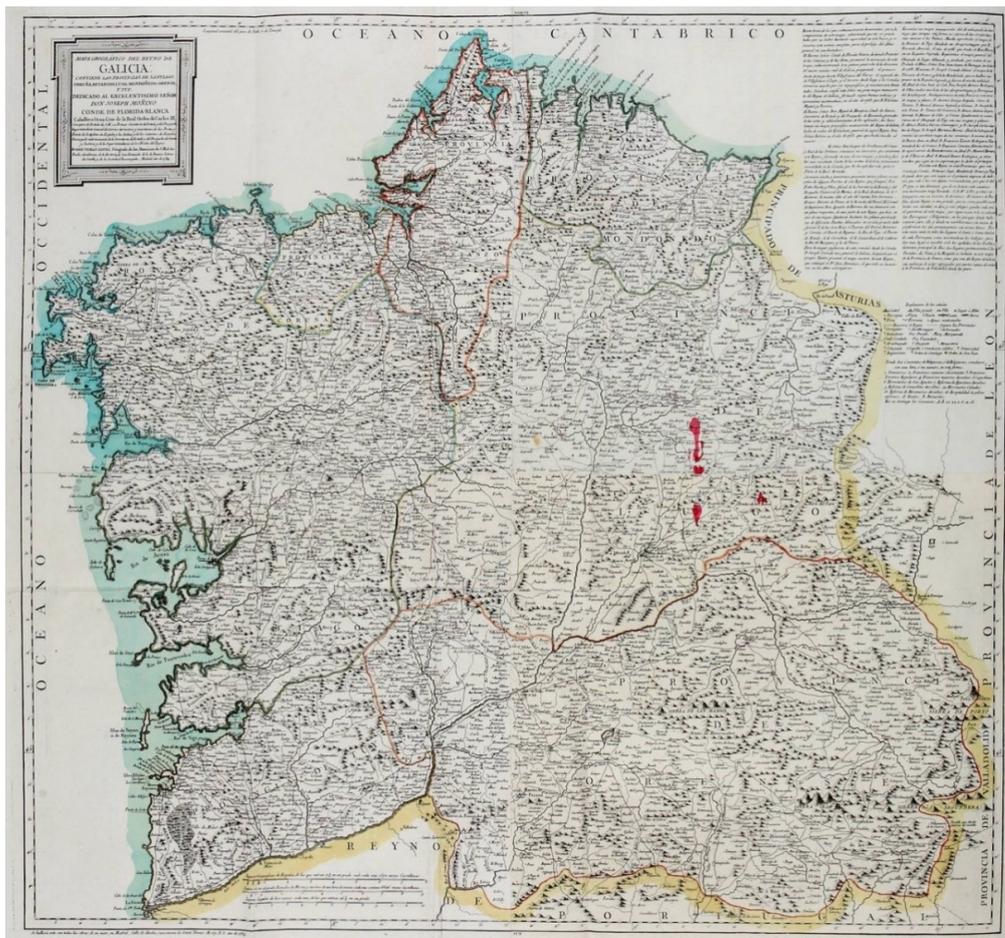
---

<sup>19</sup> A grandes linhas, os limites das “províncias” que delimita López som coincidentes coas que Río-Barja (1990) cartografa polo miúdo na década de 1990.

sido figurados nem os seus limites, nem a sua extensão territorial, foram identificadas as sedes de “Corregidor”; “Alcalde mayor”; “Gobernador” e “Intendente”. Esta solução técnica, tal como já foi apontado, não torna fácil a leitura do mapa e a correta identificação da hierarquia político-administrativa da Galiza.

Porém, era impossível cartografar num mapa toda a realidade galega do momento, como prova a referência que deixa anexa ao seu mapa: “Advirtiendo que no se ponen todos [os núcleos de povoação] por no haber bastante capacidaden este hueco. [...] El número de Pueblos de este Reyno es tan grande, que no sería posible escribirlos con claridad, en diez y seis pliegos iguales cada uno al quarteron de este mapa, por cuya razón solo se colocan las Parroquias ó Feligresías [ainda que não chega a cartografá-las todas]”.

Em todo o caso, foi quem representou com maior detalhe a fronteira entre Portugal e Galiza, e entre esta e o resto da Meseta, a qual apresentava problemas devido à confusão entre os rios Eo e Navia. Este mapa de López é o primeiro que se conhece que cartografa de acordo com a realidade a fronteira costeira entre Ribadeo (Galiza) e Castropol



‘Mapa Geográfico del Reyno de Galicia’ de T. López (1784)  
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-42



*Detalhe da obra 'Mapa Geográfico del Reyno de Galicia' de T. López (1784).  
Fonte: Real Academia de la Historia, Biblioteca Digital - C-011-001-42*

(Astúrias) a través do tramo final do río Eo e da foz de Ribadeo.

Curiosamente, o mapa de López não foi realizado com base em trabalho de campo, nem com medidas topográficas, já que para a sua elaboração em gabinete, o autor valeu-se de inquéritos que mandou realizar às distintas autoridades civis e eclesiásticas da Galiza. Assim, as autoridades consultadas desenharam e escreveram os principais marcos geográficos da sua área, uma circunstância que, dependendo do seu conhecimento e imaginação, levou a respostas muito díspares (MÉNDEZ-MARTÍNEZ, 2000; LORENZO E SÁEZ DE ANDRÉS, 1989). Além do mais, devemos precisar que a confeção do mapa foi feita pela união dos diversos mapas eclesiásticos que foram gravados polo próprio López alguns anos antes.

## **As Reformas Administrativas Liberais**

### **O caso português**

Terminada a Guerra Civil portuguesa (1828-1834), restabelecida a Carta Constitucional de 1826 e, pouco depois, por um breve período, a Constituição de 1822, as Cortes Gerais reuniram-se para discutir o estabelecimento de uma nova divisão administrativa, capaz de servir os interesses do novo regime político, que se baseava no princípio da representatividade popular. Retomavam-se, assim, os trabalhos que várias comissões especializadas desenvolveram a partir da implantação do regime liberal, durante a década de 1820.

Após várias tentativas e propostas, a nova divisão administrativa liberal estabelecia novas unidades territoriais e respetivos limites, alterando ou extinguindo muitas outras herdadas do Antigo Regime. No entanto, este novo mapa político do país, previsto no Código Administrativo de 1836, sofreria inúmeras alterações ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que, no essencial, definisse as linhas orientadoras que chegaram até aos nossos dias<sup>20</sup>.

Em 1863, Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886) publicou a *Carta de Portugal com a Divisão Administrativa por Districtos e Concelhos*<sup>21</sup>, apresentando-a como uma nova e mais atualizada imagem cartográfica do conjunto do país. Era um mapa construído na escala de 1:700 000, já com a indicação métrica das distâncias. Uma vez que a Carta Geográfica de Portugal ainda não tinha sido concluída – seria publicada em 1865 – o autor socorreu-se de modelos anteriores para configurar o seu esboço cartográfico, uma solução recorrente dada a falta de mapas de base. Em todo o caso, dados os progressos técnicos e materiais registados nos trabalhos cartográficos que se desenvolviam em todo o país, a imagem composta era mais rigorosa do que as suas antecessoras da segunda metade do século XVIII, sobretudo na localização absoluta e relativa da maioria das localidades representadas.

Assim, sob um fundo onde se figuram as redes hidrográfica e rodoferroviária, com as estações do serviço de malaposta, bem como, a localização das estações telegráficas e os faróis – decorrentes da reutilização de outro material cartográfico da sua autoria<sup>22</sup> - o autor lançou a divisão distrital, figurada por uma linha tracejada de maior dimensão e a divisão concelhia, recorrendo a uma linha tracejada mais fina. A sobreposição de todos estes elementos não tornava fácil a leitura da divisão política, que teria de ser complementada com a localização das sedes administrativas/núcleos de povoamento, distinguidos por cidades e/ou vilas sedes de concelho e “vila ou povoação menos importante”.

Contudo, a importante reforma territorial da década de 1830, ao reduzir o estatuto administrativo local aos concelhos, tornou possível simplificar a representação cartográfica das sedes concelhias, bastando dois símbolos e um diferente tamanho da letra para as distinguir entre vilas e cidades, pese embora a configuração dos limites das unidades administrativas ainda ser um pouco generalizada.

## O caso galego

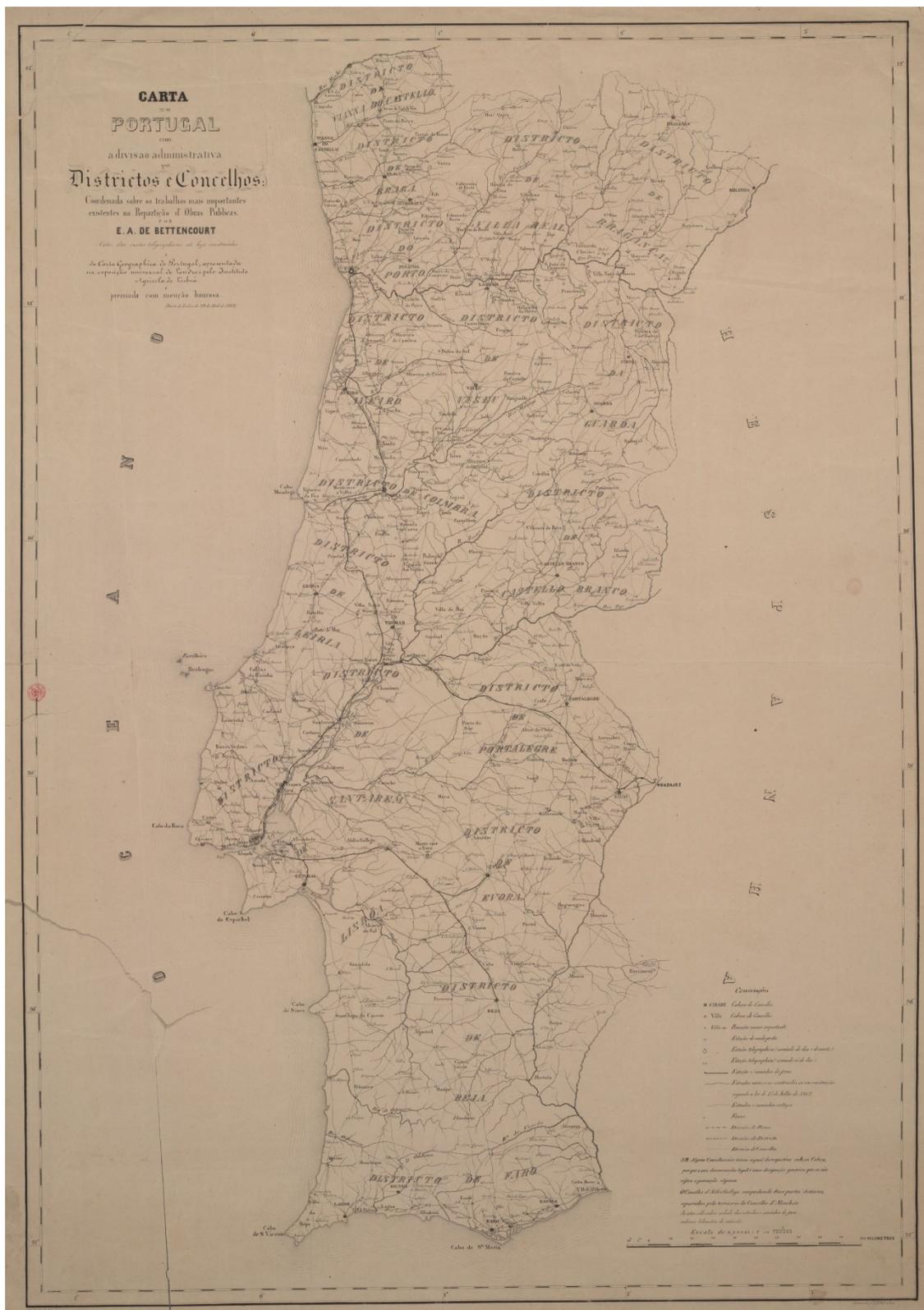
Em 1833, sob a regência de María Cristina de Borbón, aprovou-se, por decreto, o atual mapa provincial vigente na atualidade. A obra atribui-se a Javier de Burgos, mas ele não foi mais do que “o último elo da cadeia” (BURGUEÑO, 2011: 129), já que o que fez foi trabalhar sobre mapas e propostas prévias, como as de Juan Antonio Llorente (1808),

---

<sup>20</sup> De forma oficial, estas alterações territoriais e administrativas foram registadas na *Carta Geographica de Portugal, construída segundo a novíssima Divisão Territorial Militar, Administrativa, e Judicial*, impressa na “Offic. Lith da rua Nova dos Mártires, nº 12” e editada em 1837 em, presumivelmente, duas folhas, muito embora apenas tenhamos conhecimento da existência da folha sul. Apenas conhecemos os exemplares que se conservam no Arquivo Nacional Torre do Tombo sob a cota PT/TT/CR/007-019/00540, na Direção de Infraestruturas (D.I.E.), cota 4094-2A-24A-111 e na Direção Geral do Território, sob a cota C.A. 56.. Em todo o caso, trata-se da primeira imagem impressa da divisão distrital e concelhia do conjunto do país, ainda que tenha sido composta a partir de outras exemplares cartográficos coligidos para o efeito.

<sup>21</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, cc-231-r. O autor era arquiteto de formação e trabalhava no Ministério das Obras Públicas.

<sup>22</sup> Em 1861 Bettencourt publicou a *Carta da rede telegraphica de Portugal no fim de Junho de 1861*, utilizando a mesma base.



Carta de Portugal com a divisão administrativa por districtos e concelhos, E.A. Bettencourt  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Digital: CC-231-R

Francisco Amorós (1808), José de Lanz (1809), Felip Bauzá (1813), Felip Bauzá e José Agustín de Larramendi (1821) ou a divisão provincial aprovada pelas Cortes em 1822. Em todos estes projetos, assumia-se já uma divisão em quatro províncias para Galiza, que levava consigo a partição da histórica “província/intendência/prefeitura/reino” de Galiza (GARCÍA-ÁLVAREZ, 2002; BURGUEÑO, 2011).

Outra divisão à escala infra provincial aprovada neste período é a dos partidos judiciais. Com a sua aprovação, em 1834, procurou-se criar uma divisão igualitária em termos demográficos e de superfície e com limites bem definidos para todo o território espanhol. Historicamente desempenharam a função de justiça, mas com o passar do tempo foram assumindo outras em matéria de educação, saúde ou segurança, já que as suas cabeceiras constituíam a rede urbana oficial do Estado espanhol. Galiza foi dividida em 47 partidos judiciais, o que se traduziu num mapa muito semelhante ao que já aprovava a Junta Suprema de Galiza de maneira provisória em 1820 (BURGUEÑO, 1995).

O porquê de ser o mapa provincial de Javier de Burgos o que prevalece é uma casualidade, mas o facto é que será este o que se estudará na escola, e por tanto, o que passa a formar parte do imaginário das gentes (e dos políticos). E uma vez instauradas as províncias, nunca se conseguiram suprimir, pelo menos até aos dias de hoje.

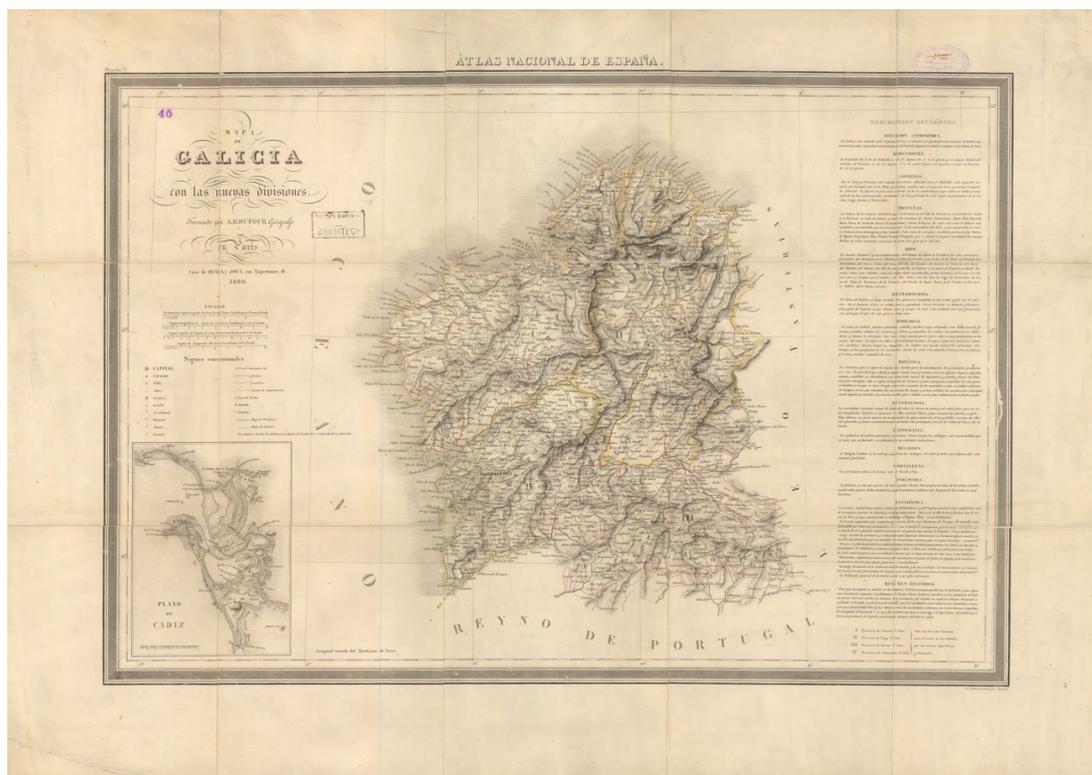
A obra *Mapa de Galicia con las nuevas divisiones* de 1849, obra de Auguste Henri Dufour, é um dos primeiros a recolher a demarcação das novas quatro províncias galegas elaboradas pelo Estado liberal espanhol em 1833, os quais são, na essência, as atuais. O mapa à escala ca. 1:570 000, recolhetambém as divisões em partidos judiciais (que na legenda aparecem como “distrito”), concretamente os 47 partidos criados pelo Decreto de 1834. Porém, este mapa não reflete a grandiosa obra publicada uns anos antes por Domingo Fontán, *Carta Geométrica de Galicia* (1834/1845), na qual, duma maneira científica e detalhada, se cartografam os limites das quatro províncias galegas e a praticamente totalidade das paróquias (sem limites).

A raia fronteiriça entre Espanha e Portugal, apesar de marcar uma fronteira internacional, não aparece desenhada de maneira distinta á da Galiza como resto de Espanha. Cabe assinalar que não se cartografa nem o Couto Misto, nem os povos promíscuos, mas o grau de detalhe na fronteira luso-galega é, pelo geral, bastante bom. Aparecem, contudo, cartografados dentro de Galiza alguns territórios que durante boa parte da sua história foram galegos como Abres na atual Astúrias, ou Pías, Lubián ou Hermisende na atual Castela e Leão, apesar de que estes territórios estivessem já fora dos limites político-administrativos da Galiza pelo decreto de 1833. Desta maneira, podemos ver como mapas posteriores á obra de Fontán cartografam de maneira errónea, tanto os limites exteriores, como interiores de Galiza.

## Conclusões

Em Portugal, até meados do século XIX, a falta de rigor das fontes de informação e a falta de cartografia topográfica de base, não permitia a existência de um mapa do país cientificamente rigoroso, pelo que a representação dos fenómenos estaria comprometida.

No que diz respeito à cartografia pré-científica – isto é, anterior a 1865, data da publicação da *Carta Geográfica do*



'Mapa de Galicia con las nuevas divisiones' de A. H. Dufour (1849)

*Reino de Portugal*, pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino – os progressos foram sendo realizados a um bom ritmo, à medida que novos modelos foram sendo compostos a partir de outros mais antigos e nova informação foi sendo acrescentada. A diferença metodológica para os séculos anteriores residia, apenas, na quantidade, qualidade e fiabilidade das fontes utilizadas.

Estes dois mapas testemunham uma parte importante da evolução histórica da cartografia: o desenvolvimento da cartografia temática. Assim, se o mapa de Portugal de Tomás López do século XVIII, é um mapa geral, onde a figuração da divisão administrativa é, apenas, um dos fenómenos representados, pelo que se presta a diversos públicos e utilizações, o mapa de Bettencourt é para um público mais restrito, quase exclusivamente ligado à administração do território.

No caso galego, existem duas obras fundamentais no que respeita à cartografia galega do Antigo Regime, uma é a *Descripcion del Reyno de Galizia* de Hernando Ojea, em 1603, e que servirá para fixar a imagem da Galiza durante quase dois séculos, concretamente até a aparição do *Mapa Geographico del Reyno de Galicia* de Tomás López em 1784, que trará consigo um grau de aprofundamento maior do que qualquer outra imagem cartográfica da Galiza dos séculos XVII e XVIII. No que respeita à cartografia científica, esta iniciou-se com a *Carta Geométrica de Galicia*, de Domingo Fontán, publicada, primeiro em 1834, e logo completada em 1845.

## Bibliografía:

- BURGUEÑO, Jesús (1995): "La génesis de la división territorial contemporánea en la España atlántica (Galicia, Asturias, Cantabria y El Bierzo)". *Ería*, nº 36, p. 5-33.
- BURGUEÑO, Jesús (2011): *La invención de las provincias*. Madrid: Catarata.
- GALLEGO, Olga (1988): *La organización administrativa territorial de la antigua provincia de Ourense a mediados del siglo XVIII*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial.
- GARCÍA-ÁLVAREZ, Jacobo (2002): *Provincias, regiones y comunidades autónomas: la formación del mapa político español*. Madrid: Senado.
- GONZÁLEZ-MARIÑAS, Pablo (1978): *Las Diputaciones Provinciales en Galicia: del Antiguo Régimen al Constitucionalismo*. A Coruña: Deputación provincial da Coruña.
- LORENZO, Ramón & SÁEZ DE ANDRÉS, Antonio (dirs.) (1989): *Cartografía de Galicia 1522-1900*. Madrid: Instituto Geográfico Nacional / Instituto de Cooperación Iberoamericana.
- MÉNDEZ-MARTÍNEZ, Gonzalo (2000): *Cartografía de Galicia. Colección Puertas-Mosquera*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- MOREIRA, Luís Miguel – *Cartografía, Geografía e Poder: o proceso de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. Braga: s.n., 2012. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MOREIRA, Luís Miguel. Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654 *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2017, vol. XXII, nº 1.193. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1193.pdf>>. [ISSN 1138-9796].
- REGUERA RODRÍGUEZ, Antón (1993). *Territorio ordenado, territorio dominado. Espacios, políticas y conflictos en la España de la Ilustración*. León: Universidad de León.
- RÍO-BARJA, Francisco Javier (1990): *Cartografía Xurisdiccional de Galicia no século XVIII*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- SAAVEDRA, Pegerto (1990): "Contribución al estudio del régimen señorial gallego". *Anuario de historia del derecho español*, nº 60, p. 103-184.

## A reforma cartográfica de Delisle: comparação entre o manuscrito da Torre do Tombo e a *Dissertação* publicada pela Academia de Ciências

**Rafael Henrique de Oliveira**

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
rafa.oliveira@usp.br

**Jorge Pimentel Cintra**

Museu Paulista da Universidade de São Paulo  
jpcintra@usp.br

### Resumo:

O escrupuloso trabalho do cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675–1726) de reformulação da carta do globo, tendo o método astronômico de observação de longitudes como apoio, é reputado como um dos primeiros desenvolvimentos da cartografia moderna. Tendo em conta o impacto dessa reformulação na cartografia portuguesa, o presente artigo tem como objetivo comparar duas versões de sua *Dissertação*: uma versão manuscrita localizada nos arquivos da Torre do Tombo, Portugal, e uma versão tipografada publicada pela Academia de Ciências francesa em 1722. Como apoio para dirimir dúvidas acerca da acurácia dos dados textuais, utilizam-se os mapas do mundo e da América Meridional produzidos como apêndices da *Dissertação* de Delisle. A partir da classificação e contagem das discrepâncias entre as versões, é possível identificar a versão portuguesa como aquela mais próxima do conteúdo original do trabalho. Conclui-se, portanto, pela necessidade de ler o trabalho e as fontes de Delisle para além daquilo contido nos textos publicados.

### Palavras-chave:

Guillaume Delisle, Reforma da Cartografia mundial, Cartografia francesa, Cartografia portuguesa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

### Abstract :

The scrupulous work of the French cartographer Guillaume Delisle (1675 - 1726) in reformulating the world map based on the astronomical method of observation of longitudes is considered as one of the first developments of modern cartography. Regarding the impact of this reformulation on Portuguese cartography, described in quantitative terms in previous work, this paper aims to compare two versions of his *Dissertation*: a handwritten version found in the archives of *Torre do Tombo*, Portugal, and a typographed version published by the French Academy of Sciences in 1722. The world map and the South America map produced from the *Dissertation* are used as support to solve doubts about the accuracy of the textual data. From the classification and counting of the discrepancies between the versions, it is possible to identify the Portuguese version as being closer to the original content of Delisle's work. Therefore, this work concludes that there is a need to read the work and the sources of Delisle beyond what is contained in the published texts.

### Keywords:

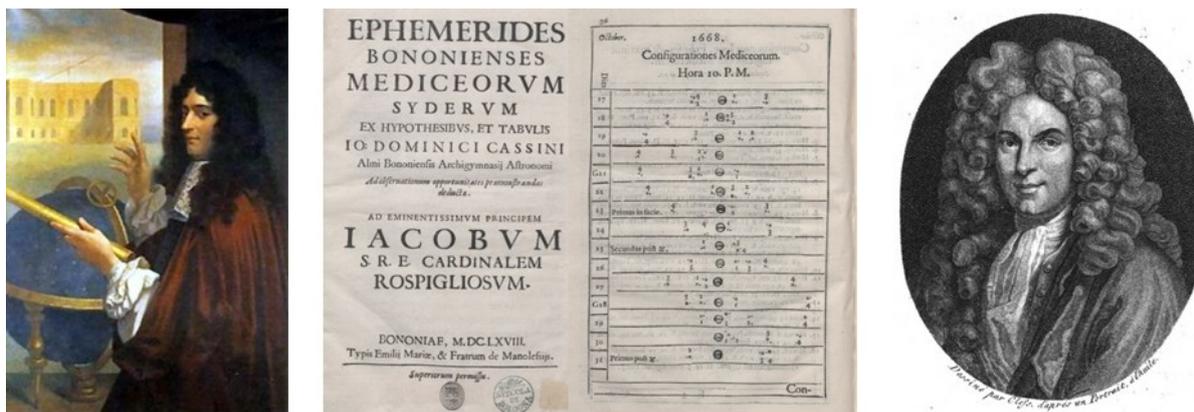
Guillaume Delisle, Reform of the world cartography, French cartography, Portuguese cartography, *Torre do Tombo* Archives.

### Introdução - A reforma cartográfica de Delisle

O cartógrafo francês Guillaume Delisle (1675– 1726, Figura 1), nomeado Primeiro Geógrafo Real da França no ano de 1702, é reconhecido como um dos precursores da cartografia moderna e um reformador da geografia. (TODIÈRE,

1878, p. 2018; SCHRADER, 1907, p. 40; VERNE, 1879, p. 4) . Dando continuidade aos métodos iniciados por seu mestre, o astrônomo Giovanni Domenico Cassini<sup>1</sup>, Delisle desenvolveu escrupuloso trabalho de integração e ponderação, em escala global, de relatos de observações astronômicas, roteiros de viajantes, portulanos e cartas de escala local. Seu revolucionário e proeminente trabalho é o primeiro esforço metódico de remodelamento da carta do mundo contando com um conjunto de longitudes observadas astronômicamente (pressupostas mais acuradas) ao redor do mundo, corrigindo os principais erros da cartografia de sua época e aproximando a representação do globo às suas formas reais em grau jamais visto até aquele momento.

O processo de plágio movido por Delisle, ainda aos 26 anos e com o apoio de seu pai, o historiador Claude Delisle, contra Jean-Baptiste Nolin, um dos cartógrafos mais reputados de seu tempo, foi um dos primeiros momentos de exposição do grande apuro de Delisle na seleção de fontes, nos estudos geográficos e na composição de suas cartas (DAWSON, 2000, p. 31). O objeto de disputa era um mapa do mundo publicado por Nolin em 1700 sob o título *Le Globe Terrestre*. A família Delisle apontou que muitas das novas representações e informações geográficas<sup>2</sup> introduzidas por Nolin teriam sido copiadas de um esboço de mapa-múndi elaborado por Guillaume alguns meses antes da publicação do mapa em discussão. Perante um conselho de notáveis selecionado para interrogar os disputantes, Delisle demonstrou maior domínio das informações recolhidas acerca de novas descobertas pelo globo, das técnicas utilizadas para sua composição do mapa e dos princípios da Geografia. Como resultado, o conselho decidiu a favor de Guillaume e ordenou a destruição dos originais do mapa de Nolin. Contudo, o resultado mais importante deste caso foi o estabelecimento de Delisle como autoridade na produção de cartas (PEDLEY, 2005, p. 107-109).

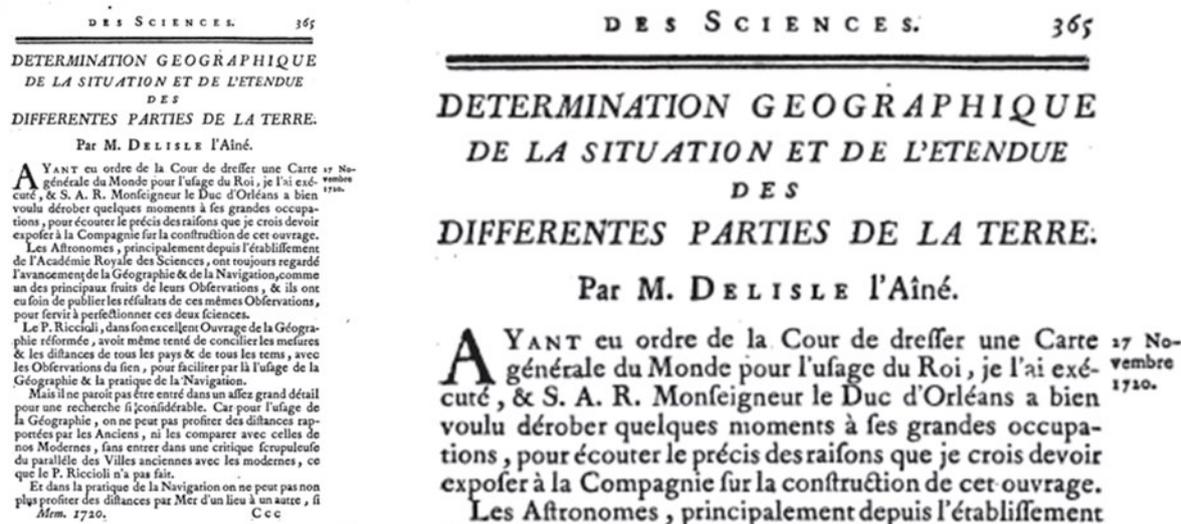


**Figura 1-** Da esquerda para a direita: a) Giovanni Domenico Cassini (1625-1712); b) frontispício e página das efemérides de Cassini; c) Guillaume Delisle (1675 – 1726). Fonte: elaborado a partir de BNF (2019).

<sup>1</sup> Giovanni Domenico Cassini (1625-1712), astrônomo italiano naturalizado francês responsável pela publicação das tábuas de Efemérides (1688), isto é, previsões das ocultações dos satélites de Júpiter para a cidade de Paris (MORAES, 1984, p. 24). Uma vez que a diferença em longitude é equivalente a uma diferença horária entre localidades, a publicação dessas tabelas viabilizou a medição relativamente acurada de longitudes de diferentes partes da Terra (longitudes ditas observadas astronômicamente).

<sup>2</sup> De forma concreta: localização da foz do rio Mississipi e representação da Califórnia como península em vez de ilha (PEDLEY, 2005, p. 107).

Como ápice de seu esforço reformador, apresentou em 27 de novembro de 1720, perante a Academia de Ciências de Paris, uma *Dissertação* intitulada *Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre* (em tradução livre, *Determinação geográfica da posição e da extensão de diferentes partes da Terra*, Figura 2), obra na qual apontava os principais desvios da cartografia corrente e as respectivas correções, sempre rigoroso quanto às fontes para tais considerações. O produto cartográfico imediato dessa reforma foi o mapa intitulado *Mappe-monde à l'usage du Roy* (*Mapa do mundo para uso do Rei*). Nos anos posteriores, Delisle também publicou mapas de países e continentes derivados dessa reforma, usualmente identificados pela inscrição “para uso do Rei” em seus cartuchos<sup>3</sup>. A *Dissertação* só seria publicada pela Academia de Paris no ano de 1722, em uma compilação dos trabalhos apresentados em 1720.



**Figura 2** - Primeira página e trecho inicial da versão da *Dissertação* publicada pela Academia de Ciências. Fonte: elaborado a partir de BNF (2019).

### O impacto do trabalho de Delisle na Cartografia Portuguesa

Como destacado por Jaime Cortesão (CORTESÃO, 1963, 2, p. 165), o trabalho de Delisle foi a primeira grande tentativa de remodelar a carta da Terra e teve grande repercussão em Portugal por apontar, de forma explícita no texto e no mapa, os erros recorrentes na cartografia portuguesa. Mostrando ciência de sua responsabilidade política enquanto

<sup>3</sup> Cita-se como exemplos desses produtos da reforma de Delisle: *Hémisphère oriental / Hémisphère occidentale dressé en 1720 pour l'usage particulier du Roy, sur les observations astronomiques et géographiques rapportées la même année dans l'Histoire et les mémoires de l'Académie Royale des Sciences* (1720), *Carte de la France dressée pour l'usage du Roy* (1721), *Carte de l'Amérique dressée pour l'usage du Roy* (1722), *Carte de l'Afrique dressée pour l'usage du Roy* (1722), *Carte d'Asie pour les usages du Roy, sur les mémoires envoyés par le czar à l'Académie royale des Sciences* (1723), *Carte d'Europe dressée pour l'usage du Roy* (1724) (DAWSON, 2000, p. 256-257).

Primeiro Geógrafo Real, Delisle apontava de forma assertiva, como se mostra a seguir, desvios na representação dos limites de fronteiras entre países e suas implicações diplomáticas:

Ásia: as ilhas Molucas, situadas no sudeste asiático, estariam 7° a Oeste da Linha Demarcatória definida pelo Tratado de Saragoça, continuação daquele de Tordesilhas, e, por consequência, seriam por direito portuguesas (DELISLE, 1720, p. 350). As cartas correntes (nomeadas por Delisle como “cartas comuns”) apresentavam enorme erro na representação dessas ilhas, colocando-as 14° a Leste da linha demarcatória. Delisle não afirma em sua Dissertação, mas Portugal já havia pago uma considerável soma a Castela por este território (CORTESÃO, 1963, 2, p. 165), ou seja, 350.000 ducados de ouro, por um território que lhe pertencia de acordo com o referido tratado.

América Meridional: o Cabo do Norte, limite setentrional da ocupação portuguesa na América Meridional, estaria posicionado 3°20' a Oeste da Linha definida pelo Tratado de Tordesilhas. Delisle também estabelece que o cabo de Santa Maria, extremo meridional das terras portuguesas, estaria a 4° a Oeste linha demarcatória (DELISLE, 1720, p. 350). Destarte, Delisle questiona explicitamente a ocupação portuguesa da região da foz dos rios Amazonas e da Prata, invadindo terras castelhanas e também, no caso do Cabo do Norte, de interesse da França (CORTESÃO, 1963, 2, p. 165) Contudo, apesar de seu conhecido apuro no levantamento de dados tanto geográficos quanto históricos, políticos e antropológicos, Delisle não menciona o Tratado de Utrecht (1713-1715), que estabelecia como portugueses a Colônia do Sacramento e o Oiapoque, e assim ratificava os direitos da Coroa portuguesa no Amazonas e refreava interesses franceses nessa região (CORTESÃO, 2006, 1, p. 21).

Dada a clara importância política das conclusões do cartógrafo francês, o rei português D. João V prontamente solicitou cópia da *Dissertação*, primeiro movimento no sentido de renovação dos atrasados métodos da cartografia lusitana. Como desdobramentos imediatos, o rei incentivava a reformulação do ensino e da prática cartográfica em Portugal e contrata os astrônomos italianos Carbone e Capassi. Além disso, envia os padres Capassi e Diogo Soares (chamados padres matemáticos) para a observação de longitudes astronômicas em diferentes localidades de seu reino, ordena a construção de novos observatórios, concretamente o de Lisboa, e a fabricação e compra de instrumentos mais modernos (para observações astronômicas e de medição de tempo) (CORTESÃO, 1963, 2, p. 167).

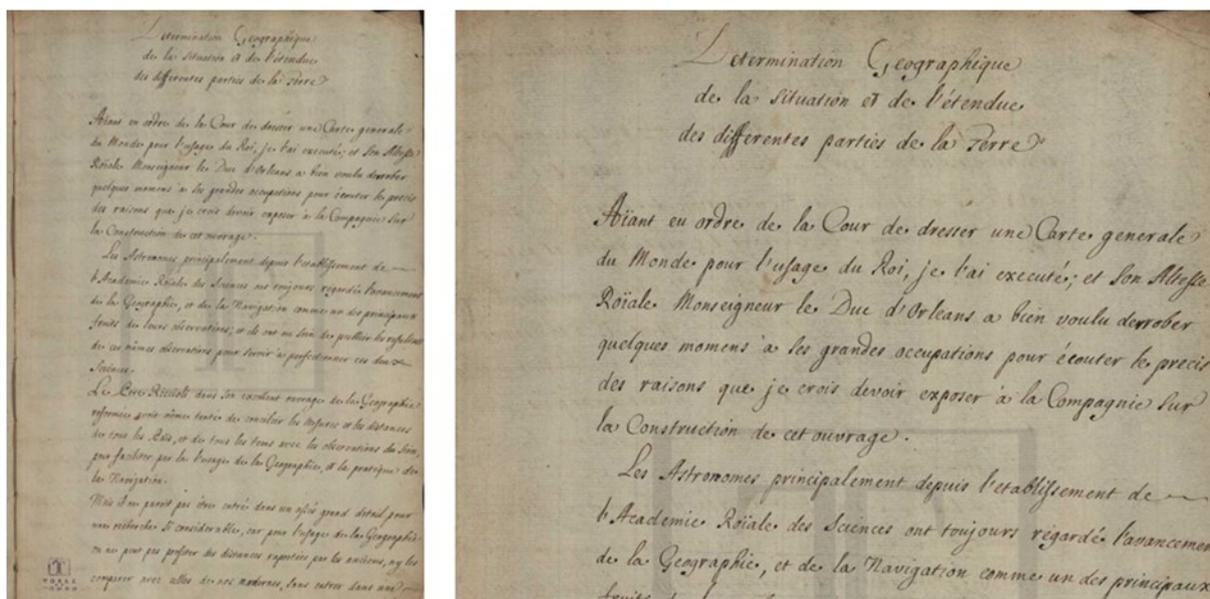
### **Materiais de estudo**

Como parte de um trabalho mais amplo sobre a reforma cartográfica de Delisle, a presente pesquisa inicialmente considerava apenas o texto apresentado na seção anterior, tipografado e publicado pela Academia de Ciências em 1722 em um compilado de trabalhos apresentados no ano de 1720<sup>4</sup>. Contudo, pesquisas em diferentes bases de dados

---

<sup>4</sup> Publicado em *Histoire de l'Academie Royale des Sciences, année 1720, avec les mémoires de Mathématique et de Physique pour la même année – tirés des registres de cette Academie*, páginas 365 a 384. Impresso em Paris, na casa de impressão real, no ano de 1722. Reuniu trabalhos de Física Geral, Anatomia, Química, Geometria, Geografia, Astronomia, Botânica, entre outras ciências.

realizadas em 2018 permitiram a localização de uma segunda versão do trabalho de Delisle. Essa versão encontra-se na coleção dos Condes de Linhares nos arquivos da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal (Figura 3). É possível que a cópia solicitada por D. João tenha relação com essa versão da Dissertação, uma vez que o trecho no qual Delisle questiona a ocupação da foz do Prata pelos portugueses está sublinhado.



**Figura 3** - Primeira página e trecho inicial da versão manuscrita da *Dissertação*. Fonte: elaborado a partir de ANTT (2019).

O conteúdo da *Dissertação* pode ser classificado, do ponto de vista cartográfico, em dois grupos principais:

- Localidades ditas “fixadas”: pontos cujas longitudes foram obtidas a partir de observação astronômica, ou seja, de forma considerada acurada. Como definido pelo rei Luís XIII, em 1634, para as cartas francesas, utiliza-se o meridiano da Ilha do Ferro como origem para as longitudes, com apenas uma exceção que utiliza o meridiano de Paris como referência. Ressalta-se que na maior parte dos casos Delisle afirma fixar localidades, mas não traz o valor de suas coordenadas.
- Distâncias entre localidades: distâncias tomadas em graus ou léguas (usualmente francesas, de 20 ao grau) tomadas de portulanos ou relatos de viajantes considerados mais confiáveis. São acompanhadas pelo rumo (com precisão de 11,25°, menor divisão) com o qual foram tomadas.

Os materiais cartográficos utilizados neste trabalho são os mapas de Delisle produzidos a partir de sua reforma. O primeiro deles é o mapa anexo à *Dissertação*, o *Mappemonde à l'usage du Royde* 1720 (Figura 4). Trata-se de uma

carta em projeção estereográfica equatorial<sup>5</sup> e de dimensões iguais a 43,5 x 76,5 cm, com versão digitalizada disponível na plataforma Gallica da Biblioteca Nacional da França. O segundo mapa utilizado é o *Carte d'Amérique dressée pour l'usage du Roy* (1722), mapa de 68 x 49 cm em projeção estereográfica equatorial<sup>6</sup> e também disponível digitalmente na plataforma Gallica. Esses mapas permitiram a conferência de dados da Dissertação e a realização de estudos de acurácia cartográfica na América Meridional.

Inicialmente, o presente artigo recupera resultados de trabalho anterior para descrever o ganho em acurácia na representação da América Meridional no trabalho de Delisle. Busca-se, assim, reafirmar sua importância como elemento de discussão diplomática. Em um segundo momento, como ponto central deste artigo, descrevem-se as diferenças entre as duas versões da *Dissertação* de Delisle. O método consiste na comparação textual por meio da tipificação e contagem das discrepâncias identificadas, a fim de definir relações de cópia entre os textos. Ressalta-se que não se define *a priori* um dos textos como sendo o original. Quando necessário, para dirimir dúvidas, foram confrontadas as informações textuais com aquelas cartografadas nos mapas selecionados.

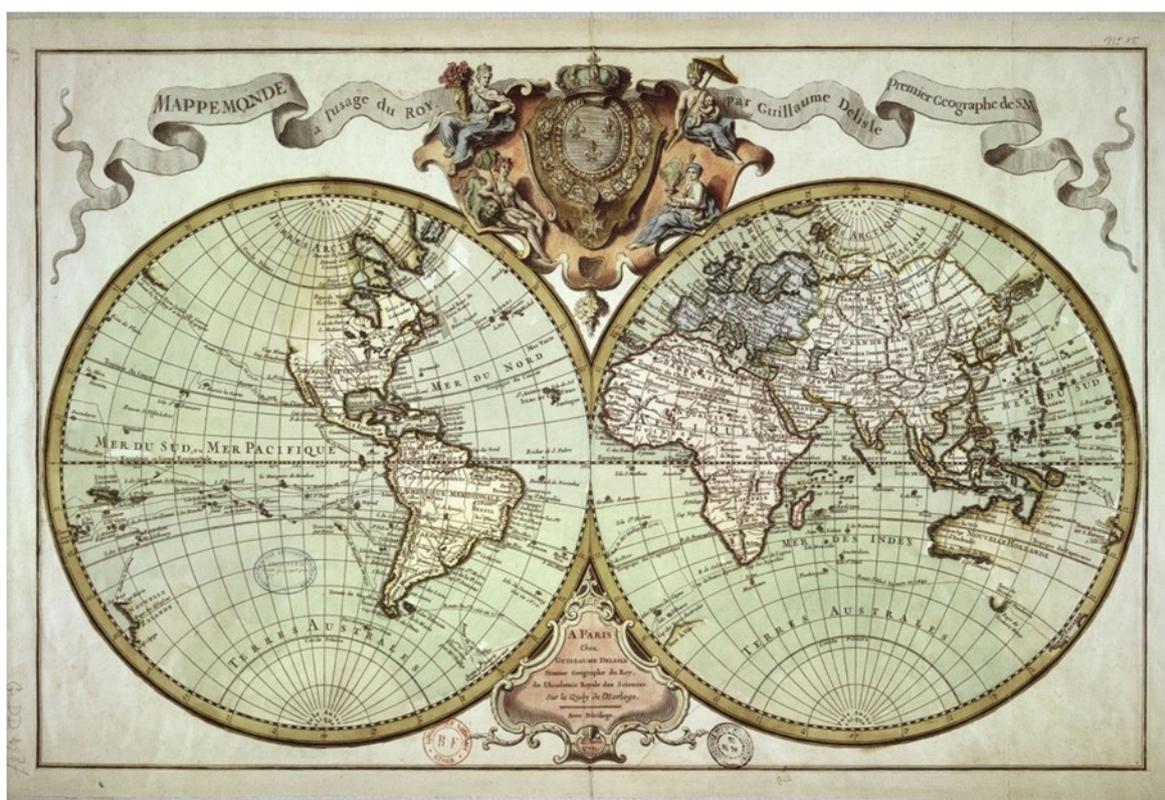


Figura 4 - *Mappe monde à l'usage du Roy* (1720). Fonte: BNF (2019).

<sup>5</sup> Deduz-se com a aplicação das regras para definição de projeções cartográficas de Gaspar (2005, p.307).

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 307.



**Figura 5 -** *Carte d'Amérique dressée pour l'usage du roi (1722).* Fonte: BNF (2019).

### **Análise cartográfico-matemática dos dados de Delisle para a América Meridional**

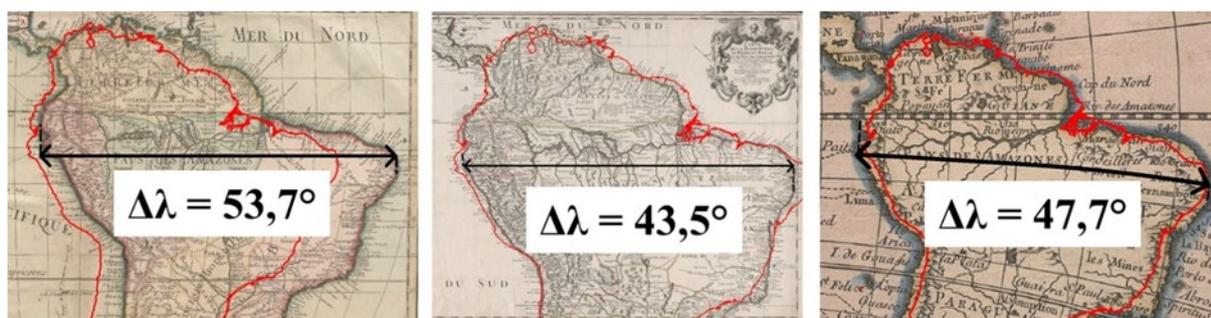
Em trabalho apresentado no 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (OLIVEIRA, CINTRA e ALMEIDA, 2016), fez-se uso de ferramentas de cartografia digital e de técnicas para estudo de mapas antigos para a análise cartográfico-matemática dos mapas derivados da reforma de Delisle com enfoque na América Meridional.

Para as feições e dimensões mais relevantes (no caso do trabalho em questão, o traçado do rio Amazonas e a extensão longitudinal do continente), realizou-se a comparação com cartas anteriores do mesmo período e com mapas atuais. Para a quantificação da acurácia (exatidão e precisão) das coordenadas, fez-se uso da cartografia matemática para análise de pontos selecionados ao longo do continente, incluindo aqueles observados astronomicamente na região (Tabela 1).

**Tabela 1** – Localidades fixadas por Delisle na América Meridional. Fonte: adaptado de OLIVEIRA, CINTRA e ALMEIDA (2016).

Nome Atual	Longitude (Ilha do Ferro)	Latitude	Fonte das coordenadas
Martinica	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Cartagena	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Porto Belo	-	-	Observações do Pe. Feuillé, 1704-5
Ilha de Antônio Vaz (Recife)	343,67	-	Observações de Marcgraf, 1638
Caiena	324,50	-	Observações da Academia Francesa
Estreito de Magalhães	-	-	Observações da Academia Francesa

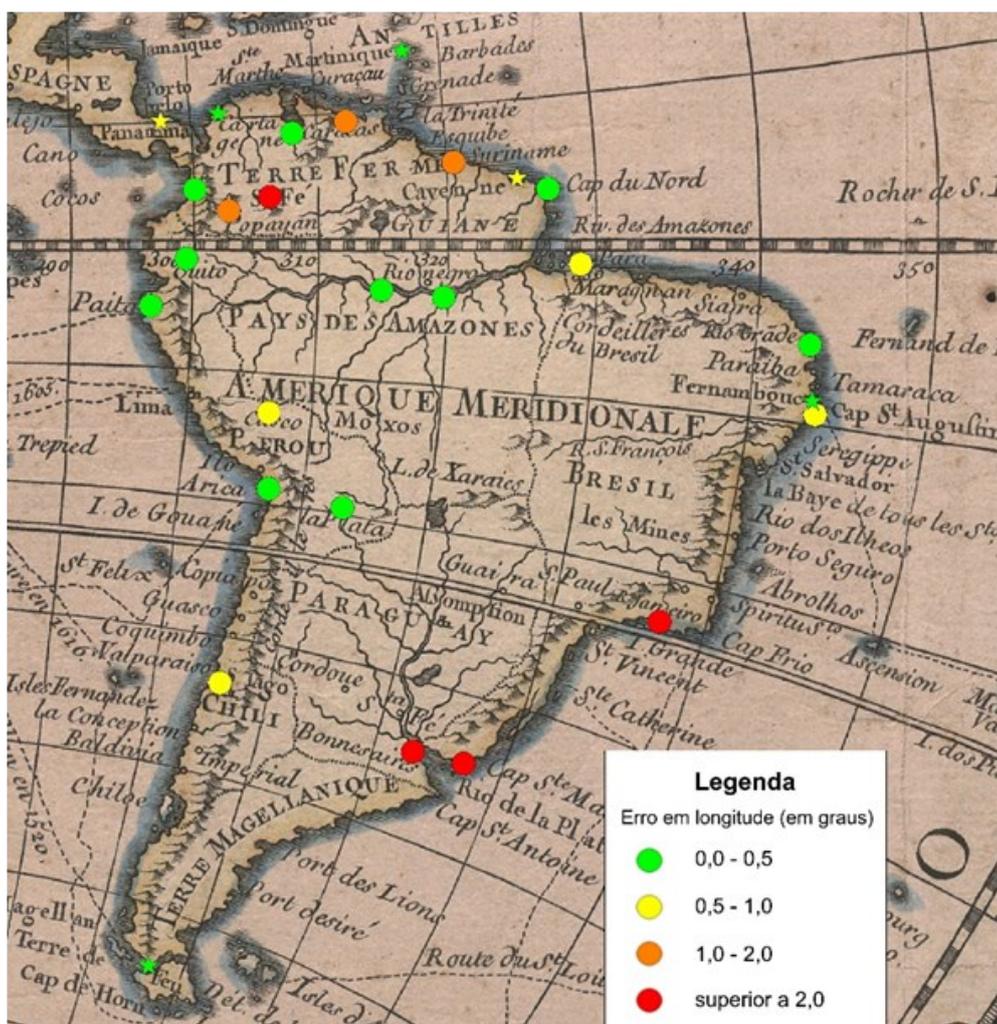
Como primeiro resultado, verificou-se a correção introduzida por Delisle de 7,2° na extensão longitudinal da América Meridional. Os mapas da época superestimavam (Figura 6) essa dimensão devido a erros recorrentes na cartografia portuguesa que tendiam a representar seu território mais a Leste em relação à posição real e em posição mais favorável quando considerada a linha demarcatória. Tendo em conta que a extensão longitudinal da América do Sul é de 46,5°, sabe-se que os mapas da época superestimavam esse valor e nota-se, pelos valores da Figura 6, que o próprio Delisle superestimava em 7,2°; depois, reduziu demasiadamente no mapa de 1703, subestimando em 3° (possuindo coordenadas acuradas apenas para a costa Leste como é possível ver pelas datas de observação na Tabela 1), para finalmente, com coordenadas astronômicas nas proximidades das duas extremidades longitudinais, cometer um pequeno erro de 1,2°.



**Figura 6** - Da esquerda para a direita, representação da extensão longitudinal da América do Sul em mapas de Delisle: a) Mapa de 1700; b) Mapa de 1703; c) *Mappe monde* de 1720. Fonte: elaborado a partir de BNF (2019).

Para o estudo da acurácia (exatidão e precisão), considerou-se a extração das coordenadas em vinte e seis pontos notáveis do mapa antigo (incluindo os pontos fixados) e sua comparação com coordenadas extraídas em mapa de referência (mapa atual, tendo sido empregado o *Google Maps* para o presente caso). O resultado em acurácia (erros em longitude dados em graus) é apresentado na Figura 7, na qual é possível identificar considerável erro (superior a 2°) na foz do rio da Prata. Nota-se que esse erro é favorável às pretensões portuguesas, sendo a real extrapolação da linha de Tordesilhas maior do que a calculada e representada no mapa por Delisle. Apesar dos erros na foz do Prata,

no Rio de Janeiro e em Santa Fé de Bogotá, concluiu-se que o cartógrafo francês realizou considerável melhora na representação do continente, apresentando erro médio em longitude (erro sistemático) de 0,23° e desvio padrão (imprecisão) de 1,14°, valores baixos para a cartografia da época como apresentado em CINTRA e OLIVEIRA (2013, p. 10).



**Figura 7** - Erros em longitude no *Mappe monde* para localidades da América Meridional. Fonte: elaborado a partir de BNF (2019).

### **Comparação entre as versões**

Uma vez quantificada a correção na representação da América Meridional promovida por Delisle, faz-se a comparação entre as duas versões do texto de Delisle apreciadas na presente pesquisa. Os dois documentos foram lidos comparativamente e as discrepâncias entre eles foram tabeladas. Além disso, de forma a ser possível extrair informações acerca de relações de precedência/cópia entre os textos, realizou-se a tipificação dessas diferenças de acordo com as seguintes classes:

- Divergências em valores numéricos: alteração nos valores de distâncias, rumos ou coordenadas, normalmente fruto de erro em cópia.
- Divergência em texto: alteração de palavras, podendo haver considerável modificação de sentido (provável erro do copista) ou mera troca por sinônimo.
- Trocas de ordem: informações existentes nos dois textos, mas em ordem de apresentação distinta.
- Omissões: informações existentes em apenas uma das versões.

Além de tipificada nos termos apresentados, as discrepâncias são classificadas em alteradoras ou não alteradoras de sentido. De forma complementar, os documentos cartográficos foram utilizados para dirimir eventuais dúvidas e verificar a coerência entre os dados textuais das duas fontes e as informações cartografadas. A Tabela 2 apresenta as discrepâncias identificadas na comparação entre os textos. Nessa tabela, a coluna “Página” apresenta o número da página na versão francesa (f) e na versão portuguesa (p), ressaltando-se que há erro de sequência na numeração das páginas da versão francesa e optou-se por preservar os números como impressos. As colunas “Versão francesa” e “Versão portuguesa” contêm os trechos como apresentados nos respectivos documentos. Eventuais adições ao texto original, realizadas para se dar contexto aos trechos selecionados, são apresentadas entre colchetes. A coluna “Tipo de discrepância e interpretação” traz, além da classe atribuída, uma interpretação para essa ocorrência considerando as dificuldades associadas à atividade de cópia e o contexto das obras. Além disso, cada discrepância em cada trecho está numerada segundo sua ordem de ocorrência.

A considerável frequência de omissões na versão francesa ou, visto por outro ângulo, acréscimos na versão portuguesa (sete ocorrências) permitem sustentar a hipótese de que esta versão que analisamos pode não ser fiel ao trabalho de Delisle e que a cópia portuguesa foi feita a partir de outra versão. Não seria razoável supor que o copista português teria introduzido informações, muitas vezes coerentes com as informações contidas nos mapas, ao trabalho o francês. Ou seja, é possível inferir que a versão portuguesa se baseou em uma outra versão da *Dissertação* de Delisle, possivelmente preliminar e assim anterior à versão de 1722.

**Tabela 2** – Discrepâncias identificadas entre as versões e sua classificação. Fonte: os autores, a partir de Delisle (1722).

Página	Versão francesa	Versão portuguesa	Tipo de discrepância e interpretação
366 (f) 2 (p)	"Par exemple, le Portulan de Jacque Colomb, celui de Vankeulen et les autres conviennent que de Malte à Alexandrie il y a 283 lieues de 20 au degré, en cinglant à l'Est Sud-est, ce qui donne sous ce parallèle 15 degrés 58 minutes entre ces deux places, à <b>quelques minutes</b> <sup>(1)</sup> près du résultat des observations de M. de Chazelles, qui mettent 5 ou 6 degrés moins que les Cartes Ordinaires."	"Par exemple, le Portulan de Jacque Colomb, celui de Vankeulen et les autres conviennent que de Malte à Alexandrie il y a 283 lieues de 20 au degré, en cinglant à l'Est Sud-est, ce qui donne sous ce parallèle 15 degrés 58 minutes entre ces deux places, à <b>11 minutes</b> <sup>(1)</sup> près du résultat des observations de M. de Chazelles, qui mettent 5 ou 6 degrés moins que les Cartes Ordinaires."	<sup>(1)</sup> Divergência em valor numérico com alteração de sentido. Possível simplificação na versão francesa, uma vez que não é plausível supor uma invenção do número de minutos do copista português.
366 (f) 3 (p)	"De la même Isle de Malte, au lieu de 110 lieues que les Cartes communes marquent jusqu'à Tripoli de Barbarie, il n'y a suivant ces portulans que 53 lieues, en tirant au Sud un quart à l'Ouest, ce qui donne, à <b>peu de chose près</b> <sup>(2)</sup> la situation respective de ces deux places conclue par les Observation du P. Feuillée."	"De la même Isle de Malte, au lieu de 110 lieues que les Cartes communes marquent jusqu'à Tripoli de Barbarie, il n'y a suivant ces portulans que 53 lieues, en tirant au Sud un quart à l'Ouest, ce qui donne <b>précisément</b> <sup>(2)</sup> la situation respective de ces deux places conclue par les Observation du P. Feuillée."	<sup>(2)</sup> Divergência em texto com ligeira alteração de sentido, praticamente substituído por precisamente
368 (f) 4 (p)	"J'ai trouvé que cette partie de la Méditerranée [les Côtes de la Méditerranée] où j'ai employé ces Portulans sans le secours des observations, était du moins aussi différente des Cartes Ordinaires que l'autre où j'ai été appuyé par les mêmes Observations, puisque de Tripoli au bout du Détroit de Gibraltar, j'ai trouvé la différence de 7 degrés sur 26, et que la largeur de cette Mer Nord et Sud depuis le fonds du Golfe de Lyon jusqu'à Alger en Barbarie, s'est trouvée pareillement plus petite de 3 degrés ou 75 lieues sur 230 qu'elle n'est dans ces Cartes, conformément à la distance que Strabon marque de 5000 stades entre ces deux Côtes. Ainsi la Ville de Gibraltar se trouve par ces mesures Occidentales au Méridien de Paris de 7 degrés 30 minutes, et l'Alger Orientale d'un degré 25 minutes, la latitude de la première Ville étant de 36 degrés 10 minutes, et celle de la dernière de 36 degrés 32 minutes, plus grand de 3 degrés que pas les Cartes ordinaires." <sup>(3)</sup>	"J'ai trouvé que cette partie de la Méditerranée [les Côtes de la Méditerranée] où j'ai employé ces Portulans sans le secours des observations, était du moins aussi différente des Cartes Ordinaires." <b>[omite todo o restante]</b> <sup>(3)</sup>	<sup>(3)</sup> Omissão na versão portuguesa, possivelmente em decorrência de simplificação ou mais provavelmente, descuido no momento da cópia, já que essas informações são relevantes para a feitura do mapa.
368 (f) 5 (p)	"[...] du Golfe d'Issus, où est Alexandrète, jusqu'au détroit d'Hercule, qui est celui de Gibraltar, il n'y a que 25 mille stades qu'il évalue à 700 par degré, calcul <sup>(4)</sup> approchant de ce résultat."	"[...] du Golfe d'Issus, où est Alexandrète, jusqu'au détroit d'Hercule, qui est celui de Gibraltar, il n'y a que 25 mille stades qu'il évalue à 700 par degré, calcul <b>très</b> <sup>(4)</sup> approchant de ce résultat."	<sup>(4)</sup> Omissão de termo na versão francesa sem grande alteração de sentido.
369 (f) 5 (p)	"Car ces Portulans mettent du Détroit de Gibraltar au Cap Sainte-Marie 40 lieues entre l'Ouest-Nord-Ouest et le Nord-Ouest quart d'Ouest, de là 18 lieues et demie à l'Ouest au Cap Saint-Vincent, et de là enfin 37 <sup>(5)</sup> lieues entre le Nord et le Nord quart à l'Est jusqu'au Cap de Roque situe à l'entrée de la Barre de Lisbonne, ce qui revient parfaitement aux 3 degrés 19 minutes qui doivent rester jusqu'à cette ville."	"Car ces Portulans mettent du Détroit de Gibraltar au Cap Sainte-Marie 40 lieues entre l'Ouest-Nord-Ouest et le Nord-Ouest quart d'Ouest, de là 18 lieues et demie à l'Ouest au Cap Saint-Vincent, et de là enfin 31 <sup>(5)</sup> lieues entre le Nord et le Nord quart à l'Est jusqu'au Cap de Roque situe à l'entrée de la Barre de Lisbonne, ce qui revient parfaitement aux 3 degrés 19 minutes qui doivent rester jusqu'à cette ville."	<sup>(5)</sup> Divergência em valor numérico, provável erro de cópia dada a semelhança entre os algarismos trocados: 7 por 1.
371 (f) 7 (p)	"On y verra [à la Reduction de la Carte] aussi que les longitudes de Stokholm et d'Upsal y sont marquées sur les Observations faites par M. Vallerius en 1715 <sup>(6)</sup> ..."	"On y verra [à la Reduction de la Carte] aussi que les longitudes de Stokholm et d'Upsal y sont marquées sur les Observations faites par M. Vallerius en 1715 <sup>(6)</sup> ..."	<sup>(6)</sup> Divergência no ano, em claro erro de cópia, por omissão de dígito na data.

<p>371 (f) 8 (p)</p>	<p>"Le terme des découvertes au Nord du Spitzberg est la pointe de Purchas à 82 degrés, et la Nouvelle Isle de <b>Fero</b><sup>(7)</sup> à 82 degrés <b>25</b><sup>(8)</sup> minutes à 150 lieues près du pole."</p>	<p>"Le terme des découvertes au Nord du Spitzberg est la pointe de Purchas à 82 degrés, et la Nouvelle Isle de <b>Fer</b><sup>(7)</sup> à 82 degrés a <b>5</b><sup>(8)</sup> minutes à 150 lieues près du pole."</p>	<p><sup>(7)</sup> Divergência em texto, com alteração de sentido (Ilha do Ferro, nas Canárias, em oposição à Ilha Faroe, ao Norte da Escócia). A cópia portuguesa está errada. <sup>(8)</sup> Divergência em valor numérico, com possível omissão do dígito 2 na versão portuguesa.</p>
<p>372 (f) 9 (p)</p>	<p>"J'ai remarqué la situation de l'Islande sur le rumb de vent et les distances de nos Côtes aux différents endroit de cette Isle marqués dans les Portulans. Ces distances revienent assez à l'Observation fait ele 31 Janvier 1580 par Jean Bocholt de la fin d'une Eclipse totale de Lune à Bested, <b>principale Forteresse</b><sup>(9)</sup> de cette Isle, comparée à l'Observations que Tycho fit de la fin de la même Eclipse à Uranibourg, dont le résultat donne la différence des Méridiens de <b>34° 7' 30"</b>.<sup>(10)</sup>"</p>	<p>"J'ai remarqué la situation de l'Islande sur le rumb de vent et les distances de nos Côtes aux différents endroit de cette Isle marqués dans les Portulans. Ces distances revienent assez à l'Observation fait ele 31 Janvier 1580 par Jean Bocholt de la fin d'une Eclipse totale de Lune à Bested, <b>château</b><sup>(9)</sup> de cette Isle, comparée à l'Observations que Tycho fit de la fin de la même Eclipse à Uranibourg, dont le résultat donne la différence des Méridiens de <b>67 degrés 52 minutes</b>.<sup>(10)</sup>"</p>	<p><sup>(9)</sup> Divergência em texto com pequena alteração textual: troca de principal fortaleza por castelo. Nessa ilha há fortaleza, mas não castelo. <sup>(10)</sup> Divergência em valor numérico de coordenada, com claro erro de cópia na versão portuguesa, conhecendo-se o valor da longitude através dos mapas, muito próxima do valor da versão francesa. Deve-se notar que a latitude de Bested (aproximadamente 65,5°) está próxima do valor presente na versão portuguesa, o que poderia explicar o erro cometido.</p>
<p>373 (f) 10 (p)</p>	<p>"Les découvertes ont été poussées de ce côté-là [les Côtes du Détroit de Davis à la partie Occidentale du Groenland] de jusqu'au Détroit de Smith, à <b>78</b><sup>(11)</sup> degrés le latitude [...]"</p>	<p>"Les découvertes ont été poussées de ce côté-là [les Côtes du Détroit de Davis à la partie Occidentale du Groenland] de jusqu'au Détroit de Smith, à <b>18</b><sup>(11)</sup> degrés le latitude [...]"</p>	<p><sup>(11)</sup> Divergência em valor numérico de coordenada, com claro erro de cópia na versão portuguesa, novamente troca de 7 por 1.</p>
<p>374 (f) 11 (p)</p>	<p>"Prenant un milieu entre toutes ces Observations [les Observation de l'Eclipse de Lune du 23 Septembre 1577 à Mexico, à Los Angeles, à Veracruz, à Uranibourg et à différentes Villes d'Espagne] et supposant Uranibourg Oriental à Paris de 10 degrés 30 minutes, et Madrid Occidental de 6 degrés, comme il résulte des Observations de l'Académie, Mexique sera a <b>275 degrés 15 minutes</b><sup>(12)</sup>, et la Veracruz à 278 degrés 45 minutes de longitude [...]"</p>	<p>"Prenant un milieu entre toutes ces Observations [les Observation de l'Eclipse de Lune du 23 Septembre 1577 à Mexico, à Los Angeles, à Veracruz, à Uranibourg et à différentes Villes d'Espagne] et supposant Uranibourg Oriental à Paris de 10 degrés 30 minutes, et Madrid Occidental de 6 degrés, comme il résulte des Observations de l'Académie, Mexique sera a <b>275 minutes</b><sup>(12)</sup>, et la Veracruz à 278 degrés 45 minutes de longitude [...]"</p>	<p><sup>(12)</sup> Divergência em valor numérico de coordenada, com claro erro de cópia na versão portuguesa, em que o autor não reparou que os minutos estão excedendo o valor 59 / 60.</p>
<p>350 (f) 12 (p)</p>	<p>"On verra bientôt que les Moluques tombaient dans le partage des Portugais, contre la situation que les Cartes ordinaires donnent à ces Isles. Mais il n'est pas de même de la Colonie que les Portugais ont établie à l'embouchure de la Rivière de la Plate.<sup>(13)</sup>"</p>	<p>"On verra bientôt que les Moluques tombaient dans le partage des Portugais, contre la situation que les Cartes ordinaires donnent à ces Isles. <b>Mais il n'est pas de même de la Colonie que les Portugais ont établie à l'embouchure de la Rivière de la Plate.</b><sup>(13)</sup>"</p>	<p><sup>(13)</sup> Único trecho sublinhado na versão portuguesa, dada a sua importância para as pretensões de Portugal.</p>
<p>352 (f) 14 (p)</p>	<p>"La Côte Occidentale de l'Afrique, depuis le Cap Verd jusqu'au Cap de Bonne-Espérance, suivant les Observation de l'Académie faites à ces deux Caps, ne diffère en tout que de 2 degrés des Cartes ordinaires. Il est vrai que M. Halley en retranche encore deux degrés, ne s'assujétissant pas aux Observation du Cap de Bonne-Espérance faites pas les PP. Jésuites, <b>et si je l'ai suivi en cela, c'est parce qu'il est appuyé sur nos routiers</b><sup>(14)</sup>, qui ne mettent que 573 lieues au Sud-est de l'Isle Saine-Hélène où il a observe, jusqu'au Cap de Bonne-Espérance, qui font seulement 24 degrés sur la Carte réduite."</p>	<p>"La Côte Occidentale de l'Afrique, depuis le Cap Verd jusqu'au Cap de Bonne-Espérance, suivant les Observation de l'Académie faites à ces deux Caps, ne diffère en tout que de 2 degrés des Cartes ordinaires. Il est vrai que M. Halley en retranche encore deux degrés, ne s'assujétissant pas aux Observation du Cap de Bonne-Espérance faites pas les PP. Jésuites, <b>mais je ne l'ai pas suivi en cela, quoiqu'il soit appuyé sur nos routiers</b><sup>(14)</sup>, qui ne mettent que 573 lieues au Sud-est de l'Isle Saine-Hélène où il a observe, jusqu'au Cap de Bonne-Espérance, qui font seulement 24 degrés sur la Carte réduite."</p>	<p><sup>(14)</sup> Divergência em termos com inversão de sentido na frase, com inconsistência na versão portuguesa, levando em conta o contexto.</p>
<p>353 (f) 14 (p)</p>	<p>"La Mer des Indes est beaucoup plus différente des Cartes ordinaire; car du Cap de Bonne-Espérance à la pointe Orientale de la Chine, <b>je ne</b><sup>(15)</sup> <b>trouve par ces Observations que 105</b><sup>(16)</sup> degrés au lieu de 123 que les Cartes y marquaient."</p>	<p>"La Mer des Indes est beaucoup plus différente des Cartes ordinaire; car du Cap de Bonne-Espérance à la pointe Orientale de la Chine, <b>ona</b><sup>(15)</sup> <b>trouvé par les observations que 103</b><sup>(16)</sup> degrés au lieu de 123 que les Cartes y marquaient."</p>	<p><sup>(15)</sup> Divergência em termos sem alteração de sentido no contexto. <sup>(16)</sup> Divergência em valor numérico de distância, com claro erro de cópia na versão portuguesa, tendo em conta o mapa.</p>

<p>355 (f) 17 (p)</p>	<p>"M. du Quene s'est aperçu de la même erreur [erreur de 30 degrés pour le seule éloignement du Cap de Bonne-Espérance aux Terres Australes] dans son atterrage à la Nouvelle Hollande, car étant le 5 Août 1687 pas les 31 degrés 5 minutes de latitude Méridionale, et s'estimant par les Cartes à 375 lieues de cette Terre, il fut très surpris de s'en voir tout proche, et traversa de-là à l'Isle de Java, dont nous avons la situation très-bien déterminé par les Observations des PP. Jésuites <b>faites dans le voisinage, jointes aux</b><sup>(17)</sup> Mémoires de Marine qui ne varient pas dans ces endroits si fréquentés par les Navigateurs."</p>	<p>"M. du Quene s'est aperçu de la même erreur [erreur de 30 degrés pour le seule éloignement du Cap de Bonne-Espérance aux Terres Australes] dans son atterrage à la Nouvelle Hollande, car étant le 5 Août 1687 pas les 31 degrés 5 minutes de latitude Méridionale, et s'estimant par les Cartes à 375 lieues de cette Terre, il fut très surpris de s'en voir tout proche, et traversa de-là à l'Isle de Java, dont nous avons la situation très-bien déterminé par les Observations des PP. Jésuites<sup>(17)</sup>et Mémoires de Marine qui ne varient pas dans ces endroits si fréquentés par les Navigateurs."</p>	<p>(17) Omissão de trecho sem alteração de sentido</p>
<p>381 (f) 19 (p)</p>	<p>"[...] on pourrait soupçonner que ces deux Terres [La Nouvelle Zélande et la Terre de Davis] pourraient faire un même continent, quoiqu'éloignées l'une de l'autre de <b>90</b><sup>(18)</sup> <b>degrés.</b><sup>(19)</sup>"</p>	<p>"[...] on pourrait soupçonner que ces deux Terres [La Nouvelle Zélande et la Terre de Davis] pourraient faire un même continent, quoiqu'éloignées l'une de l'autre de <b>9</b><sup>(18)</sup> <b>degrés ou de la quatrième partie du tour de la Terre.</b><sup>(19)</sup>"</p>	<p>(18) Divergência numérica na distância, com claro erro na versão portuguesa, por omissão de dígito. (19) Omissão de trecho na versão francesa. O acréscimo na versão portuguesa, aliás, permite deduzir erro numérico cometido: a quarta parte é 90 e não 9.</p>
<p>381 (f) 19 (p)</p>	<p>"La Terre de Yeço, que les Cartes ordinaires marquaient au Nord de la Mer du Sud, et qu'elles étendent tellement du côté de l'Orient, qu'il ne reste que <b>5</b><sup>(20)</sup> <b>degrés</b> de-là jusqu'à la Californie, se trouve marquée dans ma carte aux Nord du Japon, auquel on croit même que cette Terre est attachée."</p>	<p>"La Terre de Yeço, que les Cartes ordinaires marquaient au Nord de la Mer du Sud, et qu'elles étendent tellement du côté de l'Orient, qu'il ne reste que <b>trois</b><sup>(20)</sup> <b>degrés</b> de-là jusqu'à la Californie, se trouve marquée dans ma carte aux Nord du Japon, auquel on croit même que cette Terre est attachée."</p>	<p>(20) Divergência numérica na distância, com erro na versão portuguesa identificado a partir da análise dos mapas: são 5 e não 3 graus.</p>
<p>381 (f) 20 (p)</p>	<p>"Je remarquerai seulement que la longitude que ce Père [P. Beze] donne à cette dernière Ville [Constantinople] est différente de 6 degrés sur 17 du résultat des Mémoires que je viens de citer [de l'Académie], qui sont cependant conformes aux <b>distances</b><sup>(21)</sup> de M. de Tournefort, et aux Itinéraires Romains, ce qui fait connaître l'erreur de cette Observation."</p>	<p>"Je remarquerai seulement que la longitude que ce Père [P. Beze] donne à cette dernière Ville [Constantinople] est différente de 6 degrés sur 17 du résultat des Mémoires que je viens de citer [de l'Académie], qui sont cependant conformes aux <b>observations</b><sup>(21)</sup> de M. de Tournefort, et aux Itinéraires Romains, ce qui fait connaître l'erreur de cette Observation."</p>	<p>(21) Divergência em termos utilizados com clara diferença conceitual e erro na versão portuguesa pois a grandeza de itinerários é forçosamente distância, que não é observada, mas medida.</p>
<p>382 (f) 20 (p)</p>	<p>"Ce prince [Sa Majesté Czarienne], aussi recommandable par son gout pour les Sciences, que par sa grande capacité dans l'art de régner, <b>me fit l'honneur de me dire, durant son séjour à Paris, que c'était mal-à-propos que l'on avait supposé un gouffre dans la Mer Caspienne; que s'il y en avait un quelque part, il ne pouvait être que dans une autre petite Mer de 15</b><sup>(23)</sup> <b>lieues d'étendue, dans laquelle la Mer Caspienne se déchargeait à sa partie Orientale, et dont nous n'avions eu aucune connaissance jusqu'à présent. Que l'eau de cette petite Mer était d'une grande salure</b><sup>(24)</sup>, que les poissons de la Mer Caspienne qui y entraient, perdaient la vue d'abord et mouraient peu après. <b>Qu'enfin la Rivière qui coule plus au Midi ne se déchargeait plus dans la mer Caspienne</b><sup>(25)</sup>, les habitants l'ayant obligée de changer son cours par une chaussée, tant pour se mettre à couvert des Pirates, que pour l'obliger à répandre ses eaux dans les endroits qui en avoient besoin <b>par des Canaux que l'on voit dans une Carte, qu'il me fit l'honneur de me faire voir.</b><sup>(26)</sup>"</p>	<p>"Ce prince [Sa Majesté Czarienne], aussi recommandable par son gout pour les Sciences, que par sa grande capacité dans l'art de régner, <b>a bien voulu donner à l'Académie une marque de son estime en lui envoyant une copie de cette Carte [une Carte exacte de la Mer Caspienne fait par ordre de Sa Majesté Czarienne] qu'il m'a fait l'honneur de m'adresser.</b><sup>(22)</sup> <b>On y remarque à la partie Orientale un Détroit par lequel cette Mer se décharge dans un autre Mer de 50</b><sup>(23)</sup> <b>lieues d'étendue dont nous n'avions eu aucune connaissance jusqu'à présent. Mais Sa Majesté Czarienne me fit l'honneur de me dire, durant son séjour à Paris, que le gouffre qu'on avait cru être dans la Mer Caspienne était dans cette petite Mer. Que son eau était si salée</b><sup>(24)</sup> que les poissons de la Mer Caspienne qui y entraient, perdaient la vue d'abord et mouraient peu après. <b>Qu'enfin la Rivière de Daria marquée dans la Carte 40 lieues plus au Midi et que je reconnais pour être Locus des Anciens ne se déchargeait plus dans la mer Caspienne</b><sup>(25)</sup>, les habitants l'ayant obligée de changer son cours par une chaussée, tant pour se mettre à couvert des Pirates, que pour l'obliger à répandre ses eaux dans les endroits qui en avoient besoin <b>comme il est marqué dans la carte, et qui communiquent avec un Lac de cent lieues d'étendue que l'on ne connaissait pas non plus.</b><sup>(26)</sup>"</p>	<p>(22) Omite, na versão francesa, entrega de cópia de uma carta russa à Academia e detalhes do rio de Dária. A descrição deste rio é coerente com o apresentado no <i>Mappemonde</i>. Pode-se supor que esse texto pudesse constar em uma versão preliminar da Dissertação copiada por portugueses e só depois editada para publicação, dois anos depois de sua apresentação, pela Academia. Um copista português não teria inventado tal informação. (23) Divergência no valor numérico da extensão do Mar Cáspio, com erro na versão portuguesa verificado pela comparação com a representação desse mar no mapa. (24) Ao longo do trecho há duas trocas de ordem sem alteração de sentido. Também há troca de termos sem comprometimento do sentido. (25) Omissão de detalhes do rio de Dária na versão francesa. Como é pouco crível que o copista português tenha criado complementos ao texto, supõe-se que a obra portuguesa tenha se baseado em um esboço da Dissertação, anterior à publicação de 22 e mais completo em determinados trechos, como já se notou no trecho (22), acima, confirmando a hipótese de uma versão original do texto de Delisle. (26) Trechos diferentes em conteúdo (troca de termos e a indicação, na versão portuguesa, da existência de um lago que receberia água dos canais), mas coerentes entre si e com a representação em mapas (a menos da extensão, que está majorada na versão portuguesa).</p>

<p>383 (f) 21 (p)</p>	<p>"Les bornes que je me suis prescrites dans cette dissertation ne me permettent pas de justifier aujourd'hui mes recherches sur les autres bornes naturelles, telles que sont les grandes Rivières sur le cours desquelles il y a tant de différence entre nos Auteurs, les grandes chaînes de Montagnes si essentielles à la Géographie<sup>(27)</sup>, et en même temps si recherchées pas les Anciens, et si négligées par les Modernes."</p>	<p>"Les bornes que je me suis prescrites dans cette dissertation ne me permettent pas de justifier aujourd'hui mes recherches sur les autres bornes naturelles, telles que sont les grandes Rivières sur le cours desquelles il y a tant de différence entre nos Auteurs, les grandes chaînes de Montagnes si essentielles à la Géographie et à l'<b>Histoire Naturelle</b><sup>(27)</sup>, et en même temps si recherchées pas les Anciens, et si négligées par les Modernes."</p>	<p><sup>(27)</sup> Acréscimo de termo sem grande comprometimento do sentido, mas confirmando mais uma vez a hipótese de uma versão primitiva da Dissertação.</p>
<p>383 (f) 22 (p)</p>	<p>"C'est en conformité de ces notions que j'ai marqué ces bornes [les Bornes Méditerranées de l'Europe] contre l'opinion de la plupart de nos Modernes, et contre ce qui est marqué dans nos Cartes ordinaires, qui poussent ces bornes au de-là de l'Oby, fameuse Rivière de Tartarie, et jusqu'à la mer Caspienne, voulant enfermer par-là toute la <b>Russie</b><sup>(28)</sup> ou Moscovie en Europe."</p>	<p>"C'est en conformité de ces notions que j'ai marqué ces bornes [les Bornes Méditerranées de l'Europe] contre l'opinion de la plupart de nos Modernes, et contre ce qui est marqué dans nos Cartes ordinaires, qui poussent ces bornes au de-là de l'Oby, fameuse Rivière de Tartarie, et jusqu'à la mer Caspienne, voulant enfermer par-là toute la <b>Moscovie</b><sup>(28)</sup> en Europe."</p>	<p><sup>(28)</sup> Troca de termos sem comprometimento do sentido.</p>
<p>384 (f) 22 (p)</p>	<p>"Et quoique Sa Majesté Czarienne ait poussé ses conquêtes <b>même beaucoup</b><sup>(29)</sup> au de-là de l'Oby jusqu'aux extrémités de l'Orient, il doit y avoir la même distinction entre les peuples qu'il a soumis et le peuple dominant, que l'on a toujours mise entre les Européens et les Asiatiques, d'autant plus que les bornes que j'ai données à l'Europe d'après les Anciens, sont aussi les bornes du pays qui a toujours été habité par les Russes, Nation Européenne, et qu'aux mêmes bornes commence le pays habité<sup>(30)</sup> par les Grands Tartares, Nation Asiatique, laquelle quoique soumise aux <b>Russes</b><sup>(31)</sup>, en est très différente par rapport à la langue, aux mœurs et à la religion"</p>	<p>"Et quoique Sa Majesté Czarienne ait poussé ses conquêtes<sup>(29)</sup> au de-là de l'Oby jusqu'aux extrémités de l'Orient, il doit y avoir la même distinction entre les peuples qu'il a soumis et le peuple dominant, que l'on a toujours mise entre les Européens et les Asiatiques, d'autant plus que les bornes que j'ai données à l'Europe d'après les Anciens, sont aussi les bornes du pays qui a toujours été habité par les Russes, Nation Européenne, et qu'aux mêmes bornes commence le pays habité <b>aujourd'hui</b><sup>(30)</sup> par les Grands Tartares, Nation Asiatique, laquelle quoique soumise aux <b>Moscovites</b><sup>(31)</sup>, en est très différente par rapport à la langue, aux mœurs et à la religion"</p>	<p><sup>(29)</sup> Omissão de termos na versão portuguesa sem considerável alteração de sentido.  <sup>(30)</sup> Acréscimo de expressão na versão portuguesa, sem considerável alteração de sentido, confirmando novamente a existência de um original diferente da versão impressa de Delisle.  <sup>(31)</sup> Troca de termos sem alteração do sentido.</p>

## Conclusões

A qualidade do trabalho de Delisle e sua reputação, comprovada em outro trabalho, justificam a importância dada por Portugal aos seus apontamentos. Quando considerada a reforma da representação da América Meridional, em vez de superestimar a extensão longitudinal do continente em mais de 7°, como era usual nos mapas anteriores (inclusive do próprio Delisle), o cartógrafo francês realizou notável correção e aproximou-se às dimensões reais, cometendo erro de superestimação de apenas 1,2° no seu *Mappe monde*. Além disso, apesar de elevados erros na foz do Prata, no Rio de Janeiro e em Santa Fé de Bogotá, constatou-se boa acurácia para as coordenadas dos pontos selecionados para análise, com erro médio em longitude de 0,23° e desvio padrão de 1,14°, valores melhores que os obtidos na cartografia corrente. É possível afirmar, a partir dos resultados da análise cartográfico-matemática, que Delisle efetivamente reformou a representação do continente.

As conclusões mais importantes deste trabalho são aquelas decorrentes da comparação entre as duas versões que se possui: a versão francesa, com a chancela de oficial por ter sido publicada pela Academia de Ciências, e a cópia manuscrita portuguesa. Com relação aos dados da América do Sul, não se verifica diferenças entre os textos, sendo destacável apenas o fato de que o trecho associado à discussão territorial da Foz da Prata tenha sido o único grifado na versão portuguesa. As demais discussões diplomáticas (Cabo Norte e Molucas), ainda que associadas a erros cartográficos de igual ou maior magnitude, não tiveram o mesmo tratamento na cópia portuguesa.

Como resultado principal e inesperado da comparação, tem-se a necessidade de supor uma outra versão francesa, anterior à Dissertação, para explicar os acréscimos da versão portuguesa com relação à Dissertação. Isso é coerente com a pressa que D. João V tinha de obter uma cópia do texto lido e com sua tentativa de que esse texto fosse corrigido no que era contrário às pretensões portuguesas e mesmo que não fosse publicado. Assim, a versão portuguesa, à parte os numerosos erros de cópia facilmente identificáveis, estaria mais próxima da versão primitiva de Delisle. E por decorrência, essa cópia portuguesa teria sido feita entre a data da leitura da Dissertação na Academia francesa (27 de novembro de 1720) e a data da publicação impressa (1722). Ou seja, provavelmente em 1721.

Esta conclusão quanto às diversas versões, somada à incompletude na descrição dos dados utilizados para a produção da carta, levanta a necessidade de estudar o trabalho e as fontes de Delisle para além daquilo contido na Dissertação e nas demais versões disponíveis. Nesta questão, mostrou-se importante também integrar a análise textual aos estudos cartográfico-matemáticos tanto das cartas originárias da Dissertação como das obras precedentes desse autor, como caminho para uma melhor compreensão da questão e uma descrição mais completa das fontes e dos métodos de Delisle.

## **Bibliografia**

ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Fundos e Coleções - Coleção dos Condes de Linhares. Disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt>>. Último acesso: 24 nov. 2019.

BNF. Bibliothèque Nationale de France - Catalogue Général de la BnF- Gallica. Disponível em: <<http://catalogue.bnf.fr>>. Último acesso: 24 nov. 2019.

CINTRA, Jorge Pimentel; OLIVEIRA, Rafael Henrique de. Nicolas Sanson and his map: the course of the Amazon River. *Acta Amazonica*, v. 44, n. 3, p. 353–366, 2014.

CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas. Tomos I e II. Rio de Janeiro, Brasil: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1963.

DAWSON, Nelson Martin. *L'Atelier Delisle: L'Amérique du Nord surlatable à dessin*. Québec, Canadá: Sillery, 2000.

DELISLE, Guillaume. *Détermination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la terre*. In: ACADÉMIE ROYALE DES SCIENCES. *Histoire de l'Académie Royale des Sciences, année 1720, avec les mémoires de Mathématique et de Physique pour la même année – tirés des registres de cette Académie*. Paris, França: Imprimerie Royale, 1722. Disponível em <[gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr)>.

MORAES, Abrahão de. *A Astronomia no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo - Instituto Astronômico e Geofísico, 1984.

OLIVEIRA, Rafael Henrique de; CINTRA, Jorge Pimentel; ALMEIDA, Flávio Guilherme Vaz de. A Reforma Cartográfica de Delisle e seu impacto na Cartografia da América do Sul e do Brasil. Anais do 3º Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte, Brasil, outubro de 2016.

PEDLEY, Mary Sponberg. The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France

and England. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 2005.

SCHRADER, Franz. Atlas de géographie historique. Paris, França: Hachette, 1907. Disponível em <gallica.bnf.fr>.

TODIÈRE, Louis-Phocion. Précis d'histoire de l'Europe de 1610 à 1789: précédé d'une courterévision de l'histoire de France. Paris, França: Delalain Frères, 1878. Disponível em <gallica.bnf.fr>.

VERNE, Jules. Histoire générale des grands voyages et des grands voyageurs. Les grands navigateurs du XVIII siècle. Paris, França: J. Hetzel, 1879. Disponível em <gallica.bnf.fr>.

## Vila Rica, em poema e mapa de Cláudio Manuel da Costa?

**Márcia Maria Duarte dos Santos**  
Universidade Federal de Minas Gerais  
mdsantosy@yahoo.com.br

**Maria Dulce Faria**  
Biblioteca Nacional, RJ  
mariadulcedefaria@gmail.com

**Antônio Gilberto Costa**  
Universidade Federal de Minas Gerais  
agcosta@uaol.com.br

### Resumo

A *"CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas"*, que faz parte do acervo do Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal, não registra a data de realização, nem o autor. Referências concernentes ao mapa o associam ao ano de 1766, considerando a data da resposta do governador da Capitania - Luiz Diogo Lobo da Silva (1763- 1768) a uma consulta realizada pelo Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar (1760 e 1769) - Francisco Xavier de Mendonça Furtado, à propósito da ampliação do termo de Vila Rica (Ouro Preto), solicitação encaminhada pela Câmara da vila, documentada pelo mapa em questão. Historiadores e outros estudiosos mineiros atribuem, por sua vez, a autoria do mapa à Cláudio Manuel da Costa - advogado e poeta, participante da Inconfidência Mineira, natural da Capitania de Minas Gerais - uma realização excepcional, tendo em vista a produção intelectual do autor indicado. Essa data e autoria são discutidas, tendo em vista à releitura de documentos e à análise e à interpretação da representação. Procura-se elucidar elementos geográficos e cartográficos do mapa e as circunstâncias que podem ser associadas à sua elaboração e à participação de Cláudio Manuel da Costa.

### Palavras-chave:

CARTA Geografica do Termo de Villa Rica; Cláudio Manuel da Costa; Capitania de Minas Gerais; Cartografia Histórica do Setecentos.

### Abstract:

The "*CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas"*. The map is part of the *Arquivo Ultramarino* collection, Lisbon, Portugal. There are no records concerning the date it was drawn up or its author. However, existing references link the map to the year 1766, when the governor of the Captainty, Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), sent a response to a consultation undertaken by Francisco Xavier de Mendonça Furtado, the Secretary of State for the Navy and Overseas domains (1760 and 1769), regarding the expansion of the Vila Rica (Ouro Preto) Territory. The request had been forwarded by the Vila Chamber and documented by the map under discussion. Historians and other scholars from Minas Gerais attribute its authorship to the lawyer and poet Claudio Manuel da Costa, who was born in the Captainty of Minas Gerais and participated in the *Inconfidência Mineira*. The map is viewed as an exceptional achievement, somehow beyond Da Costa's scope since his intellectual production was more of a literary kind. In light of the re-reading of the documents, the analysis and new interpretation of the representation, the present paper puts in discussion both the date and the authorship and seeks to elucidate some geographical and cartographic elements of the map, as well as the circumstances associated with its drawing-up and Cláudio Manuel da Costa's participation.

**Keywords:**

*CARTA Geografica do Termo de Villa Rica*; Cláudio Manuel da Costa; Minas Gerais Captaincy; Historical Cartography of the 1700s.

**Introdução**

Cláudio Manuel da Costa foi uma personalidade insigne nos Setecentos das Minas Gerais. Filho de uma família com posses e bem relacionada com os notáveis da época, ele nasceu, em 1729, provavelmente no termo da Vila do Ribeirão do Carmo (atual, município de Mariana), tendo em vista o documento batismo que registra a sua realização no sítio da “Várzea do Itacolomi”, no termo da Vila citada, na Comarca de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais, segundo Pedro Xavier da Veiga (1897, p. 32, v. 3.). Nas Minas, de acordo com Augusto de Lima Júnior (1969, p. 20), ele permaneceu até 1742 ou 1743, de onde partiu para o Rio de Janeiro para cursar o Colégio dos Jesuítas, após ter sido preparado por um tio, irmão do seu pai - Frei Francisco Vieira, que lhe ministrou as primeiras letras.

Em 1749, Cláudio já tinha terminado os cursos preparatórios em Humanidades, e, neste mesmo ano, foi enviado para cursar Direito, na Universidade de Coimbra, em Portugal, tendo se graduado em Cânones, em 1753 (VEIGA, 1896, p, 376). Nesse período de estudos, como um jovem culto da sua época, e, sobretudo, talentoso, dedicou-se à literatura, particularmente à poesia.

A partir da data do término de seus estudos, os biógrafos de Cláudio divergem sobre o seu destino. Alguns, visando explicar sua familiaridade com o idioma e a literatura italiana, afirmam que ele fez demorada viagem à Itália. Entretanto, Pedro Xavier da Veiga (1986, p.376) destaca que, no prólogo de sua “Obras Poéticas”, Cláudio declara ter se ausentado apenas cinco anos de sua terra natal, o que não permitiria, tendo em vista a duração do seu curso em Coimbra, uma estadia, tão longa, na Itália. A propósito daquele conhecimento, Augusto de Lima Júnior (1969, p. 22) sugere que foi adquirido, na Metrópole Portuguesa, em Coimbra e depois em Lisboa, onde Cláudio também permaneceu por algum tempo e estabeleceu um vasto círculo de relações, ao conviver com mestres italianos de música, arquitetos e outros artesãos, na Casa dos Jesuítas em São Roque e em Conventos Franciscanos.

Voltando para o Brasil, Lima Júnior afirma que o advogado e poeta permaneceu uma temporada no Rio de Janeiro e, por fim, se radicou na Capitania de Minas Gerais. Nesse território, se ocupou com os negócios da família – mineração e agricultura, mas também trabalhou como advogado e ocupou cargos públicos, como o de Secretário de Estado, durante os governos de: Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela (1758 – 1763, na 3ª vez como governador das Minas); Luiz Diogo Lobo da Silva (1763 - 1768), e de José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco (1768 – 1773), Conde de Valladares. Consta, também, que ele prestou serviços a Câmara de Vila Rica, mapeando o termo de Vila Rica, cujos documentos comprobatórios, datados de dezembro de 1758 e novembro de 1759, são os primeiros que registram sua presença, na Capitania.

Apesar das atividades profissionais e dos negócios de família, o bacharel e administrador não se descurou de sua obra poética que o afirmou, dentre os poetas mineiros coevos, como um dos mais relevantes e influentes. Melânia

Silva de Aguiar (2007, p. 320 - 321, v.2) atribui a Cláudio Manuel da Costa a introdução do Arcadismo, no Brasil, assinalando a data de 1768, correspondente à da publicação, nesse ano, em Coimbra, das “Obras” do autor citado, dedicadas a governador D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco.

O livro reúne poemas escritos ainda enquanto o autor esteve fora do Brasil e no país, mas, de modo geral, “não estão voltados, na sua maioria, para os episódios locais” (AGUIAR, 2007, p. 321, v. 2). Entretanto, em outras produções o nativismo e os temas de interesse locais são claramente expostos. Entre elas, citam-se: os poemas encomiásticos, dedicados a D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco, declamados em 1768, na posse, em julho, e no aniversário do governante, em dezembro; o poema épico “Vila Rica”, dedicado à Gomes Freire de Andrada, escrito ou finalizado em 1773, mas publicado, postumamente, em 1853 (AGUIAR, 2007, p.328), cuja autoria não suscita nenhuma dúvida<sup>1</sup>. Por fim, registra-se, ainda sobre a obra poética de Cláudio, a coletânea denominada *Poesias Manuscritas*, de 1779.

Dez anos depois, desta última publicação, no processo de devassa do movimento da Inconfidência Mineira, instaurado pelo Visconde de Barbacena, em 1789, Cláudio foi acusado como réu, e, na sequência preso. Morreu, no mesmo ano, pouco tempo depois da sua prisão em Vila Rica, oficialmente dado como suicida, declaração esta que é motivo de muita controvérsia entre seus biógrafos.

## O problema em estudo

Em razão de uma vida tão plena e da sua participação em um movimento, como o da Inconfidência Mineira, a par da sua obra literária, Cláudio Manuel da Costa tem sido muito estudado. José Pedro Xavier da Veiga, Benjamin F. Ramiz Galvão e Augusto de Lima Júnior foram pesquisadores entusiastas e dedicados, dentre outros que poderiam ser citados, levantando seus dados biográficos. A obra literária do autor também tem merecido muitos estudos, destacando-

---

<sup>1</sup> Segundo Melânia Silva Aguiar (2007, 320, v. 2), os poemas encomiásticos, comuns na época,

“ao mesmo tempo que exaltam, são um modo de agradecer a proteção de um mecenas. Nos poemas de Cláudio Manuel da Costa, nessa fase, percebe-se a mais o desejo de dar a conhecer a situação das Minas e de atrair o apoio e a simpatia do Governador para as dificuldades da Capitania. Pela voz de Calíope, o poeta prenuncia tempos de fartura:

Ao distante País das novas Minas  
Hoje o vemos passar altos progressos  
Dele espere seu Rei, o povo aflito  
Ali respirava; desde seu seio  
Liberal se verá brotara Terra  
Quanto avara recata,  
O diamante, a safira, o ouro e a prata das novas Minas  
AH! Não esconda a Terra  
Jamais o seu tesouro,  
Que o Deus purpúreo e louro  
Debalde não o criou.  
Benigna corresponda  
Ao provido cuidado  
De quem dos céus foi dado  
Por dar-lhes mais valor”.

se os clássicos de José Guilherme Merquior (1977) e Antônio Cândido (1981). Dentre os estudos mais recentes, cita-se o trabalho organizado por Domício Proença Filho (1996), que inclui contribuições de Melânia Silva de Aguiar. A autora também publica outros estudos, no trabalho organizado por Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villaluta (2007, v.2). Sobre o inconfidente Cláudio Manuel da Costa e a Inconfidência Mineira, os estudos são numerosos, de tal modo que, para exemplificá-los, cita-se o Portal da Inconfidência (2015), onde se encontram *links* sobre uma extensa bibliografia publicada a respeito.

O mapa elaborado por Claudio Manuel da Costa, ou cuja autoria é atribuída a ele, comparativamente às pesquisas de sua obra poética e de sua participação no movimento da Inconfidência, tem sido bem menos estudado ou, praticamente, não foi estudado. Trata-se da “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q’ se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q’ ao da Villa de S. José a q.’ pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.’ toca ao do Sabará, o q.’ se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas”, apresentado na Figura 1.

Tendo em vista o exposto, propõe-se apresentar, neste trabalho, resultados relacionados: de um lado, à releitura de documentos que possibilitaram o crédito da autoria do mapa a Cláudio Manuel da Costa e a sua datação de cerca de 1766; e, de outro lado, a análise e a interpretação do próprio mapa. Procura-se elucidar propriedades geográficas e cartográficas da representação e as possibilidades de participação de Cláudio Manuel da Costa.

### Referências sobre o mapa - releituras

Deve-se a José Pedro Xavier da Veiga, em um artigo publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (1896, N.1. V. 2, p. 373-390), a revelação de uma “CARTA Geografica de Villa Rica e seu termo”, realizada por Cláudio Manuel da Costa, cuja incumbência lhe foi atribuída pela Senado da Câmara da vila citada. No artigo, o autor transcreve documentos, pertencentes ao Arquivo, que tratam do término do serviço solicitado, da tramitação da autorização e da quitação do pagamento, datados de 3 de dezembro de 1758 a 17 de janeiro de 1759<sup>2</sup>. O autor citado, que foi o primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, tendo-o presidido até o seu falecimento em 1900, não faz referência a presença do mapa nos acervos da instituição, mas sobre ele registra, tanto no artigo já citado, quanto nas “Ephemerides Mineiras”, que: “ é, trabalho consideravel certamente e que jamais vimos figurar no seu espolio intellectual. Pela confecção dessa carta topográfica, que assignala outra face do talento de Claudio Manuel, recebeu elle do Senado da Camara de Villa Rica meia libra de ouro [...]” (VEIGA, 1897, p. 32 e 33, v. 3).

Posteriormente, Edgard Roquette Pinto publica um pequeno texto, onde faz referência ao mapa de Vila Rica, com um título bastante intrigante: “A Carta Topographica de Villa Rica -. Cláudio Manuel da Costa – Poeta? Heroe da Inconfi-

---

<sup>2</sup> Esses documentos são transcritos, na íntegra, em notas de pé de páginas, no artigo citado - Cláudio Manoel da Costa (Noticia Biographica) (VEIGA, 1986, p.377 e 378).

dência? Ou Topographo?” (s.d, p. 100 e 102). Seu texto revela um admirador de Cláudio Manuel da Costa, pois contesta vários autores e os epítetos elogiosos que dedicaram ao poeta. À Antônio de Mello Franco, que chama o poeta de “Metastasio brasileiro”, observa: “Não conheço comparação mais infeliz. Metastasio, que era Antônio Domenico Bonaventura Trapassi – foi para J. J. Rousseau “l’ unique poète du coeur”. Ao epíteto de Schlegel - “Racine de Italia”, responde indignado: “Voltaire dizia dele que era um Corneille sem declamação. Onde em Claudio Manuel da Costa, o vigor poético? A sensibilidade profunda e natural?” E, cita um verso do poeta, para exemplificar, seguido de um comentário que se transcreve a seguir:

“Então eu me juntava com Glauceste

E á sombra d’alto cedro, na campina,

Eu versos te compunha e ele os compunha

A’ sua cara Eulina.”

Vê-se logo que ele não conheceu jamais nenhum Glauceste, nem nunca achou tal cedro, nos pinheiros de Ouro Preto. Mas, era moda, acabou-se” (PINTO, s.d., p. 100).

Se Edgard Roquete Pinto não concede nenhum mérito à sua poesia lírica, Melânia Silva Aguiar (2007, p. 32, v. 2), assim se posiciona: constitui “sem dúvida a porção mais significativa da produção literária de Cláudio Manoel da Costa, que se intitulava Glauceste Saturnio, árcade ultramarino”. A autora reconhece, também, com sensibilidade:

[...] “o arcadismo, como conceito artístico, exigiu de alguns deles [os poetas inconfidentes] um extraordinário esforço de imaginação, para alimentar seus versos numa natureza amena, bucólica, em tudo avessa à turbulência que, na Capitania de Minas Gerais, preside seu nascimento. Essa visão do mundo e o conflito gerado inicialmente por essa inadaptação maior ou menor ao modelo estético [...] podem ser claramente rastreados em poetas desse tempo, seduzidos pelas ideias ilustradas e cerceados por uma atmosfera política repressiva” (AGUIAR, 2007, p. 332-333).

De acordo ainda com a autora citada, dentre os poetas inconfidentes - Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, é na obra do primeiro que se patenteia “o conflito e o desterramento”, descrito anteriormente. Em relação ao envolvimento ou o que transparece na Devassa da Inconfidência Mineira, concernentemente à participação de Cláudio Manuel da Costa, Edgard Roquete Pinto julga que são nos seus episódios incisivos que a “insuficiência de Claudio Manuel da Costa é ainda mais acentuada.” Por ter sido a primeira vítima entre todos os envolvidos, o autor concede-lhe o título de “marthir, embora medroso e sem lustre” (PINTO, s.d., 101). O autor também é condescendente ao declarar: “Não chegarei ao ponto de propor o cancelamento da gloria poética de Claudio Manuel da Costa, nem tão pouco a sua exclusão da lista de martyres do patriotismo ...”. Porém, indaga sobre o motivo de um homem que reconhece como erudito, “dono de boa ciência e de tão anêmica sensibilidade artística”, ter sido “sempre

glorificado como poeta? **Porque nunca se lembrou alguém de publicar a “carta Topographica de Villa Rica” – um documento sem dúvida, hoje, muito mais precioso do que todos os seus versos alambicados?”** (PINTO, s.d., p. 102) [Grifo nosso].

Posteriormente, Augusto de Lima Júnior, em seu trabalho, cuja primeira edição data de 1960 e a segunda de 1969, informa ter encontrado, em Portugal, em 1936, no Arquivo Histórico Colonial, depois chamado Arquivo Ultramarino, o mapa realizado por Cláudio, exposto por Pedro Xavier da Veiga (1969, p. 29)<sup>3</sup>. Essa descoberta colocou-o, nas palavras do autor: “a meio caminho da decifração dos enigmas da arte em Vila Rica, cuja chave, me caía sob os olhos, não só nas decorações dessa Carta, como no Livro do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus dos Homens do Caraça, **cujos desenhos e letras não foram difíceis identificar como sendo de Claudio Manuel da Costa** (LIMA JÚNIOR, 1969,p. 30) [Grifo nosso].

Ao enunciado anterior, o próprio autor coloca o seguinte: “A Primeira e sensata objeção seria a seguinte: ‘Cláudio Manuel da Costa sendo um sensitivo e um torturado por mil males psíquicos, todos os revelava sem reservas, em seus poemas, jamais tendo feito qualquer alusão a esses pendores artísticos, nem a essas formas de atividades.” E, responde: Em primeiro lugar o Mapa de Vila Rica é indiscutível. O compromisso do Caraça é de evidência também indiscutível” (LIMA JUNIOR, 1969, p. 31).

Caio Boschi (1998, p.34), Antônio Gilberto Costa et al (2003), Antônio Gilberto Costa (Org.) (2004, p.222; 2007, p.242), tratam do mapa, mas não reconhecem ou desconhecem a autoria conferida à representação por Augusto Lima Júnior, no registro das referências bibliográficas. Não obstante, Antônio Gilberto Costa (2005, p. 98) analisa o mapa, e, baseando no historiador citado, atribui a autoria a Cláudio, no que é secundado por Carlos Magno Guimarães e Mariana Gonçalves Moreira (2011, p. 10).

A organizadora do “Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino”, Maria Dulce de Faria (2011, p.219 e 220), apresenta o mapa como anônimo, anotando, como os outros autores citados, a data de elaboração do mapa proposta pelo Arquivo Histórico Ultramarino, que tem a guarda do documento - cerca de 1766. Não obstante, na publicação em questão, a autora anota características do documento: determinando a escala“ - [ca. 1: 400 000]”; pateteando outras características técnicas - “carta ms.; color. desenho de bico de pena; 49,6 x 40,3 cm em folha 51, 7 x 42, 1cm “, e levantando os topônimos registrados<sup>4</sup>.

Entretanto, no trabalho da autora, destaca-se o fato de ela registrar um documento, que se encontra também sob a guarda do Arquivo Ultramarino, em Portugal. Trata-se de um ofício enviado à Corte Portuguesa, pelo administrador da

---

<sup>3</sup> Lima Júnior, como ele próprio informa, esteve em Portugal em 1936, a serviço do Governo Brasileiro, promovendo o repatriamento dos Inconfidentes mortos no degredo. Na oportunidade, consultou arquivos, onde encontrou “vários mapas preciosos para o Brasil e com alegria, o tão buscado mapa de VILA RICA E SEU TERMO, da autoria de Cláudio Manoel da Costa” (LIMA JUNIOR, 1969, p. 30).

<sup>4</sup> Neste trabalho, tendo em vista que a autora da referência em questão não informou o valor da légua que utilizou, no cálculo da escala, este foi refeito, considerando: a medida da chamada légua brasileira, correspondente a 3000 braças ou 652200 cm, definida pelo Conselho Ultramarino para a América Portuguesa, segundo dados presentes em Miguel da Silva Marques (2001); e o comprimento do petipé de 5 léguas, equivalente a 7, 7 cm. A partir desse cálculo, chega-se ao valor aproximado de 1: 400 000. Confirma-se o cálculo da autora e aponta a medida da légua, usada citada anteriormente.

Capitania - Luís Diogo Lobo da Silva, em 1766, acompanhando o mapa citado, respondendo a uma solicitação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. Nota-se que a data que Maria Dulce de Faria atribui ao mapa, bem como os outros autores mencionados e até mesmo o Arquivo Histórico Ultramarino, corresponde a da data do documento do Governador<sup>5</sup>.



**Figura 1** - A "CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica...", sem autor e data, pertence ao acervo do Arquivo Ultramarino Português, Lisboa, Portugal. Fontes documentais atribuem a representação ao bacharel poeta e inconfiante, natural de Capitania de Minas Gerais (Minas Gerais, Brasil), Cláudio Manuel da Costa. Este a teria realizado em 1758, o que se discute, entre outros, neste trabalho.

<sup>5</sup> Na folha de rosto do documento ACL\_CU\_011, Cx. 88\Doc. 31, encontram-se os seguintes dados: Emissão: Ano 1766, Mês 8, Dia:26, Local Vila Rica. "Ofício do Governo de Minas, Luís Diogo da Silva para o Sec. de Estado da Marinha e Dom. Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual da conta da pretensão em dividir os **Termos entre a Câmara da cidade de Mariana, desta Comarca, da Vila de S. José do Rio das Mortes**". Em anexo, 1 planta ms". Chama-se atenção, por meio do grifo em negrito, para a descrição do assunto, referente ao documento do Governador, que não está de acordo com o conteúdo. De fato, a autoridade mencionada informa sobre uma correspondência que tinha enviado ao Secretário de Estado, sobre uma petição da Câmara da Cidade de Mariana, concernentemente a reconsideração de sua configuração, nestes termos: "sobre esta matéria informei com o meo parecer ao Mesmo Senhor em trinta e hum de janeiro de mil setecentos sesenta e cinco pelo seo Conselho Ultramarino em controversia q' senhores sobre a divisão dos termos entre a Camara da cidade de Mariana desta Comarca e a da Vila de S. Jozé da do Rio das Mortes." Entretanto, o conteúdo do documento trata da solicitação da Câmara de Vila Rica com vistas a incorporação de três freguesias do termo de São José -Catas Altas da Noroega, Carijós (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais) e Itaveraba (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais) e uma do termo de Sabará , S. Antonio do Rio das Pedras (Rio das Pedras, sede distrital de Itabirito, Minas Gerais).

### Releitura do mapa – ampliando as referências

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica...” apresenta uma marca d’água que ainda não tinha sido registrada nas notas dos catálogos que referenciam a representação, indicados anteriormente. Trata-se de uma flor de lis ou lírio, um desenho estilizado, que denota o tamanho da folha de papel, segundo o bibliógrafo Ludovic Miran, de Chartres - França, citado por José Francisco Côrrea-Martins (2018, p. 315-316).

Geralmente, a marca está presente, de acordo com a fonte consultada, em uma metade da folha, e, na outra, a contramarca com o nome do fabricante, o que não ocorre no documento em estudo. Porém, a consideração de marcas d’água semelhantes, presentes em outras representações cartográficas, dado que a resistência do papel em que se encontram tornava o seu emprego próprio para a impressão de gravuras e, particularmente, para o desenho de mapas, permite que se aproxime de um fabricante e uma época.

Chama-se atenção, por exemplo, para a marca d’água de Dirk & Cornelis Blauw, fabricantes do papel, dos Países Baixos, em um documento da segunda metade do século XVIII, presente no manuscrito analisado por José Francisco Côrrea-Martins, já citado. Tendo em vista a semelhança desta imagem com a da marca d’água que se encontra na “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, ambas mostradas na Figura 2, pode -se pelo menos afirmar que é consistente datar o mapa, como tendo sido realizado, na segunda metade do Setecentos<sup>6</sup>. Entretanto, para se delimitar um período, tenho em vista a época que pode ser inferida pela marca d’água, será necessário se ater a alguns dados presentes nas fontes consultadas, neste trabalho, tais como: o ano correspondente à comunicação de Cláudio à Câmara de Vila Rica sobre o término da carta topográfica solicitada por aquele Senado - 1758; e o que, por sua vez, registra-se o envio da mensagem da Câmara ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, pleiteando a ampliação do território do termo de Vila Rica, acompanhada do mapa em questão - 1765. Nota-se que a última data é informada na resposta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, datada de 26 de junho de 1766, sobre a consulta realizada pelo Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como se verifica no texto, transcrito a seguir:

“Pela carta de V. Exa. de 12 de Abril do presente anno **[1766]**, me ordena S. Mag<sup>e</sup>. in servisse(sic) com o meo parecer sobre, o q’ contém a representação inclusa dos Oficiaes da Camara desta Vila **na de 31 de agosto de próximo passado [1765]**, q’ acompanha a de V. Ex<sup>a</sup>. em q’ pedem ao V. Senhor a graça da extensão do termo da mesma Vila por

---

<sup>6</sup> É necessário guardar alguma reserva sobre a importância da marca com vistas a datação do mapa, pois segundo Bethania Reis Velloso (2017, p. 169), “a marca, cuja história remonta a 1621, sob o nome de Erven de Blauw, passou pela mão de vários proprietários [incluindo Dirk & Cornelis Blauw], e esteve em laboração durante cerca de 250 anos, ou seja, até 1902”. Entretanto, no estudo da autora, no qual foram analisados o Livro Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens e de São Francisco das Chagas, do início do século XIX, e o da Irmandade de São Benedito, do século XVIII, foram encontradas marcas d’águas que indicam que o papel utilizado para a construção de ambos foi importado. O material foi relacionado ao moinho holandês, D & C Blauw, Holanda, referente aos papeleiros Dirk e Cornelis Blauw que dão nome à marca que chegaram a ter cinco moinhos de papel em Zaanstreek, no norte da Holanda.

ser a capital do Governo, e muito limitado o seo destrito, e pelo contrario muito extenso a das vilas circunvizinhas”[Grifo nosso] (ACL\_CU\_011, Cx. 88\Doc. 31)<sup>7</sup>.

O pleito da Câmara de Vila Rica não está explícito no título da representação. No entanto, o argumento que justificava a solicitação está indicado, a saber: a maior proximidade da sede do termo de Vila Rica dos arraiais freguesias, citados no título: “Catás Altas da Noroega”, “Itaberava” (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais), e “Carijós” (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais), os três pertencentes ao Termo da “Villa de S. José” (Tiradentes, sede municipal, Minas Gerais); e “S. Antonio do Rio das Pedras” (Rio das Pedras, distrito do município de Itabirito, Minas Gerais), que tocava ao “do Sabará”. No título, chama-se a atenção para a escala gráfica registrada pelo autor do mapa, como um elemento que podia ser utilizado para comprovar o que se afirmava, o que pode ser verificado na seguinte frase: “o q. se mostra pela escala ou petipé de 5 léguas” (“CARTA Geográfica do termo de Villa Rica ...”).

O autor do mapa, embora anote, no título, que representou o termo de Vila Rica, mapeou, de fato, o território ampliado da circunscrição, de acordo com a pretensão exposta anteriormente. Porém, no elemento legenda não se encontram informações que distingam a área vigente da pretendida, apesar do registro de signos – lineares e coloridos, na imagem, sugerindo a representação de limites. Tendo em vista essa sugestão e analisando os topônimos presentes na representação, pode-se constatar que o documento é regional, representando áreas de três comarcas coevas, as de: Vila Rica – distinguindo o termo de Vila Rica e o de Mariana; a de Sabará – sem diferenciar as áreas de jurisdição das Vilas de Sabará e de Caeté que se encontram assinaladas no território em questão; e a do Rio das Mortes, representando áreas do termo de São José (Tiradentes, sede municipal, Minas Gerais).

Destaca-se que esses territórios foram identificados a partir dos topônimos assinalados na representação, levantados neste trabalho (um total de 57), consultando-se para sua análise, em termos de pertencimento às circunscrições territoriais coevas, as informações presentes no repositório digital sobre a toponímia histórica de Minas Gerais, organizado por Márcia Maria Duarte dos Santos, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Antônio Gilberto Costa (2017) e o trabalho de José Joaquim da Rocha (1995). Ressalta-se que as fontes consultadas permitiram, também, verificar que 61% (35) dos topônimos anotados no mapa pertencem à Comarca de Vila Rica – 69% e 31 %, desse total, correspondentes, respectivamente, ao termo de Vila Rica e Mariana. É importante, realçar que a distribuição apresentada, na qual poderia ser incluída os números ou as percentagens dos assentamentos presentes nas comarcas de Sabará e Rio das Mortes, em relação ao total das assinaladas no mapa – respectivamente 11 % (6) e 28 %.(16), denota a habilidade do cartógrafo, qual seja: a de escolher a porção do espaço geográfico da Capitania a ser representado, tendo

---

<sup>7</sup> Chama-se atenção para as datas e autorias citadas na citação que não correspondem às informações expressas por Augusto de Lima Junior (1969, p. 29), a saber: A “Carta Geográfica era completamente desconhecida no Brasil e a sua procura necessária que se fizesse. Nem nos Arquivos da Câmara de Ouro Preto, nem no Público Mineiro, nem no Nacional, poderia ser encontrada. Sòmente, no arquivo de Minas, encontra-se o **ofício de Luís Diogo Lôbo da Silva, Governador da Capitania de Minas, com data de 25 de agosto de 1766, no qual declarava juntar uma planta, ‘mandada levantar há tempos, pela Câmara de Vila Rica, justificando a transferência de jurisdição de várias localidades’**”(LIMA JUNIOR, 1969, p. 29. [Grifo nosso]. É importante esclarecer que esse documento não pode ser encontrado. Ele não consta por exemplo da obra “EPHEMERIDES MINEIRAS (1664-1897) (VEIGA, 1897).

em vista os objetivos de sua elaboração. Entretanto, a alta densidade da ocupação dos termos de Vila Rica e Mariana, nas proximidades de suas áreas limítrofes, o que é realçado no mapa, é um fato. A par disso, é um fato também que as maiores densidades de ocupação, em termos de povoações, eram encontradas na Comarca de Vila Rica. Trata-se de uma das mais antigas áreas de ocupação, ligada à mineração, das Minas Gerais<sup>8</sup>.

Retomando a questão dos objetivos do mapa, chama-se atenção para o interesse do cartógrafo em patentear a pequena extensão do termo da sede da Comarca de Vila Rica, embora representada de modo ampliado, bem como sua posição geográfica, relativamente aos de outros termos, em particular aos de outras Comarcas. Como o mapa não distingue a configuração vigente da pretendida, o que evidenciaria mais cabalmente o desequilíbrio das circunscrições dos termos, apresenta-se a seguir a descrição do governador a propósito dessa questão, defendendo a petição da Câmara de Vila Rica, a partir do mapa encaminhado:

O termo da dita Vila [a de São José] se estende para a parte desta [Vila Rica] até vinte e seis legoas pouco mais ou menos, e vem avecinhar com ela na distancia de seis e meya até sete, e naquela extensao tem alguns Arayaes, q' ficao mais proximos à esta capital, como mostra o Mapa incluso alem de quarenta e quatro legoas que lograo para o Norte e sincoenta e duas ao Sul até a barra do Rio Grande e Sapucahy, e oitenta às cabeceiras da Serra da Canastra no rumo de oeste com muitos moradores, e Arayaes, huns já povoados e outros, q seraó povoando e que igualmente milita. à respeito da Vila do Sabará, em cujo termo se compreendem muitos Arayaes, julgados em distancia de quinze, e mays dias de viagem para a parte do Norte Ate Paraca[b<sup>a</sup>.?] e S. [Ronsario?] com outros para a parte desta vila em vesinhança dela sinco para seis legoas e distancia daquela melhor de oyto nos quaes termos tanta pela varas de ser esta vila a capital deste Governo, como pela comodidade dos povos e Arayaes visinhos no recurso às Justiças e outras dependências particulares de cada hum dos moradores parece que se lhe leve [anexado?] o Arayal de Sto. Antonio do Rio das Pedras, com o seo respectivo destrito, tirando-se a Vila do Sabará a que presentemente pertence, e que a Vila de S. Jozé se devem desanexar os Arayaes dos Carijós, Catas Altas da Noroega e Ita[dravão?] também com os seos respectivos destritos e servirem-se a esta vila, dito no que humas e outras ficam com as correspondentes, e os Povos dos ditos Arayaes em muito maior comodidade para às suas dependências. (ACL\_CU\_011, Cx. 88\Doc. 31).

Da exposição do governador, depreende-se a sua preocupação em realçar que a autorização régia, para se realizar a ampliação do termo de Vila Rica, não incorreria em prejuízo para os demais termos, dados sua extensão territorial e estágio de povoamento, incluindo o da Comarca onde estavam inseridos. Embora favorável à solicitação, que se justifica pelos motivos apresentados, no documento do governador e no mapa, ela não é autorizada. Tendo em vista as informações presentes no repositório digital de dados sobre a toponímia mineira, referente a mapas do Setecentos ao Oitocentos Joanino (SANTOS, SEABRA e COSTA, 2017), até o final do período colonial os limites do termo de Vila

---

<sup>8</sup> Os totais de topônimos citados incluem, no conjunto do termo de Vila Rica, os pleiteados pela Câmara para a circunscrição em questão.

Rica se mantiveram inalterados, em relação a inclusão das áreas das freguesias de Catas Altas da Noroega (Catas Altas da Noruega, sede municipal, Minas Gerais), Itaberava (Itaverava, sede municipal, Minas Gerais) e Carigóes (Conselheiro Lafaiete, sede municipal, Minas Gerais).

### **Sobre as ilustrações do cartucho do mapa**

O cartucho, que apresenta o título, a escala e a legenda, é notavelmente desenhado e aquarelado, do mesmo modo que o restante da representação, como pode ser visto na Figura 1, e, particularmente, na 3. As ilustrações que definem o cartucho podem ser associadas ao estilo rococó, onde se nota a presença de *rocailles*, combinadas com linhas curvas suaves em “C” ou “S”, adornadas com flores delicadas e gavinhas, bem de acordo com as características apontadas na ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural (2019), para o gênero em questão.

O rococó que se origina na França, em meados dos Setecentos, “se internacionaliza rapidamente pela Europa Central, mas também pela Espanha e Portugal, [...]”. Nesse processo de difusão, destaca-se sua penetração na arte e arquitetura religiosa, “contrariando uma origem ligada à nobreza e à vida mundana”. O estilo, sempre de acordo com a publicação citada, é muito representativo na arquitetura religiosa da região da Baviera e do Minho em Portugal. No Brasil, sobressai, desde meados do século XVIII, no Rio de Janeiro, e em diversas cidades mineiras, criadas no ciclo do ouro - Ouro Preto, São João Del Rey, Congonhas do Campo, entre outras.

O estilo influenciou, também, outras produções de natureza religiosa, tais como, os denominados Livros ou Termos de Compromisso de Irmandades Religiosas. Esses documentos, manuscritos ou impressos, eram organizados para registrar o estatuto das irmandades, tendo em vista o desenvolvimento de ações coletivas ou individuais, como afirma Bethania Reis Veloso (2017, p.43)<sup>9</sup>. Segundo a autora, apoiando-se nos estudos da história da arte, sobretudo os realizados por Cristina Corrêa de Araújo Ávila, nos livros, as iluminuras visavam ornar, decorar os documentos e, mais do que isso, eram “uma intervenção necessária ao conhecimento do texto escrito”. Além de tornar o texto atraente por meio das elaboradas letras capitulares, os responsáveis pela sua realização deveriam “fazer a interpretação ou representação das cenas referentes ao que se contava nos manuscritos. [...]” A autora ressalta que na decoração dos livros de compromisso são encontrados, mais frequentemente, símbolos relacionados à natureza, “centro vital de culto desde os primitivos, como as conchas, flores, arabescos e demais motivos de inspiração que relacionam o culto com o cotidiano [...]” (ÁVILA, citada por VELOSO, 2017, p. 45).

Na documentação cartográfica, a decoração cumpre analogamente as mesmas funções que justificam sua presença nos Livros de Compromisso. Lembra-se aqui os mapas quinhentistas e os atlas seiscentistas, sobre a América Portu-

---

<sup>9</sup> Nos Livros de Compromisso de Irmandades Religiosas estão contidas as “responsabilidades dos irmãos, os serviços assistenciais, preceitos, festas e datas com relação ao orago escolhido...” (ÁVILA, citada por VELOSO, 2017, p. 43). A par disso, os livros em questão registravam “o respeito pela ordem e as recomendações para bem viver. São, portanto, exemplares únicos de informação e de grande valor histórico e documental, fonte inesgotável de pesquisa” (Veloso, 2017, p. 43).

guesa, considerados verdadeiras obras de arte, como são avaliados alguns Livros de Compromisso de Irmandades, produzidos, no Brasil, e, sobretudo em Minas Gerais. Márcia Maria Duarte dos Santos (2007, p. 51-55), ressalta esta função. Tendo em vista colocações H. Gautier e François Dainville, a autora: consigna “aos ornamentos presentes em mapas [particularmente do Quinhentos ao Setecentos], a condição de elementos de composição das representações cartográficas, sem considerá-los essenciais” e registra que: “a falta de decoração não torna um mapa [sempre levando em conta os períodos em foco e os autores citados], incompletos ou imperfeitos, mas desguarnecidos, ‘peut être trop nu’ (SANTOS, 2007, p. 52). A autora observa também que os cosmógrafos, geógrafos ou engenheiros militares “deveriam se preocupar em aperfeiçoar os mapas usando alguns ornamentos, aplicados nas borduras ou nos enquadramentos e, sobretudo, nos cartuchos”. As indicações ou orientações de Gautier e Dainville, estão “em sintonia com o movimento artístico denominado rococó [...]”, associado ao período que escreveram, pois apontam o “desenho de folhagens, flores ou bastões cobertos por fitas ou galões” e, ou recomendam marcar os ângulos e as bordas dos enquadramentos com o desenho de motivos que poderiam incluir “folhagens, flores ou bastões cobertos por fitas ou galões”, incluindo “frutos, conchas ou qualquer outro elemento propício para o estabelecimento de uma bela composição” (SANTOS, 2007, p.52 e 53).

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” foi realizada de acordo com os preceitos estéticos de paradigmas cartográficos dominantes no Setecentos, a par de seguir um protocolo coevo – realizar artisticamente, com o maior zelo possível, os documentos destinados às autoridades metropolitanas. Entretanto, as ilustrações presentes no mapa - “evidências indiscutíveis dos pendores artísticos de Claudio Manuel da Costa”, defendidas por Augusto de Lima Júnior (1969, p. 31), e, o estilo das ornamentações do mapa e o de ilustrações, no livro de Compromisso do Caraça, creditados a autoria do poeta, advogado e inconfidente, contrariando o historiador, não são inquestionáveis.



**Figura 2** - Mostram-se marcas d'água, no caso uma flor de lis ou lírio, estilizada, que dizem respeito ao tamanho do papel empregado nas obras em que se encontram. Geralmente, essas marcas eram apresentadas em uma metade da folha de papel, enquanto, na outra, constava a contramarca com o nome do fabricante. Na primeira imagem, referente a "CARTA GEOGRAFICA do Termo de Villa Rica...", não consta a contramarca, mas, na segunda, verifica-se que o fabricante era Dirk & Cornelis Blauw e a data de fabricação, a segunda metade do século XVIII. Devido à sua resistência, esse tipo de papel poderia ser utilizado na impressão de gravuras e, particularmente, no desenho de cartas geográficas.



**Figura 3** - Apresenta-se, em 1, um recorte do cartucho, decorado no estilo rococó, que contém informações sobre o título, a legenda e a escala do mapa. O esmero do desenho do cartucho, como, de resto, de todo o mapa, reflete cuidados estéticos, tendo em vista a posição da autoridade da administração portuguesa, destinatária da representação, o Secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em 2, mostra-se outro recorte em que se destacam os limites dos termos de Vila Rica, segundo a configuração, solicitada pela Câmara de Vila Rica ao Secretário da Marinha e Ultramar, já citado, em documento datado de 1765, que faz parte do acervo do Arquivo Ultramarino, Lisboa Portugal. Na imagem, são indicados, também, os territórios do termo de Mariana e das Comarcas de Sabará e do Rio das Mortes.

### Discutindo as evidências da autoria do mapa

Abordando informações sobre o Caraça, tendo em vista as afirmações de Lima Junior, registra-se que a edificação homônima, enquanto um santuário e uma hospedaria, foi erigida pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, originário de Portugal<sup>10</sup>. O Irmão se instala na região, após ter estado em algumas outras localidades da Capitania, e comprado a sesmaria em questão, usando recursos próprios e auxílios que obtinha com esmolas. Em 1774, nela edifica uma capela, sob a proteção de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A capela prospera, o que ocasiona a fundação da Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por volta de 1791. Entretanto, o livro de Compromisso do Caraça, citado incompletamente por Augusto de Lima Júnior, que se denomina “Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Mães dos Homens e São Francisco de Chagas do Colégio Caraça”, data de 1806, segundo Bethania Reis Veloso (2017, p. 188)<sup>11</sup>. Ora, tanto a data da fundação da Irmandade, como a do Termo de Compromisso são posteriores à morte de Cláudio, o que torna impossível a sua participação em ambos. Entretanto, entre 1774 e 1780, não existe nenhum interdito para que o abastado e o influente Cláudio, que tinha convivência com familiares religiosos, tenha ajudado de alguma maneira o Irmão Lourenço, tendo em vista o desenvolvimento do seu Santuário.

A par da questão das datas, apresentadas anteriormente, destaca-se alguns fatos, apontados no trabalho de Bethania Reis Veloso, já citado, esclarecendo-se que objetivou análises comparativas das estruturas formais, do estilo, de aspectos estéticos e processos construtivos de dois manuais impressos europeus, datados do Setecentos e do Oitocentos, e dois livros manuscritos produzidos nos Oitocentos das Minas Gerais. Os livros impressos selecionados são manuais publicados em Portugal e na Espanha, amplamente divulgados nas Américas Portuguesa e Espanhola. Trata-se dos livros: “Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar” - datado de 1722, de autoria do calígrafo Manuel Andrade de Figueiredo (1670-1735); e “Primera parte del arte de escribir todas formas de letras” - datada de 1650, cujo autor é Joseph de Casanova (1613-1692). Esses livros, segundo a hipótese levantada pela autora, teriam influenciado e serviram de modelo para criação de livros de compromisso de irmandades religiosas em Minas Gerais. O estudo de um dos livros manuscritos da mostra, que é de interesse deste trabalho, o da Irmandade de Nossa Senhora Mães dos Homens e São Francisco de Chagas do Colégio Caraça, permitiu a comprovação da hipótese da autora. Várias ilustrações e letras capitulares presentes no manual português foram identificadas no Livro do Caraça, embora a autora reconheça que alguns modelos foram utilizados com modificações e criatividade. Tendo em vista as características técnicas do seu trabalho, a autora detectou o uso de um instrumento denominado pantógrafo, com vistas à transferência de modelos decorativos, existentes no livro português, para o da Irmandade em questão. Os desenhos transferidos desta

---

<sup>10</sup> Segundo Pedro da Veiga Xavier (1897, p. 115 - 120, v. 1): “O colégio e o seminário do Caraça são organizados posteriormente, após a morte do Irmão – o primeiro, logo depois de 1819, data do seu falecimento, e, o segundo em 1854. A carta Régia de 1820 autoriza os padres a saírem em missão pela Capitania de Minas Gerais, bem como confirma a seção do patrimônio deixado pelo Irmão ao Rei D. João VI. Nesse documento encontra-se, também, a autorização da criação de um colégio que correspondeu ao primeiro fundado nas Minas, seguido pelos colégios edificadas em Congonhas e em Campo Belo, este no sertão da Farinha Podre”.

<sup>11</sup> Segundo Caio Bosch, citado por Bethania Reis Veloso (2017, p.44) “a data de elaboração dos livros, geralmente não coincide com a data pela qual a irmandade foi criada, bem como com a época que ela pleiteava o *status* jurídico frente ao Bispado”.

forma, ampliados ou reduzidos, podem ser conhecidos no seu trabalho, bem como aspectos decorrentes do uso da técnica que alteram, relativamente, os desenhos originais. A par disso, a autora indica as etapas seguintes, a propósito da superposição, no original que estaria sendo criado, de tinta, e, enfim, explicita o acabamento que é dado aos modelos transferidos (VELOSO, 2017, p. 114 a 120, e p. 165 a 170).

Guardadas as devidas diferenças, pode-se aventar que o autor do mapa denominado “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, que acompanhou o ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e motivou a resposta do governador Luís Diogo Lobo da Silva, em 1766, poderia ter lançado mão do mesmo processo, com vistas à decoração da representação, presentes nas suas bordas, no cartucho do título e na rosa – dos – ventos, a par dos signos utilizados na composição da imagem. Tendo em vista o exposto, não é improvável a atribuição à Claudio da autoria das ilustrações que guarnecem e compõem o mapa, conhecendo-se a educação que recebeu. Não obstante, o autor do mapa precisaria de ter outras competências, além das habilidades artísticas, como quer Lima Júnior.

A “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” revela que sua elaboração exigiu as competências de um cartógrafo, engenheiro geógrafo, de um engenheiro militar ou um prático, pois foi construído em um espaço geométrico euclidiano. Haja visto, a escala gráfica da redução efetuada, com vistas à representação do território em questão, e as de latitudes e longitude, embora o autor não deixe registrado o meridiano que deu origem à esta última medida. As representações euclidianas não são simples, pois demandam: o domínio de técnicas de mensuração, compreendendo uso de instrumentos próprios e observando fenômenos astronômicos, concernentemente à determinação de medidas de latitude e longitude; o conhecimento de tabelas que relacionam lugares e suas coordenadas geográficas; ou informações de coordenadas geográficas de alguns pontos do território que permitiriam a localização de outros, por meio de métodos matemáticos de interpolação<sup>12</sup>.

Tendo em vista o conhecimento técnico exigido, obtido a partir de uma formação em matemática, astronomia e geografia, ou a prática com quem detinha essas formações, é difícil conceder o benefício da dúvida à Cláudio Manuel da Costa, em relação a autoria de uma base cartográfica. É certo que um mapa, tanto em uma representação euclidiana, como em uma representação topológica, exige conhecimento geográfico, o que Cláudio tinha dado a sua naturalidade e as suas vivências no território das Minas. Lembra-se aqui, por exemplo, que Cláudio, segundo explicações que dá em seu poema Vila Rica, por meio de notas, acompanhou o Governador Luís Diogo Lobo, na “viagem dilatada aspérrima por mais de 400 léguas em visita da Capitania sobre a costa de S. Paulo [ ...] servindo de secretário do Govêrno das Minas” (LIMA JUNIOR, Nota 66, p. 245). Entretanto, destaca-se que no caso do primeiro tipo de representação, citado anteriormente, o conhecimento do território é uma condição necessária, mas não suficiente. Não obstante, alguém com habilidades artísticas, conhecimento do território e acesso a uma base cartográfica, poderia construir o mapa temático, tal como se classifica a “CARTA Geografica do termo de Villa Rica ...”. Porém, será que o mapa em

---

<sup>12</sup> Remete-se, para esclarecimento sobre métodos e técnicas da cartografia astronômica, o texto de Jorge Pimentel Cintra e Lévy Pereira (2014, p. 197 a 228), entre outros que poderiam ser citados.

foco, encontrado por Lima Junior, em 1936, no atual Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, corresponde ao realizado por Cláudio, em 1758, registrado por Pedro Xavier da Veiga, em 1897?

A existência de uma atividade cartográfica mais dinâmica e produtiva, com base no paradigma astronômico, na primeira metade e nos primeiros dez anos da segunda do século XVIII, daria mais peso a hipótese de autoria de Cláudio Manuel da Costa ao mapa temático em foco. Entretanto, desse período, são conhecidos apenas alguns exemplares de mapas realizados sob o paradigma astronômico, a par da “CARTA geográfica do termo de Villa Rica ...”, se esta tiver sido realizado pelo autor em 1758. Os mapas em questão se encontram sob a guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e do Arquivo Ultramarino, em Lisboa, Portugal, a saber: um anônimo, de 1717, MAPA das Minas do Ouro e S. Paulo ...”; e quatro mapas regionais de autoria de Diogo Soares, um dos chamados Padres Matemáticos, todos de cerca de 1736.

A hipótese da autoria de Cláudio Manuel da Costa ao mapa estudado, neste trabalho, não é fortalecida quando se considera que se trata de um mapa regional, e não o de uma circunscrição específica - um termo, conforme a indicação dos documentos encontrados por Pedro Xavier da Veiga (1896). Não obstante, o mapa que está sendo estudado apresenta a mesma contradição exposta anteriormente, a de representar uma área bem maior do que a indicada no título. O fato de se ter passado sete anos, entre o término do mapa pago pela Câmara de Vila Rica, em 1758, e a solicitação por ela da ampliação do seu território, em 1766, também não robustece a hipótese em pauta. Ela também não é reforçada ao se considerar o fato de o Governador, quando consultado sobre o pleito da Câmara, se mostrar favorável ao pleito, acrescentado informações para a apoiá-lo, que nas suas palavras é “justíssimo”, e não mencionar Cláudio como autor. A referência ao Secretário que ocupara o cargo até 1764 poderia dar maior credibilidade e importância ao mapa, tendo em vista o seu conhecimento do território da Capitania, em particular da região representada.

No entanto, a existência de um mapa, da parte da região central e meridional da Capitania de Minas Gerais, realizado em 1763, no governo de Luís Diogo Lobo da Silva, mostrando o itinerário de sua viagem aos confins da região das Minas, limítrofe com a Capitania de São Paulo, embora apresente apenas escala de latitudes, corresponde a um exemplar realizado, a partir do paradigma astronômico. O mapa que é denominado “CARTA geographica que compreende toda a Comarca do Rio da Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Marianna ...”.(1763, cópia de 1827) apresenta-se, muito sugestivamente, tendo em vista a área que representa, como um contributo para a realização da “CARTA Geográfica do termo de Villa Rica ...”. Esse mapa que faz parte do acervo da Mapoteca do Itamaraty, é referido em um catálogo organizado por Isa Adonias (1960, verbete 284, p. 358). Na sua descrição, a autora registra que original pertencia “à 5.ª Divisão do Estado Maior do Exército, [e] “parece ter sido feito por Claudio Manoel da Costa”. Essa informação, porém, não acrescenta nenhum dado mais consistente sobre a habilidade e competência de Cláudio de realizar mapas temáticos, pois a autora não discorre sobre sua sugestão. Não obstante, a realização ou o término de mapa mural de todo o território da Capitania - a “CARTA Geográfica da Capitania de Minas gerais, e partes confinantes”, de 1767, próximo a data da remessa do mapa regional, atribuído a Cláudio, ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, reforça a hipótese de que a “CARTA geográfica do termo de Villa Rica ...”. foi realizada mais proximamente

a data em que seguiu para Portugal, em 1765. Pode-se aventar que Cláudio tematizou uma base cartográfica da época, tendo em vista :os objetivos da Câmara de Vila Rica, ou qualquer outro habilidoso desenhista, ou mesmo um cartógrafo – prático ou não, da equipe sob o comando do Governador Luís Diogo Lobo da Silva.

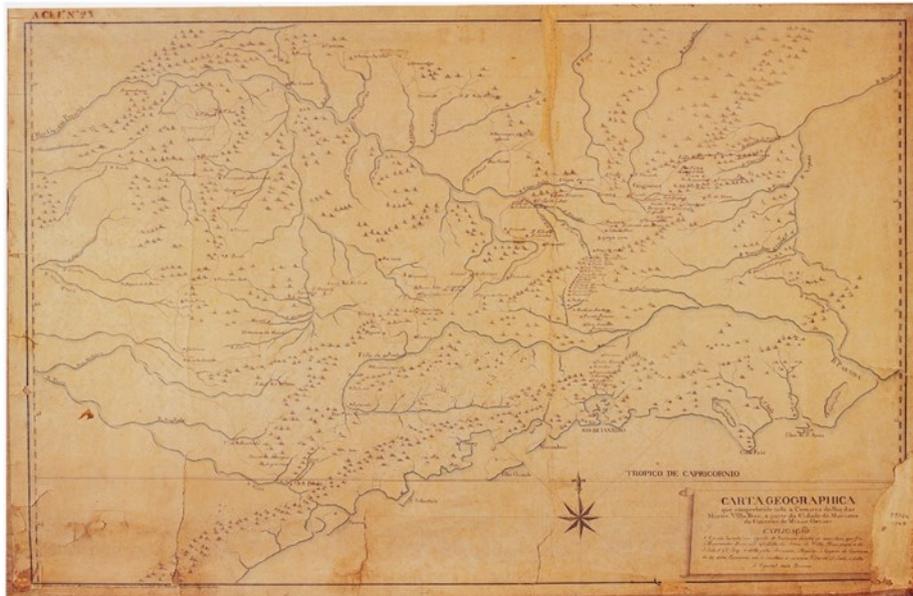
### **Considerações finais**

Analisar as afirmações de Lima Junior (1969), à propósito da autoria da “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...”, tornou possível apontar algumas incongruências e impropriedades nas informações do autor em questão, bem como realçar equívocos de interpretação sobre documentos que apoiaram sua hipótese. Entretanto, levar em conta a suposição do historiador mineiro, segundo os procedimentos metodológicos expostos neste trabalho, tornou possível, principalmente, ampliar o conhecimento sobre a representação, elaborada na segunda metade do século XVIII, a par de reunir um número significativo de referências bibliográficas sobre o possível autor e sobre o mapa. Destaca-se que o estudo, e a própria existência do mapa em foco, fortaleceu a convicção da existência de uma produção cartográfica maior do que normalmente se descreve, no primeiro quartel do Setecentos, realizada a partir do paradigma astronômico.

O levantamento de dados biográficos sobre Cláudio Manuel da Costa permitiu a consideração da hipótese de que ele, dado sua formação, poderia ter realizado um mapa temático, utilizando uma base cartográfica existente, elaborada segundo o paradigma citado. Nesse sentido, foi preciso evidenciar as possibilidades técnicas, relacionadas à realização do desenho, por exemplo, do cartucho, entre outros elementos da representação temática estudada, a par de se apontar a produção dos Setecentos, particularmente, a dos anos sessenta, que se conhece na atualidade, referente aos documentos que apresentam coordenadas geográficas.

A consideração do registro da informação, patenteada por Francisco Xavier da Veiga (1896), sobre o fato de Cláudio ter executado um mapa referente ao termo de Vila Rica, e a do achado cartográfico apontado por Lima Junior (1969), cotejada com as informações presentes no mapa estudado – suas características geográficas e propriedades cartográficas, não resultaram na convicção da equivalência entre ambas as representações. É provável que o mapa feito por Cláudio, entre outros documentos, tenha sido uma das fontes consultadas para a elaboração “CARTA Geografica do Termo de Villa Rica ...” que acompanhou o ofício do Governador Luís Diogo Lobo da Silva, em resposta ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. É possível, também, que este possa ter sido realizado com a participação de Cláudio Manuel da Costa. Tendo em vista o exposto, uma convicção mais arraçada só poderá ser expressa sob um novo exame do material em questão, reiterando que se trata do que está sob a guarda do Arquivo Ultramarino, em Lisboa, Portugal, mas do ponto de vista técnico, a partir de análises físicas e químicas, nos moldes que Bethania Reis Veloso realizou para estudar Livros de Irmandades de Minas Gerais, entre eles, o do Caraça. Essa convicção mais ponderada poderá ser alcançada também a partir de novas informações documentais sobre o mapa em questão. Por ora, propõe-se manter o mapa como de autoria desconhecida, chamando a atenção em nota, em referências cartográficas dilatadas sobre a representação, para a realização de um mapa do

termo de Vila Rica, que alguns autores, baseando-se em Lima Júnior, atribuem à realização de Cláudio, e as discussões que se apresentam neste trabalho. No mais, propõe-se, o que é importante, considerando o estudo feito sobre o documento, que seja apresentado nas referências cartográficas como tendo sido realizado cerca 1765.



**Figura 4** - "CARTA GEOGRAPHICA que compreende toda a Comarca do Rio daa Morte, Villa Rica, e parte da cidade de Marianna...", realizado em 1763, cuja cópia de 1827 faz parte do acervo do Ministério do Itamaraty, é uma realização que pode ter contribuído para a elaboração do mapa regional, denominado "CARTA GEOGRAPHICA do termo de Villa Rica...". A área que representa e algumas de suas características fortalecem a suposição da realização do mapa anteriormente citado ter sido realizado nas proximidades de 1765.

## Referências

ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do quinto aniversário da morte do Infante D. Henrique*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.

AGUIAR, Melânia da Silva. Poetas Inconfidentes de Minas Gerais: Cláudio, Gonzaga, Alvarenga. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p..335-358. v..2.

AGUIAR, Melânia da Silva. A Literatura do Setecentos em Minas Gerais: o Arcadismo. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 313 - 333.v.2

CANDIDO, Antônio. No limiar do novo estilo: Cláudio Manuel da Costa. In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 88-106. v.1.

CINTRA, Jorge Pimentel; Pereira, Levy. A astronomia e o mapa *Brasília qua parte paret belgis*: In: MATSUURA, Oscar

T (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Cepe, 2014. v. 1. P. 197 a 228.

COSTA, Antônio Gilberto et al. *Cartografia das Minas Gerais da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Cartografia da Conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa :Capa Editorial, 2004.

COSTA, Antônio G. (Org.). *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Discours touchant le pilotage de le Demaine Godalles (1714): um atlas manuscrito para um propósito específico. In: Mário J. Freire da Silva, Tiago C. P. dos Reis Miranda. (Org.). *Libros relege, volve, lege: o livro antigo na Biblioteca do Exército*. 1ed. Lisboa: Direcção de História e Cultura Militar do Exército Português-Biblioteca do Exército, 2018. p.313-325

FARIA, Maria Dulce de. *Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. Acompanha CD- Rom.

MATSUURA, Oscar T (Org.). *História da Astronomia no Brasil*. Recife: Cepe, 2014. v. 1.

MARQUES, Miguel da Silva. *Cartografia Antiga: Tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão dos valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

PINTO, Edgard Roquette. A Carta Topographica de Villa Rica - Cláudio Manuel da Costa – Poeta? Heroe da Inconfidência? Ou Topographo? In: Pinto, Edgard Roquette *Ensaíos Brasilianos*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, s. d (Edição Ilustrada).

PROENÇA FILHO, Domicio (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1996.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SANTOS, Márcia M. Duarte. Técnicas e Elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. P. 51 -81.

VEIGA, Pedro Xavier da. Cláudio Manoel da Costa (Noticia Biographica). *Revista do Archivo Público Mineiro*. Bello Horizonte, Anno 1, v. 2 p. 373- 390, 1896.

## Documentais

AHU\_ACL\_CU\_011, Cx. 88\Doc. 31 (1)

## Eletrônicas

GUIMARÃES, Carlos Magno e MOREIRA, Mariana Gonçalves. Cartografia, Arqueologia e História das Minas Gerais (Séculos XVIII e XIX). Paraty, *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011. p. 1 a 19. In: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GUIMARAES\\_CARLOS\\_MAGNO\\_E\\_MOREIRA\\_MARIANA\\_G.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GUIMARAES_CARLOS_MAGNO_E_MOREIRA_MARIANA_G.pdf)>. Acesso em 06 de dez.2019.

COSTA, Claudio Manuel da. *Villa Rica - Poema*. In:<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1255459/mss1255459.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255459/mss1255459.pdf)>. Acesso em 06 de dez.2019.

LIVROS/ICONOGRAFIAS/VÍDEOS. In: *Portal da Inconfidência*. Disponível em: <<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2020.

ROCOCÓ. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo65/rococo>>. Acesso em: 06 de Dez. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Teses e Dissertações. *Portal da Inconfidência*. Disponível em: <<http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2020.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Repositório Digital Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino - Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponimia.com.br/>>. Acesso em: 06 Dez. 2018.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *EPHEMERIDES MINEIRAS (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. v. 3. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221689>>. Acesso em 06 de dezembro de 2019.

VELOSO, Bethania Reis. *Tecnologia de construção de Livros de Compromisso das irmandades religiosas em Minas Gerais no século XIX*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LOMC-BC5RBK>>. Acesso em 06 de dez.2019.

## Cartográficas

CARTA Geografica da Capitania de Minas Gerais e partes confiantes. 1767.s.a – escla: [ca.de 1: 780 000], 18 legoas (légua brasileira – 3000 braças = 6522m) = 15, 3. 1767. – 1 mpa: ms, col.; 128 x 174,0 cm. Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

CARTA Geografica do Termo de Villa Rica em q' se mostra, que os Arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q' ao da Villa de S. José a q.' pertecem, e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras, q.' toca ao do Sabará, o q.' se mostra pela Escala, ou Petipé de 5 léguas Carta geográfica do termo de Villa Rica em que se mostra que os arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto q. ao da Villa de S. José a que pertecem: e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras q. toca ao do Sabará, o q. se mostra pela escala ou petipé de 5 léguas. s.a-. – Escala (ca. 1: 400 000). – ca. [1758 -1765].

CARTA Geografica que compreende toda a Comarca do Rio da Mortes, Villa Rica, e parte da cidade de Mariana do Governo de Minas Gerais, 1763. s.a. – Escala: n/d. – Cópia 1827. 1 mpa: ms, col. Ministério do Itamaraty, Rio de Janeiro.

MAPA das Minas do Ouro e S. Paulo, e costa do mar que lhe pretence. [S.l.: s.n.], [1714]. 1 mapa ms., desenho a tinta ferrogálica, aquarelado, 54,5 x 66cm. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios das Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,5cm em folha 23,5 x 35,9cm

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios Pitangui e Santo Antônio]. das Velhadas Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,4 cm em folha 22,9 x 35,7cm.

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre os rios Pitangui e Santo Antônio]. das Velhadas Velhas e o Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 32,4 cm em folha 22,9 x 35,7cm.

SOARES, Diogo [Carta da Capitania de Minas Gerais entre a Serra de Tucambira, Rio Jequitinhonha e o seu afluente Araçuaí]. [ca. 1736]. 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 19,8 x 31,7 cm em folha 23,3 x 35,1cm.

## O reconhecimento da costa ocidental de África na cartografia portuguesa e veneziana durante o século XV

**André Ferrand de Almeida**

CIUHCT – Departamento de História e Filosofia da Ciência, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa  
andreferrand@gmail.com

### Resumo:

Pouco se sabe sobre o início do fabrico de cartas náuticas em Portugal no século XV. As três cartas náuticas portuguesas conhecidas que são datáveis do último quartel do século XV são já reveladoras de uma produção cartográfica consolidada e não permitem, por si só, ter uma ideia clara dos começos da cartografia portuguesa. Encontramos referências ao traçado de cartas de marear por iniciativa do Infante D. Henrique a partir de 1443, numa carta do Infante D. Pedro, a que se juntam as menções na *Crónica dos feitos da Guiné* de Zurara de c. 1453. O mais provável, portanto, é que, pelo menos a partir da década de 40 do século XV, já existisse uma produção de cartas náuticas associada à exploração do Atlântico e ao reconhecimento da costa ocidental africana para sul do Cabo Bojador, ultrapassado por Gil Eanes em 1434.

Para aceder a informação cartográfica de origem portuguesa mais antiga, é preciso recorrer a outras tradições cartográficas. É assim que podemos encontrar na cartografia maiorquina a primeira representação realista dos arquipélagos atlânticos (Canárias, Madeira e Açores) com a indicação dos topónimos respectivos: trata-se da carta portulano de Gabriel Vallseca de 1439. Mas é na cartografia veneziana, que vamos encontrar mais dados que nos permitem entender a evolução da primitiva cartografia portuguesa. A carta náutica de Andrea Bianco, que representa o Atlântico Norte e a linha de costa desde o Mar do Norte até Cabo Roxo, na costa africana, é a mais antiga que se conhece, datável de cerca de 1448. Nesta carta encontramos mais de trinta topónimos novos ao longo da costa africana entre o Cabo Bojador e o Cabo Roxo, sendo também a primeira vez que é figurado o traçado desta linha de costa. O interesse pelo reconhecimento da costa africana teve continuidade nos atlas de Grazioso Benincasa, sobretudo nos de 1468 e 1469, elaborados em Veneza. Aqui encontramos já representadas as principais ilhas do arquipélago de Cabo Verde e a costa africana até Cabo Mesurado, ou mesmo um pouco mais a sul, até ao Cabo de Santa Maria. Isto corresponde, grosso modo, à extensão máxima do reconhecimento da costa africana durante a vida do Infante D. Henrique e tem, provavelmente, por base informações fornecidas por Alvise Ca da Mosto que regressou a Veneza a partir de 1462. Mas Benincasa terá tido acesso a um roteiro ou mesmo a cartas náuticas portuguesas. Só assim se poderia explicar a correcção no desenho da costa e na distribuição dos topónimos, que são em maior número do que os mencionados no relato de Cadamosto.

É, no entanto, no chamado Atlas Cornaro, que pertenceu à família Corner, uma das mais importantes de Veneza nos

séculos XV e XVI, que vamos encontrar mais informação sobre o reconhecimento da costa africana. Este atlas, actualmente na British Library, terá sido compilado por Benedetto Pesina em 1489. Numa das cartas do atlas atribuídas normalmente a Cristoforo Soligo, encontramos figurado, pela primeira vez, o golfo da Guiné desde o cabo Roxo até ao cabo de Santa Catarina e as ilhas de São Tomé e Príncipe e de Fernando Pó. Outra carta abrange a costa africana entre o cabo Formoso e o cabo de S. Braz, tendo marcados os padrões de S. Jorge (a sul da foz do rio Zaire) e de S. Agostinho (no cabo de Santa Maria) colocados por Diogo Cão em 1483.

Para entender o processo de reconhecimento da costa africana e da sua representação cartográfica, procedemos a uma comparação entre as cartas portuguesas e as cartas venezianas tendo em conta a toponímia, o traçado das linhas de costa e os acidentes naturais, mas também as escalas de representação, a orientação da costa e a localização dos topónimos no que toca à latitude. Apesar de não estarmos perante cartas que incorporam uma graduação em latitudes, o que só irá acontecer na cartografia portuguesa a partir do século XVI, isso não significa que não tenham sido feitos cálculos de latitude e que essa informação não tenha influenciado a construção das cartas. A análise cartométrica de algumas destas cartas, sobretudo das cartas venezianas, permite entender melhor a sua construção, nomeadamente pela comparação com as cartas portuguesas a que esta metodologia já foi aplicada com resultados importantes.

**Palavras-chave:**

Cartas náuticas, costa africana, cartografia portuguesa, cartografia veneziana.

## **O forte São Joaquim do Rio Branco na tríplice fronteira Brasil**

**Graciete Guerra da Costa**

Pós-doutora, Professora da Universidade Federal de Roraima – UFRR  
graciete.costa@ufrrl.br

### **Resumo:**

O trabalho estuda as características particulares da Arquitetura Militar produzida na Região da tríplice fronteira, Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa em meados do século XVIII. Trata-se do Forte de São Joaquim do Rio Branco no Estado de Roraima situado na porção mais Setentrional do Brasil localizado no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. A localização escolhida pelos portugueses foi em função das características estratégicas militares, que no caso do Forte São Joaquim do Rio Branco monitorava tanto quem vinha pelo Rio Tacutu, quanto àqueles que navegavam pelo Uraricoera, um grande platô de desenho retangular, parte dele inserido no meio da floresta. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao rio Amazonas. O objetivo desse trabalho é verificar como se encontra atualmente esse forte, valorizar a sua Cartografia Histórica e estudar o engenheiro militar alemão Phelippe Frederico Stürm, que veio ao Brasil na Comissão Demarcadora dos limites da partida Norte enviado pelos portugueses para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Construiu o forte em 1775. As imagens existentes na bibliografia consultada não refletem a realidade da situação edilícia constatada. As condições de abandono criadas pelo descaso para com a memória nacional, pelo clima inóspito e pela floresta também entram em julgamento. Obedecem a necessidades, que passam por circunstâncias da política e das relações internacionais de então. As Fortificações na Hileia se apresentam como um marco referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A Política Portuguesa redimensionada depois do Tratado de Utrecht não perdia de vista suas fronteiras e seu domínio colonial. Depois da demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750), a política da Coroa Portuguesa, determinou fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, dentre elas a região mais setentrional, com o desígnio de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, representantes do rei, e a alguns membros do clero. A defesa Amazônica, e a questão dos novos limites do Brasil são exemplos de vigilância no caso do Forte São Joaquim do Rio Branco do passado contra pretensões estrangeiras no arco Norte da fronteira do Brasil.

### **Palavras-chave:**

Amazônia, Forte São Joaquim do Rio Branco, Arquitetura Militar na Amazônia, Fronteira Norte do Brasil.



## Cartografia das fronteiras e dos limites na Amazônia setentrional

**Graciete Guerra da Costa**

Pós-doutora, Professora da Universidade Federal de Roraima – UFRR  
graciete.costa@ufrrl.br

**Jorge Pimentel Cintra**

Professor Titular, Museu Paulista da USP  
jpcintra@usp.br

### Resumo:

O trabalho estuda as características particulares da formação das fronteiras e dos limites na Amazônia setentrional incluindo alguns mapas produzidos e acontecimentos na Região em meados do século XVIII. O povoamento da Hileia testemunhou o crescer de um dos ricos patrimônios culturais e arquitetônicos do Brasil. O objetivo desse trabalho foi fortalecer a Cartografia Histórica e o estudo da região. As condições criadas pela falta de conhecimento inclui o desca-so para com a memória nacional. Esse povoamento se situa próximo às fronteiras em locais de antigos acampamen-tos de tropas de resgate. A localização escolhida pelos portugueses foi função das características estratégicas milita-res, em geral grandes platôs de desenho triangular, retangular ou quadrado, parte deles se localiza no meio da floresta. Esse na Amazônia setentrional situa-se às margens dos rios Tacutu e Uraricoera e o próprio Rio Branco. Os princi-pais mapas escolhidos foram: “Mappa Geographico de huma Parte do Império do Brazil”, de 1777; e o “Plano da Geo-graphia do Alto Rio Branco, conforme os mapas de Silva Pontes, Gama Lobo, Shomburgk, e o Plano do Pirara levan-tado em 1843 pela Comissão de que foi Chefe o Tenente Coronel F. Carneiro de Campos”, ambos do Arquivo Históri-co Ultramarino de Lisboa. Os acontecimentos na Fronteira Norte da Amazônia se apresentam como um referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A geopolítica encarnada nos limites contextualiza a demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750). A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero. A nomeação de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, para Governador do Grão-Pará surge para confrontar a Companhia de Jesus e o poderio que ela já representava. Para Pombal a prosperidade da Amazônia estava ligada à liberdade dos índios utilizados como mão-de-obra de exploração aos produtos da floresta, as “drogas do sertão”. No meio de tantas inquietações, que se multiplicavam dia-a-dia venceu o Primeiro Ministro de D. José às últimas hesitações do Rei, e em 03 de setembro de 1759 surgiu o famoso alvará expulsando os Jesuítas do Brasil. Quatro anos depois a Companhia de Jesus foi extinta. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja pas-

sou a contar com o apoio da sociedade civil. Os mapas existentes por todo o vale do Rio Amazonas pontuam as fortificações portuguesas e outras ensaiaram substituir as antigas missões religiosas.

**Palavras-chave:**

Amazônia Setentrional, Fronteiras e Limites, Cartografia Histórica, Arquitetura Militar.

## Análise cartográfica da Nova Lusitânia

**Paulo Márcio Leal de Menezes<sup>1</sup>**  
pmenezes@acd.ufrj.br

**Kairo da Silva Santos<sup>1</sup>**  
kairo.geo@gmail.com

**Tainá Laeta<sup>1</sup>**  
tainalaeta@gmail.com

**Francisco José Corrêa Martins<sup>1</sup>**  
correa\_martins@ufrj.br

**Manoel do Couto Fernandes<sup>1</sup>**  
manoel.fernandes@urfj.br

**José Gomes dos Santos<sup>2</sup>**  
jgs966@gmail.com

### Resumo:

O mapa denominado “*Carta Geographica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Luzitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*”, de 1798, juntamente com suas versões de 1795 (?), 1797 e 1803, é sem dúvida um dos monumentos cartográficos desenvolvidos pela cartografia portuguesa do fim do século XVIII. Seu organizador foi o geógrafo, astrônomo e capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes Leme, que para tal se apoiou no trabalho de 34 personagens, entre astrônomos, geógrafos e engenheiros, que, embora somente mencionados no espécime de 1798, contribuíram para a construção dos três exemplares.

Todos as versões são semelhantes em aparência, diferindo em dimensões, e em conteúdo, detalhamento e distribuição de toponímia, o que será objeto de um outro trabalho. A maior semelhança, no entanto, diz respeito a projeção cartográfica definida para a sua representação.

O mapa de Lisboa, sabidamente anterior a 1797, mostra-se incompleto, não apresentando nenhuma informação a respeito de data ou de sua estrutura projetiva. O de 1797 em seu título apresenta-se como a “*Carta Geographica de Projecção Espherica da Nova Luzitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*”, notando-se a falta da palavra

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia – Instituto de Geociências Laboratório de Cartografia – GeoCart, Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Coimbra – Departamento de Geografia.

*Orthographica* existente no exemplar de 1798. O exemplar de 1803, existente na Biblioteca Nacional da França, não possui a legenda devido a existênciade apenas sua metade superior. Ressalta-se ainda a existência de uma cópia, na mapoteca do Itamaraty, Ministério da Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, que na realidade é cópia do modelo de 1795 (?), no qual foi adicionada a legenda da Carta de 1798.

O objetivo deste trabalho é apresentar as possíveis hipóteses sobre a projeção cartográfica adotada para todas as versões da Nova Lusitania, através da identificação de características que permitiram inferir e comprovar essa projeção.

A metodologia aplicada consistiu em uma busca bibliográfica, onde verificou-se serem insuficientes as informações sobre a estrutura cartográfica do mapa. Em um artigo apresentado pelo General Djalma Polli Coelho, em outubro de 1950, é afirmado que a projeção sugerida pelo seu título, como esférica ortogonal, parecia ser uma projeção equivalente “*Sanson-Flamsteed*”. No entanto, a expressão *carta geográfica da projecção esférica ortogonal*, permite inferir também como uma projeção azimutal equatorial ortogonal. Dessa forma, para as duas prováveis projeções foram definidos os seguintes parâmetros: a) Confirmação da escala sobre o Equador; b) cálculo e confirmação da escala estimada por Polli Coelho (1950), de 1:3.865.000; c) definição dos limites físicos do mapa; d) definição da distorção ao longo do Equador nas duas projeções; e) Cálculo e definição do raio da esfera modelo para as projeções; f) definição e cálculo das longitudes referentes ao meridiano de Greenwich; g) georreferenciamento do mapa no esquema projetivo definido; h) definição de pontos de controle, para verificação de seus deslocamentos face ao georreferenciamento.

Calculado o raio da esfera modelo, a escala foi confirmada em valores aproximados, bem como alertado sobre as distorções que podem ocorrer ao longo do Equador e paralelos.

Foram estabelecidos todos os elementos necessários para a realização do estudo comparativo entre as duas projeções, permitindo que se fundamente que a projeção adotada para a Nova Lusitania, ter sido uma projeção azimutal ortográfica equatorial, aplicada no meridiano 315°, aplicado em sentido oeste-leste, (anti-horário), a partir da Ilha do Ferro. Este meridiano está referenciado ao meridiano de -62° 39'45,975"Greenwich.

Foi desenvolvido ainda um estudo sobre as demais versões do mapa, para os quais a projeção foi confirmada também, porém a variação das dimensões entre eles caracteriza forçosamente ou uma variação da escala ou uma variação da área geográfica mapeada. Isso é evidente no exemplar de Lisboa e no exemplar de Coimbra, pois os limites são diferentes em relação ao exemplar de 1798. Esta discussão também será apresentada.

Um erro é apresentado no mapa de 1798, e que diz respeito à marcação das longitudes nos seus limites superior e inferior. No limite superior as longitudes estão marcadas e de 5° em 5°, iniciando-se em 295° até 345°. No limite inferior, inicia-se em 290° seguindo-se então até 320°, exibindo a seguir valores de 225° a 250°.

#### **Palavras-chave:**

Cartografia colonial portuguesa, Nova Lusitania, Projeções cartográficas, Cartografia histórica.

Tema 3  
Cartografia Topográfica e Militar



## O Brigadeiro de Infantaria e engenheiro prático João Massé: um herege ao serviço del Rey

Francisco José Corrêa-Martins

Departamento de Geociências – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
correa\_martins@ufrj.br

### Resumo:

Há trezentos anos o Brigadeiro João Massé retornava para Portugal, após o fim de sua missão no Brasil. Chegando em 1713, enviado pelo Rey, após o saque realizado pelas forças do corsário francês René Duguay-Trouin na cidade do Rio de Janeiro em 1711, sua tarefa era examinar e reparar as fortificações, além de planejar outras que julgasse necessárias no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, indo também, com a mesma finalidade à vila de Santos e à Cidade da Parahyba, atual João Pessoa. Assim, seu nome é citado com frequência nos documentos luso-brasileiros das primeiras décadas do século XVIII, referentes às questões de defesa, especialmente de fortificações. Porém, uma análise minuciosa da documentação mostra que ele não escreveu qualquer dos documentos que lhe são atribuídos, sendo rara sua assinatura. Com relação ao material cartográfico, nenhum deles apresenta menção expressa de autoria. Portanto, conclui-se que nenhuma das cartas ou plantas atribuídas ao João Massé foi por ele desenhada, sendo trabalho de seus auxiliares no Brasil. Mas João Massé tem outras facetas. Seu nome era Jean Destremau, nascido por volta de 1660 em Le Houga, no sudoeste da França, cedo ingressando na carreira militar. Sendo huguenote, emigrou para a Inglaterra, lutando como mercenário na Irlanda e em Flandres no final do século XVII. Com a eclosão da Guerra de Sucessão da Espanha, acompanhou às tropas enviadas por solicitação do soberano português, tendo se destacado na defesa do cerco de Campo Maior, onde seu tino como engenheiro prático se destacou. Estas foram as credenciais que recomendaram sua vinda para o Brasil. Após seu retorno, atuou como parecerista do Conselho Ultramarino, sendo em 1735 promovido a sargento-mór de batalha. Ele constituiu família e, até o fim de seus dias, vivendo em um Estado onde a Inquisição estava presente, não abjurou de sua fé protestante.

### Palavras-chave:

Fortificações, Brasil, Cartografia Histórica, Exército Português, História Militar.

### Abstract:

Three centuries ago, Brigadier João Massé returned to Portugal after the end of his mission in Brazil. He arrived in 1713, coming by order of the King, after the French privateers attack on Rio de Janeiro in 1711, to examine and repair the fortifications, and to plan others he deemed necessary in Rio, Salvador, and Recife, with the same purpose going to the village of Santos and the City of Parahyba, now João Pessoa. Thus, his name is often cited in the Luso-Brazilian documents of the first decades of the eighteenth century, concerning defense issues, especially fortifications. However, a thorough analysis of the documentation shows that he did not write any of the documents assigned to him, and his signature is rare. Regarding the cartographic material, none of them shows authorship. Therefore, it is concluded that none of the charts or plans attributed to João Massé was designed by him, being the work of his assistants in Brazil. But João Massé has other facets. His name was Jean Destremau, born around 1660 in Le Houga, in southwest France, early in his military career. Being a Huguenot, he emigrated to England, fighting as a mercenary in Ireland and Flanders in the late seventeenth century. With the outbreak of the Spanish War of Succession, he accompanied the troops sent at the request of the Portuguese sovereign, having excelled in defending the siege of Campo Maior, where his prowess as a practical engineer stood out. These were the credentials that recommended his coming to Brazil. Upon his return, he served as a consultant to the Conselho Ultramarino, and in 1735 was promoted to camp-marshal. He constituted a family and, until the end of his days, and living in a State where the Inquisition was present, did not abjure his Protestant faith.

### Key words:

Fortifications, Brazil, Historical Cartography, Portuguese Army, Military History

## Introdução

Na consulta aos documentos luso-brasileiros das primeiras décadas do século XVIII, referente às questões de defesa, especialmente de fortificações, um nome que aparece com frequência é o do Brigadeiro João Massé<sup>1</sup>. Segundo a Carta Régia de 17 de junho de 1712, “por ser conveniente a meo serviço o fortificarse o estado do Brasil em forma que fique com toda a defesa necessaria”, Massé iria para as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco “para examinar e reparar as fortificações” existentes e “e fazer [sic] as maes que forem necessarias”<sup>2</sup> (VITERBO, 1904, p. 154).

Como consequência, é natural que seu nome e ações fossem referidos por aqueles que tenham examinado essas questões, seja do ponto de vista memorialístico ou acadêmico. Contudo, o que se ressalta nesses textos é a escassez de informações sobre esse personagem, gerando informações imprecisas, quando não contraditórias, como é o caso de sua nacionalidade.

Para os membros do Conselho Ultramarino em 1718, ele era francês<sup>3</sup>. Mas ele também foi considerado florentino (VILHENA, 1801, np), português (SOLOMON, 2003, p. 150) ou de origem “inglesa” (OLIVEIRA, 2004, p. 212<sup>4</sup>, 2011, p. 162).

Em consequência, esta pesquisa se desenvolveu buscando alcançar mais informações sobre João Massé, ao mesmo tempo em que os projetos de fortificações e documentos cartográficos atribuídos tradicionalmente ou não ao brigadeiro são aqui revistos, posto que, como já demonstrado em trabalho anterior, o Plano de Defesa do Rio de Janeiro e as plantas que eram considerados como obras suas, de fato não o eram<sup>5</sup>.

## 1. João Massé, aliás, Jean Destremau: oficial de infantaria, engenheiro prático e huguenote

Em uma obra referencial (VITERBO, 1904, p. 154)<sup>6</sup>, João Massé é identificado como “capitão de engenheiros [que] serviu no exercito aliado que marchou de Portugal sobre Madrid em defesa dos direitos e aspirações de Carlos III. Vemo-lo figurar em 1705 na rendição de Albuquerque, tendo vindo do sitio de Gibraltar”, indicando a respeito um livro sobre o Conde de “Galloway”. Este oficial-general, o Conde de Galway, recebera do soberano português a patente de

<sup>1</sup> A grafia do nome apresenta variações na documentação examinada, tais como João de Massé, Massé e João Macê, entre outras.

<sup>2</sup> Ou seja, ele não veio “à Colônia como especialista em castramentação (sic)”, como equivocadamente afirmou Felipe Eduardo Moreau (2007, p. 229). Partindo-se da definição de castramentação ou castrametação então vigente (BLUTEAU, 1712, V.2, p. 192), verifica-se que tal coisa era uma parte ínfima das tarefas de João Massé no Brasil.

<sup>3</sup> Consulta do Conselho Ultramarino sobre a comunicação que fizera o Brigadeiro João Massé ..., 17 de janeiro de 1718. *Anais da Bibliotheca Nacional*, de ora em diante *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3551, p. 86-87. – Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino, de ora em diante AHU\_CU\_017-01, Cx. 17, D. 3551.

<sup>4</sup> Deve-se registrar que a nota 173 feita por Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138-139), foi transcrita de forma praticamente integral por Filipe Eduardo Moreau em sua nota 747 (2007, p. 229-230), mas sem indicar o fato devidamente.

<sup>5</sup> A respeito, ver o trabalho de CORRÊA-MARTINS (2014).

<sup>6</sup> Mas que contém equívocos, tal qual colocar João Massé em outra entrada, “582 - Mallé [sic] (João). Exerceu a engenharia no Brasil, no primeiro quartel do século XIX, tendo atingido o grau de brigadeiro” (VITERBO, 1904, p. 131-132). Tal equívoco é oriundo de ele ter reproduzido sem atenção a informação equivocada constante de um catálogo organizado por RAMIZ GALVÃO (1881, p. 241), onde “2413. - Planta Ydrografica da Bahia de Todos os Santos com a maior parte do seu reconcavo, tendo situada pouco dentro da sua entrada a Cidade do Salvador... Lisboa anno de 1802. Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Angeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro João Mallé. Prospecto da Cidade da Bahia, ou do Salvador, situada na costa do Brazil”. Grifos nossos.

mestre de campo general naquele mesmo ano, por indicação do embaixador extraordinário da Inglaterra (CHABY, 1872, V.3, p. 379)<sup>7</sup>.

Essa nomeação era consequência da aliança feita entre Portugal e a Inglaterra contra a Espanha e a França, na Guerra da Sucessão da Espanha, que previa o envio de tropa desde as ilhas britânicas para as terras lusitanas. Assim

Havendo o Embax.<sup>o</sup> extra.<sup>o</sup> de Inglaterra proposto os officiaes p.<sup>a</sup>o meu exercito, e mais gente p.<sup>a</sup>o trem de Artilharia<sup>8</sup>, na forma, q. he obrigado pello articulo 14 da liga, os quais vão declarados na lista junta: hey por bem de acceitalos e ordeno ao Cons.<sup>o</sup> lhes mande passar as patentes, e nobramentos, conforme os seus postos Lix.<sup>a</sup> 23 de Jan.<sup>o</sup> 1705 – Com a rubrica de sua magestade. – P.<sup>a</sup> O Cons.<sup>o</sup> de Guerra

e na “Lista dos off.<sup>es</sup> Inglezes, q. o Plenipotenciario de Inglaterra propôs em Virtude do Tratado, e S. mag.<sup>e</sup> aceitou” aparece o nome de “Joaõ Masse” como um dos cinco “Ingenheiroz” enviados (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392).

A partir destas transcrições, parece não haver dúvidas que Massé era inglês e engenheiro. Porém, as coisas não são tão simples como aparentam ser. O próprio Conde de Galway, não era inglês, mas francês, cujo nome de batismo era Henry de Massue, 2º Marquês de Ruvigny, e fora oficial-general nos exércitos de Luís XIV antes de passar para a Inglaterra<sup>9</sup>. E os sobrenomes dos outros engenheiros que então vieram junto com Massé, João Monclere, Jayme Pellit, Lucas Boitout e Pedro de Gualy aparentam ser também de origem francesa<sup>10</sup>. A explicação para que franceses estivessem lutando junto com os ingleses contra seus compatriotas, que estavam aliados aos espanhóis, é que eles eram refugiados religiosos<sup>11</sup>, eram huguenotes. Para entendermos este ponto temos que voltar um pouco no tempo.

Segundo Gilles Destremau (2017), Jean Destremau, o nosso João Massé, nasceu em Le Houga, na região de Armagnac, no atual Departamento de Gers, sudoeste na França, por volta de 1666<sup>12</sup>, e era filho de Mathieu Destremau, *sieur de Massé*, um pequeno proprietário de terras, e de Marthe de Sariac. Em 1688 há o registro de que Jean tinha o posto de *sous-lieutenant* no regimento de infantaria de Vivonne<sup>13</sup>. Pouco antes, em outubro de 1685, Luís XIV havia assi-

<sup>7</sup> Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1872, p. 379) registrou, equivocadamente, o nome do oficial-general como “Galvay”.

<sup>8</sup> A expressão trem (*train*, em francês e inglês) era relacionada nos séculos XVII e XVIII, ao conjunto formado pelas peças de artilharia pesada e suas respectivas guarnições e transportes, empregadas nas operações de sítio de fortificações, bem as tropas de engenheiros sapadores, que tinham como missões, quando atacavam, destruir as muralhas inimigas através do trabalho de minagem, e, quando na defensiva, dificultar o avanço inimigo. A respeito, vide François-Alexandre Aubert de La Chesnaye Des Bois (1758, V1, p. 92, 96-106) e William Duane (1810, p. 694).

<sup>9</sup> Para maiores esclarecimentos sobre Henry de Massue, 2º Marquês de Ruvigny, Visconde e Conde de Galway (ou Galloway), recomendamos David C. A. Agnew (1864). É evidente que, com sua passagem para à Inglaterra, Henry de Massue perdeu tanto suas propriedades na França, como seu título de nobreza lá.

<sup>10</sup> Na relação, além de Massé, há outros 51 nomes, cujas funções ou especialidades deixam entrever que havia aqueles que são equivalentes aos oficiais nos dias atuais, enquanto outra parte, as relativas aos ofícios como o de ferreiro, serralheiro ou tanoeiro são claramente de praças, embora não sejam soldados. São o que, à época, eram denominados “oficiais inferiores”, e que hoje equivaleriam aos sargentos. Os nome e sobrenomes da lista indicam que eram ingleses, franceses, holandeses e germânicos (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392).

<sup>11</sup> Mário de Mendonça Oliveira (2011, p. 162) pautou-se na sinopse do decreto de 23 de janeiro de 1705 (CHABY, 1872, V.3, p. 391) para afirmar que Massé era inglês, embora admitisse que “Pode ser até que fosse um exilado francês na Inglaterra, mas foi este país que indicou o seu nome a Portugal, destacando-o das fileiras do seu exército”, desconhecendo que os exércitos europeus tiveram, entre o século XVI e princípio do XIX, tropas militares de outras nações integrando suas forças.

<sup>12</sup> Gilles Destremau (2017) informa que a data de nascimento que apresentou é uma suposição, já que os registros foram destruídos.

<sup>13</sup> DESTREMAU (2017). O posto é equivalente, no exército português, ao alferes, e no brasileiro, ao segundo-tenente. A idade de admissão de oficiais subalternos no exército francês na época, como nas demais forças europeias era bastante baixa, com alguns mal saindo da infância (CORRÊA-MARTINS, 2015, p. 289-290). Portanto, acreditamos que Jean Destremau, ou João Massé deve ter nascido na década de 1670.

nado o Edito de Fontainebleau, revogando assim Edito de Nantes, de 1598, onde o Rei Henrique IV, após uma série de conflitos entre católicos e protestantes, garantira por um lado que o catolicismo seria a religião do Estado francês, mas estabelecendo a liberdade de culto para os huguenotes. Com a revogação, reiniciaram-se as perseguições e violências contra os calvinistas franceses. De acordo com Samuel Smiles (1868, p. 230), cerca de meio milhão de huguenotes se exilaram nos Estados vizinhos, dos quais mais de 120.000, de todas as classes e condições buscaram refúgio na Inglaterra, que se beneficiou com a vinda, entre outros, de oficiais-generais, como o já citado Marquês de Ruvinny, além de outros oficiais e veteranos que haviam lutado em diversas campanhas no exército francês, sob o comando de Turenne (Jules Michelet *apud* AGNEW, 1871, p. 35), com destaque para o Marechal de Schomberg. E foi o caso também de Jean Destremau, que lá chegou em 1689 (DESTREMAU, 2017).

Esses militares franceses lutaram nos conflitos conhecidos como Levantes Jacobitas, apoiando Guilherme de Orange, tanto na Inglaterra como na Irlanda<sup>14</sup>, onde inclusive foram estabelecidas colônias para acolhê-los como refugiados, tal como Portarlington, fundada por Ruvigny (LEE, 2001, p. 138 e 139). Mas outros permaneceram nas lides militares. Na revista feita ao regimento de infantaria do Major-General de la Melonière, em 14 de agosto de 1698, unidade constituída quase integralmente por franceses emigrados<sup>15</sup>, e que atuou como força inglesa na Irlanda e nas Flandres na década de 1690 está relacionado como tenente entre os "Oficiais reformados" um Masse<sup>16</sup>, um dos "Oficiais da França" ali listados (AGNEW, 1886, p. 86, 90-91). Ao que tudo indica, Jean Destremau mudou seu sobrenome para Massé<sup>17</sup>, talvez visando proteger os familiares que ficaram na França. E acreditamos que é ele que aparece relacionado, juntamente com mais de 500 nomes, em sua grande maioria franceses, em uma lista de pensionistas do soberano inglês na Irlanda, que entrou em vigor em 1º de maio de 1699, recebendo 1 shilling e 6 pennys por dia (SHAW, 1933, p. 144).

Outro aspecto que confirma ser este o João Massé é a presença de outro francês que foi com ele para Portugal como engenheiro, Lucas Boitout<sup>18</sup>, que aparece relacionado como integrante do *Royal Regiment of Artillery*, em 1º de maio de 1698, na função de *sub-engineer* (CLEAVELAND, 1892, p. 146).

Aliás, Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda (1923, p. 277) não escapou dos equívocos sobre a nacionalidade daqueles engenheiros já que, no verbete sobre João Masse (sic), incluído entre os engenheiros "ingleses", ele escreveu somente que "Como se pode ver no que dissemos ao tratar de Lucas Boitout, foi-lhe mandado passar patente,

---

<sup>14</sup> Brian G. Scott (2015, p. 208) reporta que, em 19 de julho de 1689, durante o cerco de Londonderry, na Irlanda, um projétil de canhão, disparado da cidade, causou a morte do "engineer Sieur de Massé", que atuava em apoio aos jacobitas contra os partidários de Guilherme de Orange. Tratava-se de Jean-François de Périgord de Macé (SAINT-ALLAIS, 1876, p. 242), e que não tem relação com João Massé. Vide a nota nº 17 adiante.

<sup>15</sup> Naquele mesmo ano, quando se discutiu na Câmara dos Lordes sobre a desmobilização dos cinco regimentos franceses estacionados na Irlanda, verificou-se que seus efetivos somavam mais de 4.000 homens (AGNEW, 1864, p. 85).

<sup>16</sup> Não há registro do nome.

<sup>17</sup> Isto porque Massé, e as variantes Macé ou Massey, são referências a um local, mas essas expressões não se restringem apenas a uma parte da França. Sobre isso, vide os verbetes "Macé".

<sup>18</sup> Segundo G. Parnell (1995 *apud* ANDERSON, 2013, p. 160), Lucas Boitout foi o primeiro desenhista contratado em caráter permanente pelo Board of Ordnance em janeiro de 1694, tendo como tarefa "construir, desenhar ou preparar cartas ou esboços ... tal como exigido e dirigido pelo Master[-General of Ordnance] ...ou [seus] oficiais de maior escalão". Tradução nossa.

juntamente com outros oficiais. Vid. Lucas Boitout<sup>19</sup>. Ocorre que aquele autor se esqueceu de inserir o verbete relativo ao Boitout, algo que passou despercebido, ao que parece, até agora<sup>19</sup>. O equívoco foi sanado anos depois quando foi publicado um volume somente com os engenheiros militares franceses ao serviço de Portugal<sup>20</sup>, com verbetes contemplando Lucas Boitout (sic) e João Massay (sic), além dos oficiais citados e relacionados como engenheiros no já referido decreto de 23 de janeiro de 1705<sup>21</sup>.

De acordo com Whitworth Porter (1889, p. 118-119), após Portugal ter se aliado, entre outros, à Inglaterra, Áustria e Províncias Unidas por ocasião da Guerra da Sucessão espanhola, e atendendo a solicitação do rei, D. Pedro II, foi enviada uma força combinada anglo-holandesa de 28.000 homens. Nesse ínterim, a retirada do Duque de Schomberg, filho do marechal anteriormente mencionado, que se demitira do comando das forças portuguesas, permitiu ao embaixador extraordinário inglês já referido, que era John Methuen, o mesmo que negociara o “Tratado dos Panos e Vinhos” de 1703, sugerir que Galway assumisse as funções de Schomberg, o que foi aceito (CHABY, 1872, V.3, p. 379). Com o Conde de Galway, nomeado pela Rainha Anne da Inglaterra em junho de 1704, “General de nossas Forças em Portugal”, seguiu para Lisboa com 4.000 homens em julho daquele ano<sup>22</sup>. Entre os engenheiros que vieram estava o Coronel Pedro Carle, como engenheiro-chefe do trem de Cádiz, ao qual estavam subordinados “os seguintes engenheiros, os capitães Lewis Petit, John Mauclere, John Massey [sic], Joseph Bennet, Lucas Boitout, James Petit e o tenente Pierre de Gually”<sup>23</sup>.

Deste modo, aquela proposta feita em janeiro de 1705, já antes referida, era de autoria de Galway, que escolheu para receberem patentes de oficiais do exército português homens dos quais conhecia a capacidade. Por isto não surpreende que, dos que foram nomeados oficiais, como entendemos hoje, de um total de 12, pelo menos oito eram refugiados franceses como o referido conde<sup>24</sup>.

É por isso que João Massé integrava a força inglesa que, em número de 3.000 homens, fora enviada para reforçar Gibraltar, e que quase foi capturada pela esquadra francesa junto ao Cabo Espartel em 17 de dezembro de 1704. Contudo, o comboio conseguiu escapar, perdendo somente um navio, tendo parte da frota retornado para Lisboa, e o restante seguido para Gibraltar. Em 18 de fevereiro de 1705, os navios que haviam se retirado para Lisboa chegaram às costas de Gibraltar, “tendo a bordo 700 homens, e, entre eles os engenheiros Talbot Edwardes, Lewis Petit e John Massey [sic]”<sup>25</sup> (PORTER, 1889, p. 65).

---

<sup>19</sup> Tal qual Robert C. Smith (2010, p. 61), que simplesmente escreveu “Sepúlveda acha-o inglês (op. cit, 9, Coimbra, 1923, 277)”.

<sup>20</sup> Cumpre notar que apresentou também um verbete sobre Allain Manesson de Mallet, o que Francisco Marques de Souza Viterbo (1904) não fez, e parece também não ter sido notado.

<sup>21</sup> De acordo com Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda (1926, p. 47-48 e 391-392). Cabe registrar que ele consultou a documentação relativa, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>22</sup> Henry de Massue recebeu o título de Conde de Galway em 1697 (AGNEW, 1864, p. 72, 109 e 110). Tradução nossa.

<sup>23</sup> Whitworth Porter (1889, p. 118-119). Tradução nossa. Provavelmente o James Petit referido é o Jayme Pellit mencionado por Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1872, V.3, p. 391).

<sup>24</sup> Essa conduta fica evidente quando Earl of Galway (1711, p. 152-153) comentou que, após sofrer com a deplorável conduta da cavalaria portuguesa na Batalha de Caia, teve que recrutar novos regimentos, “que foram comandados por oficiais experimentados, *Inglese*s ou *Franceses* refugiados”. Grifos no original. Tradução nossa.

<sup>25</sup> PORTER (1889, p. 65). Tradução nossa.

Logo que chegou, João Massé foi designado para o trem<sup>26</sup> que apoiaria o Conde de Galway nas operações militares. Assim, vamos encontrá-lo integrando as forças que submeteram a praça de Alburquerque, na Estremadura espanhola, ao cerco, bombardeando seus muros e conseguindo abrir uma brecha na muralha, através da qual buscariam invadir a cidade. E foi nesta situação que em 19 de maio de 1705, que o “Capitão e Engenheiro Massé, chegado há pouco de Gibraltar”, recebeu ordens de Galway para aproximar-se e alargar a brecha, o que foi feito com um trabalho de minagem a partir de uma casa próxima à fortificação, resultando na ruína da mesma<sup>27</sup>, tornando a defesa insustentável e levando a guarnição à capitulação no dia 20 do mesmo mês<sup>28</sup>.

Galway prosseguiu no avanço com a força aliada, composta de portugueses, ingleses e holandeses, em direção a Madri. Em 10 de abril de 1706, suas forças deram início ao cerco de Alcântara, que caiu no dia 14. Durante os combates, um dos engenheiros, o Tenente-Coronel John Mauclere foi morto, e o Conde, provavelmente em reconhecimento às ações de João Massé, propôs então que ele fosse efetivado em seu lugar. Mas a resposta que recebeu no dia 12 de maio foi que “seu pedido no sentido de efetivar o Capitão Massey [sic] na função de engenheiro, recebendo 100 libras por ano, no lugar do falecido Coronel Mauclere” não seria atendido porque “Sua Graça, o Duque de Marlborough, reserva a si mesmo a disposição de tais lugares, que, de acordo com o desejo de Sua Senhoria, Roger Davies é agora nomeado para suceder ao Coronel Mauclere em Portugal”<sup>29</sup>. Ou seja, embora Massé tivesse recebido patente no exército português em 1705, ele estava enquadrado dentro do exército anglo-holandês.

Posteriormente, em razão das derrotas sofridas nas batalhas de Almansa, em 1707 e de Caia, em 1709, o Conde de Galway foi substituído no comando das forças aliadas em 1710 (AGNEW, 1864, p. 150 e 151). Embora não existam documentos, parece evidente que João Massé se deu conta de que seus esforços seriam melhor reconhecidos pelos portugueses, do que até então havia ocorrido<sup>30</sup>.

É por isso que vamos encontrar João Massé<sup>31</sup> anos mais tarde, em fins de setembro de 1711, integrando as forças

---

<sup>26</sup> De acordo com Whitworth Porter (1889, p. 119), em 1705 existiam três trens atuando na Península Ibérica: em Cádiz, comandado pelo Coronel Albert Borgard; em Portugal, pelo Coronel Peter (ou Pedro) Carles, e em Barcelona, pelo Coronel John Kichards.

<sup>27</sup> Ou seja, o Capitão João Massé aplicou muito bem o que aprendera na Irlanda e nas Flandres.

<sup>28</sup> Segundo o Earl of Galway (1711, p. 15). Tradução nossa. Embora Roland Francisque-Michel (1882, p. 55-56) credite a autoria do livro a Manesson Mallet, julgamos isso improvável porque este último falecera em 1706. Na realidade, Henri de Massue, o Conde de Galway, escrevera o texto para se defender das críticas que recebera na Câmara dos Lordes sobre sua atuação na Península Ibérica, fazendo-o publicar de forma anônima, como se fosse obra de algum defensor seu.

<sup>29</sup> PORTER (1889, p. 127). Tradução nossa.

<sup>30</sup> Também deve ter pesado o fato de que Massé recordou-se que, ao desmobilizarem as forças que haviam lutado pelo rei inglês, nos anos 1690, apenas uma pequena parte permaneceu constituindo os regimentos, sendo a maioria dispensada, tornando-se pensionistas e recebendo apenas metade do que era pago aos integrantes das unidades militares. Isso era comum, e motivo de reclamações, como lembrou Whitworth Porter (1889, p. 141), ao referir que “John Massy [sic] (...) estava ao serviço dos portugueses como engenheiro-chefe”, e que se tivesse retornado à Inglaterra, seria incluído “na lista de meio soldo”. Tradução nossa.

<sup>31</sup> Mas não o já citado Lucas Boitout. Em requerimento à rainha da Grã-Bretanha, Mary, sua viúva, relatou que “seu marido havia servido 18 anos como engenheiro na Irlanda, em Flandres, e em Portugal e Espanha, onde fora feito capitão pelo Conde de Galway, e que perdera a vida no último verão [de 1706], após ter perdido toda a sua equipagem quando ia para Coria [na Estremadura, Espanha]”, e “implorando pela subsistência dela e de três crianças”. (REDINGTON, 1874, p. 566), Letter signed Pierre Duval to Monsieur Poultney in favour of a poor widow [M<sup>re</sup>Boitout], dated 19 April 1707 (REDINGTON, 1874, p. 502). E ela não ficou desamparada, pois seu nome aparece em uma relação do natal de 1713, junto com “diversas pensionistas francesas”, recebendo 30 libras esterlinas por ano (SHAW, SLINGSBY, 1957, p. 211 e 215). Em 12 de agosto de 1715 foi publicada uma relação nominal de pessoas que recebiam ou passariam a receber pensões do soberano britânico, sendo “peçoas de diversas categorias, [como] viúvas e filhos de oficiais mortos em serviço, que são refugiados franceses por motivos religiosos e alguns outros”, entre eles “Mary Boitou” (sic), com 30 libras esterlinas anuais, pagas em duas parcelas semestrais (SHAW, SLINGSBY, 1957, p. 679 e 680). Grifos nossos. Traduções nossas.

portuguesas envolvidas nas operações de defesa perante às forças espanholas sob o comando do oficial-general francês Marquês de Bay, que se aproximavam de Elvas, preparando-se para investir a cidade de Campo Maior. Na noite de 23, apesar do cerco posto à cidade de Elvas, Massé foi enviado àquela praça “porque do seu valor, e sciencia militar, tantas vezes manifestada em sítios e campanhas, se promettia grande utilidade na presente ocasião”. Na noite de 28 saiu d’Elvas, buscando chegar a Campo Maior passando entre as linhas inimigas, mas não conseguiu. Após várias tentativas, sendo que em uma delas “cahio em huma cova, a quem os companheiros [o] tirarão ferido em huma perna” conseguiu, afinal, chegar ao seu destino. E logo Campo Maior era submetida ao sítio pelas forças do Marquês de Bay, que possuía mais recursos que os defensores. Apesar de bombardeada e atacada por mais de 30 dias, a praça portuguesa suportou o assédio. Massé participou ativamente da defesa, onde “delineou varias obras, que forão mui uteis” e esteve responsável por um setor defensivo, “com dois Regimentos”. Ao final, os espanhóis se retiraram e os defensores foram premiados pelo rei, inclusive João Massé<sup>32</sup>, a quem “mandou dar huma joia”<sup>33</sup>.

Ao abordar a atuação dos engenheiros nos conflitos onde lutaram os portugueses, Manoel de Azevedo Fortes (1729, p. 431) afirmou que a valorização que tiveram “os Engenheiros em França” resultou que os oficiais que tinham frequentado academias militares, se não eram

Engenheiros consummados, para o poderem ser de profição, são ao menos bem instruidos na Arte de fortificar, e de atacar, e defender as Praças, como mostrou a experiencia neste Reyno na guerra passada [i.e., da Sucessão da Espanha], na qual passaraõ praça de Engenheiros, (e o herão com effeito de boa nota) alguns officiaes das Tropas dos nossos alliados, que até alli só tinhaõ servido na Infantaria, como Monsieur Carle que pela sua muita Siencia, e pratica da guerra, o honrou Sua Magestade como posto de Mestre de Campo General: o Brigadeiro de Infantaria Joaõ Massé, a quem pela sua grande capacidade o mesmo Senhor confiou a visita das nossas Praças da América, e actualmente está servindo a esta Coroa com a mesma occupação de Engenheiro: Monsieur la Grave<sup>34</sup>, e outros muitos exercitarão na mesma guerra as funções de Engenheiros, sem o serem de profição

o que ratifica que João Massé era francês, oficial de infantaria e que, embora não fosse engenheiro de formação, tinha bons conhecimentos práticos de engenharia militar<sup>35</sup>, fazendo com que por várias vezes ele fosse qualificado como engenheiro na documentação de época<sup>36</sup>, confirmando ainda que era comum a presença de oficiais estrangeiros nas

---

<sup>32</sup> Segundo Gilles Destremau (2017).

<sup>33</sup> Antonio Caetano de Souza (1741, p. 142, 146, 147, 151, 153, 157, 158, 161 e 176), que foi reproduzido integralmente por Claudio da Conceição (1820, p. 51, 57, 58, 60, 64, 67, 71, 74 e 102).

<sup>34</sup> Essas referências feitas em relação à Carle e Massé explicam a gravura do cerco de Albuquerque, onde eles tiveram atuação destacada, publicada no segundo tomo da obra de Manoel de Azevedo Fortes, e que tinha despertado a curiosidade de Francisco Marques de Souza Viterbo (1904, p. 154).

<sup>35</sup> Ângela Domingues (2012, p. 7) referiu corretamente o exílio de Massé na Inglaterra, tal como de Henry de Massue, após a revogação do Edito de Nantes. Acrescenta, porém, que Massé serviu primeiro como um coronel e depois como brigadeiro de Lord Galway na Guerra de Sucessão, sem indicar onde obteve essas informações, e que estão equivocadas. Também Deonísio da Silva (2014, p. 209) escreveu que ele “era calvinista e se refugiou na Inglaterra”, mas também sem explicar onde havia encontrado tais informações.

<sup>36</sup> E assim referido por pesquisadores posteriormente, mas de maneira alguma como arquiteto e nem como mestre de obras, como escreveu Alexandre Passos (1962, p. 78).

tropas portuguesas, mesmo que fossem oriundos de uma nação inimiga<sup>37</sup>.

E, por uma coincidência histórica, no mesmo mês e ano em que João Massé se empenhava em chegar a Campo Maior, para participar de sua defesa, um compatriota seu, René Duguay-Trouin, no comando de uma esquadra, atacava e tomava a cidade do Rio de Janeiro, obtendo um rico butim<sup>38</sup>.

## 2. O Brigadeiro João Massé no Brasil

Após o término daquele conflito, e credenciado por suas ações, o então tenente-coronel de infantaria João Massé recebeu a patente de brigadeiro para “servir no Brasil”<sup>39</sup>

por ser conveniente a seu Real serviço o fortificarse o estado do Brazil em forma q fique com toda a defença necessaria, e na pessoa do d.<sup>to</sup> João Massé concorrerem os requisitos q. se requerem p.<sup>a</sup> dar boa conta desta incumbência: M.<sup>a</sup> S.Mg.<sup>de</sup> p. bem q. elle passe com o posto q. tem de Brigadr.<sup>o</sup> de Infantr.<sup>a</sup> ao Ryo de Jan.<sup>to</sup> p.<sup>a</sup> examinar e reparar as fortificaçoés daqla. Capitania e fazer as mays q. forem necesr.<sup>as</sup> p.<sup>a</sup> a defença e conservação della; e feita esta dellig.<sup>a</sup> passara a fazer a mesma na Bahya, e Pernambuco, e enq.<sup>to</sup> estiver no Brazil vencera 90.000 [réis] de soldo p. mes q. he dobrado do q. lhe compete com o d.<sup>to</sup> posto de Brigadr.<sup>o</sup>(...) seja pago do dia q. partir deste Rn.<sup>o</sup>athe nelle tornar à entrar p. os efeitos da fazd.<sup>a</sup> Real da capitania em q. estiver. De q. lhe foi passada Carta a 12 de Junho de [1]712.<sup>40</sup>

No alto da folha onde está esse registro há as seguintes informações: “João Massé dizendo ser f.<sup>o</sup> de Matheos Masse, n.<sup>al</sup> da Cid.<sup>e</sup> de Auch Rn.<sup>o</sup> de França”, o que mais uma vez confirma que ele era mesmo Jean Destremau. Ao declarar ser natural de Auch, parece que ele ainda se preocupava com a segurança daqueles que tinham ficado em Le Houga. É possível ter uma ideia a respeito das expectativas sobre João Massé a partir de uma resposta ao Vice-Rei em rela-

---

<sup>37</sup> Ou seja, as afirmações de Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138-139 e 212, 2011, p. 162), de que João Massé era “de origem inglesa (possivelmente batizado John Massey)”, ou sobre “um aporuguesamento do nome Massey, que o próprio militar assumiu na sua assinatura” pautadas somente no resumo do decreto e na relação de janeiro de 1705 publicadas (CHABY, 1872, V.3, p. 391-392), já referidos anteriormente, não se sustentam, como já demonstramos neste trabalho. A afirmação de que “Aliás, um personagem de origem francesa seria suspeitíssimo naquela quadra!” (OLIVEIRA, 2004, p. 212), queda totalmente invalidada pelo testemunho contemporâneo de Manoel Azevedo Fortes. No seu afã de provar a “origem inglesa” de João Massé, Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138-139) referiu de forma inadequada o Decreto de 4 de novembro de 1720, “sobre licença de Massé ir a Inglaterra, sua pátria”, quando no resumo que há consta “Concedendo licença para ir a Inglaterra a um brigadeiro inglez [sic] ao serviço de Portugal” (CHABY, 1874, p.152), que só foi identificado como sendo Massé muito posteriormente (SANTOS, 1959, p. 103). Não temos dúvida em apontar que houve erro de designação de nacionalidade, feito pela equipe de Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1874, p.152), e que Horácio Madureira dos Santos (1959, p. 103) consultou a documentação original, notadamente o decreto de 4 de novembro de 1720, do Maço 79, para escrever “O brigadeiro a quem foi concedida licença por quatro meses para ir a Inglaterra foi João Massé. Na capa do mesmo decreto indica-se que o tempo de licença foi de um ano”. Estas observações são extensivas a Filipe Eduardo Moureau (2007, p. 229-230), pelos motivos já expostos anteriormente.

<sup>38</sup> Sobre esse ataque há o relato do próprio René Duguay-Trouin (1746), além de outras obras mais recentes (p.e. FRAGOSO, 2004, CASTRO, 2009, CORRÊA-MARTINS, 2013). Embora tenha sido pago um resgate, a cidade do Rio de Janeiro não foi “sequestrada pelos franceses em 1711”, como erroneamente afirmou Deonísio da Silva (2014, p. 209).

<sup>39</sup> Decreto de 8 de maio de 1712, “Mandando passar patente de brigadeiro com soldo dobrado, sem gratificação, a um tenente coronel de infantaria, para servir no Brazil” (CHABY, 1874, p. 80). Portanto, é um equívoco José Pessôa e Maria Fernanda Bicalho (2007, p. 37) afirmarem que o rei “contratou o engenheiro militar Jean [sic] de [sic] Massé”, desconhecendo que o mesmo já estava ao serviço de Portugal desde 1705.

<sup>40</sup> Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.462, Código de Referência: PT/TT/RGM/C/0003/44472, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Documento bastante semelhante foi transcrito por Francisco Marques de Souza Viterbo (1904, p. 154) a partir do liv. 12 de Offícios, fol. 236 v., do Arquivo do Conselho Ultramarino. Portanto, João Massé fora enviado para “examinar e reparar as fortificações”, e não para ser “consultor” (sic) dos projetos de fortificações” (OLIVEIRA, 2004, p. 138, MOREAU, 2007, p. 229), ou “dar consultoria sobre as nossas fortificações” (OLIVEIRA, 2011, p. 162), nem para “ajudar a combater as invasões francesas”, como escreveu em seu livro Deonísio da Silva, no verbete “Fortaleza” (2014, p. 209).

ção às fortificações no Brasil, na qual dizia esperar que ele fosse “um tão grande engenheiro e de tão conhecida ciência e suposição”<sup>41</sup>. Ou seja, não há dúvida que se esperava muito dele.

Porém o brigadeiro só chegou ao Rio de Janeiro em 3 de junho de 1713, juntamente com o governador nomeado, Francisco Xavier de Tavora<sup>42</sup>, após uma viagem complicada, em que uma tempestade dispersou a frota em que vinha<sup>43</sup> e o que o deixou adoentado por alguns meses. Na mesma ocasião já se ordenava que Massé seguisse para a Bahia<sup>44</sup>, aonde chegou em fins de maio de 1714, de acordo com Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138).

Portanto, verifica-se que, o período entre junho de 1713 e maio de 1714 foi o tempo de que dispôs o Brigadeiro João Massé para analisar e projetar os sistemas de defesa das praças do Rio de Janeiro<sup>45</sup> e de Santos, com a construção de novas fortificações e reparos daquelas que já existiam e que fossem úteis. Ressalte-se que o período citado abarcando aquele decorrido para sua recuperação da viagem transoceânica que fizera, bem como o dos deslocamentos entre as cidades acima citadas.

De suas atividades relativas à Capitania do Rio de Janeiro, até recentemente, os pesquisadores arrolavam como sendo de sua lavra, em relação à urbe carioca, a “Relação de todas as fortificações e reparações necessárias para a conservação e defesa da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e de seu Porto, referidas as plantas que vão a parte”<sup>46</sup>, datado de 1º de maio de 1714, a “Planta da cidade do Rio de Janeiro”<sup>47</sup>, a “Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações”<sup>48</sup> (Figura 2), que, embora catalogada junto com a “Relação ...” que ao final tem o nome de João Massé, planta esta que só foi atribuída ao brigadeiro posteriormente por Gilberto Ferrez (1959, p. 390), e a “Plantas [sic] dos Fortes de Nossa Senhora da Conceição e S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1714 [?]”<sup>49</sup>, título e data atribuídas, já que esse documento cartográfico não apresenta nenhuma dessas informações, sendo-lhe imputada a autoria por Gilberto Ferrez (1972, Estampa 26), que a intitulou de “Planta inédita de João Massé, mostrando como pretendia defender a cidade pelo lado interior, em 1713”, em desacordo, portanto, com a catalogação acima transcrita. Ocorre que, após uma análise minuciosa, Francisco José Corrêa-Martins (2014) comprovou que o

---

<sup>41</sup> Consulta ao Conselho Ultramarino – Carta do Governador Geral do Estado do Brasil Pedro de Vasconcelos, e relação do estado em que se achavam as fortalezas daquele Estado, feita pelo tenente general engenheiro Miguel Pereira da Costa. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro – Bahia, 1710-1716*, V. 96, 1952, p. 63.

<sup>42</sup> A informação consta de um atestado assinado, mas não escrito pelo Brigadeiro João Massé, relativo aos serviços prestados pelo Alferes José de Almada Mello, e datado de 13 de maio de 1714- AHU\_ACL\_CU\_017-01, Cx. 76, D. 17624. Esse documento é o único conhecido no qual, além da assinatura, Massé colocou o sinete de suas armas em um selo de cera, que é apresentado pela primeira vez nesta pesquisa (Figura 1). A data informada por Massé contraria a afirmação de Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 138), de que sua carta patente do brigadeiro foi “registrada no Rio de Janeiro em 9/06/1713”, que não indicou a fonte dessa informação. Portanto, ele não foi “enviado ao Rio de Janeiro” em 1712 como erroneamente escreveu Marlon Solomon (2003, p. 150).

<sup>43</sup> “As duas charruas que aqui [em Salvador] vieram arribadas, suponho têm já chegado a esse Pôrto, e que Vossa senhoria estará entregue do seu fato e mais trastes que nelas iam”. Carta que se escreveu ao Brigadeiro João Massé, 21 de julho de 1713, pelo Vice-Rei Pedro de Vasconcelos. *Documentos Históricos – Portarias 1721-1722, Cartas de Ofício 1704 -1717*, V. 70, 1945, p. 157.

<sup>44</sup> Em agosto ele ainda estava doente (CORRÊA-MARTINS, 2014).

<sup>45</sup> Adler Homero Fonseca de Castro (2009, p. 215) afirma que ele “permaneceu na cidade [do Rio de Janeiro] somente quarenta dias, boa parte dos quais doente e acamado”, porém ser referir onde obteve essa informação.

<sup>46</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, p. 334-335 - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3323. Há uma transcrição integral em Gilberto Ferrez (1972, p. 210-215).

<sup>47</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 331, D. 3295, anexa ao D. 3287. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3295, anexa ao D. 3287.

<sup>48</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 335, D. 3324, anexa ao D. 3317. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3324, anexa ao D. D. 3317.

<sup>49</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 335-336, D. 3325, anexa ao D. 3317 - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3325, anexa ao D. 3317.

plano de defesa não tinha sido escrito nem assinado pelo Brigadeiro João Massé e que o mesmo também não era o autor das plantas relativas ao Rio de Janeiro que lhe eram atribuídas até então.

Com relação à cidade de Santos existem a “Relaçãõ das obras mais precisas e necessarias p.<sup>a</sup> a Segurança da villa de Santos e de Seo Porto”, não datada, mas devidamente assinada por Massé<sup>50</sup> e a “Planta da Villa de Santos E de seu Porto, com suas Fortifficacoens dessinadas de novo”<sup>51</sup>, a “Planta de hua Fortaleza dessinada de novo na villa de Santos, cuja explicação vay em hum papel a parte”<sup>52</sup>, plantas estas que foram atribuídas ao brigadeiro francês por Eduardo Castro e Almeida, responsável pela catalogação dos documentos relativos ao Brasil do AHU na década de 1910. Porém, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 125) afirmou categoricamente que a “Planta da Villa de Santos E de seu Porto, com suas Fortifficacoens dessinadas de novo” está “assinada pelo brigadeiro João Massé”, o que é um completo equívoco. Também atribuiu ao francês a autoria dos projetos relativos às “Planta da Fortaleza dessinada de novo na Barra gr.<sup>de</sup> de Santos cuja explicação vay em hum papel a parte” e “Planta de hua Fortaleza dessinada de novo na Villa de Santos: cuja explicação vai em hum papel a parte”<sup>53</sup>. Com relação à planta da “Fortalesa de Itape- ma, no Rio defronte da Villa de Santos” (Figura 3), afirma que é “datado de c. 1714 [sic] e, provavelmente, também atribuível ao brigadeiro João Massé”, mas sem explicitar com que base fez tais afirmações.

No que concerne às obras que teriam sido projetadas no Rio de Janeiro pelo Brigadeiro Massé, juntamente com o Governador Francisco Xavier de Tavora, houve o início da construção, ainda em 1713, do muro, bem como da Fortaleza da Conceição<sup>54</sup>, esta que seria um dos baluartes do mesmo, junto com a Fortaleza de São Sebastião, no Morro do Castelo<sup>55</sup>. Já com relação à praça de Santos, segundo Víctor Hugo Mori (2003, p. 83), apenas o Forte do Crasto ou Estacada, projetado para se erguer em frente do Forte da Barra Grande de Santos, teria sido construído parcialmente. Como exposto anteriormente, no final de maio de 1714 João Massé chegou a Salvador, capital da colônia, para continuar o exame das defesas. Assim, em agosto de 1715, o Marquês de Angeja, então Vice-Rei, enviou para Lisboa “a planta das fortificações que o Brigadeiro João Massé achou serem precisas para a defesa daquela praça, e o papel que fizeram os engenheiros a quem ouviu sôbre êste particular [i.e. o Mestre de Campo Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu], com o seu parecer à margem dêle”. Contudo, o parecer do Conselho Ultramarino foi de que as fortificações projetadas para Salvador não só necessitariam “de um dilatadíssimo tempo mas [também] de uma imensa despesa e de se demolirem uma grande parte dos edificios dela e de conventos”, restringindo então as intervenções à reparação da “trincheira e dique com que os holandeses a cercaram [a cidade de Salvador] pela banda de

<sup>50</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 344, D. 3390, anexa ao D. 3385. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3390, anexa ao D. 3385. Mas a relação que não foi escrita por ele.

<sup>51</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 344, D. 3391-3392, anexa ao D. 3385. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3391-3392, anexa ao D. 3385. Ressalte-se que há dois exemplares, algo que passou despercebido até agora. E nenhuma delas tem assinatura, ao contrário do que afirmou Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 125).

<sup>52</sup> *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, p. 344, D. 3393, anexa ao D. 3385. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 16, D. 3393, anexa ao D. 3385.

<sup>53</sup> BUENO (2009, p. 124-125) não fez a referência correta dessas plantas que são, respectivamente, AHU\_CARTm\_023, D. 1065 e AHU\_CARTm\_017, D. 1067.

<sup>54</sup> Diferentemente do que pensou Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009, p. 124 e 125).

<sup>55</sup> Embora a cintura da muralha da Fortaleza da Conceição estivesse terminada em 1715, a construção do muro se arrastou por anos, e nunca foi concluída. A respeito destes aspectos e sobre as fortificações da cidade do Rio de Janeiro naquela época indica-se CORRÊA-MARTINS (2014, 2016).

terra” (o atual Dique do Tororó), ao Forte do Mar (ou Forte São Marcelo) e ao cais na marinha da cidade proposto pelos engenheiros, com o quê o rei concordou.<sup>56</sup> Mário Mendonça de Oliveira (2004, p. 130) afirmou que Massé foi responsável pelo projeto de fortificação de Salvador, além de ter participado do início da construção do Forte de São Pedro. Contudo, dessa documentação parecia que nada chegara aos dias atuais, a não ser a cópia feita por Luiz dos Santos Vilhena em 1801, de uma planta atribuída ao João Massé<sup>57</sup> (Figura 4). Porém é importante registrar que, na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, localizamos duas plantas da cidade de Salvador muito semelhantes àquela que Luizdos Santos Vilhena (1801) atribuiu ao João Massé<sup>58</sup> e que copiou em seu manuscrito.

Em 1717, o Brigadeiro Massé escreveu de Salvador para o rei<sup>59</sup> informando que, “para findar a minha diligência de visitar as praças deste Estado do Brasil sô me faltava a de Pernambuco”. De fato, o engenheiro francês foi até lá em outubro de 1716, permanecendo “per tempo de sinco mezes”, desenhando “huá Cidadella” para Recife e, por ordem do Vice-Rei “fui vizitar os portos da Parahiba do Norte, Ilha de Tamaracá e Pao Amarello, como taõ bem ao Sul de Pern<sup>co</sup> os do Cabo de Santo Agostinho, e Tamandarâ”, entregando as plantas de fortificações julgadas necessárias, bem como a relação das obras relativas à Paraíba ao seu Capitão Mor, enquanto “aos mais portos comoniquei oq nelles tinha observado ao Gover de Pern.<sup>co</sup>”. E que, ao terminar seus trabalhos, voltara à Bahia, onde entregara ao Marquês de Angeja, “as ditas plantas, [e] Relações”<sup>60</sup>. Das obras do Recife parece que parte da muralha projetada foi construída, mas de maneira muito lenta, pois que, em 1729, era dado o parecer de “Que a grande fortificação delineada pello Brigadeiro Joaõ Masse se deve restringir ao novo dessenho”, ou seja, reduzia o que fora proposto anos antes<sup>61</sup>.

Massé, além de dar como concluída a tarefa pela qual fora enviado ao Brasil, aproveitava para expor suas queixas ao rei, porque “no discurso [sic] de quatro annos” no desempenho de sua missão tivera que arcar com os custos de embarcações e cavalos para percorrer as praças que devia examinar, contando para tal somente com “os soldos e tença anual q’ jatinha em Portugal”, e por isto pedia, além de uma ajuda de custo por aqueles gastos extraordinários, licença para “para passar a Portugal”.

Mas o parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta de Massé, dado no começo do ano seguinte<sup>62</sup> não deixa de ser

---

<sup>56</sup> Sobre a cidadela e defensas da praça de Salvador, 4 de fevereiro de 1716. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Bahia – 1710-1716*. Vol. XCVI. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p. 210-212.

<sup>57</sup> Intitulada “[Cartas I. II. e VI] Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Ángeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro Joaõ Masse, na qual se não So o ambito que entãõ ocupava, Como a muralha, e Dique Com que os Holandeses a haviaõ guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruido [sic]. Hacedem mais os projecttos das obras com que aquelle Engenheiro queria Se fortificasse a Cidade e Seu Porto”. Disponível em [http://obidigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304822\\_26.jpg](http://obidigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304822_26.jpg)

<sup>58</sup> Tratam-se dos exemplares 02.02.261 e 02.03.288.

<sup>59</sup> Carta do Brigadeiro João Massé para o Rei, Bahia, 20 de agosto de 1717. *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3552, p. 86. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 17, D. 3552. Trata-se de uma rara, se não única correspondência de João Massé que se conservou até nossos dias. Como as imagens do microfilme estão ruins, não conseguimos verificar se a assinatura na carta é autógrafa, pois não está visível.

<sup>60</sup> O que significa que, sob a supervisão de Massé, teriam sido produzidos dois conjuntos de plantas e relações referentes às fortificações na Paraíba e em Pernambuco. Infelizmente, parece que não chegaram aos dias atuais.

<sup>61</sup> Parecer da Junta [de engenheiros do Reino e da capitania de Pernambuco], Manoel de Azevedo Fortes, João Massé, José da Silva Paes e Diogo da Silveira Veloso, ao rei [D. João V], sobre as obras das fortificações da dita capitania, [Cidadela do Recife] e fortes do Brum, Santo Antônio dos Coqueiros, Nazaré e Quartéis de Olinda. Lisboa, 17 de novembro de 1729. Anexos: 2 docs., AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 39, D. 3541.

surpreendente. Como o mesmo tinha “satisfeito inteiramente a diligencia a q foi mandado por V. Mag.<sup>de</sup> que era dese-  
nhar a fortificação do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco [sic] e Parahiba<sup>63</sup>, de que remeteo as plantas”, o Conselho  
opinava que ele podia ser atendido em seu pedido de retorno ao reino. Mas havia outros motivos e, talvez, mais im-  
portantes para a sua volta. Considerava-se que a “despeza que se faz com hum tão grande soldo q se lhe arbitrou”  
era alta<sup>64</sup>,

e porque se tem noticia, e vulgarmente se dis que este Francez tem sido muito prejudicial naquella  
Conquista pella grande negociação q tem feito e faz nella tendo Logeas publicaz, e q' não só des-  
caminha as fazendas da Alfandega, mas ainda as de Contra bando, tirando as dos Navios Estran-  
geiros para sua caza<sup>65</sup>, com gravissimo prejuizo do nosso Comercio”,

e caso Massé não quisesse vir para Portugal, o Vice-Rei devia enviá-lo na primeira frota que saísse do Brasil para o  
reino, e que depois dele partir, “se tire logo huá devassa do procedimento que teve nessa parte”, e que sobre a ajuda  
de custo pedida, que não devia ser dada, pois que o brigadeiro tinha “soldos tão aventejados, como São os que Logra,  
Constando ter tirado grandes conveniencias de pois que assiste no Brasil”, parecer com que o rei concordou.

Examinando retrospectivamente a atribuição de autoria ao Brigadeiro João Massé de projetos e plantas de fortifica-  
ções, verifica-se que foi feita a partir de documentos administrativos onde se registraram suas ações, bem como docu-  
mentos cartográficos, que não trazem claramente indicada a autoria dos mesmos. Saliente-se que a grande maioria  
dos pesquisadores anteriormente não realizou um exame crítico desse conjunto documental. Porém, a análise que  
realizamos, tanto da documentação escrita como cartográfica, aponta para uma conclusão bastante distinta. Apenas  
um dos relatórios sobre fortificações, que seriam de sua lavra, traz sua assinatura, e observa-se que a caligrafia é  
completamente distinta do texto do documento. Pode-se alegar que ele teria rascunhado ou ditado tal documento,  
como também poderia ser o resultado de um trabalho em conjunto com outros, como no caso do Rio de Janeiro, onde  
atuou juntamente com o Governador Francisco Xavier de Tavora (CORRÊA-MARTINS, 2014, 2016). E o mesmo pro-  
vavelmente ocorreu em Salvador, se não com o Vice-Rei, o Marquês de Angeja, seguramente com o Mestre de Cam-  
po Miguel Pereira da Costa e o Capitão Gaspar de Abreu, pois, como foi exposto anteriormente, Massé ouviu a opini-  
ão destes dois últimos a respeito das fortificações “precisas para a defesa daquela praça” e que estavam na planta  
que era remetida então ao Conselho Ultramarino.

No tocante às plantas e cartas já se estabeleceu, em relação àquelas relativas ao Rio de Janeiro que Massé não foi o

---

<sup>62</sup> Consulta do Conselho Ultramarino sobre a comunicação que fizera o Brigadeiro João Massé ..., 17 de janeiro de 1718. *An. Bibl. Nac.*, V.39, 1917, D. 3551, p. 86-87. - AHU\_CU\_017-01, Cx. 17, D. 3551.

<sup>63</sup> A Paraíba não constava como local a ser visitado por Massé quando de sua designação em 1712.

<sup>64</sup> Como visto anteriormente, seu soldo fora arbitrado em 90.000 réis, o dobro do que normalmente recebia.

<sup>65</sup> Suspeitas que devem ter sido reforçadas quando da passagem de um francês por Salvador, entre fevereiro e março de 1718, pois que, autorizado pelo Vice-Rei, ficou alojado da casa de Massé, que o levou a um passeio em Mataripe, no Recôncavo, no começo de março (LA BARBINAIS, 1728, p. 171 e 176).

autor das mesmas (CORRÊA-MARTINS, 2014). No que concerne às plantas produzidas durante sua estada em Salvador, muito provavelmente não desenhou nenhuma delas. Fazemos esta afirmação com base no ofício do Conselho Ultramarino, de 15 de dezembro de 1718 onde, ao confirmar o provimento de Gonçalo da Cunha Lima no posto de capitão, se declara que “no decurso de tres annos e meyo que o brigadeiro João Massé [sic] assistio naquella praça dar boa conta das delligencias que lhe emcarregou assim na assistencia das fortificações com boa intelligencia dellas, como no tirar das plantas, em que teue grande trabalho”, e que embora encarregado de outras tarefas, como a construção de uma fragata, ainda assim “fazendo com toda a certeza e perfeição [as] plantas que pelo brigadeiro João Massé lhe forão emcarregadas”<sup>66</sup>. A respeito daquele personagem, Francisco Marques de Souza Viterbo afirmou que era “um dos mais applicados alumnos da aula de fortificação da Bahia [i.e., Salvador], exercitando a sua profissão desde os últimos annos do seculo XVII”, sendo nomeado “ajudante engenheiro d'aquella praça” em 1715. E parece-nos muito provável que Gonçalo da Cunha Lima desenhou também as plantas das fortificações previstas para a Paraíba e Pernambuco, cujo paradeiro hoje é desconhecido.

### 3. O retorno para Portugal

Apesar das denúncias contra o Brigadeiro João Massé, ele teve confirmada, a partir de maio de 1719, uma tença anual de 600.000 réis<sup>67</sup>. Em novembro de 1720 ele obteve licença para ir à Inglaterra por quatro meses, prorrogada para um ano (SANTOS, 1959, p. 103). Ao retornar<sup>68</sup>, ele passou a integrar o corpo de pareceristas do Conselho Ultramarino, sendo ouvido em questões relativas às obras<sup>69</sup>, defesa e fortificações<sup>70</sup>, tendo sido um dos censores de *O engenheiro portuguez*<sup>71</sup>.

Contudo, parece que as denúncias feitas no Brasil o perseguiram por muito tempo. Verdadeiras ou não, o fato é que, através de um aviso da Secretaria de Estado, datado de 24 de novembro de 1734, se verifica que o Brigadeiro João Massé peticionara para “se lhe perdoar as condenacois expre[ssas] na Sn.<sup>ga</sup> que no juizo da Coroa Se [de]ferio contra

---

<sup>66</sup> VITERBO (1899, p. 264-266). Grifos nossos.

<sup>67</sup> João Massé, 2 de maio de 1719, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 3, f.462, Código de Referência: PT/TT/RGM/C/0003/44472, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Esse documento registra que ele deixou de ser pago no Brasil em 21 de agosto de 1718, ou seja, o dia em que provavelmente partiu de Salvador de volta para Lisboa. Portanto ele chegou em Portugal entre o final de 1718 e princípio de 1719, e não em 1727, como pareceu pensar Robert C. Smith (2010, p. 67). Seu rendimento mensal seria menor do que aquele recebido no Brasil, o que talvez explique porque na Correspondance de Portugal (vol. LVII, fol. 294, 384 et LVIII, fol. 32, ann. 1723), Ministère des Affaires Étrangères, existem referências de que o Brigadeiro Massé “era perseguido por um ou mais credores” (FRANCISQUE-MICHEL, 1882, p. 56).

<sup>68</sup> Quando voltou para Lisboa, Massé trouxe Ana (ou Anne) Pearson, que conhecera e com quem casara durante sua licença. Podemos fazer essa afirmação porque, em carta enviada à sua irmã Isabeau, datada de 23 de julho de 1720, e inteiramente transcrita por Gilles Destremau (2017), ele mencionou sua próxima ida à Inglaterra, mas não há qualquer referência à Ana/Anne Pearson. Contudo, segundo Gilles Destremau (2017), ele já havia casado anteriormente em Londres em 1698, com Susannah Berard, com quem tivera dois filhos. Porém, não há registros sobre seus destinos.

<sup>69</sup> Sobre uma nova ponte na Alfândega [de Salvador], 20 de dezembro de 1719. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Rio de Janeiro – Bahia – 1716-1721*. Vol. XCVII. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p. 195; Sobre a construção de uma nova alfândega em Pernambuco, 2 de março de 1733. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Capitânicas do Norte – 1728-1746*. Vol. C. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953, p. 195, p. 106.

<sup>70</sup> Sobre fortificações em Pernambuco, 16 de dezembro de 1729, e Sobre fortificações na Baía da Traição, Parnaíba, 20 de abril de 1735. *Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino – Capitânicas do Norte – 1728-1746*. Vol. C. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953, p. 47 e 153.

<sup>71</sup> Censura do Brigadeiro de Infantaria João Massé, Engenheiro de Sua Magestade [ao livro de] FORTES (1728).

elle por dizerse q ha[via] comerciado na B.<sup>a</sup> [i.e., Salvador] com navios [es]trangeiros quando estava naq[uella] Cidade”. Que havia sido determinado fazer diligências sobre essas acusações e que, como ainda não haviam sido resolvidas, determinava que “ordene o Cons.<sup>o</sup> [Ultramarino] ao execut[orio] q. preceda na execucao da d.<sup>a</sup> S[n.ça]”<sup>72</sup>, sem esclarecer qual era a pena. Não encontramos documentos que mostrem se ela foi de fato aplicada ou não.

Nesse tempo a guerra novamente cruzou o caminho de Massé. Frente à ameaça de invasão, por forças castelhanas, da região do Alentejo, ele foi promovido, em 1735, ao posto de Sargento-mor de batalha (SANTOS, 1959, p. 161), assumindo a função de Quartel-Mestre General no exército mandado formar por D. João V, enquanto Manoel de Azevedo Fortes era o “Ingenheiro Mor” (SILVEIRA, 2003, p. 268).

Mas a idade e as atividades profissionais começaram a cobrar seu preço pois, dois anos mais tarde, ele solicitou uma licença para tratar de sua saúde<sup>73</sup>. Estava ainda ativo em 1740, pois expressou sua opinião sobre a “pouca pratica dos terrenos comq achou os Engenhr.<sup>os</sup> dos nossos Brazis[,] sendo capasisimos na espiculação, o que procede de se terem mandado alguns sujeitos sahindo da Academia sem primr.<sup>o</sup> adquirirem pratica nas Provincias do Ren.<sup>o</sup>”<sup>74</sup>, o que reflete sua percepção da necessidade da prática ao par do ensino teórico. E, entre os anos de 1740 e 1741, segundo o Rol dos Confessados<sup>75</sup> da freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, residiam no Largo do Rato, entre outros, “o Sargento-mór João Massê [sic] (*hereje*, segundo a expressão usada no *Rol*), sua mulher Ana Pearson e seu filho Carlos Massê<sup>76</sup> [sic]”<sup>77</sup>, demonstrando que, até o fim, ele não abjurou de sua fé, atitude esta que o levava a deixar a França tantos anos atrás.

#### 4. Conclusões

A pesquisa sobre o Brigadeiro João Massé terminou por revelar um personagem bem mais complexo do que inicialmente poderia parecer. Oficial de infantaria francês e huguenote, que por uma questão de política interna, se viu obrigado a emigrar em razão de perseguição religiosa, foi oferecer seus serviços a um Estado que não o discriminava por causa de sua fé. E lá foi ele lutar pelo soberano inglês na Irlanda e na região de Flandres, em cujos campos de batalha provavelmente aprendeu, na prática, a ciência de ataque e defesa de praças fortificadas. E nas muitas reviravoltas que a História dá, no âmbito de um conflito europeu, mas com repercussões para além-mar, quando a Inglaterra envi-

---

<sup>72</sup> Aviso do [Secretario de Estado] Diogo de Mendonça Corte Real ao [Conselheiro do Conselho Ultramarino] José Carvalho de Abreu, sobre a petição do Brigadeiro João Mace (sic) pedindo perdão da acusação de comerciar com navios estrangeiros. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 49, D. 4368. O documento apresenta perdas na lateral direita.

<sup>73</sup> Concedendo licença para fazer tratamentos nas Caldas, nos termos do decreto nº 1, ao Sargento-mor de batalha João Massé, 3 de junho de 1737 (SANTOS, 1959, p. 211).

<sup>74</sup> Parecer de Manoel de Azevedo Fortes, Lisboa, 19 de agosto de 1740, parte da Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre as cartas do governador da capitania de Pernambuco (...). AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 39, D. 3548.

<sup>75</sup> O “Rol dos Confessados” era uma das obrigações do pároco ou padre, que devia fazê-lo anualmente, identificando os habitantes da freguesia, por nome, ocupação, grau de parentesco (no caso de esposa e filhos), idades, além de informações religiosas, sendo que “estrangeiros, vagabundos e presos também [deveriam] ser inscritos como fregueses” (GUERREIRO, 1997, p. 149).

<sup>76</sup> Seu filho também seguiu a carreira militar, e na infantaria, tendo servido na Índia, e atingiu o posto de coronel, tendo sido governador da praça de Juromenha, às margens do rio Guadiana, região do Alentejo, onde morreu, por volta de 1787 (SANTOS, 1963, p. 130 e 418-419.)

<sup>77</sup> SEQUEIRA (1922, p. 378). Grifos no original.

ou forças para apoiar Portugal, um aliado católico, o antigo Jean Destremau, agora João Massé, achou-se lutando contra a liga da qual a França, onde nascera, era parte.

É importante destacar que, nessa época, o sentido de pertencimento das pessoas estava ligado ao local de nascimento, e não ao reino onde se situava o lugar de seu nascimento. Em outras palavras, a palavra “pátria” designava o local ou região de nascimento, e não tendo relação com o Estado onde se ela porventura se inseria. Por isto era muito comum que estrangeiros integrassem os exército e marinhas de reinos que não os seus, como foi o caso dos franceses lutando pela coroa inglesa (GLOUZIER, 2002), dos irlandeses lutando pela coroa francesa (COUDRAY, 2018), e de ingleses, franceses e espanhóis, entre outros, lutando pela coroa portuguesa, como pode se ver, por exemplo, na documentação reunida por Claudio Bernardo Pereira de Chaby (1872, 1874).

E, no caso de Portugal, segundo David Martelo (2012), tanto à aversão pela carreira das armas por parte da nobreza, como o fato de que os mais altos postos ocupados pelos nobres serem transmitidos de forma hereditária, acabou por afetar a capacidade operacional do exército, o que levou os soberanos portugueses quase rotineiramente a recorrerem ao apoio inglês, e posteriormente britânico, que se traduziu no envio de oficiais e tropas para defenderem o aliado lusitano em diversos conflitos.

Há outro aspecto a ser abordado. Naquela época a Inquisição atuava nos domínios portugueses e, entre seus objetivos, estava o combate às heresias. Portanto, todo não católico era considerado herege e deveria ser perseguido e punido. Contudo, com a entrada em vigor do Regimento de 1640, que organizou os processos inquisitoriais, além das mudanças que começavam a ocorrer nos interesses estatais, as ações da Inquisição se restringiram paulatinamente a determinados segmentos, notadamente os cristãos-novos. Desse modo, os militares estrangeiros protestantes (ou seja, hereges), que integravam o exército e a marinha portuguesa, como outros que habitavam as terras do reino, acabaram por ser tolerados (MIRANDA, 1986, p. 119), embora não tivessem liberdade de culto, o que só foi reconhecido no século XIX.

Nesta conjuntura foi que João Massé se distinguiu e acabou chamando a atenção da Administração Real, levando à sua designação para vir ao Vice-Reino do Brasil, para que a colônia ficasse “com toda a defesa necessária”. Mas, afinal, que tipo de engenheiro ele era? Segundo Manoel de Azevedo Fortes (1729, p. 431), mesmo sem ser engenheiro “de profição”, ele tinha “grande capacidade” e era bem instruído “na Arte de fortificar, e de atacar, e defender as Praças”.

Inicialmente, porém, essa mudança de continente pode ter sido como um choque para ele. Afinal, na viagem de vinda enfrentou contratempos e chegou doente ao Rio de Janeiro. Além disso, o Brigadeiro Massé se viu diante de cenários geográficos diversificados e das dimensões brasileiras que ultrapassavam em muito o quê ele conhecia. Mas o francês mostrou seu discernimento ao buscar ouvir quem estava à frente da administração da capitania e, por conseguinte, de sua defesa, no caso o Governador Francisco Xavier de Tavora em relação ao Rio de Janeiro, levando em conta suas opiniões e considerações (CORRÊA-MARTINS, 2014). Ao que tudo indica, repetiu este mesmo proceder quando foi para Salvador. E, com o tempo, adquiriu confiança, a ponto de hospedar um compatriota, o viajante Gentil de la Barbinais e levá-lo a um passeio no Recôncavo Baiano. Tão à vontade ficou que sofreu até acusações de contraban-

do, as quais o acompanharam por largo tempo.

Seu retorno à Lisboa marcou sua passagem para atividades aparentemente burocráticas, com exceção do susto de 1735. De seu matrimônio nasceu Carlos, seu único filho lusitano, em 1724, e futuro oficial do exército português, recebendo os Santos Óleos em uma igreja católica em Sacavém, ao nordeste da capital do reino. Singularmente, no registro de batismo, o nome da mãe constou claramente, mas não o do pai, figurando “Paÿ incognito”. Em 6 de agosto de 1746 esse registro foi averbado, tarjando a referência anterior sobre o pai, e acrescentando o nome “João Massé”<sup>78</sup>. Sua mulher havia se convertido ao catolicismo, mas ele, Jean Destremau, o Sargento-morde batalha João Massé, um “herege”, manteve-se fiel à sua fé até o fim de seus dias, o que deve ter ocorrido entre 1745 e 1746.

No que tange aos projetos de fortificações propostos para as diversas capitanias já mencionadas, verifica-se pela análise da documentação que a administração reinol, através do Conselho Ultramarino, começou a colocar uma série de entraves para sua realização, fosse por sua envergadura, fosse pelos seus custos. O fato é que, com a percepção da cessação do perigo de uma agressão estrangeira, a Coroa portuguesa simplesmente passou a considerar aquelas obras como desnecessárias, restringindo-as a um mínimo necessário. Sendo assim, a maior parte delas não passou de projetos, os quais foram elaborados a partir das colaborações do engenheiro francês com os administradores e responsáveis pela defesa das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Em relação aos relatórios, projetos e plantas que no passado tiveram sua autoria atribuída ao Brigadeiro João Massé constata-se que, embora muitas vezes citados, efetivamente foram pouco analisados. O exame dessa documentação revela que apresentam diferenças tanto na caligrafia como nas técnicas de desenho, o que nos permite afirmar que Massé não escreveu ou desenhou nenhum daqueles documentos que lhe foram atribuídos no passado. E isso já foi demonstrado com relação à documentação relativa ao relatório e aos documentos cartográficos referentes ao Rio de Janeiro, sendo que nesta pesquisa estabelecemos que as plantas feitas em Salvador, durante a estada de João Massé, foram riscadas por Gonçalo da Cunha Lima. Muito provavelmente, foi de alguma delas que Luiz dos Santos Vilhena (1801) copiou o exemplar que inseriu em seu manuscrito. E possivelmente Cunha Lima desenhou também as fortificações da Paraíba e de Pernambuco, plantas essas cujo paradeiro é desconhecido. Acrescente-se que as marcas d'água encontradas, e que ainda não foram estudadas, poderão vir a revelar que os documentos manuscritos e cartográficos talvez tenham sido produzidos em tempos distintos.

Estas constatações nos levam a recomendar que, no tocante à cartografia histórica, é necessário ter presente que nem sempre os engenheiros militares ou cartógrafos citados na documentação foram de fato os responsáveis pela elaboração de plantas, cartas ou mapas que porventura a acompanhem. Portanto, a atribuição de autoria de um documento cartográfico, caso não seja claramente indicado no mesmo, deve se cercar de todos os cuidados, e ser feita de forma bastante criteriosa.

---

<sup>78</sup> Imagem do documento enviada pelo Sr Gilles Destremau.

## 5. Agradecimentos

Ao Sr Gilles Destremau (Paris, França), pelos documentos enviados e que permitiram compreender melhor um personagem muito falado, mas pouco conhecido. Ao Sr Eduardo Cavalcante (Rio de Janeiro, RJ), pela paleografia do documento danificado do AHU. À Dra Maria Dulce de Farias, da Seção de Cartografia da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, pela documentação cartográfica figurada nesta pesquisa.

## 6. Referências bibliográficas

AGNEW, David. C.[arnegie] A. [ndrew]. *Henri de Ruvigny, Earl of Galway. A filial memoir, with a prefatory life of his father, le Marquis de Ruvigny*. Edinburgh: William Patterson, 1864.

AGNEW, David. C.[arnegie] A. [ndrew]. *Protestant Exiles from France in the Reign of Louis XIV; The Huguenot Refugees and their descendants in Great Britain and Ireland*. Volume I. 2<sup>nd</sup> ed. London: Reeves & Turner, 1871.

AGNEW, David. C.[arnegie] A. [ndrew]. *Protestant Exiles from France, chiefly in the Reign of Louis XIV. or, The Huguenot Refugees and their descendants in Great Britain and Ireland. Volume II - Refugees Naturalized in and after 1681*. 3<sup>rd</sup> ed. [London]: [The Huguenot Society of London], 1886.

ANDERSON, Carolyn J. Military Intelligence: The Board of Ordnance Maps and Plans of Scotland, 1689-c.1760. In: BOYD, Gary A., LINEHAN, Denis John (eds.), *Ordnance: war + architecture and space*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2013. p. 157-178.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, [...] uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos, e oferecido a El Rey de Portugal D. João V, V.2*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu[s], 1712.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, jul./dez. 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, V1, 2009.

CHABY, Claudio [Bernardo Pereira] de (dir.). *Sinopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra: desde o estabelecimento deste Tribunal em 11 de dezembro 1640, até a sua extinção decretada em 1º de agosto de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, v.III, 1872, v. IV, 1874.

CLEAVELAND, [Frederick Darby]. *Notes on the early history of the Royal Regiment of Artillery*. [With notes by Lieutenant-Colonel William Lambert Yonge]. [Woolwich]: [s.n.], [1892].

CONCEIÇÃO, Claudio da. *Gabinete histórico, que a sua Magestade Fidelissima, o Senhor Rei D. João VI. (...) – Tomo VI - Desde 1710 até 1717*. Lisboa: Na Imprensa Regia, 1820.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. “Jeitinho carioca (?)”: a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5, Petrópolis, 2013. *Anais*, Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf>>

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao brigadeiro João Massé. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2, 2014. Tiraden-

tes, *Anais*. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/3172.pdf>>

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Jogos nada infantis: a participação de crianças e adolescentes nos conflitos, especialmente na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Org.). *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 291-341.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. A defesa do Rio de Janeiro no início do século XVIII: ou um muro que desapareceu e um morro em conflito. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/666/720>>

COUDRAY, Pierre Louis. *Mourir à la guerre, survivre à la paix: les militaires irlandais au service de la France au XVIIIe siècle, une reconstruction historique*. Tese (Doutorado). Littératures. Université Charles de Gaulle - Lille III, 2018. Disponível em <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01997932/document>>

DESTREMAU, Gilles. *Jean Destremau de Massé (circa 1666 to circa 1745) takes his revenge: the travels and travails of a Huguenot military officer of Le Houga in Lower Armagnac*. Translated from French by Bruce Wannell. In: Lecture Programme 2017-18 of The Huguenot Society of Great Britain and Ireland, London, 2017.

DOMINGUES, Ângela. In a world without faith and dominated by ambition: Representations of Brazil and the Portuguese in the First Half of the Eighteenth Century European Travel Literature. *Culture & History Digital Journal*, 1(2), December 2012, m104. 1-14. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.m104>>

DUANE, William. *Military Dictionary, or, explanation of the Several Systems of Discipline of different kinds of troops, Infantry, Artillery, and Cavalry; the Principles of Fortification, and all the Modern Improvements in the Science of Tactics ...*. Philadelphia: William Duane, 1810.

DUGUAY-TROUIN, René. *Mémoires de Monsieur Du Guay-Trouin, Lieutenant Général des Armées Navales de France & Commandeur de l'Ordre Militaire de S. Louis*. Amsterdam: Pierre Mortier, 1746.

FERREZ, Gilberto. João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713. *Revista do IHGB*, nº 242, Rio de Janeiro, janeiro/março de 1959, p. 388-396 [publicado originalmente no Jornal do Brasil, em 07 de setembro de 1958].

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800*. 2vol. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

FORTES, Manoel Azevedo. *O engenheiro português: dividido em dous tratados. Tomo Segundo, Que comprehende a fortificação regular, e irregular: o ataque, e defesa das praças; e no Appendice o uso das armas de guerra*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1729.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro*. 3ª edição, revista, acrescida e anotada por Antônio de Souza Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRANCISQUE-MICHEL, R.[oland]. *Les Portugais en France, les Français en Portugal*. Paris: Guillard, Aillaud & C<sup>ie</sup>, 1882.

[GALWAY, Earl of, Henry de Massüe, Marquis de Ruvigny.] *La Conduite du Comte de Galloway en Espagne et en Portugal*. Traduite de l'Anglois. Rotterdam: Chez Fritsch et Böhm, 1711.

GLOZIER, Matthew. *The Huguenot Soldiers of William of Orange and the "Glorious Revolution" of 1688: the Lions of Judah*. Portland: Sussex Academic Press, 2002.

GUERREIRO, Jacinto Salvador. A diocese de Beja no final do século XIX: A intervenção de D. António Xavier de Sou-

sa Monteiro. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8-9, 1996/1997, p. 35-169.

LA BARBINAIS, Le Gentil de. *Nouveau voyage au tour du monde*. Enrichi de plusieurs Plans, Vûes & Perspectives des principales Villes & Ports du Pérou, Chily, Bresil, & de la Chine. Avec Une Description de l'Empire de la Chine... Tomo III. Amsterdam: Pierre Mortier, 1728.

LEE, Grace Lawless. *The Huguenot Settlements in Ireland*. 4<sup>th</sup> ed. Bowie: Heritage Books, 2001.

MARTELO, David. *Chefes militares estrangeiros nos mais altos postos das Forças Armadas de Portugal: Aspectos específicos no contexto europeu*. Comunicação apresentada ao XXI Colóquio de História Militar da Comissão Portuguesa de História Militar, Novembro de 2012. Disponível em <[http://www.aofa.pt/artigos/David\\_Martelo\\_Oficiais\\_Estrangeiros\\_nas\\_FA\\_Portuguesas.pdf](http://www.aofa.pt/artigos/David_Martelo_Oficiais_Estrangeiros_nas_FA_Portuguesas.pdf)>

M. D. L. C. D. B. [François-Alexandre Aubert de La Chesnaye Des Bois]. *Dictionnaire Militaire, portatif, contenant tous les termes propres a la guerre; sur ce qui regarde la Tactique, le Génie, l'Artillerie, la Subsistance, la Discipline des troupes, et la Marine ...* Vol I. 4<sup>e</sup> ed. rev. et corr. Paris: Gisse; la Veuve Bordelet; la Veuve David; Duchesne, 1758.

MIRANDA, Jorge. Liberdade Religiosa, Igrejas e Estado em Portugal. *Nação e Defesa*, 39, Lisboa, Julho-Setembro de 1986, p. 118-136.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORI, Victor Hugo. Mapa das Fortificações da Baixada Santista. In: MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira; CASTRO, Adler Homero F.[onseca] de. *Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003. p. 79-84.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações de Salvador quando cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

OLIVEIRA, Mário de Mendonça. A defesa da Baía de Todos os Santos. In: CAROSO, Carlos, TAVARES, Fátima, PEREIRA, Cláudio (org.) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 129-202.

PASSOS, Alexandre. *O Rio de Janeiro no tempo do "onça" (século XVI ao XVIII)*. [2. ed]. Rio de Janeiro: Liv. S. José, 1962.

PESSÔA, José, BICALHO, Maria Fernanda. Rio de Janeiro. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 36-45.

PORTER, Whitworth. *History of the Corps of Royal Engineers*. London: Longmans, Green, and Co, V. 1, 1889.

RAMIZ GALVÃO, B.[enjamin] F[ranklin]. (org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Lauzinger & Filhos, 1881.

REDINGTON, Joseph (ed). *Calendar of Treasury Papers, 1702-1707, preserved in Her Majesty's Public Record Office*. [V. III]. London: Longman & CO., and Trubner & Co., 1874.

SAINT-ALLAIS, [Nicolas Vitton] de. *Nobiliaire universel de France, ou Recueil général des généalogies historiques des maisons nobles de ce royaume*. T. 12. Reinprimé. Paris: Librairie Ancienne et Moderne, 1876.

SANTOS, H.[orácio] Madureira [dos]. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby: Reinado de D. João V a D. José I (1ª parte: de Agosto de 1750 a Dezembro de 1758), vol. II*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1959.

SANTOS, H.[orácio] Madureira [dos]. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby: Reinado de D. Maria I (1ª parte: de Março de 1777 a Dezembro de 1793), vol. IV*. Lisboa: Tip. Minerva, 1963.

SCOTT, Brian G. The deployment of mortars in Ireland up to the 1689 Siege of Londonderry. *Ulster Journal of Archaeology*, 73, 2015-16, 204-218.

SEPULVEDA, Christovam Ayres de Magalhães. *História Orgânica e Política do Exército Português - Provas - História da Engenharia Militar Portuguesa - Volume XIV - História da Engenharia Militar Portuguesa - VI - Engenheiros Franceses ao serviço de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

SEQUEIRA, G.[ustavo] de Matos. *Depois do Terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa, v. III*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SHAW, William A.; SLINGSBY, F H. Warrant Books: August 1715, 11-20. In: SHAW, William A., SLINGSBY, F H. (eds) *Calendar of Treasury Books, Volume 29, 1714-1715*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1957. p. 671-693.

SILVA, Deonísio da. *De onde vem as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SILVEIRA, António Henriques da. Memórias analíticas da vila de Estremoz. Transcritas por Teresa Fonseca. In FONSECA, Teresa. *António Henriques da Silveira e as "Memórias analíticas da vila de Estremoz"*. Lisboa, Colibri, 2003. p. 107-296.

SMILES, Samuel. *The Huguenots: their settlements, churches, and industries in England and Ireland, with an appendix relating to The Huguenots in America*. New York: Harper & Brothers, Publishers, 1868.

SMITH, Robert C.[hester]. *Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história*. [2ª ed.]. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOLOMON, Marlon [Jeison]. Segurança do território e segurança da população. *Proj. História*, São Paulo, 27, p. 147-165, jul-dez, 2003.

SOUSA, Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres, que procedem dos Reis, e dos Sereníssimos Duques de Bragança. Justificada com instrumentos, e escritores de inviolável fé....* Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, Tomo VIII, 1741.

[VILHENA, Luiz dos Santos]. *Colecção de Plantas geograficas Ydrograficas, Planos e Prospectos. Relativos a algumas das Cartas de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas A que precede huma breve analysis Critica sobre a Origem das mesmas Plantas*. [Salvador]: 1801. Manuscrito. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1304801\\_34/mss1304801\\_34.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1304801_34/mss1304801_34.pdf)>

VITERBO, [Francisco Marques de] Souza (coord.). *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal. Vol. I A-G*. [1ª ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

VITERBO, [Francisco Marques de] Souza (coord.). *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal. Vol. II H-R*. [1ª ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

Lista de figuras



Figura 1 – Selo em cera vermelha com as armas do Brigadeiro João Massé, ao lado de sua assinatura, no atestado dos serviços prestado pelo Alferes José de Almada e Mello, datado do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1714. AHU\_CU\_017-01, Cx. 76, Doc. nº 17629. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



Figura 2 – “Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações”. Datas sobrepostas 1712 e 3. Sem marcas de autoria. Papel de trapo, com marcas d’água. Manuscrito. Tinta nanquim, colorido. Com duas escalas gráficas e rosa dos ventos. Dimensões: 87,0 cm (largura) X 57,5 cm (altura). AHU\_CARTm\_017, D. 1064. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

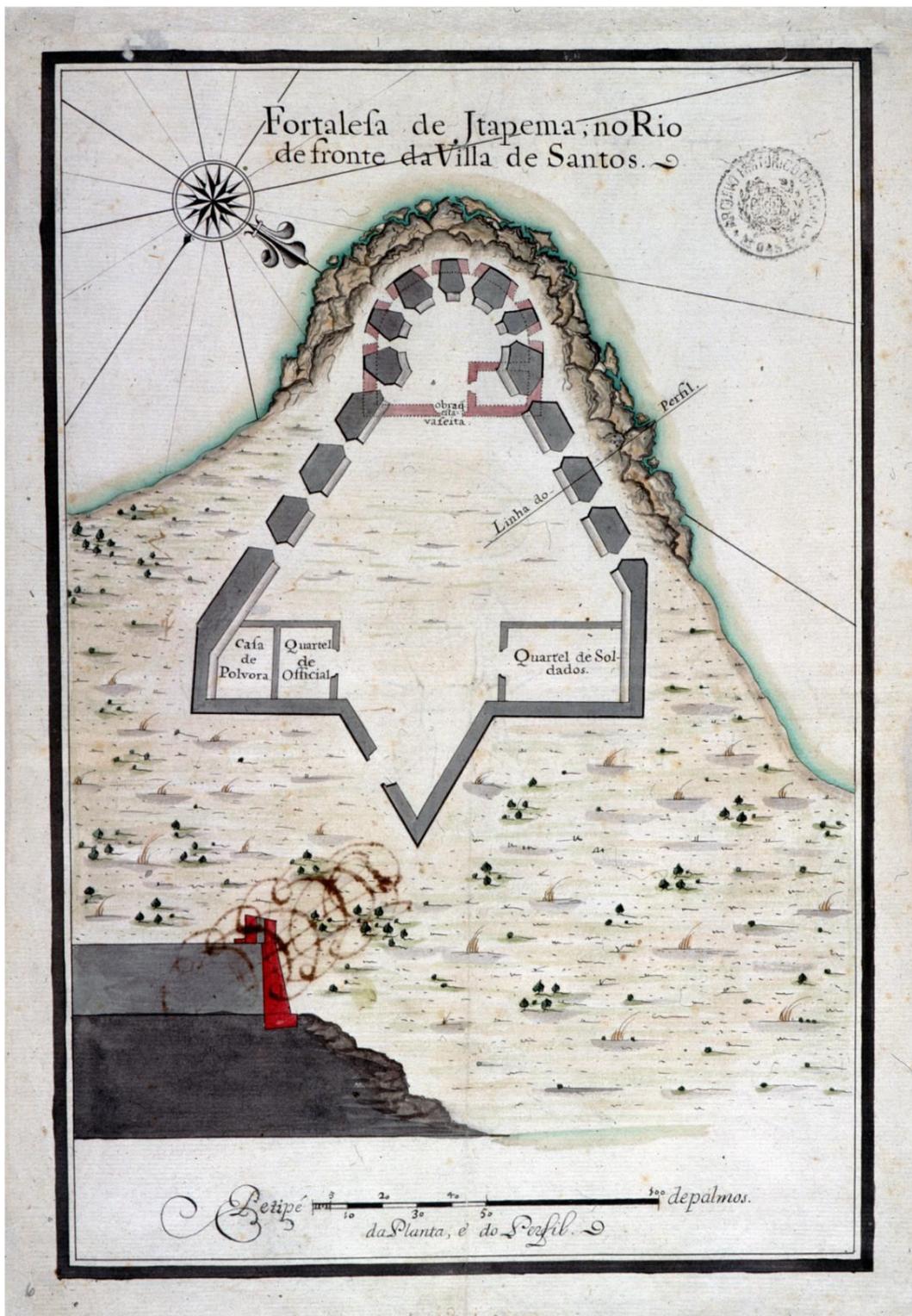
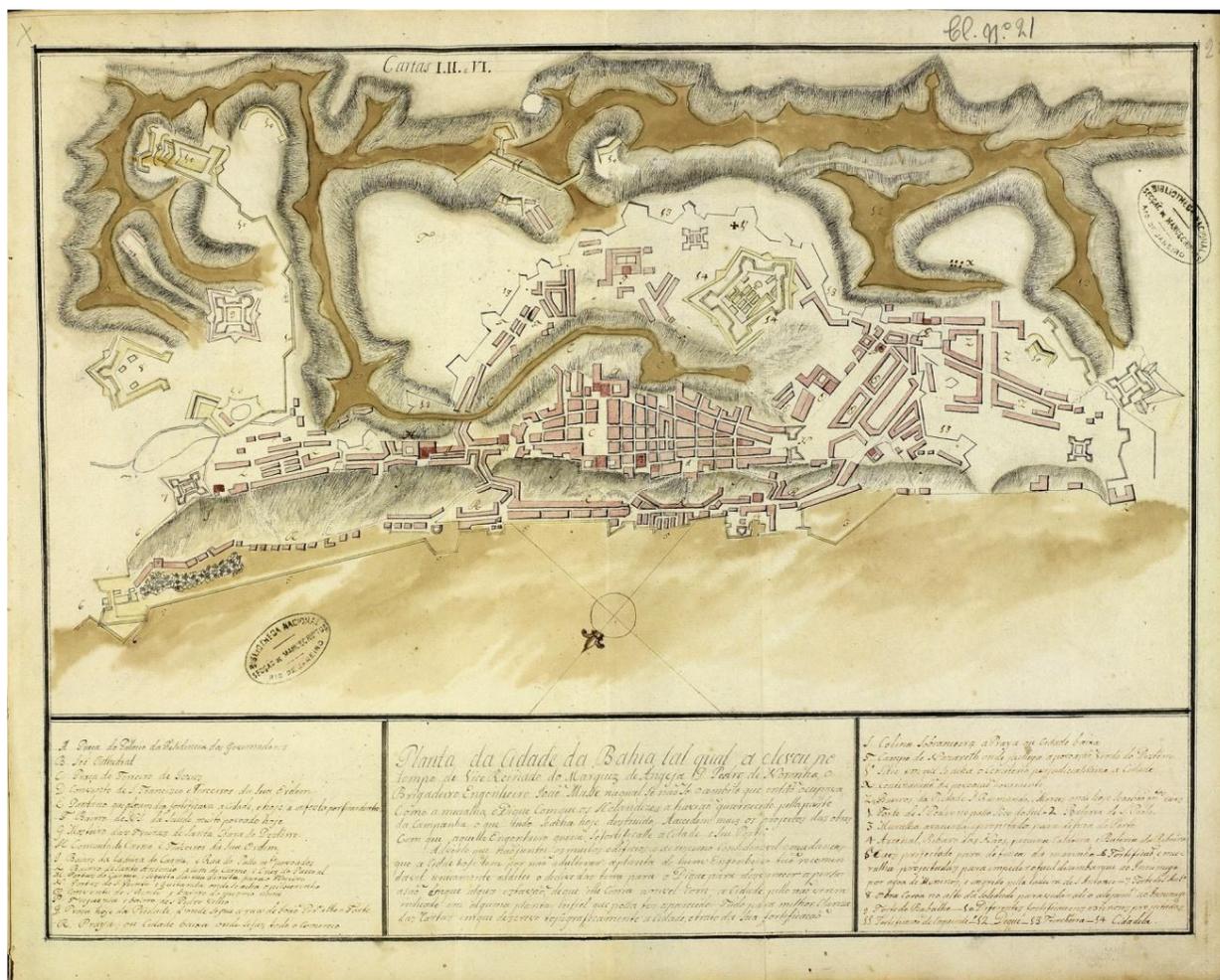


Figura 3 –“Fortalesa de Itapema, no Rio de frente da Villa de Santos [com um perfil]”. Não datada. Sem marcas de autoria. Papel de trapo, com marcas d’água. Intervenção não intencional com tinta ferrogálica sobre parte do perfil e da planta. Manuscrito. Tinta nanquim, colorido. Com escala gráfica e rosa dos ventos. Dimensões: 20,9 cm (largura) x 29,9 cm (altura). AHU\_CARTm\_023, D. 1183. Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



**Figura 4** – “[Cartas I. II. e VI] Planta da Cidade da Bahia tal qual a elevou no tempo do Vice Reinado do Marquez de Angeja D. Pedro de Noronha, o Brigadeiro Engenheiro Joao Masse, na qual se não So o ambito que então occupava, Como a muralha, e Dique Com que os Holandeses a haviaõ guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruido [sic]. Haccedem mais os projecttos das obras com que aquelle Engenheiro queria Se fortificasse a Cidade e Seu Porto”. Não datado. Papel de trapo, com marcas d’água. Manuscrito. Tinta nanquim, colorido. Sem escala e com rosa dos ventos. Dimensões: 40 cm (largura) x 34,2 cm (altura). In: VILHENA (1801). 50,05,014 – Manuscritos, mss1304801\_34. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



## A cartografia histórica do Recife à luz dos factos - período de 1688 a 1955

**Alice Soares da Silva**

Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal de Pernambuco  
aliceesooares@gmail.com

**Lucilene Antunes Correia Marques de Sá**

Departamento de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal de Pernambuco  
lacms@ufpe.br

### Resumo:

O estudo de documentos cartográficos, na compreensão das mudanças espaciais que ocorrem ao longo dos anos, em especial sua estrutura física territorial é um trabalho importante para prever o futuro. A pesquisa apresenta o que ocorreu por Recife e pode ser extrapolada para outras regiões, bem como o aprofundamento do estudo em uma determinada área. Busca-se estabelecer um elo entre o passado registrado em documentos cartográficos e a história vivenciada no período. Ficou definido que a pesquisa seria desenvolvida no período pós-holandês, que ocorreu entre 1630-1654, foi tomada como principal fonte dos arquivos o sítio da Biblioteca Nacional, no seu acervo foram adquiridos os documentos cartográficos, como mapas, plantas e fotografias históricas, datados de diversos períodos. Após o armazenamento dos arquivos, foi executada a catalogação e a seleção dos documentos. A organização foi feita de acordo com as datas, os arquivos organizados na forma cronológica, e com isto, foi possível realizar uma análise individual e identificar as principais mudanças ocorridas de uma década para outra.

### Palavras-chave:

Cartografia Histórica; Recife e arredores; Evolução urbana.

### Abstract:

This paper aims to show how important is the study of cartographic documents, in understanding the spatial changes that occur over the years, especially their physical structure. A survey took place by Recife, but other regions can be explored as well as further study in a specific area. We seek to define a link between the past recorded in cartographic documents and a history lived in the period. Defining that the data collection would be a post-Dutch period, which occurred between 1630-1654, was as the main source of archives or the National Library website, none of which was purchased by cartographic documents, can also be found in its various set. Maps, plans and historical photographs, data of various variations. After storing the studied files, according to data, the files were organized chronologically, so that it was possible to perform an individual analysis and identify the main changes that occurred from one decade to another.

### Introdução

Mudanças constantes ocorrem no processo de formação de uma cidade ao longo de sua história, provocando grandes alterações no espaço urbano. Essas remodelações não apenas modificam a estrutura física territorial, mas são capazes de modificar o papel social ou econômico de uma área. Portanto, a análise dessas modificações se torna fundamental para compreendermos como ocorreram, quem foram os agentes e quais foram as consequências na dinâmica do espaço.

A cidade do Recife, logo, pode ser tida como um bom exemplo, visto que já teve sua estrutura modificada inúmeras vezes. Uma das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1537, está prestes a completar 500 anos, assumiu seu papel de comércio e cidade de defesa e, é claro que, para facultar essas funções houveram a necessidade de muitas transformações.

Segundo Alves (2013) a Cartografia Histórica provê um suporte sólido e essencial para o estudo da evolução do espaço, sendo útil para analisar as modificações ocorridas, não como meras observações, mas com o propósito de compreender o contexto delas, suas significações e consequências.

O resgate histórico dos documentos cartográficos da cidade do Recife é pertinente neste momento em que Olinda e Recife estão prestes a comemorar seu quingentésimo aniversário. Geralmente, mudanças mais expressivas ocorrem em períodos de grandes revoluções e mudanças de governo.

Os arquivos analisados ocorreram em momentos importantes para a construção da cidade, pode-se tomar como destaque inicial o Período Holandês, (1630 – 1654), Guerra dos Mascates, (1710-1711), a Revolução Pernambucana, (1817), Constituição de 1824, Insurreição Praieira, (1848), Constituição Republicana (1891), dando início ao regime político, presidencial. A presente pesquisa pretende, portanto, analisar através de mapas históricos, algumas transformações físicas territoriais da cidade do Recife, relacionado com o seu contexto histórico.

## **Metodologia**

A metodologia teve como uma das etapas o embasamento teórico, que esteve presente em todas as fases da pesquisa, desde o estudo do contexto histórico do Recife, até o estudo da cartografia. Foram utilizados alguns artigos, livros e sites para tomar como referência. Outra etapa presente foi a aquisição dos materiais, que utilizou como fonte principal os arquivos encontrados no acervo da Biblioteca Nacional, onde foram encontrados diversos mapas, plantas e fotografias históricas para a realização do estudo, todos datados de diversos períodos.

A primeira fase do trabalho compreendeu a análise dos materiais e após o armazenamento dos arquivos a serem estudados, de acordo com as datações, a organização dos arquivos de forma cronológica. A ordem cronológica possibilitou realizar uma análise individual e identificar as principais mudanças ocorridas de um período para o outro. É possível observar as construções de novas edificações, portos, cemitério, pontes, vias, entre outras mudanças que ocorreram ao longo dos anos.

A segunda fase do trabalho foi a realização de metadados, são dados tomados como referência para descrição e identificação sucinta de informações sobre um determinado conteúdo. Foi elaborada então, a partir dos mapas selecionados, um relatório de metadados em ordem cronológica identificando o nome do arquivo, quem construiu, o cartógrafo, o idioma empregado, a escala em que foi confeccionado, o ano, o *link* de acesso do arquivo e uma descrição sucinta da análise de cada mapa.

## **Materiais**

Os mapas históricos são utilizados na representação de um contexto do período, para que se possa compreender quando, onde e como, ocorreram as modificações. Recife é uma cidade com um acervo cartográfico considerável, então foi escolhido como recorte temporal do período pós-holandês. O período pesquisado compreende, precisamente, os anos de 1688 a 1955.

Para o estudo foram selecionados os mapas com algum distanciamento temporal a fim de que as modificações mais expressivas fossem melhor representadas. Foram selecionados seis mapas, dos seguintes anos: 1698, 1817, 1848, 1873, 1952, 1955.

## **Contexto**

Para que haja uma compreensão do presente é necessário que ocorra um estudo do passado, através de uma análise sucinta do contexto histórico é possível compreender mudanças no cenário social, físico territorial de uma região.

### **O Recife holandês (1630 – 1654)**

O chamado Recife holandês era constituído de um núcleo urbano, do porto e da Cidade Maurícia (Figura 1). Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da Vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado arrecife dos navios (GESTEIRA, 2004). Neste período da história de 1630 a 1654, Recife passa pelas maiores transformações em seu espaço físico, mangues são aterrados, pontes são construídas, camboas são drenadas e com todas estas melhorias empregadas, o Recife passa a ser de fato a Capital de Pernambuco. Olinda é destruída por um incêndio em 1630. (VASCONCELOS, 2011).



**Figura 1** - Pianta della città Maurizea e del Recife.(Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

**Descrição:** Após as invasões holandesas Recife passou a ser estruturada ao modo dos invasores, em especial o conde alemão, Maurício de Nassau-Segem, governador na época. Foi então erguida sob os moldes norte-europeus e a chamada Cidade Maurícea, construída sobre a ilha de Santo Antônio. Na Ilha pode-se observar a representação de algumas fortificações: Fort Frederick Hendrik (1), atual forte das Cinco Pontas, o Fort Erenest (5), residência do conde Maurício de Nassau, e o Fort Warden Bech (2), banhados pelo rio Capibaribe (3). Nassau durante seu governo construiu pontes, a primeira grande ponte do País, denominada ponte do Recife (6) ligava a Recife à ilha de Santo Antônio, em seguida, foi construída a ponte Holandesa da Boa Vista, ligando o continente a ilha de Santo Antônio (7). Pode-se observar o traçado holandês Recife (8). Um dos destaques da época é a construção de sistemas de canais (4) e diques.

**Autor:** Orazi, Andrea Antonio

**Ano:**1698

**Idioma:** Italiano

**Arquivado em:** Coleção/Fonte: Diogo Barbosa Machado

**Disponível em:** [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=31558](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=31558)

### **Guerra dos Mascates (1710 – 1711)**

A Guerra dos Mascates foi um dos acontecimentos históricos mais polêmicos na evolução pernambucana, caracterizou-se por uma luta entre Recife, cidade dos mercadores portugueses, chamados mascates, e Olinda, a velha capital criada por Duarte Coelho (o primeiro donatário da capitania de Pernambuco) e centro dos senhores de engenho.

A causa da guerra foi ocasionada após o enfraquecimento do preço do açúcar na Europa, fazendo com que os senhores de engenho fizessem altas dívidas com os comerciantes de Recife, que estavam enriquecendo. Embora fossem ricos, os comerciantes não possuíam poder político, pois estavam sob o poder da Câmara de Olinda. Os comerciantes então pediram ao Rei que elevassem seu povoado a vila, assim teriam sua própria câmara. Em 1710, o rei aceitou o pedido dos comerciantes, que se apressaram para erguer o pelourinho, coluna de pedra ou madeira, que indica a autonomia do local. Inconformados, os proprietários de Olinda se armaram, invadiram Recife e destruíram o pelourinho, iniciando assim a Guerra dos Mascates. (BOULOS, 2018)

### **Revolução pernambucana (1817)**

Em Pernambuco, além de reclamar dos altos impostos, a população criticava o controle dos portugueses sobre o comércio varejistas e a preferência dada a eles quando havia promoção de militares. Em 1816, a insatisfação na província cresceu devido a uma seca que prejudicou a produção agrícola, gerando aumento no preço dos alimentos e fome nas cidades. (BOULOS, 2018). Este momento está representado na Figura 2.

De acordo com Boris Fausto (1994, p.81) por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão muito duvidosa. A Revolução Pernambucana, confinada ao Nordes-

te, fora derrotada. Por sua vez, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino.

“Este movimento de 1817 que vigorou por cerca de três meses inspirava-se, na forma de governo, em matrizes como o Diretório da Revolução Francesa (com sua República colegiada e repúdio simultâneo ao absolutismo tradicional e ao radicalismo revolucionário), bem como no federalismo norte-americano (republicano e híbrido entre aristocracia escravista e democracia política), sem esquecer a evidente sintonia com as guerras de independência na América hispânica.” (MOREL, 2018).

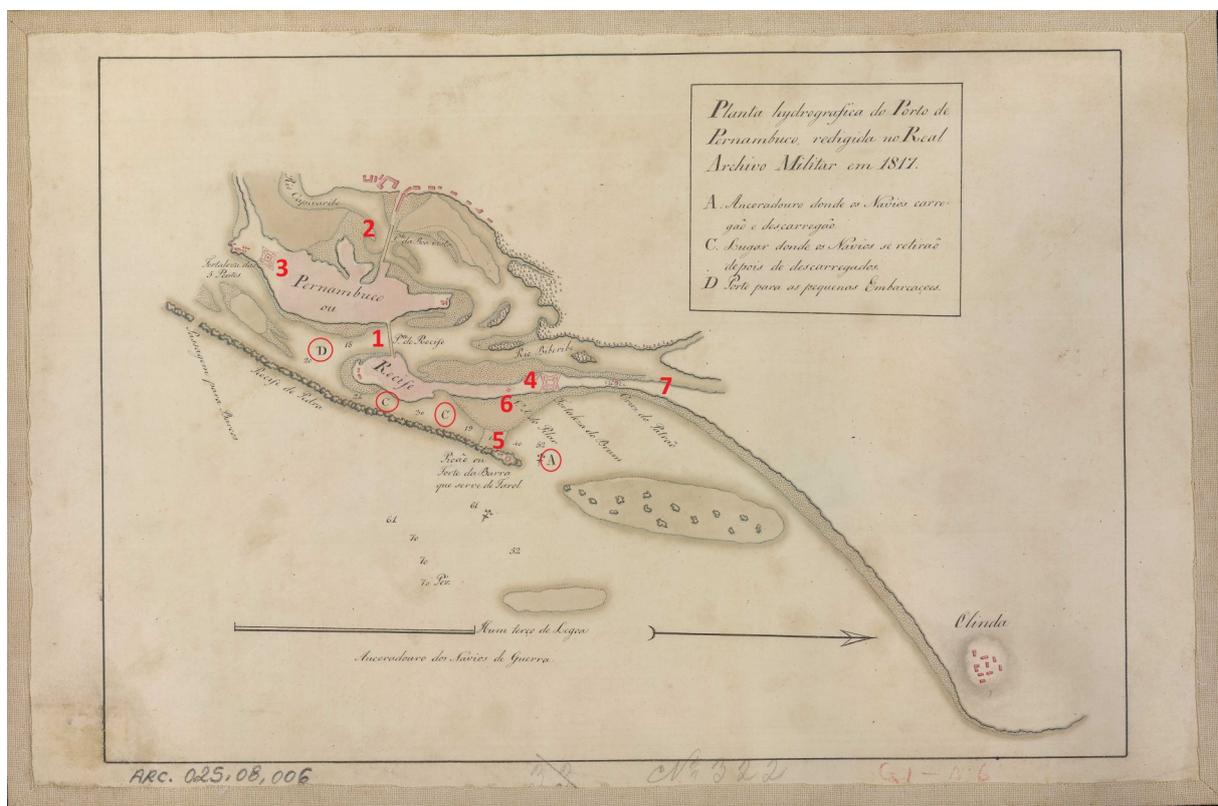


Figura 2 - Planta hidrográfica do Porto de Pernambuco, redigida no Real Archivo Militar. (Acervo Biblioteca Nacional, RJ)

**Descrição do mapa:** O mapa construído no período da Revolução Pernambucana, representa o porto do Recife, a ilha de Santo Antônio denominada de Pernambuco, e Olinda. Destaca-se: A – o ancoradouro, onde os navios carregavam e descarregavam as mercadorias, em C – o local por onde os navios se retiravam após descarregarem e em D – o porto para pequenas embarcações. As pontes do Recife (1) e da Boa Vista (2). Apresenta três fortalezas: Cinco Pontas (3), antigo Fort Frederick Hendrik é representado com quatro pontas, sua estrutura atual, após a destruição e sua reconstrução; Brum (4); e o Forte do Picão (5) ou Forte da Barra, que servia de farol. A toponímia chama atenção tanto pela grafia quanto pelo significado do rio Beberibe escrito como rio Biberibe, o significado é polêmico da palavra uns

afirmam que surgiu do tupi *labeber-y*, que significa rio das raias, dos peixes chatos; e outro que vem de *bebé e ribe*, que significa voar em bando; e rio Capibaribe escrito como rio Capivaribe, sua origem vem da língua tupi e significa rio das Capivaras ou dos porcos selvagens. É possível observar também a Igreja Nossa Senhora do Pilar (6) e a Cruz do Patrão (7), seu nome provém de um timoneiro de embarcações, Patrão Mor, essa Cruz servia como ponto de referência da entrada dos cais interiores do Recife.

**Autor:** Serviço Militar

**Ano:** 1817

**Idioma:** Português

**Unidade de Medida:** Léguas

**Disponível em:** [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=89761](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=89761)

### **Constituição de 1824**

Durante o primeiro reinado, do imperador D. Pedro I, surge o pensamento de que se o Brasil fosse independente de Portugal podia fazer suas próprias leis. Em 1823, deputados de várias províncias se reúnem, na chamada Assembleia Constituinte, para elaborar uma constituição para o Brasil. O projeto limitava o poder do Imperador, proibia-o de dissolver a Câmara dos deputados. (BOULOS, 2018).

D. Pedro I, nada satisfeito age com autoridade, mandou fechar a Assembleia, logo depois mandou elaborar um projeto de Constituição, que resultou na primeira Constituição do Brasil, outorgada em 25 de Março de 1824. A Constituição representava um avanço ao organizar os poderes, fora criado o poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, definir atribuições, garantir direitos individuais. Definiu o governo como monárquico hereditário, ou seja, exercido por um soberano e transmitido ao seu herdeiro. (FAUSTO, 1994).

### **Insurreição praieira (1848)**

A Insurreição Praieira, iniciada em Pernambuco, em 1848, é geralmente tratada como a revolta que encerrou os ciclos de conflitos internos brasileiros iniciados com a Independência do País, em 1822. Ela ocorreu também no mesmo ano em que revoluções eclodiram em solo europeu, no evento conhecido como a Primavera dos Povos. (PINTO, s/d).

A Praieira está enraizada nas disputas das elites locais pelo governo de Pernambuco, que começaram na Independência do Brasil. Mas, também teve raízes nas disputas parlamentares na Corte. Na década de 1840, havia duas facções competindo pelo poder na província. Ambas tentaram mobilizar a população urbana e os proprietários rurais. (CARVALHO, 2008)

### **A Primeira Constituição Republicana - Presidencialismo**

A Constituição da República, promulgada em 1891, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa liberal, considerada a chave da autonomia dos Estados. Os estados passaram a ter poderes e direitos,

puderam exercer diversas atribuições, como contrair empréstimos no exterior e organizar suas próprias forças militares. A Constituição estabeleceu três poderes: o Executivo, antes exercido pelo Imperador, agora por um Presidente da República, eleito por período de quatro anos, o Legislativo, dividido em Câmara dos Deputados e Senado e o Judiciário. O sistema presidencialista foi estabelecido no Brasil. (FAUSTO, 1994).

## Resultados e discussões

A Figura 3 é o Plano Topo-Hidrographico – Porto e Cidade de Pernambuco, datado de 1848.

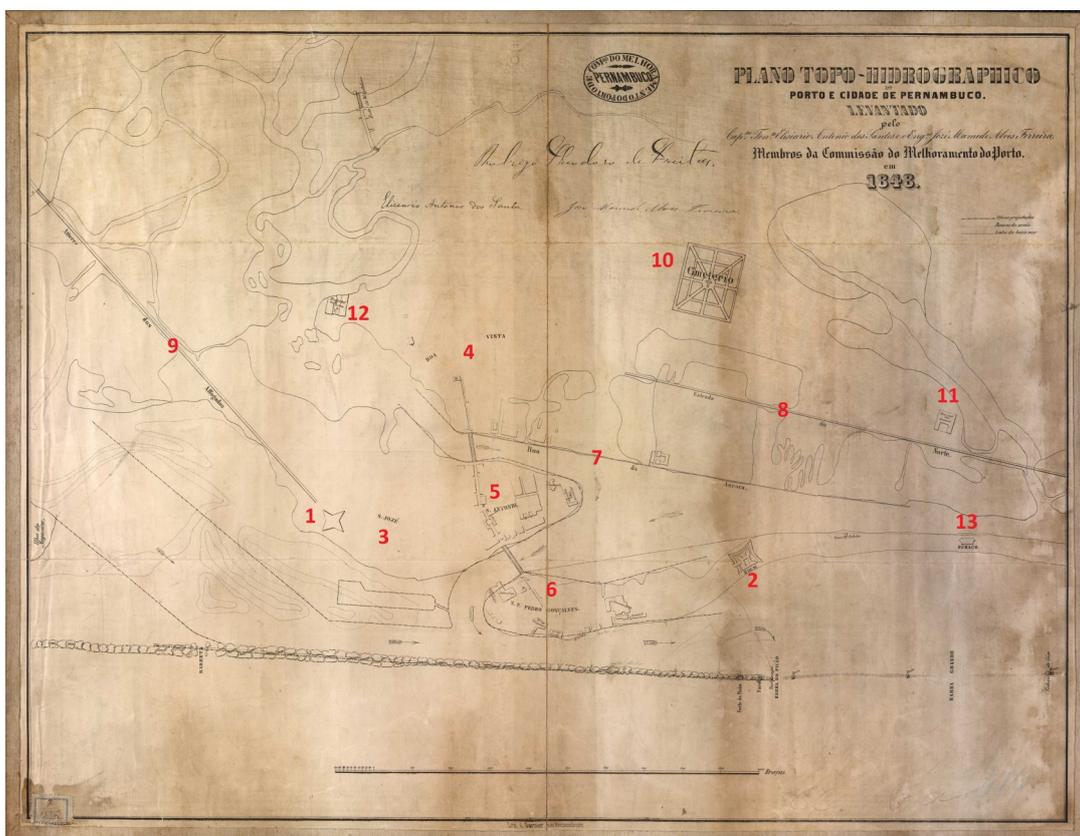


Figura 3 - Plano topo-hidrographico (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

**Descrição:** O mapa traz um croqui de algumas construções, como do forte das Cinco Pontas (1) e do Brum (2). Pode ser observado que a cidade chamada Recife, como visto na Figura 2, foi dividida em bairros denominados São Jozé (3), Boa Vista (4), Santo Antônio (5) e São Frei Pedro Gonçalves (6). O mapa informa o nome de algumas vias como a rua da Aurora (7), a estrada do Norte (8), e estrada dos Aphogados (9). Novas edificações foram erguidas, como o Cemitério dos Ingleses (10), cuja grafia no mapa é Cimiterio, construído em 1814, o Hospital dos Lázaros (11), fundado em 1789, destinado ao tratamento da hanseníase popularmente conhecida como lepra, e Hospital Pedro II (12) construído para tratar de enfermidades mentais, teve seu projeto elaborado por José Mamede Alves Ferreira em 1847,

sua inauguração ocorreu em 1861. Mais à direita a representação do forte do Buraco (13) ou forte Madame Bruyne, construído entre 1630 e 1632.

**Autor:** Freitas, Rodrigo Teodoro de, 1801/1876 Ferreira, José Mamede Alves/ 1820-Santos, Elisiario Antonio dos. (Comissão de Melhoramento do Porto de Pernambuco)

**Ano:** 1848

**Idioma:** Português

**Unidade de medida:** Braças

**Escala:** Escala gráfica de 1000 braças

**Arquivado em:** Biblioteca Nacional (Brasil). Coleção: Thereza Christina Maria

**Disponível em:** [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=64225](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64225).

A Figura 4 é a planta de acompanhamento do Porto de Pernambuco datada de 1873.



**Figura 4** - Porto de Pernambuco. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

**Descrição:** O mapa apresenta o início da urbanização dos bairros, principalmente no entorno do porto. A modernização representada principalmente pela linha ferroviária, estrada de Ferro, e sua estação (1) localizada próximo ao forte das Cinco Pontas, inaugurada em 1858, foi a segunda a ser construída no Brasil e o aparecimento de armazéns no Porto, destinados principalmente para o armazenamento do açúcar, principal produto de comercialização na época. O mapa mostra também o bairro Cabanga, que surgiu em uma área denominada Sítio Cabanga e mais à esquerda a ilha

dos Nogueiras. Observa-se além disso o aparecimento de dois arsenais, localizados no bairro do Recife, Arsenal da Marinha e Bairro de Santo Antônio, Arsenal de Guerra.

**Autor:** Hawkshaw, John

**Ano:** 1873

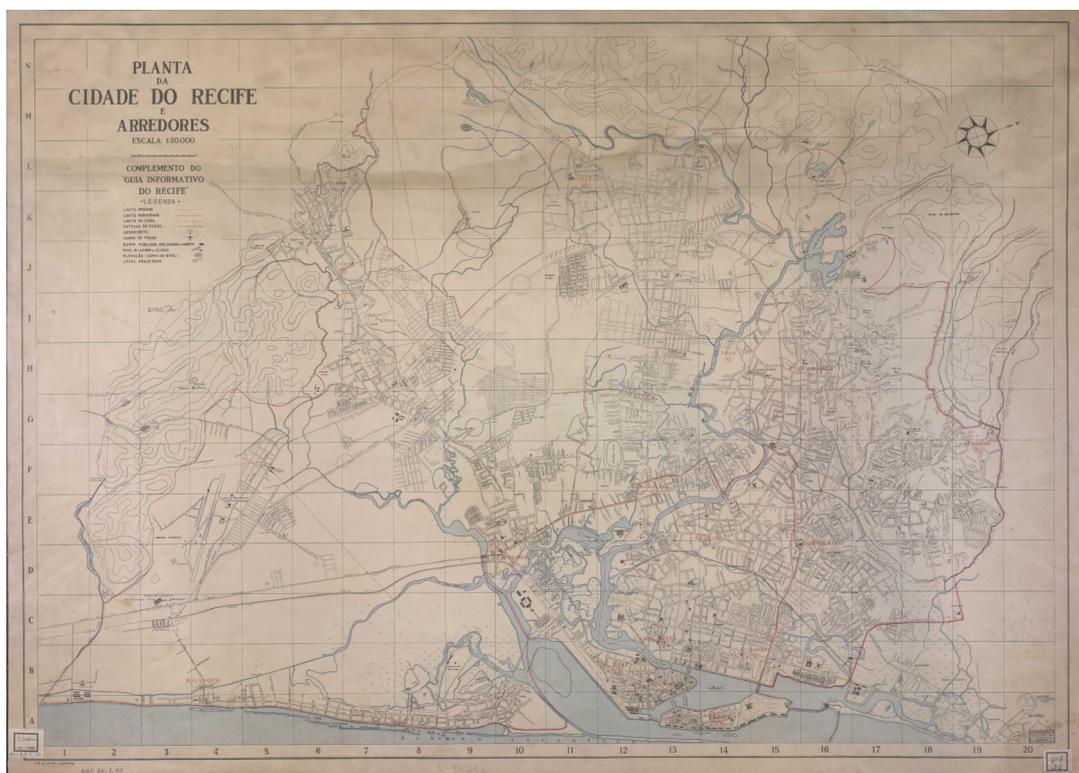
**Escala:** Escala gráfica de 4000 pés ingleses (=17,2cm.)

**Idioma:** Português

**Unidade de medida:** Pés Ingleses

**Disponível em:** [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=64226](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=64226)

A Figura 5 é a planta da Cidade do Recife e Arredores, na escala 1:20 000, data de 1952.



**Figura 5** - Planta da cidade do Recife e Arredores. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ)

**Descrição:** O mapa é detalhado e apresenta um Recife bastante urbanizado, muitas construções e vias. Pode-se observar a localidade dos bairros da Várzea, Casa Amarela, Santo Antônio, Afogados, Boa Vista, Santo Amaro, Recife, São José, Graças, Encruzilhada, Madalena, Poço, Tejipio e Boa Viagem. A ponte de madeira do Recife possuía uma estrutura precária e cedeu em 5 de Outubro de 1815, uma outra em estrutura de ferro foi construída e inaugurada em 7 de Setembro de 1865, mas teve pouca durabilidade devido a maresia. Em 1917, na administração do governador de Pernambuco, Manoel Borba, mandou construir uma ponte em concreto, que recebeu o nome de Maurício de Nassau, e

sua inauguração foi 18 de dezembro de 1917. Novas pontes surgem e outras passam a ser representadas entre elas a ponte Buarque de Macêdo, inaugurada em 1890, a ponte Princesa Isabel, construída em 1863, a ponte do Pina, construída em 1920, ponte Duarte Coelho, em homenagem ao primeiro donatário das Capitânicas Hereditárias, construída em 1943. A urbanização se deu á Oeste, como é possível observar no mapa.

**Autor:** Paulo de Souza Rodrigues/ Fernando de Souza Barros/ Luiz Gonzaga de Oliveira

**Ano:** 1952

**Escala:** 1:20.000 e escala gráfica de 1km.

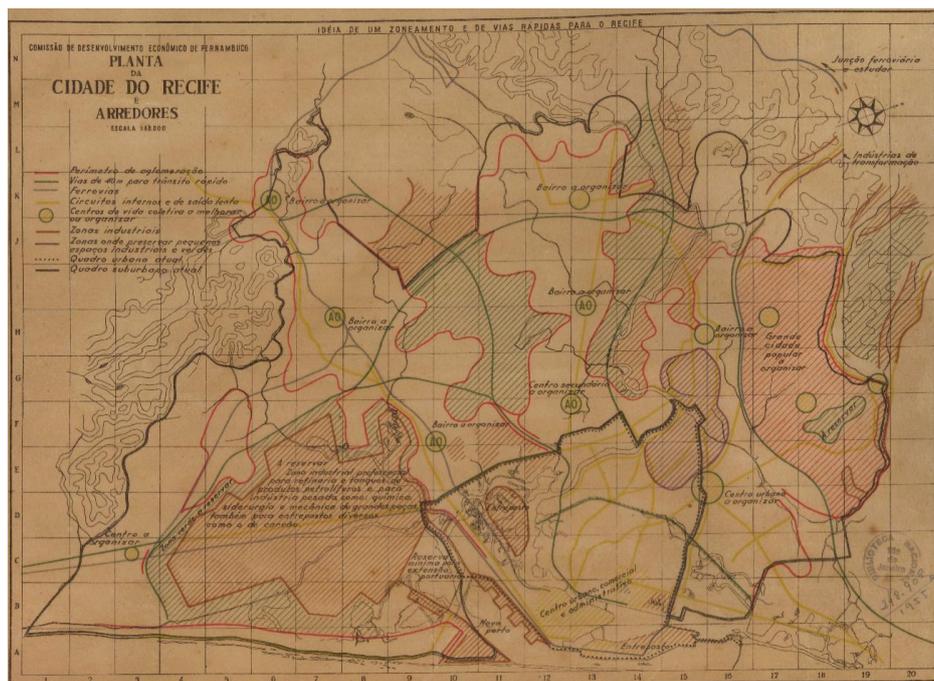
**Idioma:** Português

**Unidade de medida:** Quilometro.

**Arquivado em:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil)

**Disponível em:** [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart212508/cart212508.JPG](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart212508/cart212508.JPG)

A Figura 6 apresenta um planejamento para o Recife.



**Figura 6** - Planta da cidade do Recife e arredores. Ideia de um zoneamento e de vias rápidas para o Recife. (Acervo Biblioteca Nacional,RJ).

**Descrição:** Ano de eleição no Brasil, este o mapa surge como uma proposta, projeto, para a cidade do Recife, quanto a preservação de áreas, ocupação e o cadastro viário, que precisam ser organizados. O Recife começa a crescer desordenadamente, principalmente em torno do porto. Então conhecer os locais de maior adensamento populacional e criar modelos de organização é essencial para o planejamento urbano de uma cidade. O mapa delimita os pontos cha-

ves que precisam de um zoneamento, áreas individualizadas, segundo suas características, dando destaque para perímetro de aglomeração, vias de 40m para trânsito rápido, ferrovias, circuitos internos de saída lenta, centros de vida coletiva a melhorar ou organizar, zonas industriais, zonas onde preservar pequenos espaços industriais e verdes, quadro urbano atual e quadro suburbano atual. O mapa, no entanto, não nos traz edificações e topônimos, atendo-se somente a proposta de zoneamento.

**Autor:** Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

**Ano:** 1955

**Escala:** 1:50.000

**Idioma:** Português

**Arquivado em:** Biblioteca Nacional (Brasil)

**Disponível em:** [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=33069](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=33069)

### **Construções presentes no século XXI**

Algumas construções são bem evidentes e destacadas em quase todos os mapas analisados e foram de fundamental importância, em todo contexto histórico de formação da cidade do Recife, estando presentes até os dias atuais, no chamado Recife Antigo, preservam uma memória histórica. Entre essas construções serão destacadas:

#### **Forte do Brum**

O Forte do Brum, como é conhecido atualmente, teve sua construção iniciada em 1629 pelos portugueses, com o principal objetivo de segurança e proteção da barra do porto e da povoação do Recife. Em 1630 ainda em fase de construção o forte é invadido pelos holandeses, que dão continuidade a sua construção. O forte do Brum é um monumento que testemunhou inúmeros acontecimentos históricos, invasões, revoluções, registrados em Pernambuco, no Brasil e no mundo. (MACHADO, 2003).

Atualmente o prédio é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, onde funciona o Museu Militar, que abriga documentos históricos e peças valiosas, de várias épocas, que vão desde a construção do forte, passando pela Insurreição Pernambucana, Revolução de 1817, Confederação do Equador, Independência do Brasil entre outras. (CAVALCANTI, 1998).

#### **Forte das Cinco Pontas**

Devido grande necessidade de água potável, os invasores holandeses, construíram em local estratégico, encontro do rio Capibaribe com o mar e engenhos com abastecimento de água potável, o anteriormente denominado Fort Frederick Hendrik, em homenagem a um príncipe holandês. Em seguida passou a se chamar Fortaleza São Tiago das Cinco Pontas e depois Forte das Cinco Pontas, recebeu esse nome devido sua estrutura física ser pentagonal com baluartes nos vértices, nome atual do forte. (CAVALCANTI, 1998).

Os objetivos mais relevantes daquela fortaleza eram os de garantir à população o suprimento de água potável, e impedir que os navios inimigos circulassem pelas águas do rio Capibaribe, e se evadissem com os barcos carregados de açúcar. (VAINSENER, 2008).

Em 1654, as forças de resistência portuguesas ocuparam o forte, que fora destruído nas tentativas de invasão. No entanto, os portugueses após tomarem o forte iniciaram uma grande reforma, agora reconstruído em formato regular, com apenas quatro pontas. A obra foi finalizada em 1684, apesar de apenas quatro pontas o seu nome permanece como forte das Cinco Pontas. Com a expansão de Recife, a fortaleza perdeu o sentido de defesa e passou a ter novos usos. No início do século XX, tornou-se quartel militar. Em 1938 foi tombado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e atualmente, funciona como Museu da Cidade do Recife. (MARTINS, 2017).

### **Cemitério dos Ingleses**

Em Recife, os cemitérios eram administrados pela Igreja Católica ou Irmandades Religiosas. O fato dos ingleses serem anglicanos, fez com que os católicos impedissem os seus sepultamentos. Sem locais para sepultar os seus mortos, os anglicanos viram-se na necessidade de providenciar seu próprio cemitério. Em 1813, a pedido dos seus súditos britânicos em Recife, que solicitavam uma área para o sepultamento dos ingleses, o príncipe Regente D. João VI, mandou demarcar um terreno que fosse adequado para os fins de instalação de um cemitério, o Cemitério dos Ingleses. (TAVARES, 2017).

### **Armazéns do Porto**

Passada a ruína econômica motivada pela guerra contra os holandeses, o Recife começa a se reerguer. A produção açucareira começa a se estabilizar, trazendo de volta o crescimento urbano a partir da necessidade de novos armazéns, novas habitações, novos serviços. (NEVES, 2012)

Durante três séculos o Porto do Recife retratou o cotidiano público e privado da sociedade pernambucana. Muitas pessoas frequentavam as áreas da Alfândega. Devido a movimentação foram construído armazéns para estocar açúcar, propriedades urbanas e estabelecimentos comerciais, cujas construções são preservadas até hoje. Os armazéns que compunham o complexo portuário do Recife, atualmente são utilizados como centros de atividades gastronômicas e culturais de grupos de dança, teatro, bibliotecas virtuais, exposições, feiras artesanais, lojas e shoppings. (MACHADO,2009)

### **Ponte do Recife**

Era fundamental que a Cidade Maurícia tivesse sua área ampliada, unindo-se ao istmo, porção de terra estreita cercada por água, à sua frente, onde se localizava o Porto. Para isto, era necessário a construção de uma ponte. Foi então construída a ponte do Recife, a primeira ponte do Brasil. (DA SILVA, 2011)

A ponte emoldurava-se por dois arcos com nichos: do lado da Cidade Maurícia, o arco de Santo Antônio, na outra

extremidade, o de Nossa Senhora da Conceição, tornando-se um local de expressão de religiosidade. Os arcos foram destruídos entre 1913 e 1917. Ao longo dos anos a Ponte passou por diversas reformas e foi reconstruída por duas vezes. Atualmente, possui quatro estátuas de bronze, duas de cada lado, figuras representando quatro divindades, Deusa da Sabedoria e da Inteligência, Deusa da Agricultura, Deusa da Sabedoria e Deusa do Comércio e Justiça. A ponte inaugurada em 1917 recebeu a denominação atual é, Ponte Maurício de Nassau. (CAVALCANTI, 1998)

### **Ponte da Boa Vista**

A ponte surgiu quase simultaneamente com a primeira, e foi erguida no período holandês. Maurício de Nassau mandou construir uma ponte para os moradores, que assim poderiam atravessar o rio Capibaribe, *do continente para a ilha de Santo Antônio, e desta para o Recife, indo e voltando continuamente. O seu primeiro nome foi ponte holandesa da Boa Vista, expulso os holandeses, passou a ser chamada de ponte da Boa Vista, liga o bairro da Boa Vista ao de Santo Antônio.* (GASPAR, 2005),

*A ponte foi construída de madeira e formava um ângulo obtuso, o que não era comum. Apenas em 1876 foi edificada a ponte com as características atuais, seu material de construção, ferro inglês, foi adquirido da Inglaterra pelo Governador da Província Henrique de Lucena, o Barão de Lucena.* (CAVALCANTE, 1998).

### **Conclusões**

O estudo de documentos cartográficos é de suma importância na análise da evolução do espaço, junto a isso o estudo do contexto histórico para ligar as mudanças do espaço com as mudanças sociais, afinal, para que haja uma compreensão do presente é necessário que ocorra um estudo do passado.

O período holandês, foi um dos momentos que mais ocorreram mudanças estruturais, um período de muitas revoluções, contribuíram para mudar todo cenário nacional. Enquanto Maurício de Nassau administrou realizou grandes feitos, como, melhorar o sistema de produção de açúcar e no que tange a modernização realizou diversas construções como pontes, palácios, canais e além de modernizar urbanisticamente Recife.

Nos mapas selecionados para análise as construções mais presentes desde o primeiro arquivo (Figura 1) foi o forte do Brum, iniciada sua construção pelos portugueses, quando ainda inacabado fora invadido pelos holandeses, que deram continuidade a sua construção, o forte das Cinco Pontas que teve sua construção iniciada em 1630 pelos holandeses e continuada pelos portugueses quando esses conseguiram retomar a cidade, a ponte do Recife, atual ponte Maurício de Nassau, primeira ponte do Brasil e a ponte da Boa Vista que surgiu quase simultaneamente com a primeira.

Os anos seguintes do período holandês, o considerado período pós-holandês, foram marcados por diversos conflitos entre eles a Guerra dos Mascates, ocorrido por entre 1710 e 1711, a Revolução Pernambucana, em 1817, considerada um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial brasileiro, a Constituição de 1824, a Insurreição Praieira, em 1848, geralmente tratada como a revolta que encerrou os ciclos de conflitos internos brasileiros e a Primeira Constituição Republicana, em 1891, trazendo o presidencialismo, como novo regime político.

Com tantos movimentos revolucionários no local, não nos surpreende que assim como elementos da paisagem, as representações das construções de defesa sofressem mudanças ao longo do tempo, tais mudanças, puderam ser observadas no mapa e descritas baseando-se no contexto histórico. Foi observado nos mapas mudanças na toponímia, surgimento de pontes, para facilitar o acesso, o surgimento de novas áreas povoadas, urbanização, principalmente próximo ao porto, devido ao fato de ser uma área de comércio e entrada e saída de mercadorias e devido a isso a preocupação em desenvolver projetos de vias e zoneamentos, classificando cada área de acordo com seu uso.

## Referências

- ALVES, S.L.P. ; Cardoso, R.S.C.P.; Menezes, P. M. L. Evolução Da Cidade Do Rio De Janeiro Entre Os Séculos XVIII E XIX Sob Uma Perspectiva Histórico-Cartográfica. V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2013.
- BOULOS Júnior, Alfredo. História sociedade & cidadania: 8º ano. São Paulo 4. Ed. FTD, 2018.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra, 1949 – O recife e seus bairros/ Carlos Bezerra Cavalcanti. – Recife : Câmara Municipal do Recife, 1998. 166 p.
- DA SILVA, Maria Angélica. A ponte no papel: atravessando a história de Recife nos mapas dos séculos XVII e XVIII. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia histórica. Paraty- RJ, 2011.
- DE CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A insurreição Praieira. Almanack Brasileira, n. 8, p. 5-38, 2008.
- FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1994.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo Digital. Disponível em: < <http://www.bn.br/portal/>>. Acesso em: 15 Dez. 2017.
- GATTO, A. F.; NAUE, A.; ALEXANDRE, T.; MENEZES, P. M. L. Rio de Janeiro, do Porto ao Aeroporto: transformações da paisagem urbana sob a ótica da cartografia histórica. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.
- GASPAR, Lúcia. *Ponte da Boa Vista*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21 Set. 2019.
- GESTEIRA, H. Maria. O Recife Holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624/1654). Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 6-21, 2004.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Forte do Brum*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 24 Set. 2019.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Porto do Recife*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 24 Set. 2019.
- MARTINS, Andre.A beleza e história do Forte das Cinco Pontas, em Recife. Ministério do Turismo. Disponível em : <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 24 Set 2019.
- NEVES, André Lemoine; DE MENDONÇA JÚNIOR, Josué Luiz. Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José–1654-1800. REVISTA HUM@ NAE, v. 2, n. 1, 2012.

PINTO, Tales. Insurreição Praieira de Pernambuco (1848). Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/insurreicao-praieira-de-pernambuco-1848.htm>> Acesso em: 21 Set 2019.

TAVARES, D.K.; COLVERO, R.B. Ingleses no Brasil: estilo de viver, estilo de morrer. Seminário de História da Arte-Centro de Artes-UFPeI, n. 5, 2017.

VAINSENER, S.A. Forte das Cinco Pontas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 24 Set 2019.

VASCONCELOS, T.L.; SÁ, L.A.C.M. A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia histórica. Paraty- RJ, 2011.



## Análise multi-temporal do território de Pernambuco, Brasil, através de mapas históricos

**Carlos Fabrício Assunção da Silva\***  
carlosfew@outlook.com

**Bruna Araujo Candeia\***  
bruna.acandeia@gmail.com

**Ana Cláudia Albuquerque Borborema de Andrade\***  
anacorborema@gmail.com

**Lucilene Antunes Correia Marques de Sá\***  
lacms@ufpe.br

**Simone Sayuri Sato\***  
simone.s.sato@gmail.com

### Resumo:

As grandes navegações mostraram-se a necessidade de conhecer os caminhos por onde seguir para chegar ao destino desejado. Quando o Brasil foi descoberto mapear era uma necessidade para manter a colônia. Muitas foram as tentativas de obter uma parte da Colônia Portuguesa por países europeus. Os primeiros mapeamentos do território do Brasil ocorreram quando foram criadas as capitanias hereditárias. A capitania de Pernambuco possuía uma localização privilegiada por ser mais próximo da Europa, além de ter prosperado dentro do sistema. Inicialmente, contava com 90 léguas. Quando a Coroa Portuguesa veio viver no Brasil por causa da guerra na Europa, a capital tinha deixado de ser Salvador e era o Rio de Janeiro. O Norte perdia prestígio e surgiu no povo o espírito de nação. Os limites de Pernambuco foram alterados à medida que seu povo aguerrido lutava pela liberdade. O objetivo deste estudo é mostrar através de mapas e eventos históricos como os limites de Pernambuco. O conjunto dos mapas foram adquiridos através do acervo digital da Biblioteca Nacional do Brasil e Portugal, Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, Library of Congress e Câmara do Senado do Brasil. O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1534. A Capitania de Pernambuco, contava com 60 léguas, e foi passada pela Coroa Portuguesa ao capitão donatário Duarte Coelho Pereira. A capitania de Pernambuco na tentativa de tornar-se uma república independente de Portugal uniu seu território com o território da Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte na criação da Capitania Geral de Pernambuco, não obteve êxito. A punição aplicada por Dom Pedro II era reduzir o seu território, desconstruindo a Capitania. Os mapas conseguiram expressar visualmente este processo, mostrando a sua importância no desenvolvimento das civilizações.

### Palavras Chave:

Evolução temporal, Mapas Históricos, Escrita, Cartografia.

### Abstract:

The great navigations showed the need to know the ways to go to reach the desired destination. When Brazil was discovered mapping was a necessity to maintain the colony. There were many attempts to obtain a part of the Portuguese Colony from European countries. The first mappings of the Brazilian territory occurred when the hereditary captaincies were created. The captaincy of Pernambuco had a privileged location for being closer to Europe, and prospered within the system. Initially, it had 90 leagues. When the Portuguese Crown came to live in Brazil because of the war in Europe, the capital had ceased to be Salvador and was Rio de Janeiro. The North was losing prestige, and the spirit of nation arose in the people. Pernambuco's boundaries changed as its fierce people fought for freedom. The purpose of this study is to show through maps and historical events as the limits of Per-

---

\* Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação

nambuco. The set of maps were acquired through the digital collection of the National Library of Brazil and Portugal, the Institut Cartographic Geographic Institute of Catalonia, the Library of Congress and the Brazilian Senate Chamber. The first map studied was made by Luís Teixeira in 1534. The Captaincy of Pernambuco, with 60 leagues, was passed by the Portuguese Crown to the donating captain Duarte Coelho Pereira. The captaincy of Pernambuco in an attempt to become an independent republic of Portugal united its territory with the territory of Paraíba, Ceará and Rio Grande do Norte in the creation of the Pernambuco General Captaincy, was unsuccessful. The punishment imposed by Dom Pedro II was to reduce its territory, deconstructing the Captaincy. The maps were able to visually express this process, showing its importance in the development of civilizations.

**Keywords:**

Temporal evolution, Historical maps, Writing, Cartography.

## **Introdução**

Segundo Paulo Miceli (2002, p. 59), os mapas persistiram à passagem dos séculos, trazidos à tona pela arqueologia. Até a segunda metade do século XX, acreditava-se que o mapa mais antigo conhecido era uma tábua de barro, descoberta em 1930, em escavações em Kirkuk, no Iraque -, esculpida entre 3800 a.C. e 2500 a.C., aproximadamente. Em 1963, foi descoberto o mapa de Catal Hyük, antiga Anatólia, esse mapa foi desenterrado nas escavações de An-cara, Turquia, pintado na parede de uma caverna datado de 6.200 a.C.

O mapa evoluiu junto com a humanidade, e foi com as grandes navegações que se transformou em instrumento preponderante para o conhecimento do território onde os povos antigos habitavam. A cartografia veio evoluindo de maneira significativa juntamente com o desenvolvimento das tecnologias computacionais aplicadas na execução do processo de mapeamento e construção de mapas para o conhecimento do território.

Segundo Haesbaert (2009, p. 42), o território é um fragmento do espaço geográfico onde se manipulam as ligações de suporte materialista quanto idealista. A afirmação destas relações se dá por diferentes maneiras, mas na sua compreensão e entendimento utilizam-se instrumentos de comunicação, sendo a cartografia um destes instrumentos. A evolução dos mapas está ligada a humanidade, e foi durante as grandes navegações que se transformou em um instrumento determinante para o conhecimento.

Para apoderar-se de alguma coisa é necessário conhecê-lo, e o mapa permite esse conhecimento, por disseminar a história dos espaços geográficos, proporcionando amplas leituras e interpretações das formas de organização, da dinâmica e dos processos significativos de transformação do território. É por meio dos mapas que se aprende sobre a configuração do território, sua composição e os agentes responsável por sua transformação. Enquanto, no território se designa limites, poderes, usos e ocupações, o mapa serve como uma ferramenta de representação de tudo aquilo que está contido no espaço.

O estado de Pernambuco, localizado no Nordeste do Brasil, foi durante os anos do Império Português ocupado por um povo revolucionário que lutou contra a Coroa em diversas situações. O imperador D. Pedro II em face das revoluções ocorridas em Pernambuco foi reduzindo seu território no sentido penalizar o estado e seu povo. O presente estudo pretende mostrar a modificação do território Pernambucano ao longo dos séculos XVI e XXI, sob a visão da cartografia, através de mapas antigos, elementos marcantes dessas modificações relacionando aos eventos históricos.

A realização da pesquisa teve como base uma pesquisa bibliográfica integrativa, onde foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses e mapas históricos. Os mapas históricos de Pernambuco de: 1574, 1689, 1800, 1823, 1838, 1930 foram adquiridos em acervo digital das bibliotecas Nacional do Brasil, Institut Cartogràfic i geològic de Catalunya, Library of Congress, Câmara do Senado do Brasil, David Rumsey Historical Map Collection, e Da Ajuda, em Portugal. Os metadados dos mapas foram compostos por: autor, ano de publicação, assuntos abordados, objetivos dos mapas, percepção dos autores, convenções cartográficas, toponímia e, representações de elementos conformadores do território pernambucano. A História foi empregada na investigação dos agentes transformadores do território.

### **Evolução do território pernambucano a partir do século XVI**

Os mapas são instrumentos de propagação do conhecimento ao sintetizar e sistematizar os elementos existentes compostos no espaço geográfico a serem representados, com objetividade e clareza de informação. Por apresentar uma visão subjetiva do cartógrafo, que aborda desde aspectos físicos e naturais como culturais. Para Loch (2006), afirma que pode-se representar em um mapa, o passado, o futuro imaginado, o científico e a arte, os fatos e a ficção.

Com as grandes navegações, proveniente da Península Ibérica e da região mediterrânea, houve uma grande revolução na cartografia, alcançando significativos avanços nos séculos XV e XVI. Com as viagens dos portugueses e espanhóis proporcionaram experiências que superaram antigas crenças sobre o território. Segundo Dreyer-Eimbcke (1992), os mapas-múndi necessitavam ser corrigidos e modificados, pois muitos cartógrafos da época se sentiram instigados a tirar suas próprias conclusões da Terra com os novos descobrimentos através das grandes navegações.

O grande marco fundamental das mudanças foram dois: O descobrimento da América feita por Cristóvão Colombo, no ano de 1492; e a chegada de Vasco da Gama às Índias, no ano de 1498. Esses dois acontecimentos fizeram com que os povos daquela época comesçassem a formar uma nova percepção do novo mundo, daí novas expedições começaram a serem realizadas. Segundo Alegria *et all* (1998, p. 56), o conhecimento que foi obtido com as grandes navegações cooperou para competir com as antigas crenças, e em muitos aspectos, superando-as.

O primeiro mapa estudado foi elaborado por Luís Teixeira em 1574 (Figura 1), segundo Cintra (2015) Para a elaboração de seu atlas, Luís Teixeira coletou seus dados pessoalmente no Brasil, como narra em um manuscrito de Gaspar Reimão, piloto-mor do reino, datado de 1612. Nesse manuscrito, deduz que a coleta dos dados foi realizada em 1574. Como data mais provável para o mapa, aponta o ano de 1586, exatos 50 anos após a distribuição das últimas capitânicas. Luís Teixeira é qualificado como o último dos grandes cartógrafos portugueses, cuja atividade vai de meados do século XVI às duas primeiras décadas do século seguinte. Herdeiro da melhor tradição cartográfica da época vê surgir uma nova hegemonia, a cartografia flamenga. Filho, pai, avô e bisavô de cartógrafos, formou escola. Recebeu sua carta de ofício em 1564, tendo sido examinado pelo célebre Pedro Nunes. Trabalhou como cartógrafo de Estado, o que seria um indício de méritos. O período ao qual Luís Teixeira retratou sua obra diz respeito a uma das primeiras delimitações territoriais do Novo Mundo, a definição das quatorze Capitânicas Hereditárias do Brasil.



Duarte Coelho Pereira, foi o primeiro donatário da capitania de Pernambuco, que faleceu em 1554. Logo após a sua morte, o seu filho Duarte Coelho de Albuquerque foi o segundo donatário, ainda menor de idade, pelo que a viúva, D. Brites (Beatriz) de Albuquerque, governou e administrou, como tutora de seu filho. Este seu primeiro filho e o segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, acompanharam D. Sebastião na batalha de Alcácer Quebir (ocorrida em 04 de agosto 1578). O primogênito, solteiro, ferido na batalha, morreu em 1579, como consequência dos ferimentos. O segundo, Jorge de Albuquerque Coelho, que havia cedido seu cavalo ao rei D. Sebastião durante a batalha, também ferido, feito prisioneiro, e resgatado. Foi herói em um naufrágio que sofrera. Tornou-se o terceiro donatário da Capitania de Pernambuco, e seu nome consta no mapa (Figura 1). A notícia da morte do irmão mais velho chegou a Lisboa em 1580, e ele recebeu a confirmação do rei como donatário em 15 de maio de 1582, coisa que é compatível com a data de 1584 para o atlas. Foi sucedido por seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, com carta real de confirmação de 1603. O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

O segundo mapa, Figura 2, representa o período de 1654 e é de autoria do cartógrafo holandês Johann Blaeu, tendo sido publicado em Amsterdam, Holanda, no ano de 1689. Segundo Buve (2011), a escola cartográfica holandesa evoluiu a partir de 1580, o desenvolvimento ocorreu da necessidade de mapear os portos do Norte da Holanda como Enkhuizen e Edam, foram construídos mapas de navegação para as águas europeias, a região do Caribe e as Índias Ocidentais, baseado também em informação de barqueiros portugueses.

A Figura 2, com o mapa do Brasil, foi estudado na pesquisa, e é de Joan Blaeu (1596-1673), um dos mais importantes cartógrafos holandeses. Originalmente formado em direito, Blaeu associou-se aos negócios do seu pai, o cartógrafo Willem Blaeu (1571-1638), em Amsterdam. Com seu pai e irmão Cornelis (falecido em 1648), Joan Blaeu publicou o *Atlas Novus* (Nova Atlas), uma obra com 11 volumes constituída de 594 mapas. Mais tarde, Joan Blaeu tornou-se o cartógrafo oficial da Companhia das Índias Orientais Holandesa. Durante o século XVII, a Holanda tornou-se uma grande potência naval e comercial, e seus mapas refletiam sua perícia marítima e comercial. A maior parte dos mapas holandeses do período é obra de empresas de família.

As invasões holandesas ao Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio do reino da Espanha. A Holanda, que também estava sob o domínio do reino da Espanha, declarou a sua independência em 1579. A Espanha não reconheceu a independência holandesa e a guerra entre as duas nações prosseguiu até 1648. Em 1649, a Holanda ficou independente da Espanha. Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono de Portugal, logo todas as suas colônias, inclusive o Brasil, passaram a ser de domínio espanhol (1580-1640).

Devido aos conflitos políticos e militares com a Holanda, o governo espanhol impôs o rompimento do acordo entre Portugal e Holanda, o que possibilitava o acesso ao açúcar brasileiro, produzido no litoral nordestino. A Holanda perdeu um excelente negócio: revender o açúcar brasileiro na Europa. Como primeira reação ao embargo, os holandeses criaram, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, para a exploração mercantil na África e Ásia. A Holanda animada com o sucesso da Companhia das Índias Orientais, organizou, em 1621, uma outra expedição - a das Índias Ocidentais - sua maior companhia de comércio, para a exploração mercantil das colônias na América, principalmente o

Brasil. Desta forma, a Holanda assegurou o comércio exclusivo na América e outras áreas, por vinte e quatro anos.

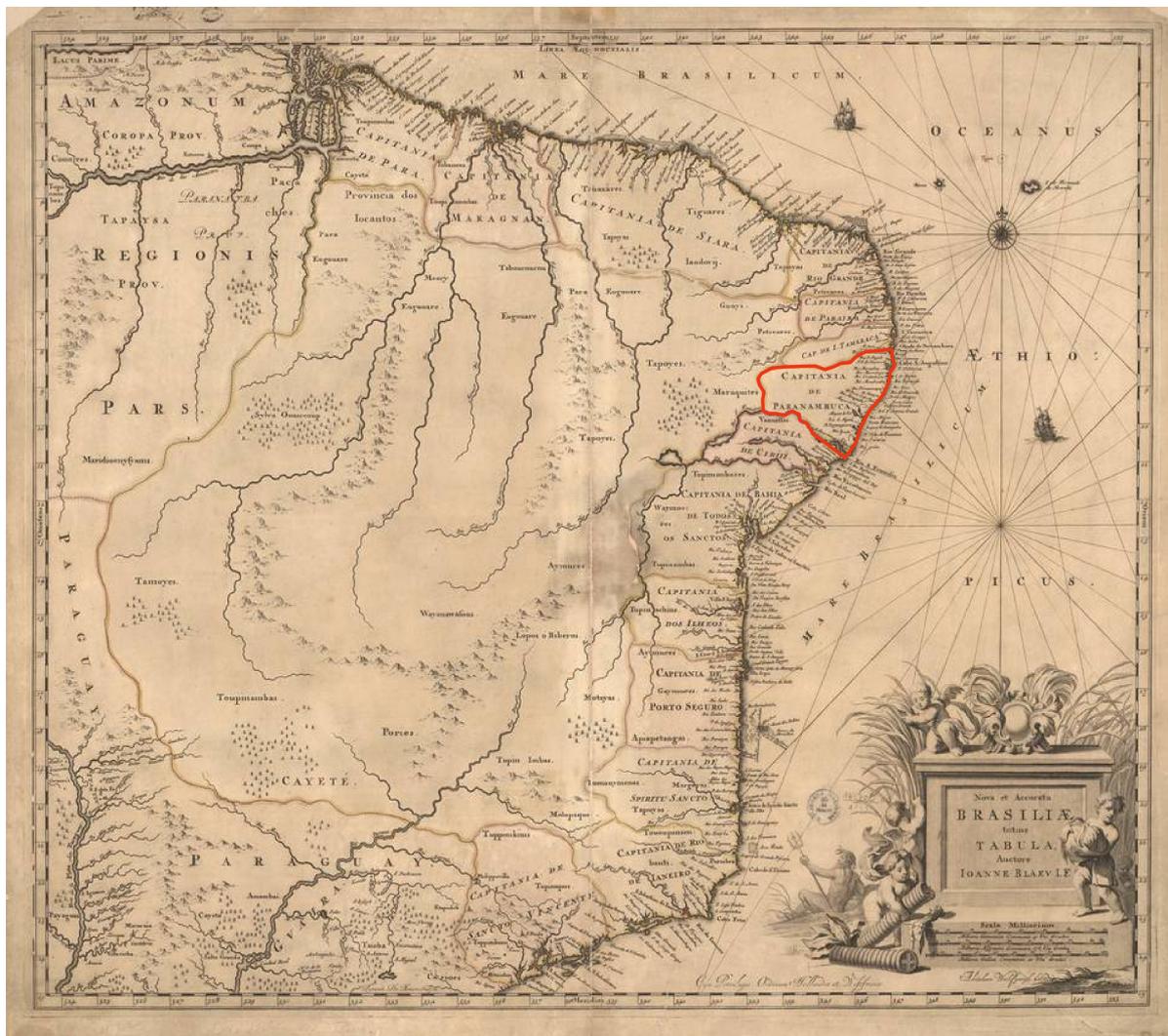


Figura 2 – Mapa do Brasil de 1654. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, 2019.

Entre 1630 e 1654, quase todo o Nordeste do Brasil esteve sob o domínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, apesar da resistência constante de pequena parcela da população. Vale ressaltar que, o fim do domínio espanhol, em 1640, não significou uma mudança neste quadro, face a assinatura de um tratado de paz entre Holanda e o novo governo português, no qual ficou estabelecida uma trégua de dez anos, continuando os revoltosos da colônia, pelo menos oficialmente, sem os recursos necessários para consolidar a expulsão do invasor holandês.

O conde alemão Maurício de Nassau era respeitado e admirado por sua forma administrar, quando partiu definitivamente em 1644, o espírito de brasilidade acendeu. O Movimento denominado Insurreição Pernambucana (1645), estimulado o sentimento anti-holandês, especificamente pelos senhores de engenho forçados a quitarem suas dívidas,

culminou com a Batalha dos Guararapes, em 1648 e 1649, e a expulsão definitiva dos holandeses da região Nordeste do Brasil. Com sacrifícios indescritíveis e usando processos de combate inusitados, genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco, além de preservarem a unidade física e cultural do Brasil. A Insurreição Pernambucana é considerado um marco para a formação da nacionalidade brasileira e uma das origens do Exército.

Segundo Chaves Junior (2017, p. 111) a expulsão dos holandeses do território do Brasil teve um impacto danoso para a economia da época. No decorrer do período em que permaneceram na região Nordeste, os holandeses detiveram do conhecimento do ciclo da produção do açúcar e conseguiram aperfeiçoar as questões técnicas e organizacionais do empreendimento. Os holandeses expulsos do Brasil, foram para Antilhas, ilhas que estão localizadas na região da América Central, fechando o ciclo do período holandês no Brasil.

Segundo Velez (2016), o anexo da capitania de Itamaracá à de Pernambuco não foi algo simples como a historiografia demonstrou ao longo dos séculos, nem mesmo convencional, como se passou nas capitanias da Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. É de senso comum que devido ao cenário dos donatários que estavam ausentes, essas capitânicas eram consideradas problemáticas. Particularmente a capitania de Itamaracá, que teve sempre dificuldades de jurisdição em relação as outras capitanias limítrofes. Para Velez (2016) a capitania considerada fracassada pela ausência de seu donatário e por rendas insignificantes.

Segundo o IBGE (1958) existe várias informações do surgimento das construções, relatos em documentos sobre o território de que houve naufrágios portugueses e piratas franceses, anos antes do descobrimento do Brasil. Em 1526 no local hoje conhecido por Vila Velha, à margem esquerda do canal de Santa Cruz, já eram celebradas missas na igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo padre Francisco Garcia. Em 1530 a povoação já contava com mais de 100 habitações e uma Casa de Misericórdia.

No mapa (Figura 3) é um mapa do Brasil produzido pela Gras y Companhia Editores Madrid, que retrata do território de Pernambuco em 1763, com a incorporação da capitania de Itamaracá.

Quando a capital da América portuguesa foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763, em 1808 a Coroa portuguesa é instalada nesta cidade. A região onde fica Pernambuco, perdeu importância e passou a ser chamada, genericamente, de Norte. As tensões e disputas começaram a acontecer. A explicação regional não foi a única para crises que se seguiram. A diversidade social interna entre os integrantes e a formação de uma cultura política moderna, liberal e democrática motivou a tentativa de ruptura nos moldes revolucionários.



Figura 3 - Mapa do Brasil de 1756. Fonte: Institut Cartogràfic i geològic de Catalunya.

Em 1817 ocorreu a Revolução Pernambucana, com a participação de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, o centro foi Pernambuco, a área incorporada é representada na Figura 4. A Revolução observou as correlações entre capitanias e respectivas atividades econômicas. O império luso-brasileiro encontrava-se ascendente. O movimento rompeu ao mesmo tempo com a forma de governo monárquica e com a dominação portuguesa. A instauração da República de 1817 durou cerca de três meses e teve como inspiração as matrizes do Diretório da Revolução Francesa, o federalismo norte-americano e as guerras de independência na América hispânica. A Figura 4, o mapa de 1825, apresenta a região onde foi existiu a República de 1817 de autoria de Henry Schenck Tanner, retratado a região do Nordeste brasileiro no ano de 1823.



Figura 4 – Mapa de 1825. Fonte: David Rumsey Historical Map Collection, 2019.

As discussões sobre a separação entre os reinos do Brasil e de Portugal começaram na década de 1810. Embora já se disseminasse em palavras, projetos, atitudes e leituras, pelo menos desde fins do século XVIII. Em 1817, a crise se mostra mais aguda contra o império português e a conspiração é descoberta por Portugal. Os tiroteios nas ruas, a palavra revolução andando de boca em boca, ocasionaram a liberação de atitudes e expressão de ressentimentos e resistências que dificilmente poderiam vir à tona em outras ocasiões.

No dia 6 de março de 1817, o movimento separatista eclodiu. No dia em que ocorreu o levante os militares envolvidos estavam no quartel, resultando na morte de um oficial de alta patente e na captura do governador de Pernambuco, o português Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que havia se refugiado no forte do Brum. No forte das Cinco Pontas os militares libertaram um dos líderes do movimento, Domingos José Martins e todos os civis acusados de conspirar

contra a Coroa Portuguesa. No entanto, em maio de 1817 o exército Imperial Português invadiu Pernambuco e desmontou o movimento revolucionário. Como pena os pernambucanos perderam a província do Alagoas, que tornou-se uma nova capitania.

A repressão à República de 1817 foi violenta, desmedida, e com lances de maus tratos, torturas, prisões prolongadas e mortes cruéis, causando um trauma político que demorou a cicatrizar. Mas, o povo pernambucano aguerrido e libertário continuou com seus ideais, cinco anos depois estaria participando da Independência do Brasil de Portugal. E em 1824, as mesmas províncias rebeldes da República de 1817, fazem outro levante conhecido como a Confederação do Equador, a luta é contra os rumos centralizadores e autoritários do nascente Império brasileiro.

A Figura 5 apresenta um dos mapas do New Universal Atlas, publicado em 1846, por Henry Schenck Tanner, disponível na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. No mapa Pernambuco apresenta uma área distinta das encontradas em outros mapas. O limite de Pernambuco chega ao estado de Goiás e Minas Gerais, englobando o de Alagoas, que leva a crer que o período em que ocorreu o mapeamento é antes da Confederação do Equador.

Henry Schenck Tanner (1786 - 1858) foi um dos cartógrafos e editores de mapas americanos do início do século XIX, considerada a era de ouro americana na publicação de mapas. Nascido em Nova York, mas com sede na Filadélfia, Tanner dedicou mais de quarenta anos no desenvolvimento de trabalho cartográfico. No início da carreira, Tanner fez uma parceria com seu irmão Benjamin, para gravar os trabalhos de John Melish, e de outros editores como Lucas Fielding (Baltimore), A. Bourne, Jason Torey, Samuel Harrison e Samuel Lewis. Em 1818, Tanner convenceu os colegas editores a financiar uma compilação de um Novo Atlas Americano. O atlas foi vendido por assinatura e surgiu lentamente entre 1819 e 1823. O Novo Atlas Americano foi auge da cartografia americana do século XIX, com atualizações até 1839, *Geographicus - Rare Antique Maps* (2019).

De acordo com Leite (1996, p.5) logo após o episódio da Revolução Pernambucana de 1817, Pernambuco ficou conhecido como uma província rebelde. Naquele momento já existia um receio por uma parte do Império, que em algum momento, fosse acontecer novamente outra revolta de cunho republicano, com intuito de separar a região do resto do País. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tinham simpatia pelas ideias que eram propagadas pela população da província de Pernambuco, deixando claro que os pernambucanos tinham influência política entre a população das outras províncias.

A Confederação do Equador foi um movimento separatista, liberal e republicana, uma replicação ao caráter centralista de Dom Pedro I, efetivado pela outorga da constituição de 1824. A revolta tinha como objetivo de questionar a Constituição de 1824, que na visão dos revolucionários, centralizava o poder, apesar das ideias de liberalismo. Desde a Revolução Pernambucana em 1817, um grupo de pernambucanos continuou a preparar um movimento com características antimonaquista, que veio tomando proporções após as crises da economia regional e exorbitantes cargas tributárias impostas pelo Império.



Figura 5 - Mapa do Brasil publicado em New Universal Atlas, datado de 1846 Fonte: Library of Congress, 2019.

Segundo Alarcão (2006, p.56) a demissão do governador Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que foi escolhido pelos pernambucanos foi o estopim para a eclosão da Confederação do Equador, nome escolhido pela proximidade com a linha do Equador. A revolução foi liderada por populares pernambucanos, o movimento teve adesão de outros estados do Nordeste. Os revolucionários buscaram criar uma Constituição Republicana e liberalista.

Manuel de Carvalho proclamou a Confederação do Equador no dia 2 de julho de 1824, apoiado por uma base elitista, instituiu um governo constitucional e de forma representativa. Esse acontecimento foi considerado na época um ato rebelde pelo Império, que comprometia seriamente a unidade nacional. Manuel foi eleito presidente, e dispondo de Frei Caneca como um aliado e mentor ideológica da revolução.

Desta maneira, os pernambucanos buscavam enfraquecer a influência do Império nos assuntos regionais, acabar com o tráfico de escravos, aparelhar movimentos de resistências populares contra o Império e formar um governo independente. Nesse período, os grandes nomes foram Frei Caneca, Emiliano Munducuru e Cipriano Barata, eles defendiam as reformas sociais da época e a expansão dos direitos políticos. Enquanto isso, o Império aprovou medidas contra os separatistas, entre elas a contratação de mercenários de origem inglesa para lutarem contra os separatistas.

De todo modo, com todas as lutas, a Confederação do Equador não resistiu. O imperador Dom Pedro I tratou de conter a revolta. O ataque foi executado em agosto de 1824, com a rendição em setembro. Logo depois da derrota, as outras províncias se enfraqueceram, sendo que a província do Ceará, a mais valente, foi a última a desistir contra as investidas militares, vindo a ser derrotada no mês de novembro. A Confederação teve o seu fim com a pressão imperial e seus integrantes foram executados. Como parte da punição, a província de Pernambuco perdeu parte do seu território, como pode-se visualizar na Figura 6. O mapa retrata a perda do território, boa parte desse estava à margem esquerda do rio São Francisco.

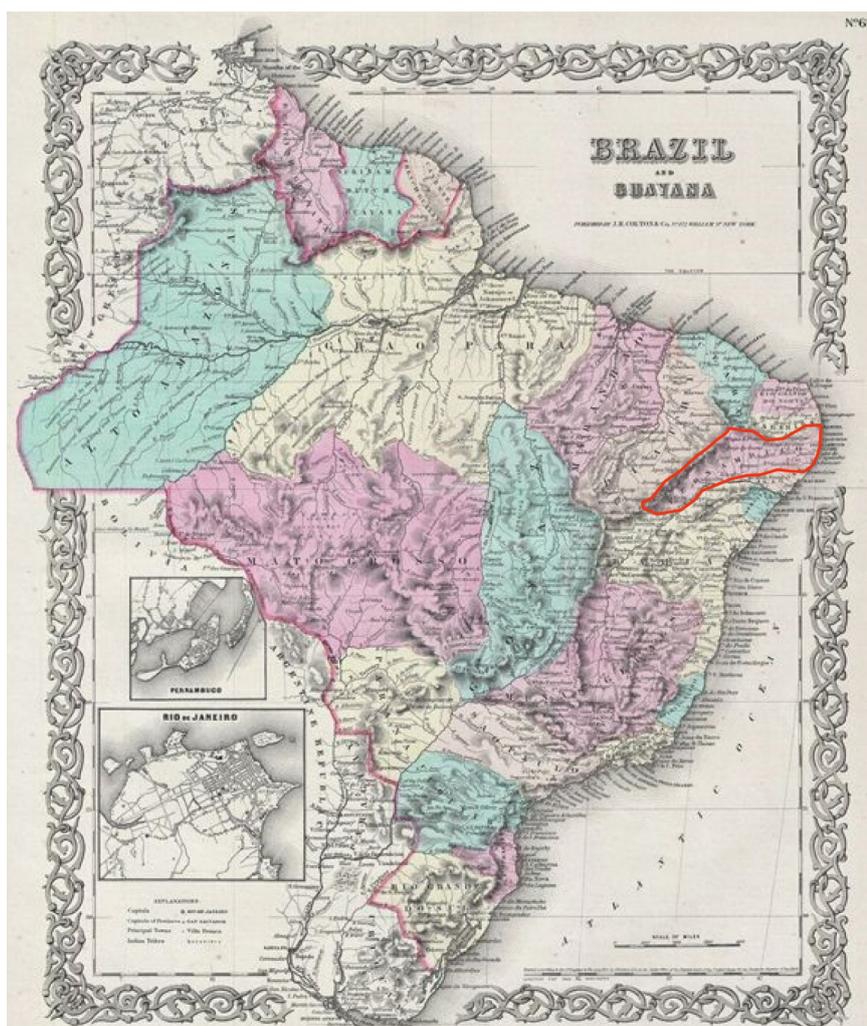


Figura 6 - Mapa do Brasil de 1856. Fonte: Fonte: David Rumsey Historical Map Collection, 2019.

No sétimo mapa de Cândido Mendes, de 1868 (Figura 7), observa-se que o território do Brasil e de Pernambuco se encontra quase em seu tamanho atual, no referido mapa observamos ainda que o estado do Acre ainda não encontra-se anexado ao território do Brasil, acontecendo somente em 1903 após o Brasil vencer a chamada Revolução Acreana.

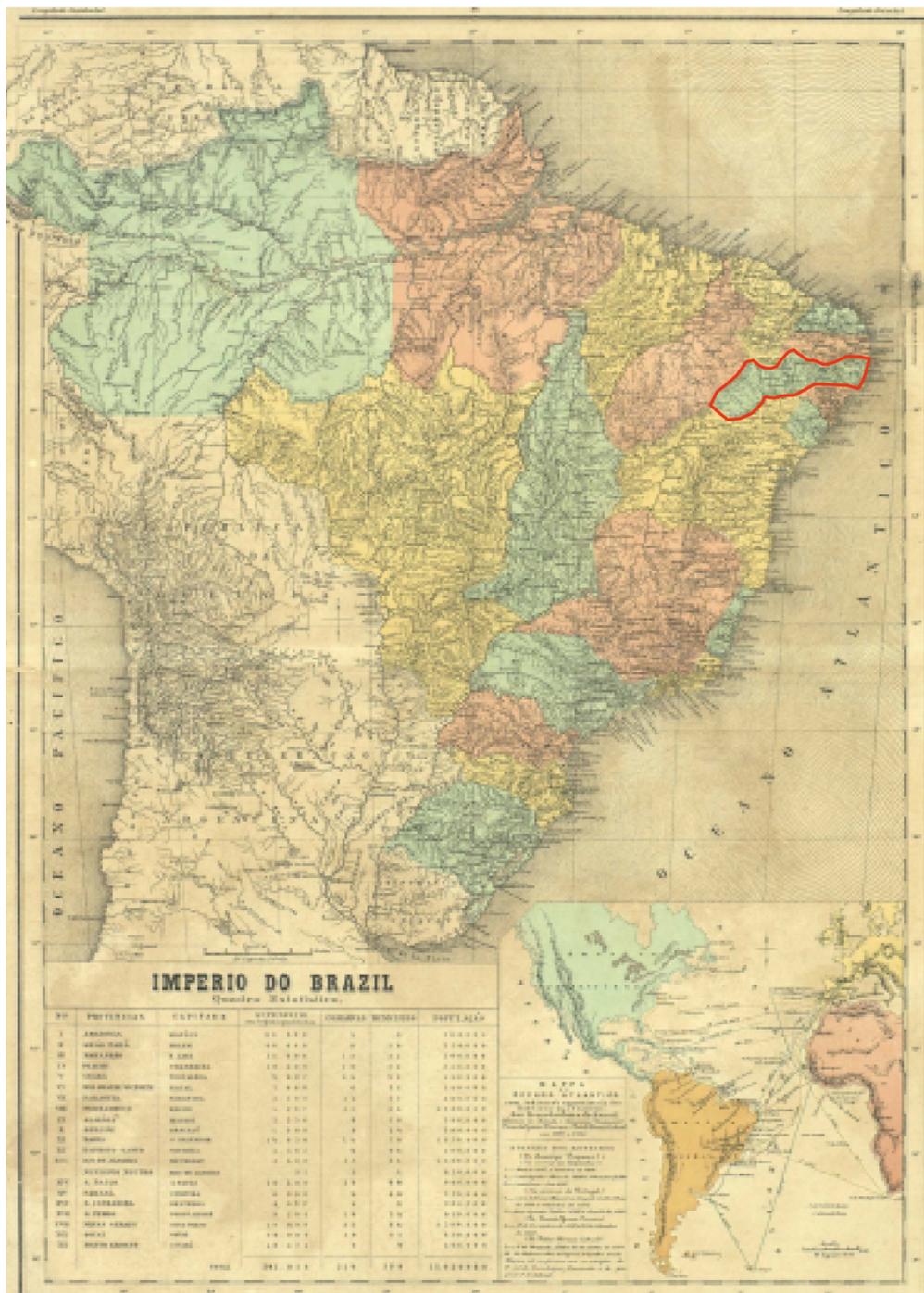


Figura 7. Mapa do Brasil de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 7 está um dos mapas do primeiro Atlas do Brasil confeccionado por Cândido Mendes, esse trabalho foi um marco da cartografia brasileira. O referido Atlas serviu como base para a confecção de mapas posteriores. Além dos mapas das províncias brasileiras, o Atlas retrata questões das fronteiras do Brasil. Apresenta as informações geográficas, contempla estatísticas da população brasileira, e diversos dados administrativos, eleitorais e eclesiásticos, de cunho histórico, acerca das províncias da época e de suas comarcas, que são até hoje relevantes para a compreensão e estudo do Brasil.

A elaboração do Atlas teve por base mapas do território brasileiro produzidos desde séculos anteriores. Ressalva se faz ao fato de Cândido Mendes ter procedido um acerto nas fronteiras e limites do Brasil, o que bem se justifica pela falta de definição precisa dos limites internos e externos do País, questões que se resolveriam, mais tarde, no final do século XIX início do século XX.

Na Figura 8 pode-se observar o território de Pernambuco em 1868, onde foi criado o primeiro mapa de Pernambuco, que consta do Atlas de Candido Mendes. Na Figura 8 pode-se observar que o território se encontra em evolução.

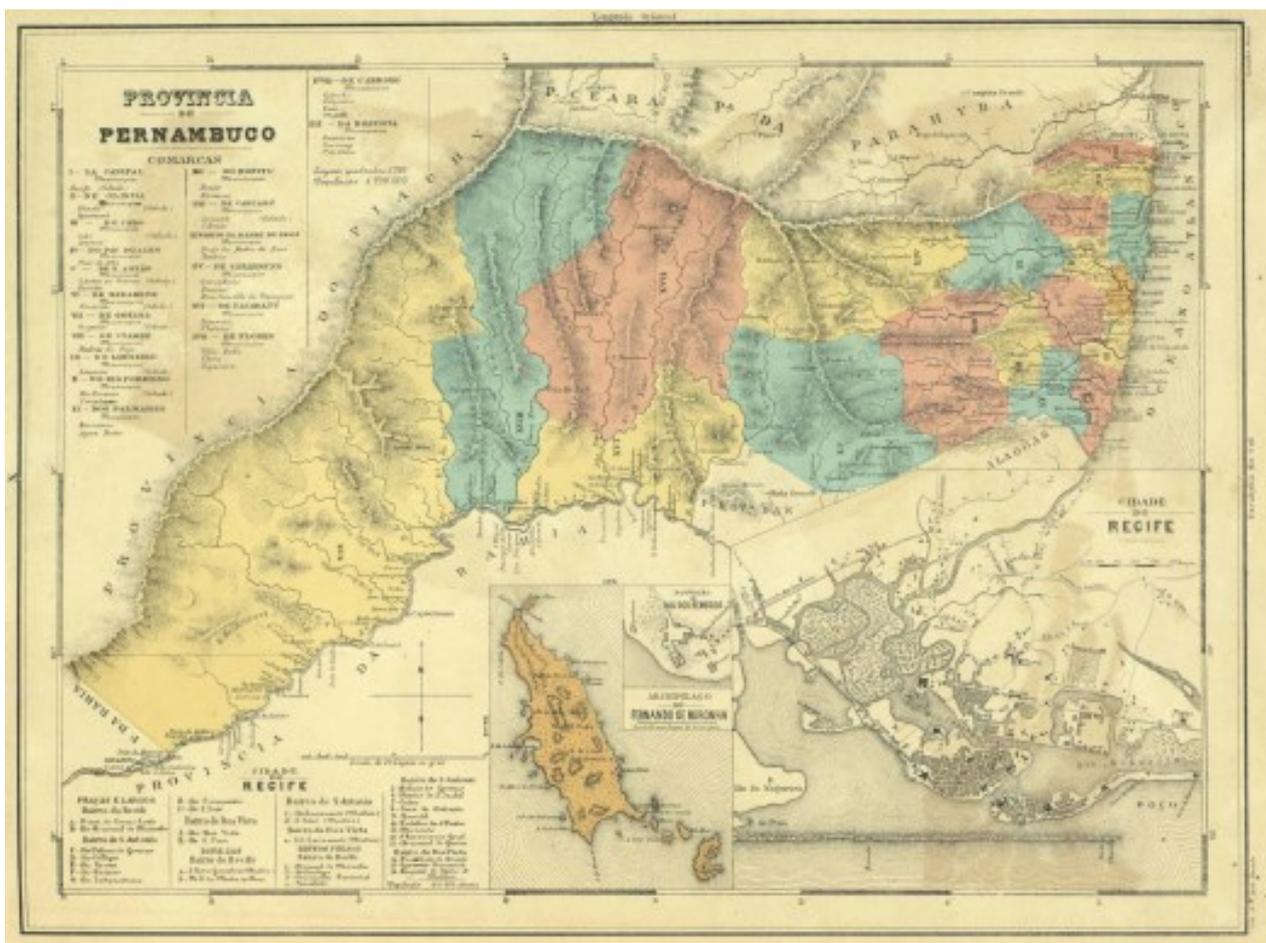


Figura 8. Mapa de Pernambuco de 1868. Fonte: Biblioteca da Câmara do Senado do Brasil, 2019.

Na Figura 9 apresenta-se um mapa do século XXI com seu território consolidado. O referido mapa foi construído por engenheiros cartógrafos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano de 2018. Atualmente, o estado de Pernambuco possui 98.076km<sup>2</sup>, dividido em 184 municípios. A população estimada pelo IBGE é de 9.557.071 habitantes.



Figura 9. Mapa do Brasil de 2018. Fonte Alterada: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

### Considerações finais

Baseado nas observações das referências bibliográficas que foram levantadas para esta pesquisa, em combinação do resgate histórico das publicações cartográficas sobre o estado de Pernambuco a partir do século XVI até o século XXI, pode-se observar o processo da evolução do território e os seus importantes agentes transformadores, como exemplo, das principais revoltas que fizeram parte da história do estado de Pernambuco e do Brasil.

As atividades econômicas desenvolvidas no território da província de Pernambuco, as grandes revoltas em função dos

altos impostos exigidos pela Coroa, e logo depois, pelo Império, esses agentes foram responsáveis pela transformação, redução e ampliação dos seus limites, que os mapas conseguiram comunicar visualmente. Em vários momentos da história, o território foi expandido, ora fora usurpado, em vários momentos foi explorado de maneira exacerbada, levando a sua população a enfrentar muitas tragédias. Porém, Pernambuco conseguiu sempre se reerguer, pois o seu povo se destacou no cenário social e econômico.

Os agentes transformadores de Pernambuco não foram somente responsáveis pela geração de riquezas e pela modelagem dos limites do território pernambucano, foram responsáveis, acima de tudo, por uma sua diversidade territorial e cultural. O gado, a cana, a mandioca e o algodão, juntamente com o povo valente, teceram a trama da diversidade pernambucana, promovendo as territorialidades e apropriações identitárias por meio da luta e do amor ao lugar em que vive, o lugar chamado Pernambuco.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, ao Laboratório de Tecnologias e Geoinformação - LaTecGeo, do Departamento de Engenharia Cartográfica na Universidade Federal de Pernambuco e à CAPES pela concessão de bolsa de estudo para Carlos Fabrício Assunção da Silva.

### **Referências**

- ALARCÃO, J. P. S. O saber e o fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- ALEGRIA, M. F.; et al. "Cartografia e Viagens". In: Bethencourt, F. & Claudhuri, K. (dir.). História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BUVE, R. Mapas neerlandeses do Brasil conquistado 1624-1654 do Arquivo Nacional, da Biblioteca Real e da Universidade de Leiden. Paraty: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.
- CHAVES JÚNIOR, J. I. As capitânicas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América Portuguesa (Século XVIII). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.
- CINTRA, J. P. As capitânicas hereditárias no mapa de Luís Teixeira. São Paulo: Museu Paulista, 2015.
- DREYER-EIMBCKE, O. O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1992.
- HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Brasília: IBGE, 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/dtbs/pernambuco/ilhadeitamaraca.pdf>

LEITE, G. L. Guerras e revoluções brasileiras: A Confederação do Equador. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LOCH, R. E. N. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

MICELI, P. As Imagens do Mundo. In: Paulo Miceli (Org.). Op. Cit. 2002.

VELEZ, L. C. B. Donatários e Administração Colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de cascais (1692-1763). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.



Tema 4  
Cartografia Urbana: Plantas e Projetos



## Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro reduzida da que se publicou no ano de 1812

**Jorge Ricardo Cardoso de Carvalho Raposo da Câmara**  
Biblioteca Nacional, RJ  
ricardocamara40@gmail.com

**Maria Dulce de Faria**  
Biblioteca Nacional, RJ  
mariadulcedefaria@gmail.com

### Resumo:

O trabalho descreve duas plantas da cidade do Rio de Janeiro sob o título “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Reduzida da que se publicou no anno de 1812, em 1817”, baseadas no primeiro mapa impresso no Brasil, “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808”, gravada na Imprensa Régia em 1812. Após a chegada da corte portuguesa a esta cidade, ele ordenou a produção de um mapa bem detalhado do local, para que a corte portuguesa tomasse conhecimento. A primeira foi gravada por Souto, provavelmente na Imprensa Régia, e a segunda por Waniek, no Lithographtschen Institut in Wien, e que integra a obra “Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien...” de Karl von Schreibers, editada em 1820. Essa obra foi o resultado da expedição da Missão Austríaca Científica no Brasil (1817-1820) por ele organizada. A missão acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria por ocasião de seu casamento com o herdeiro do Reino Unido de Portugal (Brasil e Algarves) D. Pedro I, o futuro imperador do Brasil. A produção da planta, da então capital do Reino Unido Português, atendia aos interesses das cortes austríaca e luso-brasileira, e estava de acordo com o prestígio do qual gozava a História Natural, no início do século XIX. Ambas as plantas são de grande importância por se tratar de poucos exemplares existentes no mundo, e terem servido de base para futuras plantas, que acompanharam as transformações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro, então em expansão.

### Palavras-chave:

Cidade do Rio de Janeiro, século XIX; Plantas históricas; Coleções cartográficas.

### Abstract:

The work describes two maps of the city of Rio de Janeiro intitled “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Reduzida da que se publicou no anno de 1812, em 1817”, (reduced in 1817 from the one published in 1812) based on the first map printed in Brazil, “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808”, engraved in the Royal Press in 1812. After the Portuguese Royal Court arrived in the city, the Regent Prince, D. João VI ordered the production of a well-detailed map of the place for the Portuguese Court to get acquainted with the city. The first map was engraved by Souto at the Imprensa Régia, and the second one was engraved by Waniek at the Lithographtschen Institut in Wien, which is part of the “Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien...” by Schreibers, published in 1820. This work was the result of the expedition of the Austrian Scientific Mission in Brazil (1817-1820) organized by him. The Mission accompanied the Austrian Archduchess Leopoldina on the occasion of her marriage to the heir of the United Kingdom of Portugal (Brazil and Algarves) D. Pedro I the future emperor of Brazil. The production of the map of the capital city of the Portuguese United Kingdom at that time was under the interests of the Austrian and Luso-Brazilian courts, and consistent with the prestige enjoyed by Natural History at the beginning of 19<sup>th</sup> century. Both maps are of great importance because there are few copies of it in the world. Also, they served as a basis for future maps which accompanied the urbanistic transformations of Rio the Janeiro city, which was then expanding.

### Keywords:

The City of Rio de Janeiro, 19<sup>th</sup> century; Historic maps; cartographic collections

## **Introdução**

O trabalho se propõe a descrever duas plantas da cidade do Rio de Janeiro que tiveram base no primeiro mapa impresso no Brasil, “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808. Feliz e memoravel época da sua chegada à dita cidade. Na Impressão Régia 1812”, desenhada no Real Archivo Militar e publicada na Impressão Régia. A primeira planta reduzida foi provavelmente gravada na Imprensa Régia, e a segunda publicada nos relatórios da Missão Científica Austríaca.

## **A Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro gravada na Impressão Régia em 1812**

A planta da cidade do Rio de Janeiro, gravada em 1812, na Impressão Régia<sup>1</sup>, foi desenhada no Real Archivo Militar<sup>2</sup> por J. A. dos Reis e sua impressão foi dirigida por João Caetano de Rivara e gravada por Paulo dos Santos Ferreira Souto, dois gravadores que haviam trabalhado anteriormente na Oficina Literária do Arco do Cego, fundada pelo príncipe regente (futuro D. João VI) no final do século XVIII.

Segundo o aviso do Conde de Aguiar, “Havendo chegado a esta Corte os gravadores Romão Eloi Casado e Paulo dos Santos Ferreira, que vieram de Lisboa, com o Padre Frei José Veloso, Vs. Ms. procurarão dar logo algum trabalho a estes oficiais, que podem principiar pela gravura da cidade do Rio de Janeiro, tirada do Arquivo Militar (...)” (TEIXEIRA, 1976, p.14).

Documento emblemático da consolidação da América Portuguesa, pois, além de ser a primeira impressão de um mapa no Brasil, trata-se da primeira representação da capital do império na qual D. João VI se baseou para o planejamento das mudanças e reformas necessárias para a adaptação da sede do governo português. Essa é considerada a melhor planta da Cidade no início do século XIX (figura 1). Conforme informa Isa Adonias:

A planta abrange a cidade do Rio de Janeiro desde a Praia de N. S. da Glória até ao Saco de S. Diogo. É digna de atenção não só pelos seus detalhes e acabamentos, como pela época em que foi levantada. Sem levar em consideração o que as datas acima representam para a nossa nacionalidade há, contudo, a salientar que foi uma das primeiras gravuras abertas no Brasil, fazendo parte dos primórdios da Impressão Régia.” (ADONIAS, 1956, p.60).

Não possuímos informações de quantos exemplares foram impressos, mas sabemos por Francisco Gonçalves de Miranda, que em 1812 a planta já se encontrava a venda na loja de Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda, número 34, por 6.400 réis (Miranda, 1922), informação confirmada pelo anúncio publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 13 de maio de 1812 (figura 2). A planta esteve novamente à venda em 05 de maio de 1913 (figura 3).

<sup>1</sup> Fundada pelo decreto do Príncipe Regente, assinado em 13 de maio de 1808.

<sup>2</sup> Criado por decreto em 07 de abril de 1808, o Real Archivo Militar tinha como objetivo produzir, guardar e conservar mapas e cartas do Brasil e do Império Português, reunindo engenheiros militares, desenhistas e gravadores.

A gravura sobre papel possui dimensões de 92 cm x 123cm<sup>3</sup>, com escala gráfica de 300 braças (= 16,5cm), tendo sido utilizadas duas matrizes de cobre<sup>4</sup>, as quais se encontram no Museu da Imprensa Nacional. Francisco Gonçalves de Miranda antigo funcionário da instituição em sua *Memória histórica da Imprensa Nacional*, explica que as matrizes originais de cobre sobreviveram a um incêndio que lá ocorreu em 15 de setembro de 1911 (MIRANDA, 1922, p.60).

Como características esta planta apresenta a legenda dividida em três grupos indicados por letras com as seguintes características: caixa-alta e caixa-alta em itálico, e minúsculas, e um grupo indicado por algarismos. Dentre os itens identificados por letras, com maiúsculas estão palácios, igrejas, capelas, seminários, conventos, freguesias, hospitais, recolhimentos e quartéis, e com minúsculas, os chafarizes, largos, cavaliarias, um teatro, a alfândega etc. Os algarismos identificam os logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Alguns topônimos, como praias, morros, montes estão indicados na própria planta.

Segundo Bruno Capilé:

“Neste mapa, que tem o Sul como referência, a área urbana foi enquadrada juntamente com os arredores mais próximos do Manguezal de São Diogo a oeste e o subúrbio da Glória ao sul. O terreno foi representado em distintas categorias: a) árvores alinhadas ao longo de algumas ruas dos arredores menos urbanizados; b) distribuição aleatória da vegetação dos morros; c) os sombreamentos para conferir tridimensionalidade aos morros; d) manchas concentradas nas áreas alagadas, como nos mangues, lagoas e várzeas. Ele apresenta as toponímias da Lagoa da Sentinela, do Mangal de S. Diogo e do Saco de mesmo nome, indicando a área de manguezal (d) que delimitava a cidade (...). Este mapa possui muitas descrições do ambiente biofísico e possivelmente foi elaborado visando os interesses administrativos de expansão urbana futura”. (CAPILÉ, 2019, p.12).

A planta apresenta também uma rosa dos ventos, adornada, no canto superior esquerdo, próximas as praias indicadas como do Boqueirão e de Santa Luzia. No canto superior direito encontra-se o cartucho de título, ornamentado com o brasão do reino de Portugal. Já no canto inferior direito é exibida escala gráfica que também possui adornos, seguido da identificação do engenheiro responsável pela sua construção no Real Archivo Militar. Por fim, no canto inferior esquerdo, nas proximidades da Ilha das Cobras e Valonguinho, estão disponíveis as explicações e referências aos responsáveis pela gravação (FIGUEIREDO, 2017).

### **A planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da de 1812 no Archivo Militar**

Nos anos que se seguiram a gravação da planta de 1812, com o crescimento e alteração da paisagem urbana da ci-

<sup>3</sup> Essas medidas podem variar, uma vez que foi utilizada uma matriz dividida em duas partes e muitas vezes ao sofrerem intervenções, tais como montagem em tela, acabam por apresentar diferenças. Além disso, as duas chapas de cobre originais tem diferentes dimensões.

<sup>4</sup> No século XIX havia dois processos de impressão, a tipografia, para textos, e a gravura em metal para estampas. A gravura em metal foi utilizada para mapas até o início do século XIX, quando foi descoberta a litografia por Aloysius ou Alois Senefelder (1777-1834) em 1796. A litografia foi introduzida no Brasil (1825) pelo suíço Johan Jacob Steinmann, contratado pelo imperador D. Pedro I, com o objetivo de implantar a oficina litográfica, publicar mapas e ensinar a nova técnica de impressão no Arquivo Militar. Embora Steinmann seja considerado o precursor da litografia no Arquivo Militar, D. João VI contratou em 1818, Arnaud Julien Pallière para fazer retratos e paisagens, incluindo uma carta da Baía de Guanabara, trazendo consigo uma prensa litográfica portátil de Senefelder (MAURÍLIO, 2009, p.120).

dade do Rio de Janeiro havia a necessidade aumentar a quantidade de mapas disponíveis e ao mesmo tempo torná-los mais acessíveis e fáceis de manusear do que a versão original em duas folhas. Neste contexto foram aparecendo novas plantas derivadas da original de 1812, sejam reduções ou ampliações. A “Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: reduzida da que se publicou em 1812, em 1817” (figura 4), foi reduzida no Arquivo Militar e gravada na Impressão Régia por Souto (ADONIAS, 1966, pág.52).

A planta reduzida de 1817 está assinalada na margem direita “P. S. F. Souto. Sculp. R. de Janr.º” – P[aulo dos] S[antos] F[erreira] Souto Sculp[ist= gravou]. R[io] de Janei[ro]. É o mesmo gravador da planta de 1812 (figuras 5 e 6), mas nessa Souto assinou “gravou”. Como visto acima, Paulo dos Santos Ferreira Souto era gravador arquiteto da antiga Tipografia do Arco do Cego (IPANEMA, 2015, p.4), e chegando ao Brasil, foi para a Impressão Régia e gravou a coleção cartográfica do Arquivo Militar.

Conhecemos apenas dois exemplares dessa planta, o existente na Biblioteca Nacional de Portugal e outro que integra o acervo da Mapoteca do Itamaraty, o qual foi adquirido pelo Barão do Rio Branco em um leilão de pertences do historiador francês Ferdinand Denis em 1891 (Adonias, 1966, p.52, n.98). A planta mede 29,20x28,40cm em folha de 41,30x35,40cm, com escala gráfica de 300 braças (= 5,5cm).

A planta apresenta as mesmas legendas da planta de 1812, mas a disposição gráfica é diferente da original, sendo exibidas no lado esquerdo, e a escala gráfica aparece dentro do cartucho de título.

### **A Missão Científica Austríaca**

O decreto de abertura dos portos, promulgado após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, teve como efeito a entrada no país de um grande número de estrangeiros não só devido a razões comerciais ou de Estado, mas também por um interesse artístico e científico sobre o Brasil, em consonância com o interesse científico sobre o Novo Mundo em voga nas monarquias europeias do século XIX (HOLANDA, 1974, p.13). Essas viagens tiveram como resultado vários relatos sobre regiões do Brasil até então desconhecidas. Muitas dessas missões planejadas por academias e sociedades científicas, bem como Museus de História Natural, foram financiadas por monarcas. Este foi o caso, por exemplo, da Missão Artística Francesa de 1816, que levou a fundação da Academia Imperial de Belas Artes, origem da atual Escola Nacional de Belas Artes.

Segundo os mesmos princípios a missão científica austríaca, foi patrocinada pelo Imperador Francisco I que teve como resultado um imenso legado no âmbito das ciências naturais e cartográfica.

A “Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da que se publicou em 1812”, faz parte da obra organizada por Karl von Schreibers: *Nachrichten von den kaiser osterreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit. Aus den Amtsrelationen der K.K. Gesanschaft am hofe von Rio de Janeiro...*, ou *Notícias dos naturalistas imperiais austríacos no Brasil e o resultado de suas atividades*. Essa obra foi editada por Joseph Georg Trakler, em Brünn, em 1820. A obra apresenta os resultados dessa expedição, planejada por Karl von

Schreibers, então diretor do Museu de História Natural de Viena, tendo sido chefiada por Johan Christoph Mikan, naturalista e professor de Botânica em Praga.

A Missão Científica Austríaca acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria por ocasião de seu casamento com o herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I, tendo permanecido no Brasil de 1817 a 1820. A comitiva contava entre outros com a participação dos naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, o real jardineiro botânico Heinrich Wilhelm Schott, o paisagista Thomas Ender, o assistente do Imperial e Real Gabinete de História Natural Johann Natterer, e o taxidermista Heinrich Sochor, caçador de sua alteza e príncipe herdeiro.

No preâmbulo da obra temos a seguinte informação:

“É conhecido o amor e zelo do Imperador pela ciência prática. Para alargar os conhecimentos nesse sentido e ao mesmo tempo transportar ao solo pátrio os tesouros da natureza alienígena aproveitou o ensejo do casamento da arquiduquesa D. Leopoldina para enviar ao Brasil certo número de sábios, entre os naturalistas, com a incumbência de percorrer as principais regiões desse país, e observar in loco a superabundante variedade dos três reinos da natureza, enriquecendo assim a sua pátria com os tesouros de novas observações” (SCHREIBERS, 1969, p. 192).

Além do interesse científico, a missão ao Brasil atendia a outras preocupações de teor econômico e comercial dos governos implicados em sua realização. No campo científico, a mineralogia, especialidade desenvolvida por Alexandre von Humboldt na Academia de Minas de Friburgo, tinha grande destaque. As disciplinas de Geologia e a Botânica também foram contempladas, sendo os especialistas que vieram a bordo das fragatas Augusta e Áustria dos mais credenciados a nível europeu. A primeira fragata zarpuou de Trieste a 10 de Abril de 1817 e chegou ao Rio a 16 de Julho do mesmo ano, levando a bordo a Arquiduquesa e a sua comitiva. A fragata Áustria trouxe a bordo o maior grupo de pesquisadores e naturalistas, Mikan, acompanhado de sua esposa, e o pintor Thomas Ender, que gozava do apoio e admiração do grande Chanceler da Áustria e Príncipe Merternich-Winnenburg, tendo sido por ele indicado (CUNHA, 1968, p.7).

A Missão Científica Austríaca, interessada na investigação do cenário geográfico e ecológico do Brasil, ainda grandemente desconhecido à luz das ciências naturais dos séculos XVIII e XIX, contribuiria para engrandecer o ambiente cultural do Rio de Janeiro em específico, e do Brasil em geral.

### **A planta da cidade do Rio de Janeiro, gravada por W. W. Waniek**

A planta foi gravada por W.W.Waniek, impressa no *Lithographtschen Institut* em Viena, é possivelmente, derivada da redução feita no Archivo Militar acima mencionada. A planta mede 29,8 x 28,90 cm em folha de 39,5 x 35,5cm, com escala gráfica de 300 braças (= 5,9cm). Como a planta reduzida no Arquivo Militar, esta planta apresenta o título e a escala gráfica inseridos no cartucho de título. O subtítulo contém um pequeno erro de gravação, com a palavra

“publicou” junto com a preposição “no”: “Reduzida da que se *publicou no* Anno de 1812”. As legendas, da mesma forma que a anterior, aparecem no lado esquerdo, com dois índices remissivos, um com os principais nomes das praças, becos e ruas e outro com os principais prédios civis, militares e religiosos dispostos da seguinte forma: na parte superior esquerda legenda com indicações divididas em três grupos indicados por letras, em caixa-alta, caixa-alta em itálico, e minúsculas. Dentre os identificados por letras, com maiúsculas estão palácios, igrejas, capelas, seminários, conventos, freguesias, hospitais, recolhimentos e quartéis, e com minúsculas, os chafarizes, largos, cavalariças, um teatro, a alfândega etc. Os algarismos identificam os logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Esse conjunto é sobreposto pelo desenho da rosa dos ventos. Na parte inferior esquerda, um grupo indicado por algarismos faz referência aos logradouros: becos, ruas, travessas e ladeiras. Os topônimos são assinalados somente na zona costeira da cidade, tais como praias, o Saco da Gamboa, o Saco do Alferes, hoje aterrado e o Valongo que hoje abriga a zona portuária recentemente revitalizada.

As linhas paralelas onduladas que mostram o limite da costa, são mais largas na planta de Waniek do que na reduzida por Souto.

A planta mostra a expansão para o Campo de Sant’Anna, que aparece na parte central, e a região da Cidade Nova. Conforme evidenciado na legenda, a planta já mostra as mudanças ocorridas na estrutura urbana da cidade a partir da chegada da corte, incluindo o surgimento de prédios públicos como a Academia Real da Marinha e de Belas Artes, Hospital Militar, Imprensa Régia, Biblioteca Real, do Jardim Botânico, Museu de História Natural, Arquivo Militar e da Real Casa das Obras. A abertura dos portos levou à dinamização das atividades portuárias da cidade com a transferência do mercado de compra e venda de escravos da Rua Direita (atual 1º de Março) para o Valongo, e o afluxo de imigrantes em direção a Minas Gerais no contexto da atividade mineradora, levou à expansão urbana para o interior da cidade, para oeste do campo de Sant’Anna, que aparece no centro da planta.

### **Exemplares encontrados**

Além do exemplar da Biblioteca Nacional, foram encontrados quatro exemplares completos do relatório de Karl Von Schreibers: quatro na Österreichische Nationalbibliothek, um na Library of Congress, um na Universitätsbibliothek Regensburg. A Biblioteca do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro possui um exemplar sem a planta.

O livro de Schreibers possui também uma vista panorâmica (frontispício) *Einfahrt in den Hafen von Rio Janeiro und Kirche von Nossa Senhora da Gloria mit dem Pao d’Azugar am linken Ufer der Bucht* gravada por J. Blascher, e a planta desdobrada da cidade do Rio de Janeiro, que aparece citada na Bibliographia Brasiliana de Rubens Borba de Moraes como “obra bastante rara” (MORAES, 2010, Vol.2, p.320). Dado às semelhanças e o período em que foi feito, possivelmente, essa edição foi baseada na planta reduzida de Souto.

## **Considerações finais**

A importância dessas plantas está em serem derivadas de um documento emblemático para a história do Brasil e de sua imprensa. A planta cuja execução foi solicitada por D. João VI em 1808 e gravada em 1812 é um testemunho de um momento importante de nossa história, a instalação da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, e também das consequências advindas desse acontecimento para o desenvolvimento urbanístico da cidade. Tanto na planta original, quanto em suas reduções, podemos verificar tanto a monumentalização da cidade para atender um novo grupo social, a elite colonial, dado o seu novo estatuto tendo ascendido à condição de metrópole do Império Português, como também o crescimento territorial com expansão para novas áreas de ocupação. A planta de Waniek, por sua vez, está associada para além do reconhecimento geográfico da nova metrópole, ao florescimento da cultura, das artes e da ciência no Brasil, com o desenvolvimento das artes plásticas e das ciências naturais com o conhecimento promovido em nossas terras pela missão científica e artística austríaca.

## **Referências Bibliográficas**

### **Fontes primárias**

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1812, nº39, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20181&pesq=>. Acesso em: 30 set 2019.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 05 de maio de 1813, nº36, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20181&pesq=>. Acesso em: 30 set 2019.

PLANTA da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no anno de 1808: feliz e memorável epoca da sua chegada á dita cidade. Dirigida por A. C. Rivara, e gravado por P. S. F. Souto, Desenhada no R. A. Militar por J. A. dos Reis. [Rio de Janeiro]: Impressão Régia, 1812.

SOUTO, P. S. P. grav. metal. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**: da que se publicou em 1812. R. de Janº. [Rio de Janeiro: Impressão Régia], em 1817,

WANIEK, W. W. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**: reduzida da que se publicou no [sic] anno de 1812. Em 1817. Wien: Litographischen Institut, [ca. 1820].

### **Fontes secundárias**

ADONIAS, Isa. **Mapa**: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993, 1993.

ADONIAS, Isa. **Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Documentação, Mapoteca, 1966.

ADONIAS, Isa. **As peças raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty/MRE, 1956

CAPILÉ, Bruno. Apagando a natureza. O desaparecimento dos ecossistemas alagados nos mapas urbanos do Rio de

Janeiro. **Terra Brasilis (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**. 11, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/4306>. Acesso em: 27 set. 2019

CUNHA, Lygia da Fonseca. Thomas Ender, Catálogo de Desenhos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1968.

FERREZ, Gilberto (org.). **A muito leal e heroica, quatro séculos de expansão e evolução**. Rio de Janeiro: Banco Boavista S.A., 1965.

FIGUEIREDO, Cláudio Chagaset *al.* Avaliação dos diferentes métodos de transformação para georreferenciar documentos cartográficos de 1812 e 1906 do Rio de Janeiro. COFINS, Revista Franco-brasileira de Cartografia. Número 32, 2017.

GODOY, Vanesa Ferraz, MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SILVA, Alessandra Ferraz Godoy da... Cartografia Histórica e navegação virtual do centro do Rio de Janeiro. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1., 2011, Paraty. **Anais**[...]. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GODOY\\_VANESSA\\_F\\_ET\\_AL.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GODOY_VANESSA_F_ET_AL.pdf). Acesso em: 27 set. 2019

HOLANDA, Sergio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sergio Buarque de, org. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, vol.1. São Paulo: Difel, 1974.

INFORMAÇÃO e documentação: referências: NBR 6023. Segunda edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 28 set. 2019

IPANEMA, Rogéria de. História das imagens em repatrimonialização de acervos: o Tratado de Gravura do Arco do Cego. In: Simpósio Nacional de História, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434325661\\_ARQUIVO\\_2015-ANPUH-XXVIISIMPOSIONACIONALDEHISTORIA-ST-ARTEEPATRIMONIO-TEXTODEROGERIADEIPANEMA-HISTORIASDAIMAGEMEMREPATRIMONIALIZACAODEACERVOS.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434325661_ARQUIVO_2015-ANPUH-XXVIISIMPOSIONACIONALDEHISTORIA-ST-ARTEEPATRIMONIO-TEXTODEROGERIADEIPANEMA-HISTORIASDAIMAGEMEMREPATRIMONIALIZACAODEACERVOS.pdf). Acesso em: 27 set. 2019.

A LITOGRAFIA: (1796-hoje). In: **Tipografia**. Disponível em: <<http://www.tipografos.net/tecnologias/litografia.html>>. Acesso em: 27 set. 2019.

MAURÍLIO, Rafael Hoffmann. A importância da litografia para o desenvolvimento dos primeiros anos das artes gráficas no Brasil. In: Congresso Internacional de Pesquisa em Design, 5., 2009. **Anais** [...]. Disponível em: [https://www.rafaelhoffmann.com/textos/rafael\\_hoffmann\\_litografia.pdf](https://www.rafaelhoffmann.com/textos/rafael_hoffmann_litografia.pdf). Acesso em: 24 set. 2019

MIRANDA, Francisco Gonçalves de. **Memória histórica da Imprensa Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia brasiliana**. São Paulo: Edusp - Fapesp, 2010. 2 Vols.

SCHREIBERS, Karl Franz Anton von, ed. **Nachrichten von den kaiserl osterreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit. Aus den Amtsrelationen der K.K. Gesantschaft am hofe von Rio de Janeiro...**: aus den... Herr Karls v. Schreibers... Brunn : Bei Joseph Georg Trakler, 1820.

SCHREIBERS, Karl Franz Anton von. **Notícias dos naturalistas imperiais austríacos no Brasil e o resultado de suas atividades**. Tradução Lavínia Ribeiro da Fonseca. Revista do IHGB, Rio [de Janeiro], v. 283, p.191-254, 1969.

TEIXEIRA, Floriano Bicudo. As primeiras manifestações da gravura no Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.96, 1976. pp. 11-19.

Ilustrações:



Figura 1 - A Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, Gravada por Souto. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ex.4 (arquivo digital cart177686).

**NOTÍCIAS MARITIMAS.**

**ENTRADAS.**

**Dia 8 de Maio.** — Rio Grande; 12 dias; B. Careta; M. José da Costa Bastos, C. a Francisco José da Cunha, trigo, couros, e sebo. — Rio Grande; 12 dias; B. Caronte; M. José Joaquim de Sousa e Castro, C. a varios, trigo, carne, sebo, gracha, e pão do ar. — S. Sebastião; 4 dias; S. Santa Anna, e Lavre; M. José dos Anjos Gaia, C. ao M.; telha, tijolos, caffè, e feijão. — Rio Grande; 12 dias; S. Minerva; M. João Antonio de Freitas, C. a Antonio Caetano, carne, sebo, trigo, e couros. — Rio Grande; 11 dias; S. Santo Antonio Navegante; M. José Antonio Correa, C. a Antonio Luiz Gonçalves Vianna, carne, sebo, e couros. — Rio Grande; e escalla a Santos, e Santa Catharina; 26 dias; S. Santa Anna; M. Alexandre José Dias, C. a Manoel Moreira Lirio, artibada, seu destino era para Pernambuco, carne, e sebo.

**Dia 9 dito.** — Cananéa; 7 dias; L. S. João Viajante; M. Francisco Antonio Nobrega da Silva, C. a varios, cal, e arrôz.

**Dia 10 dito.** — Londres; 57 dias; G. Ingleza, London Packet; Cap. Guilherme Tornbill, C. a D. Anna Carneiro e Companhia, diferentes generos. — Baltimor; 42 dias; G. Americana, Borecebk; Cap. Jh. S. Fabesty, C. a L. F. Halkusan, sabos, e outros generos. — Babia; 28 dias; G. Portugueza, Ulisses; Cap. o 1.º Ten. Joaquim Ferreira, tabaco para a Fazenda Real. — Caravelas; 12 dias; B. N. S. dos Remedios; M. Antonio de Almeida, C. a Joaquim José de Siqueira, casca, e 1 escravo. — Laguna; 12 dias; S. Boa Sorte; M. José de Sousa Machado, C. ao M.; peixe, farinha, milho, feijão, e trigo. — N. B. A Galera Ingleza, George, que sahio no dia 8 do corrente, foi embargada pelo Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, entrou para dentro. — Rio Grande; 11 dias; S. Gloria; M. Miguel de Bastos; C. ao M.; carne, sebo, trigo, e couros.

**Dia 11 dito.** — Rio Grande; 14 dias; S. Sagarro; M. João Antonio, C. a José Alves Duarte, carne, couros, e sebo. — Rio de S. João; 3 dias; L. Bonança; M. Clemente Correa, C. ao M.; madeira.

**S A H I D A S.**

**Dia 8 dito.** — Lisboa; G. Ingleza George; Cap. Tho. S. Wilson, trigo, e arrôz.

**Dia 9 dito.** — Babia; G. Americana, Concor dia; Cap. Johnson, fatinha de trigo. — Campos; S. Voador; M. Antonio dos Santos Silva, lastro. — Rio Grande; escalla aos Portos do Sul, S. Minerva do Norte; M. Antonio Garcia de Miranda, lastro. — Santos; S. Santa Cruz; M. João Martins Nunes, vinho, fazendas e ferro. — Campos; S. Belizario; M. João José Simões, lastro. — Cabo Frio; L. S. Bento; M. Francisco José da Costa, lastro. — Rio de S. João; L. Conceição; M. José Maria de Almeida, lastro.

**Dia 10 dito.** — Bengalla; G. Condêça da Ponte; Cap. Antonio Rodrigues Pe soa, lastro. — Bengalla; G. D. Rodrigo; Cap. Sebastião Lopes Ramos, vinhos. — Cabo da Boa Esperança; B. Inglez, Comete; Cap. Funes Detbe, effectos do Brazil. — Babia; S. Brillante; M. Antonio Joaquim Bairão, carne, e sebo. — Santos; S. Maria José; M. José Ribeiro Satria, sal. — Rio de S. João; S. Santo Antonio; M. Antonio Francisco, lastro. — Rio de S. João; L. Santa Anna; M. José Alves, lastro. — Cabo Frio; L. S. José; M. José Carvalho, lastro. — Rio de S. João; L. Conceição; M. Felisberto da Silva, lastro.

**Dia 11 dito.** — Lisboa; G. Ingleza; George; Cap. Thomas Wilson, trigo, e arrôz. — Lisboa; G. Portugueza, Princesa Carlota; Cap. Francisco de Paula Rodrigues, generos do Paiz. — Bengalla; G. Rainha dos Anjos; Cap. João Lucio Buralho, vinho. — Campos; L. Bom Jesus; M. Antonio Joaquim, lastro.

**A V I S O S.**

Sahirão á luz: *Ensaio Moraes de Alexandre Pope, em Quatro Epistolas a diversas Pessoas, traduzidos em Portuguez pelo Conde de Aguiar, com as Notas de José Warton, e do Traductor.* Esta Obra em nada inferior á do *Ensaio sobre a Critica*, ainda mais correcta na edicção, alias elegantissima, em papel bastardo, 8. grande, se vende na loja de Paulo Martin filho (onde pelo mesmo preço se vende o *Ensaio sobre a Critica*) em Brochura a 2560 reis, encadernada 3200. E pelo mesmo preço, nas lojas de Manoel Forge da Silva na rua do Rozario, e na de José Antonio da Silva na rua Direita. — *Ensaio sobre o Estabelecimento de Bancos para o Progresso da Industria e Riqueza Nacional*; nas mesmas Casas, a 400 réis em papel 8 gr. — Duas Memorias a favor da Conservação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, huma intitulada: *Considerações Fundadas em Factos sobre a Extinção da Companhia do Porto*; e outra: *Additamento á Memoria sobre a Extinção da Companhia do Porto*; elegantemente impressas 8. gr. 480 réis. — *Memoria Economica sobre a Franqueza do Commercio dos Vinhos do Porto*; edição elegante 8. gr. por 400 réis.

*Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por Ordem de S. A. R. o Principe Regente N. S.; a 6400 reis.*

**RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA.**

Figura 2 - Anúncio de venda da Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 13 de maio de 1812. Biblioteca Nacional do Brasil.

**NOTÍCIAS MARIÍMAS.**

**ENTRADAS.**

**Dia 30 de Abril.** — Bahia; 25 dias; E. de Guerra, *Kalmuk*, Com. o 1.º Ten. Augusto José de Carvalho. — Dito; 23 dias; B. Imperador Feliz, M. João Dias de Carvalho, C. ao M. sal, amarras, e outros generos. — Angola; 21 dias; C. Amizade, M. Felis José dos Santos, C. a João Gomes Valle, escravos. — Parati; 5 dias; L. S. Martires, M. Carlos José, C. ao M. agoardente, e fumo. — Rio de S. Francisco do Sul; 9 dias; L. Vencedor, M. Custodio José de Arango, C. a Manoel José Chaves, madeira, e farinha. — S. Sebastião; 3 dias; L. Santa Anna, M. José Ribeiro, C. ao M. telha, farinha, e feijão.

**Dia 1.º de Maio.** — Rio Grande; 12 dias; B. Piedade, M. Antonio Petra Birancourt, C. a Francisco Xavier Pires, couros, e trigo. — Dito; 11 dias; S. Nova Amizade, M. Antonio Lopes da Rocha, C. a Miguel Ferreira Gomes, trigo, carne, couros, e sebo. — Monte Videu; 21 dias; B. Hespahol, La Fama, M. João José, C. ao M. vinho, vinagre, e outros generos. — S. Mathews; 13 dias; H. Rio Lima, M. Diogo Gomes dos Santos, C. a Gaspar Danvas Coelho, farinha. — Pernambuco; 33 dias; B. Aurora, M. Ignacio Manoel Gomes, C. a João Gomes Valle, sal. — Campos; 16 dias; L. Fiva Maria, M. Miguel Gonçalves, C. ao M. agoardente, e mel.

**Dia 2.** — Cabinda; 61 dias; B. Protector, M. Gregorio José Ribeiro, C. a Francisco José Guimarães, escravos. — Dito; 62 dias; B. Pombo, M. Maximiliano José das Neves, C. a Manoel José das Neves, escravos. — Pernambuco; 32 dias; S. N. S. da Penha; M. Luiz Ribeiro Peixoto, C. a Francisco Xavier Pereira, sal, e fazendas, segue para o Rio Grande.

**Dia 3.** — Rio Grande; S. S. Lourenço, M. Manoel José da Silva, C. ao M. sebo, carne, e outros. — Lisbon; 27 dias; B. Marquez de Torres Pedras, C. a João Martins Barrozo, sal, vinho, e varios generos.

**S A H I D A S.**

**Dia 30 de Abril.** — Santa Catharina; B. Atliciano, M. José Ribeiro Alves, lastro.

**Dia 1.º de Maio.** — Cabinda; B. Trajano, M. Manoel Fernandes Roza, agoardente, e fazendas. — Parati; L. N. S. da Conceição, M. Antonio Balbazar de Souza, lastro. — Ilha Grande; L. Santa Anna, M. José Francisco Pantalão, lastro.

**Dia 2.** — Porto; G. Hercules, Com. o Cap. Ten. Bernardino Pedro de Arango, effeitos do paiz.

**Dia 3.** — Nao Ingleza, Montague. — Lisboa; N. Conde das Gaiéas, M. Antonio da Fonseca Roza, generos do paiz. — Dito; G. Imperador da America, M. Miguel Theotonio, diferentes generos.

---

**A V I S O S.**

Na loja de Paulo Martin, filho, na rua da Quitanda N.º 34, se acha a Planta da Cidade do Rio de Janeiro, mandada levantar e publicar por ordem de S. A. R. Seu preço 6400 réis.

Na mesma loja se acha de venda Obras de F. de B. Garção Stockler, Secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo 1.º, impresso por ordem, e debaixo do privilegio da mesma Academia no anno de 1805. Vende-se por 960 brochado.

Hum sujeito, que se retira brevemente desta Cidade, tem para vender hum bom preto ladino, moço, de boa presença, com officio de pedreiro, e que teve algumas lições de boléa. Quem quizer entrar em ajuste, póde dirigir-se á casa do Físico Mór da Armada Real N.º 133 na rua do Alecrim, ou á casa de Joaquim Pires, telojoeiro do Principe, na rua dos Pescadores.

Vende-se humca caza terrea com muito fundo, na rua da Ajuda, N.º 34. Quem a quizer comprar dirija-se a Manoel Anjo Deschamps, rua derraz do Caetano N.º 21, ou na rua do Sabão N.º 128.

Quem quizer comprar onze moradas de cazas, que occupão vinte braças e quatro palmos de frente, e trinta e quatro palmos de fundo, muito bem edificadas, com todos os commodos necessarios, fortadas e assoalhadas, que pagão de foro 250600 por anno ás Religiosas do Convento de N. S. da Ajuda, encostadas ao dito Convento com frente para o mar; das quaes estão já acabadas, e 7 alugadas a 80320 por mez, ou todas juntas ou separadamente, dirija-se á rua da Misericordia, em hum sobrado N.º 16, quasi defronte da Igreja de S. José, das 7 até ás 9 horas da manhã.

Em o dia 24 do corrente mez desapareceu de caza de José Manoel Caetano da Silva, morado na rua de S. José, em o sobrado N.º 13, humca preta nova com hum vestido de chica azul, calva quem a tiver, póde leva-la á dita caza, e receberá seu premio.

Vendem-se tres quartos da Fluctuante dos banhos: quem os quizer comprar, falle com José Domingues, rua do Fogo N.º 9.

Vende-se o Bergantim Carera de 142 praças vindo proximoamente do Rio Grande. Quem o quizer comprar falle com João José da Cunha na rua da Alfandega N.º 13.

---

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA. 1813.

Figura 3 - Anúncio de venda da Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1812, publicado na Gazeta do Rio de Janeiro de 05 de maio de 1813. Biblioteca Nacional do Brasil.

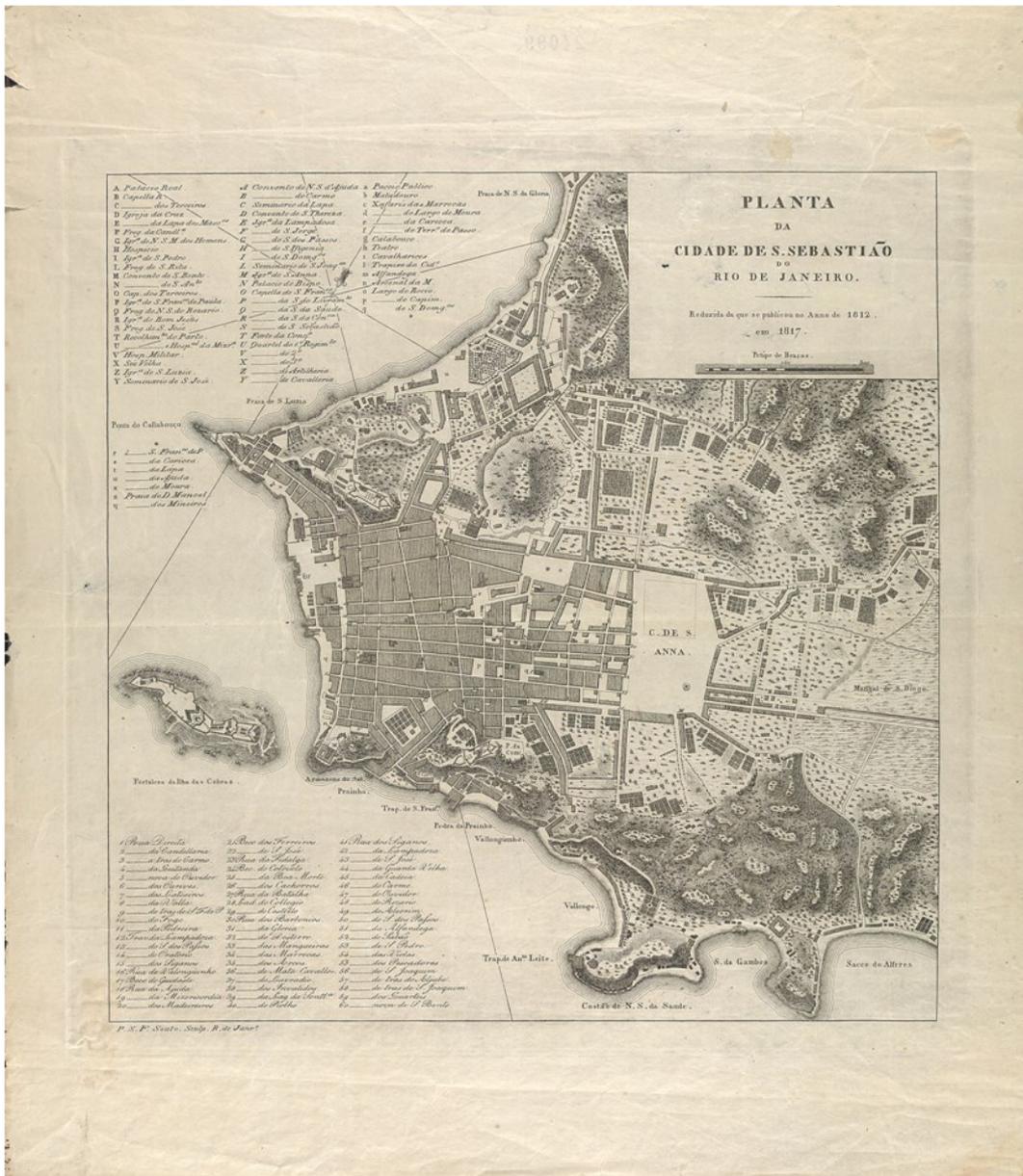


Figura 4 - Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, reduzida da de 1812, gravado por Souto. Biblioteca Nacional de Portugal (arquivo digital <http://purl.pt/897/2/>).

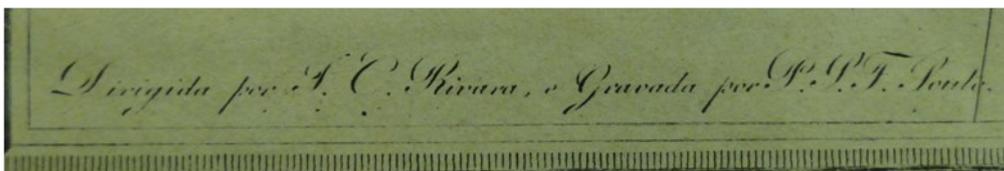


Figura 5 - Assinatura de P. S. F. Souto na planta gravada em 1812.

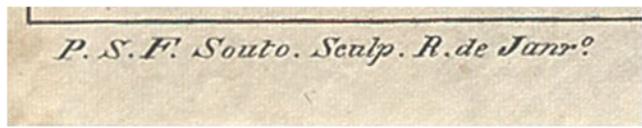


Figura 6 - Assinatura de P.S.F. Souto na planta reduzida de 1817.



Figura 7 - Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1817, gravada por Waniek. Fundação Biblioteca Nacional (arquivo digital cart1561783).

Variações nas medidas das plantas apresentadas

Planta	Medidas
Souto, P. S. F. 1812	92 cm x 123 cm
Souto, P. S. F. 1817	29,20x28,40 cm em folha de 41,30x35,40 cm
Waniek, W. W.	29,8 x 28,90 cm em folha de 39,5 x 35,5 cm



## A propósito do mercado de levantamentos cartográficos urbanos no Portugal oitocentista (Chaves, 1881)

Mário Gonçalves Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
mgfern@letras.up.pt

### Resumo:

Em 2011, em texto do catálogo de exposição sobre a “A Planta Topográfica da Cidade do Porto”, de A. G. Telles Ferreira (1892) onde se delineava um retrato da cartografia urbana contemporânea, com especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirmou-se que, na segunda metade do século XIX, “a impossibilidade de resposta dos serviços geodésicos do Estado às crescentes necessidades de cartografia por parte das câmaras municipais, permitiu que começasse a esboçar-se um pequeno mercado para a elaboração de levantamentos cartográficos” (FERNANDES, 2011, p. 9).

Em 2019, procurando motivo ou objeto para comunicar, ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, assunto que envolvesse a cidade de Chaves, topou-se, no Arquivo Histórico Municipal de Chaves, com singelo documento que, embora aparentemente sem importância, remetia para aquela afirmação, contribuindo, qual peça de puzzle, para a consolidação de um discurso sobre a história da cartografia urbana e do planeamento urbano em Portugal.

Trata-se de documentação datada de Lisboa e de 1881, composta por uma missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves e acompanhada por uma “Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000”, cuja existência comprova e simboliza a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria. Com a explicitação de factos e circunstâncias pretende-se contribuir para a história da cartografia urbana em Portugal.

### Palavras-chave:

Cartografia urbana histórica, urbanismo, planeamento urbano, Chaves.

### Abstract:

In 2011, in text from the exhibition catalog on “The Topographic Plan of the City of Porto”, by A. G. Telles Ferreira (1892), where a portrait of contemporary urban cartography was outlined, with special emphasis on the second half of the 19th century and first decades of the twentieth century, it was stated that, in the second half of the nineteenth century, “the impossibility of the State’s geodetic services to respond to the growing needs of cartography on the part of the city councils, allowed a small market to begin to be outlined for the elaboration of cartographic surveys” (FERNANDES, 2011, p. 9). In 2019, looking for a reason or object to communicate, at the VIII Luso-Brazilian Symposium on Historical Cartography, a subject that involved the city of Chaves, he found himself in the Municipal Historical Archive of Chaves with a simple document that, although apparently unimportant, sent to that statement, contributing, as a puzzle piece, to the consolidation of a discourse on the history of urban cartography and urban planning in Portugal. This is documentation dated from Lisbon and 1881, composed of a letter, addressed to the Mayor of Chaves and accompanied by a “Plan of the City of Chaves at 1 / 10.000”, whose existence proves and symbolizes the existence of a market for urban cartographic survey services, developed in the context of the existence of human resources with technical capacity (with military engineers since the 18th century and Manoel de Azevedo Fortes and with civil engineers from the polytechnic schools of Lisbon and Porto, created in 1837) and of the need recognized by the city councils to undertake urban improvements, either because the reality required it, or because the legislation required and/or suggested it. The explanation of facts and circumstances is intended to contribute to the history of urban cartography in Portugal.

### Keywords:

historical urban cartography, urbanism, urban planning, Chaves

Em 2011, em texto redigido para o catálogo da exposição “A Planta Topográfica da Cidade do Porto: Cartografia e Urbanismo”, integrada no IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica (IV.SLBCH), onde se delineou um retrato da cartografia urbana contemporânea, com especial incidência na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, afirmamos, a dado passo, o seguinte:

“A impossibilidade de resposta dos serviços geodésicos do Estado às crescentes necessidades de cartografia por parte das câmaras municipais, permitiu que começasse a esboçar-se um pequeno mercado para a elaboração de levantamentos cartográficos, onde não falta alguma competição, personificada nas concretizações e nas disputas, conhecidas, envolvendo Augusto Gerardo Teles Ferreira, por um lado, e Carlos Pezerat, João Goullard e Francisco Goullard, pelo outro. O primeiro elaborou as plantas de Viana do Castelo e do Porto e candidatou-se à elaboração da planta de Braga, onde perdeu para os segundos que, em conjunto ou individualmente, elaboraram a de Lisboa, tendo ainda ganho e concretizado as de Coimbra e de Braga, mas sendo relegados nas tentativas para elaborar a do Porto.” (FERNANDES, 2011, p. 9).

Em 2019, procurando motivo ou objeto para comunicar ao VIII.SLBCH assunto que envolvesse a cidade de Chaves, topamos, no Arquivo Histórico Municipal de Chaves (agora devidamente acondicionado, embora a necessitar de cuidados empenhados de tratamento arquivístico e documental), com um singelo documento que, como minúsculo ponto de luz e parecendo sem importância, confirma aquela afirmação e contribui, qual peça de puzzle, para a consolidação de um discurso sobre a história da cartografia urbana e do planeamento urbano em Portugal.

Trata-se de documentação datada de Lisboa e de 1881, composta por uma missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves e acompanhada por uma “Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000”, cujo propósito se consubstanciava numa “Proposta à Ex<sup>a</sup> Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade”. A missiva era assinada pelo Geometro topographo Francisque Goullard e pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, sendo presidente do município flaviense Joze Antunes Guerreiro, como grafado na missiva, o qual, segundo a mesma, teria “manifestado o desejo de receber uma proposta minha [de Carlos de Pezerat] para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade”.

Pela leitura da missiva de Carlos de Pezerat descobre-se um texto com um conjunto de argumentos que aparenta ser uma mescla de publicitação de serviços com uma resposta a quem eventualmente solicitara um orçamento. Atente-se, por exemplo, na referência à divulgação de obra feita com a referência à elaboração da planta de Lisboa (1856/58) e da planta de Coimbra (1874), não constando a referência à de Braga (1884) por razões óbvias. Naturalmente, tenta-se convencer o cliente com alguns sublinhados de uma cartilha que, na época, se ia consolidando:

“A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d’uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d’ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível.  
O Município que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria só, sem curvas de nível, não é suficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para encanamentos d'água ou d'esgotos."

As vantagens e as economias que um Município deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrifício deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante."

No entanto, revelando algumas limitações de conhecimento da realidade flaviense, ambos os elementos, missiva e planta, apresentam evidentes fragilidades, desde logo porque, apesar da manifesta repetição do termo "cidade", Chaves ainda era uma vila em 1881, apenas adquirindo o título de cidade em 1929. Depois, e principalmente, pela equívoca decisão dos proponentes em relação à área a levantar e a cartografar, expressa na "delimitação da área fixada na proposta" (ver título da planta) e no 2º artigo das condições "A planta completa compreenderá a área delimitada pela faixa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta". De facto, é surpreendente que, à época, se proponha uma área a cartografar cuja delimitação está referenciada, de forma simplista, por duas linhas de água (o Rio Tâmega e o Ribeiro de Ribelas), deixando de fora o Forte de S. Neutel, a Capela do Calvário e o pequeno arrabalde de Stº Amaro e, principalmente, o hornaveque da Madalena, erroneamente identificado na planta como "Forte".

Estes equívocos parecem denunciar que os proponentes não conheciam *in-loco* o aglomerado flaviense, o que concorre com a grande probabilidade de a simplificada "Planta da Cidade de Chaves" (anexa à missiva) ter sido elaborada a partir de alguma das plantas militares da Praça de Chaves, datadas de finais do século XVIII ou de inícios do século XIX (por exemplo a de 1797 ou a de 1801 – ver FERNANDES, 2002, Vol. II, p. 68; 2005, pp. 379-380) existentes nos arquivos militares de Lisboa.

É provável que não tenha sido pela demonstração de desconhecimento dos proponentes em relação à realidade urbana flaviense que José Antunes Guerreiro, o presidente da câmara, não terá dado continuidade e, ao que sabemos até agora, nem respondido oficialmente, à proposta de Carlos de Pezerat. A descontinuidade do processo pode, com maior probabilidade, estar relacionada com outras razões, nomeadamente: por se tratar de uma cartografia que, como a de Lisboa – "A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa" - não era cadastral; pelo preço apresentado que significava um encargo significativo para o erário camarário que nunca tinha orçamentado para cartografia, nem orçamentou até à Primeira República, valores anuais tão substanciais; porque, afinal, estava demorada a criação das circunstâncias e condições que permitiriam a promoção dos melhoramentos urbanos ansiados, ou seja, a concretização da "concessão e entrega das muralhas e fossos à Câmara de Chaves, anunciada pelo General Comandante da Subdivisão Militar de Chaves" (AIRES, 2000, p. 53), em 1881, mas só confirmada definitivamente em 1887, com todas as plantas a serem aprovadas e seladas apenas em 1906 (FERNANDES, 2005, pp. 126-127).

António José Antunes Guerreiro foi deputado, Par do Reino e presidente da Câmara Municipal de Chaves na maior parte dos anos da década de 1878 e 1888, durante os quais desenvolveu esforços no sentido da posse de parte das "muralhas e fossos" das fortificações militares setecentistas, visando desenvolver uma estratégia de melhoramentos urbanos no âmbito da qual se justificava a elaboração de uma planta rigorosa da aglomeração urbana. Tendo falecido em finais de 1888 (AIRES, 2000, p. 71), testemunhou a passagem das fortificações para a posse do município e de-

envolveu alguns melhoramentos sob o “risco” do Engenheiro Militar Augusto Xavier Teixeira (FERNANDES, 2005, pp.39-40), com cujo apoio foi mitigando e adiando a necessidade do levantamento cartográfico da vila.

Para compreender a dificuldade e talvez alguma relutância em empreender a elaboração da cartografia geral da vila, note-se que o valor orçamentado, em 1881, pelo Engenheiro Civil Carlos de Pezerat, perfazendo um total de 1.210\$000 reis, representava no orçamento municipal anual (25.382\$469 reis para o ano económico de 1881) cerca de 4,77%, ou seja, um valor excessivo se recordarmos que as verbas orçamentadas pelos municípios, para cartografia, na segunda metade de oitocentos, raramente ultrapassavam os 400\$000 reis e quando pesavam entre 2 ou 3% referiam-se às tentativas de fazer levantar a *Planta Geral da Vila* ou a *Planta Geral da Cidade* (FERNANDES, 2005, pp. 48 e 331).

No caso do município de Chaves, as intenções de elaboração de cartografia geral da sede municipal, verificáveis pelos orçamentos anuais (disponíveis aos investigadores em 2000), aconteceram em 1888 e 1889, depois da já referida concessão definitiva das muralhas e fossos à Câmara Municipal, e em 1904, quando se sabia que iriam ser subscritas as plantas que definitivamente o confirmavam. Naturalmente, também se encontram referências a outros valores orçamentados a obras municipais:

- 1867/68: “Pagamento a Antonio Jose Domingos, apontador de obras deste municipio, importancia de oito kilogramas de rapé para oferecer ao Engenheiro Francisco Joaquim da Palma Silva Reis, em rasão de se ter prestado gratuitamente a levantar a planta e fazer orçamento para as obras municipaes”;
- 1868/69: “Pagamento a Bartolomeu Achilles Dejante, engenheiro civil, que veio de Lisboa a Vidago para examinar as águas minerais, levantar plantas e fazer orçamentos das obras para melhorar aquele estabelecimento”;
- 1869/70: “Gratificação a Julio Cezar Augusto Guedes, por levantar plantas e dirigir diferentes obras do municipio”;
- 1870/71: “Gratificação a engenheiros pelo serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível em terrenos para diferentes obras que a Câmara deseja levar a efeito para melhoramento e aformoseamento desta Villa, compreendendo a formação de um cemiterio municipal, calcetamento de ruas, etc.”;
- 1871/72: “Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível”;
- 1885: “Pagamento da copia d'uma planta do projectado cemiterio desta Villa, extrahida por Domingos José Lopes Barros, de Villa Real”, o restante é, como até aqui, para “Gratificação a Engenheiros ou pessoas praticas no serviço de levantar plantas e tirar cotas de nível para obras municipais”;
- 1888: **“Para levantamento da planta geral desta Villa”** (350\$000 reis); o total orçamentado para cartografia foram 890\$000 reis **(correspondente a 2,6% do total da despesa orçamentada para este ano)**;
- 1889: Capítulo específico para “Pessoal tecnico”, onde se orçamenta a “Gratificação a um engenheiro pelo serviço de levantar plantas e fazer orçamentos para obras municipais e fiscalização das mesmas”; **o valor orçamentado foi de 540\$000 reis (correspondente a 1,4% do total da despesa orçamentada para este ano)**;
- 1904: **“Para levantamento das plantas desta Villa a fim de sobre a mesma traçar alinhamentos das ruas e orientar os melhoramentos do saneamento e aformoseamento”** (600\$000 reis).  
(FERNANDES, 2005, pp. 344-347)

Apesar de tudo, foi necessário esperar pela Primeira República para se encontrar uma “Planta Topográfica da Villa de Chaves”, ou melhor, para que se encontrassem extensas referências à dita, elaborada em 1915/16, cujo atribulado pro-

cesso se descreveu, a partir das actas municipais, existindo provas de que foi executada e enviada à Câmara Municipal de Chaves, mas da qual se desconhece qualquer exemplar (FERNANDES, 2005, pp. 52-53). Apesar da extensão, no contexto desta comunicação e numa fase em que o Arquivo Histórico Municipal de Chaves melhora paulatinamente as suas condições de investigação, não conseguimos evitar transcrever o testemunho que decorreu da investigação:

“Procuramos incessantemente qualquer folha das 21, pelo menos, que a planta possuía. Não existem espólios pessoais, quer do engenheiro José Vitorino Damásio (seu autor) quer do engenheiro Mário José Filgueiras. Tentamos localizar, sem sucesso, o processo administrativo intentado contra Nicolau Mesquita que fora presidente da câmara na década de 1920 e com o qual trabalhou o engenheiro Mário Filgueiras, que conterà ao que sabemos pela informação da publicação da defesa (Hermenegildo da Costa PINTO, 1931) alguns documentos cartográficos. Nesta publicação (pág. 57) refere-se que desapareceram, para criar dificuldades a Nicolau Mesquita, muitos documentos municipais, *antigos e modernos*, podendo estar aqui parte da explicação. O zelador do Arquivo Histórico Municipal de Chaves nunca ouviu falar em tal planta. Resta-nos, apesar de tudo, uma possibilidade: o Arquivo Histórico Municipal de Chaves não está completamente organizado e não existe qualquer catalogação, restando muita documentação por identificar, pelo que, talvez um dia se descubra algum vestígio da planta topográfica de Chaves, de 1915/16. Para já, resta-nos a Planta da vila de Chaves (ca. 1921), que poderá ter sido desenhada a partir da de 1916.” (FERNANDES, 2005, p. 197, Nota 133).

Curiosamente, a planta que desconhecemos, de 1915/16, existiu e terá contribuído para servir de base aos projetos de melhoramentos traçados pelo Eng<sup>o</sup> Mário Filgueiras, que de facto aconteceram na Chaves da década de 1920, culminando um processo iniciado por volta de 1881, quando, enquadrada pelo Dec-Lei de 31 de Dezembro de 1864 (sobre a polícia de estradas e os Planos de Melhoramentos) e instigada pela possibilidade de posse das fortificações abaluartadas, a Câmara Municipal de Chaves decidiu tratar de abrir e arejar o aglomerado urbano, para o que terá ponderado a elaboração de uma planta que nunca existiu.

Voltando a ambas, missiva e planta anexa de Carlos de Pezerat, importa sublinhar o seu interesse e pertinência, pois, entre outros aspetos, comprovam e simbolizam a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria.

Curiosamente, a planta que desconhecemos, de 1915/16, existiu e terá contribuído para servir de base aos projetos de melhoramentos traçados pelo Eng<sup>o</sup> Mário Filgueiras, que de facto aconteceram na Chaves da década de 1920, culminando um processo iniciado por volta de 1881, quando, enquadrada pelo Dec-Lei de 31 de Dezembro de 1864 (sobre a polícia de estradas e os Planos de Melhoramentos) e instigada pela possibilidade de posse das fortificações abaluartadas, a Câmara Municipal de Chaves decidiu tratar de abrir e arejar o aglomerado urbano, para o que terá ponderado a elaboração de uma planta que nunca existiu.

Voltando a ambas, missiva e planta anexa de Carlos de Pezerat, importa sublinhar o seu interesse e pertinência, pois, entre outros aspetos, comprovam e simbolizam a existência de um mercado de serviços de levantamentos cartográficos

cos urbanos, desenvolvido num contexto de existência de recursos humanos com capacidade técnica (com engenheiros militares desde o século XVIII e Manoel de Azevedo Fortes e com engenheiros civis desde as escolas politécnicas de Lisboa e Porto, criadas em 1837) e de necessidade reconhecida pelas câmaras municipais em empreender melhoramentos urbanos, quer porque a realidade o exigia, quer porque a legislação o obrigava e/ou sugeria.

### Anexo

“Proposta à Ex<sup>a</sup> Camara Municipal da Cidade de Chaves, para factura por empreitada da Planta a grande escala da mesma Cidade. (Documento junto Planta da Cidade de Chaves a 1/10.000)

Illm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr José Antunes Guerreiro, Digm<sup>o</sup> Presidente da Camara Municipal de Chaves.

III<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. Presidente,

Tendo V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topográfica e do nivelamento da Cidade de Chaves, por conta do Município da mesma Cidade, apreço-me em dirigir a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> as condições com as quaes promptifico me a executar estes trabalhos, para elaboração doas quaes me associei com o meu cunhado o Snr. Francisco Goullard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d’uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d’ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nível.

O Município que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria só, sem curvas de nível, não é sufficiente para o traçado de novas ruas, rectificações d’alinhamentos, nem para encanamentos d’água ou d’esgotos.

As vantagens e as economias que um Município deve auferir d’uma planta bem elaborada, são tantas que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realizar um resultado tam importante.

Os abaixo assignados, Carlos Pezerat, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometro topográfico, tendo já executado a planta topográfica da Cidade de Lisboa para a Repartição Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, veem respeitosamente propor á Exm<sup>a</sup> Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topográfica da mesma Cidade, nas condições seguintes:

1<sup>o</sup> - A planta será na escala de um por quinhentos (1 por 500) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitação da planta de Lisboa.

2<sup>o</sup> - A planta completa comprehenderá a área delimitada pela faixa cór de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta.

3<sup>o</sup> - O nivelamento das ruas designará as cotas referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Exm<sup>a</sup> Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.

4<sup>o</sup> - O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões será determinado por meio de curvas de nível estabelecidas de dois em dois metros de altitude.

5<sup>o</sup> - As dimensões das folhas da planta serão fixadas pelo Município.

6<sup>o</sup> - Os preços em globo serão os seguintes:

a – Para a planimetria, triangulação e desenho, para toda a área acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870\$000)

b – Para o nivelamento, cento e setenta mil reis (Reis 170\$000)

c – Para as curvas de nível, cento e setenta mil reis (Reis 170\$000)

Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis (Reis 1:210\$000)

7<sup>o</sup> - Os pagamentos serão mensais, na importância de cento e oitenta mil reis (Reis 180\$000) por mez, começando no fim do primeiro mez dos trabalhos e continuando sem interrupções até o saldo completo.

8<sup>o</sup> - A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos.

Na esperança de sermos honrados com uma resposta favorável aceitando esta nossa proposta, asseguramos-nos, com a mais alta consideração e respeito.

De V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

Muito Att<sup>os</sup> Vener<sup>os</sup> e Cr<sup>os</sup> Obr<sup>os</sup>

O Geometro topographo Francisque Goullard

Calçada de St<sup>a</sup> Anna, 147

O Engenheiro Civil Carlos de Pezerat

323, calçada do Salitre

Nota – No caso que a área fixada na presente proposta não seja sufficiente comprometemos-nos a executar o excedente determinado pela Exm<sup>a</sup> Camara Municipal por preços proporcionaes.

Carlos de Pezerat

Proposta à Ex.<sup>a</sup> Camara Municipal da Cidade de  
Chaves, para a factura por empreitada da Planta a grande escala  
da mesma Cidade.

Documento junto  
Planta da Cidade  
Chaves a 1/50.000

M.<sup>mo</sup> e C.<sup>mo</sup> Sur. José Antonio Guerreiro, Dig.<sup>mo</sup>  
Presidente da Camara Municipal de Chaves.

M.<sup>mo</sup> e C.<sup>mo</sup> Sur. Presidente,

Tendo V.<sup>o</sup> C.<sup>a</sup> manifestado o desejo de receber uma proposta minha para a factura, por empreitada e por um preço em globo, da planta topographica e do nivelamento da cidade de Chaves, por conta do Municipio da mesma Cidade, affresco-me em dirigir à V.<sup>o</sup> C.<sup>a</sup> as condições com as quaes promptifico-me a executar estes trabalhos, para elaboração dos quizes me associei com o meu cunhado o Sur. Francisco Goulhard, author da planta da Cidade de Coimbra.

A base de todos os projectos, estudos e melhoramentos d'uma cidade é a planta rigorosa e detalhada d'ella, mostrando não somente a planimetria em grande escala, assim como o relevo do terreno por meio de curvas de nivel.

O Municipio que não possui semelhante planta, não pode estudar convenientemente os melhoramentos que projecta.

A planimetria so, sem curvas de nivel, não é sufficiente para o tracado de novas ruas, rectificações d'alinhamentos, nem para os encanamentos d'agua ou d'esgotos.

As vantagens e as economias que um Municipio deve auferir d'uma planta bem elaborada, são tantas.

que nenhum sacrificio deve custar-lhe para realisar um resultado tam importante.

Os abauis assignados, Carlos de Pezerak, engenheiro civil e Francisco Goullard, geometra topographico, tendo ja executado a planta topographica da Cidade de Lisboa para a Reparticao Geodesica do Reino e para a Camara Municipal da mesma Cidade, veem respectivamente propor à Ex.<sup>ma</sup> Camara Municipal da Cidade de Chaves, executar a planta topographica da mesma Cidade, nas condicoes seguintes:

- 1.<sup>o</sup>— A planta sera' na escala de um por quinhentos (1/500.) mostrando os detalhes exteriores e interiores dos quarteirões, a imitacao da planta de Lisboa.
- 2.<sup>o</sup>— A planta completa comprehendera' a area delimitada pela faixa cor de roza da pequena planta que juntamos a presente proposta.
- 3.<sup>o</sup>— O nivelamento das ruas designara' as cotas, referidas a um ponto qualquer da Cidade, determinado pela Ex.<sup>ma</sup> Camara; Serão as cotas marcadas a tinta nas esquinas das ruas assim como na planta.
- 4.<sup>o</sup>— O relevo do terreno, tanto nas ruas como nos quarteirões sera' determinado por meio de curvas de nivel estabelecidas de dois em dois metros d'altitude.
- 5.<sup>o</sup>— As dimensoes das folhas da planta serao' fixadas pela Municipalidade.
- 6.<sup>o</sup>— Os preços em globo serao' os seguintes:
  - a — Para a planimetria, triangulacao e desenho, para toda a area acima designada, Oito centos e setenta mil reis, (Reis 870 \$ 000.)

b - Para o nivelamento, cento e setenta mil reis. (Reis 170\$000.)

c - Para as curvas de nivel, cento e setenta mil reis. (Reis 170\$000.)

Total geral Um conto, duzentos e dez mil reis. (Reis 1.210\$000.)

7º - Os pagamentos serão mensaes, na importancia de cento e oitenta mil reis (Reis 180\$000.) por mez, começando no fim do primeiro mez dos trabalhos e continuando sem interrupção até o saldo completo.

8º - A planta deverá ser completamente terminada no prazo de seis mezes (6 mezes) da data do começo dos trabalhos.

Na esperança de sermos honrados com uma resposta favoravel accetando esta nossa proposta, assignamos-nos, com a mais alta consideração e respeito,

De V.º E.º cia.

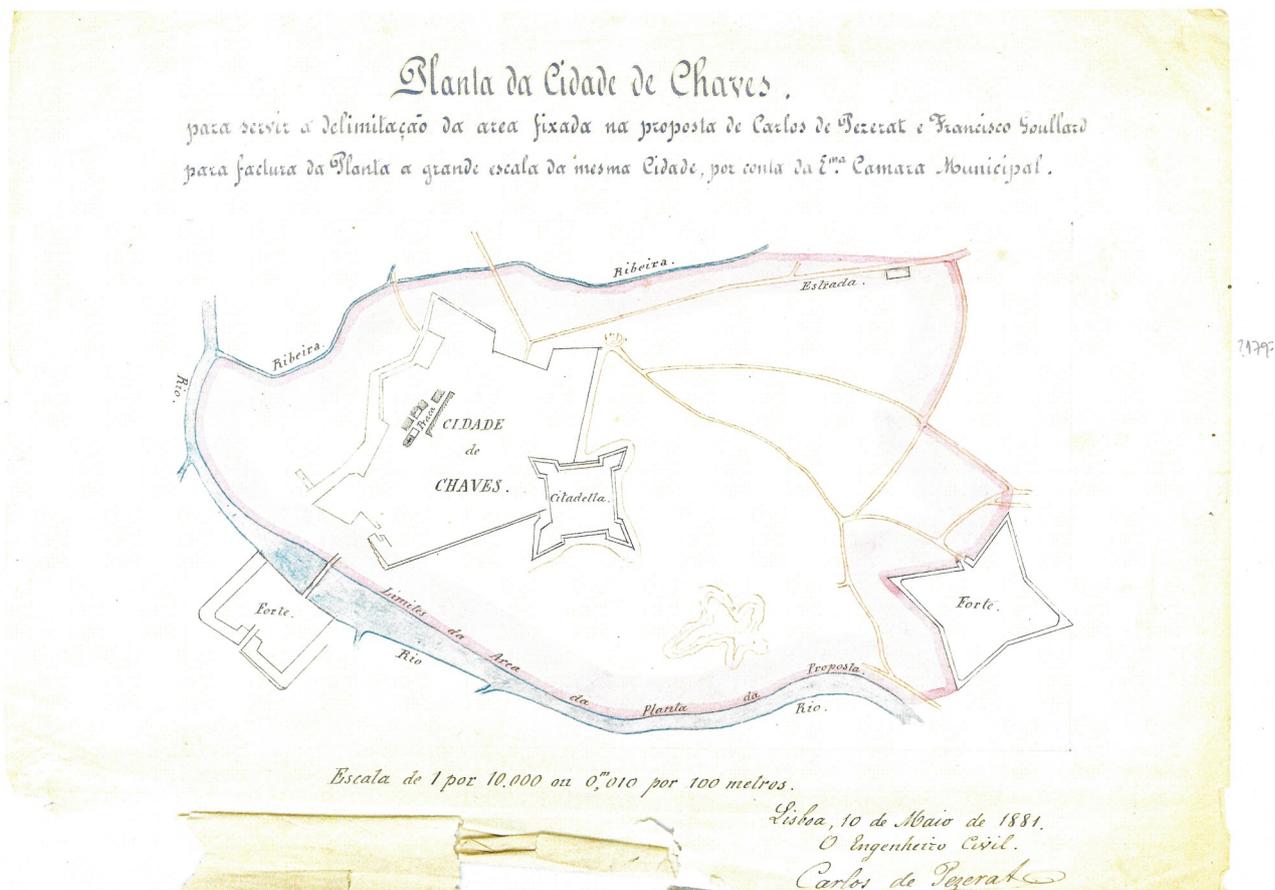
Lisboa, aos 10 de Maio de 1881.

O Geometra topographo,  
François Gonllard  
Calçada de S.ª Anna, 147

Muito Att.º Vener.º e Cr.º Ob.º  
O Engenheiro Civil,  
Carlos de Pezerat  
323, calçada do Salitre.

Nota - No caso que a area fixada na presente proposta não seja sufficiente comprometemos-nos a executar o excedente determinado pela E.ª<sup>m</sup> Camara Municipal por preços proporcionaes.

Carlos de Pezerat



### Bibliografia referida

AIRES, Firmino, *Incursões autárquicas*, Vila Real, Edição Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2000.

FERNANDES, Mário G., "A Carta Topographica da Cidade do Porto entre a cartografia e o urbanismo português", in BRAGA, Maria Helena e FERNANDES, Mário (Coord., 2011), *A Planta da Cidade do Porto no século XIX: cartografia e urbanismo*. Catálogo, Porto, Câmara Municipal do Porto e FLUP, p. 7-13, 2011.

FERNANDES, Mário G. (coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): Cartografia, Cultura e Urbanismo*, Porto, GEDES e Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal*. Porto, FAUP Publicações, 2005.

FERNANDES, Mário G., *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança), 1852-1926*, Porto, FLUP, 2 vols., tese de doutoramento (policopiado), 2002.

FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Portuguez*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728: Tomo Primeiro; 1729: Tomo Segundo.

## A cartografia Urbana da Província d'Entre Douro e Minho, em meados do século XVIII: a urbivisão de Braga de André Soares

**Luís Miguel Moreira**

Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa  
Immgeo@gmail.com

**Miguel Sopas Bandeira**

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
sopasbandeira@gmail.com

### Resumo:

A cartografia urbana portuguesa conheceu um grande impulso a partir da Guerra da Restauração (1640-1668). Para tal, muito contribuiu a institucionalização do ensino da engenharia militar não só na Academia Militar da Corte, mas, também, nas "Aulas" de fortificação lecionadas nas Províncias. Na Província de Entre Douro e Minho, convertida num dos teatros de guerra com Espanha, deu-se início à construção de uma linha fortificada capaz de assegurar a defesa da fronteira, o que pressupôs a realização de vários levantamentos topográficos e corográficos, incluindo os espaços urbanos requalificados e adaptados às novas necessidades defensivas. Como expressão máxima de toda esta atividade, são conhecidos alguns "álbuns" cartográficos que fixaram a imagem do espaço urbano de algumas das mais importantes povoações litorais e fronteiriças desta Província.

Foi neste contexto regional que foi composto o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, datado de ca. de 1756. Aquilo que torna esta planta especial é facto de não ter servido os interesses militares, mas antes, os eclesiásticos e civis, dado que Braga já não tinha, à época, relevância estratégica no plano defensivo militar.

Neste trabalho, pretende-se apresentar a planta urbana de Braga de André Soares, simultaneamente no contexto regional da evolução da cartografia urbana e no contexto específico da representação da cidade arcebispal. Assim, para além da análise interna do documento, que inclui uma análise cartométrica, será desenvolvida uma comparação entre diferentes plantas urbanas da época, de forma a estabelecerem-se semelhanças e dissonâncias de perspetivas na figuração do espaço urbano, assim como, as técnicas utilizadas, a teoria e a prática dos autores e os objetivos que presidiram à elaboração de cada um dos documentos selecionados.

### Palavras Chave:

Cartografia urbana; Planta de Braga; André Soares; Cartografia de Entre Douro e Minho

### Abstract:

Portuguese urban cartography experienced a major boost from the Restoration War (1640-1668). To this end, much contributed to the institutionalization of the teaching of military engineering not only in the Military Academy of the Court, but also in the Provinces. In the Entre Douro e Minho province, converted into one of the theatres of war with Spain, began the construction of a fortified line capable of ensuring the defense of the border, which required several topographic and chorographic surveys, including urban spaces, requalified and adapted to new defensive needs. As a maximum expression of all this activity, there are some cartographic "albums" that set the image of the urban space of some of the most important coastal and border villages of this Province.

It was in this regional context that was made the *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, dated from ca. de 1756. What makes this plant special is that it did not serve the military interests, but rather the ecclesiastical and civil interests, since Braga no longer had strategic relevance in the military defensive plan at the time. This paper intends to present the urban plan of Braga by André Soares, simultaneously in the regional context of the evolution of urban cartography and in the specific context of the representation of the archbishop's city. Thus, in addition to the internal analysis of the document, which includes a cartometric analysis, a comparison will be developed between different urban plans of the time, in order to establish similarities and dissonance of perspectives in

the figuration of urban space, as well as the techniques used, the theory and practice of the authors and the objectives in the preparation of each of the selected documents.

**Keywords:**

Urban cartography, Braga plant, André Soares, Entre Douro e Minho Cartography,

O início da Guerra da Restauração (1640-1668), transformou a Província de Entre Douro e Minho num dos principais teatros de operações. Este conflito ficou marcado pelas sucessivas e recíprocas incursões e razias a um e outro lado da Raia, pelo que a imediata preocupação por parte das autoridades militares foi o de estabelecer – em muitos casos, atualizar e modernizar - uma linha fortificada ao longo de toda a faixa fronteiriça, à semelhança daquilo que os monarcas da primeira dinastia haviam pensado para consolidar os limites do reino na época medieval<sup>1</sup>.

No entanto, desde finais do século XV, a introdução e posterior generalização da pirobalística revolucionou a arte da guerra, deste modo, todas as fortificações raianas se apresentavam obsoletas face às inúmeras inovações tecnológicas, científicas, estratégicas e táticas da guerra moderna. Assim, a planificação da defesa da fronteira, assente na concretização de várias obras militares como redutos, baterias, fortins, fortes e fortalezas, concebidas para serem capazes de resistir a um assédio apoiado na artilharia, caberia a uma nova “classe” de militares: os engenheiros. Efetivamente, a condução da guerra exigia, cada vez mais, maiores conhecimentos técnicos e científicos, na medida em que a concretização das obras de fortificação pressupunha a realização de vários levantamentos topográficos e corográficos, a partir dos quais foram compostos vários documentos cartográficos de carácter militar, incluindo dos espaços urbanos requalificados e adaptados às novas necessidades defensivas.

A partir dos finais de 1640, perante a urgência da situação política e militar e a falta de técnicos militares nacionais, a Coroa, com o apoio do Conselho da Guerra, promoveu a contratação de vários militares estrangeiros, maioritariamente holandeses e franceses, peritos nas áreas da engenharia, da arquitetura, artilharia, balística e fortificação e que se estabeleceram nas diversas províncias fronteiriças do Reino. Nas fronteiras das províncias do norte de Portugal, entre vários outros contributos, sobressai a ação e o contributo do engenheiro militar francês Michel Lescolle: projetou várias obras militares, sendo responsável pelo projeto de fortificação de várias praças fortes; participou ativamente em operações militares; elaborou várias plantas das fortificações; compôs o primeiro mapa da Província de Entre Douro e Minho para apoiar as decisões dos decisores militares e fundou uma “Aula de Artilharia e Fortificação” para o ensino militar na vila de Viana da Foz do Lima e que constituiu os alicerces para a futura Academia militar provincial criada no início do século XVIII.

Esta iniciativa enquadrava-se numa ação mais vasta desenvolvida centralmente: compreendendo a necessidade de formar um Corpo técnico nacional de engenheiros militares, capaz de fazer diminuir a dependência face à contratação de mercenários estrangeiros e, simultaneamente, dar resposta às inúmeras solicitações, tanto no espaço ibérico como nos diversos territórios ultramarinos, a Coroa fundou a Academia Militar da Corte e apoiou as “Aulas” de fortificação

---

<sup>1</sup> Um bom resumo deste contexto pode ser consultado em Rossa, Conceição e Trindade, 2008, p. 6-21.

leccionadas nos governos militares das Províncias, cuja defesa das fronteiras constituía um laboratório prático de arquitetura e de engenharia militar, mesmo após o término do longo conflito pela restauração da independência.

Deste modo, assegurava-se que, pelo menos até meados do século XVIII, a direção das Aulas ou Academias provinciais, bem como os trabalhos de fortificação, ficaram a cargo de técnicos portugueses. Estavam criadas, assim, as condições necessárias para a “renovação” – se não mesmo revolução - da cartografia portuguesa, em particular a militar, mas também a regional e a urbana. Tomaremos em consideração aquilo que se passou na Província de Entre Douro e Minho. O Tratado de Paz de 1668 veio pôr fim ao conflito bélico, tendo-se assistido à partida de inúmeros militares estrangeiros que regressavam aos seus países de origem ou partiam para outros conflitos, continuando a vender os seus serviços ao preço mais alto. Tal não foi o caso do engenheiro Michel Lescolle, que acabou por se estabelecer em Viana da Foz do Lima.

O término da guerra com Espanha não significou o fim da ameaça sobre a fronteira, pelo que as obras de fortificação, nomeadamente as Praças permanentes, puderam ser planeadas e concluídas com mais tempo. Assim foi o caso das praças e fortes que constituíam a linha defensiva do vale do rio Minho – Ínsua, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Lovelhe, Valença, Monção e Melgaço - onde, para além do engenheiro francês, também adquiriam experiência prática outros técnicos portugueses, alguns dos quais formados na própria Aula de Viana.

Mas o âmbito das intervenções dos engenheiros militares não se esgotava nas obras castrenses. As suas intervenções incluíam, também, o risco de edifícios civis, igrejas, obras públicas como pontes ou intervenções hidráulicas para melhoria das condições de navegabilidade dos rios ou dos portos marítimos.

Após a morte do mestre francês ocorrida em 1686, sucedeu-lhe o discípulo Manuel Pinto Vilalobos, cuja formação teórica na Academia Militar da Corte fora completada com o exercício prático na Província de Entre Douro e Minho.

Ainda antes do início de um novo conflito bélico entre Portugal e Espanha, que se sucedeu entre 1703-1715, pelo envolvimento na Guerra da Sucessão espanhola, Vilalobos desenvolveu vários projetos de arquitetura civil e religiosa na província do Entre Douro e Minho, em especial em Viana e em Braga, onde se crê que teve uma grande influência no desenho urbano da cidade que se renovava nesta época, em particular, por via do complexo do Campo Novo, tendo colaborado de perto com o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles<sup>2</sup>.

Quanto aos trabalhos cartográficos de Vilalobos, destacam-se a elaboração de um “atlas” das plantas das Praças de Guerra da fronteira do Minho, aquando da participação portuguesa no quadro da Guerra da Sucessão de Espanha<sup>3</sup>.

Mais recentemente, foi dado a conhecer um mapa do Arcebispado de Braga que se preserva na Biblioteca do Rio de Janeiro, presumivelmente feito entre 1696 e 1728, coincidindo com os governos dos arcebispos D. João de Sousa e D. Rodrigo de Moura Teles<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre a obra de Vilalobos, no que respeita à sua vida de engenheiro militar como de arquiteto civil e religioso, ver a dissertação de M. Soromenho, 1991, 3 vols.

<sup>3</sup> Existem várias cópias dos exemplares que compõem este “álbum” nos arquivos portugueses, embora muitos dos exemplares não tenham autoria atribuída. Os exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal, na Área de Iconografia, estão assinados por Manuel Pinto Vilalobos e datados de 1713; o álbum existente na Sociedade de Geografia de Lisboa permanece anónimo, pelo que se poderá considerar uma cópia do da Biblioteca Nacional de Portugal. Alguns mapas “soltos” podem ser consultados no arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército, ainda que sem data ou autoria atribuída.

<sup>4</sup> M. C. Coelho e M. D. Faria, 2011.

O atlas regional constitui um importante contributo para a cartografia urbana regional. De facto, até ao início do século XVIII, são raras as representações iconográficas ou cartográficas das vilas e cidades do entre Douro e Minho. Contam-se como exceções, a planta de Braga "*Nova Bracarae Auguste descriptio*", incluída no volume V (1594) do famoso atlas urbano editado por Braun & Hoegenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, e cujos volumes foram publicados entre 1572 e 1617, conheceu ampla circulação pela Europa, até meados do século XVIII; da segunda metade do século XVII, conhece-se uma vista de Viana e outra de Caminha, desenhada por Pier Maria Baldi (circa 1630 - 1686), um pintor florentino que acompanhou Cosme III de Médici (1642-1723), o então príncipe herdeiro do Grão-Ducado da Toscana, numa viagem a Portugal; uma planta de Valença, atribuída a Lescolles, em 1683 e outra de 1691, de Manuel Pinto Vilalobos, assim como um conjunto de 39 aguarelas de várias vilas e cidades portuguesas, de autor desconhecido, produzido em ca. 1694, onde se incluíam no Minho, para além de Braga, Viana, Ponte de Lima, Caminha e Monção.

O atlas elaborado por Vilalobos num contexto de ameaça de invasão territorial sobre a fronteira norte e, certamente enquadrado na atividade desenvolvida pela Academia Militar de Viana, constituiu o primeiro de vários levantamentos que, de forma mais sistemática, figuraram as várias praças da fronteira do Minho.

Assim, o esforço de Vilalobos, teve continuidade no "álbum" cartográfico da autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, de 1758, intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, que inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, oferecido pelo autor, enquanto "discípulo" de engenharia na Província do Minho, ao então Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo.

A este, junta-se o trabalho de José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro na Província do Minho, que elaborou um pequeno "atlas" constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes, ali existentes, no ano de 1759, demonstrando a vitalidade da Academia vianense.

Verifica-se, então que, em meados do século XVIII, já existia uma escola teórica de urbanismo regional, desenvolvida pelos militares, que regula e uniformiza o estilo de representação. Tomemos como exemplo de análise as plantas da Vila de Viana da Foz do Lima, elaboradas por estes três autores. A escolha por esta vila minhota deve-se ao facto de, à época, ser sede de governo militar, mas não constituir uma Praça de Guerra, pelo que os elementos urbanos a representar não eram exclusivamente, nem principalmente, de carácter militar.

A Planta da Villa de Vianna e sua Barra e Castello, encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa e, embora não esteja nem datada nem assinada, está atribuída a Manuel Pinto Vilalobos, em 1713. Todo o espaço urbano, bem como a fortaleza de Santiago da Barra, foram desenhados em projeção ortogonal, vista a partir da margem sul. Com exceção dos edifícios individualizados na planta e devidamente identificados na legenda, o espaço urbano foi generalizado nos quarteirões que compunham a vila (individualizada pelo núcleo muralhado) e respetivos arredores.

Embora não se possa fazer uma análise pormenorizada à organização cadastral do espaço figurado, o desenho é suficientemente rigoroso para se fazer uma leitura da morfologia urbana, constituindo um precioso documento para a evolução urbana de Viana.

A escala de representação escolhida, é suficientemente pequena para enquadrando a vila no seu entorno imediato:

figura-se toda a embocadura do rio Lima, com particular destaque para as obras de engenharia hidráulica (a “estacada”) no cabedelo, que terão sido projetadas pelos engenheiros vianenses; a norte, avila estava delimitada pelo Monte de Santa Luzia, desenhado em perspetiva cavaleira, incluindo-se umas manchas de 4 pinhais.

O cuidado na representação planimétrica do edificado e, em especial, do castelo, denunciam a formação militar do autor, contudo, os edifícios identificados são, quase todos, religiosos: igrejas, mosteiros, conventos e capelas e uma via sacra. A estes juntam-se as fontes e os chafarizes, elementos essenciais para assegurar o necessário abastecimento de água à população.

O segundo documento em análise, intitula-se Planta de Vianna, Barra e Castelo feita em 1756 e acrescentada na Cerca do convento dos Cruzios em 1758, e foi delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão, natural de Viana e Sargento de Infantaria da Província do Minho.

Quando comparado com o documento anterior, verifica-se uma imediata semelhança, tanto na perspetiva utilizada, como na escala escolhida, quase parecendo tratar-se de uma cópia melhorada e atualizada.

Assim, ao desenho anterior – a mancha urbana quase não sofreu alterações – o autor acrescentou acerca do convento dos Cruzios, atualizou o edifício da Misericórdia, figurou o Recolhimento dos Mártires (surgido em 1730). No que respeita ao enquadramento espacial, o espaço cartografado foi estendido até ao litoral norte, de forma a incluir o Forte de Rego de Fontes, que não foi figurado na planta atribuída a Vilalobos, denotando as preocupações militares de defesa litoral da vila. Tudo indica que Brandão terá utilizado a planta de Vilalobos como base para compor a sua planta, o que indicia que fazia parte da aprendizagem a cópia dos modelos<sup>5</sup>.

O espaço anteriormente vazio foi, nesta representação, preenchido com uma série de símbolos que indicam a possível ocupação do solo, alternando entre floresta (identificados como “pinhais” na planta anterior), pomares (nas cercas dos conventos e dos mosteiros) e culturas agrícolas nos terrenos próximos do mar.

Todos os outros elementos mantiveram-se figurados. Daqui resultou uma imagem mais atraente, porque mais colorida e cuidada nos acabamentos, o que se compreende, tendo em conta que foi elaborada para constituir uma oferta ao todo poderoso ministro de D. José, o então Conde de Oeiras.

A planta/vista de Viana de 1759, não tem título, mas está datada e assinada pelo “Ajudante de Infantaria e Engenheiro da Província do Minho”, José Martins(?) da Cruz, em “Vianna 25 de Março de 1759. anos”. O autor oferece uma solução alternativa, preferindo utilizar duas perspetivas diferentes: assim, o principal elemento militar, o forte de Santiago da barra, foi representado, à boa maneira militar, de forma planimétrica na planta, estando o seu interior vazio, embora o autor o tenha redesenhado numa vinheta, em perspetiva oblíqua (denominando-o do “prospeto”), preenchendo-o com mais informação.

Quanto ao espaço urbano, este foi desenhado em perspetiva a “voo de pássaro”, substituindo-se a figuração ortogonal dos quarteirões que o compõem, pelo desenho das fachadas dos edifícios, sem que parece existir uma relação direta

---

<sup>5</sup> Esta conclusão foi avançada por M. Fernandes, 2002, vol. I, p. 73-75.

entre o desenho do casario que se alinha ao longo dos arruamentos e a sua real arquitetura. Talvez a exceção seja os edifícios religiosos que se destacam na paisagem urbana, claramente exagerados na sua dimensão.

Em todo o caso, esta solução não permite uma correta leitura das formas urbanas, pois apresenta inúmeras lacunas quanto à morfologia da vila, desde logo a omissão da figuração da cerca medieval. Seria este um exercício imaginativo da configuração dos arruamentos sem os limites impostos pelas muralhas?<sup>6</sup> O espaço envolvente é semelhante ao das restantes plantas, embora com menos pormenores, ainda que fossem figurados os campos agrícolas e as hortas e os pomares no interior dos quintais urbanos.

Assim, pela documentação existente, sabemos que a Aula ou Academia Militar de Viana da Foz do Lima, continuava em plena atividade em meados do século XVIII, produzindo vários modelos de representação urbana das principais praças militares do Alto Minho. Estes seguiam determinadas regras de desenho, perspetiva, escala e enquadramento, transmitidas pelos mestres e lentes.

Atendendo à ampla circulação dos engenheiros militares vianenses pela Província de Entre Douro e Minho, projetando e acompanhando obras de natureza diversa, que não a militar, não surpreende que os seus conhecimentos pudessem ser conhecidos por outros técnicos que com eles colaboravam.

### **As representações do espaço urbano de Braga, séculos XVI-XVIII**

Desde os finais do século XVII que alguns destes militares vianenses desenvolveram projetos de arquitetura religiosa na cidade de Braga, pelo que será de admitir uma possível influência sobre os técnicos locais, mestres pedreiros e entalhadores, já que, aparentemente, não haveria arquitetos formalmente assumidos na cidade, com exceção de alguns visitantes, assim declarados.

A cidade de Braga já não tinha, à época, relevância estratégica no plano defensivo militar, pelo que não era nem sede de governo militar, nem Praça de Guerra. No entanto, era a sede de um extenso arcebispado, com o título de “Primaz” por se afirmar como a mais antiga diocese da Península Ibérica (assim como de um Couto e respetivo Termo), um centro de elevado prestígio na hierarquia da Igreja católica, ainda que um pouco mais diminuído desde que, em 1741, se unificaram o Patriarcado de Lisboa Ocidental (criado em 1716) e o Arcebispado de Lisboa Oriental, originando a nova Patriarcal que ultrapassava Braga na hierarquia eclesiástica da Igreja Católica portuguesa.

Devido a esta posição cimeira, ao longo dos tempos, foram sendo construídas inúmeras obras de carácter religioso e implementadas várias intervenções urbanísticas na cidade, muito pela ação de alguns dos seus mais proeminentes arcebispos, desde logo, o renascentista D. Diogo de Sousa (1505-1532). Deste modo, a cidade atraía e formava vários artistas, locais ou de fora, que aqui demandavam oportunidades e trabalho: desenhadores/debuxadores/arquitetos, pedreiros, entalhadores, ensambladores, pintores, e que levaram a sua arte para além das fronteiras da diocese bra-

---

<sup>6</sup> M. Soromenho, 2005, p. 170.

careense. Mas igualmente proporcionava a circulação de ideias e de letrados, que a importância administrativa, comercial e eclesiástica da cidade suscitava, tal como era próprio das urbes do Antigo Regime.

Será, pois, neste contexto geral que se poderá incluir o trabalho de Frei Luís de S. José, ativo entre 1713 e 1755, e que desempenhou o cargo de arquiteto do arcebispo de Braga. Havendo mesmo notícia que, em 1728-1729, terá desenhado uma planta de Braga, considerada de exemplar, ao ponto do rei D. João V o ter incumbido de desenhar outras de várias localidades de Portugal.

A existência de uma planta urbana como o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, sendo Braga uma cidade do “interior”, afastada das raias seca e marítima - não estando localizada à beira mar ou no estuário dos rios principais navegáveis, nem na fronteira - constituía uma exceção à escala nacional<sup>7</sup>. No entanto, como vimos, o elevado estatuto eclesiástico e político de Braga tornava-a um caso especial, na medida em que a existência de uma representação do seu núcleo urbano é conhecida desde, pelo menos, os finais do século XVI, altura em que uma “vista geral” (ou urbivisão) intitulada *Nova Bracaræ Auguste descriptio* integrou o volume V (1594) do famoso atlas urbano editado por Braun & Hoegenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, obra publicada em vários volumes, entre 1572 e 1617. Embora não se conheça o protótipo que deu origem à imagem impressa - geralmente atribuído a Manuel Barbosa - esta seria sucessivamente reaproveitada e reeditada com várias modificações até meados do século XVIII<sup>8</sup>. Em todo o caso, trata-se mais de uma representação iconográfica, de forte carga simbólica, do que de uma representação cartográfica de cariz geométrico ou topográfico.

Uma segunda imagem urbana, uma vista mais acentuadamente oblíqua que a anterior, terá sido produzida em finais do século XVII (ca. 1694). Esta nova visão do espaço urbano, manuscrita, faz parte do já aludido conjunto de 39 aguarelas de várias vilas e cidades portuguesas, que deve ter conhecido uma divulgação muito restrita<sup>9</sup>. A imagem resultante é de tal forma distorcida e incompleta cujo valor cartográfico, sendo muito limitado, releva somente o fator iconográfico e toponímico.

É nesta sequência, logo após o terramoto de 1755, que surgiu o *Mappa da Cidade de Braga Primaz*, uma planta manuscrita, não datada e, comumente atribuída ao risco de André Soares, um arquiteto local. Conclui-se que, pelo detalhe do desenho e o cuidado posto na elaborada cartela, se trata de uma imagem de aparato.

Uma vista, uma planta, um mapa, dependendo das suas características, mesmo impresso, continuava a ser um objeto raro, um motivo de deslumbramento para quem o possuía, ou condescendia ao seu vislumbre. Orgulho de quem o executava, gaudío de quem o possuía, privilégio de quem o desfrutava e neste caso, muito provavelmente, o próprio arcebispo, senhor de Braga, Primaz de Espanha.

---

<sup>7</sup> M.Fernandes, 2007.

<sup>8</sup> Primeiro, logo em 1656, por Martin Zeiller e Gillis Jansz Valckenier (ou Aegidius Jansonius Valckenier) integrando a obra *Hispaniae et Lusitaniae itinerarium*; seguiu-se a reedição de 1657 do *Civitates...*, por Jan Janszoon (ou Johannes Janssonius), um famoso editor/cartógrafo holandês, seguido da versão de Jansson van Waesberge, seu genro e herdeiro (1682) e depois da morte deste, em 1694, por Frederik de Wit (*Theatrum praecipuarumtotius Europaeurbium*), cujo espólio foi, em parte, adquirido por Pieter van der Aa na primeira década do século XVIII e que perpetuou a “planta” criada no século XVI.

<sup>9</sup> J. Pinto, 2014, p. 75 – 77. O autor procedeu a uma análise individual das três representações iconográficas conhecidas de Braga, entre os séculos XVI e XVIII.

Assim, se a primeira “planta”, concebida nos finais do século XVI, recuperava e realçava a herança romana, integrando-a no movimento renascentista europeu, esta planta assumida do início da segunda metade do século XVIII, pretendia reafirmar o estatuto de “Primaz das Espanhas” atribuído ao arcebispo de Braga, numa época em que a sede Patriarcal de Lisboa reunia cada vez mais protagonismo. Isto é, do mesmo modo que o cadastral “Mappa das Ruas de Braga” (1750) (MRB), cronologicamente próximo, também servia de instrumento de afirmação corporativa do Cabido face ao imponente Arcebispo que limitava os seus privilégios, é plausível, que o *Mappa da Cidade de Braga Primaz* também ostentasse mais senhorial, ou civicamente, o orgulho da cidade de Braga perante a submissão ao barrete cardinalício de Lisboa.

### A Planta da Cidade de Braga Primaz

São mais as dúvidas do que as certezas sobre este “mapa” e, ainda que investigações conduzidas recentemente, tenham permitido responder a muitas questões que se levantavam a propósito deste documento, o facto é que as incertezas permanecem enquanto não forem conhecidas novas provas documentais. Deste modo, as conclusões que aqui se apresentam são, de momento, naturalmente, apenas conjecturais. Por outro lado, não podemos deixar de referir que não pudemos dispor da análise direta do documento original, facto que, estamos conscientes, determina condicionantes na análise cartográfica do espécime.

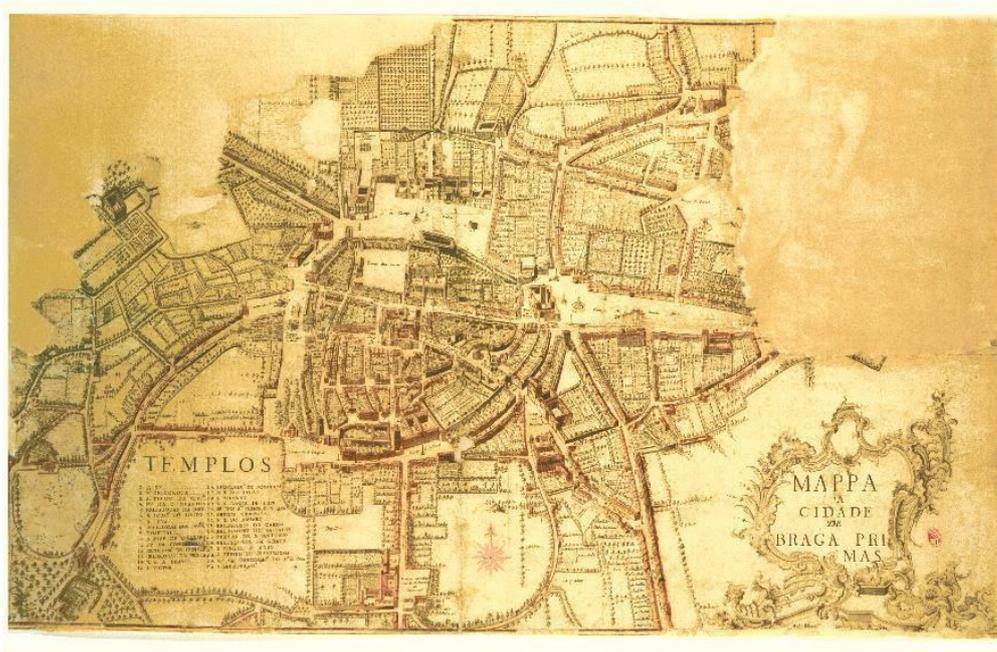
Partindo da análise do edificado foi possível datar a planta de, pelo menos, 1755, contudo, o nome completo do autor inscrito na cartela do mapa, e o facto de se considerar que o mesmo terá feito parte do espólio pessoal do arcebispo D. José de Bragança, permitem estender esta datação até à primeira metade do ano de 1756, altura do seu falecimento<sup>10</sup>. Deste modo, a planta de Braga terá sido elaborada no momento de maior fulgor criativo do seu putativo autor, o riscador/arquiteto local, André Soares (1720-1769).

O exemplar que se conserva na Biblioteca da Ajuda está bastante danificado, faltando-lhe os cantos superiores direito e esquerdo (c. 20% de toda a área delimitada) e, muito embora não tenha prejudicado o enquadramento central e fundamental da representação do espaço urbano, deixou truncado muito do edificado periférico e espaço rural envolvente na parte norte da cidade<sup>11</sup>. Facto este que valoriza ainda mais o espécime em causa, porque o esmero dedicado ao edificado é, nesta época, sempre mais valorizado que a componente cadastral dominada pelo coberto vegetal. Desde logo pela tradição utilitária dominante da cartografia urbana se destinar a fins militares.

---

<sup>10</sup> E. P. Oliveira, 2014, p. 141-142.

<sup>11</sup> Ao nível do emolduramento cartográfico, que é delimitado por uma esquadria com tramos interrompidos, suscitabiliza ter sido representados trechos significativos do edificado bordejante às ruas existentes, que se perderam pelos danos perpetrados ao *Mappa*, tais como: na metade noroeste, a extensão da rua da Cónega (atual rua da Boavista) nesse sentido, ou o Santuário dos Sete Passos da Paixão da Cerca do Pópulo (Rui Ferreira, 2015, p.248-250); do lado oposto, a nascente, falta a extensão da *rua de Ínfias* (parte da atual rua Conselheiro São Januário), que integraria a *Casa de Vale de Flores*; mais a sul, a cangosta que antecedeu a atual rua de St<sup>a</sup> Margarida, até ao Paúl, onde estaria desenhada a Igreja de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> a Branca, e o enfiamento da *rua da Régoa* (atual rua de S. Vítor); finalmente, e ainda, certamente que, estariam representadas a rua de Nossa Senhora de Guadalupe, a respetiva capela e toda a armadura de acessos que lhe davam servidão.



**Figura 1** – *Mappa Cidade de Braga Primaz*, André Soares (?), ca. 1756. Fonte: Biblioteca Nacional da Ajuda

Na metade inferior da planta, num espaço vazio localizado no exterior da muralha sul da cidade, o seu autor incluiu a legenda e a orientação – indicada por uma muito bem desenhada rosa-dos-ventos de cor carmim, cujo rumo norte está indicado por uma flor-de-lis<sup>12</sup>. A legenda, identificada como “Templos”, inclui uma lista de 30 edifícios religiosos, respetivamente numerados e indicados na planta, iniciando-se no número 1, a Sé. Seria de esperar a inclusão de uma escala, mas, ou esta estava colocada numa das partes desaparecidas ou, simplesmente, nunca existiu, o que, constituindo uma falha importante, a estar deliberadamente omissa, aumentaria a probabilidade acentuadamente não instrumental da sua conceção e finalidade.

É de notar igualmente a bicromia dominante da cartografia em questão, ainda que não pudéssemos cotejar mais do que as cópias que têm vindo a ser divulgadas. Pelos meios que dispomos detetam-se dois tons de representação. Um avermelhado (carmim) para o edificado, especialmente, os telhados, e um tom mais frio, cinza esverdeado, para as representações dos espaços não edificados e vegetação (bem como a cartela).

No canto inferior direito foi colocada a cartela do “Mappa da Cidade de Braga Primas.”, devidamente assinada: “André Ribeyro S[oa]res Sylva”. Fica, no entanto, a dúvida se esta assinatura é válida para todo o documento ou apenas para a cartela, tanto mais porque o autógrafa se encontra fora do espaço de registo do título, o que, geralmente, só acontecia nos casos em que a cartela era desenhada por outra pessoa que não o geógrafo/cartógrafo, autor do mapa. Enfim, a hipótese admissível da obra poder ter sido feita a duas mãos.

<sup>12</sup>A rosa dos ventos é composta por 3 estrelas sobrepostas de oito pontas, indicando, do primeiro nível para o terceiro: na base, os pontos subcolaterais; a do meio, os cardeais e colaterais; e a de cima, sendo redundante à anterior, é um artifício meramente estético.

Efetivamente, durante o século XVIII a produção cartográfica envolvia várias pessoas que desempenhavam funções diferentes, muitas vezes organizadas num contexto de oficina. Nesta época era muito frequente, se não mesmo habitual, que o autor do mapa não fosse o desenhador da cartela, pois isso requeria outro tipo de competências. Deste modo, quando se preparava um mapa para ser oferecido ou dedicado a uma personalidade importante, ou simplesmente para ser impresso e divulgado por um público erudito, o seu promotor (não necessariamente o seu autor) recorria ao serviço de desenhadores especializados para compor uma cartela, cuja função, para além de estética, era a de chamar a atenção dos utilizadores/leitores do mapa<sup>13</sup>.

Sobre o desenho da cartela já muito foi dito, considerando-se um expoente do desenho rococó bracarense, exaltando-se o movimento, a filigrana flamejante, e a assimetria da sua configuração como elemento distintivo. Contudo, há um detalhe que nos chama a atenção: a última palavra do título, “Primas.”, está truncada, como se o autor não tivesse calculado o espaço suficiente para escrever o título no tamanho e no tipo certo. Assim, de imediato, três perguntas se levantam: terá sido uma opção intencional, ou acidental, do autor? Será este exemplar uma versão de estudo ou somente um rascunho? Ou terá André Soares composto a cartela e alguém acrescentou o título?

Quanto ao espaço urbano, a primeira impressão relacional entre os “cheios” e os “vazios” exibidos pela presente cartografia, sobressai a célebre forma aracnídea, tal e qual ainda seria vislumbrada um século depois por Senna Freitas, nas suas memórias, correspondendo, de um modo geral, ao corpo gótico cintado pelo traçado das muralhas e as tentaculares radiais por onde se processava o crescimento orgânico da urbe, que uniria então cerca de 16 a 17 mil almas. A interromper esse plano radio concêntrico despontava, sobretudo, a geometria regular do Campo Novo, como estrutura urbana do primeiro quartel do século XVIII, e o anel de campos externos à muralha, por sua vez indexáveis, dois séculos antes, ao mecenato de D. Diogo de Sousa. Sobre o conjunto do plano urbano, isto é, desde a articulação entre o edificado e os espaços livres, públicos e privados, essa mesma primeira impressão não deixa de sugerir uma similitude formal de representação com a urbivisão de Braun. Isto é, o desenho tipo das massas edificadas, dos seus alinhamentos em fileira, cujos prédios se distinguem entre si a partir das linhas empeno e da individualização dos telhados com duas águas. Os alçados comuns expõem o padrão praticamente uniforme de fenestração, mais gráfico do que propriamente restituidor do desenho real de fachada, embora, aqui e ali, com alguns elementos de distinção, sobretudo, ao nível de pisos e outros pormenores, surja alguma caracterização. Para além dos complexos edificados mais vetustos, ou institucionais, sobressaem as casas mais elevadas, em particular, as que dispõem de cobertura com quatro ou mais águas, e empena cega.

Igualmente, como na gravura de Braun, os principais edifícios institucionais, pela sua monumentalidade ou vetustez, tendem a sobressair por via do detalhe do desenho e da escala de representação, ainda que sem a desproporção

---

<sup>13</sup> Ver Mary Sponberg Pedley, 2005. A escola cartográfica holandesa do século XVII foi a grande perscrutora na utilização de cartelas profusamente decoradas. A partir do século XVIII, quando Paris e Londres se tornaram nos mais importantes centros editoriais cartográficos da Europa, num contexto de afirmação de cientificidade cada vez maior, a cartelas tornaram-se mais “sóbrias” e menos decoradas.

patente no espécime anterior. Porém, relativamente à representação dos interiores dos quarteirões e do tardo das casas, que vêm omissos no MRB (1750), tal como em Braun, aqui também estão expeditamente representados, ainda que reflitam variações mais significativas. Este tratamento, ao contrário da planta de Goullard, do final do século XIX, que sob este capítulo mereceu um levantamento geométrico exaustivo e rigoroso, indicia que o levantamento mais ou menos informal dos interiores, como veremos adiante, foi captado de pontos altos existentes na cidade (campanários, torres da muralha, edifícios mais altos...) <sup>14</sup>. Os pátios interiores das casas, normalmente as mais vetustas, são representados com maior detalhe, ainda que, em casos mais desconhecidos, deduzidos, ou simbolicamente figurados. A iluminação dominante que faz sobressair a perspetiva tridimensional, e acentua a visão volumétrica da cidade, é assumidamente proveniente do quadrante poente, dir-se-ia, em perspetiva cavaleira, daquilo que era uma prática recorrente das representações urbanas do século XVII, aperfeiçoadas subsequentemente ao *Civitates Orbis Terrarum*.

O *Mappa da Cidade Primas*, no que concerne à representação dos espaços livres não edificadas, demonstra um avanço descritivo notório relativo à vista geral de Braun. Seja quanto à representação do teor interno da cidade amuralhada e dos quarteirões colmatados, como quanto à ampla área intersticial disposta entre os acessos radiais. Veja-se duas referências fundamentais a indiciarem toponimicamente a ocupação de solo, sob dois tipos de zonamento. As “Ortas”, a leste do campo com essa denominação; e, a nascente, entre as ruas dos Granginhos/Ponte de Guimarães e dos Pellames, o sítio de “Prados”, servido pela quingosta do mesmo topónimo. As primeiras indiciam um aproveitamento intensivo do solo em parcelas agrícolas muito fragmentadas e de formato mais irregular; as segundas, mais próximas do rio Este, revelam uma amplitude parcelária maior. No entanto, encontramos uma variabilidade significativa de formas e dimensões. Umas mais geométricas, próprias do desenho inequívoco de jardins, sobretudo, junto à representação dos edifícios mais vetustos, outras mais adaptadas aos sistemas agrícolas praticados na região.

A árvore assume uma representação incontestavelmente iconográfica, embora possa corresponder a uma tentativa de restituição mais próxima da paisagem, quando esta é representada por alinhamentos. Não passarão também despercebidas as expressões topográficas do relevo. As elevações, aqui representadas iconograficamente por montículos, como o que podemos vislumbrar junto à rosa-dos-ventos; o Monte de Penas, no canto inferior esquerdo do *Mappa*; ou pelos traçados mais ténues dispostos entre as duas igrejas de Maximinos; a colina da Cividade, onde ficavam as termas romanas; junto à casa das Hortas (atual rua dos Irmãos Roby); e, nas imediações da praça do Reduto; bem como outros apontamentos mais subtis querendo localizar acidentes de relevo.

Do ponto de vista da informação toponímica, o autor incluiu uma vasta lista de nomes de ruas, cangostas (“cingostas”), largos, portas, campos, eirados, terreiros e praças, ou de outros locais que já sublinhámos, identificados de forma mais genérica, como “ortas” ou “os prados”. Para além dos edifícios identificados na legenda, foram indicados outros locais diretamente na planta: assim, foram localizados o “Palco das Aulas dos estudos” (seguramente os

---

<sup>14</sup> Como consta de um pedido expresso de F. Goullard à Câmara Municipal para obter do arcebispo a autorização para entrar nos conventos e igrejas, afim de poder subir aos respetivos mirantes e campanários, Miguel Bandeira, 2015, p. 8.

equipamentos pedagógicos adstritos ao colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus), não sendo indicados outros colégios, nem o de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Pópulo, de frades Agostinhos, nem o de S. Filipe Nery, de Oratorianos, que se sabem em funcionamento nesta época<sup>15</sup>; indica-se o “seminário” tridentino de São Pedro, no Campo da Vinha; a capela de “Santo António esquecido” - curiosamente não foi incluída na lista dos 30 templos -, o “paço”, e a “fonte do pão trigo”, a única a ser referenciada. Lamentavelmente, as falhas no mapa não permitem verificar se o complexo das Sete Fontes estaria figurado, ainda que por representação distorcida ou indicação simbólica, pelo menos, pela importância utilitária que então representava para a cidade. Porque o enquadramento e as proporções apresentadas, ainda que não escorreitamente geométricas, não admitiriam a sua representação cartográfica, por caírem já fora da carta.

### **Análise cartométrica e comparativa das urbivisões**

Com o intuito de se proceder a uma análise cartométrica mais rigorosa, tanto da imagem reproduzida por Braun no século XVI, como pela planta Setecentista, decidiu-se recorrer ao software Map Analyst (versão 1.3.35.), uma ferramenta informática desenvolvida com o propósito de avaliar a precisão planimétrica de mapas antigos<sup>16</sup>. Cada uma das “plantas” foi comparada com um mapa de referência atual - neste caso o Open Street Map - o que permitiu avaliar as alterações introduzidas.

Como se constata pela análise da figura 2, a gravura do século XVI apresenta um elevado número de distorções e de deslocamentos dos elementos de controlo selecionados (17 pontos). A escala da planta, computada em ca. 1: 2000, apresenta um erro médio de posicionamento de 164 m e o desvio padrão é de ca. 116 m. O núcleo urbano amuralhado ocupa a posição central do documento e foi claramente exagerado na sua dimensão, alargando-se relativamente ao espaço envolvente, o que se comprova pelo deslocamento centrífugo dos pontos selecionados, ou seja, todos os pontos de referência deveriam estar numa posição mais recuada e concentrada do que aquela que exibem. Isto é, como se tivesse sido colocada uma lupa de aumento, sobre o casco amuralhado.

Estas alterações, a terem sido intencionais, são compatíveis com as mais recentes leituras simbólicas associadas a esta imagem: a Sé, claramente colocada no centro geométrico da cidade - é, de resto, o elemento menos deslocado -, cujo perímetro amuralhado se aproxima de um círculo perfeito, permite associar, como notou Portocarrero (2010), a representação da cidade a um *Orbis Terrarum*, ou mapas T em O medievais. Interpretação que, sendo pertinente e criativa, todavia, não se baseia em qualquer suporte documental, acentuando deste modo a finalidade não cartográfica da imagem. Nesta perspetiva, se naquele tipo de mapas, o centro do mundo era a cidade de Jerusalém, aqui, esse papel caberia ao edifício da Sé bracarense, cujo volume e escala se destaca dos demais<sup>17</sup>.

Alguns edifícios e construções sofreram importantes desvios, sendo particularmente notórios os casos do castelo, da

<sup>15</sup> José Viriato Capela, 2004, p. 345.

<sup>16</sup> Bernhard Jenny, 2006 e Bernhard Jenny and Lorenz Humi, 2011, p. 402-411.

<sup>17</sup> Esta teoria é apresentada por Gustavo Portocarrero, 2010.

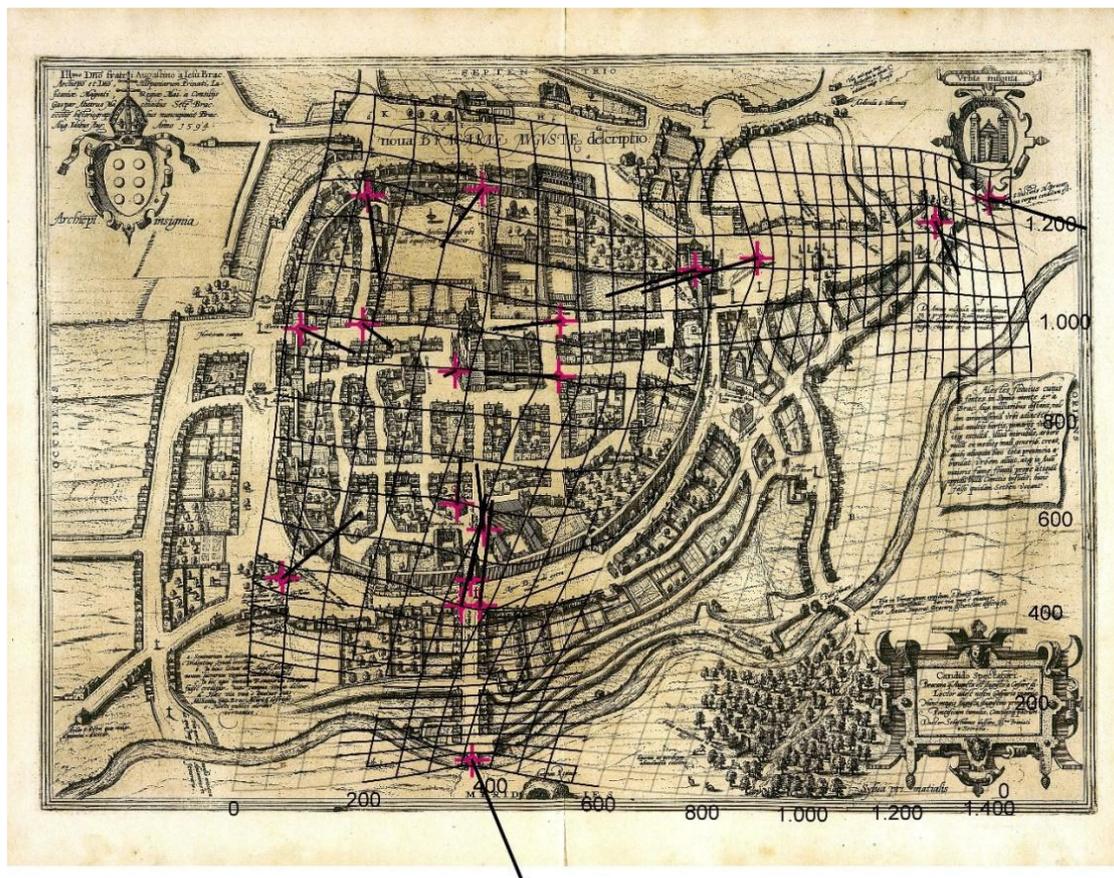


Figura 2 – Análise cartométrica da *Nova Bracaraugustae descriptio*.

porta de Santiago e da capela de S. Sebastião. Ao mesmo tempo a malha viária, ainda que denotando uma projeção ortogonal simplificada, exhibe um traçado e seccionamento muito informal, sendo a representação do edificado padronizado, mais iconográfico do que literal. Pelo que temos de considerar a distorção não só ao nível das localizações relativas, mas igualmente ao longo dos traçados de circulação.

Por sua vez, todo o espaço exterior envolvente à cerca medieval, sobretudo na parte sul e leste, sofreu uma distorção no sentido contrário, isto é, os vetores de deslocamento denotam uma variação centrípeta, pois os elementos selecionados estão geometricamente mais próximos do núcleo urbano do que aquilo que deveriam estar, como que tivessem sido “puxados” para poderem ser representados na imagem e caber no enquadramento territorial da cidade, nomeadamente a figuração do rio Este, que merece uma descrição própria numa cartela inserta na planta e papel de destaque na localização da cidade, e a “Sylva Primatialis”, ou a mata de S. João da Ponte.

Por sua vez, o mapa do século XVIII (figura 3), elaborado numa escala de ca. 2: 600, é planimetricamente mais preciso. O facto de não se observarem grandes deslocamentos na localização de alguns dos edifícios utilizados como elementos de controlo, sobretudo no núcleo urbano central, parece indiciar que o autor terá realizado trabalho de campo para efetuar medições no terreno de forma a minorar erros de escala e de localização. Também nesta planta, como no

espécime anterior, os maiores erros posicionais encontram-se no espaço extramuros, em especial na parte oriental da cidade<sup>18</sup>.

De facto, o erro médio de posicionamento é, agora, de ca. de 30 m e o desvio padrão de 21 m, o que representa uma enorme melhoria comparativamente à representação Quinhentista. A ter sido assim, a planta apresenta um maior rigor cartográfico do que aquele que geralmente lhe é atribuído. Contudo, não podemos considerar como definitivo que André Soares, ou outro executante, usasse de trigonometria como recurso instrumental base de levantamento. É claramente admissível que, tomando como ponto departida a vista urbana editada por Braun, servindo para estabelecer a estrutura do Mappa, este viesse a ser revisto e aumentado pelo virtuosismo do arquiteto bracarense.

As diferenças são notórias e refletem as correções introduzidas pelo autor nas distâncias e nas posições geométricas e relativas entre os objetos figurados, ressaltando a grande deformação espacial fixada na Nova Bracara Augusta. Assim, os elementos seleccionados na proximidade do núcleo urbano amuralhado estão, agora, mais “recuados”, corrigindo-se a sua posição. Por sua vez, é em todo o espaço extramuros da cidade que se verificam as maiores diferenças posicionais e se registam as maiores distorções na representação do território. Repare-se que, nesta planta de

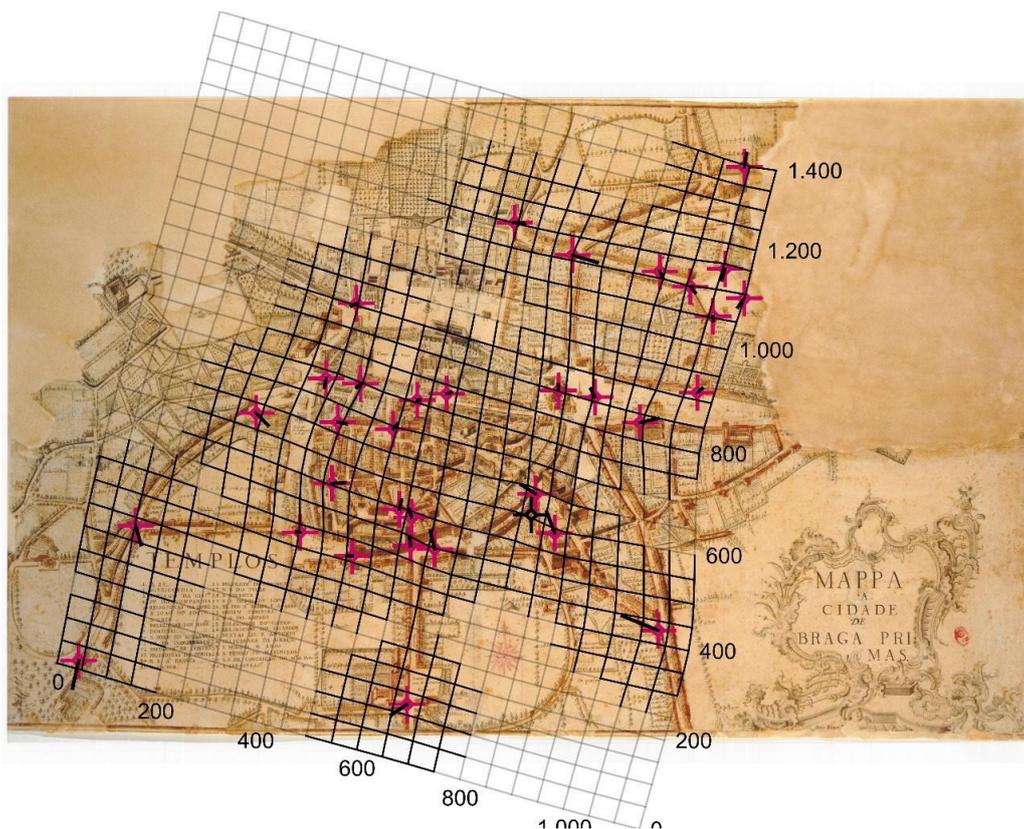


Figura 3 – Análise cartométrica do Mappa da Cidade de Braga Primaz

<sup>18</sup> A análise cartométrica também revelou uma rotação da grelha de distorções em cerca de 14°, o que é compatível com a variação da declinação magnética, contudo, este seria um valor compatível para os finais da década de 1730 e não para meados da década de 1750. Para este cálculo valemo-nos do software GeoMag, disponível em <http://www.resurgentsoftware.com/geomag.html>

meados do século XVIII, não foi possível figurar o rio Este, cuja inclusão na vista da cidade de Braga de Braun, terá sido, muito provavelmente, o principal elemento responsável pela distorção do espaço externo que aí se identifica.

Deste modo, o exercício comparativo que se elaborou, confirma que o Mappa não é uma mera cópia da planta que figurou no atlas Civitates.

É justamente neste ponto que, de novo, se torna premente as questões levantadas a propósito da formação de André Soares: será que um “simples” riscador autodidata estaria habilitado a fazer este tipo de levantamento? Ou teria tido formação para tal nas “aulas dos estudos” (assim se indica na planta) da Companhia de Jesus? A indicação “pateo das Aulas dos estudos”, inscrita no claustro do edifício do Colégio de S. Paulo, pode indiciar uma frequência, mais ou menos informal, ou uma ligação mais forte entre o autor e este local?

Em todo o caso, também se deverá considerar a hipótese do autor (André Soares?) ter partido da gravura quinhentista e, recorrendo às vistas tiradas dos pontos altos envolventes à cidade e, muito provavelmente, aos esboços colhidos do alto dos campanários e das torres medievais, quiçá, munido de uma bússola como instrumento de auxílio para correção dos ângulos e das posições relativas dos objetos, articulando posteriormente os desenhos sob a ótica experiente da sua vida de arquiteto, tenha procedido às correções necessárias.

A data de elaboração da planta, 1755-56, permite-nos associá-la, no mínimo, ao nível da motivação generalizada, ao terramoto de 1 de novembro de 1755, aqui se registando como a cidade foi poupada ao cataclismo, mantendo os seus edifícios religiosos intactos. Piedosamente intemporalizada na elevação da capela da Nossa Senhora do Oratório.

Apesar de não ter qualquer dedicatória, o título parece indicar que o patrocinador ou, pelo menos, o seu principal leitor, seria o arcebispo D. José de Bragança, seguramente desejoso de se ufanar e salientar o título de “primaz” das Espanhas, mais condizente com o seu estatuto de membro da família real, capaz de rivalizar com a cidade de Lisboa, sede de um patriarcado<sup>19</sup>.

## **Conclusões**

Desde o início do século XVIII, conviviam no Minho duas escolas práticas de arquitetura/engenharia urbana: em Viana, juntamente com as praças do Minho, predominavam as intervenções dirigidas pelos militares, muitos deles formados localmente na Academia de Fortificação ali existente desde a Guerra da Restauração; em Braga, ainda que, numa primeira fase, os militares também colaborassem, em meados do século, as obras eram dirigidas por técnicos locais, sem qualquer formação teórica ou técnica formal. Ambas as escolas produziram plantas urbanas em diferentes estilos, recorrendo a técnicas variadas e procurando, certamente, objetivos diferentes. A análise dos exemplares das plantas urbanas de Viana da Foz do Lima, revelou a preferência pela perspectiva vertical/ortogonal e planimétrica do espaço

---

<sup>19</sup> Por comparação com a cartela do mapa do arcebispado de Braga que Manuel Pinto Vilalobos terá elaborado para D. Rodrigo de Moura Teles – e claramente a ele dedicado, pois exhibe os símbolos arquiépiscopais: uma dupla mitra, a cruz arquiépiscopal cruzada com um báculo - esta é de menor dimensão e aparato. Ver Maria Cristina Coelho e Maria Dulce Faria, 2011.

construído (revelando claramente a visão militar), permitindo uma análise da morfologia urbana, ainda que outras soluções em perspetiva cavaleira também fossem ensaiadas, com escasso efeito prático pelos inúmeros erros de representação associados.

Dado que muitos destes engenheiros militares circulavam por toda a Província de Entre Douro e Minho, acorrendo a diferentes solicitações, podem ter ajudado a divulgar as técnicas de levantamento urbano, fazendo circular os modelos utilizados, geralmente os dos mestres castrenses.

Em meados do século XVIII, em Braga, estavam reunidas as condições necessárias para a produção de uma planta urbana de conceção geométrica e topográfica, muito embora o espécime em consideração ainda não constituísse uma imagem científica, mas antes uma imagem de aparato e de gabinete, muito certamente para ser exibida como símbolo de poder e de domínio territorial por quem a possuísse. Por esta razão, faz todo o sentido considerar que a obra se destinou, a seu pedido ou não, ao arcebispo primaz, senhor do poder espiritual e terreno de todo o arcebispado, couro, termo e cidade de Braga. Um verdadeiro príncipe do Antigo Regime.

No ambiente artístico e arquitetónico que se vivia na época, consubstanciado nos letrados e militares que trilhavam o senhorio, potenciado pelas riquezas minerais que afluíam do Brasil, bem como na tentativa de renovação científica-cartográfica que a Coroa tentou patrocinar, os arcebispos bracarense promoveram inúmeras intervenções na cidade, diga-se, mais de carácter arquitetónico do que urbanístico, sob a égide de alguns artistas por si protegidos.

Durante o governo de D. José de Bragança, tal era o caso de André Ribeiro Soares da Silva, um riscador bracarense, aparentemente sem educação formal na arte ou engenho, e que ficou conhecido por desenvolver e fixar o estilo rococó na cidade, especialmente através do risco de algumas obras-primas, como retábulos e altares, bem como da fachada de alguns templos e edifícios da cidade e da região. A ele está atribuída a autoria da planta urbana da cidade de Braga, datada de 1755-56, baseada no autógrafo colocado por baixo da cartela. Mas, será que o debuxador André Soares teria conhecimento técnico para realizar esta obra de pretensão cartográfica? Não o tendo, teria a destreza para superar as dificuldades técnicas pela abstração do desenho e desenvoltura intuitiva?!

Partindo de outros exemplos, como o do ensamblador e arquiteto da cidade do Porto, Francisco José de Paiva, também ele autor de várias plantas urbanas, nomeadamente de Vila de Conde e Azurara, embora em época posterior, a resposta a esta questão será inquestionavelmente sim. Neste caso, não apenas pelos méritos pessoais, mas também pelo ambiente técnico e artístico promovido na cidade pelos arcebispos e o seu ilustre Cabido, enquanto escola prática de riscadores, arquitetos e mestres pedreiros, a exercerem o seu ofício nas inúmeras obras religiosas e civis no espaço urbano bracarense e que se completava e complementava, com os possíveis contributos da Aula de Fortificação de Viana.

## **Bibliografia**

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (2015). *Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/84) – da engenharia militar do antigo regime à afirmação tecnológica liberal*. Ed. Município de Braga.

- CAPELA, José Viriato (2004). "Autores e obras de referência nas Memórias Paroquiais de 1758 do Distrito de Braga (Elementos para o estudo da cultura eclesiástica portuguesa)". In Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, Porto, FLUP, p. 341-352.
- COELHO, Maria Cristina e FARIA, Maria Dulce (2011). "O mapa do Arcebispado de Braga" In [Atas do] IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto, FLUP.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2007). "Guimarães: Cartografia Urbana Histórica e Morfologia Urbana". In [Atas do] VI Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa, APG.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002). Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança) 1852/1926. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, FLUP.
- FERREIRA, Rui (2015). "A Paixão de Cristo no imaginário bracarense". Misericórdia de Braga, Nº 11, Dezembro de 2015, pp.229-270
- JENNY, Bernhard (2006). Map Analyst - A digital tool for the analysis of the planimetric accuracy of historical maps, e-Perimetron, 1, 3, p. 239-245.
- JENNY, Bernhard and HURNI, Lorenz (2011) Studying cartographic heritage: Analysis and visualization of geometric distortions, Computers & Graphics, 35, p. 402-411.
- OLIVEIRA, Eduardo Pereira de (2011). André Soares e o Rococó do Minho. Tese de doutoramento em História da Arte. 3 vols., Porto, FLUP.
- PEDLEY, Mary Sponberg (2005) The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England. Chicago, University of Chicago Press.
- PINTO, Joel Bruno de Sousa Vieira (2014). A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura, Vila Nova de Famalicão, Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão - Faculdade de Arquitectura e Artes.
- PORTOCARRERO, Gustavo (2010). Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade. Tomar, CEIPHAR.
- ROSSA, Walter, CONCEIÇÃO, Margarida e TRINDADE, Luísa (2005). Raia e Cidade. Monumentos, 28, pp. 6-21.
- SOROMENHO, Miguel (2005). O alpendre da Irmandade do santíssimo Sacramento da matriz de Viana. Monumentos, 22: 166-171.
- SOROMENHO, Miguel Conceição Silva (1991). Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia Militar à arquitectura. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, 3 vols. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de História da Arte.



## Braga Primas De André Soares

**Domingos Tavares**

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
(Grupo Atlas da Casa)  
domingos@dafne.pt

### Resumo:

O «Mappa da Cidade de Braga Primas», de 1756, assinado por André Ribeiro (Soares da) Silva, suscita algumas questões quanto aos sistemas de representação urbana. O século XVII tinha revelado um novo impulso na cartografia portuguesa, na sequência da habilitação da engenharia militar e do papel de Manuel de Azevedo Fortes na defesa de competência científica em matérias de geografia e cartografia, como instrumentos de apoio à guerra nas fronteiras.

Na representação pública de cidades a circulação de imagens era aberta, em livros de gravuras, liberta de constrangimentos militares. Tomavam-se vistas frontais, como o viajante que recebe um impacto e o procura transmitir através de registos desenhados. Lógica de intermediação de culturas que alimentava o orgulho dos cidadãos. Vulgarizaram-se os livros de cidades, de que o mais conhecido foi o «Civitas Orbis Terrarum», (Colónia 1572/1618), onde figurava o mapa de Braga, a conhecida planta de Braun.

O que terá motivado a realização deste trabalho de desenho urbano, o único de um autor que sempre desenvolveu a sua actividade na especificidade do «risco» para arquitecturas objectuais? A hipótese é de que se pretendeu fixar um retrato da cidade dos arcebispos para preservação da memória futura, perante o medo de uma destruição como a provocada pelo Terramoto do ano anterior, que devastou Lisboa e grande parte do Algarve.

Pode estabelecer-se uma relação entre o mapa de André Soares e a planta de Braun. Adota o mesmo ponto de vista e sugere um núcleo central amuralhado com idêntico valor relativo na definição da urbanidade dos lugares. Mas, em contrapartida, confere uma legibilidade mais rigorosa ao dimensionamento das partes, onde a relação de escala entre edifícios principais a destacar e construções correntes na definição de ruas se apresenta mais equilibrada, sugerindo uma melhor identificação com a realidade.

### Palavras-chave:

Cartografia Urbana, Arte Barroca, Cidade de Braga.

### Summary:

From 1756, the «Mappa da Cidade de Braga Primas», signed by André Ribeiro (Soares da) Silva, raises some questions about urban representation systems. The 17th century had revealed a new impetus in Portuguese cartography, following the qualification of military engineering and the role of Manuel de Azevedo Fortes in the defense of scientific competence in geography and cartography, as instruments to support the war in the borders.

In the public representation of cities, the circulation of images was open, in picture books, free from military constraints. Front views were taken, as the impacted traveler seeks to transmit it through drawn records. Logic of culture intermediation that fed the pride of the citizens. The city books were popularized, of which the best known was the 'Civitas Orbis Terrarum' (Cologne 1572/1618), which featured the Braga map, the well-known Braun plant.

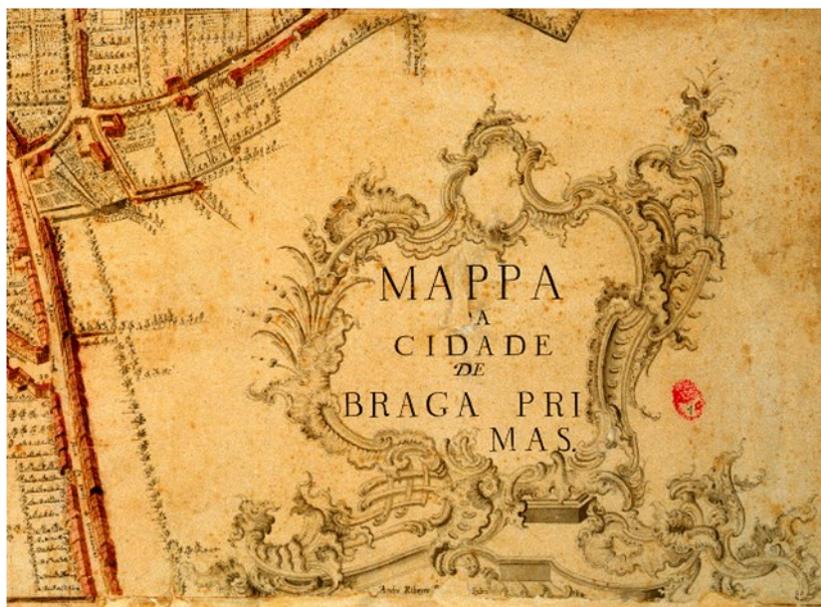
What motivated this urban design work, the only one of an author who has always been active in the specificity of 'risk' for objective architectures? The hypothesis is that it was intended to fix a portrait of the city of the archbishops to preserve future memory, in the face of fear of destruction, like the one caused by the previous year's earthquake that devastated Lisbon and much of the Algarve. A relationship can be established between André Soares's map and Braun's plan. It takes the same point of view and suggests a walled central core of equal relative value in defining the urbanity of places. However, on the other hand, it gives a more accurate readability to the dimensioning of the parts, where the scale relation between main buildings to be highlighted and current constructions in the definition of streets is more balanced, suggesting a better identification with reality.

### Key-words:

Urban Cartography, Baroque Art, Braga City.

### Um mapa de Braga

De André Soares (1720-1769), ilustre clérigo com ordens menores, riscador de retábulos e arquitecturas que marcaram indelevelmente o Tardobarroco no norte de Portugal, sobreviveram dois documentos que nos dão testemunho da qualidade do desenhador de elevado nível de cultura artística e sentido de valorização dos factos urbanos: interessantes, particularmente, o «Mappa da Cidade de Braga Primas» como testemunho para aferir as competências deste artista, não só quanto ao domínio das técnicas do desenho, mas também uma atenção evidente para a interpretação das estruturas físicas que compõem a cidade como um todo<sup>1</sup>; já em 1747, então na casa dos vinte e sete anos de idade, André Soares tinha executado o desenho que compõe a portada dos estatutos da Irmandade do Bom Jesus e Sant'Ana, exercício de composição gráfica que era expressão e testemunho da sensibilidade para interpretar a nova corrente da moda europeia, designada de Rococó.



1 - André Soares – Cartela.

O «Mappa da Cidade de Braga Primas» é datável de 1756, com assinatura por extenso de André Ribeiro (Soares da) Silva. Não constituindo a primeira representação da cidade de Braga, suscita algumas interessantes questões quanto aos sistemas de identificação da imagem verdadeira tomada por um artista do campo criativo. Agia sob o estímulo da sua própria sensibilidade, conferindo ao objecto criado valores interpretativos que, sem desvirtuar a tentação realista do retrato, marcava a ideia de um burgo homogéneo e popular, tutelado de algum modo pela sempre presente autoridade eclesiástica. Esta ideia resulta devidamente expressa na posição particular das igrejas e conventos, tomados como organizadores da estrutura, e uma evidente compreensão dos casarios intermédios com forte sentido qualifica-

---

<sup>1</sup> SILVA, André Ribeiro S., *Mappa da Cidade de Braga Primas*, ms, Lisboa, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda.

dor dos ambientes representados. Trata-se, de modo mais nítido, da visão de um arquitecto da cidade do que de um geógrafo.

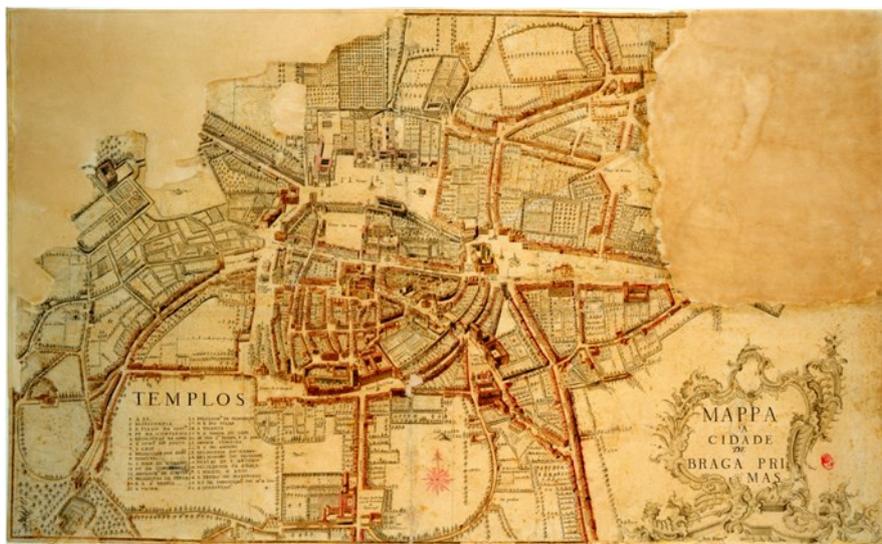
Este designado Mapa, um desenho que melhor se classificaria como uma vista panorâmica, não assenta numa base de ciência cartográfica, constituindo um retrato da cidade barroca como registo memorial. Submete a imagem a um único ponto de vista sem distorcer a perspectiva da representação, aproximando-a de uma isometria. Não é de excluir uma colaboração não comprometida de geómetra, preparando um esquema ou malha condutora do risco. Nos seus trabalhos ligados a projectos, tanto na talha como na arquitectura, André Soares sempre procurou apoio de artífices qualificados ou técnicos dominadores das especialidades necessárias à prossecução de tarefas específicas, pelo que nada impede que o mesmo possa ter ocorrido na preparação do seu «Mappa». A circulação, por Braga, dos engenheiros militares da Aula de Viana do Castelo, pode justificar a eventual intervenção de um geómetra na ajuda ao artista na preparação do esboço que suporta o desenho final.

O século XVII tinha revelado um novo impulso na cartografia portuguesa, na sequência da habilitação da engenharia militar e do papel de Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749) na defesa de competência científica em matérias de geografia e cartografia, como instrumentos de apoio à guerra nas fronteiras. Todo o desenvolvimento da competência cartográfica portuguesa assentara, no que diz respeito à representação de cidades, em objectivos de natureza militar. Desde o roteiro de Duarte d' Armas, realizado à vista para determinar as fragilidades defensivas dos castelos fronteiriços no início do século XVI, às fortalezas de frente marítima levantadas no processo da colonização portuguesa em África, Brasil ou Índia. A procura do rigor no tratamento dos dados informativos sobre o território enquanto teatro de guerra, foi conduzindo a cartografia para técnicas de explicitação das realidades no terreno em sistemas de projecção horizontal com escalas controladas.

Numa outra direcção, mais apontada à valorização dos valores humanistas em crescendo nas sociedades burguesas pós-medievais, cresceu a consciência do valor da *civitas*<sup>2</sup> para a organização da vida urbana. Esta foi uma característica da Idade Moderna que acompanhou os planos de concentração do poder por parte dos representantes vitoriosos das burguesias das repúblicas italianas. Das dinâmicas intercepções sucessivamente estabelecidas entre os principais estados europeus, ressaltou o interesse pelas fórmulas do exercício de autoridade dos senhorios instituídos em terras como Florença ou Veneza. As forças dominantes nestas comunidades mais ou menos alargadas, foram investindo na qualificação dos espaços públicos centrais e sua relação com igrejas e palácios, nobilitando a vida colectiva. A grandeza e importância das cidades acompanharam as capacidades próprias de criar riqueza, não dispensando a contribuição dos moradores no exercício das actividades cívicas.

---

<sup>2</sup> *Civitas*, aqui entendida como cidade, onde o corpo social dos cidadãos unidos pela lei confere responsabilidades e direitos de cidadania, formando um sentido de pertença à cultura colectiva.



2 - André Soares – *Mapa da Cidade de Braga Primas*.

Nestes casos, em matéria de identificação de vistas das principais cidades do continente europeu, prevaleciam os critérios renascentistas de circulação aberta das imagens em livros de gravuras, tomando vistas frontais de conjunto ou parciais, numa lógica de viajante que recebe um impacto visual e o procura transmitir aos povos através de registos desenhados. Tratava-se de uma lógica de intermediação de culturas, enquanto se alimentava o orgulho dos cidadãos. Com a invenção da imprensa e a reprodução mecânica de livros, enriquecidos com as técnicas de gravação em madeira ou cobre desenvolvidas nos finais do século XV, popularizou-se a circulação de imagens incluindo as representações de cidades. Começaram a vulgarizar-se livros de cartografia urbana, alimentando o orgulho dos cidadãos. Um dos primeiros e mais conhecido foi o *Civitas Orbis Terrarum*, no qual figura a *Nova Bracaræ Auguste Descriptio*, o conhecido Mapa de Braun, datável de 1594<sup>3</sup>.

Entre a ciência nascente da cartografia urbana de interesse político e militar, de que Portugal se revelou pioneiro no tempo de formação dos impérios, e as gravuras de valorização das cidades, surgiram documentos de valor relativamente ambíguo, com grau de rigor bastante desigual. É o caso de um álbum de aguarelas seiscentistas com a designação de *Typis Portugaliae*<sup>4</sup>, com data provável à volta de 1690, representando vistas de várias povoações portuguesas. Uma dessas figuras é dedicada a Braga e revela-se de um ponto de vista que apresenta algumas analogias com o Mapa de Braun, mas tem a particularidade de destacar pormenores associados à identificação de monumentos da cidade, permitindo perceber desenvolvimentos urbanos em cerca de um século, o tempo que medeia as duas representações. Elemento importante para a reconstituição da iconografia bracarense, foi publicado em 1989 e não parece ter desempenhado papel relevante para o exercício artístico de André Soares.

<sup>3</sup> BRAUN, Georg e HOGENBERG, Franz, *Civitates Orbis Terrarum Quintum*, Kholn, 1598 (planta nº 3). George Braun, cónego da catedral de Colónia, cartógrafo e geógrafo, foi o responsável pela edição desta obra, contendo perspectivas e mapas de cidades de todo o mundo, incluindo Braga.

<sup>4</sup> ANSELMO, Artur, Um documento iconográfico precioso... «Cadernos Vienenses» 13, Viana do Castelo, 1989.



3 - Mapa de Braun - *Nova Bracaræ Auguste Descriptio*.

Pontuando todo o processo de renovação estilística que percorreu a Europa em tempo de Renascimento da cultura clássica, ganha importância a acção dos bispos que, após uma estadia como dignatários na Cúria Romana, regressaram às suas dioceses com os olhos cheios das cidades de Itália. Assim aconteceu com a nomenclatura religiosa em Portugal e Diogo de Sousa (1461-1532) foi um desses personagens fortemente marcados pela cultura humanista, protector das artes e das letras, espírito iluminado e empreendedor no seu tempo. Ele fora sucessivamente capelão da rainha e bispo do Porto durante nove anos, quando tomou o lugar de arcebispo de Braga em 1505. A primeira viagem a Roma, em que participou, foi em 1493, acompanhando o bispo eleito de Ceuta, que, em nome do rei de Portugal prestou obediência ao papa recentemente eleito, Alexandre VI. Mais tarde chefiou a embaixada que o rei D. Manuel enviou a Roma em 1506 e voltou a integrar outra embaixada portuguesa em 1513.

Em Braga ensaiou expandir esse sentimento colectivo de amor-próprio pela cidade com a realização de importantes transformações urbanas. Promoveu a construção da nova capela-mor da Sé e encetou um plano de ruptura da muralha medieval abrindo ruas largas no interior da malha antiga, completado por alamedas e terreiros no exterior das portas das muralhas. Começou o tempo de abertura a conventos e recolhimentos, da chegada de freiras e frades e do desenvolvimento de indústrias ligadas às actividades religiosas. Neste afã de modernidade reorganizou os recintos exteriores às portas da cidade, criando o Campo dos Remédios e o caminho da ponte para Guimarães, o Campo de Santana na extensão para nascente, o Campo da Vinha a norte e o Largo das Carvalheiras no contorno poente. Levantou capelas, cruzeiros e fontes. Consolidou uma urbe de pedra de espaços abertos, de que o Largo do Paço do Arcebispo junto à primeira rua comercial à margem da Sé, se firmou como o verdadeiro centro cívico.

Braga presume-se então em concorrência com Évora como uma nova Roma e não admira que tenha sido representada, a par de Lisboa, Coimbra e Cascais, no livro de gravuras publicado por George Braun, provavelmente em desenho realizado por Manoel Barbosa em 1594<sup>5</sup>. Esta *Nova Bracaræ Auguste Descriptio* expressa uma vista simplificada “a voo de pássaro” tomada de sul para norte, definindo elementos de contorno que permitem identificar a cidade como um todo. Representa o rio Este contornando a mancha edificada pelo sul, enquanto os terreiros, extensos, apontam os limites do construído fora de muralhas, com algum casario colado aos muros a norte e poente. Destaca-se a marcação voluntária de cruzeiros ou fontes assinalando os lugares referenciais da vida pública, com total ausência de arborização de sombreamento nas ruas do interior urbano. No centro da figura destaca-se o perfil da Sé rompendo a escala para oferecer a percepção do monumento ordenador de todo o conjunto.

Cerca de cento e vinte anos passados da publicação da planta de Braun, em 1728, foi realizada uma outra representação da cidade de Braga, devida a Frei Luís de São José (c.1680-1755), um monge de Cister, natural de Braga, que dividiu a sua vida entre o Mosteiro de Alcobaça a que devia obediência e as cortes do rei D. João V (1689-1750) em Lisboa e a do arcebispo D. José de Bragança (1703-1756), irmão do rei, que ensaiou em Braga a cópia de um estilo cortesão ao serviço do clero. Este monge foi considerado homem célebre no seu tempo. Do mapa que realizou para Braga só existem referências e, tanto quanto sabemos, está considerada desaparecida. Esse trabalho terá sido do conhecimento de André Soares, pela proximidade de tarefas que desenvolveram, ao serviço do Arcebispo ou na realização de altares na Sé, quando André debutava nas artes do desenho e o monge, muito activo na cidade, realizava em 1748 o altar da Confraria de São Tomás de Aquino.

Existe uma evidente coincidência entre o percurso cultural e artístico de Frei Luís, identificado desde a segunda década de setecentos, e o de André Soares, eventualmente seu discípulo em muitas matérias da actividade criativa a que ambos se dedicaram. André recebeu ordens menores vinte e três anos depois da obra do frontão da igreja de São Vicente, traçada pelo monge cisterciense. A prática do risco como pensamento prévio do projecto de que outros seriam executantes e a sensibilidade para a interpretação livre das linhas clássicas suportando o desenho bem trabalhado, são características comuns aos dois autores. Ambos, representantes de um tardobarroco presente no desenho da cidade, tomaram o fachadismo e a absorção das relações do lugar com o observador enquanto pensamento condutor da sua criatividade. Seria, assim, importante matéria de estudo confrontar o mapa de Frei Luís com o Mapa da Cidade de Braga Primas.

A qualidade do mapa de Frei Luis foi elogiada pelo rei e seus conselheiros, que lhe pediram a realização de trabalhos semelhantes, representando de outras cidades portuguesas. É referida, nessa linha, a existência de um desenho representando a cidade do Porto. A ausência de informação concreta quanto à obra produzida neste domínio por Frei Luis de São José, constitui um eventual vazio no que se refere ao conhecimento de um mais algum exemplo de um

---

<sup>5</sup> BANDEIRA, Miguel, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento, 2000 (p.46).

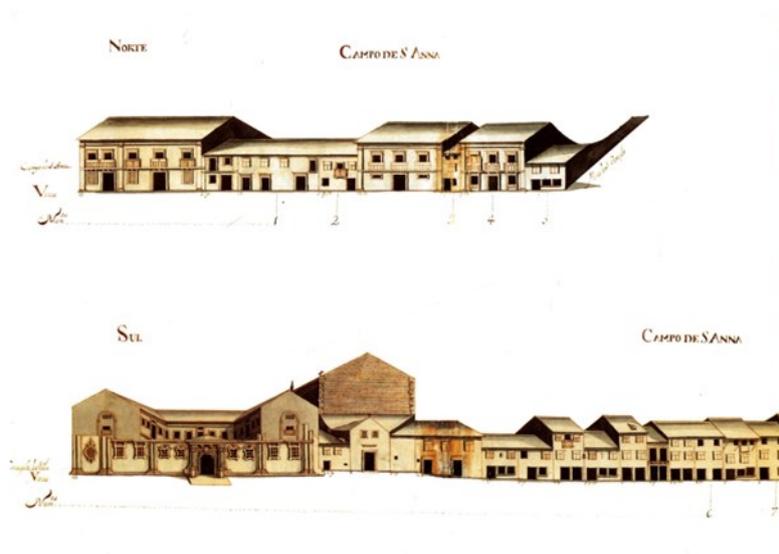
vasto leque de visualização urbana referida às cidades do reino na primeira metade do século XVIII. Como forma bastante distinta de representação visual da cidade, há a assinalar a relevância que assume o Mapa das Ruas de Braga, de 1750, mandado executar pelo Cabido da Sé como instrumento de gestão, para aferir os rendimentos que lhe eram de direito provenientes das rendas das casas que constituíam o património edificado da propriedade original da Mesa Capitular<sup>6</sup>.



4 - Mapa das Ruas de Braga - Frontespício.

Desenhado pelo padre Ricardo da Rocha (1702-1767), o trabalho consubstanciou-se sob a forma de livro, utilizando longas folhas de papel, dobradas, com as sequências de alçados das casas de ambos os lados de cada rua ou praça da cidade. Assinalando linhas verticais coincidindo com as empenas de separação das casas, o desenho das fachadas apresenta-se com o rigor capaz de assinalar a importância relativa das moradias, respeitando a intenção cadastral da encomenda e a possibilidade de lhes atribuir valor. No longo correr das ruas, reconhece-se a largura de cada frente, o número de andares, a posição das portas e das janelas e, até, as particularidades das caixilharias de madeira, onde se pode distinguir a presença de varandas de sacada ou a riqueza das janelas de crivos. Todo este rigor de representação urbana, apesar de não referenciar o carácter organizativo da cidade como um sistema, não deixou de contribuir para a cultura de imagem verdadeira que caracteriza, igualmente o Mapa da Cidade de Braga Primas.

<sup>6</sup> VASCONCELOS, Maria da Assunção, «O Mapa das Ruas de Braga de 1750, breve apontamento sobre a situação do Cabido Bracaraense no século XVIII», *Forum*, Braga, nº 4, Out., Universidade do Minho, 1988 (p. 91-101).



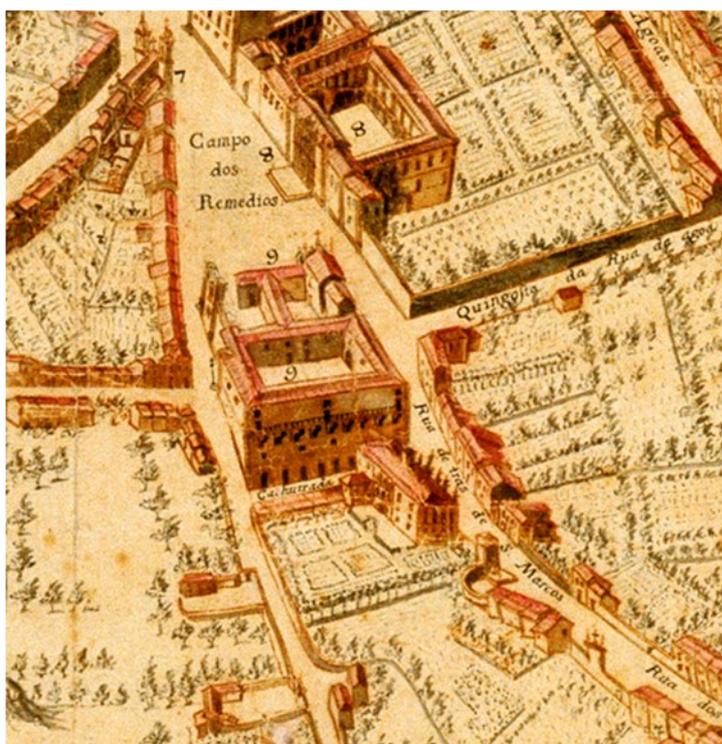
5 - Mapa das Ruas de Braga- Alçados.

Que razões levaram à realização da planta perspectivada de André Soares em 1756? No inventário realizado por morte do arcebispo D. José de Bragança, ocorrida no início de Junho de 1756, referem-se dois mapas da cidade, encaixilhados, o que poderia constituir indicação de que um deles pudesse ser o desenho de André Soares que, pela sua dimensão e acabamento, poderia constituir objecto a valorizar no arranjo das instalações do prelado. Original desenhado sobre papel, que nunca mereceu edição gravada, tem cerca de 1,30x0,80m como resultado da colagem de sete peças menores para constituir a unidade de representação pretendida<sup>7</sup>. Mas não é seguro que um deles se trate do trabalho de André Soares, que por essa época se vinha dedicando a tarefas distintas da encomenda do arcebispo. A ser resposta a pedido do prelado, teria como data limite o final de Maio de 1756, sem tempo para o encaixilhar e pendurar na parede.

Há que atender ao facto de o seu autor se relacionar de modo muito intenso com os jesuítas do Colégio de São Paulo, a ponto de ter realizado o projecto para o altar de Nossa Senhora da Torre quando os padres de Jesus, perante notícias da destruição provocada pelo terramoto de 1755 que arrasou Lisboa e outras localidades do Algarve, clamaram por orações à Virgem junto do povo devoto. E bem se justificava tratar de fazer um perfeito retrato da cidade dos arcebispos para preservação da memória futura, antecedendo que igual tragédia pudesse vir a acontecer por terras do norte, afectando a grandeza monumental de Braga. Esta especulação apontaria para a sua realização já no ano de 1756 (posterior a Novembro do ano do terramoto). O desenho apresenta-nos a Casa do Raio já completa, com jardins tratados e anexos ordenados, sendo que a obra do próprio autor do mapa se terá concluído nesse ano de 1755, tal como o sector sul da Casa Da Câmara, já perfeitamente definido no desenho.

<sup>7</sup> Arquivo Distrital de Braga, Inventário por morte de D. José de Bragança, fls 34.

As formas de representação urbana vinham registando notáveis progressos por toda a Europa, em particular na procura da imagem verdadeira no desenho das cidades. Para além das representações imaginárias dos pintores da Renascença, são conhecidos desenhos de Florença, Roma, Urbino ou Veneza identificando a cidade global em voo de pássaro desde o século XV. O século XVI viu generalizar-se o interesse pelas vistas globais de cidades com a acção de gravadores alemães e holandeses. Em Portugal destacam-se as vistas frontais de Lisboa, Coimbra e Porto realizadas em 1669 por Pier Maria Baldi (1630-1686),<sup>8</sup> ou mesmo a gravura do Porto de H. Duncalf, datada de 1736.<sup>9</sup> Estas, porque são vistas tomadas a partir de pontos situados no terreno, não têm a analogia com as plantas obtidas por cobertura em superfície, como são os dois exemplos conhecidos de Braga, que se aproximam de um método de topografia perspectivada mais frequente nas gravuras europeias.



6 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Casa do Raio.

No quadro de conhecimento que dispomos, importa estabelecer uma leitura comparativa entre o mapa assinado por André Ribeiro (Soares da) Silva, e a planta de Braun. Adopta o mesmo ponto de vista e sugere um núcleo central amuralhado com idêntico valor relativo na definição da urbanidade dos lugares. Mas, em contrapartida, confere uma legibilidade mais rigorosa ao dimensionamento das partes, onde a relação de escala entre edifícios principais a desta-

<sup>8</sup> Pier Maria Baldi, pintor e arquitecto florentino, acompanhou a viagem de Cosme de Medicis pela Europa nos anos de 1668 e 1669, desenhando vistas das cidades visitadas, que constitui uma colecção guardada na Biblioteca Laurenziana, em Florença.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, D-PIN/b-30(2).

car e construções correntes na definição de ruas se apresenta mais equilibrada, sugerindo uma melhor identificação com a realidade. E, em especial, estabelece uma relação de continuidade formal interna mais coerente para a configuração do burgo. Leva mais longe a leitura das periferias, a ponto de afastar o percurso do Rio Este para fora do quadro, em favor de uma interpretação plausível das saídas para sul, tomando com outra clareza os caminhos da ponte para Guimarães e da variação para a estrada do Porto.

É certo que o desenho de André Soares se refere a uma época onde foi intensa a expansão através dos principais arruamentos de entrada ou saída da cidade, facto que merece uma clara preocupação do autor, ao conferir verosimilhança aos alinhamentos de casario. Em particular quando estes se apresentam frontais na orientação escolhida para a planta, optando, nesses casos, por representações cuidadosamente não esquemáticas. Curioso o exemplo da pequena capela no meio do Campo de Santana, em frente à Igreja e Convento dos Congregados. Estes ainda sem os corpos frontais iniciados em 1761 sob projecto de André Soares, repondo o alinhamento à face de rua. A capela, versão quinhentista de planta centralizada quando aparece na representação de Braun, é dada no desenho de André Soares com uma clara, mas mais complexa corporização barroca, mostrando a obra refeita na primeira metade desse século por Frei Luís de São José.

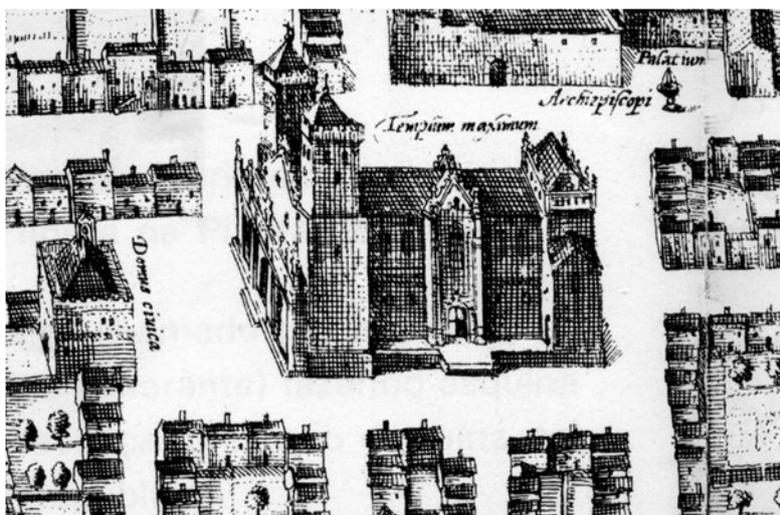


7 - André Soares – Pormenor do Mapa com o Campo de Santana.

É com base no pressuposto de que se pretendia fixar a verdadeira imagem da cidade, que se justificam as principais diferenças em relação à planta de Braun. Ao fixar o ponto teórico da vista sobre Braga, como ponto parado de um voo de pássaro por ausência de elevação no terreno a uma distância útil, André Soares aceita “não ver” todos os edifícios significativos existentes, ou mesmo tomar a notável Igreja da Misericórdia pelas traseiras e reduzindo a de Santa Cruz a uma linha rematada pelas duas torres sineiras. Neste aspecto, e de modo bem diferente, é sintomático que o desenho valorizado da Sé na planta de Braun apresente a fachada principal, orientada a poente, claramente torcida de

modo a permitir a leitura da sua composição. O Mapa Braga Primas também toma a reposição de uma mais correcta largura das ruas, não desvalorizando a compacidade dos quarteirões, nomeadamente no sector sul, onde se continuava a concentrar a maior densidade residencial.

Enquanto leitura global da unidade urbana, como ela se apresentava no final do século XVI, a visão do Mapa de Braun é a de uma cidade circular, cingida por uma muralha defensiva. Os muros estavam já parcialmente tomados por um casario miúdo caracterizando a cinta exterior na proximidade dos rossios de Diogo de Sousa como espaços mais humanizados, percebendo-se a tradição medieval de usar os muros públicos como suporte do casario popular. Sobre a representação tendencialmente redonda, impõem-se dois eixos ortogonais: uma via sul-norte com predominância do sector sul, travado pela presença da Sé; cruza com a linha poente nascente entre portas ainda mal definidas. Ao contrário, a visão de André Soares é perfeitamente horizontal, deixando ler a Rua de um Souto, originalmente marginal, como o grande eixo urbano da predominância comercial e cívica, de extensão indeterminada para o lado nascente.



8 - Mapa de Braun – pormenor da Sé de Braga.

Em obras que teriam para o autor um olhar de significado particular, visto que por si desenhadas como o Palácio Arquiepiscopal ou a Câmara Municipal, ignora as respectivas fachadas orientadas para o espaço público, objecto primordial da respectiva concepção, para se sintonizar com o carácter cívico do terreiro então designado Campo de Touros, privilegiando as casas da frente orientada para sul, que se supõe serem devidas ao risco de Frei Luís de São José. A Casa do Raio, outra obra de André em cujo projecto ele esteve particularmente atento à nova definição do lugar enquanto processo de caracterização urbana, foi representada na configuração do mapa pelo lado dos jardins e anexos. Apesar da sua condição de responsável pela arquitectura do prédio, não pretendeu destacar a componente de invenção pessoal no domínio dorisco, ou os pressupostos formais de que se serviu para concretizar os objectivos principais desse projecto, a não ser dar a perspectiva visível do realizado.

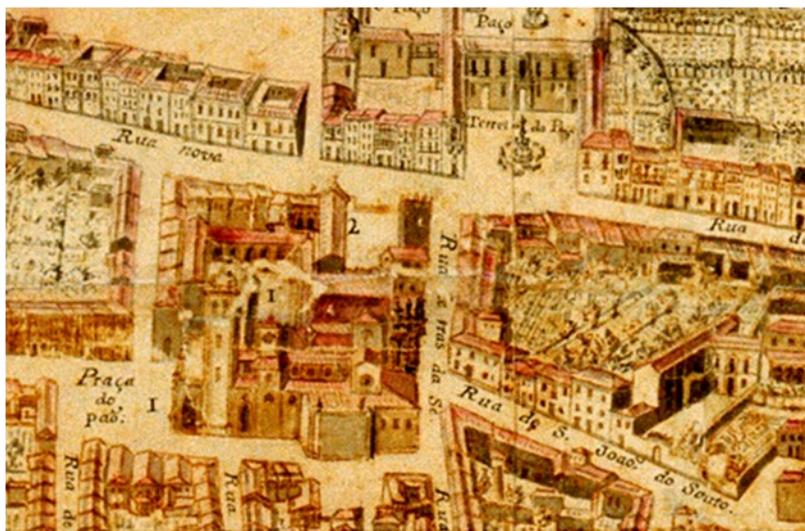
Neste caso, ao desligar a amostragem da cidade dos seus próprios programas pessoais para a caracterização do sítio particular quando da realização da obra, permite que a visão conjunta do sistema urbano ponha em evidência a dimensão original do novo palacete para um burguês filantropo de Braga, o qual surge perfeitamente integrado na configuração final do mapa. Dos vários projectos realizados por André Soares na área urbana da cidade Barroca, o da Casa do Raio foi mesmo o único que mereceu condições para ser razoavelmente mostrado. Beneficia da posição em primeiro plano, mas evidencia que o desenhador se concentrava no tema geral, remetendo-se ao enunciado de princípio, o de tomar a cidade como um todo. Mesmo os principais monumentos e torres serviam para referenciar uma urbe coerente, ainda que em muitos casos o respectivo retrato resulte do abandono das fachadas, restando a representação das trazeiras, como acontece com o Seminário no Campo da Vinha.

O que se destaca, neste trabalho de reformulação do mapa de Braga realizado por André Soares, é a plena consciência da cidade como estrutura, numa composição que valoriza a dimensão urbana no jogo relacionável entre ruas, praças e terreiros, onde os edifícios notáveis suportam a identificação das partes. Por sua vez, os alinhamentos de casario procuram alguma particularidade própria no núcleo central, servindo-se, talvez, da informação publicada do levantamento que o padre Ricardo da Rocha realizou a pedido do Capítulo da Sé, o referido Mapa das Ruas de Braga. E neste caso, quando a correnteza de casas se afasta do núcleo central urbano dentro da muralha, acompanhando as estradas de saída da cidade, a representação neutraliza-se em fiadas descaracterizadas até encontrar uma praça ou uma capela, que lhe confere a importância de um ponto especial, servindo de remate à dimensão urbana na passagem para os campos agrícolas da periferia.

Assim acontece no fecho a sul com o Campo das Religiosas de Nossa Senhora da Conceição, destacando expressivamente a igreja e instalações conventuais. Discretamente, no extremo sudoeste, aparece a Igreja de São Pedro de Maximinos. A norte, para além do casario, estão os religiosos do Carmo com o templo em franca evidência. E a nordeste vê-se a Igreja de São Vicente, antes da parte apagada do mapa. Seria nesse vazão a nascente que, percebe-se, seria a representação perdida do desenho original que levaria à Igreja de Nossa Senhora a Branca e a São Victor, como assinalado na legenda com os números 14 e 15. Não faltando também referência à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, assinalada com o número 19. Acontece o mesmo com a Rua das Cónegas, cujo remate surge igualmente apagado no documento sobrevivente. São referenciais de um conjunto desta memória estruturada onde sobrevive a hierarquia urbana.

Destaca-se ainda a importância do tratamento das quintas e quintais interiores aos quarteirões centrais, fornecendo informação relativa à dimensão de senhorios tutelando palácios integrantes da imagem urbana. É maior a densidade do construído no sector sudoeste por dentro da muralha medieval, revelando estratégias persistentes de cidade antiga nas ruas cruzadas, transformadas por casario de dois e três sobrados. Expressão do crescimento populacional pós-renascentista valorizando pequenas praças e largos, fornece a ideia de uma intensa vida pública. Em contraponto são amplos os rossios e terreiros pontuando as entradas da cidade, assinaladas pelas torres defensivas já sem evidência militar. E deixa perceber esses amplos espaços abertos como princípio de novas urbanidades fora de portas, quase

sempre enriquecidos por vistosas fontes que levam, com a água, vida a esses lugares. Em terra de arcebispos, não faltam também cruzeiros, memoriais e obeliscos.



9 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Sé e o Largo do Paço.

Na Capela da Torre, exercício puro de desenho urbano, o risco de André Soares, solução inventada que decorre do exercício barroco para o domínio do espaço público, é onde melhor se manifestam os sinais do arquitecto inventivo, capaz de revolucionar a imagem da cidade. À severidade jesuíta expressa na fachada maneirista, rígida e fria, da Igreja de São Paulo, foi contraposta a imagem vibrante do altar da praça, suspenso da velha torre medieval de Santiago, entretanto transformada para servir de sineira. Foi um sinal de mudança na linguagem formal da arquitectura de André Soares, que não abdicando quando entendeu necessário do seu entusiasmo pela moda erudita do Rococó, começou a dar prioridade aos aspectos conceptuais no sentido de conferir eficácia aos valores da imagem pública. No Mapa da Cidade de Braga Primas, deixou na cartela e na rosa dos ventos a marca desse gosto pelo recorte naturalista desse Barroco florido.

O Mapa, executado e assinado em data anterior à realização da Capela da Torre, privilegia já a eficácia objectiva do desenho, exprimindo pela delicadeza de um traço seguro a representação dos mais ínfimos detalhes. Desenhado a pincel com tinta sépia ou verde sobre papel, em finas e seguras linhas na condução de curvas e paralelas, o trabalho é completado por manchas aguadas em cinza para marcação dos planos de sombra na acentuação do volume dos edifícios e no destaque com a cor carmim sobre os telhados de maior significado. São artifícios utilizados como referências principais para a percepção do plano urbano. Mesmo que se aceite a repetição da estratégia usada por Georgius Braun quanto à perspectiva utilizada e alguma outra informação disponível a partir do mapa de Frei Luís de São José, de 1729, ou do Livro das Ruas de Braga, de 1750, não se questiona a originalidade das leituras, para registo da identidade dos locais representados.



10 - André Soares – Capela de Nossa Senhora da Torre (Foto Domingos Tavares).

Alguns dos complementos do mapa revelam pormenores de estilo que acompanharam André desde os primeiros ensaios de absorção da nova arte religiosa oriunda da Alemanha ou da expressão cortesã dos interiores palacianos franceses. São disso exemplo a cartela identificadora, em baixo à direita, com a envoltura delirante de linhas sinuosas e fartos motivos vegetais enrolados. Ou mesmo a rosa-dos-ventos assinalando o Norte, encaixada no vazio interior de um quarteirão a sul e a letra redonda da legenda, na base à esquerda, enumerando a totalidade das instituições religiosas que justificam o dito de “cidade dos arcebispos». Mas a configuração da cidade com o realismo das ruas e construções, identificando com absoluta certeza as diferentes peças monumentais da Braga barroca do seu tempo, revelam o artista atento e profundamente conhecedor do meio em que vive e trabalha.

O «Mappa da Cidade de Braga Primas», um manuscrito integrado no espólio da Biblioteca Nacional da Ajuda, ficou privado de duas parcelas de desenho por força das desventuras de um percurso de subsistência por caminhos desconhecidos ao longo de muitos anos, incluindo um restauro em 1819, que estabeleceu a colagem de folhas separadas num suporte de papel em folha única e já com perda dos dois cantos superiores, notavelmente mais significativa a que se refere ao crescimento da cidade para leste.<sup>10</sup> É bem possível que nestes vazios figurassem outros elementos de

---

<sup>10</sup> Biblioteca da Ajuda, Manuscritos de Cartografia. Nº de inventário: Mapa de Braga.

identificação que esclarecessem sobre o proprietário ou encomendante do trabalho, razões objectivas e circunstâncias da sua execução. A essas interrogações junta-se uma outra, mais concreta, referente à designação constante na parte inferior direita do desenho: porque não coube a categoria reclamada de Braga «Primaz» no preenchimento da Cartela? No desenho da cartela, mais do que o estilo Rococó ao modo de André Soares, constata-se a qualidade do traço e técnica de desenho, bem como a tinta utilizada e a respectiva cor, comum a todos os elementos verdes em quintais e arvoredos que figuram no mapa. Não é, por isso, arriscado afirmar que o artista que executou a cartela foi o mesmo que executou a generalidade do desenho, as legendas e a própria assinatura. Que dificuldade terá surgido para tropeçar na distribuição das palavras dentro do espaço reservado ao título? Não existindo rasuras para a montagem final da frase de fecho da obra, só se compreende uma mudança de estratégia identificadora antes de executada esta parte do desenho. O espaçamento das letras em «MAPPA» repete o de «TEMPLOS», mas depois tudo descarrila. Só a reconstituição da história da feitura deste trabalho poderá explicar os desencontros, seguramente ligados às circunstâncias da encomenda.



11 - André Soares – Pormenor do Mapa com a Rosa-dos-Ventos.



## **A Boa Vista de Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza (1818-1899)**

**Vasco Cardoso**

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território e Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade  
vcardoso@fba.up.pt

### **Resumo:**

Em anterior edição deste Simpósio apresentou-se um trabalho em que se destacou a resolução dada pelo engenheiro Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza ao difícil traçado da Rua de Oliveira Monteiro, no Porto, uma rua que solucionaria o estreitamento existente num troço irregular da Estrada Real n.º 2, do Porto à Póvoa do Varzim 1, tornando-o urbano. Este ano, candidata-se ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica uma comunicação onde se procura refletir como, e porquê, Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza trouxe para o Porto o que aparenta ser a influência do urbanismo francês de oitocentos, nomeadamente o de Haussmann, e o modo como o pôde integrar face à circunstância da cidade do Porto.

O engenheiro foi o primeiro professor da Academia Politécnica do Porto com formação obtida nessa mesma instituição – Engenharia Civil de Pontes e Estradas.

Enquanto projetista, participou nas mais importantes obras civis que se faziam na cidade, como o Palácio de Cristal, por exemplo. Após a morte do arquiteto da cidade, Joaquim da Costa Lima Júnior, assumiu o cargo de engenheiro-chefe da Câmara Municipal do Porto, ficando responsável pelo urbanismo da cidade, de 1864 a 1873. Foi uma decisão saída da vontade da Vereação, a de não promover qualquer um dos arquitetos da instituição, mas antes confiar no reputado engenheiro, numa altura em que se esperava lei reguladora do projeto de empréstimo para melhoramentos, em construção desde o seu lançamento na Vereação de 18 de agosto de 1863. Por outro lado, e por coincidência, nova legislatura trouxera novo ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João Chrysostomo de Abreu e Sousa, responsável pelo Decreto de 31 de dezembro de 1864, na resposta à clarificação das circulações, da propriedade, entre outros aspetos por regulamentar, ou regulamentados em legislação dispersa. Neste quadro legal, o município veria o seu projeto de empréstimo aprovado pela Lei de 5 de maio de 1865.

Mas, Gustavo Adolfo Gonçalves e Souza também se dedicou ao ensino industrial, tendo sido docente de Geometria Descritiva e de Desenho Técnico, Arquitetónico, de Ornato e Topográfico na Escola Industrial do Porto. Com a grande reforma do Ensino Industrial em Portugal, Decreto de 20 de dezembro, também, de 1864, promovida pelo Ministro da tutela, o já mencionado João Chrysostomo, a dita escola passaria a ser o Instituto Industrial do Porto, do qual o engenheiro foi diretor. No Porto havia um conhecimento do percurso do ensino industrial na Europa, nomeadamente em França, atestado, por exemplo, quer na filiação que o reitor da Escola Industrial Portuense – a antecessora da Escola

Industrial do Porto declarou no dia da abertura da escola, 22 novembro de 1852, às ações de Jean-Antoine Chaptal e Charles Dupin, quer no inúmero material didático que, mais tarde, o mencionado diretor do Instituto Industrial do Porto, encomendaria desse país, com verbas disponibilizadas pela tutela das Obras Públicas.

Neste enquadramento, procurar-se-á descobrir, sobretudo a partir das Atas da Vereações e do Conselho Municipal, e das Atas do Conselho Escolar do Instituto Industrial do Porto, as possíveis influências francesas no urbanismo da cidade do Porto de então. Para tal, tomar-se-á com maior atenção o traçado da “Rotunda da Boavista”, apoiado em alguns pontos de partida que lançarão este texto, ficando, no entanto, sujeitos a questionamento permanente.

Indagar-se-á se a “Étoile” poderá ter tido alguma influência no desenho da “Rotunda”. A primeira nasceu sobre uma via de traçado paisagístico barroco, no prolongamento do eixo do jardim das Tulherias e tomando uma das direções estruturantes de Paris – o eixo das *Rue du Faubourg Saint-Honoré* e *Faubourg de Saint-Antoine*. A “Rotunda” nasceria sobre uma via – praticamente com a mesma direção (curiosamente) do eixo atrás referido – resultante de um desafio estratégico de ligar duas fundamentais instalações militares. A referência “Étoile” aparece num projeto de 1702 desenhada com um limite circunferencial, de onde radiam 8 braços. Contudo, no *Plan de Roussel*, de 1730, o perímetro é octogonal. E, os trabalhos de Haussmann, pela pena do arquiteto Hittorf, fizeram da “Étoile” um cruzamento de novas avenidas, dando-lhe 12 braços a partir da circunferência perimetral. Já a “Rotunda” do Porto, posterior, foi projetada como dois semicírculos a ladear uma via principal, radiando 3 braços de cada um daqueles, num total de 8 braços, aspirando promover daí, uma futura expansão da cidade.

Se houve, de facto, aprendizagens, importa saber em que medida seriam aplicáveis e o que revelam da circunstância da cidade do Porto.

**Palavras-chave:**

Urbanismo, Porto, Século XIX, Engenheiros, França.

## **Feições hidrográficas de Koeler e sua correlação com as ocorrências de inundações na área gênese da cidade de Petrópolis (RJ - Brasil)**

**Manoel do Couto Fernandes\***  
manoel.fernandes@urfj.br

**Andressa Karen da Silva Nemirovsky\***  
andressakne@gmail.com

**Kairo da Silva Santos\***  
kairo.geo@gmail.com

**Fernando de Souza Antunes\***  
fer.souza.antunes@gmail.com

**Ursula Borges dos Santos Lima\***  
ursula.borrges@gmail.com

**Paulo Márcio Leal de Menezes\***  
pmenezes@acd.urfj.br

### **Resumo:**

O município de Petrópolis, localizado na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (Brasil) possui um histórico bastante amplo em relação a problemas ambientais de diferentes características. Dentre estes se destacam os movimentos de massa e os recorrentes eventos de inundação. Este quadro é intimamente ligado a ocupação do município como um todo, entretanto, ganha destaque o primeiro distrito, onde se localiza a área gênese do município, que começou a ser povoado no século XIX com a construção de uma residência imperial e o planejamento de uma povoação, por ordem do então imperador Dom Pedro II. Inicialmente, esta povoação fora planejada com uma série de características urbanísticas e um código de posturas que demonstravam uma preocupação de uso ambiental responsável. O plano de povoação, conhecido como plano de "Povoação-Palácio de Verão" ou plano Koeler não permitia a construção em topos de morros e apresentava uma preocupação com a interação dos rios no contexto urbano. O arranjo da trama urbana planejada e uma série de obras para evitar problemas relacionados a inundações podem ser identificadas na 'Planta de Petrópolis – 1846'. Esta planta, elaborada pelo Major de Engenheiros Julio Frederico Koeler, serviu de modelo para a instalação da povoação da futura cidade de Petrópolis. Ela revela uma série de feições da paisagem que foram suprimidas ao longo tempo, como, cemitério, praças e outras edificações, entretanto, uma avaliação mais

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Departamento de Geografia– Instituto de Geociências, Laboratório de Cartografia – GeoCart - Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil

detalhada do sistema fluvial revela mudanças muito mais significativas em relação as demais. A forma dos rios sofreu muitas modificações com canalizações e a supressão de ilhas. Esse quadro é mais um elemento que fomenta os problemas de inundações que ocorrem cotidianamente na área gênese do município, pois revela o quanto a preocupação inicial com estes eventos fora deixada de lado, revelando uma dinâmica de desordem de ocupação e modificação do sistema fluvial. Buscando fazer uma correlação espacial entre eventos de inundações dos últimos 8 anos e a forma dos rios delineada na Planta Petrópolis (1846), o presente trabalho apresenta uma narrativa pautada na descrição do sistema fluvial das bacias dos rios Palatino, Quitandinha e Piabanha, que compõem a área de planejamento do município de Petrópolis realizada por Koeler, e como a modificação deste sistema, principalmente a supressão de ilhas e forma dos rios, tem conexão espacial com a concentração de eventos de inundações. Para tanto, a Planta Petrópolis (1846), de escala 1:5.000, foi georreferenciada e vetorizada, e posteriormente comparada com as cartas topográficas do município de Petrópolis (1999), de escala 1:10.000. Assim, foram criadas as condições para o estudo das modificações das formas dos rios e supressão de ilhas. Os registros de inundações foram levantados a partir de dados de quatro estações pluvio-fluviométricas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ) distribuídas pelas três bacias de drenagem que compõem a área gênese do município. A partir destes registros foi realizada uma avaliação espacial do fenômeno através de estatística espacial de Kernel, identificando regiões de influência desses eventos, e consequentemente as bacias mais susceptíveis. Estes dados foram posteriormente comparados com a caracterização morfológicas dos rios, buscando fazer paralelos entre a forma dos mesmos e a supressão de ilhas fluviais. Os resultados apontam que na Planta Petrópolis (1846) já havia algumas retinilizações fluviais previstas, entretanto, em uma área muito menor do que ocorre nos dias atuais. Além disso, foi observada a supressão de quatro ilhas, duas no rio Quitandinha (847 e 139 m<sup>2</sup>), uma no rio Piabanha (218 m<sup>2</sup>) e uma no rio Palatino (195 m<sup>2</sup>). Espacialmente, foi possível verificar uma concentração dos eventos de inundações na bacia do rio Quitandinha, com 93,1 % da ocorrência total de inundações. As bacias do Piabanha e Palatino apresentaram uma concentração menor com valores, respectivamente, de 1,15 e 5,75% dos registros de inundações. Esse resultado corrobora preliminarmente a correlação das inundações com as intervenções nos rios, pois na bacia do Quitandinha, onde ocorre as maiores modificações na forma dos rios e a maior supressão em número e área de ilhas fluviais, foi onde ocorreu a maior concentração de inundações. Na verdade, a modificação da forma dos rios e a supressão de ilhas são apenas um indicativo da concentração de inundações, visto que outros elementos da paisagem, como as características geomorfológicas, geológicas, climatológicas, cobertura e uso da terra, dentre outras, devem ser avaliadas para o entendimento completo da dinâmica e concentração destes eventos.

**Palavras-chave:**

Planta Koler, Inundações, Forma de rios, Ilhas, Dinâmica da Paisagem.

**Porto: ainda a cidade das aldeias?  
Da Carta de Augusto Telles Ferreira à Porto 2001**

**Mário Mesquita**

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Arquitecto e investigador (I2ADS, CITCEM)  
mmesquita@arq.up.pt

**Bruno Quelhas**

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
b.plasenciaquelhas@gmail.com

**Resumo:**

A presente comunicação pretende ampliar a reflexão sobre a cidade do Porto e as suas inter-relações sócio espaciais e intersecções cidade/campo. Neste território, cuja expansão polinuclear, preserva algo do “comum” e da “comunidade”, o que significa, na contemporaneidade, a herança dos “Lugares” que o compunham no final do século XIX e que foram cadastrados (entre 1860 e 1892), ainda antes da sua delimitação formal, com a estrada da Circunvalação? Se compararmos a cidade contemporânea com a da Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 (coordenada por Augusto Telles Ferreira) aferimos que são evidentes as permanências que permitem ler espacialidades de resistência da estrutura oitocentista e dos “rsgamentos” que se planeavam, revelando, hoje, outra cidade, a “cidade das aldeias” que foi sobrevivendo à implantação de “outras”, como a industrial, a do “trabalho”.

Abordando os processos de transformação desses territórios, actualmente instáveis social, espacial e culturalmente, falamos de sítios, em sistema (espacial e humano) e, sobre os quais, há 127 anos, foram traçados planos de expansão ainda por concluir. A empresa a que essa equipa se lançou, não teve como objectivo único o levantamento do território por fins cartográficos, mas sim “a criação de uma ferramenta de gestão/administração do espaço urbano para a Municipalidade” – Telles Ferreira refere-o no Relatório da Comissão Municipal onde admite criar um registo da informação essencial para um conhecimento rigoroso e analítico da cidade e seu planeamento, ao que acrescenta que serviria “para se poder melhor apreciar os novos estudos de ruas que forçosamente se hão-de abrir nas freguesias anexadas”, depois de concluída a Circunvalação.

Após o mapeamento dessas espacialidades e sociologias (a partir de cartografia – hoje histórica), tornou-se possível revisitar os percursos do Porto do século XIX, verificar a resiliência desses processos físicos/sociais de ocupação do território e compreendê-los na cidade actual. Convocando a dimensão histórica, usando-a na medida das necessidades de compreensão da contemporaneidade, interpretando/observando/registando o espaço nos próprios “Lugares”, repensamos, no presente, as suas idiossincrasias.

Partindo da premissa que o território das cidades é composto por rupturas e continuidades que nos informam do seu

processo de transformação (entretecido, arqueologicamente, como camadas, sobrepondo espessuras) como objecto de estudo, não se constitui em realidades estáticas. Pelo contrário: a sua formação/consolidação são processos dinâmicos/sobreviventes, que se alternam, estabelecendo-se como matéria desenhada/cartografada, produzindo evidências históricas materiais, reproduzindo a invenção do território, o desenho do ambiente urbano e a afirmação do ser urbano.

Ao atentarmos na importância da informação e sobretudo da interpretação da cartografia histórica, das várias cartografias que se vão sobrepondo/sucedendo no tempo, observarmos, no caso específico da Carta de 1892, um retrato esclarecedor do tecido urbano portuense do último quartel de 1800 nas vésperas dos limites que hoje conhecemos (conclusão da Estrada da Circunvalação em 1896 e a troca de terrenos com concelhos vizinhos, e.g. zonas da Sr.<sup>a</sup> da Hora, Rio Tinto e o leste da freguesia de Campanhã). Se fizermos um exercício de comparação com a cidade contemporânea, especialmente com a que resultou da “Porto 2001”, com todo um conjunto de intervenções ligadas à requalificação do espaço público planeadas para a Capital Europeia da Cultura e à sua acção sobre as redes de caminhos oitocentistas (apenas consagradas numa pequena e redutora parte intitulada de “Caminhos do Romântico” – que presunham recriar uma rede excêntrica de ligações ao centro da cidade através de uma memória totalmente embebida no centro da mais expandida e consolidada malha urbana, no do interior dos quarteirões), verificamos um conjunto de evidentes permanências que nos permitem perceber a resistência, de facto, de uma estrutura rural, a referida outra cidade no interior da nossa.

Após o mapeamento dessa memória resistente de outros tempos, tornou-se possível revisitar esses percursos herdados do século XIX, verificar a resiliência dessas estruturas de ocupação do território e compreender o seu papel na cidade actual, num campo geográfico que extravasa, por razões de assentamento das populações, fluxos e dinâmicas diárias e substantivas identidades materiais e imateriais, ultrapassando as fronteiras administrativas portuenses e estendendo-se a uma área geográfica que podemos definir como a intersecção dos territórios do troço mais litoral da bacia hidrográfica do rio Douro.

Essa cidade alargada, refundindo a matriz de um território convergente ao Porto, vai ganhando densidade até chegar à foz do rio, alternando ruralidades com urbanidades, salpicando sincopadamente a paisagem com território, tornando obsoletos os limites administrativos, linhas imaginárias tão materiais no quotidiano e na cartografia de há 100 anos.

Reflectindo sobre a cartografia histórica e os processos de planeamento, de que forma a sua conjugação disponibiliza ferramentas de transformação do território e do ambiente urbano?

**Palavras-chave:**

Território, Cidade, Cartografia histórica, Porto.

Tema 5  
Cartografia Temática e  
Representações Territoriais



## A evolução da rede de estradas em Trás-os-Montes (séculos XIII-XIX): uma análise cartográfica comparativa

Rúben Conceição

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
filipe.rtc@gmail.com

### Resumo:

Através do estudo comparativo entre cartografia antiga e algumas fontes textuais produzidas entre os séculos XIII e XIX, pretendemos realizar uma análise temporal de longa duração, de forma a aferir a evolução da rede de estradas e caminhos na região de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal. Paralelamente, procuramos identificar as diferentes estruturas que compunham esta rede, entre povoações, pontos de passagem, como pontes e barcas de passagem, e estruturas militares, onde se incluem as principais fortificações, bem como compreender a sua importância e o seu impacto nos espaços em que se inseriam, à escala local e à escala regional.

Feita uma breve exposição dos objetivos, dos obstáculos e da metodologia seguida, tentaremos apresentar não só a evolução da rede de estradas de um espaço regional particular, mas expor de igual forma o impacto que esta teve ao longo de seiscentos anos num determinado espaço e nas suas populações locais, mas também na forma como os poderes dirigentes e os seus mandatários observavam e controlavam o território.

### Palavras-chave:

Trás-os-Montes; Séculos XIII a XIX, Rede de estradas, Cartografia antiga.

### Abstract:

Through a comparative study between ancient cartography and some textual sources produced between the XIII<sup>th</sup> and XIX<sup>th</sup> centuries, we intend to undertake a long-term temporal analysis in order to assess the evolution of the network of roads and paths in the region of Trás-os-Montes, in the north of Portugal. At the same time, we will seek to identify the different structures that compose this network, between settlements, waypoints, such as bridges and barges, and military structures, where the main fortifications are included, as well as understanding their importance and impact on the spaces in which they were inserted, at local scale and on a regional scale.

With a brief exposition of the objectives, obstacles and methodology to be followed, we will try to present not only the evolution of the road network of a particular regional space, but to expose equally the impact it had over 600 years in a given Space and its local populations, but also in the way in which the governing powers and their representatives observed and controlled the territory.

### Keywords:

Trás-os-Montes; XIII<sup>th</sup> to XIX<sup>th</sup> centuries, Road network, Ancient cartography.

### Introdução

O presente trabalho surge no contexto de uma dissertação em curso no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Nele se pretende realizar o estudo da rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega para o século XIII. Contudo, sentimos a necessidade em reconstruir a evolução desta ao longo dos séculos, de modo a tentar entender o impacto que as vias, sejam elas mais ou menos antigas, foram tendo na estruturação do espaço, num território de características tão únicas como o de Trás-os-Montes, em que os aspetos da Geo-

grafia física marcaram a interação do Homem com o espaço, quer aquele que ocupavam, quer com aqueles que o rodeavam.

Este texto dividir-se-á em três partes: na análise das interpretações de fontes textuais medievais e na metodologia utilizada pelos seus autores, tendo em vista a construção de mapas temáticos, seguida do exame da cartografia elaborada à escala nacional e regional entre os séculos XVI e XVII, desde o mapa de Álvares Seco de 1561, terminando na comparação das diferentes redes viárias existentes na cartografia dos séculos XVIII e XIX.

Foram várias as opções tomadas ao longo deste processo. No que diz respeito à escala das imagens cartográficas, optou-se por redesenhar, com o recurso à CAOP 2018, as diferentes redes viárias a uma só escala, aproximadamente 1:270.000, de forma a ser possível georreferenciar os dados extraídos dos diversos mapas, recorrendo por vezes à escala de ca. 1:30.000, com o objetivo de reconstruir, o mais fielmente possível, os traçados viários em detalhe.

No que diz respeito às informações a recolher, selecionamos as pontes, os caminhos e as fortificações em Portugal e em Espanha, como prioritárias. Paralelamente, procuramos identificar a existência dos principais nós viários, dentro e fora do território em estudo, tendo em conta o número de estradas adstritas a cada núcleo populacional existente nos mapas.

Relativamente aos mapas extraídos da bibliografia consultada, pelo facto de os autores apresentarem as fontes de onde retiraram as informações que serviram de base para a sua construção, não se realizou o mesmo processo que com a cartografia antiga.

No decorrer deste ensaio teremos como imagem de referência o mapa de Jorge Alarcão, incluído numa das suas obras mais recentes, intitulada de *A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.* (2017). Apesar de não corresponder à cronologia em análise, o autor, no sub-capítulo dedicado às «Vias e Portos», faz uma síntese sobre as grandes estradas romanas, começando pelo *Itinerário de Antonino*, e uma descrição das *mansiones*, estalagens onde os viandantes podiam pernoitar, e das *mutatio*, as estações de muda de cavalos. Do mapa construído sobressaem as estradas cujo traçado têm um elevado grau de fiabilidade, em relação às que, apenas com sérias dúvidas, se podem reconstituir (ALARCÃO, 2017, p. 230), com o objetivo de averiguar, por um lado, a importância destes traçados na rede viária transmontana, e por outro, a (in)capacidade das autoridades locais, regionais e nacionais em os substituir.

## 1. Análise das interpretações de fontes textuais medievais

No que diz respeito às interpretações cartográficas de fontes textuais medievais, iniciamos a nossa análise com o estudo de Maria Fernanda Maurício, intitulado *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, a autora reconstrói a rede viária do mesmo território, através das alçadas das Inquirições Gerais do Reino de D. Afonso II (1220), de D. Afonso III (1258) e de D. Dinis (1288, 1303 e 1307), dos registos das Chancelarias Régias dos três monarcas e ainda de diversos códices mandados organizar no séc. XVI por D. Manuel I (1997, p.19-22). Se o objetivo foi

realizar um estudo aprofundado da região transmontana ao longo do séc. XIII e início do séc. XIV, a historiadora não deixou de ser sensível às contribuições da Arqueologia no que diz respeito à análise dos vestígios romanos, sobretudo pontes e caminhos, mas também a estruturas normalmente associadas às vias, como as albergarias e as barcas.

O *Mapa de conjugação de vias terrestres/segundo vários autores e as Inquirições de 1220 (D. Afonso II), 1258 (D. Afonso III) e 1288, 1301, 1303 e 1307 (D. Dinis)* é o título da imagem elaborada, que figura a existência de uma estrutura viária com um ordenamento radial, sistema que seria o mais favorável a uma articulação da organização agrária camponesa no planalto transmontano, adaptada a um modelo específico de colonização da terra. Essa rede tinha, por um lado, Vila Real e Torre de Moncorvo como importantes centros distribuidores, dos quais saíam várias das rotas utilizadas pelos mercadores, almocreves e pelas gentes da região nas suas deslocações, e por outro, o rio Douro, que atuava como importante via de escoamento da produção regional, sobretudo do seu vinho (1997, p.269-270). Paralelamente, a interpretação realizada pela autora demonstra um desequilíbrio na distribuição das informações no território em estudo, com uma maior rarefação nos espaços fronteiriços.

No nosso entender, os dados recolhidos por Fernanda Maurício estão representados como se tratasse de um acrescento a uma rede viária construída com base noutros estudos acerca do tema. De notar ainda que a larga maioria das informações se concentram nos vales dos rios Tâmega e Corgo, especialmente nos seus tramos finais, na aproximação ao rio Douro, escasseando à medida que se aproxima a faixa fronteiriça para Leste, com exceção de algumas estradas em volta de Torre de Moncorvo.

Destacando apenas as estradas que são referidas nas Inquirições Gerais do Reino, encontra-se cartografada aquela que, atravessando o rio Tâmega em Marco de Canaveses, chegaria a Baião, onde se bifurcaria, rumando, por um lado, para Santa Maria do Zêzere, junto ao rio Douro, e por outro, em direção a Vila Real. Daqui, outras cinco vias tinham o seu ponto de partida, nomeadamente Mateus, São Martinho de Antas, Favaio, Alijó e Torre de Moncorvo, passando esta por Vilarinho da Castanheira e tendo continuação até Alfândega da Fé e Mós e, desta última, para Mogadouro e Freixo de Espada-à-Cinta. De Freixo, a estrada continuaria até Lagoaça (figura 1).

Das cinco vias que saem de Vila Real, quatro dirigem-se para Leste e encontram-se cartografadas individualmente. Contudo, estamos em crer que a opção mais acertada seria a existência de um único traçado, equivalente a uma só estrada, que então passaria por Abaças, São Martinho de Antas, Favaio e Alijó, com uma bifurcação neste último núcleo, podendo o viajante continuar a rumar para Oriente até atingir o rio Douro em Freixo de Espada-à-Cinta, ou optar por dirigir-se para Norte, passando por Murça - onde existiria uma albergaria - e pelo campo de Jales, chegando finalmente a Chaves, de onde uma estrada seguiria até Soutelo, percorrendo, muito provavelmente, a via romana XVII.

Outro estudioso da nossa temática foi Humberto Baquero Moreno. Entre os seus trabalhos retivemos *Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV*. Publicado em 1982, trata-se de um ensaio que tem como base de suporte a rede viária romana conhecida, os itinerários régios de D. Afonso III, de D. João I e de D. João II, bem como as principais linhas de comunicação utilizadas pelos almocreves que ligavam o litoral ao interior do Reino (figura 3). O seu obje-

tivo passou por contrariar a ideia de isolamento da região face ao resto do Reino, afirmando que “Quando muito o isolamento deverá ser entendido no sentido das dificuldades havidas na transposição de áreas montanhosas que pelo seu relevo constituíam barreiras que se apresentavam como autênticos desafios aos homens desse tempo”(1982, p.200).

No artigo de Manuel Sílvio Alves Conde e de Marina Afonso Vieira, intitulado *Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos*, através da análise de documentação dos finais da Idade Média e do início de Quinhentos, desde itinerários de reis e de eclesiásticos, a tombos de Ordens monásticas e militares, às demarcações de fronteiras e ao levantamento realizado por Duarte d’Armas, conhecido como *Livro das Fortalezas*, os autores reconstruíram uma vasta rede de caminhos, principais e secundários, incluindo pontes, barcas e as antigas vias romanas, o que demonstra a capacidade do homem medieval em transpor os acidentes geográficos, reaproveitando velhos percursos ou criando novos(2006, p.76).Entre os trabalhos que selecionámos, é o estudo mais equilibrado e completo no que diz respeito à utilização das fontes textuais existentes.

Na cartografia elaborada (figura 2), é necessário destacar a individualização das vias romanas e das vias medievais, bem como a figuração de diferentes estruturas, nomeadamente pontes, com uma larga repartição por todo o território e com concentrações em volta de Vila Real e de Bragança, mas também barcas, distribuídas ao longo de todo o rio Douro, mas sobretudo em Freixo de Espada-à-Cinta. Para Amândio e Susana Barros, estas últimas eram importantes à escala regional e tinham consequências efetivas na fiscalidade dos caminhos e na tentativa de promoção de alguns núcleos, como Torre de Moncorvo, em que o alcaide-mor, Fernão Vaz de Sampaio, em 1498, permitia que algumas pessoas pudessem andar por um *caminho defeso* a troco de um pagamento, em alternativa a utilizarem o que seguia direto da barca para a vila, resultando em prejuízo para Moncorvo, pois não recebia os direitos relativo à cobrança da passagem (2001, p.193-194).

Quer as pontes, quer as barcas, apresentam-se como importantes pontos na rede viária constituída por três principais eixos no sentido Oeste-Este, diga-se a via romana XVII a passar por Chaves rumo a Bragança, local de chegada da segunda estrada que, vindo de Braga e de Guimarães, transpunha o rio Tâmega em Arco de Baúlhe, passando por Vila Pouca de Aguiar e Valpaços até atingir a vila raiana. A terceira estrada era a que, entrando em Trás-os-Montes pela serra do Marão, no percurso entre Amarante e Vila Real, levava o viajante até às margens do rio Tua, ora em Mirandela, podendo assim atingir Bragança pelo vale do Sabor, ora mais a Leste, em Torre de Moncorvo, com vários caminhos até Miranda do Douro, destacando-se o *carril mourisco*, que atravessando o rio Douro em Barca de Alva, seguia para Norte.

Entre a Galiza e o Douro português, um dos principais eixos era o de Chaves-Vila Real, ligando as terras de Monterrei a Norte com as de Lamego e o rio Douro a Sul, tal como o que partindo de Freixo de Espada-à-Cinta, passava por Mogadouro e Vimioso, até atingir Bragança. Esta rede seria ainda complementada por uma rede alargada de vias secundárias.

Contudo, existem algumas *nuances* na descrição de alguns traçados entre os diferentes estudos até agora apresentados. Baquero Moreno apresenta três vias principais que, oriundas do Entre-Douro-e-Minho, tinham como Bragança o seu destino (figura 3), as mesmas que Manuel Conde e Marina Vieira descrevem no seu artigo, bem como as vias do eixo Norte-Sul, Chaves-Vila Real-Lamego, e o *carril mourisco*, com a diferença que, de Mogadouro, se dirige a Miranda do Douro e não diretamente a Vimioso, para depois atingir a vila ducal. Aquele autor traça ainda a via romana, a única ligação cartografada a Castela, a transpor a fronteira entre Vinhais e Bragança, e é o primeiro a dar um maior destaque à povoação de Alfândega da Fé, tendo em conta os demais pontos viários. Esta imagem é reconstruída para o século XIII e inícios do século XIV por Fernanda Maurício, mas a análise da cartografia da época moderna leva-nos a concluir que Alfândega terá perdido a sua importância<sup>1</sup>. Outra diferença é o destaque dado a algumas vilas ribeirinhas do rio Douro, como são os casos de Freixo-de Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo e Peso da Régua, que com o tempo vão ganhando preponderância como importantes nós viários entre Trás-os-Montes e a Beira Alta.

## **2. Análise da rede viária transmontana nos mapas antigos**

No que diz respeito aos mapas antigos em estudo, o primeiro é o mapa de Álvares Seco de 1561 (figura 4), destacando-se pela sua menor dimensão (35,30 x 51,50 cm), quando comparado com os demais mapas nacionais selecionados e por ser aquele em que a escala é a menor, ca. de 1:1.340.000.

Nele são identificadas as sedes de bispado, incluindo as de Bragança e de Miranda do Douro, sinal de que o autor estava a par dos acontecimentos, pois a criação da diocese de Miranda do Douro deu-se em 1545. Contudo, não se fazem representar fortificações, o que exclui a concepção do presente mapa ter fins militares. As informações mais relevantes são as pontes, 25 no total (figura 5), espalhadas pelo território formando concentrações específicas. Destas, quatro estão no Entre-Douro-e-Minho, sendo que três fazem parte da via romana XVII. enquanto a quarta não foi identificada. No vale do rio Tâmega é possível encontrar nove pontes, incluindo a ponte de Trajano em Chaves, a de S. Gonçalo em Amarante e a de Marco de Canaveses, mais a Sul.

De notar que o autor não fez representar a ponte de Cavez, importante ponto de entrada em terras transmontanas, onde foi possível identificar outras pontes, nomeadamente a construída sobre o rio Corgo, em Vila Real, quatro no rio Tua e seus afluentes, entre as que destacamos a ponte da Pedra, de origem romana, em Torre de Dona Chama, verificando-se um número equivalente para o rio Sabor. As últimas três distribuem-se pelas pequenas ribeiras e rios que, entre Torre de Moncorvo e Miranda do Douro, desaguam no rio Douro.

---

<sup>1</sup> Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira já tinham sinalizado esta povoação como fazendo parte da estrada de Bragança-Torre de Moncorvo, no troço Morais-Alfândega da Fé-Torre de Moncorvo. Com foral outorgado em 1294 por D. Dinis, terá perdido protagonismo no decorrer das Guerras Fernandinas e, mais tarde, com as benesses dadas por D. João I aos que o tinham apoiado na guerra contra Castela, com o monarca a passar povoações do termo de Alfândega da Fé para a posse de privados. Para uma análise mais aprofundada, ver SOUSA e COSTA, 2016, p.201-202.

Feito o sumário das pontes representadas neste mapa, é possível conjecturar acerca da existência de alguns eixos viários. No sentido Oeste-Este, teríamos a Norte a estrada que seguiria o traçado da via romana XVII, sendo que em Chaves poderia seguir, ou pelo vale do Rabaçal ou pelo vale do Tuela, ou em direção a Mirandela, ligando daí a Bragança para Norte ou a Torre de Moncorvo para Sul. As duas das três pontes identificadas que fariam a transposição do rio Tâmega no seu percurso final, indicam a existência de uma via paralela ao rio Douro, e que teria Vila Real, Torre de Moncorvo e Alva como pontos intermédios, até chegar a Miranda do Douro.

No eixo NE-SW, o percorrer dos caminhos ao longo dos vales do Tâmega e do Corgo, que ligariam Vila Real a Chaves, já se parecem fazer sentir, pelo menos, desde esta época, a par de Mirandela como principal centro distribuidor no interior de Trás-os-Montes.

No mapa elaborado por Pedro Teixeira Albernaz (figura 6), editado em Madrid, em 1662, com dimensões de 77 x 190 cm e uma escala de ca. de 1:660.000, as únicas informações de relevo para o nosso estudo são as fortificações de Chaves, no vale do Tâmega, e as de Bragança, Outeiro, Vimioso e Miranda do Douro, ao longo da fronteira Leste, além dos castelos de Torre de Moncorvo e o d'Alva, mais a Sul. De referir que este é o único mapa em estudo que realça a presença de uma estrutura militar entre Barca de Alva e a vila de Poiães, posição essa que permitiria o controlo da confluência do rio Águeda com o rio Douro e o trânsito fluvial, quer ao longo deste rio, quer entre as duas margens.

Paralelamente, refira-se a existência de uma única ponte em toda a região transmontana, em Chaves, não sendo visível a presença de estradas ou caminhos, quer em Portugal, quer em Espanha. Num território marcado por acidentes naturais, como o autor faz questão de registar, ao cartografar inúmeras serras e rios, estranhamos a falta de informação quanto a este aspeto. Mas, tendo em conta a ponte romana de Chaves e a via que por ela passava, é seguro afirmar a sua existência. Paralelamente, as ligações entre as fortificações referidas decalhariam alguns dos caminhos anteriormente referidos, ligando assim as diversas povoações fronteiriças.

Relativamente a mapas de escala regional, a *Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes ...*, de 1777 (figura 7), manuscrito com 133 x 96 cm, está enquadrado num atlas composto por quatro imagens, da autoria de José Monteiro de Carvalho. Este destaca-se dos restantes mapas regionais por englobar todo o território a Norte do rio Douro, desde a costa oceânica até à fronteira Este com Espanha, o que permite descrever com maior rigor as vias de comunicação entre estas duas regiões. Devido às suas características, Luís Miguel Moreira (2012, p.178) refere como fontes mais prováveis para esta obra “os mapas das províncias, na sua versão Grandpré, Laurent, Carpinetti ou López, ou ainda o mapa de Portugal de Thomas Jefferys”, deixando, contudo, algumas reservas.

Os demais mapas de escala regional são o de Laurent (figura 8), editado em 1760, com 17,50 x 28,10 cm e uma escala de ca. de 1:770.000, e um mapa editado em 1826, com 20,40 x 28,50 cm, uma escala de ca. 1:780.000 e que é uma versão do mapa de Carpinetti de 1762 (figura 9). Estes dois têm como base o de Grandpré de 1730, que por sua vez se terá baseado nos exemplares de Luc Besson e de Gaspar Baillieu, ambos de 1704, bem como no de J.B. Nolin de 1724 (MOREIRA, 2012, p.88).

As gravuras de 1760 e 1824 apresentam uma rede viária mais densa na parte meridional do território em análise. Das três cartas, a de 1777, que conta com 89 topónimos relacionados com vias, é a única que exclui ligações com o reino vizinho. Comparando esta à carta de 1826, com 91 topónimos, ambas apresentam dois traçados no sentido Oeste-Este, um a Norte, entrando no espaço em análise através de Chaves, seguindo para Bragança e daí a Miranda do Douro, e outro a Sul, sendo que na versão Carpinetti, existe uma via que acompanha o rio Douro ao longo da sua margem direita, desde Miranda do Douro até Eja, já no Entre-Douro-e-Minho, enquanto no mais antigo, essa ligação é feita mais a Norte, por Vila Real, chegando ao litoral através de Amarante.

Quanto ao mapa de 1760, é o mais pobre em informações, com 35 topónimos, apresentando apenas um itinerário no sentido Oeste-Este, que transpõe o Tâmega perto de Mondim de Basto, atingiria o Tua a Norte de Mirandela, onde se juntaria a uma via que, desde Torre de Moncorvo, teria Bragança e, mais à frente, Miranda do Douro ou a fronteira, como destinos.

Com características semelhantes ao mapa de Pedro Teixeira Albernaz, a *Carta das principais estradas militares de Portugal* de 1808 elaborada com contributo francês por Lourenço d'Eça e Romão Almeida (figura10), tem 75 x 136 cm e uma escala aproximada de 1:470.000. De todos, é o mapa que apresenta mais informações no que diz respeito à rede viária de Trás-os-Montes, com 203 topónimos, onde se incluem algumas povoações espanholas e caminhos transfronteiriços, nomeadamente em Montalegre, Chaves, Tuizelo (Vinhais), Rio de Onor (Bragança) e Riomanzanas (Espanha), Malhadas e Paradela (Miranda do Douro), além de uma passagem por barca em Bemposta (Miranda do Douro).

Porém, os autores não localizam as pontes e apenas identificam as fortificações portuguesas<sup>2</sup>, nomeadamente uma linha defensiva no extremo Norte, desde Montalegre a Bragança e incluindo Chaves e Monforte de Rio Livre, e uma outra a Este, que partia de Bragança até Torre de Moncorvo, e da qual faziam parte os recintos militares de Outeiro, Vimioso e Miranda do Douro, protegendo assim a Terra de Miranda e o alto Douro. Destacam-se ainda quatro fortificações: Mirandela, no centro do território transmontano; a cidade de Lamego, na margem esquerda do rio Douro, importante centro para entrada e saída de produtos em Trás-os-Montes, bem como Amarante no percurso final do rio Tâmega; e Guimarães, já no Entre-Douro-e-Minho, uma das vias pela qual se fazia a ligação à costa, a par de Braga e de Penafiel.

Quanto aos eixos viários, há uma clara distinção visual entre o que se pode interpretar como «eixos primários» e «eixos secundários», em que o traçado dos primeiros é feito por linhas mais espessas em relação ao dos segundos.

As principais vias no sentido Oeste-Este seriam:

- uma que partindo de Braga rumo a Bragança, seguia o traçado da Via Romana XVII (que ligava Bracara Augusta a Asturica Augusta)-, com uma bifurcação em Chaves, podendo os viajantes escolher o traçado mais a

---

<sup>2</sup> Para o que temos de levar em conta o contexto da construção desta *carta*, o da 1ª Invasão Francesa (1807) e da cooperação entre oficiais de engenharia franceses e portugueses, como o intuito de prover as forças ocupantes de cartografia de um território que lhes era quase completamente desconhecido (MOREIRA, 2012, p.363-364).

Norte, que os levava por Monforte de Rio Livre e Vinhais, ou o caminho mais a Sul, que os levava até Bragança por Mirandela, no curso intermédio do rio Tua, localidade esta que se tornou num importante nó viário, com estradas que a colocavam em contato com todos os grandes centros urbanos transmontanos. De Bragança podia chegar-se a Miranda do Douro, após passar por Outeiro e por Vimioso;

- outra seria a que, saindo de Guimarães em direção a Cabeceiras de Basto, e que aí bifurcaria, com uma das suas ramificações a entrar em Trás-os-Montes pela ponte de Cavez e a outra por Mondim de Basto, seguindo paralelamente até ao vale que liga longitudinalmente Chaves a Vila Real, uma por Vila Verde de Oura, outra em Vila Pouca de Aguiar, voltando a unir-se após Mascarenhas (Mirandela), no último traçado antes de Bragança, ou por Castro Vicente, até Miranda do Douro;
- a terceira via partiria de Amarante, onde se juntam dois caminhos, um de Guimarães e outro de Penafiel, rumo a Vila Real, após ultrapassada a serra do Marão. Daqui o viajante podia seguir até Mirandela por Murça, podendo continuar para Torre de Moncorvo e Miranda do Douro.

Quanto aos principais caminhos Norte-Sul, destaca-se aquele que, seguindo o vale do rio Tâmega, entra em Portugal por Chaves até Vila Verde de Oura, continuando pelo vale do rio Corgo em Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Peso da Régua e Lamego, e assim continua para Sul, em direção a Viseu e Coimbra. Paralelamente, partia de Chaves a via que, passando por Valpaços e Mirandela, chegava às margens do rio Douro em Torre de Moncorvo, destino final de outra via, que passando por Quintela de Lampaças, tinha Bragança na sua origem. De Torre de Moncorvo também se tinha acesso à margem esquerda do Douro, através do Pocinho.

A par destas vias mais importantes, a *Carta* apresenta uma série de estradas secundárias que ligam os núcleos de menor dimensão aos grandes centros urbanos distribuidores. No eixo Oeste-Este, surge um itinerário na margem direita do rio Douro que, ultrapassando o rio Tâmega na confluência deste com o rio Douro, entra em Trás-os-Montes por Mesão Frio e Peso da Régua, seguindo paralelo ao rio até Torre de Moncorvo e posteriormente Miranda do Douro, existindo na margem oposta uma via semelhante, que passando por Castelo de Paiva, Resende, Lamego, S. João da Pesqueira, Numão e Vila Nova de Foz Côa, cruzaria a fronteira em La Fregeneda.

Destaca-se o caminho que saindo de Bragança rumo a Torre de Moncorvo, tem Castro Vicente, que recebeu carta de foral por D. Dinis em 1305 (SOUSA e Costa, 2016, p.106), na margem direita do rio Sabor, como nó viário, onde se cruza com um outro, que liga Mirandela a Vimioso e Miranda do Douro, a Este.

## **Conclusões**

Analisadas as interpretações cartográficas de fontes históricas medievais e os mapas antigos dos séculos XVI e XIX, podemos chegar a duas grandes conclusões. A primeira relaciona-se com a “veracidade” das imagens: quaisquer delas são construções, baseadas nas fontes que os autores tinham ao seu dispor, com a diferença de que os primeiros tinham cartografia “científica” de suporte, enquanto que não se conhece a existência de mapas regionais elaborados na Idade Média em Portugal

A segunda é que podemos aferir a existência de uma hierarquia no que diz respeito às estradas e caminhos e aos centros urbanos transmontanos. Quanto aos grandes eixos, é notório aquele que segue o traçado da via romana XVII a Norte, ligando Braga a Chaves e Bragança; a Sul, outro que ultrapassando o rio Tâmega no seu traçado final, chegaria a Vila Real, Mirandela e Torre de Moncorvo. Num segundo plano, uma série de caminhos que, aproveitando os vales dos rios, ligariam os espaços fronteiriços a Norte com o vale do Douro, a Sul.

Sobre os núcleos populacionais, os principais são aqueles que se mantêm na mesma hierarquia ao longo dos séculos, nomeadamente Chaves, Bragança, Vila Real e Torre de Moncorvo, além de uma mais extensa lista de povoações de menor dimensão, que por questões político-administrativas perdem preponderância, como é o caso de Alfândega da Fé, ou que ganham protagonismo, como são os exemplos de Miranda do Douro e de Mirandela.

Certo é que a ideia de uma região muitas vezes inóspita e inacessível tem vindo a ser lentamente desconstruída entre a historiografia portuguesa, demonstrando-se o verdadeiro papel de Trás-os-Montes como território de transição entre outros de maior dimensão socioeconómica, para o qual a sua densa rede viária terá tido um notável contributo.

## **Bibliografia**

ALARCÃO, Jorge. A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

BAQUERO MORENO, Humberto. Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV. Boletim do Arquivo Distrital do Porto, Porto, vol.1, p.191-202, 1982.

BARROS, Amândio Morais; BARROS, Susana Pacheco. Caminhos e devoções: viajar no Douro medieval e moderno. Douro: estudos & documentos, Porto, Vol. 6, nº 11 (1º), p.181-195, 2001.

CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso. Elementos para o estudo da rede viária de Trás-os-Montes no início de Quinhentos. In: GONÇALVES, Iria. (Coord.). Paisagens Rurais e Urbanas: fontes, metodologias, problemáticas - Actas das Segundas Jornadas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos, 2006. p.67-97.

MAURÍCIO, Maria Fernanda – Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

MOREIRA, Luís Miguel. Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII. Braga: Universidade do Minho, 2012.

SOUSA e COSTA, Paulo Jorge Cardoso. Alfândega da Fé de Sobre a Valariça: Do domínio senhorial ao senhorio régio (séculos XII-XIV). Porto: FLUP, 2016.

### Recursos online

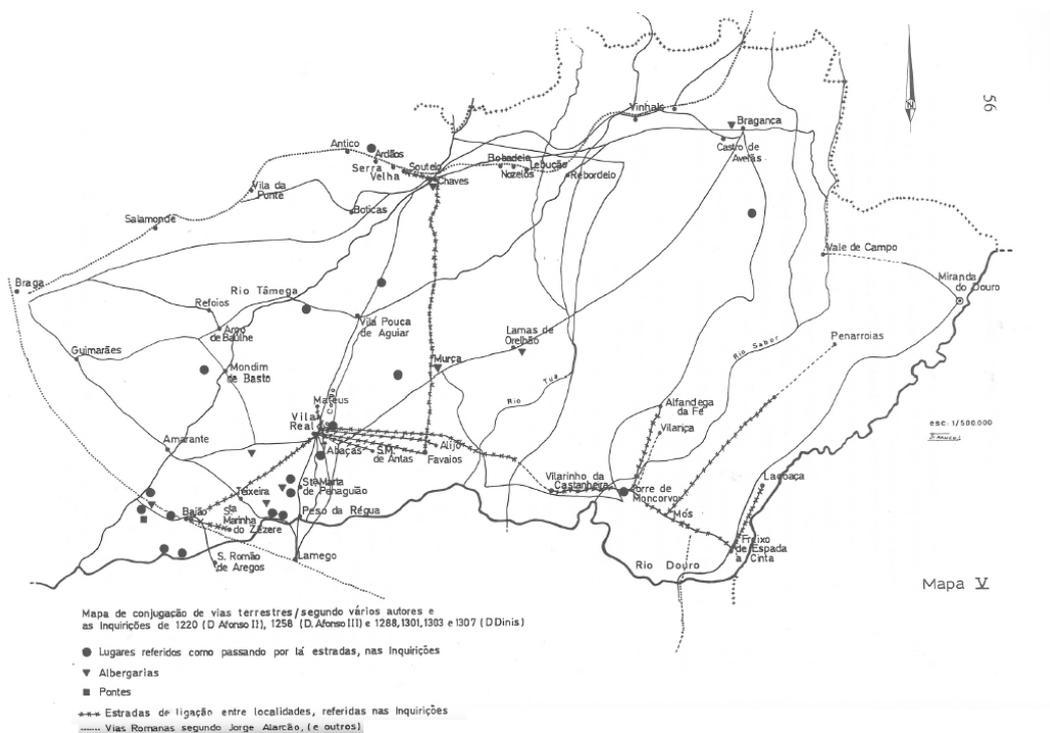
Aldeias de Portugal [Em linha]. Ponte de Lima: Aldeias de Portugal. [Consultado Setembro, 2019]. Disponível em <WWW:http://www.aldeiasportugal.pt/>.

Carta Administrativa Oficial de Portugal [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Território. [Consultado Agosto, 2019]. Disponível em <WWW:http://www.dgterritorio.pt/cartografia\_e\_geodesia/cartografia/carta\_administrativa\_oficial\_de\_portugal\_caop/caop\_download\_/carta\_administrativa\_oficial\_de\_portugal\_\_versao\_2018\_\_em\_vigor\_/>.

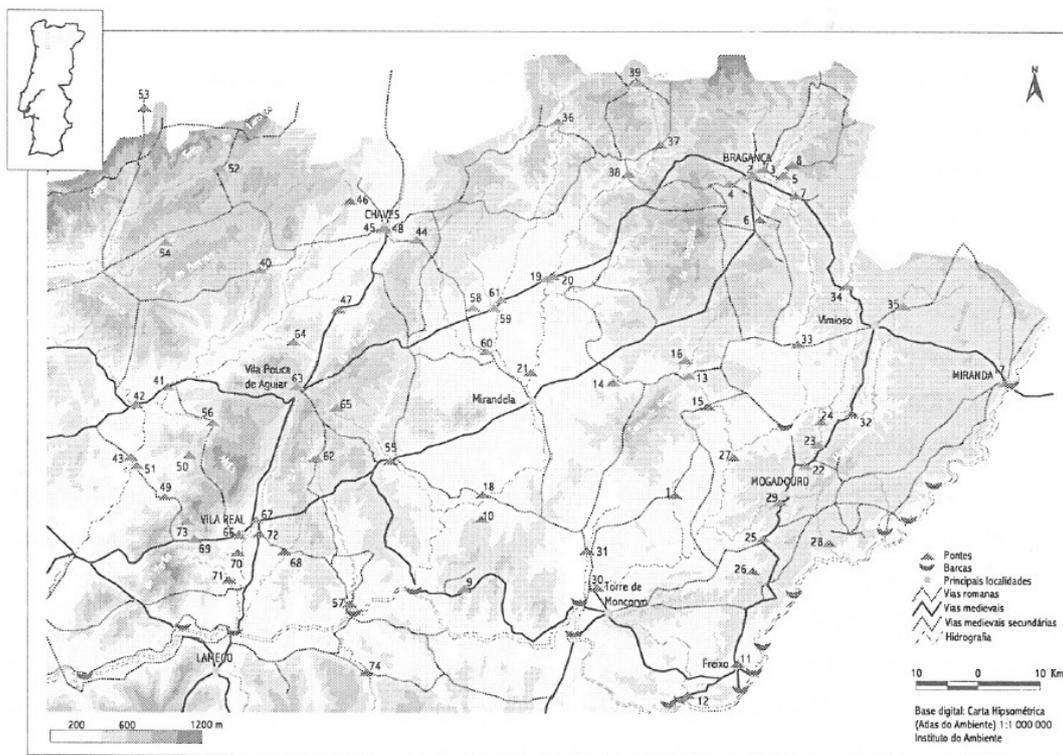
Portal do Arqueólogo [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural - Ministério da Cultura. [Consult. setembro/2019]. Disponível em <WWW:http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [Em linha]. Sacavém: Direção-Geral do Património Cultural - Ministério da Cultura. [Consult. setembro/2019]. Disponível em <WWW:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8>.

Vales de Vimioso [Em linha]. Vimioso: Vales de Vimioso. [Consultado Setembro, 2019]. Disponível em <WWW:http://www.valesdevimioso.pt/>.



**Figura 1** – Mapa de conjugação de vias terrestres/segundo vários autores e as Inquirições de 1220 (D. Afonso II), 1258 (D. Afonso III) e 1288, 1301, 1303 e 1307 (D. Dinis) (MAURÍCIO, 1997, p.56).



**Figura 2** – Reconstituição hipotética dos traçados viários de Trás-os-Montes (CONDE e VIEIRA, 2006, p.76).

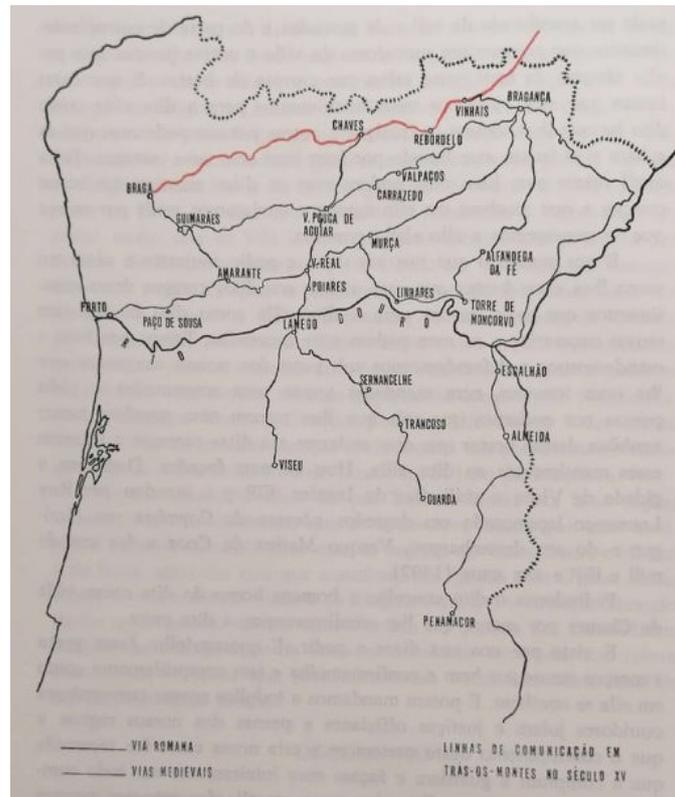


Figura 3 – Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV (BAQUERO MORENO, 1982, p.202).

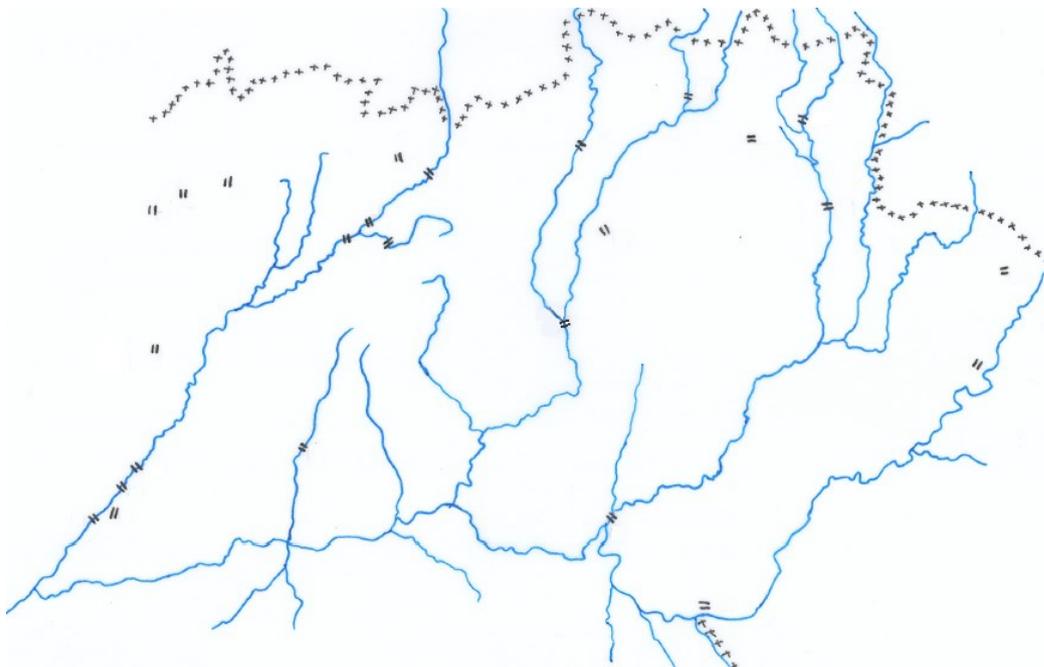
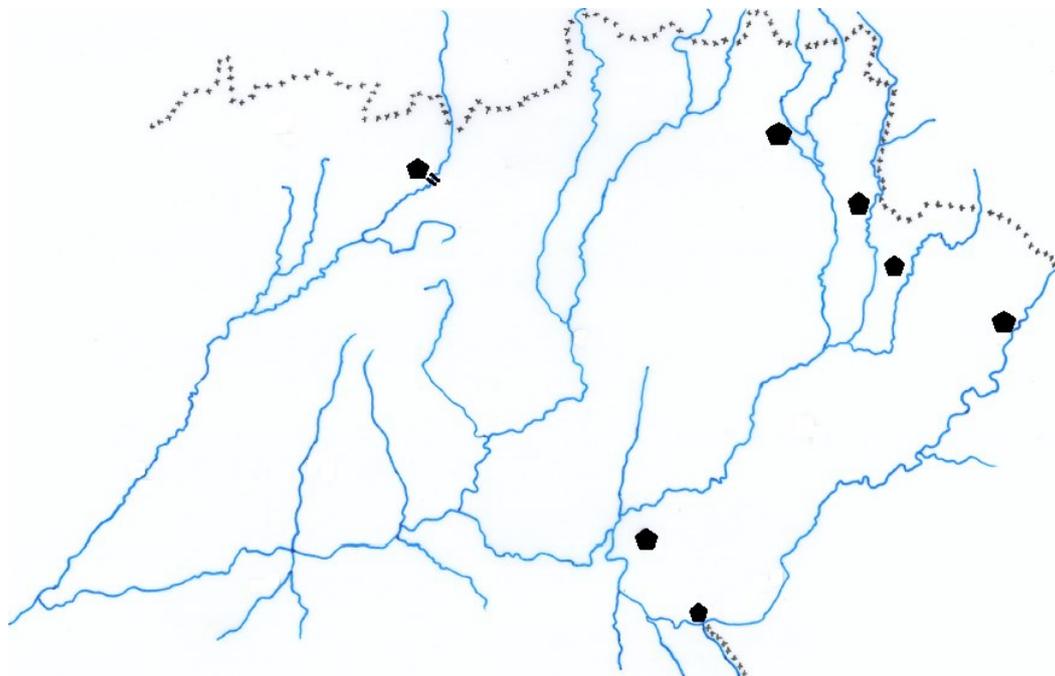


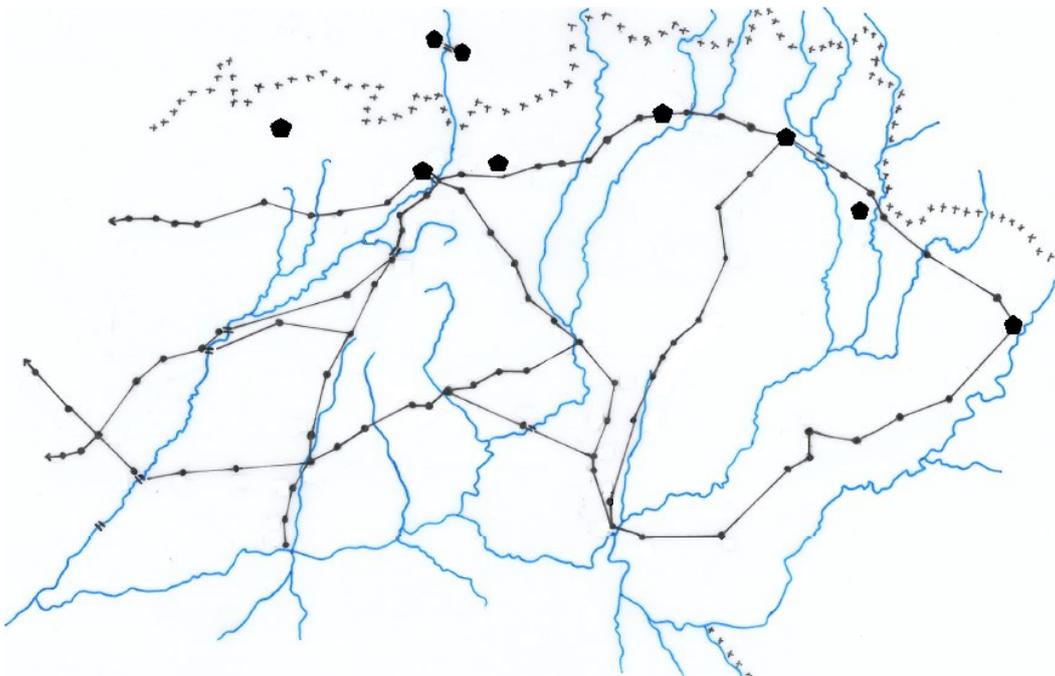
Figura 4 - SECO, Fernando Álvares. Sebastianus a Regibus Clodiensis in aere i[n]cidebat ; Michaelis Tramezini formis, cum Summi Pontificis ac Veneti Senatus privilegio. - Escala [ca 1:1340000]. - Roma: Michaelis Tramezini, 1561. - 1 mapa: gravura, p&b; 35,30x51,50 cm.

Nome (*pontos não identificados)	Curso de água	Local
Ponte Velha de Ruivães ou da Rês	rio Saltadouro	Ruivães, Vieira do Minho
Ponte da Mizarela ou dos Frades	rio Rabagão	Ferral, Vieira do Minho
Ponte de Vila da Ponte	rio Rabagão	Vila da Ponte, Montalegre
Ponte de Guilherme	ribeira do Calvão	Calvão, Chaves
Ponte de Trajano	rio Tâmega	Chaves
Anelhe*	rio Tâmega	Chaves
Ponte da Oura	ribeira de Oura	Oura, Chaves
Mosteirão*	rio Tâmega	Chaves
Ponte da Torre	ribeira da Bifra	Ribas, Celorico de Basto
Ponte de S. Gonçalo	rio Tâmega	Amarante
Manhufe*	rio Tâmega	Amarante
Ponte do Arco	rio Ovelha	Folhada, Marco de Canaveses
Ponte sobre o Tâmega	rio Tâmega	Marco de Canaveses
Ponte de Santa Margarida	rio Corgo	Vila Real
Eixes*	rio Tua	Mirandela
Vilartão*	rio Rabaçal	Vilartão, Valpaços
Ponte da Pedra	rio Tuela	Torre de Dona Chama, Mirandela
Ponte Velha de Soeira	rio Tuela	Soeira, Vinhais
Portela	rio Sabor	Torre de Moncorvo
Quintana de Alva	ribeiro do Masteiro	Poiães, Freixo de Espada-à-Cinta
Ponte de Ariães	ribeira de Castro	Gostei, Bragança
Ponte de Gimonde	rio Onor	Gimonde, Bragança
Parada (Grijó)	rio Sabor	Outeiro, Bragança
Palancar*	rio Fresno	Miranda do Douro
Vila Chã da Braciosa*	ribeira de Duas Igrejas	Miranda do Douro

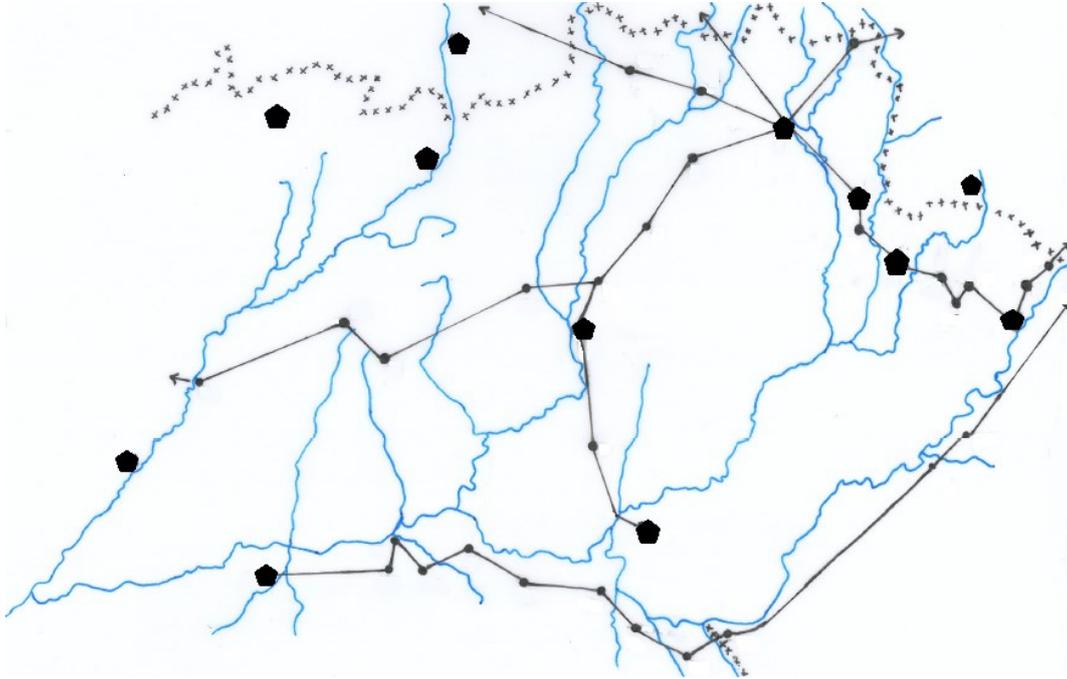
**Figura 5** - Tabela com as pontes identificadas no mapa de Álvaro Seco (1561). O curso de água e o local onde foram construídas, com o recurso a plataformas online. As estruturas com \* referem-se a estruturas cuja localização é incerta.



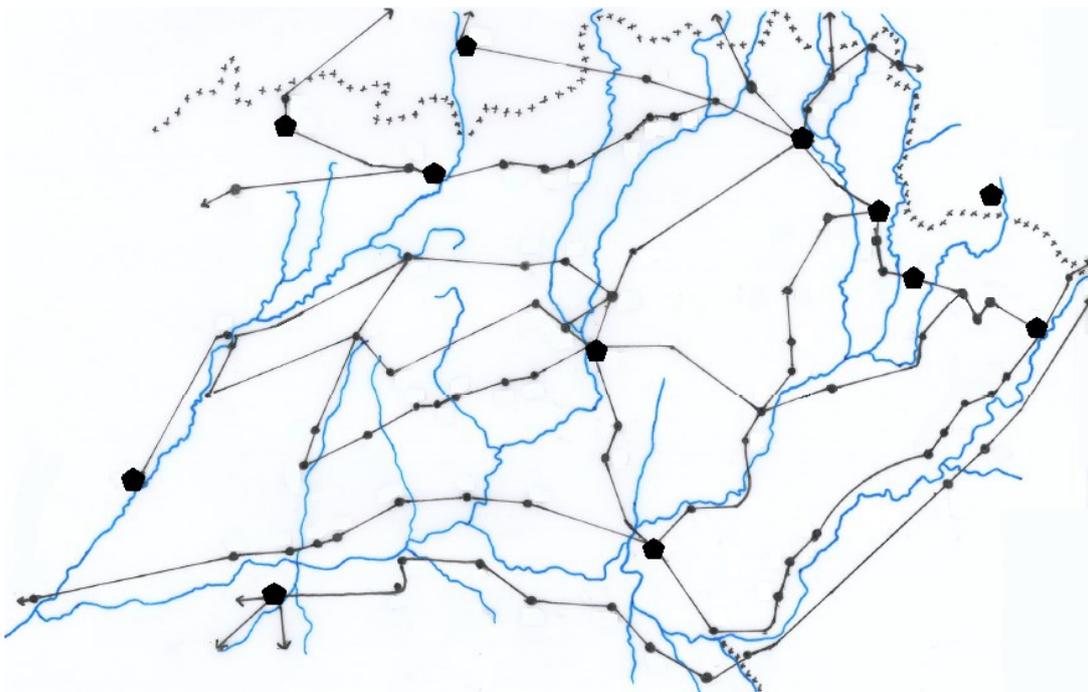
**Figura 6** - ALBERNAZ, Pedro Teixeira. Descripción del reyno de Portugal y los reynos de Castilla, que parten con su frontera/ delineada por D. Pedro Teixeira/ dedicada a la Magestad del rey Nro. Sr, D. Phelipe 4º por D. Joseph Lendinez de Guevara. – Escala [ca. 1:660 000], 15 Leguas = 14,30 cm]. – Matriti: Marcus Orosus, 1662. – 1 mapa: p&b; 77 x109 cm.



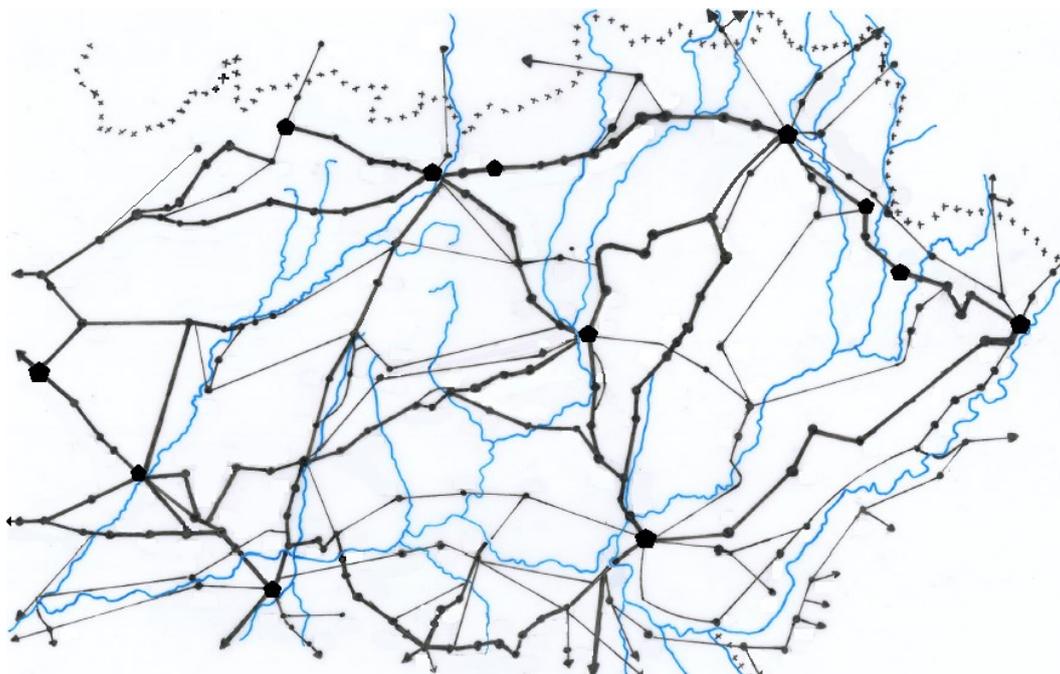
**Figura 7** - CARVALHO, José Monteiro de. Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes Dedicado A Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom [...]Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercicio de Engenheiro. - [Escala não determinada] [entre 175- e 1777?]. - 1 mapa: ms., p&b ; 133x96 cm.



**Figura 8** - Província de Trás os Montes / sculp. Laurent. - Escala [ca 1:770000]. - [S.l.: s.n., ca 1760]. - 1 mapa: gravura, p&b com traçados aguarelados; 17,50x28,10cm, em folha de 18,30 cm x28,60.



**Figura 9** - Província de Trás-os Montes.- Escala [ca 1:780000], 5 [Leguas Portuguezas de 18 ao grão] = [3,95 cm]. - [S.l.: s.n., 1826?]. - 1 mapa: gravura, aguarelado; 20,40x28,50 cm, em folha de 21,70x28,70 cm



**Figura 10** - L.J. [de Eça, Lourenço Homem da Cunha]. Carta militar das principais estradas de Portugal / por L. H.; grav. Romão Eloy Almeida. – Escala [ca. 1:470 000]. – Lisboa: [s.n.], 1808. – 1 mapa em 4 folhas: grav., p&b; 75 x 136 cm.

## As Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas ao Algarve: uma fonte fundamental de informação cartográfica para a história da ocupação / uso do solo na região

Nuno de Santos Loureiro

Departamento de Ciências da Terra, do Mar e do Ambiente – FCT, Universidade do Algarve  
nlourei@ualg.pt

### Resumo:

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal publicada em 1910 pela Divisão dos Serviços da Carta Agrícola foi impressa à escala de 1:500.000 e apresenta um catálogo de ocupações / usos do solo com oito classes. Recentemente foram redescobertas nos arquivos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, em muito satisfatório estado de conservação, a quase totalidade das 'pranchetas chorográfico-agricolas' originais relativas ao Algarve, que serviram de fonte de informação para a Carta Agrícola e Florestal e que serviriam igualmente de fonte de informação para as folhas cartográficas à escala de 1:50.000. Este extraordinário achado está a permitir o aprofundamento da história da ocupação / uso do solo na região desde o final do século XIX. Na verdade, representa um 'salto atrás' de cinco décadas, já que a Carta Agrícola e Florestal publicada na década de 1950 era, até muito recentemente, a mais antiga fonte de informação detalhada disponível.

Neste momento, as 'pranchetas chorográfico-agricolas' estão já digitalizadas com elevada resolução e georreferenciadas no sistema global de referência ETRS89 PT-TM06 (EPSG: 3763). Ficaram, assim, satisfeitos os requisitos mínimos para o seu armazenamento e análise num SIG (sistema de informação geográfica), e para a obtenção de produtos cartográficos que permitam uma nova visão e conhecimento sobre o Algarve agrícola e florestal entre o final do século XIX e o início do XX. Estão igualmente concluídas as tarefas de vectorização da distribuição do sobreiro (*Quercus suber* L.), da azinheira (*Q. rotundifolia* Lam.) e dos pinheiros (*Pinus* spp.). A presente comunicação ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica apresenta publicamente, pela primeira vez, estas 'pranchetas chorográfico-agricolas' e também a cartografia da distribuição da azinheira.

### Palavras-chave:

Algarve, cartografia histórica, cartografia temática, Carta Agrícola e Florestal de Portugal, ocupações / usos agrícolas e florestais, azinheira, sobreiro, pinheiro

### Abstract:

The Agricultural and Forestry Map of Portugal published in 1910 by the Agricultural Map National Service was printed at a scale of 1:500,000 and presents a catalog of eight land uses. Recently, in the archives of the Ministry of Agriculture, Forestry and Rural Development, were rediscovered almost all of the original 'chorographic-agricultural drawing boards' for the Algarve, which served as the main source of information for the above mentioned Agricultural and Forestry Map, and should also have served as the source of information for another edition of the same map, but at a scale of 1:50,000. This extraordinary finding is allowing the deepening of the history of land uses in the region since the late 19th century. In fact, it represents a 'backward leap' of five decades, as the Agricultural and Forestry Map published in the 1950s was, until very recently, the oldest source of detailed information available.

At this time, the 'chorographic-agricultural drawing boards' are already digitized and georeferenced in the global reference system ETRS89 PT-TM06 (EPSG: 3763). Thus, the minimum requirements for its storage and analysis in a GIS (Geographic Information System), and for obtaining cartographic products that allow a new vision and knowledge about the agricultural and forestry Algarve between the end of the 19th century and the beginning of the twentieth, are accomplished. The tasks of vectoring the distribution of cork oak (*Quercus suber* L.), holm oak (*Q. rotundifolia* Lam.) and pine (*Pinus* spp.) are also completed. The present communication to the VIII Luso-Brazilian Symposium of Historical Cartography presents for the first time publicly these 'chorographic-agricultural drawing boards' and also the cartography of the holm oak distribution.

**Key words:**

Algarve, historical cartography, thematic cartography, Agricultural and Forestry Map of Portugal, agricultural and forestry land uses, holm oak, cork oak, pine

*Para se compreender a evolução da agricultura  
não são precisos números exactos,  
basta que não haja grandes distorções.*

*Mariano Feio, 1998.*

**Introdução**

A primeira Carta Agrícola e Florestal de Portugal (continental) foi publicada em 1910 pela 'Direcção dos Serviços da Carta Agrícola', sob a direcção e por ideia e iniciativa de Pedro Romano Folque, Coronel d'Engenharia e Engenheiro Chefe de 1.<sup>a</sup> classe (ver Fig. 1). RADICH & ALVES (2000) afirmam que a partir de 1878 o país está 'em busca da exactidão' e a Carta Agrícola é um dos resultados concretos desse esforço. Foi impressa à escala de 1:500.000 nas 'Officinas da Direcção dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, com Litographia de A. A. Martins'.

O Capitão de Infantaria Gerardo Augusto Pery, nomeado em 1886 pelo Ministro Emygdio Julio Navarro para dirigir os trabalhos relativos ao levantamento da carta agrícola do continente e à estatística agrícola geral do reino (MOPCI, 1887), clarifica em 1890 o objectivo da Carta Agrícola: 'É o retrato fiel da superfície de um território, no qual fica representado exactamente o estado de aproveitamento dessa superfície pela indústria agrícola, indicando além disso a parte ocupada para fins sociais, como povoações, caminhos de ferro, estradas construídas, caminhos vicinais e enfim todas as diversas edificações; e bem assim as linhas de água e a configuração do terreno, representada pelas linhas que dão a altura dos pontos por onde elas passam, acima do nível do mar.' (RADICH & ALVES, 2000).

A Carta Agrícola e Florestal de 1910 apresenta um catálogo de ocupações / usos do solo, então designadas de 'Convenções Agrícolas', com oito classes:

- **Culturas arvenses**
- **Áreas incultas**, abrangendo pousios, charnecas, areiaes, escalvados, cumiadas improductivas, aguas e terrenos applicados a fins industriaes e sociaes
- **Mattas diversas**
- **Olivaes**
- **Vinhas**
- **Figueiral, Alfarrobal e Amendoaes**
- **Sôbro**
- **Azinho**

Um conjunto de gráficos e uma tabela, impressos no limite direito do mapa, registam os resultados das medições das ocupações / usos do solo, por distritos e para o total do território nacional, oferecendo uma panorâmica muito interessante e esclarecedora sobre a 'face' agrícola e florestal da metrópole portuguesa no início do séc. XX.

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 (CAFP 1910) foi, e será sempre, um marco fundamental na cartografia temática portuguesa dedicada à ocupação / uso do solo e, simultaneamente, um produto cartográfico que fazia parte de um ambicioso programa de trabalho, infelizmente nunca concluído. O programa previa, por exemplo, a publicação de cartografia mais pormenorizada, com o território continental subdividido em 221 folhas cartográficas, a par de estatísticas agrícolas gerais (MOPCI, 1887). FEIO & ROXO (1991) e FEIO (1998) afirmam que o referido programa de trabalho foi da maior importância e tem 'mérito notabilíssimo' não só a nível nacional mas também europeu, por não existirem quaisquer outros exemplos de cartografia agrícola e florestal detalhada abrangendo territórios vastos.

Os trabalhos preparatórios e que serviram de base à CAFP 1910 foram morosos e minuciosos. Estenderam-se por quase três décadas e deles resultaram as 'Pranchetas Chorográfico-Agrícolas' à escala de 1:50.000, 'levantadas de 1882 a 1905, rectificadas nas áreas das culturas arvenses e das vinhas por novos levantamentos de 1906 a 1907', recorrendo a um catálogo substancialmente mais detalhado de ocupações / usos do solo.

A CAFP 1910 só viria a ser revista cinco décadas mais tarde, com a publicação da Carta Agrícola e Florestal de Portugal nos anos de 1950 (CAFP 1950s), pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário - Ministério da Economia, à escala de 1:25.000. À semelhança do que aconteceu com a CAFP 1910, também o programa de trabalho da CAFP 1950s nunca foi concluído.

Relativamente ao Algarve (distrito de Faro / NUT 2 PT15) e ao momento da transição do séc. XIX para o séc. XX, apenas era possível consultar a CAFP 1910, uma vez que só duas (Folhas 201 e 206) das vinte e uma folhas cartográficas à escala de 1:50.000 foram efectivamente publicadas (ver Fig. 2). LEMOS (1929) refere também a publicação da Folha 205, para além de originais nunca publicados das Folhas 202, 204, 207, 213 e 216. FEIO & ROXO (1991) e FEIO (1998) referem igualmente a publicação, a cores, das Folhas 202, 204, 205 e 207, e, a preto e branco, das Folhas 213 e 214. Algumas dessas folhas estão desaparecidas ou, quem sabe, perdidas para sempre.

Recentemente foram redescobertas nos arquivos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, em Lisboa, em muito satisfatório estado de conservação, três originais de folhas já finalizadas e prontas para serem impressas (Folhas 204, 205 e 207) e a quase totalidade das 'pranchetas chorográfico-agricolas' originais, que terão sido a fonte de informação para a CAFP 1910 e igualmente serviriam para elaborar as folhas cartográficas à escala de 1:50.000 (PR-CAFP 1910). Constatou-se, até, que a totalidade das pranchetas foi em tempos digitalizada pela Faculdade de Arquitectura na Universidade de Lisboa. Este extraordinário achado representará, após estar detalhadamente estudado, uma significativa 'conquista' de cinco décadas na caracterização detalhada da ocupação / uso do solo no Algarve.

São, então, objectivos da presente comunicação ao VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica:

1. dar notícia da existência actual das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas à totalidade do território do Algarve;
2. fazer uma breve apresentação das mesmas, destacando o seu interesse e potencial para cartografias da ocupação / uso do solo, toponímia, cadastro rural, etc.;

apresentar alguns resultados dos trabalhos em curso relacionados com a ocorrência da azinheira.

O catálogo de ocupações / usos do solo adoptado para as Pranchetas Corográfico-Agrícolas é bastante mais completo e, curiosamente, muito adequado ao estudo do uso agrícola e florestal dos solos no Algarve (ver Quadro 1 e Fig. 3). Na verdade, trata-se de um catálogo elaborado para todo o continente e que reflete as 'Instruções para a Carta Agrícola' publicadas em 1887 seguindo as recomendações de Pery (MOPCI, 1887).

### Quadro 1

#### Convenções da Carta Agrícola

(de acordo com a Portaria de 18 de janeiro de 1887

onde são publicadas as instruções relativas ao levantamento da carta agricola do paiz)

- **Culturas arvenses**, ou lavradas. Sob esta rubrica se incluirão as culturas: de cereaes, de legumes, de tuberculos, ou outras que entrem na rotação de um afolhamento, em campo lavrado.
- **Culturas horticolas.**
- **Culturas industriaes.**
- **Hortas e pomares.**
- **Vinhas.**
- **Vinha e olival.**
- **Olivaes.**
- **Olivaes, ou estacaes novos, sem producção.**
- **Figueiraes.**
- **Alfarrobeiraes.**
- **Amendoaes.**
- **Chaparraes.**
- **Montados de azinho.**
- **Montados de azinho e sobro.**
- **Montados de sobro.**
- **Montados de azinho e oliveiras.**
- **Montados de azinho, sobro e oliveiras.**
- **Carvalhaes.**
- **Castanhaes.**
- **Pinhaes.**
- **Matas de varias essencias.**
- **Prados artificiaes.**

- **Prados naturais.**
- **Pousios e pastagens naturais.**
- **Charneca.**
- **Jardins.**
- **Terreno improdutivo.**

Nas pranchetas relativas ao Algarve as convenções estabelecidas nem sempre foram respeitadas mas, salvo em casos pontuais, a interpretação das divergências às normas de trabalho não é complexa.

De forma geral, cada folha era a junção de quatro pranchetas corográfico-agrícolas, identificadas pela adição de uma letra maiúscula ao número da folha. O Algarve foi sub-dividido e está representado em 58 pranchetas (ver Fig. 4), tendo todas elas sido encontradas.

As pranchetas, que usavam como base a ‘carta chorographica na escala de 1:50000’, seriam usadas nos levantamentos de campo. Depois dos mesmos estarem concluídos, em gabinete, para cada prancheta era desenhada ‘a limpo’, com tinta-da-china sobre papel vegetal, uma versão com os limites das culturas agrícolas e florestais, anotando-se a proporção entre as mesmas quando ocorriam várias culturas na mesma parcela, e adicionalmente outras informações de interesse cadastral, como ‘as divisões da grande e mediana propriedade’ (ver Fig. 5A). Era, em seguida, efectuada em papel opaco uma cópia do desenho original, à qual eram acrescentados mais detalhes, nomeadamente novas estrada ou caminhos, novas edificações, a rede hidrográfica permanente e sazonal, os grandes pegos e as nascentes de alguma importância, e os vértices geodésicos. Esse original era colorido a lápis-de-cor respeitando uma tabela cromática pré-estabelecida para as ocupações / usos predominantes (ver Fig. 5B). Adicionalmente eram desenhadas uma ou duas outras versões, onde se registavam informações de outra natureza, nomeadamente pedológica: existia ainda outra informação que não era registada nas pranchetas mas que ficava sistematicamente anotada nos cadernos de campo (MOPCI, 1887; RADICH & ALVES, 2000).

## **Material e Métodos**

### **‘Pranchetas Chorográfico-Agrícolas’**

No intuito de constituir uma sólida base de dados com as Pranchetas Corográfico-Agrícolas que possibilite o seu estudo aprofundado recorrendo a ferramentas informáticas, nomeadamente aos sistemas de informação geográfica (SIG - QGIS 3.6 for macOS), foi georreferenciada a totalidade das pranchetas desenhadas ‘a limpo’, com tinta-da-china sobre papel vegetal, e das pranchetas coloridas a lápis-de-cor. Adoptou-se o sistema de georreferenciação actualmente em vigor em Portugal continental (ETRS89 PT TM06 - EPSG: 3763) e recorreu-se ao Plugin Georeferencer GDAL (versão 3.1.9) do QGIS. Utilizaram-se os vértices geodésicos assinalados nas ‘pranchetas’ e a *shapefile* da Rede Geodésica

Nacional em ETRS89 PT TM06 disponibilizada no *website* da Direcção-Geral do Território (versão revista, Abril de 2015). Adoptou-se um modelo de transformação (Polynomial 1) conservador sempre com bons resultados (Mean error < 10), embora em situações excepcionais fosse necessário ignorar alguns dos vértices assinalados nas 'pranchetas' por estarem notoriamente mal posicionados.

Concluída a tarefa de georreferenciação, deu-se início à de vectorização dos polígonos desenhados nas pranchetas. Numa fase inicial, todos os polígonos que assinalam a ocorrência de três diferentes espécies florestais (azinheiras, pinheiros e sobreiros) foram vectorizados. Procurou-se, de forma rigorosa, replicar todo o detalhe da configuração dos polígonos existente nas pranchetas originais. A cada polígono foi atribuído um 'id' e estimada a sua área através da funcionalidade '\$area', e a verificação na inexistência de erros geométricos e topológicos foi feita recorrendo a ferramentas específicas do QGIS. Na tabela de atributos da *shapefile* foram criados os campos adequados para o registo completo de toda a informação disponível relativamente aos polígonos que foram sendo vectorizados. Consultaram-se e utilizaram-se autonomamente as duas versões, a do desenho a tinta-da-china e a colorida a lápis-de-cor. Tratando-se de informação redundante procurou-se dessa forma minimizar ou eliminar erros de interpretação nas ocupações / usos do solo registados nas 'pranchetas'.

### **Carta Agrícola e Florestal de Portugal na década de 1950**

A Carta Agrícola e Florestal de Portugal na década de 1950, publicada à escala de 1:25.000, foi consultada e utilizada com o intuito de se proceder a algumas comparações entre a PR-CAFP 1910 e a própria CAFP 1950s, nomeadamente focando a atenção em espécies florestais como a azinheira, muito duradoura no território.

É uma cartografia particularmente detalhada e que permite distinguir com grande pormenor as características dominantes da agricultura e reproduzir a complexidade das formas de ocupação / uso do solo (LEMA, 1971). O território está segmentado em 'folhas cartográficas' e apenas está disponível em suporte convencional. Foi assim necessário levar a cabo a digitalização das 47 Folhas da CAFP 1950s que cobrem o território algarvio, a georreferenciação das mesmas, e a vectorização e registo da informação relacionada com a ocorrência das três espécies florestais acima referidas. Os procedimentos adoptados foram idênticos aos já descritos para as 'pranchetas corográfico-agrícolas'.

### **Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1995, 2007, 2010 e 2015**

As Cartas de Uso e Ocupação do Solo em 1995 (COS 1995), 2007 (COS 2007), 2010 (COS 2010) e 2015 (COS 2105) foram produzidas pela Direcção-Geral do Território e são disponibilizadas *online* em formato *shapefile*, já georreferenciadas em ETRS89 PT TM06. Os catálogos de ocupações / usos do solo das COS 1995, 2007, 2010 e 2015 têm, respectivamente, 89, 225, 225 e 48 classes, embora se mantenha uma base hierárquica homogénea que assegura um elevado nível de comparabilidade.

## **Catálogo Simplificado de Ocupações / Usos Florestais e Agro-Florestais do Solo no Algarve**

A PR-CAFP 1910 e a CAFP 1950s são duas cartas de ocupação / uso do solo que seguem catálogos distintos e, por esse motivo, não são imediatamente comparáveis. As diferenças entre catálogos acentuar-se-ão ainda mais se a comparação abranger um período histórico mais alargado e incluir as cartografias mais recentes que têm vindo a ser elaboradas e divulgadas pela Direção-Geral do Território.

Assim, para se encontrar uma resposta adequada e que permita contornar tais diferenças, construiu-se um catálogo simplificado, com dois níveis hierárquicos, e chaves de correspondência entre cada um dos catálogos originais e o simplificado. No presente estudo utilizou-se a azinheira (*Quercus rotundifolia* Lam.), uma espécie florestal particularmente duradoura no território, formulando-se a hipótese de que se existir uma razoável sobreposição entre a distribuição da espécie na PR-CAFP 1910 e na CAFP 1950s então a PR-CAFP 1910 será uma fonte de informação fiável. A hipótese adopta igualmente como válida a premissa de que a CAFP 1950s é uma cartografia correcta e rigorosa, como afirmou LEMA (1971) e corroborou FEIO (1998), que levou a cabo um exercício semelhante ao presente, mas no Alentejo. A comparação foi feita com base na visualização das duas cartografias que foram previamente reclassificadas e simplificadas com base no catálogo simplificado e nas respectivas chaves de correspondência (ver Quadro 2 e Anexo 1).

### **Quadro 2**

#### **Catálogo simplificado de Ocupações / Usos Florestais e Agro-Florestais no Algarve (Azinheiras - *Quercus rotundifolia* Lam.)**

##### **Az - AZINHEIRA**

- azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) | 22
  - SAF com azinheira | 241
  - SAF com sobreiro e azinheira | 242
- florestas de azinheira | 32
  - azinhal (florestas de azinheira) | 320
  - azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas | 321
  - azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais) | 322
  - azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante) | 323

## **Resultados e Discussão**

### **Distribuição da azinheira no Algarve, na viragem do século XIX para o século XX**

A distribuição da azinheira no Algarve, na viragem do século XIX para o século XX, de acordo com as pranchetas corográfico-agrícolas preparatórias da CAFP 1910 e adoptando o nível hierárquico superior do catálogo simplificado de

ocupação / uso do solo está ilustrada na Fig. 6. O Quadro 3 apresenta as áreas de distribuição, em km<sup>2</sup>, para esta fonte de informação cartográfica e para todas as posteriores e disponíveis, detalhadas ao nível hierárquico inferior do mesmo catálogo simplificado.

De notar que segundo a tabela publicada à margem da CAF 1910 existiam nessa época 85,90 km<sup>2</sup> de montado de azinho. No entanto, segundo cálculos por nós efectuados a partir da digitalização, vectorização e medições na versão digital da própria CAF 1910 (ver Fig. 7), esse valor é superior, atingindo os 114,07 km<sup>2</sup>. Segundo as pranchetas corográfico-agrícolas, a área é, na verdade, muito superior, de 170,87 km<sup>2</sup>, resultantes de 47,73 km<sup>2</sup> de azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) somados a 123,13 km<sup>2</sup> de florestas de azinheira.

### **Distribuição da azinheira no Algarve, na década de 1950**

A distribuição da azinheira no Algarve, na década de 1950, de acordo com a CAF 1950s e adoptando o nível hierárquico superior do catálogo simplificado de ocupação / uso do solo está ilustrada na Fig. 8. A área ocupada é, nesse momento, de 196,97 km<sup>2</sup>, resultantes de 112,58 km<sup>2</sup> de azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais) somados a 84,39 km<sup>2</sup> de florestas de azinheira.

### **Comparação entre a distribuição da azinheira na PR-CAF 1910, na CAF 1910 e na CAF 1950s**

Tendo em mente que a única representação da distribuição da azinheira no Algarve, no início do séc. XX, que existia até muito recentemente era a proporcionada pela CAF 1910, publicada à escala de 1:500.000, a possibilidade de se passar a ter acesso à cartografia resultante da PR-CAF 1910, originalmente elaborada à escala de 1:50.000, proporciona um enorme incremento teórico na qualidade da informação efectivamente disponível.

Numa simples comparação entre as duas cartas (Figs. 6 e 7), mesmo se feita a olho nú, conclui-se de imediato sobre a existência de um elevado grau de simplificação dos polígonos desenhados na CAF 1910. Tal simplificação, para além das incontornáveis deficiências na representação cartográfica da distribuição de uma espécie agro-florestal, poderá causar erros nas medições das suas áreas de ocupação do solo. Uma segunda conclusão está relacionada com os catálogos de ocupações / usos do solo e as implicações dos mesmos no rigor da descrição da ocorrência de uma espécie agro-florestal de porte arbóreo. Na CAF 1910 apenas estão representados os 'montados de azinho' e são 'esquecidas' as azinheiras em SAF, enquanto que na PR-CAF 1910 as duas categorias podem ser cartografadas. Segundo a CAF 1910 a azinheira só ocorre na metade Este do Algarve, abrangendo solos dos concelhos (actuais) de Loulé, São Brás de Alportel, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António. A PR-CAF 1910 revela outra realidade: em outros concelhos, nomeadamente os de Silves, Monchique e Portimão, também existem azinheiras, predominantemente não em povoamentos florestais, mas sim em sistemas agro-florestais. Esta realidade antes oculta contribui com uma descrição da distribuição da azinheira no Algarve que é consideravelmente diferente da até

muito recentemente conhecida. E, naturalmente, altera de forma significativa as suas áreas totais regionais, que ficam superiores.

A comparação entre a PR-CAFP 1910 e a CAFP 1950s (Figs. 6 e 8), duas fontes de informação em que as diferenças de escala de representação são mais atenuadas, contribui para uma percepção da validade da primeira, enquanto fonte de informação cartográfica de referência, para um determinado momento da história recente do uso do solo algarvio. Observa-se uma coerência nos padrões de distribuição da espécie, com a miríade de pequenos polígonos nos concelhos de Tavira, Castro Marim e parte de Alcoutim, e com os polígonos sempre maiores nos concelhos de Loulé, Silves, Portimão e parte de Alcoutim. E para além de um discreto aumento, na década de 1950, da área total ocupada com azinheira, quando comparada com a década de 1900, o principal contraste está na proporção entre a azinheira em SAF e a em povoamentos florestais.

### **Comentários finais**

É nossa firme convicção que a emergente Cartografia da Ocupação / Uso do Solo no Algarve na viragem do século XIX para o século XX, resultante do estudo das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da CAFP 1910, é fiável e indispensável para adicionar cinco décadas à 'janela cronológica' até então possível. Com esta cartografia, em vez da 'janela cronológica' começar nos anos de 1950, começa nos anos de 1900. Esta cartografia, pioneira e que nunca será substituível por outra mais rigorosa e/ou antiga, tem méritos e erros que, eventualmente, não são de maior magnitude do que os méritos e erros das cartografias que lhe sucederam.

Por isso, a par das estatísticas agrícolas, da história demográfica e sócio-económica da região, e de outras fontes de informação complementares que se possam juntar, é nossa firme convicção de que o estudo das Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da CAFP 1910 será determinante para aprofundar a história da ocupação / uso do solo no Algarve.

### **Referências bibliográficas**

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DA CARTA AGRÍCOLA. Carta Agrícola e Florestal de Portugal na escala de 1:500.000. Lisboa: Direcção Geral de Agricultura, 1910. Consultado o exemplar existente na Biblioteca Nacional de Portugal ([Link para o catálogo da BNP](#)).

FEIO, M. A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional. As Cartas Agrícolas de G. Pery. As difíceis perspectivas actuais na Comunidade Europeia. 1998. Lisboa: Edições Colibri.

FEIO, M. & ROXO, M. J. As Cartas Agrícolas dos finais do século XIX. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, XXVI(51), 211-214, 1991.

LEMA, P. B. Fontes para o estudo da agricultura em Portugal. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, VI

(11), 131-141, 1971.

LEMOS, V. H. Trabalhos de topografia e de fotogrametria da Divisão de Agricultura. 2.<sup>a</sup> parte - A carta agrícola. Boletim do Ministério da Agricultura. XI, n.º 7-9, Lisboa, 17-22, 1929.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. Carta Agricola e Estatistica Agricola Geral. Organização e Instrucções. 1887. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

RADICH, M. C. & ALVES, A. A. M. Dois Séculos da Floresta em Portugal. Parte I - A Floresta no Portugal Oitocentista. CELPA - Associação da Indústria Papeleira, Lisboa.

Figuras:



Figura 1.

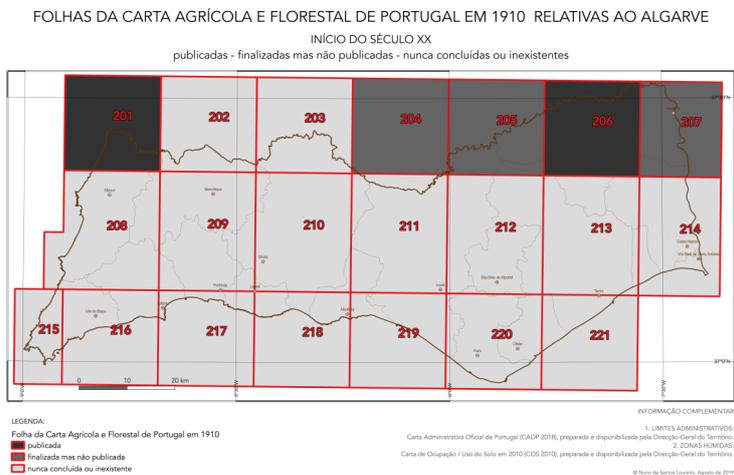


Figura 2.



Figura 3.

As Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910 relativas ao Algarve: uma fonte fundamental de informação cartográfica para a história da ocupação / uso do solo na região

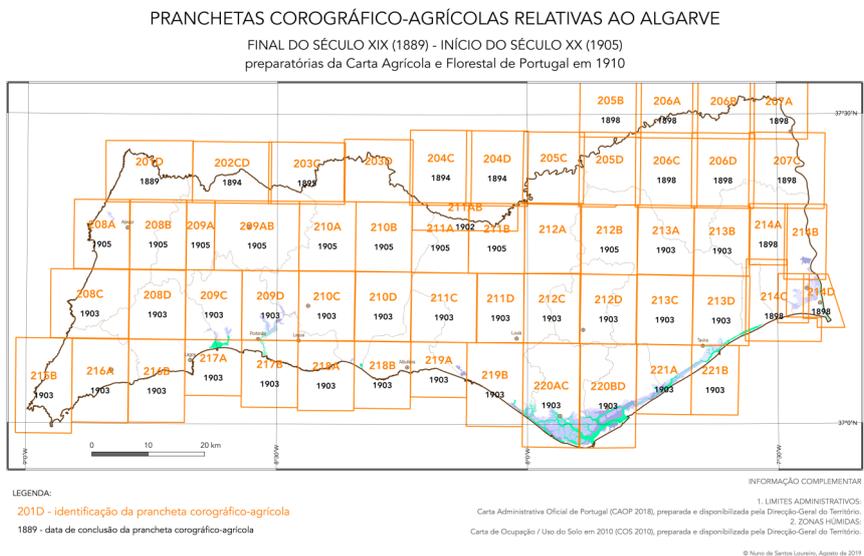


Figura 4.



Figura 5A.

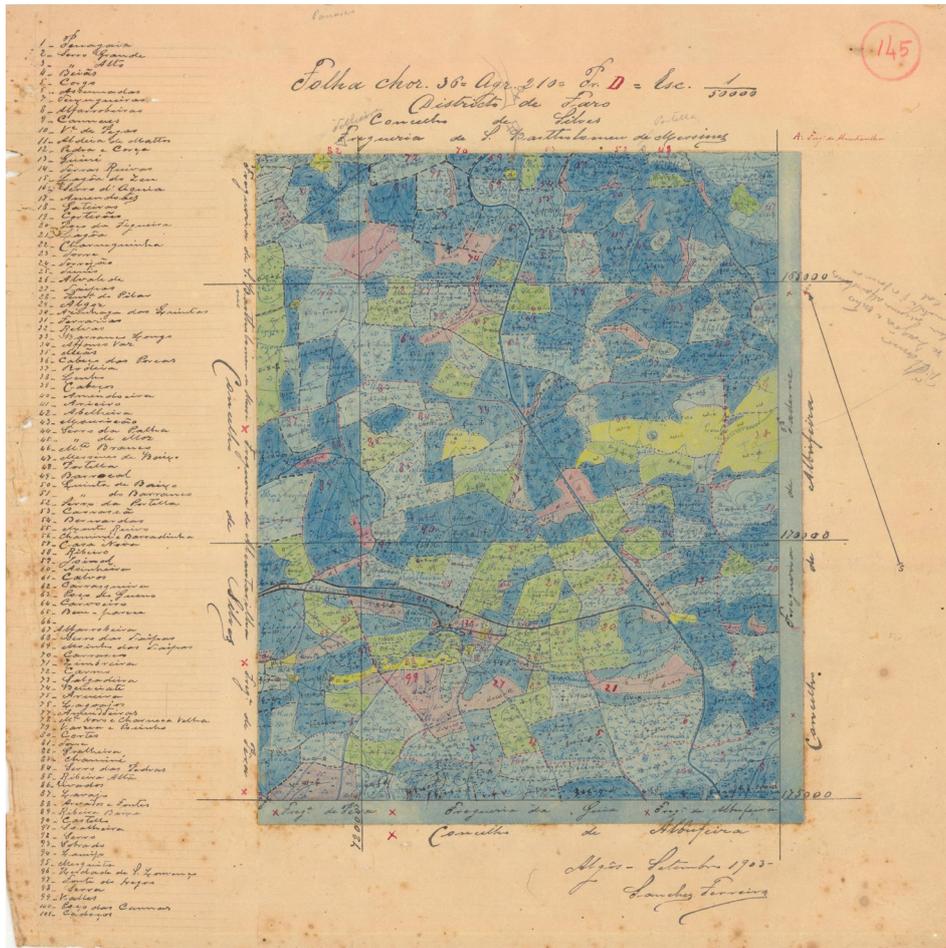


Figura 5B.

DISTRIBUIÇÃO DA AZINHEIRA NO ALGARVE

de acordo com as Pranchetas Corográfico-Agrícolas preparatórias da Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910

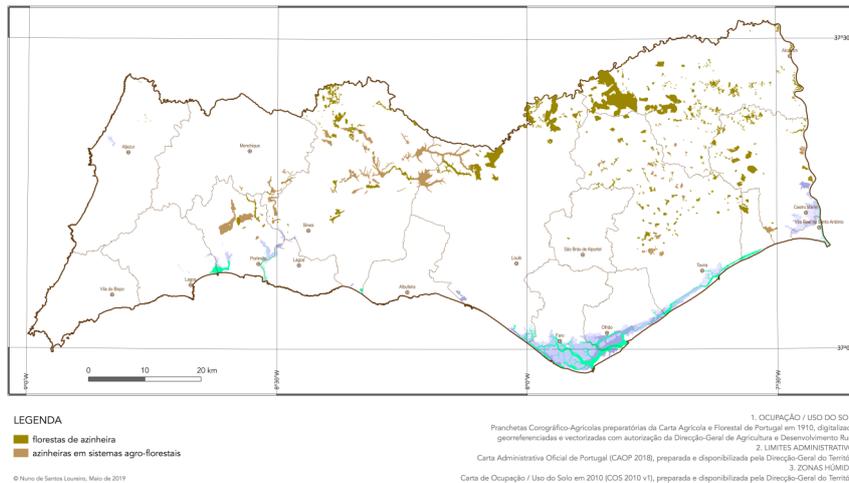


Figura 6.

DISTRIBUIÇÃO DA AZINHEIRA NO ALGARVE  
de acordo com a Carta Agrícola e Florestal de Portugal em 1910

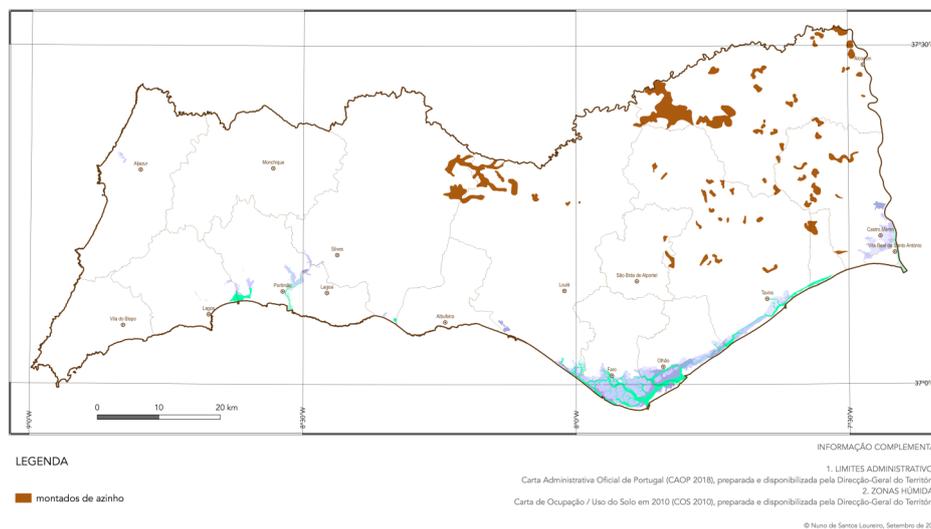


Figura 7.

DISTRIBUIÇÃO DA AZINHEIRA NO ALGARVE  
de acordo com a Carta Agrícola e Florestal de Portugal na década de 1950

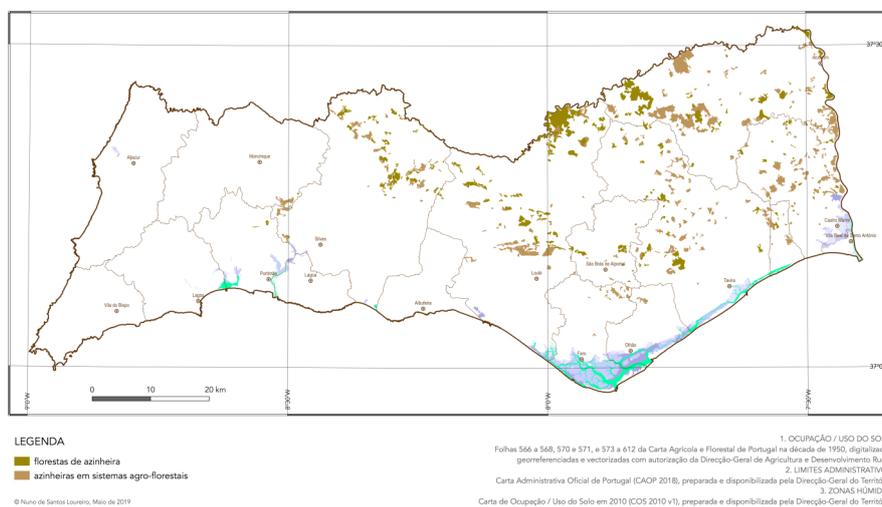


Figura 8.

**Quadros:**

**Quadro 3**  
**ÁREAS (em km2) NO ALGARVE COM DIVERSAS OCUPAÇÕES E USOS DO SOLO COM AZINHEIRAS, ENTRE AS DÉCADAS DE 1900 E 2015**

	241 azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	242 sobreiros e azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	Az SAF azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	320 azinhal (florestas de azinheira)	321 azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas	322 azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais)	323 azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante)	Az FLO azinheiras em povoamentos florestais	Azinheira SAF + povoamentos florestais
<b>PR-CAFP 1910</b>	23.96	23.77	<b>47.73</b>	98.48	12.77	4.43	7.46	<b>123.13</b>	<b>170.87</b>
<b>CAFP 1950s</b>	111.33	1.25	<b>112.58</b>	65.26	2.37	0.65	16.11	<b>84.39</b>	<b>196.97</b>
<b>COS 1995</b>	41.25	14.41	<b>55.66</b>	215.83		6.27		<b>222.10</b>	<b>277.75</b>
<b>COS 2007</b>	94.27	13.82	<b>108.09</b>	37.99	15.44	100.03		<b>153.46</b>	<b>261.55</b>
<b>COS 2010</b>	94.18	13.76	<b>107.94</b>	38.59	15.46	99.97		<b>154.03</b>	<b>261.97</b>
<b>COS 2015</b>	34.54	13.64	<b>48.18</b>	209.41				<b>209.41</b>	<b>257.59</b>

Anexos:

Anexo 1  
CHAVES DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O CATÁLOGO SIMPLIFICADO E OS CATÁLOGOS DAS SEIS FONTES DE INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA UTILIZADAS

	241 azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)	320 azinhal (florestas de azinheira)	321 azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas	322 azinhal aberto (florestas pouco densas de azinheira, eventualmente com outras espécies florestais)	323 azinheiras em florestas com outras folhosas e/ou resinosas (povoamentos em que a azinheira não é dominante)	242 sobreiros e azinheiras em SAF (sistemas agro-florestais)
PR-CAFP 1910	a-vi-0-Z a-vi-Z a-Z d-i-vi-Z 0 d-i-Z d-i-Z-X-0 d-Z f-X-0-Z f-Z f-Z-0 0-vi-Z 0-X-Z 0-Z 0-Z-f-th-X 0-Z-th-X 0-Z-vi p-Z vi-d-Z vi-Z X-z X-Z-0 Z-a Z-a-vi Z-0-p Z-f Z-F-0-X Z-0 Z-0-d Z-0-vi Z-0-X Z-p Z-p-d Z-V-0 Z-vi Z-w-X Z-X-w	Z	Z-S Z-S-0	w-Z Z-0 Z-0-w Z-w Z-w-0	S-Z S-Z-0	S-d-Z S-vi-Z S-Z-vi-0 vi-S-Z Z-f-0-S Z-0-S Z-S-d Z-S-f-vi Z-S-f-vi-V Z-S-vi Z-S-vi-a Z-S-vi-V Z-vi-S
CAFP 1950s	Af-Am-Az Af-Az Af-Am Af-Az-OL Af-Az* Az-Af Az-Af-Am Az-Af-OL Az-Af* Az-Af+Az-Af Az-Am Az-Am-Sb Az-Am-OL Az-F-Af* Az-F+Am Az-OL-Am Az-OL-F Az-OL+Az-OL Az+Am Az+Ca Az+Ca+Am Az+F+Ca Az+OL Ca/Am-Az Ca/Az Ca/Az-Af Ca/Az-Am Ca/Az-OL Ca/Az* Ca/Az+Az Ca/Az+Ca Ca/Az+F Ca/Az+lc Ca/Pnm-Az Ca+Az F-Af-Az F-Af-OL-Az F-Am-Az F-Az Ht/OL-Az lc/Af-Az lc/Az lc+Ca+Az Ol+Az *Af-Az *Af-Az* *Am-Az *Az-Af *Az-Af* *Az-Am *Az-OL *F-Az *OL-Az	Az Az* Az+Az Az*+Az*	Az-Pnm Az-Sb Az-Sb* Az-Sb+Pnb+Ec	Az+lc lc/Az	Md+Az Pnb-Az* Sb-Az Sb-Az-Pnb Sb-Az* Sb-Az+Sb Sb-Az+Sb-Az *Az-Md *Az-Pnb* *Az-Sb *Az-Sb-Md *Sb-Az *Sb-Az*	Az-Sb+OL Ca/Az-Sb Ca/Sb-Az Sb-Az-Af Sb-Az-Am Sb-OL+Az
COS 1995	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira		3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas de florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2007 v.2	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens 2.4.4.04.2 SAF de azinheira com culturas permanentes	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	3.1.1.02.2 Florestas de azinheira com folhosas 3.1.3.01.2 Florestas de azinheira com resinosas	3.2.4.01.2 Florestas abertas de azinheira 3.2.4.02.2 Florestas abertas de azinheira com folhosas 3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas 3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2010	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens 2.4.4.04.2 SAF de azinheira com culturas permanentes	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	3.1.1.02.2 Florestas de azinheira com folhosas 3.1.3.01.2 Florestas de azinheira com resinosas	3.2.4.01.2 Florestas abertas de azinheira 3.2.4.02.2 Florestas abertas de azinheira com folhosas 3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas 3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira 3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira 3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira		2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro 2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio 2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira e com pastagens 2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas permanentes
COS 2015	2.4.4.00.2 SAF de azinheira	3.1.1.00.2 Florestas de azinheira				2.4.4.00.6 SAF de sobreiro com azinheira



## Em busca do(s) mapa(s) perdido(s): coalescência e fragmentação das demarcações pombalinas na definição territorial da região demarcada do Douro (1757-1761)

**Helder Marques**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
htrigo@letras.up.pt

**Mário Gonçalves Fernandes**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
mgfern@letras.up.pt

### Resumo:

Independentemente da sua dimensão, as demarcações regionais vitícolas possuíam uma dada territorialidade, sincronicamente vertida ou não em mapas, o que implicava uma espacialidade concreta, identificável por contornos precisos que delimitavam um espaço mais ou menos homogéneo, o que se consubstanciava numa continuidade territorial, normalmente sem enclaves, não havendo fragmentação e sendo, portanto, a coalescência a regra. O recorte territorial obedecia à individualização de características organolépticas suficientemente distintas e irrepetíveis, dado resultarem, em boa medida, quer de um dado "terroir", quer de condições pedo-climáticas relativamente semelhantes, fatores que, somados às castas dominantes utilizadas, conferiam ao vinho a "tipicidade" facilmente reconhecível pelos consumidores. Além disso, cada demarcação regional implicava uma moldura e enquadramento jurídico de regulação, com maior ou menor espessura jurídica.

Embora possam ser explicitadas por outras formas, as demarcações são frequentemente delimitadas cartograficamente. No caso das setecentistas demarcações pombalinas, apesar do "Mappa do Rio Douro" ou "Mapa das terras vizinhas ao rio Douro", a transcrição comentada dos textos coevos, relativos às demarcações de 1757, 1758 e 1761, publicada pelo Engenheiro-Agrônomo Álvaro Moreira da Fonseca, na obra "As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro", em 1949, referencia a possível existência de um (ou vários) mapa(s) das demarcações pombalinas.

Entre demarcações e cartografias, analisam-se os mapas conjeturais alternativos que Álvaro Moreira da Fonseca publicou, os quais, apesar de algumas fragilidades patenteadas, devem ser reconhecidos como importante contributo cartográfico para o tema das demarcações Pombalinas, o que constituiu objetivo essencial explicitado por aquele engenheiro.

### Palavras-chave:

cartografia; viticultura; região demarcada do Douro; demarcações vitícolas

### Abstract:

Regardless of their size, the regional viticultural demarcations had a given territoriality, whether synchronously poured into maps or not, which implied a concrete spatiality, identifiable by precise contours that delimited a more or less homogeneous space, which consisted of a territorial continuity, normally without enclaves, there is no fragmentation and, therefore, coalescence is the rule. The territorial outline obeyed the individualization of sufficiently distinct and unrepeatable organoleptic characteristics, as they result, in good measure, either from a given "terroir" or from relatively similar pedo-climatic conditions, factors that, added to the dominant grape varieties used, conferred wine the "typicality" easily recognizable by consumers. In addition, each regional demarcation involved a legal regulatory framework, with a greater or lesser legal thickness. Although they can be explained in other ways, the demarcations are often delimited cartographically. In the case of the eighteenth-century "pombalinas" demarcations, despite the "Mappa do Rio Douro" or "Mapa das terras vizinhas ao rio Douro" ("Map of the lands neighboring the Douro river"), the commented transcript of the current texts, related to the demarcations of 1757, 1758 and 1761, published by the Engineer-Agronomist Álvaro Moreira da Fonseca, in the work "The Pombaline Demarcations in the Douro Wine Region", in 1949, mentions the possible existence of one (or several) map(s).

Between demarcations and cartography, we analyze the alternative conjectural maps that Álvaro Moreira da Fonseca published, which, despite some patented weaknesses, should be recognized as an important cartographic contribution to the theme of Pombaline demarcations, which was an essential objective explained by that engineer.

**Keywords:**

cartography; viticulture; demarcated region of Douro; wine-growing demarcations.

## 1. As demarcações

Na Europa, as demarcações regionais vitícolas foram não só diacronicamente as mais precoces como também as que definiram a substância e essência das atuais indicações de proveniência geográfica e mesmo de designações de origem. Quase todas estabelecidas no período pós-filoxérico, no caso de Portugal em 1908, obedeciam a requisitos e propósitos bastante semelhantes.

Possuíam, independentemente da sua maior ou menor dimensão, e em primeiro lugar, uma dada territorialidade, sincronicamente vertida ou não em mapas, o que implicava uma espacialidade concreta, identificável por contornos precisos que delimitavam um espaço mais ou menos homogêneo, o que se consubstanciava numa continuidade territorial, normalmente sem enclaves, não havendo fragmentação e sendo, portanto, a coalescência a regra. Em segundo lugar, o recorte territorial obedecia à individualização de características organolépticas suficientemente distintas e irrepetíveis, dado resultarem, em boa medida, quer de um dado “terroir”, quer de condições pedo-climáticas relativamente semelhantes, fatores que, somados às castas dominantes utilizadas, conferiam ao vinho a “tipicidade” facilmente reconhecível pelos consumidores. Em terceiro lugar, cada demarcação regional implicava, ou veio a implicar, uma moldura e enquadramento jurídico de regulação, com maior ou menor espessura jurídica, consoante os casos.

Tudo o que acima se diz tem que ver com o facto de comumente se aceitar que o Douro foi a primeira região vitícola demarcada, pouco depois da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756. Majestática e monopolista, tal como o tinham sido as anteriores conotadas com o absolutismo e associadas ao Marquês de Pombal. É evidente que, em bom rigor, não se pode aceitar de forma descontextualizada a associação simplista às verdadeiras demarcações que ocorreram muito posteriormente.

No fundo, as demarcações pombalinas não mais fizeram do que fazer transitar para o território uma prática que já anteriormente era corrente sobretudo por parte dos negociantes ingleses que, sem possuir grandes propriedades no Douro, operavam no comércio do vinho a partir da cidade do Porto e que eram recorrentemente acusados de se aproveitar de forma inapropriada do aumento da exportação que disparava a partir do último quartel do século XVII e que se prolonga por quase toda a primeira metade do século XVIII. A queda dos preços a partir dos anos cinquenta apouquentou eclesiásticos e grades proprietários durienses, principais instigadores da formação da Companhia, onde detinham os lugares decisórios e gozavam de prerrogativas recorrentemente vistas como demasiado discricionárias.

Em todo o caso, porque não só territorialmente estabelecida a distinção entre os vinhos de ramo e de embarque, co-

mo também pela abertura da região nos xistos de Barqueiros e Barrô e fecho no canhão da Valeira, os contornos são, de facto, relativamente semelhantes aos que foram definidos em 1908 se se excetuar, como é evidente, o Douro Superior, só há pouco mais de um século incorporado.

Não custa aceitar que as demarcações pombalinas e, posteriormente, as marianas, foram assumidamente fragmentadas e nunca tiveram a coalescência como matriz, a não ser num ou outro caso, mais como discurso retórico do que verdadeiro desígnio ou intencionalidade. Excluíram-se, pelos mais diversos motivos, territórios intercalares ou demasiado afastados dos classificados como produzindo vinho de embarque, argumentando-se, no primeiro caso, não ser evidente a dominância vitícola em termos de ocupação do solo, ou, no segundo, pese embora a qualidade do vinho que poderia ser eventualmente considerado como de embarque, remetendo o motivo da exclusão para a sua excentricidade, o mesmo é dizer para a distância, em si mesmo, porque aumentava a dificuldade de fiscalização por parte da companhia do transporte e, inerentemente, a eficácia de controle.

## **2. O(s) mapa(s)**

Entre os documentos conhecidos relativos ao processo de instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e às demarcações pombalinas existem duas missivas que referenciam um mapa do Rio Douro. A primeira, datada de 28 de Julho de 1757 e assinada por “Sebastião Joseph de Carv<sup>o</sup> e Mello”, refere um “Mappa do Rio Douro” enquanto a outra, datada de 1772 e enviada por Mesquita e Moura ao Marquês de Pombal, referencia um “Mapa das terras vizinhas ao rio Douro” de 1757 (OLIVEIRA e MARINHO, 1983, entre pp. 48-49). Trata-se do mesmo mapa, uma representação esquemática e simplificada da posição relativa das “terras vez<sup>as</sup> ao R.<sup>o</sup> Douro”, numeradas de 1 a 105, de jusante para montante, começando em “Entre ambos os rios”, na margem direita, voltando à foz e terminando em S. João da Pesqueira, na margem esquerda.

É um mapa que, depois de copiado e extraído de junto dos quadros adjacentes que originalmente descrevem aspetos relativos à produção vinícola das terras representadas, foi profusamente publicado e é sobejamente conhecido, mas não é o único mapa referido na documentação, nem corresponde à representação das demarcações então ordenadas e concretizadas, pelo que a busca cartográfica continua, na senda do labor desenvolvido pelo Engenheiro-Agrônomo Álvaro Moreira da Fonseca, expressado na obra, em três volumes, “As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro”, publicada pelo Instituto do Vinho do Porto, em 1949.

Movido pela primordial curiosidade surgida ao deparar “com os primeiros e autênticos marcos pombalinos” (Vol. I, p. 11), além de publicar o referido “Mappa do Rio Douro” (Vol. I, entre pp. 54-55), Álvaro Moreira da Fonseca transcreveu e comentou os textos coevos relativos às demarcações de 1757, 1758 e 1761, considerando, a partir deles, a existência de um mapa das demarcações e porfiando na respetiva busca, com “pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” (Vol. I, p. 12) tendo em vista “encontrar o mapa das demarcações que, pelos documentos compulsados, sabíamos ter existido, mas do qual não havia o menor vestígio” (Vol. I, p. 13).

Na verdade, considerando que, nos textos setecentistas compulsados, as referências à cartografia utilizam recorrentemente a expressão “carta topográfica” é possível que não tenha existido “o mapa das demarcações”, mas antes os vários mapas das demarcações, parciais, de grande escala, a qual era, na época, a característica incontornável na aplicação do termo topográfico. Apesar de tudo, com este pressuposto, o potencial aumento do número de documentos cartográficos apenas acrescenta, na mesma medida, a perplexidade face ao desconhecimento do paradeiro de qualquer exemplar levantado pelos “officiaes de Infantaria com exercício de Engenharia que dirigirão as ditas Demarcações, para reduzirem a Carta Topografica dellas aos precisos limites das mesmas Instrucções” (Vol. II, p. 18).

Com infrutíferos resultados no que toca ao achamento do(s) mapa(s), Álvaro Moreira da Fonseca tratou de proceder à reconstituição cartográfica das demarcações, seguindo as informações da documentação setecentista e apoiando-se, segundo as suas palavras, nas “cartas do Estado Maior na escala de 1/50.000” (Vol. I, p. 15), as quais lhe terão sido de “enorme auxílio” apesar das “deficiências graves [que] apresentam”, o que exemplifica com alguns casos (Vol. I, pp. 15-17).

De qualquer forma, Álvaro Moreira da Fonseca concebeu três mapas que, de alguma maneira, pretenderam substituir-se aos mapas das demarcações e que são os seguintes:

- “As Demarcações do Ano de 1757”, sem escala [ca. 1:80.000], 77 x 56 cm (Vol. I, entre pp. 234-235);
- “As Demarcações do Ano de 1758”, 1:80.000, 77 x 56 cm (Vol. II, entre pp. 342-343; contém janela com representação do Rio Douro desde a faz até Mesão Frio, na escala de 1:100.000);
- “As Demarcações do Ano de 1761”, 1:80.000, 77 x 56 cm (Vol. II, entre pp. 291-292; contém janela com representação do Rio Douro desde a faz até Mesão Frio, na escala de 1:100.000).

Trata-se de documentos cartográficos cuja base cartográfica aparenta corresponder à série cartográfica 1:50.000, iniciada em finais do século XIX (ALEGRIA e GARCIA, 1995, p. 80) e, aqui, generalizada para a escala de 1:80.000, no caso do Alto Douro e para a escala de 1:100.000 no caso da janela que abarca o tramo desde a foz do Douro a Mesão Frio. Como todas as séries cartográficas, esta também possui folhas com datas de edição bastante diversas, o que explica que a folha 9C, da cidade do Porto, porque tem data de edição de 1915, ainda não apresente na malha urbana a Avenida Marechal Gomes da Costa (cujo processo de abertura decorreu durante a década de 1920 e se concluiu em 1931), enquanto as folhas relativas ao Alto Douro têm datas de edição entre 1934 e 1940 (10A, 1937; 10B, 1934; 10C, 1935; 10D, 1940; 11<sup>a</sup>, 1940; 11C, 1940; 14<sup>a</sup>, 1940; 14B, 1934; 15<sup>a</sup>, 1936).

Para todos os efeitos, a escala 1:50.000 foi desde sempre elaborada pelo Instituto Geográfico e Cadastral e a referência de Álvaro Moreira da Fonseca ao Estado Maior, pode derivar apenas do facto de as ter conseguido através desse organismo que, naturalmente, as poderia possuir. Aliás, apesar de as escalas do Serviço Cartográfico do Exército serem as de 1:25.000 e 1:250.000 e as do Instituto Geográfico e Cadastral serem as de 1:50.000 e 1:100.000, a necessidade de articulação e partilha entre ambas as instituições foi legalmente sublinhada em 1932, a propósito da criação dos Serviços Cartográficos do Exército (revertendo a fusão, acontecida em 1929, da Secção de Cartografia do Estado Maior com o Instituto Geográfico e Cadastral), afirmando-se então que todas aquelas cartas “constituirão um sistema

harmónico na repartição das fôlhas, escalas, nomenclaturas, quadricula e sinalização convencional” (Diário do Governo, I Série, nº 276, Artº 5º, alínea c)).

Voltando aos mapas das demarcações concebidos por Álvaro Moreira da Fonseca, importa sublinhar que a tarefa não terá sido simples, quer por todas as razões que o mesmo explicita, nomeadamente, na interpretação dos textos das demarcações “quando, durante os meses dos anos de 1944 e 1945 a Direcção do Instituto [do Vinho do Porto] nos permitiu percorrer a Região com o fim de identificarmos estas demarcações” (Vol. III, p. 301), quer tecnicamente, já que os mapas tiveram que ser desenhados por generalização a partir das folhas originais da carta 1:50.000, reduzindo-se alguma informação (nomeadamente, a eliminação da simbologia relativa à representação da topografia) e acrescentando-se as cores que identificam as áreas de cultivo dos diferentes vinhos, ou seja “acrescentandosse as individuaçoens que são indispensáveis para se distinguirem os vinhos das cinco diferentes qualidades que vão declaradas na Instrução ou Idêa que ajuntarey a esta carta debaixo do numero primeiro.” (Vol. I, p. 51). Essas ‘individuaçoens’ correspondem, linearmente, à utilização da progressão espectral das cores para a simbolização, ou seja, adequando a variação do preço dos vinhos à variação dos comprimentos de onda na banda visível do espectro electromagnético:

“E para que as referidas individuaçoens fiquem sempre distintas, e possão ser perpetuadas e publicas assim neste Reino como fora delle se notarão os terrenos que produzem vinhos finos ou de Feitoria com hum banho de vermelho, os que produzem os vinhos de preço de trinta reis, com um banho de amarello, os que produzem o vinho de vintém, com banho verde, os que produzem o vinho de quinze reis com banho roxo, e os que produzem o vinho de doze reis e meyo com banho azul; Ficando todos os mais Terrenos de vinho de dez reis sem algum destentivo, e na cor natural do papel em que se estampar a referida carta.” (Vol. I, pp. 51-52).

A utilização da progressão espectral aparenta ser uma prática da época, como, aliás, o exemplifica a posterior utilização no mapa hipsométrico (Wallis, H. M., Robinson A. H., 1987, pp. 145-146) que levaria, inclusivamente, a convencionar-se aquela progressão com a expressão “cores hipsométricas”. A aplicação das cores nos três mapas das demarcações é desigual, com um resultado menos conseguido no mapa relativo a 1757 e mais satisfatório no de 1761; aliás, o resultado neste ou o exemplo de utilização da cor no Atlas de Portugal de Aristides de Amorim Girão, de 1941, permitem eliminar as justificações relacionadas com limitações técnicas da impressão a cores em relação ao mapa de 1757 e pensar, antes, num gradual ajustamento das cores, desde a impressão do mapa do volume I até à impressão do mapa do Vol. III.

Entretanto, a sequência de cores aplicadas não correspondem rigorosamente à sequência espectral prevista visto que, ao verificar que as referências das “individuaçoens” apresentavam uma lacuna por não apresentar “a cor destinada à zona produtora de vinhos de 15\$000 que haviam de ser vendidos a 25 réis” (Vol. I, p. 52), Álvaro Moreira da Fonseca desvirtuou a subjacente progressão espectral ao acrescentar-lhe um castanho claro entre o amarelo e o verde.

Além disso, Álvaro Moreira da Fonseca fez “enriquecer” visualmente os mapas, criando nova simbologia (que conjuga cores com tramas e com símbolos de implantação pontual) para representar situações não previstas, normalmente relacionadas com alguma incerteza ou com a associação de tipos de vinhos (por exemplo: “Zona Provável de Feitoria” e “Vinhos Brancos de Feitoria” no mapa de 1757; “Vinho Branco de Feitoria e Tinto de 10\$500 Reis” ou “Vinhos de 6 \$400 Reis e Provenientes de Xantoados, Arvores e Ramadas”, entre outros, nos mapas de 1758 e 1761.

Finalmente, apesar de alguma fragilidade patente na escolha da simbologia acrescentada, na ausência de escala no mapa de 1757 e no posicionamento dos poucos elementos de mapa apresentados, importa reconhecer a importância do contributo cartográfico conjectural para o tema das demarcações Pombalinas, o que constituiu o objetivo essencial explicitado por Álvaro Moreira da Fonseca. De facto, foi o próprio Álvaro Moreira da Fonseca quem referiu que “os mapas não deverão ser vistos à lupa, nem poderão traduzir com fidelidade total os factos [mas] representam contudo, e com muita aproximação, as demarcações levadas a efeito” (Vol. I p. 18), sublinhando ainda que “se algum valor este estudo vier a ter, esse advém-lhe, certamente, quer da inclusão do mapa que representa a Região Pombalina de impossível reconstituição até hoje por falta dos necessários elementos, quer ainda dos materiais que extraímos do pó dos arquivos e que nos permitem recompor tão importante capítulo da história do Douro Vinhateiro” (Vol. I, p. 14).

### **Bibliografia referida**

ALEGRIA, M. Fernanda e GARCIA, João C., “Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)”, in M<sup>a</sup> Helena DIAS, coord., *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da cartografia*, Lisboa, Ed. Cosmos, pp. 27-84, 1995.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas), 1941 (2<sup>a</sup> edição 1958).

FONSECA, Álvaro Moreira, *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, Porto, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 3 Vols., 1949.

OLIVEIRA António Braz e MARINHO, M. José (Orgs.), *Devassa a que mandou proceder Sua Magestade no Territorio do Alto Douro pelo Desembargador Antonio de Mesquita e Moura [1771-1775]*, Lisboa, Ministério da Cultura, Série Documental da Biblioteca Nacional, 1983.

ROBINSON, Arthur H. e WALLIS, Helen M., *Cartographical Innovations, An Internacional handbook of Mapping Terms to 1900*. Londres, Map Collector Pub. e ICA, 1987.



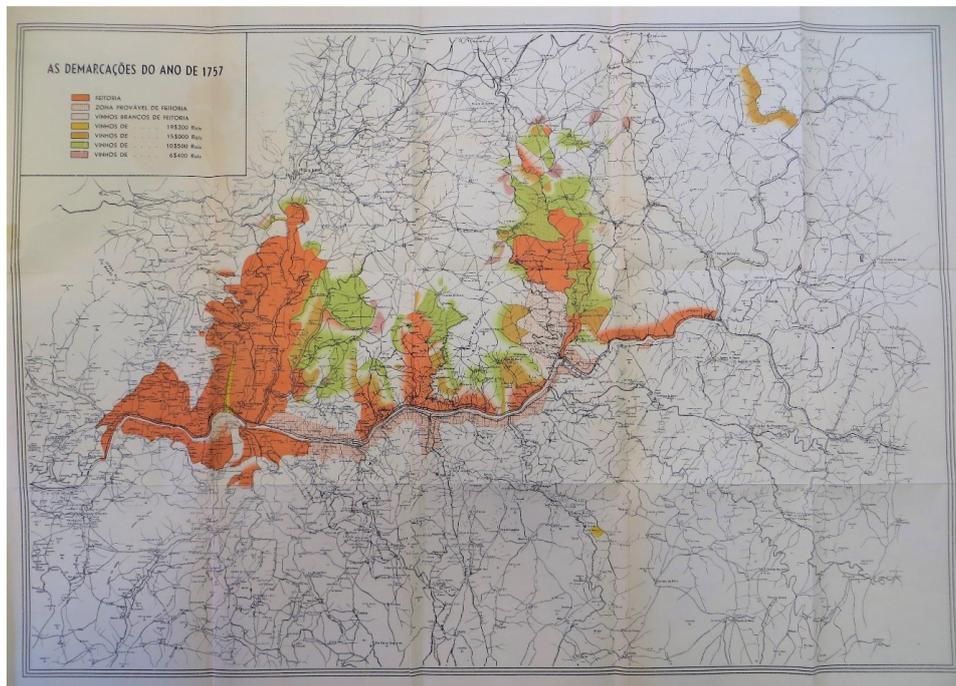


Figura 3 - "As Demarcações do Ano de 1757"

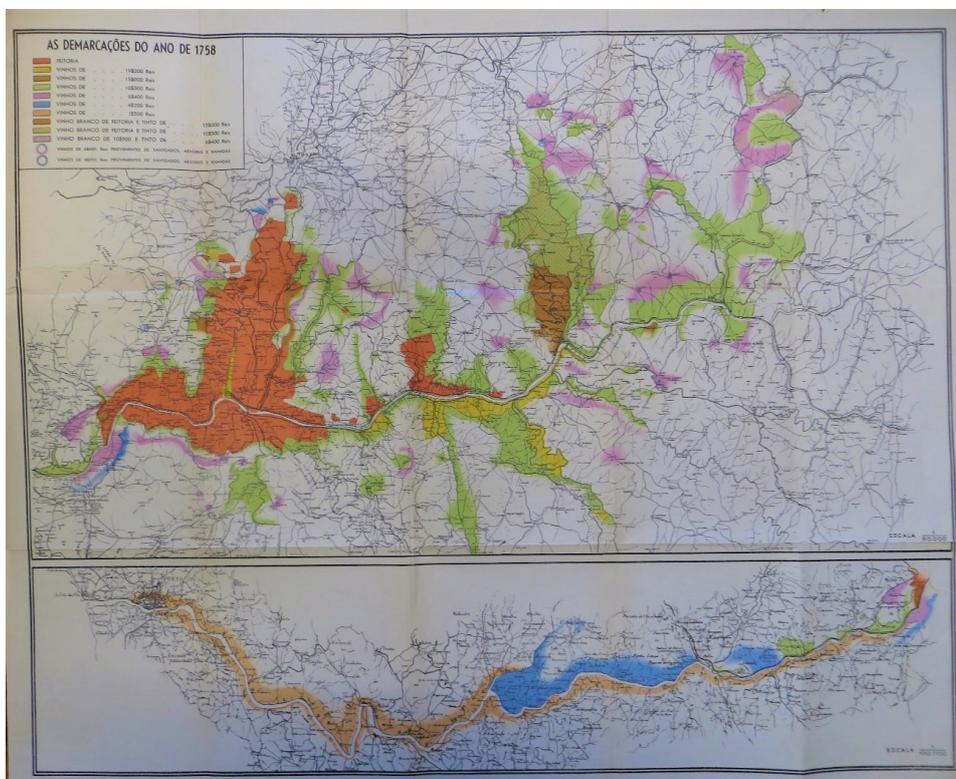
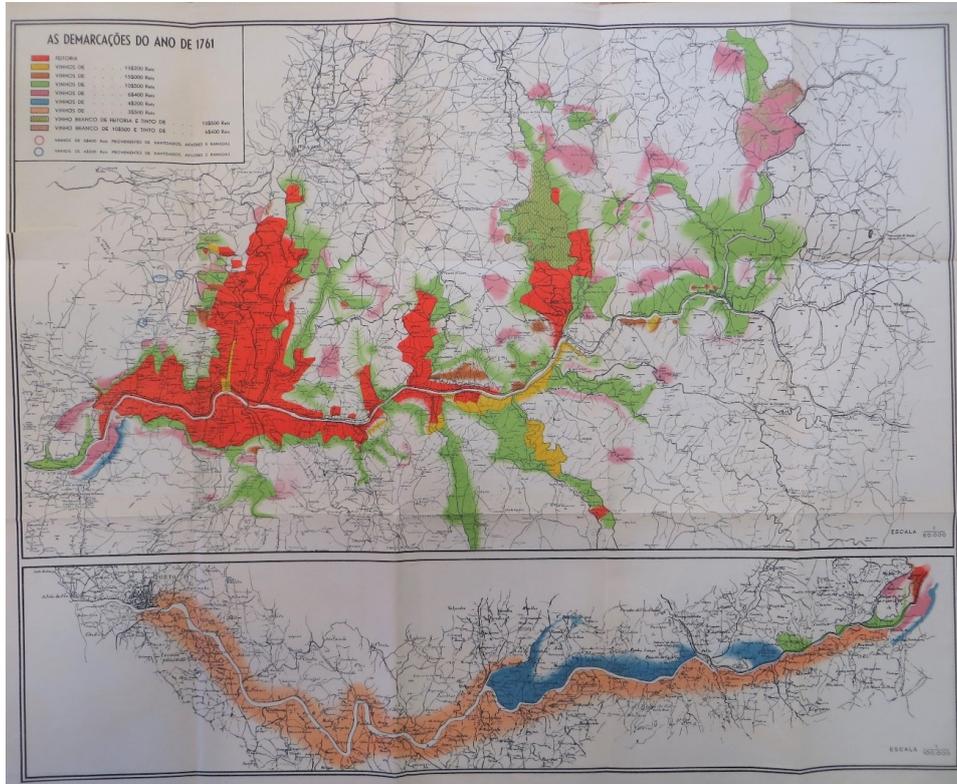


Figura 4 - "As Demarcações do Ano de 1758"



**Figura 5 - "As Demarcações do Ano de 1761"**



## Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP) e a promoção municipal em representações cartográficas do Estado Novo

**Luís Paulo Saldanha Martins**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
lmartins@letras.up.pt

**Mário Gonçalves Fernandes**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
mgfern@letras.up.pt

### Resumo:

No âmbito do Roteiro Turístico e Económico de Portugal, entre 1945 e 1977, foram produzidas 194 publicações, 136 das quais referentes a representações de concelhos de Portugal Continental. A editora visava concretizar uma ampla cobertura do território nacional, tendo como principais objetivos, como está explicitado na designação, a promoção turística e a informação económica sobre os municípios representados. Assumiu, igualmente, uma muito evidente dimensão cultural, identificável nos elementos simbólicos presentes nos documentos produzidos, tanto associáveis ao património material como imaterial concelhio.

Conhecimento científico, política e cultura cruzam-se na organização dos roteiros ROTEP. Com o patrocínio de Amorim Girão que enquadra a produção dos roteiros, fica evidente a moldura científica, enquanto a tutela política se manifesta através do apoio, em alguns dos números, do Ministério da Educação Nacional e do Secretariado Nacional da Informação e Turismo. Já a dimensão cultural surge com a valorização de elementos tradicionais, exaltados em tantas das dimensões incluídas nas representações, constituindo marcas identitárias destas publicações, inequivocamente identificáveis na organização da maioria dos documentos consultados.

Assim, os documentos produzidos pelo ROTEP, a grande maioria com a organização do fotógrafo Camacho Pereira, contribuíram para ampliar o conhecimento dos municípios e das regiões, acompanhar as transformações que ocorreram pelos anos quarenta do século XX e vincar os elementos de diferenciação territorial, permitindo simultaneamente aprofundar o debate sobre as temáticas do turismo e da cartografia, vigentes durante o Estado Novo, tendo como primeiro argumento um dos motes da publicação: "Com a ROTEP o Turista sabe o que tem a ver no local que visita...".

### Palavras-chave:

Turismo; roteiros; "Estado Novo"; cartografia; "ROTEP"

### Abstract:

Within the scope of the Touristic and Economic Roadmap of Portugal, between 1945 and 1977, 194 publications were produced, 136 of which refer to representations of municipalities in Mainland Portugal. The publisher aimed to achieve a wide coverage of the national territory, having as main objectives, as explained in the name, tourist promotion and economic information about the municipalities represented. It also assumed a very evident cultural dimension, identifiable in the symbolic elements present in the documents produced, both associated with the material and immaterial heritage of the municipality. Scientific knowledge, politics and culture intersect in the organization of ROTEP scripts. With the sponsorship of Amorim Girão that frames the production of the scripts, the scientific framework is evident, while the political tutelage is manifested through the support, in some of the numbers, of the Ministry of National Education and the National Secretariat for Information and Tourism. The cultural dimension, on the other hand, comes with the valorization of traditional elements, exalted in so many of the dimensions included in the representations, constituting identity marks of these publications, unequivocally identifiable in the organization of most of the consulted documents. Thus, the documents produced by ROTEP, the vast majority with the organization of photographer Camacho Pereira, contributed to expand the knowledge of municipalities and regions, to accompany the transformations that occurred in the forties of the 20th century and to emphasize the elements of territorial differentiation, allowing simultaneously deepen the debate on the themes

of tourism and cartography, in force during the Estado Novo, having as a first argument one of the motives of the publication: "With ROTEP the Tourist knows what has to do in the place he visits...".

**Keywords:**

Tourism; tourist itinerary; "Estado Novo"; cartography; "ROTEP"

## **1. Os mapas do Roteiro Turístico e Económico de Portugal**

Tendo como referência o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), consultado através do "Catálogo Geral", disponível "online", foram identificadas 194 referências, 172 respeitantes a 136 concelhos e as restantes a mapas de diferentes escalas com dominância "regional"<sup>1</sup>.

Precisamente, num destes mapas, o roteiro do "Entre Douro e Minho" de março de 1959, pode ler-se que a "publicação [seria] constituída por 273 mapas" produzidos a um ritmo de três mapas por mês, permitindo completar a cobertura proposta, há época a totalidade dos municípios de Portugal Continental, em menos de oito anos.

Apesar da ambição expressa em 1959, o trabalho desenvolvido, com registo na BNP, saldou-se por cerca de metade da proposta inicial, não tendo sido identificados outros roteiros municipais em consultas realizadas em diferentes bibliotecas. Na Biblioteca Municipal do Porto, igualmente integrante da rede de bibliotecas com "depósito legal", foi encontrada uma lista de cerca de cinquenta roteiros que decalcam os existentes na BNP. Acresce, a título de curiosidade, ter sido possível identificar na Universidade de Toronto, entre outras bibliotecas que reúnem alguns exemplares, uma "caixa 19" que surge associada a cerca de cem mapas turísticos do ROTEP ainda que não acrescentem novos municípios aos que constam da lista da Biblioteca Nacional de Portugal.

O âmbito e a escala locais dos roteiros publicados refletem a organização administrativa saída da revisão do Código Administrativo de 1936<sup>2</sup>, que recupera a escala da "província", ainda que corra a par de um conjunto muito variado de iniciativas à escala regional. Talvez por isso, podem ser encontrados documentos com uma representação supra concelhia ou regional, a exemplo do Algarve, Entre Douro e Minho, já referido, Mapa dos arredores de Lisboa ou Viseu e Serra da Estrela, produzidos a escalas compreendidas entre 1:100.000 e 1:200.000. O processo de consolidação do Estado Novo baseado na renovação das principais instituições públicas e da respetiva imagem, acelerado depois da aprovação da Constituição de 1933, integrou iniciativas organizadas pelos municípios, a exemplo dos roteiros analisados, como de expressão regional em grande parte idealizadas e implementadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado também em 1933.

A organização promovida pelo novo Código Administrativo reforçou o peso do concelho na estrutura administrativa do

---

<sup>1</sup> <http://catalogo.bnportugal.gov.pt/> (consulta efectuada em 2 de outubro de 2019).

<sup>2</sup> Ministério do Interior (1936). Decreto-Lei 27424 [Aprova o Código Administrativo]. I Série nº 306. Dre. 31 Dez 1936.

Estado Novo, não diluiu a importância dos distritos e recuperou a escala e cultura da “província”. De facto, o debate sobre a organização do país, prolongando o discurso académico de dominante regionalista assente em perspetivas científico-académicas defendidas por geógrafos como Aristides de Amorim Girão, da Universidade de Coimbra, não foi erradicado com a publicação do código administrativo. Esta matriz regional condicionou inclusivamente algumas das criações do SPN de âmbito cartográfico como as incluídas na revista Panorama e que mais tarde serviram de inspiração por exemplo a alguns dos mapas publicados no “Portugal País de Turismo” de finais dos anos cinquenta do século passado. Ou seja, neste período conviviam duas linhas de política, uma de pendor mais municipalista e outra de cariz mais regional, onde avultava a organização do país em províncias, recorrentemente utilizada para a assunção identitária e, como não, para a propaganda de Portugal.

Neste sentido, o patrocínio de Amorim Girão validando a pertinência e reconhecendo a utilidade dos roteiros, introduz uma dimensão de credibilidade à iniciativa que parece sair reforçada com a chancela do “Ilustre Autor da ‘Geografia de Portugal’ e Diretor da Faculdade de Letras de Coimbra”. Num texto em que enaltece a observação direta e indireta, Amorim Girão refere-se a um “filósofo antigo” que advertia para as vantagens do conhecimento direto – «*vale mais a coisa conhecida por si que pela imagem dela*» [ainda que] “*com frequência a representação gráfica de um objecto [possa] entrar melhor no nosso espírito do que a sua realidade nos entra pelos olhos. A imagem das coisas, quando bem escolhida e bem traduzida, torna-se deste modo um poderoso auxiliar da visão directa, reduzindo por assim dizer a multiplicidade à unidade, fazendo avultar nas suas linhas gerais os factos dominantes da superfície terrestre*”<sup>3</sup>.

Finalmente, os roteiros criados e publicados pelo ROTEP assentam predominantemente na escala 1:50.000 (Amorim Girão refere que “*todos os mapas concelhios se baseiam sobre a Carta de Portugal na escala de 1:50 000*”), ou seja, entre as referências bibliográficas dos mapas disponíveis na BNP é possível verificar que mais de um terço foram efetivamente produzidos a esta escala, ainda que, no total, mais de noventa tenha sido produzido entre as escalas 1:40.000 e 1:75.000. Justifica-se lembrar que a produção da Carta Militar à escala 1:25.000 realizada pelos Serviços Cartográficos do Exército (Decreto nº 21904 de 24 novembro 1932), terá ajudado a ampliar a base de conhecimento do território português, aprofundando e completando a informação disponível, servindo de base à Carta Itinerária de Portugal e permitindo a elaboração, por generalização, de escalas inferiores e 1:25.000, mas superiores a 1:50.000.

## **2. Depois do "Mappa Excursionista de Portugal" de 1907**

Estudar a evolução do turismo através de documentos de apoio à viagem, como guias, roteiros ou cartas itinerárias permite colocar em evidência, de modo muito simplista, o crescimento ou decréscimo da atividade turística, como permite sopesar a visão exterior de autores/viajantes e de turistas/escritores em contraponto com a aceitação do turismo

---

<sup>3</sup> Aristides de Amorim Girão in *Entre Douro e Minho* [Material cartográfico] / organização de Camacho Pereira. Lisboa: ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, 1959.

entre as populações residentes nos lugares de turismo.

Assim, parece existir uma relação direta entre o aumento do número de turistas e a produção de documentação, significando inversamente períodos de maior instabilidade com fraca produção de documentos, tendo como referência os catálogos das bibliotecas consultadas, a exemplo da Biblioteca Nacional de Portugal, que denunciam o número de entradas de viajantes e de turistas.

Depois de uma fase de significativo entusiasmo registado na segunda metade do século XIX, com um notável aumento do número e tipo de documentos disponíveis para utentes mais ou menos letrados, a segunda década do século XX caracterizou-se por um abrandamento ou mesmo queda na edição de guias ou roteiros. As razões são conhecidas tanto em termos nacionais como internacionais e desde logo avulta o período da 1ª Grande Guerra com consequências dramáticas em todos os domínios e também no inevitável declínio do número de guias de viagem editados. Internamente verificaram-se acontecimentos que oscilaram entre o entusiasmo de um novo regime e o sofrimento da guerra ou da doença, gerando grande instabilidade, desde o regicídio, à implantação da República, à participação na Grande Guerra, à epidemia de “pneumónica”, à agitação política que desembocou no movimento da Ditadura Nacional e depois à instauração do Estado Novo.

A instabilidade que marcou este período da vida nacional teve evidentes consequências na diminuição drástica de guias de viagem e mapas turísticos como é possível verificar comparando o número e tipo de publicações existentes na Biblioteca Nacional ou em motores de pesquisa na rede global a exemplo do Google Books.

Tão pouco descola deste quadro a publicação de mapas do Automóvel Clube de Portugal que depois de divulgar o primeiro mapa em 1913 só em 1929 publicou a segunda edição. Depois desta data e como reflexo das alterações na rede viária e do notável crescimento dos veículos automóveis, aumentaram a frequência e a regularidade na publicação do mapa de estradas.

O crescimento do turismo no início do século XX decorreu a par de um processo de tomada de consciência da pátria e dos seus valores, bem como do aumento de rigor nos documentos cartográficos de suporte e “propaganda” à atividade turística. Este aumento de rigor decorreu a par da revolução técnica, a exemplo dos transportes, do aumento da velocidade nas deslocações, no encurtar do país, da Europa e do mundo. O aumento da precisão nas representações, a sofisticação técnica que foi sucessivamente introduzida em tantas dimensões, entre elas a cartografia, constituiu uma das mais marcantes facetas do último quartel do século XIX e dos primeiros anos de arranque do século XX.

O debate criativo, no entanto, desde finais da primeira década e, em Portugal, ao longo da segunda década, introduziu elementos de discussão que começaram por abalar a lógica positiva, racional e desenvolvimentista que tinha impulsionado o debate na transição do século XIX para o XX. A crise instala-se mesmo quando possam ser exaltados “maquinismos em fúria!” pelo apego cosmopolita ao progresso e ao avanço tecnológico de quem canta em verso o conflito com tantos que restam “Inatingíveis por todos os progressos / Fauna maravilhosa do fundo do mar da vida!”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Álvaro de Campos (1914). “Ode Triunfal”. In “Orpheu”. Revista Trimestral de Literatura, nº 1. TYPOGRAPHIA DO COMMERCIO, Lisboa, 1915. A edição foi da responsabilidade de António Ferro.

### **3. O boom do turismo e a reestruturação administrativa**

A consolidação do Estado Novo, para além da aprovação e referendo da Constituição de 1933, passou pelos atos de propaganda impulsionados pelo SPN, criado também em 1933, e por um conjunto de iniciativas internas e externas visando a promoção do regime. Tendo a “política do espírito” como quadro de referência ideológica, publicitando articuladamente o país no estrangeiro, incluindo a participação em feiras, exposições ou conferências, lançando internamente as comemorações dos “centenários”, o concurso “a Aldeia mais Portuguesa de Portugal” ou apoiando as artes, entre tantas iniciativas, os anos trinta do século XX permitiram firmar as bases do regime que duraria mais quatro décadas.

As medidas implementadas, ao visarem dar a conhecer Portugal interna e externamente, tinham associada a intenção de captação de visitantes nacionais e estrangeiros para um “país de turismo” ainda em processo de afirmação. Complementarmente, as políticas prosseguidas face à guerra civil em Espanha ou aos movimentos nacionalistas europeus e a tensão internacional crescente, terão sido insuficientes para incentivar um crescimento nas entradas de viajantes. Em 1932 foram 91.073 os passageiros desembarcados nos “portos do Continente e Ilhas”, 56.242 em 1935 e 40.727 em 1940.

Na informação consultada, de qualquer modo, surge uma enorme novidade ao ser incluído no Capítulo X - “Comunicações” do Anuário Estatístico de Portugal, um quadro com o número “18” referente ao “Serviço de turismo em 1932”. Este quadro incluiu uma coluna referente ao “total de excursionistas por vapor” – com o registo de 40.364 “excursionistas”, 53.003 em 1933 e 57.771 em 1934. A designação “Turismo” passa a figurar em 1935, contendo igualmente dados de 1934, referindo-se ao “número de excursionistas”, com um total de 53.315, enquanto o valor sobe em 1936 para 60.481, ano a partir do qual os valores entraram em declínio, tendo atingido, em 1939, os 16.181 de excursionistas entrados em Portugal. De qualquer forma, de modo redutor, o título do quadro dezasseis, no qual surge “Serviço de turismo”, refere-se ao “número de navios entrados no porto de Lisboa por nacionalidades e número de excursionistas”, deixando perceber a importância reconhecida à capital como porta de entrada de excursionistas.

A navegação aérea, que dava os primeiros passos, surge referida em 1929 e 1930, com 79 e 200 “pessoas transportadas”, respetivamente, e depois, em 1935, com um total de 113 passageiros registados, refletindo o movimento da linha Lisboa-Tanger e acrescentando uma nova dimensão aos movimentos de visitantes.

O reconhecimento, através das estatísticas dos anos trinta, do aumento da dimensão dos contingentes de passageiros, turistas e excursionistas, estrangeiros e portugueses, desembarcados nos portos ou aeroportos e, a partir de 1939, dos que se movimentaram “pelas fronteiras do Continente” – aéreas, terrestres e marítimas – parece refletir a tendência geral de normalização das viagens. As estatísticas nacionais, para além de traduzirem, com a inclusão de quadros específicos, o crescimento da importância do fenómeno turístico decorrente dos esforços do Estado, seguramente sob a organização do SPN, para divulgar a imagem do país, também evidenciam a dificuldade inicial da “Direcção Geral de Estatística” em estabilizar a informação em torno de conceitos relevantes.

Neste contexto de consolidação do “Estado Novo”, com a propaganda do regime e o crescimento do número de visitantes, nacionais e estrangeiros, a edição e publicação de documentação de suporte à viagem passou a ter maior significado, nomeadamente com publicações icónicas como o Guia de Portugal (1924)<sup>5</sup>.

**Quadro 1.** Dados sobre passageiros, excursionistas e “turismo” incluídos no Anuário Estatístico de Portugal (1929-1940).

Anos / referencias estatísticas	Movimento de passageiros, por portos do Continente e ilhas ... N° de passageiros desembarcados	18. Serviço de turismo em 1932 ... Total excursionistas por vapor	16. Serviço de turismo. Número de navios entrados no porto de Lisboa por nacionalidades e número de excursionistas	28. Excursionistas conduzidos pelos navios entrados no porto de Lisboa	27. Turismo. N° de excursionistas conduzidos pelos navios entrados, em 1935, no porto de Lisboa	VII - Serviços Aéreos Portugueses ... Número de pessoas transportadas ... Total	IV. Navegação aérea 33. Movimento na linha Lisboa-Tanger	33. Movimento de estrangeiros e portugueses pelas fronteiras do Continente - Total	Via aérea	Fronteira terrestre	Fronteira marítima
1929	63159					79					
1930	68945					200					
1931	62706										
1932	91073	40364									
1933	86942		53003								
1934	57983		57771		57771						
1935	56242			53315	53315		113				
1936	61515			60481			193				
1937	62887			33901			239				
1938	65537			35905			355	59955	2017	21865	36073
1939	56694			16181			438	68967	2170	27180	29114
1940	40727						1008	64623	6264	38874	19485

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal

#### 4. Roteiros e divulgação municipal

A produção da ROTEP, de acordo com a informação recolhida no Catálogo Geral da Biblioteca Nacional, decorreu entre 1945 e 1977, como foi referido. Depois de uma fase inicial de crescimento irregular e lento, entre os anos de 1951 e 1964, foi registado o período de maior produção de roteiros, situando-se em valores anuais iguais ou superiores a oito roteiros, o que aconteceu em nove dos catorze anos do intervalo, correspondendo o ano de 1953 ao de maior produção, com treze roteiros. Depois de 1970 os valores decresceram, com dois ou três roteiros publicados por ano, até 1977, ultimo ano para o qual foram encontradas referências.

<sup>5</sup> Esta obra foi antecedida, em 1923, pelo “Guia de Évora e seus arredores: espécimen do Guia de Portugal” – “colaborado pelos mais distintos escritores e dirigido” por Raúl Proença que, com “alguns homens de valor... cerca de 1921, constituíram o chamado grupo da Biblioteca”. Santanna Dionísio (1985). “Prefácio” [1965], in Guia de Portugal, 2ª ed., vol. IV, Tomo I, Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral. Fundação Calouste Gulbenkian.

Em 1959 foi publicado um “Mapa turístico”, a uma escala próxima dos 1:200.000 do Entre Douro e Minho<sup>6</sup>, que justifica uma referência particular na medida em que inclui um texto de Amorim Girão (integralmente transcrito, em anexo, pelo interesse que encerra) com alusões à organização da coleção e à leitura que o geógrafo faz dos conteúdos simbólicos constantes dos roteiros, bem como das analogias que poderiam ser estabelecidas com produções equivalentes em França ou na Alemanha.

«Tanto quanto posso avaliar pelo exame de alguns mapas da coleção que me foram mostrados, a iniciativa de *Rotep* tem em vista conjugar o efeito das cartas corográficas (todos os mapas concelhios se baseiam sobre a Carta de Portugal na escala de 1:50 000) com a resenha descritiva das guias turísticas, dicionários e enciclopédias geográficas ou históricas, num sistema de ilustração que faz lembrar o de H. MANN para a Alemanha ou o de J. Pinchon em *Les Provinces de France Illustrées*. Pela selecção das cores, dos sinais simbólicos e dos desenhos feitos sobre fotografias, procura apresentar-se a imagem de cada região tanto quanto possível aproximada da realidade. E só devemos lamentar que as naturais dificuldades da execução e da apresentação ao público de uma obra tão vasta, e a necessidade de nela recorrer simultaneamente a diversos artistas, não permitam que se dêem os mapas na mesma escala e se adopte sempre o mesmo estilo de representação.»

A. de Amorim Girão (Anexo 1)

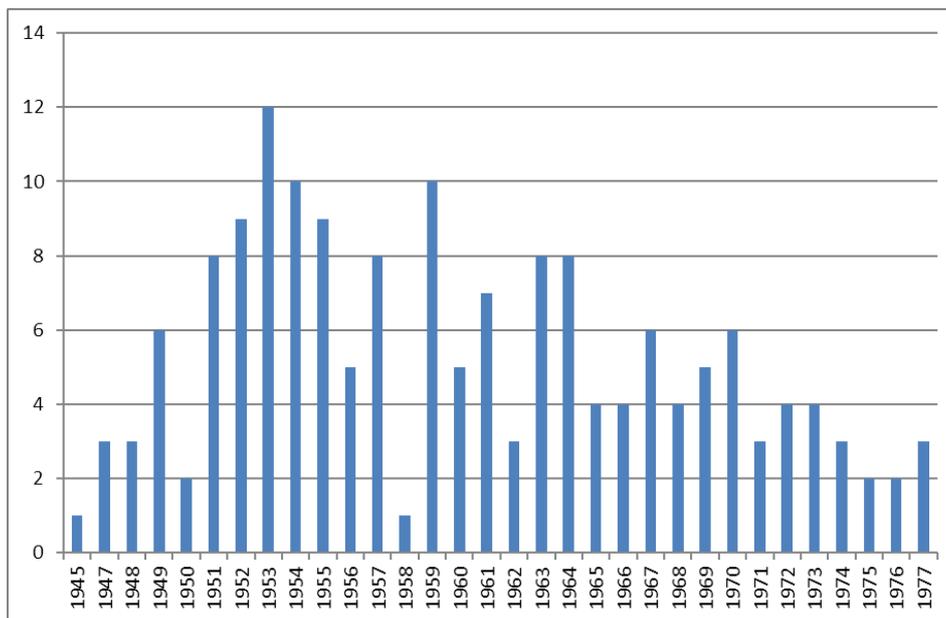


Figura 1. Produção anual de roteiros municipais da ROTEP (1945-1977).

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Catálogo Geral.

<sup>6</sup> Entre os primeiros trabalhos de recolha de informação de base para a elaboração deste texto que suportaram inclusivamente a apresentação oral e esta segunda versão para publicação nas atas do colóquio, surgiu com a autoria de Luís Miguel Moreira um texto sobre a publicação da ROTEP de 1959 intitulado “Cartografia, turismo e propaganda: o mapa ROTEP do Entre Douro e Minho, 1959” nos Cadernos de Geografia n° 40 – 2019, Coimbra, FLUC - pp. 101-117.

O texto de Amorim Girão parece indiciar múltiplas preocupações entre o quadro científico, as técnicas utilizadas ou a coerência da obra face à diversidade de autores envolvidos. Destaca-se, de qualquer forma, no esforço de enquadramento dos roteiros para além do debate do binómio observação-visão acima referida, a preocupação em tentar integrar a coleção na produção científica da época, remetendo para H. MANN autor de um “sistema de ilustração ... para a Alemanha” ou para J. Pinchon (Joseph Porphyre Pinchon, 1871- 1953, ilustrador) autor de “Les Provinces de France Illustrées”. O facto desta obra ser organizada para a juventude, sendo de divulgação e merecendo, eventualmente, menor reconhecimento científico, pode traduzir, por parte do Mestre de Coimbra, algumas dúvidas não explicitadas em relação ao valor e significado da coleção que “apadrinha”.

De qualquer forma, Amorim Girão reconhece a importância dos roteiros permitindo que «sob os nossos olhos [possam] desfilar a qualquer hora todos os concelhos do País na sua especial configuração geográfica e na diversidade das suas condições naturais e humanas, relevo do solo, revestimento vegetal, vias de comunicação, monumentos mais importantes, particularidades turísticas e etnográficas, além de vários outros motivos de interesse local».

## **5. Apontamentos sobre uma cartografia criativa**

Entre as temáticas rurais, da produção industrial, da tradição cultural, do património monumental e arquitetónico ou dos transportes, entre o comboio moderno que percorre a planície de Cortegaça em Ovar ou os novos aeroportos, os roteiros turísticos e económicos de Portugal reúnem uma vasta panóplia de elementos com significado municipal, que neste texto são identificados apenas nas grandes linhas.

Os roteiros integram um conjunto de “indicações gerais sobre o concelho”, uma breve resenha histórica, que varia de acordo com o autor, plantas das localidades e mais frequentemente da sede de concelho, uma carta de enquadramento, legenda ou “convenções”, brasão do concelho, legenda e a carta do município. A fotografia está amplamente presente nos roteiros da ROTEPE e muitas delas constituem excelentes documentos de leitura da paisagem.

A organização da coleção de roteiros foi da responsabilidade do fotógrafo Camacho Pereira, permitindo, talvez por isso, como sublinha Amorim Girão, que muitos dos elementos representados correspondam a «desenhos feitos sobre fotografias» conferindo rigor e proximidade entre as representações e a realidade municipal reproduzida e a ampla profusão de fotografia nos documentos publicados.

Os símbolos pictóricos utilizados nos guias da ROTEPE, evocam documentos como o “Portugal Etnográfico” ou o seu gémeo “Imagens de Portugal – Regional Scenes” publicados em obras de Amorim Girão e que denotam a existência de um contexto técnico e artístico na área das artes gráficas que se vinha desenvolvendo desde a Primeira República, permitindo o aparecimento de contributos inovadores, nomeadamente no âmbito dos manuais escolares, como, entre outros o *Compêndio de geografia elementar para o ensino oficial*, de Mário de Vasconcelos e Sá, que publicou e reeditou mais de uma dezena de manuais escolares de Geografia, entre 1921 e 1943, “apresentando uma profusão de imagens até aí nunca vista, atingindo a ordem das centenas: inúmeras fotos (...), gráficos de figuras, geométricas e pictó-

ricas, proporcionais e de sectores; mapas gerais e mapas temáticos” (FERNANDES, 2008, pp. 9-10). No caso concreto dos ROTEP as imagens pictóricas exprimem-se entre a matriz rural, a modernidade industrial, as referências culturais e o património arquitetónico e monumental. A matriz rural surge abundantemente ilustrada nos roteiros municipais consultados e em dois exemplos entre muitos, nos de Felgueiras e de Castelo Branco, é possível identificar: “Vinho Verde, Trigo, milho, centeio, feijão, Perdizes, Cabras, Gado Ovino, Galinhas, Vacas, Batatas” e “Coelhos, ovelhas, gado caprino, gado ovino, gado bovino, porcos, perdizes, Sobreiro, cortiça, Azinheiras, Mel, Lagar de azeite, Olivais, Trigo, centeio, laranjas”. Já a indústria aponta outros tantos elementos a saber: “Hidro-electrica, Pentes, Fôrmas de Calçado, Calçado, Industria de decoração e iluminação de romarias, Bordados, Fabrico manual de bordados (Lixa), Serração, Sedas e algodão, Ferramentas, Mobília de madeira, Móveis cirúrgicos” e “Lacticínios. farinha para gado, Telha, destilação, lanifícios, cardagem” (figuras 3 e 4).

As referencias culturais são igualmente muito diversas e encontram-se entre o fabrico artesanal de bordados ou artefactos para as atividades agrícolas, mas abrangem igualmente os locais de festas e romarias, a doçaria regional e a gastronomia, santuários e representações de tocadores de música popular. Na dimensão do património arquitetónico e monumental em Felgueiras são identificáveis entre outros: os Cruzeiros de S. Adrião, de Pombeiro e o de Barrosas, a Ponte Romana sobre o Rio Ferro, o Dolmen e dois Crastos. Está também representado o Portal da Casa de “Simães” (Simões) e a Casa de Sergude do arquiteto Marques da Silva, de 1923.

## **6. Pistas para futuros trabalhos**

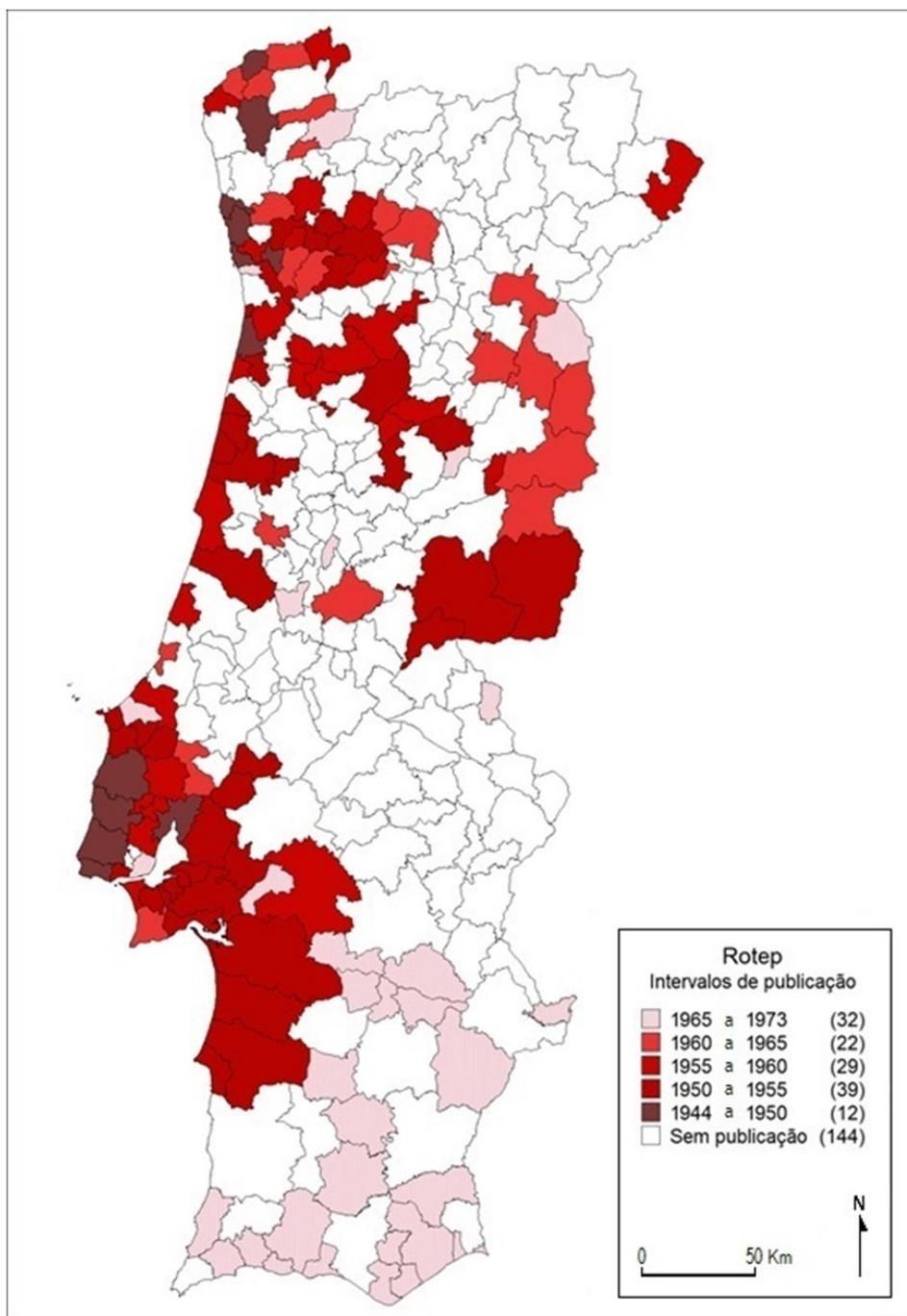
Com os roteiros turísticos e económicos de Portugal o país revela-se como uma colorida “cascata” sanjoanina repleta de figuras do quotidiano popular, esporadicamente sobre um quotidiano erudito de arquitetura monumental, militar ou religiosa.

Estátuas, batalhas, o Padrão da Memória no Mindelo (pelo “desembarque das tropas liberais 6/7/1832”) em Matosinhos, povoam os roteiros municipais publicados pelos ROTEP. Mas, essencialmente, a base económica municipal, as tradições e o património cultural constroem um retrato muito impressionante dos territórios representados.

Os roteiros constituem excelentes exemplares da imagem iconográfica que o Estado Novo criou a partir dos anos trinta e da intervenção das suas instituições, tanto do poder central como local, caldeado com o discurso académico regionalista impulsionado por geógrafos possibilistas.

Os passos seguintes passarão, naturalmente, pelo aprofundamento da busca de possíveis ligações entre os autores dos desenhos utilizados nos ROTEP e os de outros grafismos plasmados nos documentos gráficos coevos, envolvendo, nomeadamente, quer a propaganda institucional do Estado Novo, as ilustrações dos manuais escolares de Geografia ou as obras de divulgação com raiz científica coordenadas por Amorim Girão, nomeadamente, a partir dos anos trinta, o “Esbôço duma Carta Regional de Portugal” (1ª edição de 1930 e 2ª edição de 1933), as “Divisões Regionais de Portugal” (1941) e a “Geografia de Portugal” (1941, 2ª edição 1951), sublinhando-se, como referência de partida, o

mapa “Imagens de Portugal – Regional Scenes”, publicado por Amorim Girão, o qual teve, certamente, grande influência no design e nas imagens de propaganda e de divulgação turística coeva.



**Figura 2.** Fases de produção de ROTEP - Roteiros turísticos e económicos de Portugal (1945-1977).

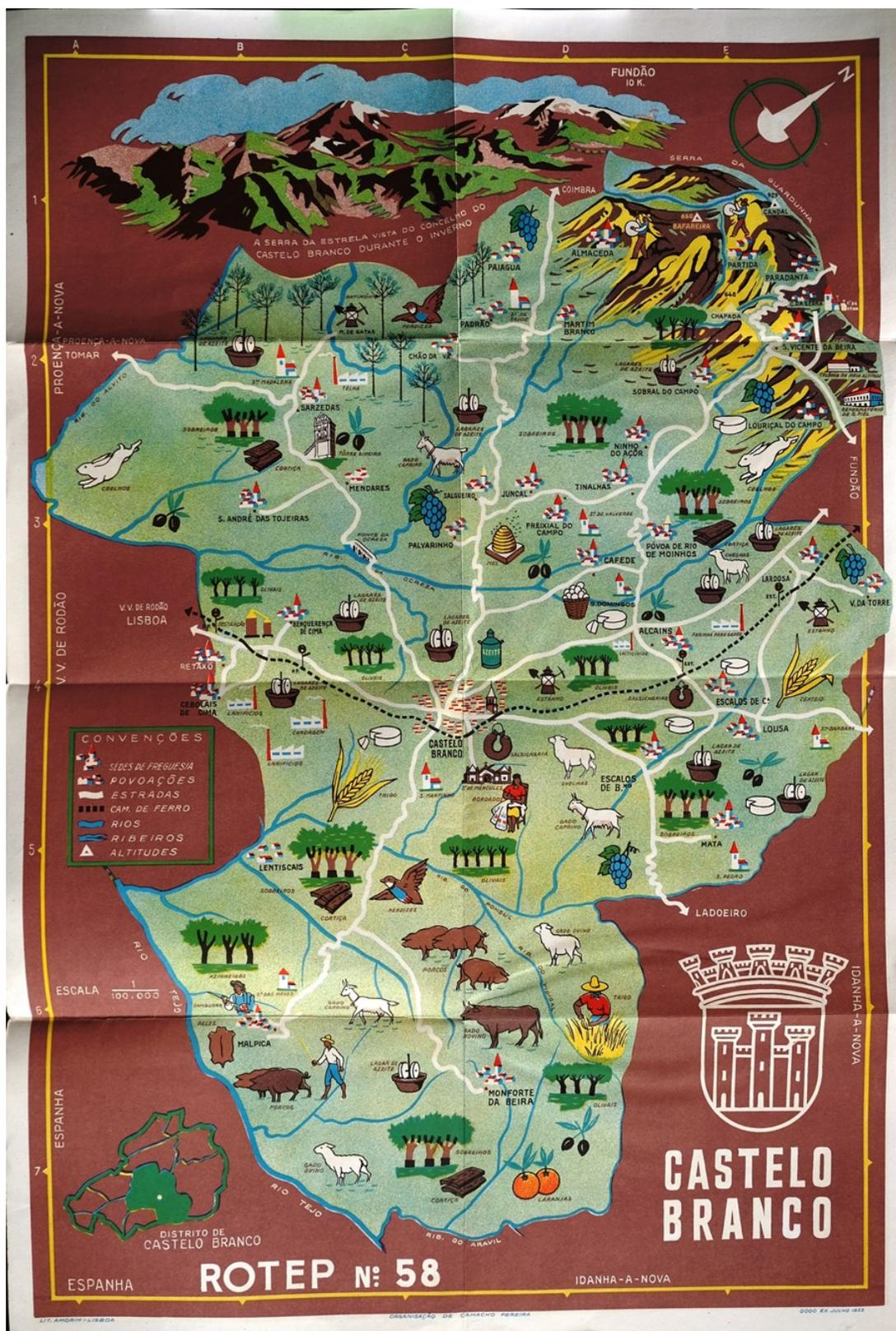


Figura 3. Imagem extraída do ROTEP nº 58 (Castelo Branco).



Figura 4. Imagem extraída do ROTEP nº 175 (Felgueiras).

Anexo 1 - "Apresentação" do Roteiro Turístico e Económico de Portugal por Amorim Girão (1959).

# APRESENTAÇÃO

Pelo Ilustre Autor da "Geografia de Portugal" e Director da Faculdade de Letras de Coimbra

Ex.<sup>m.º</sup> Sr. Prof. Dr. Amorim Girão

Por três formas podemos tomar conhecimento de um país: 1) pela *observação directa* das diversas regiões que o constituem; 2) pela *imagem* delas, tal como em conjunto a encontramos mais ou menos deformada nas cartas geográficas, ou parcelarmente mais fielmente reproduzida nos álbuns de fotografias e nos quadros dos pintores e desenhadores; 3) pela *descrição literária* de quem, tendo percorrido essas regiões, melhor soube ver e sentir as suas paisagens físicas e humanas, e delas nos deu uma interpretação exacta e sugestiva.

Nos dois primeiros casos, as noções entram directa ou indirectamente pelos olhos do corpo. No último, entram mais pelos olhos da alma: *par coeur*, como aqui estaríamos tentado a dizer, se à expressão francesa não correspondesse um sentido específico bem diferente.

Muitos homens de ciência, dominados pela primacial importância da análise *in loco* das coisas, e convencidos, como o falecido Prof. MICHOTTE, de Lovaina, de que *on ne voit bien qu'avec ses pieds*, hão-de dizer talvez que só a observação directa pode considerar-se fonte limpa do conhecimento geográfico. E nós julgamos conveniente deixar bem expresso que cada um desses meios de informação tem o seu lugar próprio, e por tal forma que nenhum deles poderá em verdade dispensar a incontestável vantagem dos outros.

É preciso distinguir, como pretende HETTNER, entre a visão que se tem directamente pelos sentidos exteriores — visão animada, multiforme, e por tal motivo dispersiva — e a *visão mental*, que se obtém pela coordenação no espírito de conceitos elaborados através de imagens que se viram ou de leituras que se fizeram — visão sintética, comparativa e relacional, sem dúvida mais simples e mais esquemática, mas, precisamente por isso, mais clara, mais precisa, até mesmo às vezes mais penetrante. E assim se compreende que certos autores nos tenham dado admiráveis interpretações geográficas de países longínquos que nunca visitaram; e que os seus trabalhos não tenham melhorado em interesse e rigor científico, quando sobre eles voltaram a escrever depois de os visitarem.

Embora o filósofo antigo muito judiciosamente advertisse que «vale mais a coisa conhecida por si que pela imagem dela», com frequência a representação gráfica de um objecto pode entrar melhor no nosso espírito do que a sua realidade nos entra pelos olhos. A imagem das coisas, quando bem escolhida e bem traduzida, torna-se deste modo um poderoso auxiliar da visão directa, reduzindo por assim dizer a multiplicidade à unidade, fazendo avultar nas suas linhas gerais os factos dominantes da superfície terrestre.

Tanto quanto posso avaliar pelo exame de alguns mapas da colecção que me foram mostrados, a iniciativa de *Rotep* tem em vista conjugar o efeito das cartas corográficas (todos os mapas concelhos se baseiam sobre a *Carta de Portugal* na escala de 1:50 000) com a resenha descritiva das guias turísticas, dicionários e enciclopédias geográficas ou históricas, num sistema de ilustração que faz lembrar o de H. MANN para a Alemanha ou o de J. PINCHON em *Les Provinces de France Illustrées*. Pela selecção das cores, dos sinais simbólicos e dos desenhos feitos sobre fotografias, procura apresentar-se a imagem de cada região tanto quanto possível aproximada da realidade. E só devemos lamentar que as naturais dificuldades da execução e da apresentação ao público de uma obra tão vasta, e a necessidade de nela recorrer simultaneamente a diversos artistas, não permitam que se dêem os mapas na mesma escala e se adopte sempre o mesmo estilo de representação.

Não obstante isso, uma vez completa a colecção, sob os nossos olhos poderão desfilar a qualquer hora todos os concelhos do País na sua especial configuração geográfica e na diversidade das suas condições naturais e humanas, relevo do solo, revestimento vegetal, vias de comunicação, monumentos mais importantes, particularidades turísticas e etnográficas, além de vários outros motivos de interesse local. E ficamos esperando que a análise assim efectuada dentro das quatro paredes de um gabinete de trabalho, e sem os inevitáveis incómodos da deslocação, há-de despertar em muitos o propósito de a algumas regiões portuguesas fazerem a sua visita, e dará mesmo ao turista desejoso de ver bem e depressa a preparação necessária para ela.

Será preciso dizer mais em abono das vantagens desta iniciativa, e em justificação dos votos que fazemos neste lugar por que a sua realização venha a ser coroada do melhor êxito? Coimbra, Abril de 1947.

A. de Amorim Girão.

EDIÇÃO PATROCINADA PELOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL e  
SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO

APRESENTADA pelo Ilustre Professor DR. AMORIM GIRÃO

### **Bibliografia:**

CAMPOS, Alvaro de (1914). "Ode Triunfal". in "Orpheu". Revista Trimestral de Literatura, nº1. Typographia do Comercio, Lisboa, 1915.

DIONÍSIO, Santanna (1985). "Prefácio" [1965], in Guia de Portugal, 2ª ed., vol. IV, Tomo I, Entre-Douro e Minho. I. Douro Litoral. Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNANDES, Mário G.. *Manuais Escolares de Geografia: 1830-2008*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id01id1178&sum=sim>), 2008.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1958), *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2ª edição 1951), *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

GIRÃO, Aristides de Amorim (1959) "Apresentação", in Entre Douro e Minho [Material cartográfico] / organização de Camacho Pereira. Lisboa: ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, 1959.

MOREIRA, Luís Miguel (2019). "Cartografia, turismo e propaganda: o mapa ROTEP do Entre Douro e Minho, 1959" nos Cadernos de Geografia nº 40 – 2019, Coimbra, FLUC - pp. 101-117.

PINCHON, Joseph Porphyre (1929). *Les Provinces de France Illustrées*. Paris. Ed. Blondel la Rougery, 2ª edição. <https://www.davidrumsey.com/>

ROTEP (1953). Castelo Branco. Organização de Camacho Pereira. Cruz Quebrada. ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, Nº 58.

ROTEP (1953). Concelho de Felgueiras. Organizado por Camacho Pereira; [texto de] M. Antonio Fernandes; fotos Camacho. Cruz Quebrada. ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal, Nº 175.

### **Fontes:**

<http://catalogo.bnportugal.gov.pt/> (consulta efetuada em 2 de outubro de 2019)

Instituto Nacional de Estatística (1929 ... 1940), Anuário Estatístico de Portugal. <http://www.ine.pt>

## Representaciones cartográficas para conocer un territorio molinar: la Sierra de Grazalema

Gloria Rivero-Lamela

Departamento de Proyectos Arquitectónicos. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla  
grivero@us.es

### Resumen:

Este texto propone una aproximación al paisaje rural y al estudio y localización de sus arquitecturas productivas a partir del empleo de cartografía histórica, que se presenta como un instrumento cognitivo en las lecturas territoriales y arquitectónicas. Comparar distintas visiones cartográficas de un mismo espacio geográfico permite reflexionar sobre su evolución, sus permanencias y sobre el papel que la arquitectura ha desempeñado en la vertebración del espacio.

El ámbito elegido en esta investigación es la Sierra de Grazalema (Cádiz, Andalucía, España), y como arquitectura de estudio, sus molinos hidráulicos. Aunque en la actualidad se encuentren obsoletos y la mayoría en ruinas, constituyen el conjunto constructivo rural y (pre)industrial más numeroso y característico de la región, clave para entender la estructuración histórica y la lógica funcional de su territorio. Pese a sus cualidades patrimoniales, los molinos no han sido objeto de catalogación, lo que implica su descuido, desestima y riesgo de desaparición. Así, con el objetivo de reconocer este territorio, localizar su red molinar y manifestar la utilidad de la cartografía, se analizan cuatro representaciones cartográficas de determinadas riberas significativas de la región. Ordenadas cronológicamente, se comienza con la visión de este territorio en el siglo XVIII a través de los manuscritos de Tomás López y de sus clérigos colaboradores; continúa con el mapa de la provincia de Cádiz de 1868 de Francisco Coello; vuelve a los manuscritos a través de las Minutas planimétricas de finales del siglo XIX previas al primer Mapa Topográfico Nacional 1:50.000; y finaliza con las últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional 1:25.000.

Visiones cartográficas sincronizadas que posibilitan situar los vestigios de estas arquitecturas olvidadas, reflexionar sobre la utilidad de las fuentes consultadas y generar una sinopsis gráfica que desvela la configuración esencial del territorio.

### Palabras clave:

Molino hidráulico, Sierra de Grazalema, Tomás López; Francisco Coello, Minutas planimétricas.

### Abstract:

This text proposes an approach to the rural landscape and the study and location of its productive architectures using historical cartography, which is presented as a cognitive instrument in territorial and architectural readings. Comparing different cartographic views of the same geographical space allows us to reflect on its evolution, its permanences and on the role that architecture has played in the structuring of space.

The field chosen for this research is the Sierra de Grazalema (Cádiz, Andalucía, Spain), and as the architecture under study, its hydraulic mills. Although they are currently obsolete and most are ruined, they constitute the most numerous and characteristic rural and (pre)industrial construction complex in the region, and are key to understanding the historical structuring and functional logic of its territory. In spite of their heritage value, the mills have not been subject to cataloging, which implies their lack of preservation and risk of disappearance. Thus, with the aim of recognizing this territory, locating its milling network and manifesting the usefulness of cartography, four cartographic representations of certain significant riverbanks in the region are analyzed. Chronologically, the vision of this territory begins in the 18th century through the manuscripts of Tomás López and his collaborating clerics; continues with the map of the province of Cádiz of 1868 by Francisco Coello; returns to the manuscripts through the planimetric Minutes of the late 19th century prior to the first National Topographic Map 1:50.000; and ends with the latest updates of the National Topographic 1: 25.000 Map.

Synchronized cartographic visions that make it possible to locate the vestiges of these forgotten architectures, reflecting on the usefulness of the consulted sources and generating a graphic synopsis that reveals the essential configuration of the territory.

### Keywords:

Hydraulic mil, Sierra de Grazalema, Tomás López, Francisco Coello, Planimetric surveys.

## 1. Introducción. Sobre los paisajes rurales y sus arquitecturas.

Los paisajes rurales y sus arquitecturas vernáculas poseen valiosas enseñanzas para la contemporaneidad, fruto de los acuerdos que, a lo largo del tiempo, se han producido entre sociedad y territorio. Refiriendo las palabras de J. B. Jackson (1984, p. 8):

A landscape is not a natural feature of the environment but a synthetic space, a man-made system of spaces superimposed on the face of the land, functioning and evolving not according to natural laws but to serve a community for the collective character of the landscape is one thing that all generations and all points of view have agreed upon. A landscape is thus a space deliberately created to speed up or slow down the process of nature.

Esos acuerdos se han desarrollado desde premisas como funcionalidad, lógica en el diseño de las arquitecturas e infraestructuras, optimización de recursos o aprovechamiento y adaptación a las condiciones naturales (RIVERO-LAMELA; RAMOS-CARRANZA, 2019, p. 18.22). Suponen una muestra de recursos útiles que deberían ser aprehendidos y aplicados junto con los avances científicos y técnicos que poseemos en la actualidad.

Sin embargo, el interés suscitado por estos “paisajes ordinarios” es relativamente reciente<sup>1</sup>; es a partir de los años 60 cuando los estudios sobre aspectos vernáculos ampliaron escalas, espacios, fronteras y conectaron diferentes ámbitos de conocimiento. Fueron claves las obras de arquitectos y geógrafos, como James Maude Richards<sup>2</sup>, Bernard Rudofsky<sup>3</sup>, Paul Oliver<sup>4</sup>, Hassan Fathy<sup>5</sup>, Amos Rapoport<sup>6</sup>, Donald W. Meinig<sup>7</sup>, John B. Jackson (1984) o Paul Groth<sup>8</sup>. Su valorización aún no ha calado en todos los sectores de la población, a pesar de que muchos sean considerados *Paisajes Culturales* por la UNESCO o asumidos como patrimonio en el ámbito académico.

Por otro lado, es fundamental tener conciencia de que, en la mayoría de los países desarrollados, la funcionalidad de estos paisajes rurales se ha alterado profundamente a raíz de las transformaciones económicas, sociales e industriales propias de la segunda mitad del siglo XX (ZAMBRANA PINEDA, 2006, p. 27), aunque muchos conserven la esencialidad de su estructuración territorial y espacial. Además, gran parte de sus construcciones productivas inmanentes, antiguas, anónimas y dispersas, que contribuyeron a forjar la forma de subsistencia e identidad de muchos de estos territorios (por ejemplo, molinos, almazaras, cortijos, batanes o lagares), han quedado obsoletas, convertidas en vestigios de su “reciente” pasado (pre)industrial y con riesgo de desaparición.

De acuerdo con Jesús Oliva Serrano (1997, p. 321), se trata de “un nuevo contexto que demanda una reorientación

---

<sup>1</sup> Aunque el interés por la arquitectura vernácula se remonta al siglo XIX gracias al trabajo de pioneros como George Gilbert Scott, Norman Morrison Isham o Fiske Kimball (obras de referencia de estos autores en la Bibliografía final), estos académicos desarrollaron estudios más referidos a la catalogación y clasificación de las construcciones regionales (UPTON, 1990).

<sup>2</sup> RICHARDS, James M. *The Functional Tradition in early industrial buildings*. London, UK: The Architectural Press, 1958.

<sup>3</sup> RUDOFSKY, Bernard. *Architecture Without Architects: A Short Introduction to...* London: Academy Editions, 1964.

<sup>4</sup> OLIVER, Paul. *Built to Meet Needs. Cultural Issues in Vernacular Architecture*. Oxford: Elsevier, 2006.

<sup>5</sup> FATHY, Hassan. *Natural Energy and Vernacular Architecture: Principles and Examples with Reference to Hot Arid Climates*. Chicago, London: Published for the United Nations University by the University of Chicago Press, 1986.

<sup>6</sup> RAPOPORT, Amos. *House Form and Culture*. Englewood Cliffs: N.J. Prentice-Hall, 1969.

<sup>7</sup> MEINIG, Donald W. (Ed.). *The interpretation of ordinary landscapes: Geographical essays*. New York: Oxford University Press, 1979.

<sup>8</sup> GROTH, Paul; BRESSI, Todd W. *Understanding Ordinary Landscapes*. New Haven, CT: Yale University Press, 1997.

tanto de las políticas como de las estrategias metodológicas con las cuales venía siendo estudiado el mundo rural". Siguiendo esta línea, ante este panorama de cambio, desconocimiento, incertidumbre y posible desaparición, se requiere un estudio indagatorio de los paisajes rurales y sus arquitecturas que venga a reforzar dos aspectos complementarios: por un lado, profundizar en su conocimiento para adquirir las enseñanzas que encierran y comprender su estado actual, partiendo del conocimiento de su historia; por otro, localizar sus arquitecturas productivas como paso previo y fundamental para su valorización, catalogación y posible intervención.

La localización de estas antiguas arquitecturas (pre)industriales<sup>9</sup> es consustancial al estudio de su territorio, ya que implicar conocer su soporte; no obstante, esta tarea no resulta sencilla, pues su abandono y mal estado de conservación provoca su desaparición de los mapas actuales, como se verá en las páginas que siguen. Por ello, este texto propone una aproximación al paisaje rural y al estudio y localización de sus arquitecturas productivas a partir del empleo de cartografía histórica, que se presenta como un instrumento cognitivo, una herramienta activa en las lecturas territoriales y arquitectónicas. Comparar distintas visiones cartográficas de un mismo espacio geográfico permite reflexionar sobre su evolución, sobre las permanencias que han ido forjando la identidad del lugar y sobre el papel que la arquitectura ha desempeñado en la estructuración del espacio. El ámbito elegido en esta investigación es la Sierra de Grazalema (Andalucía, España), cuyos molinos hidráulicos, aunque inactivos, eran los principales y más numerosos espacios productivos de la región.

## **2. La cartografía como instrumento para el conocimiento del territorio. Breve reflexión.**

Como afirma Rodolfo Núñez de las Cuevas (2012, p. 581), "el mapa es un gran colector de información". Indiscutible aseveración, que los convierte en documentos imprescindibles para los estudios territoriales, aún más cuando se realizan desde una perspectiva arquitectónica e histórica. No obstante, tradicionalmente han sido poco utilizados, relegados y considerados de menor categoría frente a documentos escritos (HARLEY, 2005, p. 59). Las razones podrían deberse a la dificultad de localización y consulta directa de los documentos y/o a problemas de interpretación derivados de las diferentes convenciones usadas por los cartógrafos (CHÍAS; ABAD, 2012, p. 122).

Estableciendo una correlación con el apartado anterior, los paisajes rurales y sus arquitecturas vernáculas han sido subestimadas frente a los grandes monumentos, al igual que los mapas respecto a los textos. En cualquier caso, hoy son ampliamente valorados y empleados en diversas investigaciones, dada su pertinencia y utilidad para aproximarse al territorio y a la visión del mismo que ha tenido la sociedad en diferentes momentos de la historia. Como otros documentos, estos mapas que vivían latentes, en reposo, "para de nuevo verificarse, renaciendo, haciéndose visible" (MONTERO-FERNÁNDEZ, 2012, p. 13).

---

<sup>9</sup> Se utiliza el término "(pre)industrial" para conciliar las diferentes definiciones relevantes que acotan o no temporalmente los bienes considerados industriales, como la proporcionada por *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCHI), que no establece límites cronológicos (Carta de Nizhny Tagil sobre el Patrimonio Industrial, julio 2003) o la del *Plan Nacional de Patrimonio Industrial. Actualización de 2016*, que considera bienes industriales solo a los surgidos a partir de la "revolución industrial" (CRUZ, 2016, p. 7).

Asumidos los postulados más clásicos y empiristas sobre la cartografía, reconocido su valor práctico y su capacidad de representar un espacio geográfico, de situar elementos respecto a otros, coincidimos con las tendencias más críticas en la conveniencia de tener en cuenta, siempre que se aborde el trabajo con mapas, su componente contextual y cultural, entendiéndolos como un producto que sirve y deriva de una determinada ideología. Es fundamental comprender las circunstancias históricas, técnicas y sociales que condicionaron su aparición. Ideas que se encuentran en muchos teóricos recientes como Milton Santos<sup>10</sup>, Ives Lacoste<sup>11</sup>, Horacio Capel<sup>12</sup> o J. B. Harley. John Pickles (1992, 2004) añade, además, la naturaleza simbólica de los mapas, que interpretan y “traducen” el mundo, y su capacidad para generar identidad, para establecer relaciones de poder.

Sin profundizar en estos avances epistemológicos, sí nos parece relevante que unos mapas representen unas arquitecturas u otras, o que utilicen determinados símbolos o colores para definirlos, pues será una muestra de la consideración o relevancia que tenían para la sociedad del momento y, por ende, para la construcción de su paisaje. Los mapas expresan, de esta manera, “la percepción subjetiva del mundo que corresponde a los contextos sociales de un periodo y un lugar concretos” (ACOSTA BONO, 2011, p. 4).

De acuerdo a Joaquín Cortés José (2011, p. 13), superada su mera concepción como objeto de valor, reúnen tres facetas esenciales: valor informativo, expresión artística y aspectos científico-técnicos. Todas ellas, en diferentes mapas, contribuirán a forjar la imagen cartográfica de las riberas de la Sierra de Grazalema, posibilitando conocer e interpretar su paisaje y localizar sus arquitecturas molineras.

### 3. El territorio molinar de la Sierra de Grazalema.

La Sierra de Grazalema ocupa los terrenos más abruptos, escarpados y con mayores precipitaciones de la comarca de la Sierra de Cádiz<sup>13</sup> (Andalucía, España), y se sitúa al noreste de dicha provincia. Esta región posee circunstancias específicas que han moldeado un carácter propio: la disposición del relieve y su compleja orografía dan lugar a elevadas precipitaciones que han creado un gran número de ríos y arroyos, posicionando a su sistema hidrográfico, de distribución capilar, como el principal de la provincia. Sus valores naturales motivaron su declaración como Reserva de la Biosfera en 1977 y Parque Natural en 1984<sup>14</sup>, estableciendo límites precisos y normativas específicas de protección<sup>15</sup> (figura 01).

---

<sup>10</sup> SANTOS, Milton. *Por una nueva geografía*. Madrid: Espasa, 1992.

<sup>11</sup> LACOSTE, Ives. *Diccionario de geopolítica*. Madrid: Síntesis, 1994.

<sup>12</sup> CAPEL, Horacio. *Mapas y civilización: Historia de la cartografía en su contexto cultural y social*. Barcelona: Serval, 2002.

<sup>13</sup> La Sierra de Cádiz es una de las cinco comarcas agrarias vigentes según el actual Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación; está compuesta por 14 municipios. Dentro de la comarca se identifican dos ámbitos con diferencias hidrográficas, orográficas y litológicas: la Sierra Subbética (al norte) y la Sierra de Grazalema (al sur), cuya división se sitúa en torno al cauce del río Guadalete (figura 01).

<sup>14</sup> Las 53.411 ha del Parque Natural se reparte entre Cádiz (72% de su superficie) y Málaga; ocupa 14 municipios, 9 gaditanos (Benaocaz, Grazalema y Villaluenga en su totalidad, gran parte de Zahara, porciones de Ubrique, El Bosque y Prado del Rey, y una mínima parte de Algodonales y El Gastor).

<sup>15</sup> Los documentos reguladores de este espacio son el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN) y el Plan Rector de Uso y Gestión del Parque Natural Sierra de Grazalema (PRUG), aprobados por Decreto 90/2006, y posterior modificación por Decreto 72/2015.

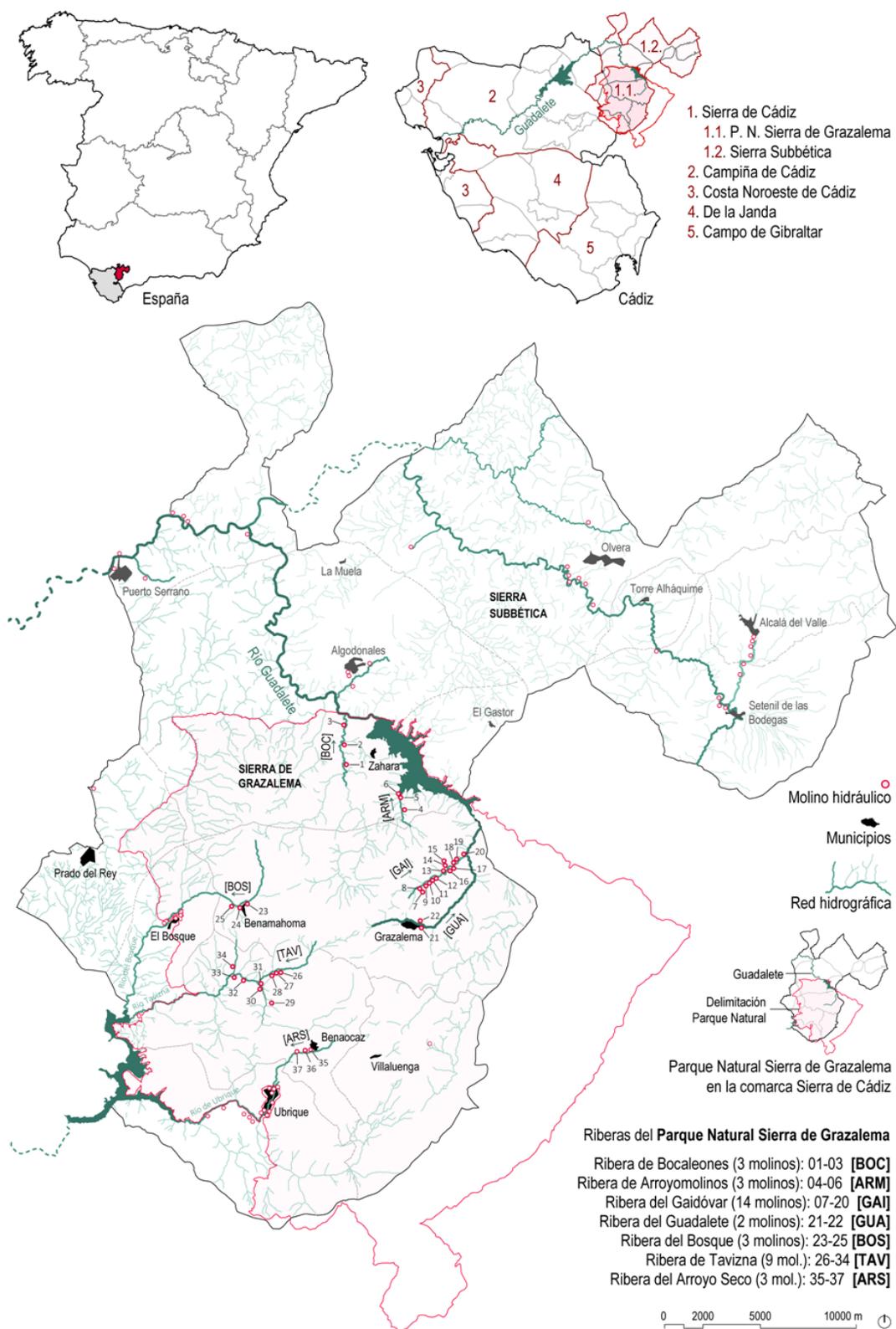


Figura 01. Arriba: situación y comarcas agrarias de la provincia de Cádiz. Abajo: Plano del medio físico de la Sierra de Cádiz: hidrografía y términos municipales. Localización de los molinos hidráulicos según riberas. Área sombreada: Parque Natural Sierra de Grazalema. Fuente: Elaboración propia.

La estructuración arquitectónica y funcional de este espacio proviene de las formas de vida de las sociedades que lo han habitado a lo largo del tiempo. Así, su circunstancia de frontera hispano-nazarí durante más de dos siglos, su compleja orografía y su hidrografía condicionaron el emplazamiento en altura de sus pequeños pueblos y la diseminación de sus arquitecturas, generaron procesos históricos de aislamiento y determinaron, como soporte, un sistema agrario y ganadero y una industria artesana basada en el aprovechamiento de los ríos: la molienda. La repercusión de esta actividad se evidencia en la cantidad de molinos que existieron y que aún perduran en la región<sup>16</sup> (RAMOS-CARRANZA; RIVERO-LAMELA, 2018, p. 87). Los molinos hidráulicos constituyen el conjunto constructivo rural y (pre)industrial más importante de la región, y son clave para entender la vertebración histórica y la lógica funcional de su territorio. Como afirma Elisa Álvarez Llopis (1989, p. 660), “el molino hidráulico se puede considerar como uno de los primeros factores de intervención humana en el medio ambiente”.

Aunque en la actualidad se encuentren desfasados y la mayoría en ruinas, sus arquitecturas son partes intrínsecas y explicativas del paisaje en el que se insertan. Sus valores también residen en el diálogo que establecían con su contexto, especialmente, con los cauces activadores, por lo que resulta pertinentes pensarlos como partes de un sistema mayor. En el Parque Natural Sierra de Grazalema existen siete riberas molineras (figura 01): Bocaleones (3 molinos, figura 02), Arroyomolinos (3 molinos), Gaidóvar (14 molinos, figura 03), Guadalete (2 molinetas), El Bosque (3 molinos), Tavizna (9 molinos) y Arroyo Seco (3 molinos).

Al contrario de lo que sucedió en España, donde los molinos tradicionales fueron desapareciendo en pro de las fábricas de harina durante la primera mitad del siglo XX<sup>17</sup>, en la Sierra de Grazalema muchos se mantuvieron activos hasta después de la Guerra Civil (1936-1939) (ESCALERA REYES, 1980, p.344); gracias al trabajo de campo sabemos que 5 de ellos funcionaron hasta los años 80<sup>18</sup>.

A pesar de esta singularidad y de sus cualidades patrimoniales inherentes, que abarcan valores arquitectónicos y tectónicos, de conjunto, funcionales, de sostenibilidad, estratégicos, didácticos, de integración en el medio, paisajísticos, etnográficos y de identidad, los molinos hidráulicos no han sido objeto de catalogación ni protección, lo que implica desconocimiento institucional, falta de valorización y riesgo de desaparición (RIVERO-LAMELA, 2018, p. 65). Por ello, se precisa un trabajo de localización y estudio de estas antiguas construcciones.

Solo el estudio de la cartografía histórica<sup>19</sup> y el posterior e imprescindible trabajo de campo permite conocer su número y distribución en el territorio. Se seleccionan cuatro visiones cartográficas de las riberas más significativas del conjunto serrano que ilustran el proceso: las riberas de Arroyomolinos y de Bocaleones, en Zahara de la Sierra, y la ribera del Gaidóvar, en Grazalema, mostrando, en ocasiones, la región completa.

---

<sup>16</sup> En la comarca Sierra de Cádiz hemos contabilizado 85 molinos hidráulicos, de los cuales, 56 se encuentran al sur del Guadalete, en el ámbito de la Sierra de Grazalema (incluye los municipios de Benaocaz [12 molinos], El Bosque [3], Grazalema y Benamahoma [19], Prado del Rey [1], Ubrique [14], Villaluenga [1] y Zahara [6]). De ellos, 37 están dentro de los límites del Parque Natural, que pertenecen a los municipios de Benaocaz, Grazalema y Zahara de la Sierra.

<sup>17</sup> Solo de 1856 a 1900, tras la implantación del sistema de molienda austrohúngaro (a partir de la exposición universal de París de 1878), el número de molinos matriculados en España se redujo un 22%, mientras que el número de fábricas ascendió de 82 a 712 (NADAL OLLER, 1992, p. 161).

<sup>18</sup> Molino Alto (nº 4 Figura 01) y molino de En medio (nº 5) en la ribera de Arroyomolinos, en Zahara; molino del Nacimiento (nº 23) en la ribera del Bosque, en Benamahoma; molino El Rincón (nº 8) y molino el Zurdo (nº 17) en la ribera del Gaidóvar, en Grazalema.

<sup>19</sup> Al que se suman otros documentos históricos escritos.



**Figura 02.** Tramo de la ribera de Bocaleones, en Zahara de la Sierra. Molino harinero (nº 3 Figura 01). Fuente: fotografía de la autora realizada con dron (2018).



**Figura 03.** Tramo de la ribera del Gaidóvar, en Grazalema. De arriba abajo: Molino El Pero (nº 9 Figura 01), El Portal (nº 10), El Algarrobo (nº 11) y La Pasá de Zahara (nº 12). Fuente: fotografía de la autora realizada con dron (2017).

#### **4. Cuatro visiones cartográficas de las riberas serranas.**

El paisaje, pensado como un constructo resultado de las diferentes sociedades que han habitado el territorio, puede abordarse a través de los mapas que dichas comunidades han ido creando a lo largo del tiempo, pues, como se ha ido refiriendo, las cartografías muestran una interpretación del espacio en un determinado momento.

Ordenados cronológicamente para mostrar los progresos técnicos y posibilitar la identificación de posibles relaciones entre ellos, el criterio para la selección de mapas en esta investigación parte de su relevancia histórica, comenzando por los más antiguos de que se dispone de manera general para los municipios serranos (y que no son vistas aisladas) hasta llegar a los más recientes mapas estatales; se parte de cartografía manuscrita e impresa hasta llegar a la digital. Así, el apartado se inicia con la visión del territorio de Tomás López y de sus clérigos colaboradores a través de sus manuscritos; continúa con el mapa impreso de la provincia de Cádiz de 1868 de Francisco Coello; vuelve a los manuscritos a través de las Minutas planimétricas de finales del siglo XIX previas al primer Mapa Topográfico Nacional; y finaliza con las últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000 a través de imágenes georreferenciadas por medio de rasterización digital.

#### 4.1. Diccionario Geográfico de España (¿1770-1800?). Tomás López (1730-1802).

Tomás López de Vargas y Machuca comenzó a solventar la carencia de cartografías territoriales generales del territorio español. Su acción principal se dirigió a la realización del hasta entonces inexistente mapa de España. Carlos Sambricio (1991, p. 50) considera clave el estudio de Tomás López para analizar el sentido que tuvo el concepto “territorio” en la segunda mitad del siglo XVIII, “sencillamente porque en torno a él se concretan algunos de los temas que gravitaban sobre la cultura española desde hacía casi treinta años”. Por primera vez en el país se editan y comercializan mapas de manera sistemática.

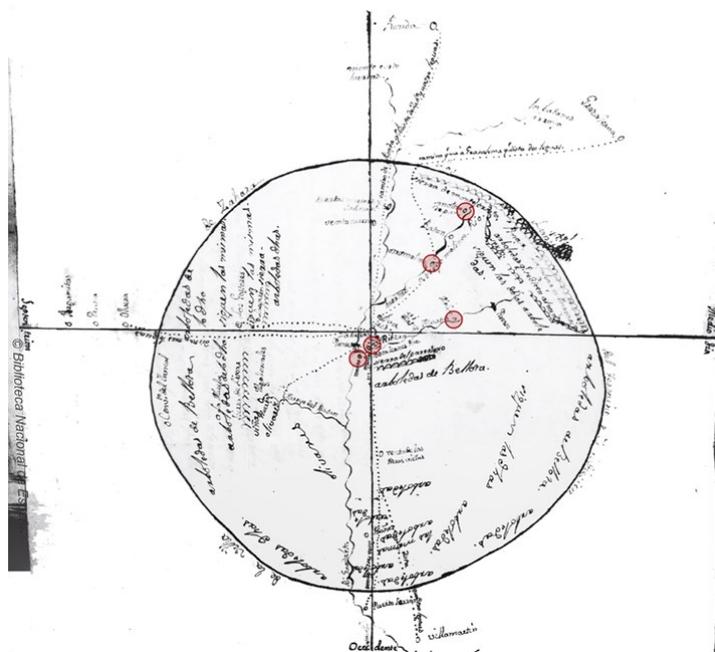
El Diccionario geográfico de España fue una de sus contribuciones científicas principales; iniciado principalmente a partir de 1770, se basa en un cuestionario de 15 preguntas que eran enviadas y respondidas por autoridades civiles y eclesiásticas, especialmente por los párrocos de cada población.

Lo que hoy se conoce como Diccionario Geográfico de España es, en realidad, el acopio de respuestas al interrogatorio y mapas manuscritos de los curas y los posteriores croquis de López, que se ordenaron alfabéticamente y se agruparon en volúmenes por provincias; se conservan en la Biblioteca Nacional de Madrid.

Además de la realización del Diccionario, todos los investigadores coinciden en encontrar un propósito cartográfico en el interrogatorio de Tomás López, quien parece querer completar y elaborar sus mapas a través de él. La doble finalidad se evidencia en sus propias preguntas, que pueden agruparse en 2 según su intención; las 6 primeras cuestiones son de carácter cartográfico; las 9 últimas son geográficas-históricas (LÓPEZ GÓMEZ, 1996, p. 687).

El interrogatorio incluía una nota final que solicitaba la realización de “especies de mapas o planos de sus respectivos territorios, de dos ó tres leguas en contorno de su Pueblo”, y que dio lugar a interesantes y variadas representaciones de los municipios, desde croquis abstractos a detalladas corografías que desvelan la visión del territorio del momento. Estos dibujos de los eclesiásticos eran posteriormente reinterpretados en taller por Tomás López, quien generó una serie cartográfica uniforme, sintética y selectiva, muy sugestiva para los estudios regionales. Algunos de sus mapas incluyen, por vez primera, molinos hidráulicos, como es el caso de los que se muestra a continuación, correspondien-

tes al término de Zahara de la Sierra; para este municipio se conserva tanto el mapa del párroco (figura 04) como la posterior elaboración de Tomás López (figura 05).



**Figura 04.** Mapa que comprende el término municipal de la villa de Zahara en la provincia de Cádiz. ¿Párroco autor? 1786. Sin escala. 1 mapa, ms., 30,1 x 29,1 cm, pleg. en 30,1 x 19,5 cm. Fuente: LÓPEZ, Tomás. *Diccionario geográfico de España: Sevilla*. Folio 474. [Se han localizado 5 molinos hidráulicos. Versión digital disponible en la Biblioteca Digital Hispánica de la Biblioteca Nacional de España (BDH-BNE)].

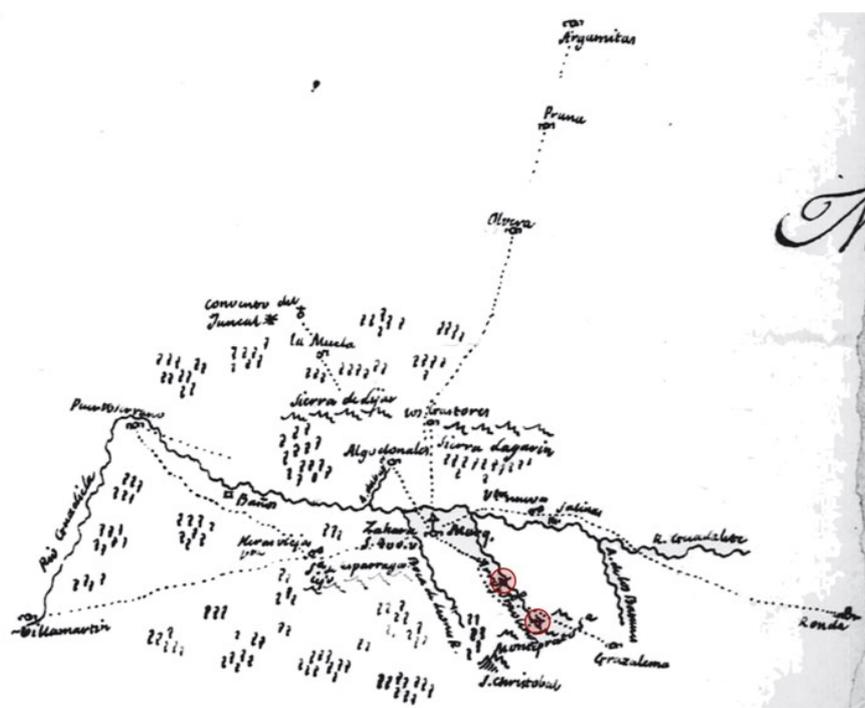
El mapa dibujado por el párroco sitúa (figura 04), de forma radial, los pueblos colindantes; nombra y dibuja con símbolos las sierras más importantes, los ríos, arroyos y los cultivos principales y, lo que aquí interesa, ciertas arquitecturas rurales dispersas, como ventas y molinos. Dibuja concretamente 2 molinos y 1 batán en Arroyomolinos (en realidad poseía 3 molinos) y 3 en Bocaleones (coincide). No es usual que los mapas remitidos a López ubicaran molinos hidráulicos<sup>20</sup>, lo que da muestra de la relevancia que estas construcciones poseían entonces en el municipio.

Atendiendo a la clasificación establecida por el profesor Antonio López Gómez (1996, p. 689; 2002, p. 5), este mapa podría considerarse “4. Representación más veraz (...), recordando al tipo segundo [disposición en sentido radial]”, y como “(1) Disposición radial o en aspa irregular según los rumbos”.

<sup>20</sup> Se han consultado, al completo, los manuscritos originales de los tres volúmenes (*Diccionario geográfico de España: Almería, Cádiz y Córdoba; Málaga y Granada; Sevilla*) en los que podrían aparecer los municipios objeto de estudio, teniendo en cuenta las provincias antiguas a las que pertenecían estas localidades (Granada y Sevilla), y para los municipios de la Sierra de Cádiz, solo se dibujan molinos hidráulicos en el caso de Zahara.

En la interpretación del mapa de Zahara (figura 05), López simplifica la realidad, manteniendo la ubicación de las villas con distintos símbolos dependiendo de su importancia, líneas discontinuas para indicar las distancias en leguas, los ríos con el trazo más continuo y ondulado, sierras "con típicos dentellados en disposición simbólica" (LÓPEZ GÓMEZ, 2002, p. 7), a veces vegetación y algunas de las arquitecturas dispersas. Solo sitúa los 2 molinos de Arroyomolinos, obviando los 3 que el párroco situara en la ribera de Bocaleones.

Tomás López sigue este método selectivo en todos sus croquis, utilizando los mismos criterios gráficos. El de Zahara, donde predominan ríos y montañas, da muestra de la naturaleza serrana del municipio y de la importancia de su hidrografía y de sus molinos harineros.

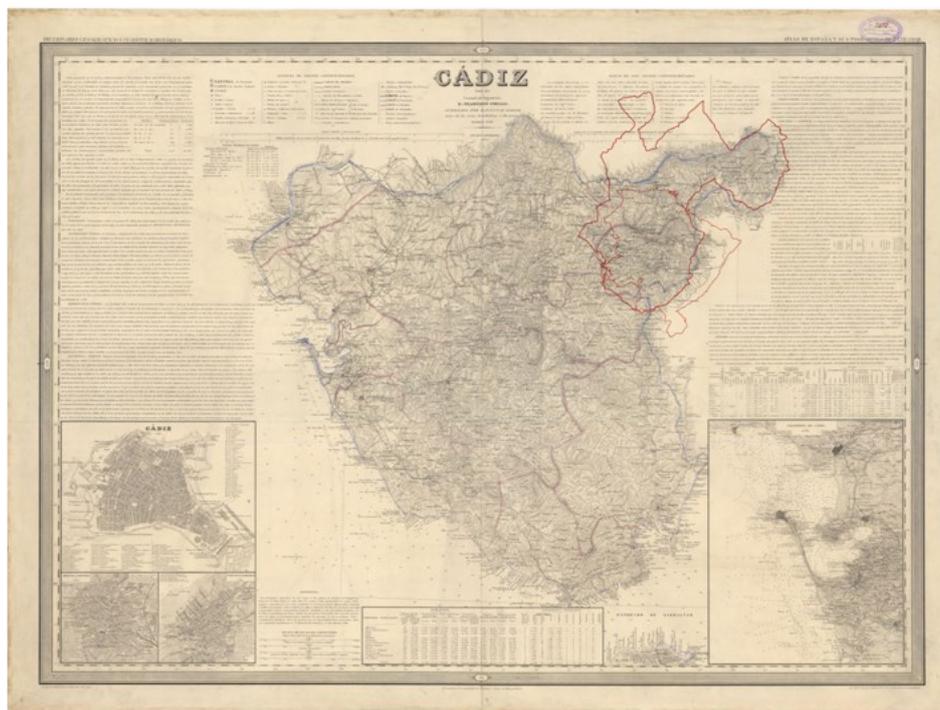


**Figura 05.** Mapa de Zahara de la Sierra. Mapa que comprende parte del partido judicial de Arcos de la Frontera en la provincia de Cádiz y que partiendo de Zahara, se extiende hasta Olvera, Villamartín y Grazalema. Tomás López. 1786. Escala [ca. 1:295500] Escala gráfica 5 leguas [= 9,4 cm]. 1 mapa, ms., 20,8 x 15,4 cm. Fuente: LÓPEZ, Tomás. *Diccionario geográfico de España*: Sevilla. Folio 475. [Se han localizado 2 molinos hidráulicos. Versión digital disponible en BDH-BNE].

#### 4.2. Atlas de España y sus posesiones de Ultramar (1847-1870). Francisco Coello (1822-1898).

El Atlas complementa gráficamente al Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar de Pascual Madoz (1846-1850), y representa la nueva estructura territorial del Estado. Ambos fueron iniciativas privadas, aunque con carácter de proyecto estatal, contando, además, con apoyo gubernamental.

Esta obra quedó inconclusa, publicándose solo 46 de las 65 hojas proyectadas, entre ellas la referente a la provincia de Cádiz, editada en 1868 (figura 06). Los motivos fueron el tiempo requerido y, fundamentalmente, las dificultades económicas (QUIRÓS LINARES, 2010, p. 65).



**Figura 06.** *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz.* Por el Coronel de Ingenieros D. Francisco Coello; Auxiliado por D. Pascual Madoz Autor de las notas Estadísticas e Históricas; El contorno y la topografía por Leclercq y Pérez; La letra por Bacot. 1868. Escala: 1:200.000. Madrid: [s.n.]. 1 mapa: grab., col.; 74 x 101 cm, pleg. a 21 x 14 cm en caja de 22 x 15 cm. [Se ha superpuesto el contorno de la Sierra de Cádiz y del Parque Natural Sierra de Grazalema. Versión digital en BDH-BNE].

Como hiciera Tomás López, Coello recolectó toda la cartografía precedente para elaborar sus nuevos mapas; también se trata, por tanto, de una “obra de gabinete”, aunque realizó trabajos de campo cuando fue preciso, como ocurrió con la provincia de Cádiz; en el mismo mapa se expresa, en el apartado ADVERTENCIA, que “Dos de nuestros comisionados han recorrido también unas 150 leguas, en la provincia, para completar las porciones de que no teníamos datos completamente fidedignos”. Esto se aprecia, como se verá en las siguientes figuras, en la mayor precisión a la hora de localizar molinos hidráulicos y de situar los municipios. Realizó sus mapas a escala 1:200.000, lo que le permitió una mayor calidad gráfica, información toponímica y acierto en la localización de los elementos y pueblos. De hecho, en la Sierra de Cádiz se ubican por primera vez los 14 municipios, incluyendo los hasta entonces descuidados El Gastor, Prado del Rey y las pedanías de Benamahoma y La Muela (figura 07).

Se utilizó la proyección cónica de Bonne y como meridiano de origen, el del Observatorio Astronómico de Madrid. La elaboración de los mapas se iniciaba con el trazado del croquis de la provincia y la colocación de los vértices de las triangulaciones, aprovechando las existentes o completándolas con las propias cuando era necesario. A continuación, se dibujaba la red hidrográfica, la red de comunicaciones y por último la topografía (QUIRÓS LINARES, 2010, p. 81). Para representar el relieve, y por la ausencia de datos altimétricos suficientes, se usaron curvas configuradas. A diferencia de sus predecesores, denominó los sistemas montañosos, también ríos y arroyos, más importantes. Para la

leyenda, Coello utilizó signos convencionales (figura 07). Los primeros aluden a las jerarquía y categorías administrativas de las poblaciones; los siguientes son los que más interesan, referentes a las arquitecturas dispersas, entre ellas “Molino de agua”, sin embargo, no resulta fácil diferenciarlos por la similitud y el pequeño tamaño de sus símbolos, aunque en el caso de los molinos harineros, su ubicación junto a los cauces facilita su localización. El siguiente grupo de signos se refieren a la red de caminos y, por último, los símbolos de la red hidrográfica y de los límites administrativos. Se representaron asimismo 6 usos del suelo diferentes, apareciendo en la Sierra de Cádiz exclusivamente Bosque ó monte. Al examinar esta región, se pueden encontrar numerosos molinos hidráulicos adjuntos a sus ríos; se cartografía de esta manera la información que el Diccionario de Madoz ofrecía en sus artículos. Se muestran a continuación zooms de las riberas más significativas, las de Zahara (Bocaleones y Arroyomolinos, figura 08) y la del Gaidóvar en Grazalema (figura 09) destacando lo que, con mucha probabilidad, represente molinos harineros.

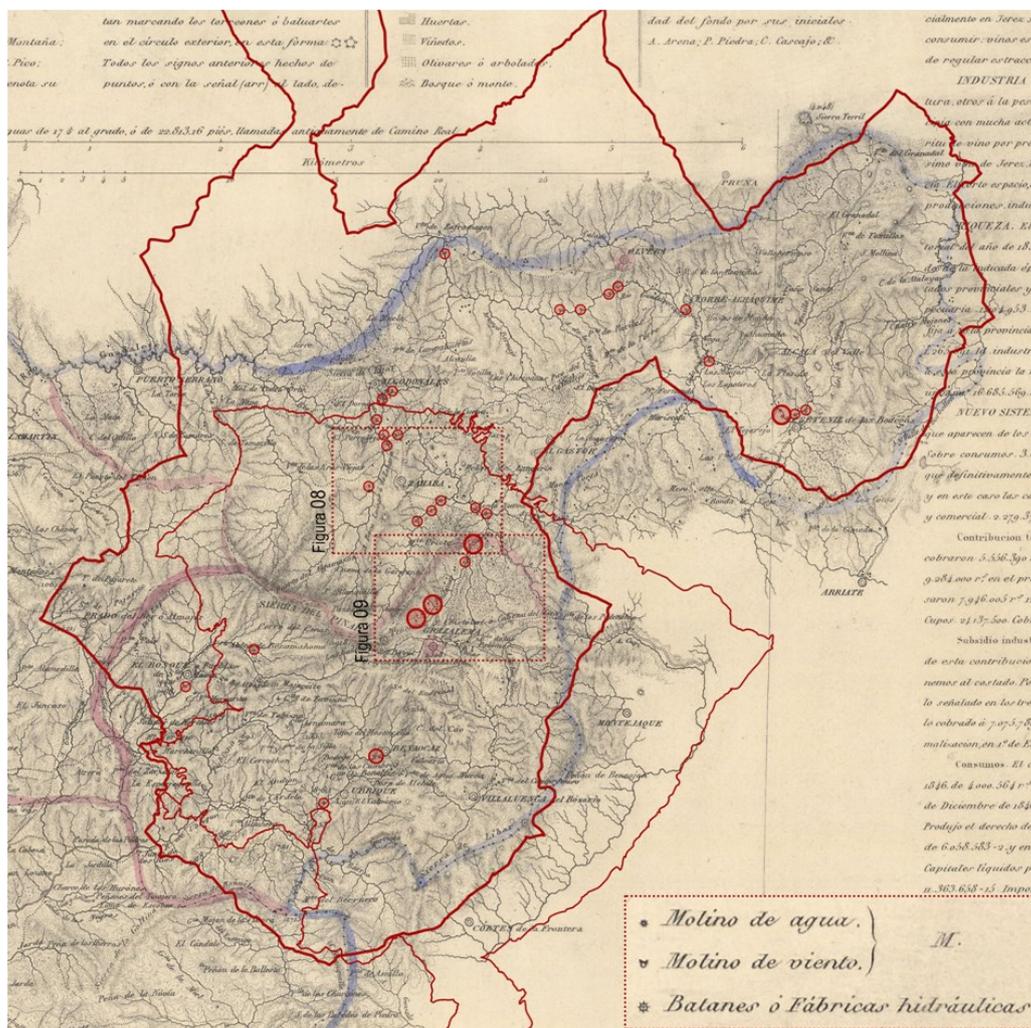


Figura 07. Fragmento del Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz [F. Coello, 1868] correspondiente a la Sierra de Cádiz. Localización de molinos hidráulicos, contornos regionales y fragmento de leyenda de molinos. Ver pie de Figura 06.



Figura 08. Fragmento del Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz [F. Coello, 1868] correspondiente a las riberas de Bocaleones y Arroyomolinos, en Zahara de la Sierra. Localización de los posibles molinos hidráulicos. Ver pie Figura 06.



Figura 09. Fragmento del Atlas de España y sus posesiones de Ultramar: Cádiz [F. Coello, 1868] correspondiente a la ribera del Gaidóvar, en Grazalema. Localización de los posibles molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 06.

La cantidad de información que ofrece este mapa dificulta la clara distinción de las arquitecturas dispersas; tampoco existe una coincidencia rigurosa entre lo que se expresa en el Diccionario y lo que se dibuja en el mapa (figura 07), que muestra un mayor número de molinos en el sector norte de la comarca, a pesar de que se ha comprobado que es en la Sierra de Grazalema donde existen más ejemplares. No obstante, pese a las incoherencias o imprecisiones, el valor de este mapa para valorar estos artefactos hidráulicos es incuestionable, pues es la primera vez que se dibuja un esquema aproximado de su número y localización en la Sierra de Cádiz.

#### 4.3. Minutas planimétricas (1870-1950). Instituto Geográfico y Estadístico / 4.4. Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000 (última actualización). Instituto Geográfico Nacional.

Las dos últimas visiones cartográficas aparecen juntas porque, a diferencia de las anteriores, ambas pueden considerarse científicas, precisas y rigurosas, y permiten, al presentar el mismo espacio a la misma escala, su inmediata comparación.

Las Minutas planimétricas<sup>21</sup> anteceden a la elaboración del primer Mapa Topográfico Nacional (MTN) de España a escala 1:50.000, que se abordó definitivamente tras la creación del Instituto Geográfico (y Estadístico en 1873) por Real Decreto de 1870.

Son los primeros mapas “sin nombre” de España, un producto institucional “imprescindible para entender las complejas relaciones entre el desarrollo de la cartografía a gran escala y la construcción del Estado moderno” (NADAL & URTEAGA, 1990).

Se trata de mapas manuscritos en papel, a escala 1:25.000, realizados para cada municipio mediante redes de triangulación e inspección directa del territorio. No siguen, por tanto, la división en hojas del MTN. Para la Sierra de Grazalema se elaboraron entre 1873-1874. Constituyen la primera serie cartográfica que dibuja todo el territorio español de manera científica y regular gracias a los avances técnicos y al establecimiento previo de criterios<sup>22</sup>. Para su ejecución “se adoptó una proyección poliédrica sobre planos tangentes al elipsoide de Struve” (NADAL & URTEAGA, 1990). Se usaron un total de 138 símbolos convencionales para representar los distintos elementos<sup>23</sup>, todos en negro exceptuando los componentes hidráulicos que se dibujaron en azul (figura 10).

La necesidad de control fiscal y militar por parte del nuevo Estado Liberal determinó que las Minutas mostraran todos los elementos esenciales para el conocimiento de la nación, describiendo física y económicamente el territorio de finales del XIX: red hidrográfica, accidentes topográficos notables, infraestructuras de comunicación, cultivos, poblaciones y, con especial atención, arquitecturas rurales dispersas, tanto productivas –importantes porque generaban beneficios, entre

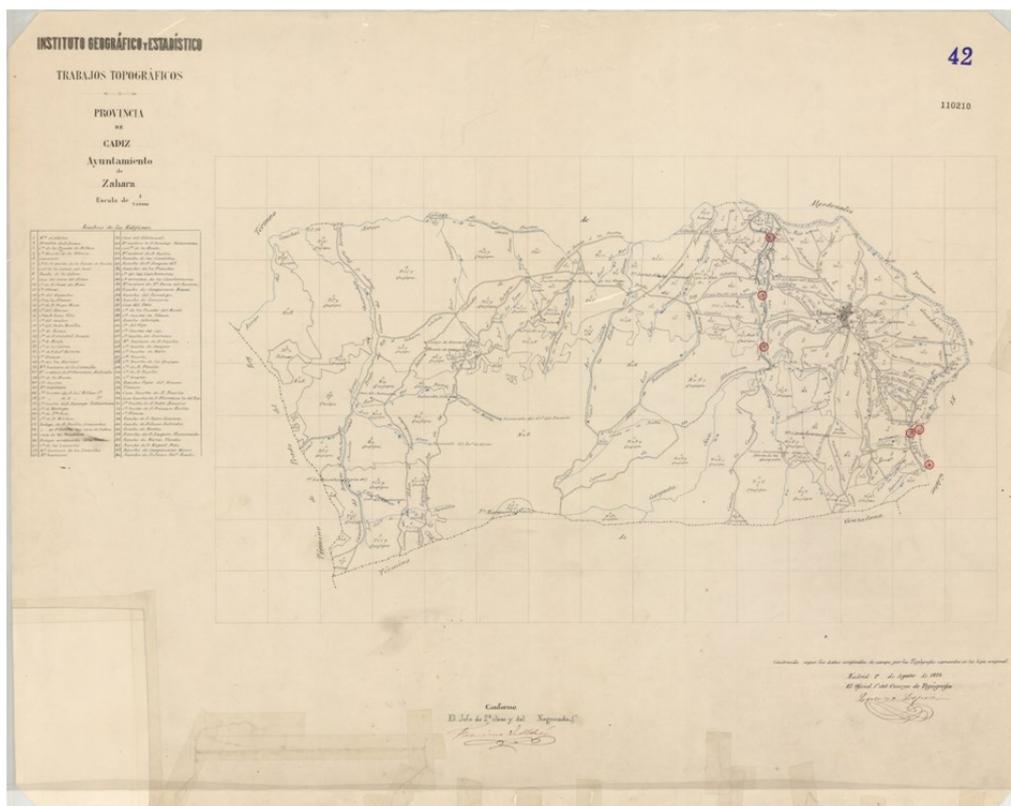
---

<sup>21</sup> Se complementaban con las Minutas altimétricas, que representaban el relieve del terreno. En algunas ocasiones –ningún caso en la Sierra de Cádiz-, existen Minutas conjuntas de altimetría y planimetría.

<sup>22</sup> Plan General aprobado en 1870 e *Instrucciones para los trabajos topográficos* editadas en 1878.

<sup>23</sup> Definidos en el *Formulario número 5* de las *Instrucciones para los trabajos topográficos*.

ellas los molinos hidráulicos-, como civiles o religiosas. Las Minutas suponían, por tanto, una herramienta de gobierno. Además, ofrecen una extensa información toponímica (RIVERO-LAMELA; RAMOS-CARRANZA, 2019, p. 6.4). Por todo ello, las Minutas planimétricas se convierten en el instrumento cartográfico más útil para localizar los molinos hidráulicos y aproximarnos a este territorio molinar, a su proceso de antropización. Gracias a estos mapas se han contabilizado 49 molinos hidráulicos en la región Sierra de Grazalema<sup>24</sup>, que han ascendido a 52 con el posterior trabajo de campo.



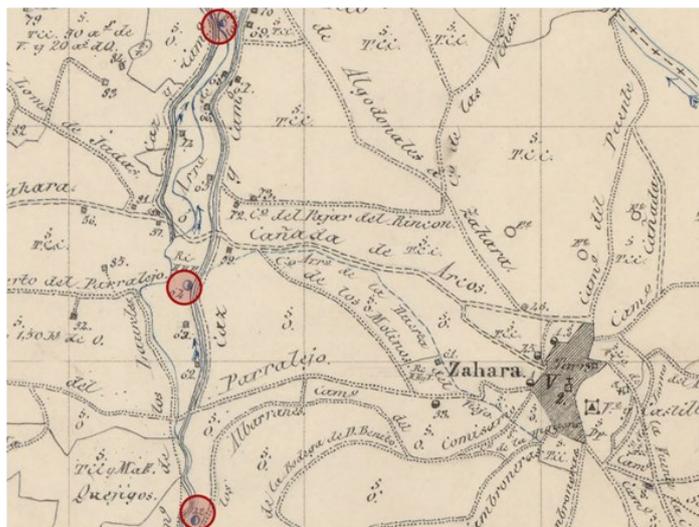
**Figura 10.** Minuta planimétrica del término de Zahara de la Sierra. Construido según los datos originales de campo por los topógrafos expresados en la hoja original. Instituto Geográfico y Estadístico. 1873. Escala 1:25000. 1 mapa, ms., col., en h. de 62 x 78 cm. [Se han localizado 6 molinos hidráulicos. Versión digital en Centro de Descargas del Instituto Geográfico Nacional (CD – IGN)].

Cabría preguntarse si las minutas, al ser “borradores”, son menos rigurosas en la información que las hojas del primer MTN. La comparación entre ambos demuestra lo contrario. Son repetidas las ausencias molineras, al menos los territorios estudiados, que se dan en el MTN y que sí aparecen señalados en las minutas (figura 12).

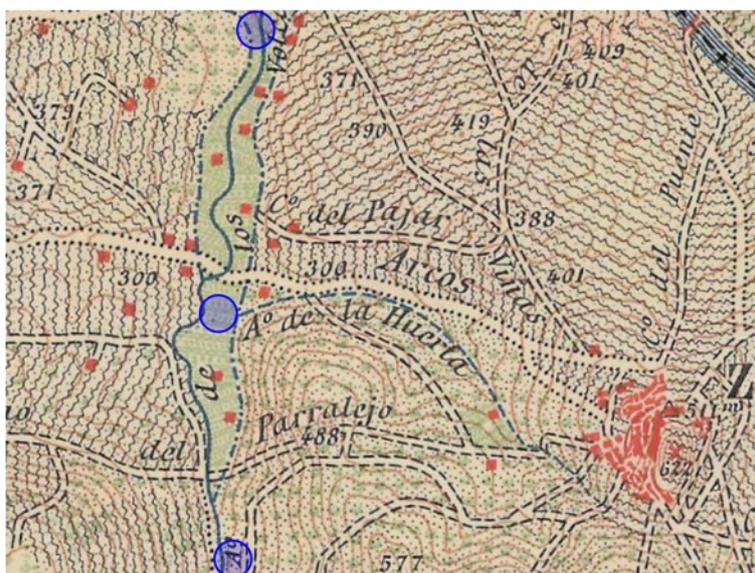
Por su parte, las representaciones cartográficas actuales procedentes del Instituto Geográfico Nacional (últimas actualizaciones del Mapa Topográfico Nacional a escala 1:25.000), nos sitúan en el momento presente y ofrecen una visión comparada de las cartografías históricas y contemporánea.

<sup>24</sup> Nos referimos específicamente a los molinos localizados en los municipios situados al sur del Guadalete más netamente serranos: Benaocaz (11 molinos), Grazalema-Benamahoma (17 molinos), Ubrique (14 molinos), Villaluenga del Rosario (1 molino) y Zahara de la Sierra (6 molinos).

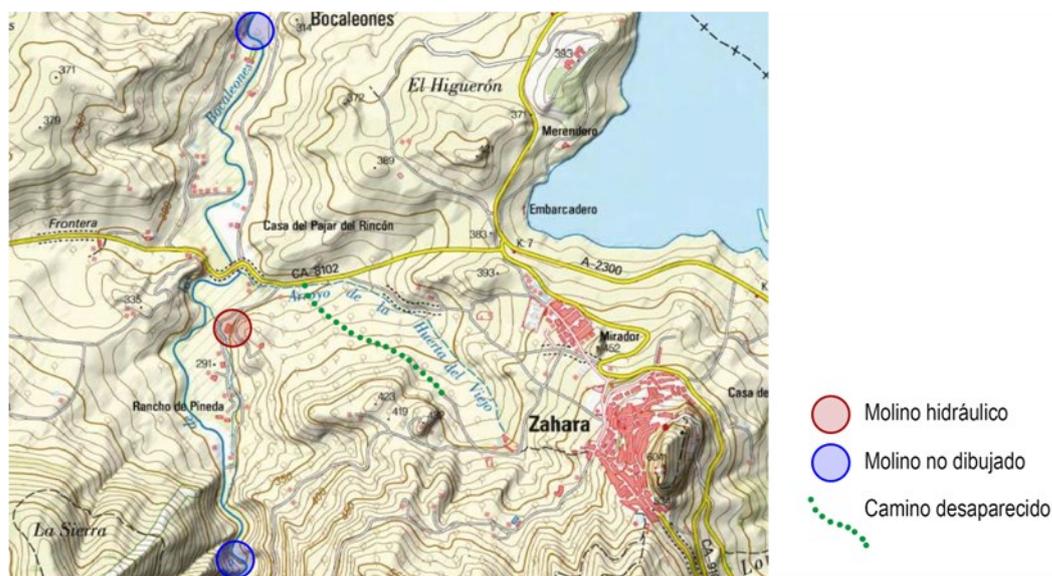
Se presentan, a continuación, fragmentos de estas visiones para las riberas de Bocaleones y Gaidóvar, señalando los molinos hidráulicos que contienen (figuras 11 a 16). Estas cartografías sincronizadas permiten una aproximación a la evolución territorial, detectando qué molinos o caminos se mantienen o han desaparecido, y evidenciando, de manera objetiva, la notable preterición a la que estas antiguas y relevantes arquitecturas, están expuestas en los últimos mapas oficiales.



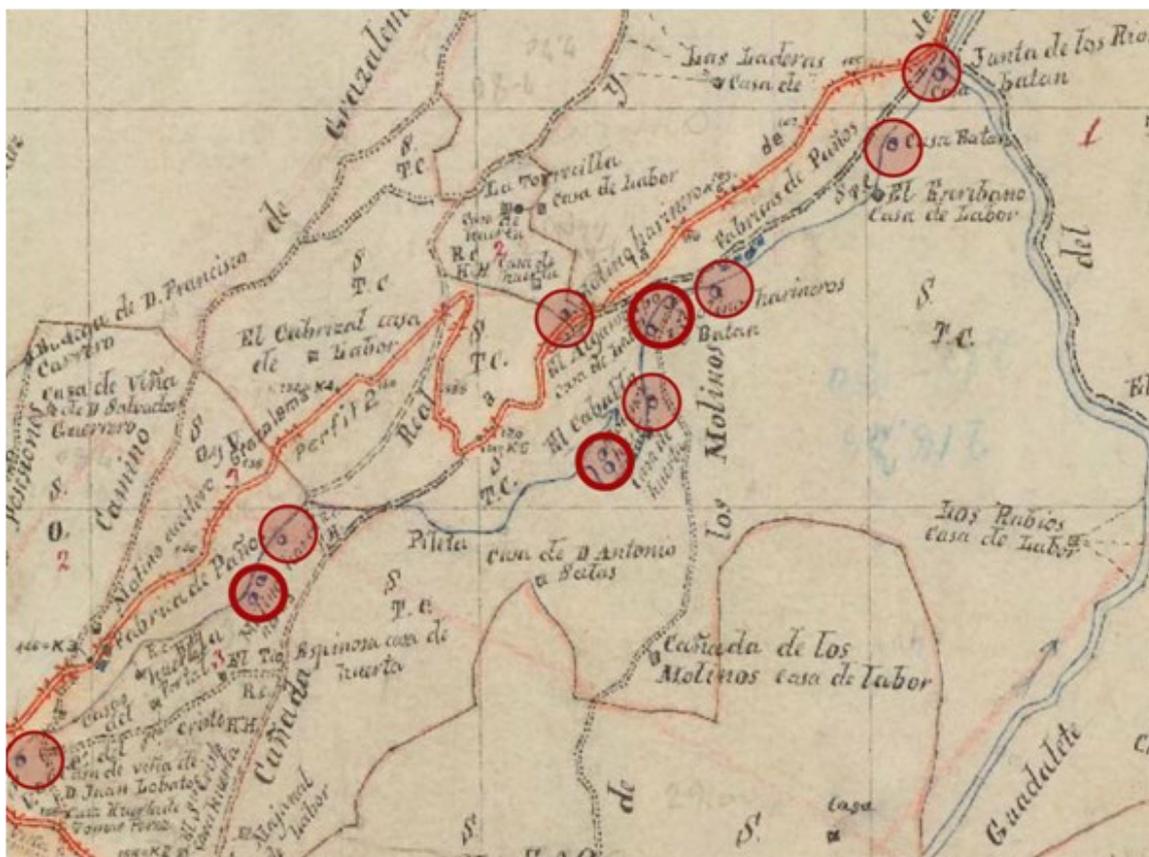
**Figura 11.** Fragmento de Minuta planimétrica del término de Zahara de la Sierra [Instituto Geográfico y Estadístico, 1873] correspondiente a la ribera de Bocaleones. Localización de 3 molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 10.



**Figura 12.** Fragmento de la Hoja 1036 de la primera edición del Mapa Topográfico Nacional 1/50.000, correspondiente a la ribera de Bocaleones, en Zahara. Instituto Geográfico y Estadístico. 1918. Heliograbado en cobre. 50 x 70 cm. No se representa ningún molino. [Versión digital en CD-IGN].



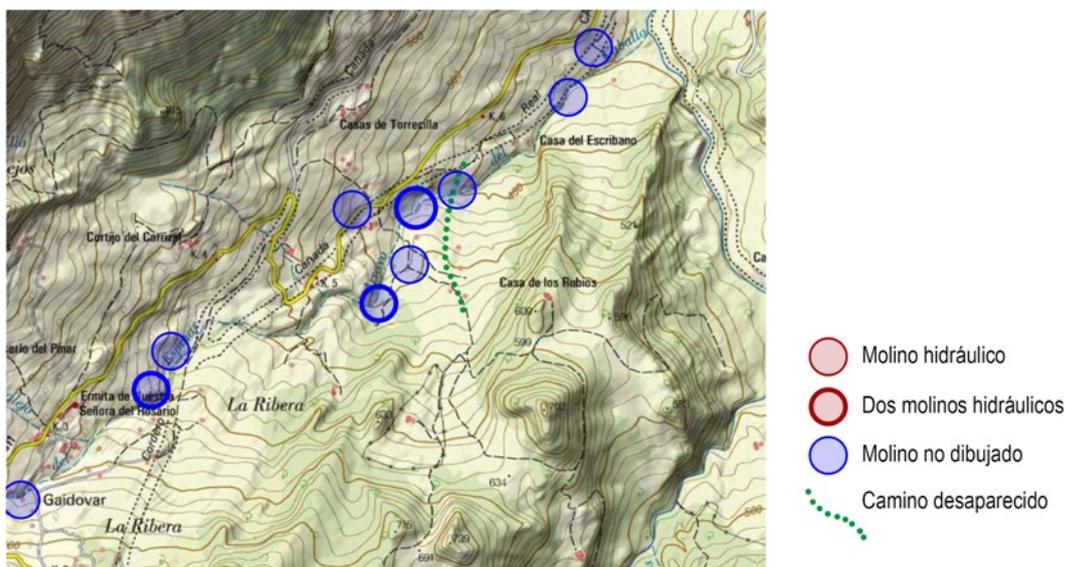
**Figura 13.** Fragmento de la última actualización del Mapa Topográfico Nacional 1/25.000, correspondiente a la ribera de Bocaleones, en Zahara. Instituto Geográfico Nacional. Imagen georreferenciada. Solo se representa un molino (nº 2 figura 01) con el símbolo de Edificio aislado. [Versión digital en CD-IGN].



**Figura 14.** Fragmento de Minuta planimétrica del término de Grazalema [Instituto Geográfico y Estadístico, 1873] correspondiente a la ribera del Gaidóvar. Localización de 13 molinos hidráulicos. Ver pie de Figura 10.



**Figura 15.** Fragmento de la Hoja 1050 de la primera edición del Mapa Topográfico Nacional 1/50.000, correspondiente a la ribera del Gaidóvar, en Grazelema. Instituto Geográfico y Estadístico. 1918. Heliograbado en cobre. 50 x 70 cm. En este caso se representan todos los molinos que aparecen en la Minuta, excepto uno. [Versión digital en CD-IGN].



**Figura 16.** Fragmento de la última actualización del Mapa Topográfico Nacional 1/25.000, correspondiente a la ribera del Gaidóvar, Grazelema. Instituto Geográfico Nacional. Imagen georreferenciada. No se representa ningún molino. [Versión digital en CD-IGN].

### 5. Conclusiones.

Los mapas son una potencial fuente de información, que permiten recomponer los procesos de *antropización* del territorio, expresando diferentes etapas culturales e ideológicas a través de su simbología, morfología y de la selección de elementos representados.

Como puede comprobarse, el uso de cartografía histórica posibilita conocer la ubicación de los molinos hidráulicos en

la Sierra de Grazalema, a la vez que revela las diferentes representaciones que se han elaborado de este territorio. Se verifica que, desde hace siglos, estos ingenios han sido arquitecturas de referencia y control del territorio, presentes desde las primeras expresiones cartográficas.

Los croquis de López, los mapas de los párrocos y el mapa de Coello serían esas representaciones no oficiales o técnicas que comienzan a definir las invariantes regionales, su marcada topografía y la importancia de su red hidrográfica; aunque ya localizan molinos hidráulicos, no alcanzan la rigurosidad y precisión que se logra con la institucionalización de la cartografía a finales del XIX; son las Minutas planimétricas el instrumento cartográfico más útil para esta investigación por la abundante información que aportan y su valor cualitativo y cuantitativo como instrumento activo en la localización de los molinos hidráulicos, extrapolables a otras arquitecturas rurales dispersas, y en las lecturas, tanto comprensivas como explicativas, del territorio y sus paisajes. Se hace evidente la ausencia molinar en los mapas más recientes. Su invisibilidad institucional puede ser causa de su desaparición y, con ello, de prescindir y silenciar una huella que ayudó a definir la identidad de esta región.

Aunar estas visiones cartográficas abre vías a reflexionar sobre la utilidad y fiabilidad de las fuentes consultadas, a la vez que generara una sinopsis gráfica que desvela la configuración esencial del territorio y sitúa los vestigios de estas arquitecturas olvidadas, facilitando sus consideraciones futuras.

## **Bibliografía.**

ACOSTA BONO, Gonzalo. Cartografía y patrimonio en perspectiva. *Revista PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, nº 77 (Especial Monográfico: Cartografía y patrimonio), pp. 4-11, febrero 2011.

ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa. El molino hidráulico en la sociedad hispano medieval, siglo X-XIII. In: CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (Coord.). *El agua en zonas áridas. Arqueología e historia. Hidráulica tradicional de la provincia de Almería*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1989. Pp. 655-680.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE EL PATRIMONIO INDUSTRIAL (julio 2003). Ratificada por los delegados reunidos en la Asamblea Nacional del TICCIH, de carácter trienal, que tuvo lugar en Moscú el 17 de julio de 2003. Disponible en: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf>

CHÍAS, Pilar; ABAD, Tomás. El arte de describir el territorio: mapas y planos históricos en torno al puente de Alcántara (Cáceres, España). *Informes de la construcción*, [S.l.], vol. 64, nº Extra, pp. 121-134, diciembre 2012.

CORTÉS JOSÉ, Joaquín. Los mapas de Andalucía, noticias antiguas del territorio. Reconocimiento y evaluación de los archivos cartográficos con información sobre Andalucía. *Revista PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Sevilla, nº 77 (Especial Monográfico: Cartografía y patrimonio), pp. 12-19, febrero 2011.

CRUZ, Linarejos (coord.). *Plan Nacional de Patrimonio Industrial. Actualización de 2016*. [S. l.]: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016. Disponible en: <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/textos.html>

ESCALERA REYES, Javier. Los molinos de agua en la Sierra de Cádiz (Primera campaña). *Etnografía española*, Madrid, nº 1, pp. 267-374, 1980.

HARLEY, J. Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: HARLEY, J. Brian; LAXTON, Paul (Comp.); ANDREWS, J.H. (Int.). *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Pp. 59-78.

ISHAM, Norman Morrison; BROWN, Albert F. *Early Rhode Island Houses: An Historical and Architectural Study*. Providence: Preston and Rounds, 1895.

JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984.

KIMBALL, Fiske. *Domestic Architecture of the American Colonies and of the Early Republic*. New York: Charles Scribner's Sons, 1922.

LÓPEZ GÓMEZ, Antonio. El método cartográfico de Tomás López. El interrogatorio y los mapas de España. *Estudios Geográficos*, [S.l.], vol. 57, nº 225, pp. 667-710, 1996.

LÓPEZ GÓMEZ, Antonio. El método cartográfico de Tomás López: el interrogatorio de Albacete. *Cuadernos de Geografía*, [S.l.], nº 71, pp. 1-10, 2002.

MONTERO-FERNÁNDEZ, Francisco J. (2012). Arquitecturas invisibles. *Proyecto, progreso, arquitectura*, Universidad de Sevilla, nº 7 (Arquitectura entre concursos), pp. 12-15.

NADAL, Francesc; URTEAGA, Luis. (1990). Cartografía y estado: los mapas topográficos nacionales y la estadística territorial en el siglo XIX. *Geocrítica, Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Barcelona, vol. XV, nº 88, 86 p., julio 1990.

NADAL OLLER, Jordi. *Moler, tejer y fundir: estudios de historia industrial*. Barcelona: Ariel, 1992.

NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo. El poder de los mapas. *Estudios geográficos*, [S.l.], vol. 73, nº 273, pp. 581-598, julio-diciembre 2012.

OLIVA SERRANO, Jesús. Estructuración y reestructuración de espacios y sociedades rurales. Nuevas reflexiones sobre unos procesos no esperados. *Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía*, Sebastián-Donostia, Gipuzkoa, nº 14, pp. 321-337, 1997.

PICKLES, John. Texts, Hermeneutics, and Propaganda Maps. In: BARNES, T.J.; DUNCAN, J. S. (Eds.). *Writing-Worlds: Discourse, Text, and Metaphor in the Representation of Landscape*. London and New York: Routledge, 1992. Pp.193-230.

PICKLES, John. *A History of Spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded Word*. New York: Routledge, 2004.

QUIRÓS LINARES, Francisco. La cartografía de la metrópoli en el Atlas de España y sus Posesiones de Ultramar (1847-1870), de Francisco Coello. Características, fuentes y colaboradores. *Ería: Revista cuatrimestral de geografía*, [S.l.], nº 81, pp. 63-92, 2010.

RAMOS-CARRANZA, Amadeo; RIVERO-LAMELA, Gloria. El valor de las arquitecturas menores: Los molinos hidráulicos del Parque Natural Sierra de Grazalema en la Sierra de Cádiz. *Estoa, Revista de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca*, Ecuador, vol. 7, nº 13, pp. 85-99, julio-diciembre 2018.

RIVERO-LAMELA, Gloria. Construcción del paisaje de la Sierra de Cádiz a través de su arquitectura rural: los molinos hidráulicos. *Ge-Conservación*, [S.l.], vol. 1, nº 14, pp. 64-76, diciembre 2018.

RIVERO-LAMELA, Gloria; RAMOS-CARRANZA, Amadeo. Drawing and interpreting Planimetric surveys: rural landscape and old productive architectures in Sierra de Cádiz. *DISEGNARECON*, University of L'Aquila, vol. 12, nº 22

("Drawing the territory and the landscape"), pp. 18.1-18.23, 2019.

SAMBRICIO, Carlos. *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, Centro de Publicaciones, 1991.

SCOTT, George Gilbert. *Remarks on Secular and Domestic Architecture, Present and Future*. London: J. Murray, 1857.

UPTON, Dell. *Outside the Academy: A Century of Vernacular Architecture Studies, 1890-1990*. In: MACDOUGALL, Elisabeth Blair (ed.). *The Architectural Historian in America* (serie *Studies in the History of Art*, vol. 35). Washington DC: National Gallery of Art, 1990. Pp. 199-213.

ZAMBRANA PINEDA, Juan Francisco. *El sector primario andaluz en el siglo XX*. Sevilla: Instituto de Estadística de Andalucía, 2006.



## **La interpretación de la Raia galaico-portuguesa de época moderna a través de la cartografía histórica y la arqueología**

**Rebeca Blanco-Rotea**

Grupo de Investigación Síncris de la Universidad de Santiago de Compostela (España)  
rebeca.blanco.rotea@usc.es

### **Resumo:**

Durante la Edad Moderna la frontera que separaba el sur de Galicia y el norte de Portugal sufrió una importante transformación como consecuencia de un proceso de modernización de los sistemas defensivos construidos durante la Edad Media que se basaban en una articulación espacial concreta, con dos poblaciones amuralladas a ambos lados de la misma. Este proceso se modifica como consecuencia de la necesidad de adaptar la defensa al uso de nuevas armas ofensivas pirobalísticas y al desarrollo de nuevas tácticas de guerra. La defensa, las arquitecturas, las poblaciones sufren ahora un intenso impulso constructivo que modifica su fisionomía y, en consecuencia, el paisaje. Pero este ha llegado muy transformado a nuestros días ya que se trata de un elemento en constante mudanza y, sobre todo, en zonas intensamente pobladas y con una importante presión agroforestal, como es el caso de algunas zonas de esta frontera (buenos ejemplos son los valles del Miño y del Támega). A pesar de ello, en los últimos años se han desarrollado una serie de investigaciones encaminadas a documentar y comprender esos procesos de transformación, llevadas a impulsadas desde distintas ramas del saber, como son la geografía (los trabajos de Luis Miguel Moreira para o Alto Minho), la historia de la arquitectura (Jaime Garrido, José Ramon Soraluze Blond, Jorge Correia, Ana Lopes), la historia del arte (Margarida Tavares da Conceição) o la arqueología (Pedro Teixeira). La propuesta que aquí presentamos, se engloba precisamente en este último campo, y se centra en un estudio arqueológico del paisaje fortificado de la frontera galaico-portuguesa, que combina varias fuentes de información, desde la cartografía y la fotografía histórica hasta la documentación en campo de aquellos aspectos relacionados con la defensa que han sido identificados a través de esta cartografía.

Si bien contamos con algunos mapas y representaciones del territorio que nos interesa de época medieval, fundamentalmente bajo-medieval, lo cierto es que a partir del siglo XVII, sobre todo desde el estallido de la Guerra da Restauração en 1640, y fundamentalmente en el siglo XVIII, son varios los autores, muchos de ellos ingenieros militares, que llevan a cabo un importante esfuerzo por representar cartográficamente el territorio, dentro de una política territorial que va aparejada a la construcción e los estados modernos en toda Europa, y que es especialmente activa en Portugal. En ella, podemos encuadrar las obras de Miguel de Lescol, de Gonçalo Luís da Silva Brandão o de Custodio José Gomes de Villasboas, entre otros. En este momento, se llevan a cabo mapas y cartas topográficas, se dibuja la frontera, las poblaciones y fortificaciones en ellas emplazadas, o se ejecutan cartas náuticas del río Miño (que conforma la

frontera en la provincia de Entre Douro e Minho, correspondiente al Alto Miño). Gracias a este tipo de fuentes, podemos hacer una primera aproximación a las estructuras territoriales de la frontera y, a los elementos en ella emplazados y que aparecen dibujados en estas cartografías, que, en muchas ocasiones, no se han conservado en su totalidad o ha desaparecido completamente. Combinando el análisis detallado de la cartografía histórica, la comparación toponímica y la geolocalización de las defensas en ellas representadas, hemos podido desarrollar un interesante trabajo de identificación, primero en laboratorio, gracias al apoyo de las tecnologías geoespaciales, y luego en campo mediante técnicas de prospección arqueológica, de muchas de las estructuras relacionadas con la defensa fronteriza durante el período de la Guerra da Restauração (1640-1668). En algunos de los casos que desarrollaremos, la plasmación de ciertos elementos en la cartografía histórica (baterías, zonas de acampada, reductos, plataformas, fuertes, etc.) ha permitido identificar estructuras que se desconocían; en otros casos, gracias a la combinación de la cartografía y las fuentes históricas escritas, hemos podido llegar a localizar algunas de estas estructuras vinculadas a la defensa del territorio hasta ahora inéditas. En otros casos, no hemos podido corroborar arqueológicamente la evidencia cartográfica. Pero, en todo caso, esta aproximación interdisciplinar ha permitido caracterizar con bastante precisión el paisaje fortificado trasfronterizo de época moderna, como intentaremos mostrar en este trabajo.

**Palavras-chave:**

Cartografía histórica, Arqueología del Paisaje, Estudios interdisciplinares, Guerra da Restauração, Paisaje fortificado.

## Railways on maps: local economy and multiple interactions in Minas Gerais

Luciane Scarato

Maria Sibylla Merian Centre of Advanced Studies conviviality-inequality in Latin America/University of Cologne  
lscarato@gmail.com

### Resumo:

This communication takes maps as starting points to analyse the connection between agricultural activities and the implementation of the railway in Minas Gerais between the late-nineteenth and early-twentieth centuries. In doing so, it sets out to use maps as main primary historical sources, not illustrations or add-ups. Scholarship has recently demonstrated that the introduction and expansion of railroads in Minas Gerais from the 1880s was not always tied up to coffee plantation. Contemporary maps lend weight behind this argument. They corroborate, for example, that while the foundation of the *Leopoldina* Railway Company (1874) is interwoven with coffee exportation, similarly to São Paulo, the *Ouro Minas* Railway (1881) bears a strong connection with the regional market. The *Leopoldina* was located in Zona da Mata, the first biggest coffee production area in Minas Gerais, as a merge between *União Mineira* (1871) and *Pedro II* (1864) (Blasenheim 1994). It was a private investment that counted with national political support, being a coffee railroad until the 1920s, when dairy became the primary product of the area (de Oliveira Birchal 2001). On the other hand, the *Oeste de Minas*, inaugurated in 1881, serviced local transportation of agricultural goods. It followed the pedestrian road that connected Minas Gerais to the south of the state and Bahia, playing a pivotal role in the national integrationist policy. However, maps also suggest that there was not a clear-cut division between agricultural areas in Minas, which allows visualisation of contact and merging zones where local and exportation activities interacted as in trading zones. According to physician and historian of science Peter Galison, in a trading zone “distinct cultures that live near enough to trade, sharing many activities while diverging on other” collaborate to maintain successful and continuous communication and exchange (Galison 1997, 803, Long 2015). Since communication improvement to serve commerce stands as one of the main motivations of railway construction, alongside territorial expansion and national integration – the idea of trading zones sheds light on how people that lived in proximity could overcome social, technological, and economic asymmetries. Railways thus emerge as multiple trading zones where interactions between diverse groups unfolded. These groups followed similar behavioural patterns despite their differences because they “depend[ed] on exchange for survival” (Galison 1997). All the maps in this communication are held at the Ibero-American Institute in Berlin and come from the *Society of National Agriculture* (1908), under the organisation of Paulino Cavalcanti, and from *Atlas do Brasil* (1909) by Barão Homem de Mello and Francisco Homem de Mello. Another map (1936) belonged to the *Ministério Nacional do Trabalho, Indústria e Comércio*. President Getúlio Vargas created this department in 1930, after

leading a coup d'état that started a new Republican period in Brazil. This map reveals the extent to which Vargas considered issues related to structural development essential to political propaganda, as the map mentioned above emphasises, among others, the evolution of the Brazilian railway system. This communication, therefore, spans from two different political regimes – monarchy and republicanism – and three different historical periods, namely the Second Empire, the First Republic, and the Second Republic. As such, the analysed maps contain information that goes beyond the economy and encompasses immigration policies, ideological propaganda, and external relations. For this reason, in addition to maps, this communication includes other sources, such as reports, *post-mortem* inventories, and *ex-votos*. *Ex-votos* are religious paintings on small wooden boards meant to be public demonstrations of gratitude and faith (Castro 1994, Barragán-Solis and Castro-García 2011, Giffords 1974, Graziano 2016). Often displayed on churches' walls or chapels, *ex-votos* recreated a dramatic scene that had a happy ending, usually ill people on beds who had asked for the miracle of cure and received it (Castro 1994, Oliveira 2017). The *ex-votos* examined in this communication reveal interactions between humans, machines, and the spiritual world, reinforcing the argument that trading zones involve more than trading activities, as people interact and negotiate the terms of living together in these areas. In the end, this communication hopes to contribute to not only to our understanding of the connection between agriculture and the expansion of railroads in Minas Gerais but also of how people interacted within the trading zones that railways created or expanded.

**Palavras - Chave:**

Railways, Minas Gerais, economy, agriculture, conviviality.

Tema 6  
Cartografia e Toponímia Histórica



## Os geomorfotopônimos em mapas históricos de Minas Gerais

**Marianna de Franco Gomes**

Universidade Federal de Minas Gerais  
marianna.de.franco@hotmail.com

**Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

Universidade Federal de Minas Gerais  
candidaseabra@gmail.com

**Márcia Maria Duarte dos Santos**

Universidade Federal de Minas Gerais  
mduantosy@yahoo.com.br

### Resumo:

Documentos cartográficos são fontes de informação de grande valor linguístico para a toponímia, pois apresentam registros históricos utilizados como objetos de análise aos estudos. Diante dessa perspectiva, os objetivos deste trabalho compreenderam apresentar alguns resultados obtidos em nosso trabalho de Dissertação intitulado Geomorfotopônimos históricos (GOMES, 2019), defendido na Faculdade de Letras da UFMG. A proposta consistiu em descrever e analisar os geomorfotopônimos coletados em mapas de Minas Gerais produzidos nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino - desdobramento do projeto Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino, realizado entre 2014 e 2016 no Centro de Referência de Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (CRCH-UFMG). Partindo do pressuposto de que o topônimo guarda estreita relação com o ambiente que nomeia, segundo os pressupostos teóricos e metodológicos de Dick (1990 a, b, 1999, 2006) e Seabra (2004, 2006), por meio do viés diacrônico, foram analisados 101 geomorfotopônimos coletados do banco de dados. A análise quantitativa e qualitativa dos objetos de estudo permitiu enfatizar a presença e a relevância dos traços do relevo no período de povoamento da região mineira ao nomear os primitivos arraiais. Além disso, verificamos a relação entre os topônimos estudados e o ambiente nomeado, verificada, inclusive, por meio de representações do relevo nos mapas que compõem o acervo cartográfico utilizado na pesquisa. Este trabalho explicita, portanto, a importância do estudo da Toponímia Histórica por permitir resgatar aspectos históricos e culturais de uma sociedade.

### Palavras-chave:

Léxico, Toponímia, Cartografia Histórica, Minas Gerais, Geomorfotoponímia.

### Abstract:

Cartographic documents are information sources of great linguistic value to toponymy as they present historical records used as objects of analysis to studies. Considering this perspective, the goals of this work were to present some results obtained through our Dissertation work entitled Historical Geomorphotoponyms (GOMES, 2019), defended at the Faculty of Letters of UFMG. The proposal consisted of to describe and analyze the geomorphotoponyms collected from maps of Minas Gerais state in Brazil produced in the Colonial and joanine periods in the seventeenth and eighteenth centuries - development of the project Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino (Historical Cartographic Records: Revealing the Toponymic Heritage of

Minas Gerais from the Colonial to the Joanine Period), performed between 2014 and 2016 at the Historical Cartography Reference Center of the Federal University of Minas Gerais (CRCH-UFMG). Based on the assumption that toponymy is closely related to the environment it names - the theoretical and methodological assumptions of Dick (1990 a, b, 1999, 2006) and Seabra (2004, 2006), through the diachronic bias, 101 geomorphotoponyms collected from the database were analyzed. The quantitative and qualitative analysis of the studied geomorphotoponyms allowed the emphasis on the presence and relevance of the relief features in the settlement period of Minas Gerais region when naming the first villages. Besides, the relation between the studied toponyms and the named surrounding was verified by means of relief portrayal in the maps that compose the cartographic collection used in the research. This work, then, discloses the importance of studying Historical Toponymy as it allows the recovery of historical and cultural aspects of a society.

**Keywords:**

Lexicon, Toponymy, Historical Cartography, Minas Gerais, Geomorphotoponymy,

**Introdução**

Estudar o léxico de uma língua permite conhecer aspectos culturais de um povo, principalmente ao levar em consideração que os falantes utilizam palavras que refletem a experiência de mundo por eles vivenciada. Tratando-se da Toponímia (estuda os nomes próprios de lugares), que está inserida nas ciências lexicais, permite conhecer tais aspectos culturais por meio do ato denominativo de lugares.

Ao nomear um lugar, o item lexical é cristalizado como topônimo, e, desse modo, perpetua-se no tempo, sobrevivendo por gerações. Diante dessa perspectiva, compreendemos o topônimo como “o resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações, representações, ou seja, praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade” (ANDRADE e DICK, 2012, p.197). Desse modo, estudar um topônimo permite recuar ao passado e resgatar informações históricas e culturais que compreendiam a realidade vivida pelo nomeador e, provavelmente, o grupo social em que estava inserido. Nesse ponto, é pertinente destacar o caráter de “testemunho histórico” do topônimo, conforme apresenta Dick:

Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990a, p.22)

Objetivamos apresentar, por meio deste texto, alguns resultados do trabalho de Dissertação intitulado *Geomorfotopônimos Históricos*<sup>1</sup>, defendido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2019. Contemplando os estudos do léxico toponímico, o trabalho defendido objetivou o estudo dos geomorfotopônimos, isto é,

---

<sup>1</sup> GOMES, Marianna de Franco. *Geomorfotopônimos Históricos*. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em Disponível em: < <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1993M.pdf> > Acesso em: ago. 2019.

nomes de lugares que apresentam como principal fator motivacional aspectos relacionados ao relevo. Os geomorfotopônimos integram uma taxa, entre as 27, propostas por Dick (1990b). Trata-se de um procedimento teórico e metodológico, desenvolvido pela estudiosa, para classificar os topônimos de acordo com os principais fatores motivacionais que conduziram o ato denominativo, considerando tanto fatores de natureza física, quanto os de natureza social.

Os topônimos que constituem o *corpus* do trabalho foram coletados do banco de dados do projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*. Trata-se de um banco de dados formado por topônimos coletados em mapas de Minas Gerais produzidos nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. Os objetos investigados no trabalho de Dissertação eram, portanto, históricos, o que evidencia, ainda mais, o caráter de testemunho histórico explicitado anteriormente, segundo os pressupostos teóricos de Dick (1990a).

Os objetivos que conduziram a pesquisa contemplam o pressuposto de que o topônimo esteja associado ao ambiente que nomeia, conforme apresenta Sapir (1961) ao explicitar a relação entre o léxico e o ambiente. Dessa maneira, por meio do viés diacrônico, a proposta da pesquisa consistiu em analisar a evolução toponímica dos geomorfotopônimos, coletados no banco de dados do projeto citado, e explicitar variações, mudanças e a permanência desses topônimos no território atual, assim como descrever traços do relevo verificados por meio dos topônimos e a relação estabelecida entre o ambiente nomeado, de acordo com o contexto histórico de produção cartográfica em que os topônimos foram coletados. Tendo em vista a importância do relevo no período de povoação do território que hoje conhecemos como Minas Gerais, acreditamos que tais elementos da topografia poderiam ser marcos e referências para os primeiros desbravadores do território e, posteriormente, para a definição de rotas – caminhos, para os habitantes das Minas. Supomos, também, que o sentimento de admiração pelas paisagens da Colônia, o que inclui a admiração pela forma de relevo, poderia refletir na nomeação dos lugares. (GOMES, 2019, p. 19).

Sendo desdobramento do projeto citado anteriormente, para compreender o trabalho desenvolvido, portanto, é necessário, primeiramente, apresentar o projeto, cujo banco de dados serviu como fonte de informações para a coleta dos objetos de estudo.

### **O projeto Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino**

O projeto Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino<sup>2</sup>, realizado entre 2014 e 2016 no Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH/UFMG), permitiu estudar topônimos históricos, que nomeavam acidentes geográficos de natureza humana, retirados de quinze mapas

---

<sup>2</sup> Financiada pelo CNPq (Processo nº 408869/2013-5).

que compõem as Comarcas da Capitania de Minas Gerais nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. Tratam-se de 8 mapas da Capitania e 7 de suas Comarcas: Paracatu, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Vila Rica. Os documentos cartográficos utilizados para realizar o estudo, pertencem a acervos de museus, de arquivos e bibliotecas no Brasil e em Portugal, sendo o mapa mais antigo de 1767, anônimo, e o mais recente de 1821, realizado por Eschwege.

Coordenado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e pela Profa. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos, o projeto desenvolvido possibilitou a criação de um banco de dados em que os 2.341 topônimos levantados foram organizados, explicitando informações linguísticas, históricas e geográficas. Desde 2017, é possível ter acesso ao banco de dados por meio do Repositório de Dados<sup>3</sup>, que constitui um dos produtos do projeto, acessível pela internet.



**Figura 1** – Tela inicial do *Repositório de Dados*: o banco de dados do projeto está disponível na aba “Repositório”. Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017)

Evidenciamos a importância dos documentos cartográficos no período Colonial, pois, era necessário conhecer o território para dominá-lo e administrá-lo. O estado da arte da Cartografia portuguesa, referente às colônias, eram documentos sigilosos por compreenderem os interesses do reino e, por isso, ficavam sob a responsabilidade de poucos homens de autoridade e confiança (GOMES, 2019, p. 60). Os mapas são, portanto, instrumentos de pesquisa por

<sup>3</sup> SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponomia.com.br/home>> Acesso em: set. 2019.

constituírem fonte de informação aos estudos, inclusive, à Toponímia. Como apresentam Santos e Seabra (2017):

A proeminência dos mapas, por sua vez, entendidos como fontes primárias e históricas de informação, muitas vezes, diz respeito à especificidade das mensagens que propiciam a comunicação de atributos espaciais de uma forma eficaz, como nenhum outro sistema de comunicação linguístico, ou não linguístico, é capaz de realizar. Esses atributos relacionam-se ao conhecimento da distribuição de fatos, fenômenos e eventos, dos padrões que podem formar, e de suas relações em um determinado espaço geográfico. (SANTOS, SEABRA, 2017)

Além da ausência do estudo dos geomorfotopônimos, adotando viés histórico e diacrônico, em Minas Gerais, que justificou o interesse para realizar o trabalho, a taxa dos geomorfotopônimos revelou-se como uma das mais produtivas - conforme os resultados apresentados por meio do Atlas digital<sup>4</sup>, outro produto do projeto, entre as taxas de natureza física, representando 4% do total de topônimos que integram o banco de dados utilizado para a coleta, que serviu como motivação para estudar essa taxonomia, isoladamente.

### Procedimento metodológico

A formação do *corpus* toponímico do trabalho foi facilitada por meio do sistema de busca avançada disponibilizado no *Repositório de Dados*, uma vez que utiliza filtros de acordo com os objetivos do pesquisador. Desse modo, a seleção contemplou os filtros que permitiram selecionar, apenas, os geomorfotopônimos históricos, objetos de estudo do trabalho.

Constituído o *corpus* do estudo, que corresponde a 101 geomorfotopônimos, fichas lexicográficas foram utilizadas para sistematizar os dados da pesquisa. Trata-se de um procedimento metodológico desenvolvido por Dick (1990) e adaptado por Seabra (2004), que permite apresentar de forma sistemática informações linguísticas, históricas, geográficas e enciclopédicas sobre um topônimo. Para corresponder aos objetivos do estudo proposto, algumas adaptações na ficha foram necessárias. Além disso, criamos um quadro-contexto, que corresponde ao desdobramento do campo "contexto" do modelo de ficha lexicográfica apresentado por Seabra (2004), em que sistematizamos os topônimos históricos por meio de classificações e informações que correspondem aos objetivos propostos na pesquisa. A ficha lexicográfica, seguida do quadro-contexto, do geomorfotopônimo histórico *Beturuna* é apresentada, como exemplo, a seguir:

---

<sup>4</sup> SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). *Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte/MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/index.html>>. Acesso em: set. 2019.

## 2- *Beturuna*

### TOPÔNIMO ATUAL: Ibituruna

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Varginha

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Lavras

**MESORREGIÃO:** Oeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Oliveira

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Indígena < tupi

**HISTÓRICO:** “Ibituruna” foi o primeiro povoado fundado em Minas Gerais, em 1674, pelo bandeirante Fernão Dias Paes Leme, e por isso a localidade é conhecida como o “Berço da Pátria Mineira”, conforme é apresentado pelo IBGE<sup>5</sup>: “Este, ao transpor o rio Grande, estabelece o arraial, deixando no local um marco (pedra que marcava a sesmaria) até hoje existente e muito visitado pelos turistas”. Como afirma Barbosa (1995, p.150-151), “Ibituruna” é uma das poucas localidades de Minas Gerais que manteve o nome primitivo, já que o nome aparece desde a primeira bandeira de Fernão Dias Pais. De acordo com o estudioso, por meio da Lei n° 2150, de 30 de outubro de 1875, foi criada a freguesia denominada “São Gonçalo da Ibituruna”, instituída canonicamente em 1877. Segundo informação apresentada pelo IGA/ALMG (1997), a adoção do nome se deu entre 1675-1769. Teve o nome reduzido para “Ibituruna” em 1923, distrito do município de Bom Sucesso, tornando-se município desmembrado apenas em 1962 por meio da Lei n° 2764, de 30 de dezembro.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NC [S+ ADJ]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Segundo Navarro (2013, p.566), “Ibituruna” de *ybytyra* + *un* + *-a*: Serra escura. O nome deve remontar ao século XVII: “[...] olhando para o Sul vimos ao longe uma Serra que nos disseram ser da *Ibituruna*”.

Barbosa (1995, p.150) explicita duas traduções ao topônimo “Ibituruna”: 1. Apresentada por Diogo de Vasconcelos, significa Serra Negra. 2. De acordo com Martius, significa nuvem negra.

Sampaio (1901, p.117) apresenta “buturuna” como “monte negro, montanha escura, serra negra” em São Paulo e Minas Gerais, assim como apresenta Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.229) ao definir o topônimo como “o monte negro”.

Explicita Vasconcelos (1974, p.79), ao tratar “Ibituruna” como “o mais antigo lar da pátria mineira”: “Situada em posição felicíssima, nem perto nem longe das grandes águas, no centro de matas férteis de caça e mel, foi a Ibituruna propícia ao desporto de todos os viandantes no período do povoamento”.

<sup>5</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibituruna/historico>> Acesso em: dez. 2018.

**Beturuna Nº de ocorrências: 05**

Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
CARTA geográfica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<b>Beturuna</b>	Geomorfotopônimo
ROCHA(1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróchias	<b>Buturuna</b>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróchias	<b>Buturuna</b>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróchias	<b>Boturuna</b>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróquia	<b>Beroruna</b>	Geomorfotopônimo

Figura 2- Ficha lexicográfica e quadro-contexto do geomorfotopônimo histórico *Beturuna*. Fonte: Gomes (2019, p. 114-115).

### Análise dos dados e resultados

Diante da impossibilidade de apresentar todos os resultados obtidos por meio do trabalho de Dissertação, adequando-nos a este trabalho, apresentamos um recorte da análise dos dados e discussão dos resultados. Utilizamos o mapa da Capitania de Minas Gerais (1777a), realizado por Rocha, para ilustrar a distribuição diatópica de geomorfotopônimos na Capitania mineira nos Setecentos e o mapa de 1821, realizado por Eschwege, para ilustrar os geomorfotopônimos na Capitania mineira nos Oitocentos, apresentados, a seguir:

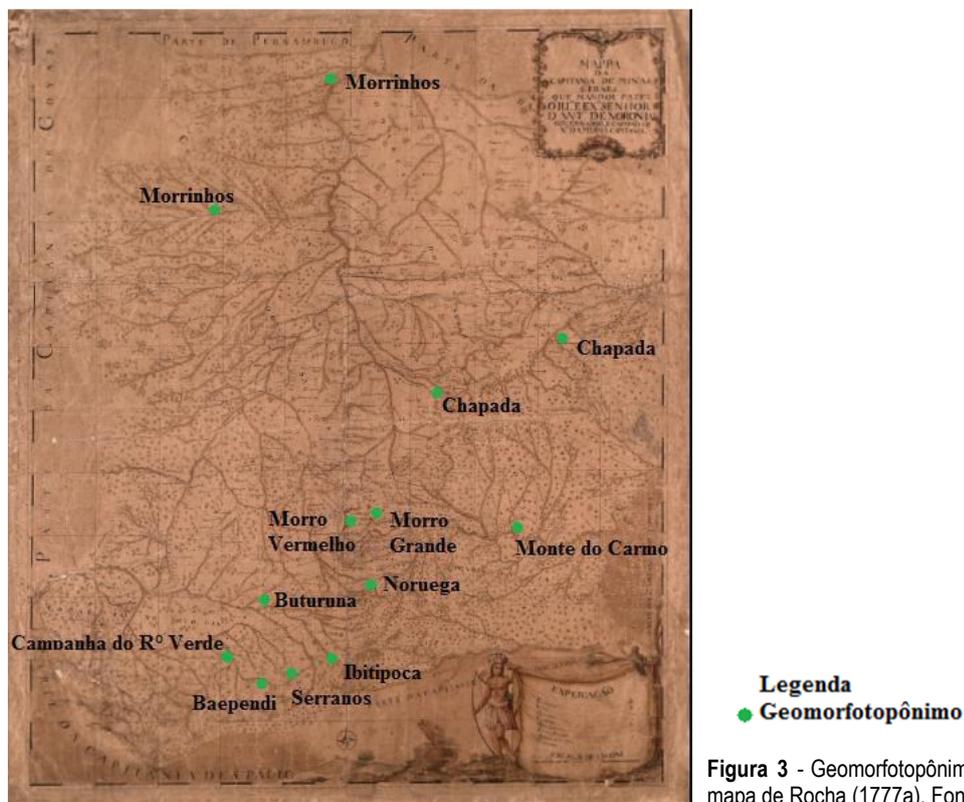


Figura 3 - Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de Rocha (1777a). Fonte: Gomes (2019, p. 161).

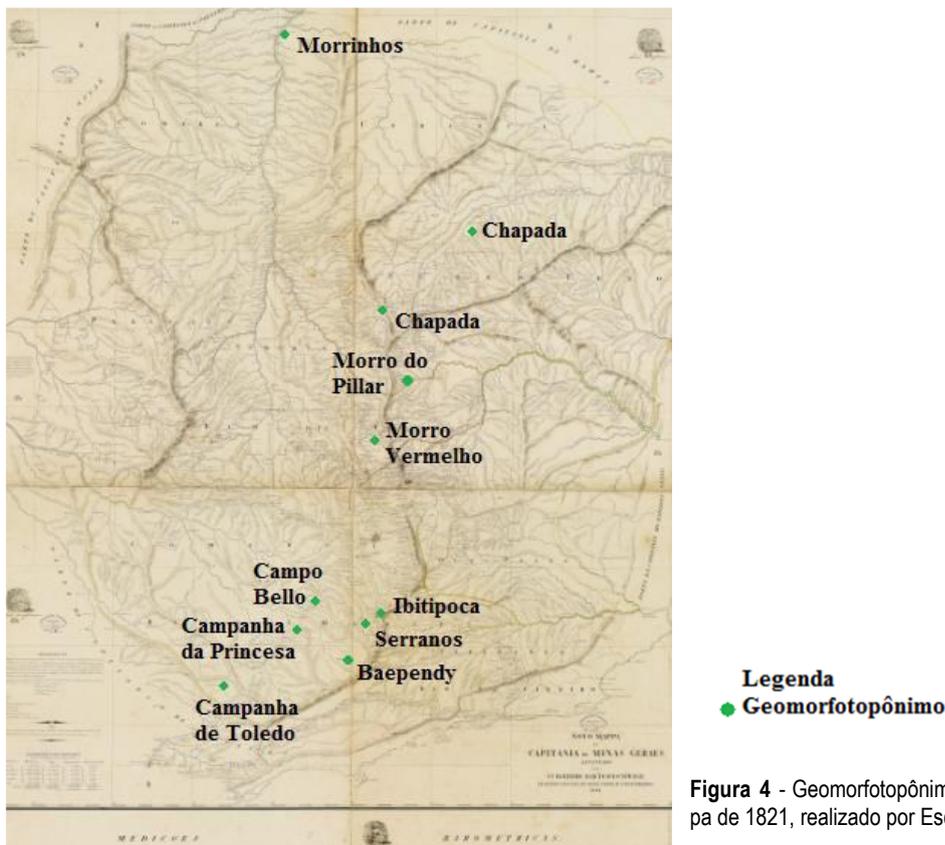
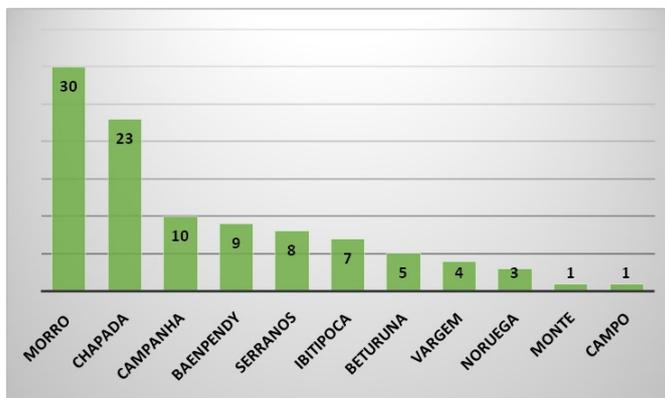


Figura 4 - Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de 1821, realizado por Eschwege. Fonte: Gomes (2019, p. 162).

A análise dos dados revelou o predomínio de geomorfotopônimos na Comarca do Rio das Mortes<sup>6</sup>, que, inclusive, compreendia uma das Comarcas mais povoadas no período Colonial. Esse resultado apontou o interesse por traços do relevo na região em questão. Verificamos, também, a produtividade de geomorfotopônimos formados pelo termo “Morro” e “Morrinhos”, principalmente, na Comarca do Sabará:

Gráfico 1 – Os geomorfotopônimos históricos de Minas Gerais por base toponímica. Fonte: Gomes (2019, p. 169).



<sup>6</sup> Atualmente a Comarca do Rio das Mortes corresponde às regiões geográficas intermediárias Varginha, Pouso Alegre e secundariamente Divinópolis, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Esse resultado é compreensível ao considerarmos que os morros orientavam os bandeirantes, sertanistas e índios, pelos sertões no período de povoamento da região e reafirma a relação estabelecida entre o topônimo e o ambiente nomeado. Tal relação foi analisada, inclusive, por meio das representações do relevo nos mapas em que os topônimos foram coletados, conforme é explicitado, a seguir:

**Quadro 1** – Relação entre o geomorfotopônimo e a representação do relevo feita pelos cartógrafos autores do acervo cartográfico usado neste trabalho. Fonte: adaptado de Gomes (2019, p. 181).

Topônimo	Representação do relevo no mapa de José Joaquim da Rocha(1777a)	Representação do relevo no mapa de 1821, realizado por Eschwege
Morro		

Em relação à origem linguística dos topônimos estudados, verificamos a presença majoritária de topônimos de origem portuguesa, correspondendo a 79% do total. O resultado revela-se compatível ao período de povoamento da Colônia, tendo em vista o domínio da Coroa portuguesa. O restante dos topônimos que integram o *corpus* do trabalho, ou seja, 21%, corresponde aos geomorfotopônimos de origem indígena tupi. Apesar da presença em menor número, reforçamos a importância desses topônimos, já que marcam a presença tupi no território ao evidenciar a presença de alguns aspectos da topografia do relevo por meio de termos indígenas. Verificamos, inclusive, que tais nomes sobreviveram por meio da toponímia, “principalmente, porque os geomorfotopônimos indígenas contemplados neste estudo seguiram figurando a localidade atual considerando alterações ortográficas ou mudança parcial do nome.” (GOMES, 2019, p. 184).

Sobre os acidentes geográficos é pertinente esclarecer que correspondiam ao período em que os mapas foram produzidos, ou seja, arraiais, capelas, paróquias, vilas, aldeias e registros/destacamentos.

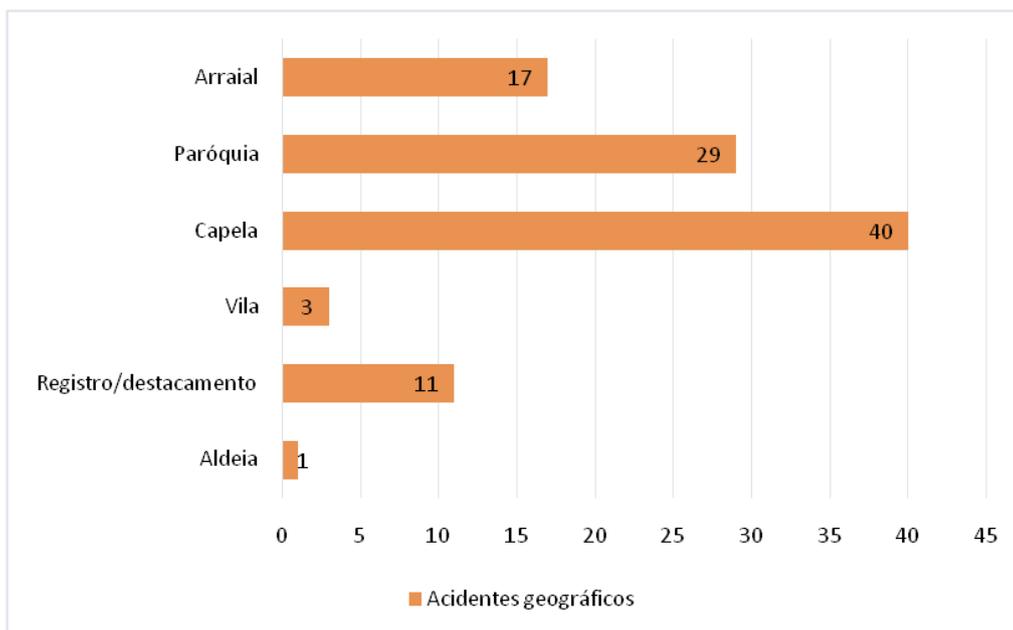


Gráfico 2 – Ocorrências de acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais.

Por meio do resultado apresentado no gráfico anterior, constatamos maior presença de arraiais nomeados por geomorfotopônimos, principalmente capelas, “o que indica que os traços geográficos que se associam ao relevo da região correspondem à motivação primitiva no ato de denominação, dado que nomeavam as primeiras povoações mineiras verificadas neste trabalho”. (GOMES, 2019, 210).

Em relação à análise da variação e mudança toponímica<sup>7</sup>, verificamos considerável permanência dos traços do relevo na Toponímia atual, o que indica a sua importância e relevância. Partindo da análise do topônimo histórico até a denominação atual<sup>8</sup>, apresentamos esse resultado por meio dos seguintes exemplos:

**Varição:(42%)**

**Gráfica/fonética:**

Ibituruna < Boturuna ~ Beroruna ~ Buturuna ~ Beturuna

Campo Belo < Campo Bello

Chapada ~ Xapada

Morro do Chapéo ~ Morro do Xapeo

<sup>7</sup> Para realizar essa análise utilizamos os pressupostos teóricos de Seabra (2016) e Dauzat (1926). De acordo com os linguistas, a variação corresponde às transformações ocorridas no topônimo e a mudança corresponde às substituições (GOMES, 2019, p. 196). Em relação às mudanças, segundo Seabra (2016, p. 137-154), o termo “mudança espontânea” é adotado quando a mudança se dá na língua após invasões ou conquistas de um território e “mudança sistemática” evoca, em geral, o nome de um soberano ou autoridades de uma região e é imposta com o objetivo de homenagear alguém.

<sup>8</sup> Utilizamos o símbolo > para indicar mudança e o símbolo ~ para indicar variação.

**Mudança espontânea: (26%)**

**Por substituição parcial dos itens léxicos:**

Campanha < Campanha da Princesa < V<sup>a</sup> Campanha da Princesa < Campanha < Campanha do R.º verde.

Conceição do Ibitipoca < Ibitipoca

Catas Altas da Noruega < Catas Altas < Catas Altas da Noruega < Noruega < Catas Altas da Noroega

Chapada do Norte < Chapada

**Mudança sistemática: (16%)**

Arinos < S. Anna < Morrinhos < Capela dos Morrinhos

Barão de Cocais < S. João < São João do Morro Gr. <sup>de</sup> < Morro Grande ~ Morro Gr<sup>de</sup>

Matias Cardoso < Morrinhos

**Manutenção: (16%)**

Serranos

Morro da Garça

Morro Vermelho < Morro Verm.º ~ Morro Vermelho

A análise dos dados e resultados obtidos permitiu considerar que os nomes de povoados e de traços geográficos, como montanhas e rios, tendem a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua (BYNON<sup>9</sup>, apud SEABRA, 2006, p.1957):

provavelmente, por corresponderem a importantes referências locativas, o que contempla, inclusive, uma das características gerais dos topônimos devido à função referencial locativa. Constatamos que os casos em que houve substituição total do geomorfotopônimo contemplam mudanças sistemáticas, que correspondem a homenagens, conforme apresentamos nas fichas lexicográficas. (GOMES, 2019, p. 202).

**Considerações finais**

Por meio da análise dos dados e resultados obtidos, afirmamos algumas hipóteses, como a presença de “Campo Belo” e “Vargem-Bonita”, que confirmam o interesse por traços do relevo que remontam à apreciação da paisagem. Veri-

---

9 BYNON, Teodora. Can there ever be a Prehistorical Linguistics? *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995, p. 263.

ficamos, também, a relação entre o topônimo e o ambiente nomeado, principalmente por meio da produtividade do topônimo “Morro”, marcando a presença dos morros desde o período de povoamento de Minas Gerais. Foi possível verificar, portanto, a presença e importância dos traços do relevo no período dos Setecentos e dos Oitocentos colonial e joanino, em Minas Gerais, por meio da toponímia. Ademais, explicitamos o valor do resgate toponímico, considerando a sua riqueza histórica e cultural, como o topônimo “Morro Grande” - atualmente a localidade figura “Barão de Cocais”. A análise dos topônimos históricos estudados apontou a permanência dos traços do relevo na toponímia atual, valendo-se de variações e mudanças parciais na nomeação, revelando a importância da preservação toponímica. Concluímos, portanto, que a manutenção dos nomes primitivos na toponímia consolida a preservação da história e cultura local. Acreditamos na válida contribuição do trabalho realizado para os estudos do léxico toponímico histórico de Minas Gerais, assim como, reiteramos que a pesquisa não se esgota aqui, fomentando o desenvolvimento de futurotrabalhos.

## Referências

- ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO. A. N; SEABRA. M. C. T. C. de. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 193-207.
- BYNON, Teodora. Can there ever be a Prehistorical Linguistics? In: *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995.
- DAUZAT, A. *Lesnoms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990b.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife: UFPE, 1999. p.119-148.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.91-117.
- GOMES, Marianna de Franco. *Geomorfotopônimos Históricos*. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em Disponível em: <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1993M.pdf>> Acesso em: ago. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: out. 2018.
- SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; COSTA, Antônio Gilberto

(Orgs.). *Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte/MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/index.html>>. Acesso em: set. 2019.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/home>> Acesso em: set. 2019.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de. Apresentação do Projeto: Registros cartográficos históricos: revelando o patrimônio toponímico de Minas Gerais do período Colonial e Joanino. In: SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/projeto>> Acesso em: set. 2019.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência – Ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 2 v.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES J. S. D., TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG. EDUFU, v.1, 2006. p. 1953-1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação e Mudança Linguística de Topônimos. In.: COSTA, D. S. S; BEMÇAL, D. R. (Org.). *Nos Caminhos do Léxico*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016, p. 137 -154.



## Roteiros e perfis de expedições científicas como fontes importantes para a toponímia de Minas Gerais no Brasil do século XIX

**Antônio Gilberto Costa**

Centro de Referência em Cartografia Histórica, Universidade Federal de Minas Gerais  
ag.costa@uol.com.br

**Márcia Maria Duarte dos Santos**

Centro de Referência em Cartografia Histórica, Universidade Federal de Minas Gerais  
mdsantosy@yahoo.com.br

### Resumo:

De modo geral, documentos cartográficos produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX constituem importantes fontes para estudos toponímicos e tem sido objeto de intensas pesquisas. No entanto, alguns desses documentos trazem consigo traçados de itinerários de viagens oficiais ou não, com propósitos administrativos ou de interesse científico, com frequência acompanhados por notas explicativas e perfis ainda pouco explorados. Visando uma contribuição para com esses estudos, algumas dessas notas e perfis com informações sobre regiões remotas do interior do território da América portuguesa ou do Brasil Império encontram-se em processo de pesquisa e resultados preliminares serão aqui apresentados. Seus autores, engenheiros militares, padres jesuítas, cartógrafos amadores, naturalistas ou não, eram quase sempre luso-brasileiros, no período colonial, mas de diferentes nacionalidades, considerando os que aqui estiveram, no período colonial, a partir de 1809, e no tempo do imperial. Os documentos aqui considerados, nesta comunicação, foram produzidos por naturalistas estrangeiros chegados ao Brasil após 1809 e que apresentavam alguma formação em Geologia, Engenharia de Minas, Geografia, Metalurgia e Botânica. Nesse grupo, destacaram-se naturalistas austríacos e alemães, que deixaram esses registros dos itinerários de suas expedições científicas, normalmente acompanhados por perfis descritivos com rico registro toponímico. Em ordem cronológica, serão considerados documentos produzidos pelo austríaco Johann Emmanuel Poh. Médico, era entomologista, botânico e geólogo e chegou ao Rio de Janeiro juntamente com a Arquiduquesa Leopoldina e os demais membros da missão em 7 de novembro de 1817. Empreendeu uma grande viagem por Minas Gerais e Goiás, entre 1817 e 1821. Contemporâneo de Pohl e de origem alemã, o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, era geólogo e engenheiro de minas, com conhecimentos na área da metalurgia. Deixou vários registros de roteiros e perfis de suas viagens, como o *Roteiro de Rio de Janeiro a Tijuco levantado por Ernesto Barão de Eschwege segundo as medições geométricas e observações astronômicas feitas em diferentes viagens pelo seu irmão G. Barão de Eschwege, no ano de 1811. Vila Rica 1º de Janeiro de 1813*. O documento consiste em um itinerário de viagem resultante dos deslocamentos do barão para a região das minas, até o centro do Distrito Diamantino. Por último serão consideradas as contribuições de um outro engenheiro de minas,

austríaco de Zalzburg, Virgil v. Helmreichen. Tendo chegado ao Brasil em 1836, e se mantido com recursos normalmente provenientes de seus trabalhos com empresas mineradoras, morreu em 1852 vitimado pela febre sem ter conseguido dar andamento ao seu projeto mais ambicioso, que consistia na produção de um perfil geológico entre o Atlântico e o Pacífico. No entanto, Helmreichen, explorou diferentes regiões de Minas Gerais, como os distritos de Serro do Frio e Minas Novas, esteve em regiões próximas aos rios São Francisco e Jequitinhonha e destacou ter sido o primeiro viajante com formação a visitar o distrito diamantífero da Serra de Grão Mogol. Em 06 de maio de 1846, em correspondência ao Sr. Bergrath Haidinger e antes de dar início à sua grande viagem para oeste, buscando ultrapassar a cordilheira dos Andes, que acabou apenas alcançando Assunção, no Paraguai, e que acabou por custar a sua vida, Helmreichen relatou uma das suas viagens a Minas, destacando a região mineira da Candonga e Morro Velho bem como sua presença na região da *Serrado Grão Magor*. Esses relatos foram levados ao conhecimento da Sociedade Amigos das Ciências Naturais de Viena por J. K. Hocheder, secretário da Real e Imperial Central de Engenharia de Minas da Áustria, na reunião do dia 05 de fevereiro de 1847. A comunicação foi intitulada *Virgil von Helmreichens Reise in Brasilien*. Por conta dessas andanças foram produzidos perfis ou seções geológicas que aqui serão detalhadas. Os resultados dessa pesquisa serão posteriormente transformados e apresentados em uma exposição permanente no Centro de Referência em Cartografia Histórica da UFMG.

**Palavras-chave:**

Toponímia Histórica, Cartografia Histórica, Perfis Geológicos, Minas Gerais.

## Análise toponímica da carta da Nova Lusitânia

**Paulo Márcio Leal de Menezes<sup>1</sup>**  
pmenezes@acd.ufrj.br

**Manoel do Couto Fernandes<sup>1</sup>**  
manoel.fernandes@ufrj.br

**Kairo da Silva Santos<sup>1</sup>**  
kairo.geo@gmail.com

**Fernando de Souza Antunes<sup>1</sup>**  
fer.souza.antunes@gmail.com

**Patrick Loss Oliveira<sup>1</sup>**  
patrickloss.ufrj@gmail.com

**José Gomes dos Santos<sup>2</sup>**  
jgs966@gmail.com

### Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da toponímia existente no exemplar de 1798 da Nova Lusitânia, bem como levantar questões sobre as diferenças encontradas nas demais versões, principalmente no que tange à diferenças ortográficas, quantidade de topônimos e alterações toponímicas

O mapa denominado “*Carta da Projecção Geographica Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa e Estado do Brazil*”, de 1798, juntamente com as versões, é sem dúvida um dos monumentos cartográficos desenvolvidos pela cartografia portuguesa do fim do século XVIII. Tendo como organizador o geógrafo, astrônomo e capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes Leme e um grupo listado em sua legenda de 34 personagens, entre astrônomos, geógrafos e engenheiros, que contribuíram para a sua construção. Nas demais versões, 1795, 1797 e 1803, apesar de não citados, acredita-se que a grande maioria dos colaboradores citados em 1798 também lá estivessem. Cabe aqui também citar os desenhadores Jozé Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, citados nas versões de 1797 e 1798. No entanto, o exemplar existente na *Bibliothèque Nationale de France* (BNF), apresenta seu título como *Carte de l’Amérique équinoxiale et du Brésil* e é indicada sua autoria para José Lopes dos Santos, pois é o nome que

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Departamento de Geografia– Instituto de Geociências. Laboratório de Cartografia – GeoCart, Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – 21941-916 – Cidade Universitária – RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Coimbra – Departamento de Geografia.

se encontra no encarte da Barra do Pará, em seu canto superior direito.

A metodologia aplicada ao trabalho foi definida pela extração dos topônimos através no exemplar de 1798. É importante salientar que a extração foi desenvolvida sobre uma cópia digital com resolução de 300 dpi. Os topônimos foram extraídos por análise visual em ArcGis, sendo categorizados através da legenda do mapa e de feições geográficas identificadas por seu termo específico. Cidades, vilas, freguesias, sítios, fortalezas, registros e lugares, foram reunidas sob um grande grupo denominado assentamentos. As minas de ouro e de ferro, assim como lavras, foram agrupadas sob extração mineral. Divisas internacionais, divisão de capitanias, foram agrupadas segundo limites. Caminhos, teve uma classificação única. As feições hidrográficas, tais como rios, córregos, lagos, lagoas, praias, barras, pontas, cabos, arroios, enseadas, ilhas, cachoeiras, baixios ou baixos, recifes e outras, foram agrupadas sob um grande grupo denominado hidrografia. Serras, morros, campos, vulcões, picos foram reunidos sob o grupo orografia. Finalmente os nomes de tribos, grupos ou famílias indígenas, foram agrupados sob o nome de etnias. Dessa forma criou-se uma visão em árvore, que pode ser densificada quando necessária. Cada uma das feições extraídas teve associada as suas coordenadas de mapa (X,Y), definidas pelo sistema do ArcGis, pois será um elemento comparativo com alguns dos demais exemplares. Nesta fase foram extraídos 4170 topônimos, porém existe ainda um volume relativamente grande, que devido aos problemas de degradação do mapa, dependerão das fases subsequentes para serem extraídos.

A segunda fase, a qual está em andamento, diz respeito a localização do topônimo e identificação dos topônimos nas demais versões. Está sendo testada para o exemplar da BNF e de Lisboa, uma transformação de coordenadas, tendo em vista os mapas serem de resoluções e dimensões diferentes, não se tendo chegado a uma melhor definição desse processo. Em relação ao mapa de Coimbra, por não haver uma digitalização completa de todo mapa em alta resolução, a análise está sendo elaborada visualmente, através das fotografias digitais tomadas pelo Prof. José Gomes da Universidade de Coimbra.

A terceira fase será definida pela classificação linguística, em espanhol, francês, inglês, português, indígena (procurando a identificação com a família indígena associada) ou híbrida, bem como se ocorreu algum tipo de alteração ortográfica.

Por último serão consideradas as mudanças de posição de topônimos, os quais deverão ser acompanhados de uma figura do local onde ocorreu a alteração. Topônimos faltantes em uma ou outra versão, como também a própria falta da feição geográfica (rios, praias, lagoas, etc), também serão reportados.

A fase final do trabalho será a configuração de um banco de dados, onde todos os resultados serão reunidos e disponibilizados para a pesquisa, através de uma página web.

**Toponímia e cartografia histórica de Minas Gerais – ampliando e revisando registros de um repositório digital de dados, do setecentos ao oitocentos joanino**

**Márcia Maria Duarte dos Santos<sup>1</sup>**  
mdsantossy@yahoo.com.br

**Antônio Gilberto Costa<sup>1</sup>**  
ag.costa@uol.com.br

**Maria Cândida Trindade Costa de Seabra<sup>1</sup>**  
candidaseabra@gmail.com

**Mariana De Franco Guedes<sup>1</sup>**  
marianna.de.franco@hotmail.com

**Sandra Maria Lucas<sup>1</sup>**  
sandrucasgeo@yahoo.com.br

**Amanda Guerra<sup>2</sup>**  
aegjgc@yahoo.com.br

**Maria Dulce de Faria<sup>3</sup>**  
mariadulcedefaria@gmail.com

**Resumo:**

Mapas, fontes de dados valorizadas por estudos geográficos e linguísticos, tem sido objeto de estudos recorrentes, relacionados ao território mineiro, pelo grupo de pesquisa Cartografia Histórica do Brasil e pelo Grupo Mineiro de Estudos Linguísticos, ligados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O levantamento e o tratamento de dados daquelas fontes, com vistas ao conhecimento da toponímia e da geografia de Minas, foram, entretanto, impulsionados com o desenvolvimento do projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*, entre 2014 a 2016. O projeto, financiado pelo CNPq (Processo nº 408869/2013-5), explorou quinze mapas e propiciou a identificação e as análises qualitativa e quantitativa, nas perspectivas cronológica e diatópica, de cerca de 2500 topônimos históricos, bem como sua organização em um banco de dados. O banco de dados, por sua vez, concernentemente aos objetivos da pesquisa, foi estruturado para armazenar os resultados das análises, que versaram sobre: os tipos de assentamentos da população (feições geográficas), en-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>2</sup> Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>3</sup> Fundação Biblioteca Nacional

contrados nas terras mineiras, a par da identificação da população indígena não aldeada pelos luso-brasileiros; os padrões motivadores do ato de nomear, referentes aos assentamentos populacionais e aos indígenas; as camadas dialetais presentes no conjunto desses nomes; e a permanência dos topônimos no território mineiro, hodierno, considerando a atualização dos mesmos. Sua organização foi considerada fundamental para, como se planejou, elaborar uma produção bibliográfica variada – comunicações em eventos científicos e de divulgação científica, artigos, atlas digital e exposições temáticas, no Centro de Referência em Cartografia Histórica, do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. A produção relacionada à pesquisa citada não esgotou o potencial das informações reunidas sobre os topônimos de Minas Gerais. Por essa razão, e pelo fato de ser sempre possível uma releitura dos dados levantados e interpretados, ponderou-se sobre a relevância de se disponibilizar tais informações aos interessados na cultura, na língua, na geografia e na história do território mineiro. Essas considerações ensejaram a reorganização do banco de dados e sua apresentação em um repositório digital, intitulado *Toponímia Histórica de Minas Gerais, Registros em Mapas dos Setecentos aos Oitocentos Joanino*, disponível em ambiente *web*, a partir de agosto de 2017. Neste trabalho, pretende-se apresentar, os resultados já alcançados com vistas à organização da segunda edição, ampliada e revista, do Repositório em questão, prevista para ser apresentada ao público em dezembro de 2019. No seu desenvolvimento, serão destacados a fundamentação teórica e os desafios metodológicos e técnicos, considerando, principalmente, algumas fases do tratamento dos dados, referentes ao uso de taxinomias: geográficas (definição dos tipos de acidentes e do seu posicionamento em circunscrições territoriais, político-administrativas, datadas historicamente, e as correspondentes atuais; e linguísticas (o estabelecimento da natureza, motivação e da origem dos topônimos). Serão enfatizadas, também, as razões, de ordem técnica, entre outras, relacionadas ao conteúdo do banco de dados e sua apresentação digital que determinaram a revisão da primeira edição. Por fim, será ressaltada a oportunidade representada pela identificação de oito novos mapas históricos sobre o território mineiro, que propiciou a ampliação da amostra das fontes de dados e do conhecimento toponímico, relativo aos períodos estudados.

**Palavras- Chave:**

Toponímia Histórica Mineira, Cartografia Histórica Mineira, Banco de Dados Históricos, Repositório Digital.

Tema 7  
Cartografia, Arquivos e  
Colecções Cartográficas



## **Digitalização e estudo das obras cartográficas de 1700 até 1822 da Biblioteca da Marinha: a cartografia na construção do Brasil independente**

**Terezinha de Fatima Puppim dos Reis**  
Marinha do Brasil  
terezinha.reis@marinha.mil.br

**Leniza Faria Lima Glad**  
Marinha do Brasil  
leniza@marinha.mil.br

**Marina Mayrink**  
Marinha do Brasil  
marinha.mayrink@marinha.mil.br

### **Resumo:**

Apresenta o projeto na área de cartografia histórica da Biblioteca da Marinha para comemoração do bicentenário da independência do Brasil. As atividades serão divididas em quatro ações, sendo elas: a digitalização e disponibilização online do acervo de mapas do período de 1700 a 1822, que estão sob a guarda da Biblioteca da Marinha; o Seminário de Cartografia Histórica (SCH) no segundo semestre de 2020; a edição de um livro impresso sobre a cartografia do Brasil setecentista, que reunirá o catálogo ilustrado dos mapas digitalizados e artigos sobre cartografia histórica e a exposição no Museu Naval “A cartografia na construção do Brasil independente”. As ações do projeto objetivam tornar esse rico acervo histórico disponível para consulta virtual, assim como aprofundamento no processo de territorialização brasileira por meio do estudo da cartografia do século XVIII, destacando papel estratégico que os mapas cumpriram.

### **Abstract:**

Introduce the project of the Brazilian Navy Library to commemorate the bicentenary of Brazilian independence. The activities will be developed in four actions: the digitization of our maps from 1700 to 1822, the Historical Cartography Seminar (SCH) and the print a book which will brought together the illustrated catalog of digitized maps, the articles about historical cartography as the catalog of the exhibition that will be placed in the Naval Museum “Cartography in the construction of independent Brazil”. The project aims to make this rich historical collection available for virtual consultation as well as encourage the study of the process of Brazilian territorialization present in cartography of the eighteenth century, highlighting the strategic role that maps played.

### **Palavras-chave:**

Cartografia histórica, Digitalização de obras cartográficas, Marinha do Brasil, Biblioteca da Marinha.

### **Introdução**

Com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento da terra e suas formas de representação, a Coroa portuguesa enviou diversas expedições de reconhecimento e descrição cartográfica para a então Terra de Santa Cruz. Desde as caravelas de Gonçalves Coelho, que cobriu vasta parcela entre o Rio Grande do Norte e a Cananéia em São Paulo, até as campanhas dos almirantes Roussin e Ernest Mouchez, o Brasil foi representado por diversos mapas e cartas náuticas,

revelando as maravilhas do nosso país. A Biblioteca da Marinha tem o privilégio de ser a guardiã de um inestimável acervo cartográfico histórico, que inclui algumas dessas obras que representam o Brasil.

A Biblioteca da Marinha criou o projeto “A cartografia na construção do Brasil independente”, que tem por objetivo dar luz ao seu acervo cartográfico, por meio da disponibilização on-line das obras e o fomento da discussão sobre a cartografia do século XVIII, inspirado no trabalho realizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, apresentado no livro *A Nova Lusitânia*. O período abrangido pelo projeto, de 1700 a 1822, destaca a grande produção de obras sobre o Brasil na cartografia portuguesa, até o ano de 1822, marco cronológico decorrente da data da independência, que alterou a origem e responsabilidade das obras da cartografia oficial posterior.

O bicentenário da Independência eleva a importância de debater sobre a trajetória histórica da formação do Brasil, por meio da difusão da coleção da Biblioteca da Marinha, que pretende fomentar ações para discussão e aprofundamento sobre a história do território Brasileiro, sua crescente importância política e econômica, seu processo de construção de unidade espacial, manifestado na produção historiográfica, geográfica e cartográfica.

No levantamento realizado na Seção de Mapoteca da Biblioteca da Marinha, foram selecionadas: 122 obras, dentre mapas impressos e manuscritos, insertos em 11 atlas ou dispostas em obras avulsas. O projeto propõe difundir esse rico acervo histórico para consulta em meio digital, por meio de livro impresso, através da realização de uma exposição e seminário de cartografia histórica. O que trará diversos benefícios, como a ampliação do acesso para o público, nacional e internacional, incentivando a produção intelectual, neutralizando barreiras físicas de acesso e valorização do patrimônio cartográfico luso-brasileiro.

É valioso ressaltar que a Marinha teve importante papel no reconhecimento e proteção dessa nova terra, considerando que do século XVI ao início do século XX a única forma de viajar para o Brasil era por meios náuticos. Por isso, devido à ativa participação da Marinha na história Brasileira, a Biblioteca da Marinha guarda verdadeiros tesouros, que só puderam ser acumulados por aqueles que fizeram parte da história.

### **O projeto**

A aproximação dos 200 anos da independência do Brasil, desperta o desejo de comemorar tão importante data, razão pela qual foi criada a Comissão Interministerial Brasil 200 anos, coordenada pela Secretaria Especial de Cultura, da qual o Ministério da Defesa faz parte. De acordo com as diretrizes da Secretaria Especial de Cultura, a organização das ações culturais deverá seguir os seguintes pontos fundamentais: reflexão sobre a trajetória histórica dos 200 anos do Brasil independente; promoção de concursos para projetos específicos de celebração para o bicentenário e, por último, envolvimento da sociedade nas comemorações. O reexame da trajetória histórica busca fazer com que a sociedade repense como o País foi construído, que instituições foram criadas e sobre os percursos e percalços ocorridos ao longo dos séculos. O intuito é instigar a reflexão sobre concepções preestabelecidas a respeito dessa data histórica e evidenciar a participação da Marinha na construção de territorial do país independente.

Por meio do estudo da cartografia do século XVIII, pretende-se aprofundar no processo de territorialização brasileira, destacando papel estratégico que os mapas cumpriram na mediação, projeção e legitimação da soberania sobre o espaço (KANTOR; BUENO; FERLINI, 2009).

O projeto faz parte de um programa de atividades, que engloba quatro ações: a primeira ação é a digitalização do acervo de mapas do século XVIII e início do século XIX sobre o Brasil, que estão sob a guarda da Biblioteca da Marinha, assim como a disponibilização na internet. A segunda ação será o estudo desse acervo, assim como a discussão sobre a cartografia do período, fomentando o conhecimento e culminando no Seminário Cartografia Histórica (SCH). As discussões produzidas pelo SCH subsidiarão a terceira e a quarta ação, que correspondem na montagem da exposição no Museu Naval “A cartografia na construção do Brasil independente” e o lançamento de livro que reunirá o catálogo ilustrado dos mapas digitalizados e artigos sobre a formação territorial do Brasil sob a luz da ciência cartográfica respectivamente.

A digitalização de obras as torna acessíveis à ampla consulta virtual, documentos cartográficos históricos, que hoje só podem ser consultados *in loco*, poderão ser acessados de qualquer lugar do mundo. Ampliar o acesso às publicações favorece a pesquisa e preserva a memória do país, além de fomentar o desenvolvimento intelectual, o conhecimento e a consciência marítima brasileira.

Segundo Iris Kantor (2009), os mapas vertebram o conhecimento sobre o espaço, dando corporeidade ao território, eles selecionam, recortam, nomeiam uma natureza descontínua e ilimitada, dando-lhe tangibilidade e legitimando a soberania do Estado. Sob a luz da cartografia, é possível trazer a discussão sobre a formação do Estado Brasileiro desde a era colonial até Independência analisando sua trajetória histórica. Tendo em vista as diretrizes para comemoração do bicentenário da Independência, propostas pela Secretaria Especial de Cultura, o projeto está alinhado com as reflexões recomendadas.

## **A Biblioteca da Marinha**

A história da Biblioteca da Marinha começa muito antes de sua inauguração, tendo início em 1802 em Lisboa, com a criação da Bibliotheca da Academia Real dos Guardas-Marinhas que fundamentou o seu acervo para formação dos Oficiais da Marinha Portuguesa. Com a transferência da Corte Portuguesa em 1808, também foi transferida para o Brasil a Academia Real dos Guardas-Marinhas e sua biblioteca. Após a consolidação dos acordos culminados pela independência, o Brasil permaneceu com o acervo da Academia Real dos Guardas-Marinhas, acervo esse que deu origem à Biblioteca da Marinha. Criada pelo decreto nº 479, de 17 de outubro de 1846, a Biblioteca da Marinha foi estabelecida inicialmente no Arsenal da Marinha da Corte e tinha como finalidade “ministrar os meios de uma instrução variada aos oficiais da armada, aos de Artilharia de Marinha e aos oficiais empregados nas repartições” (IMPÉRIO DO BRASIL, 1846, p. 143). O acervo inicial era composto por obras científicas da Bibliotheca da Academia Real, roteiros e mapas antes, pertencentes a diversos arquivos de repartição da Marinha.

Com o cruzar dos anos, a Biblioteca da Marinha passou por várias mudanças de subordinação, sendo em 1953 incorporada pelo Serviço de Documentação da Marinha (SDM). Em 2008, por meio da Portaria nº 209/MB, o SDM passou a denominar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). A DPHDM tem como missão preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira.

Em fevereiro de 1999, a Biblioteca foi transferida para o atual prédio (tombado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) localizado na Rua Mayrink Veiga, nº 28, Centro, Rio de Janeiro, para que pudesse acondicionar melhor o seu acervo e prover um atendimento mais abrangente e eficiente aos seus usuários.

Com um acervo de aproximadamente 110 mil exemplares, entre livros impressos e digitais, folhetos, periódicos e mapas, a Biblioteca da Marinha é especializada nas áreas de História Geral, História do Brasil, História Naval, História Militar, Navegação, Ciências náuticas e Cartografia. Possui, também, uma coleção de obras raras e preciosas de inestimável valor histórico, tanto para a Marinha quanto para a cultura brasileira, que abrange do século XVI ao século XX.

Visando ampliar o acesso aos acervos das bibliotecas pertencentes à Marinha do Brasil, no ano de 2003, a Biblioteca da Marinha criou a Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede Bim) disponibilizando para consulta, pela internet e intranet, os acervos das 44 bibliotecas espalhadas por todo o Brasil. Ainda com o objetivo de aumentar a visibilidade das bibliotecas e ampliar os serviços oferecidos, em 2018 foi lançado o Repositório Institucional da Produção Científica da Marinha do Brasil (RI-MB), que é a base de dados que disponibiliza a produção científica originada nas instituições científicas, tecnológicas e do sistema de ensino naval.

### **A digitalização como agente de preservação e promoção das obras cartográficas**

Os registros de memória da humanidade devem ser preservados e acessíveis às gerações atuais e futuras, tornando-se prenúncios de sua ação, objetos de reflexão e fontes de pesquisa. A Biblioteca da Marinha tem o privilégio de ser a guardiã de um inestimável acervo, no entanto, como bem define o conservador da Fundação Biblioteca Nacional, Jayme Spinelli Junior, (1997, p.18) “os acervos das bibliotecas são basicamente constituídos por materiais orgânicos e, como tal, estão sujeitos a um contínuo processo de deterioração”. Nesse contexto a preservação se faz extremamente importante, visto que ela tem por objetivo utilizar-se de métodos técnicos científicos para reduzir, tanto quanto possível, o ritmo deste processo.

São diversos os agentes de deterioração dos acervos, como “sua própria estrutura química, umidade, temperatura, incidência de luz, insetos, roedores e principalmente a ação do homem, pelo manuseio inadequado” (GREENHALGH, 2011, p. 161 *apud* REIFSCHNEIDER, 2008, p. 67). Nesse contexto, a digitalização evita que as obras originais sejam consultadas, resguardando-as do manuseio frequente. É importante lembrar que com a digitalização não se pretende descartar as obras originais e sim preservá-las. Como aponta Nardino e Caregnato (2005), o documento eletrônico

deve ser colocado como um novo suporte para o registro de informações, que surge não para substituir o material original, mas para complementá-lo em suas limitações.

Além da comprovada vantagem em relação à preservação, a digitalização proporciona a difusão do acervo por meio da “ampliação do acesso à coleção, possibilitando que o material seja consultado sem a presença do usuário na biblioteca física, através do acesso remoto, realizado de qualquer lugar do mundo, desde que haja conexão em linha” (GREENHALGH, 2011, p. 161). Com o uso da tecnologia, através do processo de digitalização, as obras ganham novas formas de acesso, podendo alçar vôo da sala fechada e lançar-se no espaço virtual. (NARDINO; CAREGNATO, 2005). A imagem digital é um recurso para difusão, segurança, preservação e salvaguarda dos acervos

### **Seminário de Cartografia Histórica**

O objetivo das bibliotecas é salvaguardar e preservar o seu acervo, no entanto, tão importante como a preservação das obras é dar acesso ao seu conteúdo. Uma coleção inacessível não cumpre seu papel de subsidiar a construção do conhecimento. Entretanto é importante ressaltar que dar acesso é mais do que somente abrir as portas do salão de leitura, mas também promover ações que divulguem e ampliem o uso dos seus acervos, considerando sempre a segurança.

Sendo assim, a Biblioteca da Marinha, além do papel de instituição de guarda, também desenvolve o seu papel de disseminadora do conhecimento. A realização do Seminário Cartografia Histórica (SCH) tem por objetivo discutir, através da representação cartográfica, a construção territorial do Brasil no período entre 1700 a 1822, explorando os usos políticos da cartografia em negociações internacionais e o processo de coleta, sistematização e elaboração de mapas, promovendo a divulgação da produção do conhecimento na área de cartografia histórica, assim como, enaltecendo a cartografia no âmbito das comemorações do bicentenário da independência do Brasil.

O seminário será um evento de um dia, que ocorrerá no segundo semestre do ano de 2020. Os eixos temáticos serão: o uso político da cartografia no século XVIII e XIX; a cartografia na formação e delimitação dos territórios portugueses na América do sul; a iconografia das obras cartográficas; os cartógrafos militares do século XVIII; coleções cartográficas e o uso do mar para a cartografia do século XVIII.

O evento será voltado para pesquisadores e estudiosos da área da Cartografia Histórica e de outras áreas afins como Geografia, Geologia, História, Arquitetura, bem como profissionais de bibliotecas, arquivos e museus.

As discussões produzidas pelo SCH subsidiarão a terceira e a quarta ação, que correspondem na montagem da exposição no Museu Naval “A cartografia na construção do Brasil independente” e o lançamento de livro que reunirá o catálogo ilustrado dos mapas digitalizados e artigos sobre a formação territorial do Brasil sob a luz da ciência cartográfica respectivamente.

## **Exposição**

Promover atividades culturais e de extensão, que envolvam o uso das obras cartográficas sobre o Brasil, amplia a visibilidade do projeto, oferecendo para o público geral a possibilidade de entrar em contato, admirar e entender os usos e a importância desse gênero documental. A exposição terá por objeto o acervo cartográfico da Biblioteca da Marinha, de 1700 a 1822, de forma que apresente à sociedade mais uma forma de participar das comemorações do bicentenário da independência do Brasil.

Com o tema “A cartografia na construção do Brasil independente”, a exposição se apoiará seu projeto curatorial nos resultados das pesquisas apresentados no Seminário de Cartografia Histórica (SCH), determinando assim, os critérios para a escolha, seleção e apresentação das obras e dos recursos da exposição. Será privilegiado o uso da imagem digital como recurso de difusão, segurança, preservação e salvaguarda.

## **Livro**

O livro será um compilado dos textos do seminário, assim como reunirá as obras digitalizadas e suas referências. A criação do livro impresso, que inclui o catálogo das obras, documentará a iniciativa, perpetuando o conhecimento sobre as obras e os assuntos retratados. Além disso atuará como um multiplicador dos resultados do trabalho, dando amplo conhecimento dos produtos do projeto, disseminando o conhecimento sobre cartografia histórica e atuando como ferramenta para a educação e transformação. O objetivo será lançá-lo em 2022 junto com a inauguração da exposição.

## **Seleção das obras**

A Biblioteca da Marinha possui extenso acervo cartográfico, para selecionar as obras a serem digitalizadas e conseqüentemente fazerem parte do projeto foram utilizados alguns critérios, tais como: atlas, mapas, plantas ou cartas onde estão representados os espaços geográficos que fazem ou fizeram parte do território brasileiro; obras manuscritas ou impressas; obras datadas ou com data atribuída do período entre 1700 a 1822 (no caso de mapas insertos em atlas a data de referência foi a da edição do atlas); obras avulsas, insertas em atlas ou em atlas factícios. Após a aplicação dos critérios, foram selecionadas 112 obras para digitalização.

## **Atlas**

BELLIN, Jacques Nicolas. **Le petit atlas marine**: recueil de cartes et plans des quatre parties der monde, en cinq volumes. Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 atlas (5 v.).

BELLIN, Jacques Nicolas. **Hydrographie françoise**: recueil des cartes marines générales et particulieres dressées au Dépôt des cartes, plans et journaux, par ordre des Ministres de la Marine, depuis 1737 jusques en 1772. Paris: Dépôt Général de Cartes et Plans de la Marine, 1784. 1 atlas (2 v.).

APRÈS DE MANNEVILLE, Jean Baptiste Nic. Denis d'. **Le Neptune oriental**: dédié au roi. A Paris: Demonville, Brest, Malassis, 1775. 1 atlas (2 v.).

BONNE, Rigobert; DESMAREST, Nicolas. **Atlas encyclopédique**: contenant la géographie ancienne, et quelques cartes sur la géographie du moyen age, la geographie moderne, et les cartes relatives a la géographie physique. A Paris: Hôtel de Thou, 1787-1788. 1 atlas (2 v.).

DUNN, Samuel. **A new directory for the East Indies**: containing general and particular charts of the oceans, seas, straits, coasts, islands, capes, gulfs, bays, harbours, rocks, sands, soundings & c., necessary to be known in failing to, from and throughout the East Indies the Whole (originally begun and carried on from the most approved charts and plans. 6.ed. London: W. Gilbert, 1790. 1 atlas em 64 f.

JAMES WHITTLE AND RICHARD HOLMES LAURIE. **A new and elegant imperial sheet atlas comprehending general and particular maps of every part of the world**: principally compiled from the great French atlas, and others of the most distinguished geographers in Europe, forming the completest collection of single sheet maps hitherto published and rendered particularly convenient by opening without folds. A new ed. comprising fifty-five maps: beautifully coloured. London: Laurie & Whittle, 1814. 1 atlas.

LA PÉROUSE, Jean-François de Galaup comte de; MILET-MUREAU, L. A.; MOURELLE DE LA RÚA, Francisco Antonio; PINGRÉ, Alexandre Guy. **Atlas du voyage de La Pérouse**. A Paris, L'Imprimerie de la République, 1789. 1 atlas em 69 f. de estampas.

MOITHEY, Maurille Antoine; CHRYSOLOGUE DE GY. **Atlas de l'Europe et du l'Amerique**. Paris: Chez Grepí, 1789, 1 atlas.

NORRIS, Robert; WOODVILLE, William; DALZEL, Archibald. **The African pilot**: being a collection of new and accurate charts, on a large scale of the coasts, islands, and harbours of Africa, from the straits of Gibraltar to Cape Negro, including also the Atlantic and Southern Oceans. London: R. Sayer, 1795. 1 atlas em 13 f.

### **Cartas náuticas impressas**

BELLIN, Jacques Nicolas; DALRYMPLE, Alexander. **Plan of Isle Grande: & the adjacent parts of the Coast of Brazil.** [s.l.]: [s.n.], 1783. 1 mapa, 29x68 cm.

BUACHE, Philippe. **Carte de la partie de l'Ocean vers l'Equateur entre les cotes d'Afrique et d'Amerique où la situation des isles, bancs, et vigies, montre que'les peuvent être soit la disposition du fonds de la Mer, entre les deux Continents, soit la cause des variétés observées dans les Courants de ces Mers.** Paris: Academie Royale des Sciences, 1737. 1 mapa entelado em morim, color., 49x65cm.

COSTA, Joze Joaquim Victorio da. **Barra Austral do Amazonas: e seus canaes até ao seu concurso em frente de Chaves levantada pelo Capitão de Fragata Joze Joaq.m Vit.o da Costa sobre hua serie de triângulos encaeados sobre uma serie de triangulos encadeados sobre duas bazes medidas de medida em 1801.** [s.l.]: [s.n.], 1801. 01 mapa, 55x98 cm.

DELAROCLETTE, L.; THOMPSON, Edward V. **The Coast of Guyana: from the Oroonoko to the river of Amazons and the Inland parts, as far as they have been explored by the French with the Islands of Barbadoes Tobago &ca from the observations of Capitain Edward Thompson made in the Hyaena in the year 1781, when he commanded in the rivers Berbice, Essequibo, and Demerari, and governed those Colonies after Conquest from the Dutch.** London: 1783. 1 mapa, color., 20x68 cm.

DESSIOU, J. Foss. **A chart of the Ethiopic or Southern Ocean, and part of the Pacific Ocean: from the Parallel of 3 Degrees. North, to 56°, 20', South Latitude, and from 20°, East, to go, West Longitude. Drawn from the latest observations of the Spanish, Portuguese and Dutch Astronomers: shewing the track of the Warley, east Indiaman, outward & homeward, in the years 1805 & 6.** London: W. Faden, 1808. 1 mapa; 60x91cm.

ESPINOSA, José de. **Carta General del Oceano Atlantico Meridional: construida con preseca de las publicadas por la Direccion Hydrografica de Madrid, y otros conocimientos modernos.** London: Direccion Hydrografica de Madrid, 1810. 01 mapa entelado em morim, 87x60cm.

HEATHER, William; STEPHENSON, John. **A New chart of the coast of Brazil from Maranham to Rio de Janeiro drawn from the latest surveys.** [s.l.]: [s.n.], 1810. 1 mapa entelado em morim, 64x1,32cm.

JAMES WHITTLE AND RICHARD HOLMES LAURIE. **A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian: with the islands and soundings in the offing.** London: Laurie & Whittle, 1794. 1 mapa, 89x58cm.

JEFFERYS, Thomas. **Chart of South America:** comprehending the West Indies, with the Adjacent Islands, in the Southern Ocean, and South Sea. London: [s.n.], 1775. 1 mapa entelado em morim, 54x62 cm.

LÁNGARA, Juan de. **Carta esferica de las costas de la America Meridional desde el paralelo 36° 30' de latitud S. hasta el Cabo Hornos.** [Madrid]: Deposito Hidrografico, 1798. 1 mapa entelado em morim, 96x61cm.

NORIE, J. W.; MAITLAND, John; MORTIMER, Eduardo Fleury; OSBOURNE, Alan. **The Southern Atlantic Ocean.** London: Heather and Williams, 1799. 1 mapa entelado em morim, 93 x 125cm.

NORRIS, Robert; SAYER, Robert Impressor.; BRIEN, Robert O. **Plan of the island of Fernand de Noronha/ from a french survey compared with the survey made by the Colchester man of war, in 1760.** London: 1793. 1 mapa entelado em morim, color., 48 x 60 cm.

ROUSSIN, Albin-Reine baron; GIVRY, Alexandre-Pierre; CLERMONT-TONNERRE, Aimé Marie Gaspard de Duc de; TARDIEU, Ambroise; BESANÇON. **Carte réduite des Ilots et du Canal des Abrolhos, situés à la Côte du Brésil levée en 1819:** dans la Campagne de la Corvette la Bayadère et du Brick le Favori, por M.M. Givry, Ingénieur-Hydrographe de la Marine, Chevalier de la Légion d'Honneur et les Officiers de la Corvette, Sous les Ordres et la Direction de M.le Baron Roussin, Capitaine de Vaisseau, Officier de la Légion D'Honneur, Chevalier de S.t Louis et de S.t Wolodimir de Russie Chef de l'Expédition. Publiée par ordre du roi Sours le Ministère de Son Excellence M.le Marquis de Clermont-Tonnerre Pair de France, Secrétaire d'Etat au Département de la Marine et des Colonies. Au Dépôt-général de la Marine, 1822. Paris: Dépôt-Général de la Marine, 1822. 1 mapa, 61x91cm.

ROUSSIN, Albin-Reine baron; GIVRY, Alexandre-Pierre; CLERMONT-TONNERRE, Aimé Marie Gaspard de Duc de; TARDIEU, Ambroise; BESANÇON. **Plan du mouillage situé au nord-ouest de L'Ile Santa Catharina à la côte du Brésil levé en 1819:** dans la Campagne de la Corvette la Bayadère et du Brick le Favori, por M.M. Givry, Ingénieur-Hydrographe de la Marine, Chevalier de la Légion d'Honneur et les Officiers de la Corvette, Sous les Ordres et la Direction de M.le Baron Roussin, Capitaine de Vaisseau, Officier de la Légion D'Honneur, Chevalier de S.t Louis et de S.t Wolodimir de Russie Chef de l'Expédition. Publiée par ordre du roi Sours le Ministère de Son Exc. M.le Marquis de

Clermont-Tonnerre Pair de France, Secrétaire d'Etat au Département de la Marine et des Colonies. Au Dépôt-général de la Marine, 1822. Paris: Dépôt-Général de la Marine, 1822. 1 mapa, 90x60cm.

ROUSSIN, Albin-Reine baron; GIVRY, Alexandre-Pierre; CLERMONT-TONNERRE, Aimé Marie Gaspard de Duc de; TARDIEU, Ambroise. **Carte Réduite de la côte du Brésil Comprise entre l'île Santa Catharina et le Cap Frio Levée en 1819:** dans la Campagne de la Corvette la Bayadère et du Brick le Favori, par M.M. Givry, Ingénieur-Hydrographe de la Marine, Chevalier de la Légion d'Honneur et les Officiers des deux Bâtiments, Sous les Ordres et la Direction de M.le Baron Roussin, Capitaine de Vaisseau, Officier de la Légion d'Honneur, Chevalier de S.t Louis et de S.t Wolodimir de Russie Chef de l'Expédition. Publiée par ordre du roi sous le Ministère de Son Exc.M.le Marquis de Clermont-Tonnerre Pair de France, Secrétaire d'Etat au Département de la Marine et des Colonies. Au Dépôt-général de la Marine, 1822. Paris: Dépôt-Général de la Marine, 1822. 01mapa, 61x91cm.

ROUSSIN, Albin-Reine baron; GRESSIER, Chales-Louis; CLERMONT-TONNERRE, Aimé Marie Gaspard de Duc de; TARDIEU, Ambroise; BESANÇON; DULER, Joseph; BRAULT, L.; ROBIN. **Plan de l'Embouchure de la Rivière de Cayenne et des Mouillages extérieurs levé en mars 1820:** dans la Campagne de la Corvette la Bayadère et du Brick Le Favori, par M. M. Gressier Ingénieur Hydrographe de la Marine et les Officiers du Brick, sous les Ordres et la Direction de M. le Baron Roussin Capitaine de Vaisseau, Officier de la Légion d'Honneur, Chevalier de St. Louis et de St. Wolodimir de Russie Chef de l'Expédition. Publié par ordre du Roi sous le Ministère de Son Excellence M. le Marquis de Clermont-Tonnerre. Pair de France, Secrétaire d'Etat au Département de la Marine et des Colonies. Au Dépôt-général de la Marine. 1822. Paris: Dépôt-Général de la Marine, 1822. 1 mapa, 58x89cm.

**South America east coast Plans on the North and East Coasts of Brazil.** London: Malby & Sons, Lith., 1899. 1 mapa entelado em morim, 64x84 cm.

### **Cartas náuticas manuscritas**

BLASCO, Miguel Angelo de. **Carta hydrografica da Ilha de Sta. Catharina:** tirada e feita por Dom Miguel de Blasco Ajudte. Engero. 1768. 01 mapa ms., 45x1,18 cm.

CARTA plana da Costa do Brazil: que comprehende entre as salinas e o cabo do norte e Ilhas adjacentes que corre para a boca do Rio dos Amazonas e Rio do Para. 1793. 01 mapa ms., 64x94 cm.

PATRICIO DE SOUZA, Jozé. **Entrada oriental do Amazonas ou rio D'Para:** apresentada a sociedade Real Maritima 1801. 1 mapa ms, 63,5x59cm.

PATRICIO DE SOUZA, Jozé. **Nova e correcta carta da costa septentrional do Brazil desde a Jericoara, athe ao Pará e uma deguerçam athe ao C. D. Norte:** apresentada a Sociedade Real Marítima Militar e Hydrografica e Geografica. 1799. 1 mapa ms., 65x1,00 cm.

PATRICIO DE SOUZA, Jozé. **Novo e exacto plano da costa do Brazil desde o fim de lançoes grandes athe a ilha de S. João.** Archivo Militar, 1790. 1 mapa ms., 73x52 cm.

PENHA JUNIOR, Lauriano José Martins. **Mappa do plano do forte que fica para a parte do sul da Ilha da Trindade o qual foi eregido pelos ingleses para a defesa da praia e porto do mar n'aquella parte da ilha em 1783.**1783. 1 mapa ms., color., 44 x 50 cm.

PINHEIRO, Simão Antonio da Roza. **Carta náutica do Atlântico, abrangendo o sudoeste da Europa, as costas do Brasil e da África Occidental.** Rio de Janeiro: 1776. 1 mapa ms., color., 88x76 cm.

PORTUGAL, José Fernandes. **Plano da Ilha de Fernao de Noronha:** proxima da costa do Brasil. 1798. 1 mapa ms, 59x75 cm.

PORTUGAL, José Fernandes; SEVERIM, Pedro. **Plano das enceadas de Jaraguá e Pajuçara:** apresentado ao Illm<sup>o</sup> Senhor Pedro Séverim Cavalleiro proreso na ordem de São Bento de Avis, Fidalgo da Caza de sua Magestade, Chefe de Esquadra da Armada Real, Intendente da Marinha da Capitania de Pernambuco, e Deputado da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real. 1803. 1 mapa ms., il.color., 61X43 cm.

PLANTA da Barra da Villa do Rio Grande de S.Pedro do Sul: no primeiro de novembro. e 1820.1820. 1 mapa ms., 32x25cm.

PLANO de la Ysla de Santa Catalina: y parte dela Costa del Brasil. [s.l.]: [s.n.], 1803. 1 mapa ms., il.color., 56x95 cm.

PORTUGAL, José Fernandes. **Plano da Ilha de Fernao de Noronha:** proxima da costa do Brasil. 1798. 1 mapa ms entelado em morim, 59x75 cm.

SANTÍSSIMA TRINDADE, José da Bispo. **Plano do Porto e Rio da Paraíba:** feito e de Leniado por Joze da Trindade em o anno de 1799. 1799. 1 mapa ms., 34,5x35 cm.

SÁ, Pedro Borges Correa de; CAMPBELL, Donald P; REYS, Manoel Martinz do Couto. **Plano do Porto Alerta:** formado pella Ilha de Cabo Frio, com as pontas e enceadas do Continente, tirada das observaçoens que nas mesmas Ilhas

fez o Illmo. Sr. Donald Campbell Chefe de Devizão e Come. da Esquadra d' America, no mez de Dezbro de 1800, e dos planos de terra firme do Tenente Coronel M.el Miz do Couto Reys. 1803. 1 mapa ms., il.color., 37x49 cm.

TRINDADE, Joze da Bispo. **Plano da entrada da Barra do Para:** que comprehende desde a Ponta da Murandella athe a Boca do Rio Môju com todas as Ilhas, Baixos, Sondas. oBservadas por Ordem Do Ex.mo Snr Govern.or e Capp.am Gen.al do Estado do Pará. 1793. 01 mapa ms; 72x101 cm.

TRINDADE, Joze da Bispo. **Plano da entrada da Barra do Para:** que comprehende desde a Bahia de Santo Antonio athe a Boca do Rio Môju com todas as Ilhas, Baixos, Sondas. oBserv.por Ordem Do Ex.mo Gover.or e Capp.am Gen.al do Estado do Pará. 1793. 1 mapa ms., 69x1,00 cm.

#### **Mapas Fac-símile**

VAN DECK, Joseph Rolleen. **Planta topographica do Porto do Ryo de Janeyro., com suas sondas em palmos craveiros:** oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor D. João, Cap.am General dos Gallioens de Alto bordo, do mar Occeano. 1758. 1 mapa, fac-símile, 70 x 52 cm.

AA, Pieter van der; ACOSTA, José de. **America, of Nieuw-Ontdekte Weereld:** tot de Beschryving van Joseph D' Acosta afgebakend. Leyden: [s. n.], 1684. 1 mapa: il., color., fac-símile, 20 x 30cm.

CASSINI, Giovanni Maria. **L'America secondo le ultime osservazioni divisa ne'suoi stati principali.** [Roma]: Presso la Calcografia Camle, [1788]. 1 mapa, il., color., fac-símile, 34 x 47 cm.

REIS, J. A. dos.; RIVARA, J. C.; SOUTO, Paulo dos Santos Ferreira. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro:** levantada por ordem de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808 : feliz e memoravel epoca da sua chegada á dita cidade. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1812. 1 mapa, fac-símile, 92 x 122cm.

SEUTTER, Albrecht Carl. **Planisphaerium Coeleste.** Augsburg: Anjezo im Verlag bey Tobias Conrad Lotter, [17--?]. 1 mapa: il., color., fac-símile, 20 x 26 cm.

VALCK, Gerard. **Orbis terrarum nova et accurata tabula.** Amsterdam: [s.n.], [1713]. 1 mapa: il., color., fac-símile, 48 x 57cm.

## Mapas impressos

ALLARD, Carel. **Planisphaeium terrestre, sive terrarum orbis/ planisphaericè constructi repraesentatio quintuplex:** adjunctis aliquibus astronomicae geographiae tyrociniis. Amsterdam: [s.n.], [1700?]. 1 mapa: color., 42 x 48cm.

A NEW and correct chart of the Western and Southern Oceans: shewing the variations of the compass according to the latest and best observations. London: [s.n.], 1744. 1 mapa entelado em morim, 58x50 cm.

ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d',; GRAVELOT, Hubert François; GUILL, Delahaye. **Amérique Méridionale:** publié sous les auspices de monseigneur le Duc D'Orleans premier prince du sang. A Paris: 1748. 1 mapa em 3 partes, color., 78X42,5cm.

ANVILLE, Jean Baptiste Bourguignon d'. **A map of South America containing tierra-firma, Guayana, New Granada, Amazonia, Brasil, Peru, Paraguay, Chaco, Tucuman, Chili and Patagonia:** from Mr. D'Anville with several improvements and additions, and the newest discoveries.. London: Laurie & Whittle, 1794. 1 mapa: entelado em morim, 100x1,18cm.

APRÈS DE MANNEVILLETTE, Jean Baptiste Nic. Denis d'. **Plan de la Baye et du Port de Rio-janeiro:** Situé a la Côte du Brésil par 22d54m10s. de Latitude Meridionale et par 45d. 5m. Longitude Occidentale Méridien de Paris. Levé Géométriquement en 1730, Verifié par l'Auteur em 1751. A Paris: Demonville, Brest, Malassis, 1751. 1 mapa, 49x32cm.

BAKER, E; BOURNE, E. South America with its Political Divisions: **Compiled from State Papers and Observations Astronomical, Nautical and Historical.** London: [s.n.], 1806. 1 mapa, il.color., 52x61cm.

BELLIN, Jacques Nicolas; MACHAULT D'ARNOUVILLE, Jean Baptiste de. **Carte reduite des parties connues du globe terrestre:** dressée au dépost des cartes plans at journaux de la marine pour le service des vaisseaux du roy Par ordre de M. de Machault garde des sceaux de France ministre et secretaire d'Etal aiant le departement de la marine. MDCCLV. Augmentée des nouvelles Decouvertes en 1784. Paris: Dépôt Général de Cartes et Plans de la Marine, 1784. 1 mapa; 55x83 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Amerique Meridionale.** Paris: França.Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 20x17 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte de l'Amerique et des mers voisines**. Paris: França.Dépôt de la Marine, 1763. 1 mapa, 46x30 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte de la Baye de Tous les Saints a la Coste du Bresil**. Paris: França.Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 22x18 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte des variations de la boussole et des vents généraux que l'on trouve dans les mers les plus fréquentées**: dressée au Depost des Cartes de la Marine pour le service des Vaissenaux du Roy par ordre de M. Le Duc de Choiseul, Colonel Général des Suisses et Grisons Ministre de la Guerre et de la Marine par S. Bellim Ingenieur de la Marine Censeur Royal de l'Academie de Marine et de la Societé Royale de Londres M. DCC. LXV.. Paris: França.Dépôt de la Marine, 1765. 1 mapa entelado em morim, 55x88cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte du Brésil. Prem. Partie**: Depuis la Riviere des Amazones, jusqu'à la Baye de Tous les Saints. Paris: França.Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 22x30 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte Réduite de L'Ocean Méridional**: contenant toutes les costes de l'Amérique méridionale depuis l'Equateur jusqu'au 57 degré de latitude Et les costes d'Afrique qui leur sont opposées Pour servie aux vaisseaux français Dressée au depost des cartes palns et journaux de la marine par ordre de M. Rouillé ministre et secretaire d'Etat ayant le département de la marine. Paris: Dépôt Général de Cartes et Plans de la Marine, 1753. 1 mapa: il.color. ; 55 X 87cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Carte réduite des costes de la Guyane, depuis la rivière d'Orenoque jusqu'au Cap de Nord à l'entrée de la riviere Amazones**. Paris: Lahure, 1760. 1 mapa, 39x61cm.

BELLIN, Jacques Nicolas; MACHAULT D'ARNOUVILLE, Jean Baptiste de. **Carte reduite des parties connues du globe terrestre**: dressé au dépost des cartes plans at journaux de la marine pour le service des vaisseaux du roy Par ordre de M. de Machault garde des sceaux de France ministre et secretaire d'Etal aiant le departement de la marine. Paris: Dépôt Général de Cartes et Plans de la Marine, 1755. 1 mapa entelado em morim, 54 x 83cm.

BONNE, Rigobert; RAYNAL abbé. **Carte de la Partie Meridionale du Brésil**: avec les Possessions Espagnols qui en sont a L'Ouest. [1780]. 1 mapa, color., 21x32cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Guyane Portugaise:** et Partie du Cours de la Riviere des Amazones. Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 21x46 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Plan de Fernambouc a la Coste du Bresil.** Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 23x19 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Plan de la Baye de Rio-Janeiro.** Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 22x32 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Suite du Brésil:** Depuis de la Baye de Tours les Saints jusqu'a St. Paul. Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 23x17 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Suite du Bresil: Villages d'Indiens et Missions ruinées.** Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, 23x17 cm.

BELLIN, Jacques Nicolas. **Ville de Saint Salvador:** capitale du Brésil.. Paris: França. Dépôt de la Marine, 1764. 1 mapa, il., color., 17 x 32 cm.

BONNE, Rigobert. **Brésil et Pays des Amazones 1re.Feuille.** A Paris: Hôtel de Thou, 1787. 01 mapa, 24x35 cm.

BONNE, Rigobert; RAYNAL. **Carte de la Partie Meridionale du Brésil:** avec les Possessions Espagnoles voisines qui en sont a L'Ouest par. Paris: 1785. 1 mapa: color., 21x32cm.

BONNE, Rigobert. **Amerique Meridionale.** A Paris: Hôtel de Thou, 1787. 01 mapa, il. color., 24x34 cm.

BONNE, Rigobert. **Brésil et Pays des Amazones avec le Gouvernement de Buenos Ayres 2re.Feuille.** A Paris: Hôtel de Thou, 1787. 01 mapa, 24x35 cm.

BOWEN, Eman. **A new & accurate Map of Brasil:** divided into its Captain Ships. Drawn from the most approved modern maps & charts, and regulated by astronomical observations. 1752. 1 mapa entelado em morim, il. color., 35x43cm.

CAMPBELL, Admiral; FADEN, William. **A new chart of the coast of Brazil:** from the parallel of 23° 40' to 26° South latitude containing the Capitania de San Paulo from Barra de Santos to Guaratuba. London: W. Faden, 1807. 1 mapa entelado em morim, 60x78cm.

CHRYSOLOGUE DE GY Père; DELAHAYE, Guillaume-Nicolas. **Hémisphère inférieur de la mappemonde projetée sur l'horizon de Paris**: et dédiée à monseigneur le Dauphin. Paris: l' Académie royale des sciences de Paris, 1774. 1 mapa, il. color., 63x63 cm.

CHRYSOLOGUE DE GY Père; DELAHAYE, Guillaume-Nicolas. **Hémisphère supérieur de la mappemonde projetée sur l'horizon de Paris**: et dédiée à monseigneur le Dauphin. Paris: l' Académie royale des sciences de Paris, 1774. 1 mapa, il. color., 63x63 cm.

CRUZ CANO Y OLMEDILLA, Juan de la. **Mapa geográfico de América Meridional**. Londres: 1799. 1 mapa em 3 f. entelado em morim, il. color., 62x1,30cm.

DELAROCLETTE, L.; ROCHA, João Joaquim da; FERREIRA, João da Costa; SOBREVIDA, Francisco Manuel. **Colombia Prima or South America: in wich it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent**. London: W. Faden, 1807. 1 mapa em 8 f.

DELISLE, Guillaume; BUACHE, Philippe. **Mappemonde à l'usage du Roy/ augmentée en 1755 des à nouv.iles découvertes**. Paris: [s.n.], 1755. 1 mapa, color., 44 x 67,4cm.

DUNN, Samuel. **A new chart of the world: on Mercator's projection with the tracks & discoveries of the latest circumnavigator &c**. London: Laurie & Whittle, [1808]. 1 mapa, il. color., 30x41cm.

GILBERT, William. **A chart of the Bay or Harbour of Rio de Janeiro in South America: according to the Latest Observations**. Londres: [s.n.], 1790. 01 mapa, 58x41cm

KITCHIN, Thomas. **South America with its several divisions**: according to the possessions of the European powes. London: Laurie & Whittle, [1794]. 1 mapa, il. color., 44x53cm.

KITCHIN, Thomas. **South America**: agreeable to the moft approvid maps and charts. London: Rob. Sayer and Jn.<sup>o</sup> Bennett, 1779. 1 mapa entelado em morim, color., 44x54 cm.

LA PEROUSE, Jean-François de Galaup comte de. **Carte du Grand Ocean ou Mer du Sud**: dressée pour la relation du voyage de découvertes faites par les frégates française la Bussole et l'Astrolabe dans les années 1785, 86, 87 et 88dans les années. A Paris: L'Imprimerie de la République, 1789. 1 mapa, 49,5x68 cm.

LA PEROUSE, Jean-François de Galaup comte de. **Mappemonde ou carte réduite des parties connues du globe, pour servir au voyage de La Pérouse, fait dans les années 1785, 86, 87, et 88.** A Paris: L'Imprimerie de la République, 1789. 1 mapa, 58x91 cm.

LAURIE, Robert; COOK, James. **A new map of the world: with Captain Cook's Tracks, his discoveries and those of the other circumnavigators.** London: Laurie & Whittle, 1808. 1 mapa, il. color., 48x71cm.

LAURIE, Robert; SMITH, B. **New general map of America: compiled from the most authentic materials.** London: Laurie & Whittle, 1813. 1 mapa, il. color., 48x59cm.

LAURIE, Robert; WHITTLE, James; PRESTON, Robert. **A new and correct chart, From the 63°. of Lat: N. to the Cape of Good Hope, and from the 71° Long: W. to the 38° F. of london exhibiting the whole of the Atlantic or Western ocean/ and the greatest part of the Ethiopic or Southern ocean, wherein the respective coasts of Europe, Africa and of America North and South, with all the islands and dangers in the two seas are carefully described.** London: Laurie & Whittle, 1802. 1 mapa em 2 partes, 1,45 x 1,06cm.

MOITHEY, Maurille Antoine. **Amérique Meridionale.** Paris. 1785. 1 mapa: il. color., 73x50cm.

MOITHEY, Maurille Antoine. **Amerique Septentrionale:** Publiée par le sr. Moithey, ingénieur-géographe du Roi, et professeur de mathématiques de M M les pages de L.L. A.A. S.S. Monseigneur le Prince et Madame la Princesse de Conty. Paris: [s.n.], 1785. 1 mapa, il. color., 71x52 cm.

OURIQUE, Jacques. **Carta geographica da parte da costa do norte:** que comprehende a fôz do rio das Amasonas desde hum ate quatro graos de latitude boreal copiado do Archivo Militar 1840. Rio de Janeiro: Archivo Militar do Rio de Janeiro, 1840. 1 mapa, 39x27cm.

PRESTON, Robert. **A new and correct chart, From the 63°. of Lat: N. to the Cape of Good Hope, and from the 71° Long: W. to the 38° F. of london exhibiting the whole of the Atlantic or Western ocean, and the greatest part of the Ethiopic or Southern ocean, wherein the respective coasts of Europe, Africa and of America North and South, with all the islands and dangers in the two seas are carefully described.** London: Laurie & Whittle, 1794. 1 mapa em 2f., 70 x 103cm.

ROUX, Joseph. **Carte de la Mer Mediterranée en douze feuilles:** dediée a M'gr. le Duc de Choiseul Colonel General des Suisses et Grisons Ministre de la Guerre et de la Marine. Marseille: Chez Joseph Roux, 1764. 1 mapa em 12 f.

SAYER, Robert; BENNETT, John; JEFFERYS, Thomas. **A chart of north and south America, including the Atlantic and Pacific Oceans, with the neareft coasts of Europe, Africa and Asia.** Londres: Rob. Sayer and Jn.º Bennett, 1775. 1 mapa, il., 116 x 56 cm.

SAYER, Robert; BENNETT, John; JEFFERYS, Thomas. **Chart containing the greater part of the South Sea to the south of the line, with the islands dispersed thro' the same:** South America with the adjacent Islands in the Southern Ocean and South Sea. Londres: Rob. Sayer and Jn.º Bennett, 1775. 1 mapa, il., 116 x 56 cm.

SAYER, Robert; BENNETT, John; JEFFERYS, Thomas. **Chart containing the greater part of the South Sea to the south of the line, with the islands dispersed thro' the same:** South America with the adjacent Islands in the Southern Ocean and South Sea. Londres: Rob. Sayer and Jn.º Bennett, 1775. 1 mapa, il., 116 x 56 cm.

SAYER, Robert; BENNETT, John; JEFFERYS, Thomas. **Chart, containing the coasts of California, New Albion, and Russian discoveries to the north; with the Peninsula of Kamtschatka, in Asia, oppofite thereto; and Islands, dispersed over the Pacific Ocean, to the north of the line:** North America and the West Indies with the opposite Coast of Europe and Africa. Londres: Rob. Sayer and Jn.º Bennett, 1775. 1 mapa, il., 119 x 56 cm.

### **Mapas manuscritos**

A GENERALL chart from England to Cape Bona Esplanca: with the Coast of Brasile. London: [s.n.], 1740. 1 mapa ms entelado em morim, il. color., 53x44 cm.

ALMEIDA, Paulo Dias D'. **Plano hydrografico da parte principal da bahia do Rio de Janeiro:** no qual semostra a posição da esquadra do commando do chefe de divizão Donald Campbell no dia 26 de Fevereiro de 1801. 1801. 1 mapa ms. entelado em morim, color, 40 x 49 cm.

COELHO, Antonio de Souza; MONTESINHO, Antonio Rodrigues; PENHA JUNIOR, Lauriano José Martins. **Mapa corografico da Ilha da Trindade.** [Rio de Janeiro]: Archivo Publico, 1783. 1 mapa ms. entelado em morim, color., 47 x 89cm.

COSTA, Joze Joaquim Victorio da; SOUZA, Pedro Alexandrino Pinto de. **Carta geographica do rio Javari.** Archivo Militar do Rio de Janeiro, 1787. 1 mapa ms. entelado em morim, 48x94 cm.

FRANCICI, Joaquim Joze; RIBEIRO, João Alberto de Miranda. **Plano da armação de Garupaba:** situada na costa da Terra Firme pertencente a Freguezia da Enciada de Britto. 1799. 01 mapa ms., 59x64 cm.

HERBERT, William. **A New Map, or Chart in Mercators Projection of The Ethiopic Ocean with Part of Africa and South America.** Londres. 1763. 1 mapa ms. entelado em morim, 59x79cm.

KEULEN, Joannes van. **Paskaart, Van De Zee-Kusten Van, Brazilia, Tusschen, C. S. Thome en I. S. Catharina.** Amsterdam. [1700]. 1 mapa ms. ll. color., 51x59 cm.

PALMEIRIM, Manoel Joze Xavier; RIBEIRO, João Alberto de Miranda; JOÃO ANTONIO. **Planno da armação e ancida de Inbetuba:** mandado tirar pello Gov.or interino João de Miranda Ribeiro pello Tenente Manoel loze Xavier Palmeirim no mez de maio de 1799. 1799. 1 mapa ms., 65x33 cm

PLANO do Arsenal Real o qexiste feito eprogetado em factuvas de trabalho. 1818 1 mapa ms. entelado em morim, color., 44 x 67 cm.

SOUZA, Thomas de; ALMEIDA, José de. **Carta geographica da america portugueza ou terreno americano:** compreendido entre os rios das Amazonas e Paraguay, supostas as suas fontes no Guapehu e Alegre nas terras de Portugal ma capitania de Mato Grosso. 1775. 1 mapa ms, color, 93x60cm.

## **Conclusão**

Na atual sociedade da informação, a valorização do patrimônio cartográfico luso-brasileiro depende da atuação do profissional da informação como agente de guarda preservação e difusão dos acervos. Hoje essa atividade prescinde do fomento das bibliotecas como fonte de pesquisa por meio da digitalização das coleções, bem como a promoção de ações culturais.

## **Referências Bibliográficas**

A NOVA Lusitânia: imagens cartográficas do brasil nas coleções da biblioteca nacional (1700-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

GOMES, Marly Jobim. A cartografia brasileira (1700-1822): atlas, cartas náuticas e mapas existentes na Biblioteca da Marinha. Anais hidrográficos, Rio de Janeiro, t. 23, supl., p. 285-296, 1976.

FERREIRA, Eliane de Freitas; SANTO, Eliana do Espírito; GLAD, Leniza de Faria Lima. Os documentos cartográficos históricos na Coleção Biblioteca da Academia Real de Guardas-Marinhas. V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2013: Petrópolis, RJ.

KANTOR, Iris; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p.11-14, dez. 2009.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 479, de 17 de outubro de 1846. **Coleção de Leis do Império do Brasil: 1846**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 143.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. Conservação de acervos bibliográficos e documentais. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, jul./dez. 2005..

GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.159-167, set. 2011.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, [s.l.], v. 17, n. 3-4, p.26-34, dez. 2003.

## A colecção de cartografia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

**Maria de Jesus Monge**

Museu-Biblioteca da Casa de Bragança  
palacio.vilaviciosa@fcbaganca.pt

### Resumo:

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança conserva as colecções e fundos que pertenciam à Família Real quando da proclamação da República. Os bens pessoais foram encaminhados por D. Manuel II para a casa de família, o Paço Ducal de Vila Viçosa, onde é instalado o Museu-Biblioteca após a morte do rei, dando cumprimento ao seu testamento.

A colecção de cartografia reflecte os gostos e ocupações, bem como os temas que dominavam a política internacional. O conjunto mais numeroso pertenceu a D. Carlos (1863-1908), marinheiro experimentado responsável pela introdução das pesquisas oceanográficas em Portugal; este monarca viajou também muito pela Europa Ocidental.

Durante o reinado de D. Carlos Portugal é confrontado com a divisão de África entre as grandes potências políticas e económicas coevas e sofre o *Ultimatum* britânico, este conjunto de circunstâncias exige campanhas sistemáticas de cartografia dos territórios que Portugal reclama. Naturalmente o soberano vai recebendo os exemplares produzidos.

### Abstract:

The Museu-Biblioteca da Casa de Bragança keeps the private objects and funds that belonged to the last Portuguese monarchs, including the maps collection. Those documents testify private taste and leisure occupations, as well as the political demands of the time. The best represented person is king Carlos (1863-1908), who was an expert sailor and introduced oceanographic studies in Portugal and travelled extensively through Europe; it was also during his kingdom that Portugal faced the division of Africa amongst political and economic powers, namely the dramatic British *Ultimatum*. This international conjuncture demanded the Portuguese Crown to promote systematic scientific campaigns to map the areas that were being claimed.

### Palavras chave:

Casa de Bragança, D. Carlos; Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

O acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é composto essencialmente pelas colecções, fundos arquivísticos e bibliográficos que pertenceram a D. Manuel II, último rei de Portugal e instituidor da Fundação da Casa de Bragança.

O interesse pela cartografia está presente desde sempre na Casa de Bragança, como instrumento essencial para gerir os vastos territórios que detinha e, também, como fonte de informação para acompanhar a evolução da política e da economia nacionais e internacionais. Entre estes são mais numerosos os referentes ao século XIX, designadamente pertencentes a D. Carlos.

Esta abundante documentação, com várias centenas de exemplares, inclui espécies relativas a Portugal, muito particularmente as antigas províncias ultramarinas, mas também de outras regiões da Europa e do mundo. As atribuições militares dos monarcas forneceram outra fonte de documentação, com grande número de cartas militares e náuticas, que permitiam acompanhar as numerosos campanhas africanas que decorreram na segunda metade do século XIX, até 1910.

O século XIX assistiu a uma revolução a vários níveis técnicos, destacando-se as infraestruturas e comunicações, o rei era infor-

mado e conservava a documentação relativa a novos projectos de engenharia a desenvolver em todo o território.

A nível mais privado, a Família Real viajou bastante e adquiriu guias e mapas dos diversos territórios.

Fruto dos interesses e das funções de que estava investido, o rei D. Carlos tinha um grande conjunto de mapas e cartas. São particularmente numerosas as cartas utilizadas nas excursões oceanográficas empreendidas pelo monarca em torno da costa portuguesa, e também as partilhadas ou adquiridas.

### Breve história dos fundos arquivísticos

A Casa de Bragança instala-se a Sul no final do século XV, a inflexão geográfica resulta de circunstâncias familiares e de ajustamento no quadro macro da realidade política e social. Os séculos XVI e XVII correspondem à afirmação desta Casa da História nacional, envolvendo-se naturalmente nas questões estratégicas coevas: o 4º duque de Bragança, D. Jaime (1478-1532), nos seus paços calipolenses, discute e opina sobre a questão das Molucas, com recurso a matemáticos e cartógrafos, apoiado em documentos e instrumentos actualizados (1).

A multiplicação e complexificação das redes do conhecimento exigem um grande esforço de permanente actualização por parte de quem manda nos destinos dos homens e territórios. Em torno de cada senhor e instituição de referência desenvolve-se, necessariamente, uma livraria que para além de manuscritos e impressos, contém instrumentos vários e cartas. O Inventário realizado após a morte do 5º duque, D. Teodósio I<sup>1</sup>, refere *mapas mundi* (itens 3531 e 3532), *descrições de Cosmografias* (itens 3534 e 3535), cartas da Europa (item 4401), várias entradas indicando *Grécia, Espanha, Inglaterra, ... de papel em pano*, ou ainda *Hum Liuro que conthem as Terras da India e de Portugal E Castela feitas em Cartas Geografica* (item 4046).

Esta grande livraria terá acompanhado o 8º duque de Bragança, quando da partida para Lisboa, resultado da sua subida ao trono como rei D. João IV.

Houve um esforço repetido dos sucessivos herdeiros da Casa em não deixar o património diluir-se ou confundir-se com o da Coroa, logo desde 1645 com o decreto do novo rei que entrega este património ao seu filho e sucessor, D. Teodósio III, definindo passar a ser esta a regra. Contudo a menoridade de muitos, as necessidades de fundos e os cataclismos naturais ou humanos foram responsáveis pela dispersão de boa parte do património móvel, quer o que saiu de Vila Viçosa, quer o que terá sido reunido nos três séculos seguintes.

A outra faceta característica desta memória é administrativa e resulta da gestão do vasto património fundiário detido pela Casa de Bragança, de norte a sul do país. O Arquivo Histórico é constituído essencialmente por documentos produzidos neste contexto, datados na sua maioria de depois de 1755, mas concentrando toda a documentação necessária para provar propriedade e direitos. Os fundos anteriores ao grande cataclismo são oriundos de almoxarifados<sup>2</sup> que

---

<sup>1</sup> BDMII MS 18, estudado e publicado no âmbito de um projecto da FCT que resultou na publicação de HALLET, 2018.

<sup>2</sup> A organização administrativa da Casa de Bragança era idêntica à da Casa Real, com a administração apoiada em almoxarifados que garantiam localmente a boa gestão.

não foram tão atingidos, designadamente Barcelos.

Após a implantação do regime constitucional a Casa de Bragança passa por um profundo processo de adaptação à nova realidade administrativa<sup>3</sup>, que tem expressão por exemplo no levantamento de todos os bens fundiários. Deste levantamento ressaltam as *Plantas das Propriedades pertencentes `S.ma Casa e Estado de Bragança. Nos diversos Almojarifados da Província do Alemtejo. Reduzidas dos desenhos existentes na Secretaria da mesma S.ma Casa. Levantados em 1849, 1850, 1851, 1852 e 1853. Por Frederico Perry Vidal*<sup>4</sup>.

Ao longo das últimas décadas do século XIX e século XX, passando pela criação da Fundação em 1933<sup>5</sup>, a gestão do património agrícola implicou o recurso e realização de cartografia actualizada.

### **Caracterização do fundo cartográfico**

O fundo cartográfico tem mais de um milhar de peças, maioritariamente constituído por espécies datadas do reinado de D. Carlos (1889 a 1908). O conjunto integra documentos que reflectem a personalidade multifacetada do Homem e do Rei. D. Carlos de Bragança era um homem do seu tempo, possuidor de uma formação científica exigente, que dominava várias disciplinas e vários idiomas, o que é evidente ao conhecer a sua biblioteca pessoal e os seus interesses. Filho de marinheiro, sempre teve uma forte ligação ao mar, recebendo como presente pelos seus 15 anos a primeira embarcação: o palhabote Nautilus. Esta paixão do indivíduo explica a abundância de cartas e mapas utilizados nas viagens particulares, não só em Portugal como no estrangeiro, particularmente nas ilhas britânicas.

Enquanto monarca, reúne um numeroso conjunto de cartas que apoiariam a tomada de conhecimento dos vários temas que lhe eram submetidos, aqui vemos um peso muito significativo das então possessões ultramarinas. A necessidade de conhecer o território cuja posse efectiva se pretende garantir, num enquadramento político e económico adverso aos interesses portugueses, obriga ao levantamento sistemático e exaustivo dos territórios sob jurisdição da Coroa portuguesa. Dentro desta lógica é dada prioridade aos cursos de água, já que o escoamento das cobijas das matérias primas era feito maioritariamente por via marítima.

África é de longe o continente mais representado e, aqui, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné; os Açores, S. Tomé e Príncipe, bem como a Índia também estão bem representados.

Figuram igualmente várias outras espécies, desde plantas de edifícios e implantação de estruturas várias, representações para uso no estudo da História Antiga e Moderna....

O conjunto documental conservado em Vila Viçosa é eclético, privilegiando significativamente as últimas décadas da monarquia portuguesa. O seu estudo e enquadramento no contexto de outros fundos arquivísticos nacionais permitirão seguramente aferir a importância individual das espécies, enquanto um melhor conhecimento do todo permitirá compreender a forma como era construído o saber no âmbito da Casa Real.

<sup>3</sup> PÁSCOA, 2019, pps. 120-128. Disponível em <http://artispress.lettras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/book/10>

<sup>4</sup> MBCB, Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Relatórios e respectivo índice de Perry Vidal NNG 2909, 2947 e 2983.

<sup>5</sup> Decreto-lei 23240 de 21 de Novembro de 1933

**Bibliografia:**

FERRÃO, Francisco António F. Silva, *Tractado sobre Direitos e Encargos da Sereníssima Casa de Bragança*. Lisboa: Imprensa de J.J. Andrade e Silva, 1852.

HALLET, Jessica e SENOS, Nuno (coord.), *De todas as parte do mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I. Vol I: Estudos*, Lisboa: Tinta da China, 2018.

MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de paço a museu*. Fundação da Casa de Bragança, 2017.

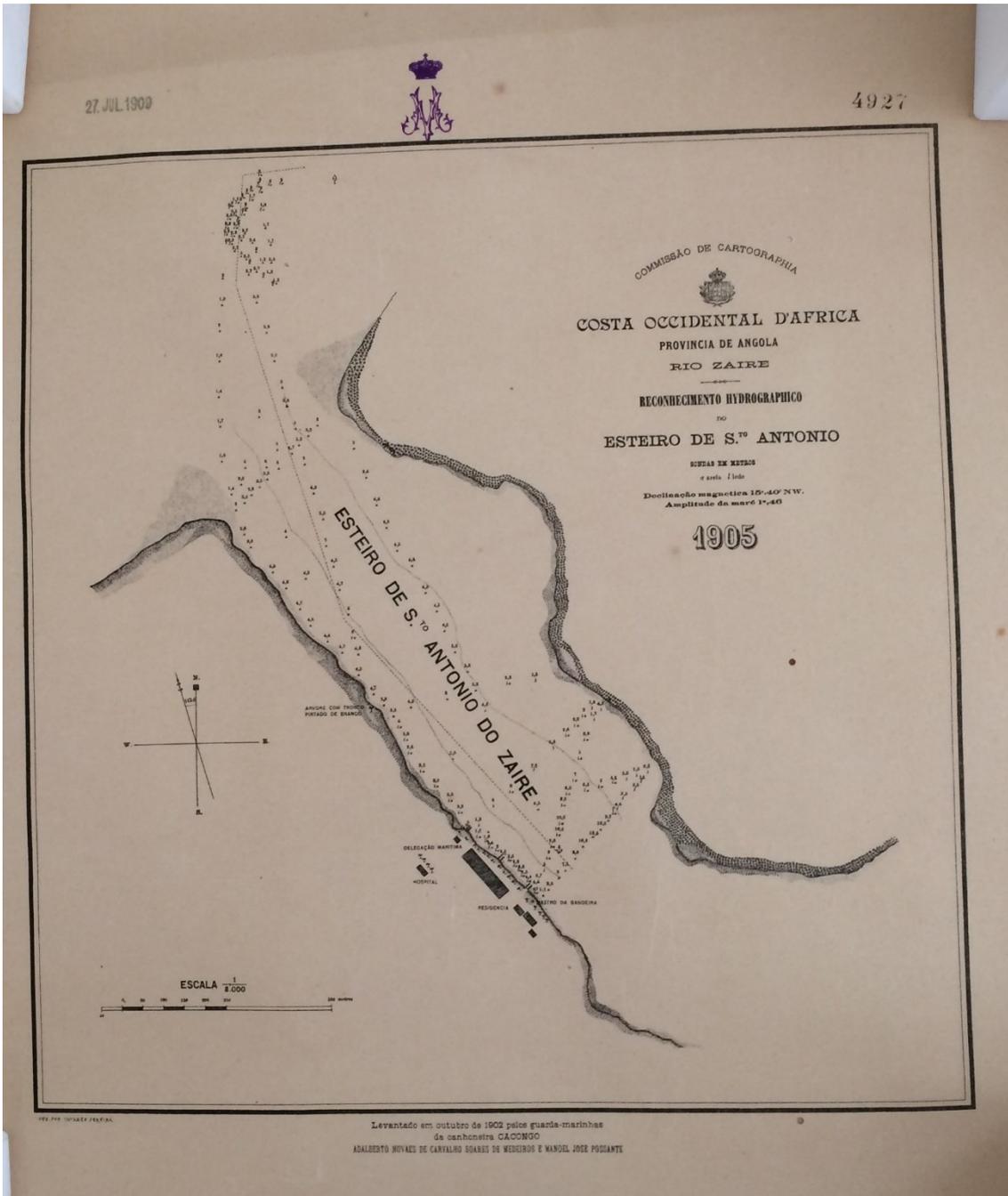
PÁSCOA, Marta, “ D. Maria II e a Casa de Bragança: reestruturação administrativa e encontro de contas” in Seminário *D. Maria II, princesa do Brasil Rainha de Portugal. Arte, Património e Identidade*, ARTIS. Lisboa: FLUL, 2019.

**Imagens, todas © Fundação da Casa de Bragança:**



MBCB, Arquivo Fotográfico Álbum UI 5167.









## **O acervo cartográfico da Biblioteca da Marinha do Brasil**

**Leniza Faria Lima Glad**  
Marinha do Brasil  
leniza@marinha.mil.br

**Terezinha de Fatima Puppim dos Reis**  
Marinha do Brasil  
terezinha.reis@marinha.mil.br

### **Resumo:**

O objeto deste trabalho consiste em apresentar o acervo de cartografia histórica da Biblioteca da Marinha do Brasil, com o objetivo de incentivar as pesquisas neste acervo de fontes primárias de alto valor científico. Os documentos cartográficos estão reunidos em coleções nas Seções de Mapoteca e Obras Raras, da Divisão de Materiais Especiais. A Biblioteca da Marinha do Brasil guarda um acervo cartográfico histórico raro e precioso, com origem na Biblioteca da Academia Real dos Guardas-Marinhas, criada em 1802 em Lisboa e transferida para o Brasil em 1808. A criação da biblioteca foi resultado de um lento renascimento da Marinha portuguesa, depois de férreo domínio espanhol, com o surgimento do ensino com orientação designadamente científica das Ciências Navais, inaugurando o celeiro de seus próprios oficiais, e que dentre avanços e retrocessos, reformulou os planos de estudos e criou um Depósito de Escritos Marítimos para facilitar a aprendizagem dos alunos aspirantes à Guardas-Marinhas, também conhecido por Biblioteca para uso da Academia Real de Guardas-Marinhas. Em 17 de outubro de 1846, pelo decreto nº 479 do Império do Brasil, mudou sua finalidade para atender não somente aos aspirantes à oficial, mas passou a ministrar os meios de uma instrução variada para todos os oficiais da armada, aos de artilharia de Marinha naval e aos oficiais empregados nas repartições anexas, assim criou-se a Biblioteca da Marinha que atualmente é um Departamento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), cujo propósito é preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha. Em fevereiro de 1999, a Biblioteca foi transferida para o prédio (tombado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) para que pudesse acondicionar melhor o seu acervo e prover um atendimento mais abrangente e eficiente aos seus usuários.

O presente trabalho visa dar luz ao acervo de cartografia histórica da Biblioteca da Marinha, mostrando os tesouros que foram acumulados no processo de desenvolvimento da excelência da navegação luso-brasileira, que reflete a construção do conhecimento científico almejado pela Marinha Real portuguesa, seja para prover melhor defesa dos Estados, seja para melhor conhecer seus domínios, ou para elevar-se a um melhor estado de cultura. As coleções contemplam as obras dos cartógrafos que influenciaram as navegações portuguesas, como a destacada família dos Teixeira, com maior número de obras de João Teixeira Albernaz II, do século XVII. Assim como obras do período em

que a cartografia portuguesa atingiu seu auge, na segunda metade dos quinhentos, e serviu aos famosos Gerard Mercator e Abraham Ortelius, para imprimir seus tão preciosos atlas. O acervo também conta com as ricas coleções cartográficas que as invasões francesas fizeram canalizar para o Brasil. Adicionalmente, possui materiais do século XVIII, com destaque para a cartografia francesa sobre o Brasil, de autoria de Bellin, além dos trabalhos dos cartógrafos luso-brasileiros que desbravaram o gigantesco território da Nova Lusitânia e deram ao grande Barão do Rio Branco as bases necessárias para as defesas dos interesses brasileiros, que garantiram os milhões de quilômetros quadrados sempre almejados por Portugal para o Brasil. Do século XIX com a cartografia renovada, conta com obras de Roussin e Mouchez, assim como os mapas do século XX, que registram o desenvolvimento do serviço de hidrografia da Marinha brasileira.

Dentre as coleções mais importantes, destaca-se a Coleção do Arquivo Histórico do Exército, oriunda da Sociedade Real Marítima e Geográfica para desenho, gravura e impressão das cartas, hidrográficas, geográficas e militares, criada em 1798, em Lisboa. Mais de mil cartas e planos, com os estudos sobre navegação do Brasil e relativos a vários mares da Europa, Ásia, Américas e África, foram entregues ao Arquivo Militar, comum as forças de terra e mar por ocasião da transmigração da Corte para o Brasil. Além das obras relacionadas na área de Ciências e Artes Navais, a Biblioteca da Marinha possui o facsímile do manuscrito original do Catálogo da Biblioteca da Academia Real dos Guardas-Marinhas, localizado no acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, pelo Almirante Max Justo Guedes.

Cabe salientar o zelo e processamento técnico do acervo, que foi preservado ao longo dos séculos, com o registro em catálogos, listas, inventários, de acordo com as tecnologias e métodos disponíveis em cada tempo, até as formas de acesso atuais.

**Palavras-chave:**

Cartografia, Coleções cartográficas, Marinha do Brasil, Biblioteca da Marinha.

Tema 8  
Cartografia Histórica: Ensino e Difusão



## Joaquim Romero de Magalhães e a História da Cartografia

João Carlos Garcia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

jgarcia(at)letras.up.pt

### Resumo:

A História da Cartografia Portuguesa conheceu um período de franco desenvolvimento durante o Estado Novo, no quadro de uma historiografia nacionalista e defensora dos princípios coloniais. No início dos anos de 1990, após a implantação do regime democrático, a situação deste campo do saber não era a mais auspiciosa. Apenas dois pequenos núcleos de interessados na História da Cartografia coexistiam: um no Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, no Instituto de Investigação Científica Tropical e outro no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Os estudos e a divulgação da História da Cartografia Luso-Brasileira ganharam um novo impulso em Portugal, a partir de meados da década de 1990, com a presença de Joaquim Romero Magalhães na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). Desde logo por coordenar a realização da XVII International Conference on the History of Cartography, em Lisboa, em Julho de 1997. Esta reunião científica foi um particular momento para os estudos sobre a temática em Portugal, por um lado, por reunir os dispersos investigadores de diversas formações e, por outro, por dar a conhecer à comunidade académica internacional, e aos próprios portugueses, os tesouros cartográficos existentes nas instituições portuguesas e brasileiras, não só do período “áureo” dos séculos XV a XVII, mas também e principalmente, dos séculos XVIII a XX, tão pouco estudados e conhecidos. De referir as seis exposições de Cartografia Antiga, que decorreram paralelamente: *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII e As Fronteiras de África*, na Cordoaria Nacional, *Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX*, no Museu da Cidade, *Macao: a cidade e o porto*, no Mosteiro dos Jerónimos, *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Foram então publicados os seis correspondentes catálogos, que são hoje obras de referência sobre os universos cartográficos pertencentes aos principais arquivos e bibliotecas de Portugal

Como Comissário-Geral da CNCDP, entre 1999 e 2001, Romero Magalhães teve a seu cargo “comemorar” a chegada oficial dos navegadores portugueses à América do Sul. O “achamento do Brasil” e a relação entre Portugal e o Brasil, não só no período colonial mas também desde a independência do território até ao presente, foram os grandes temas para a organização de grandes exposições, edições de fontes e estudos históricos, concessão de bolsas de estudo, estabelecimento de projetos de investigação, organização de reuniões científicas, apoio a centros de investigação, instituições académicas e culturais. Em algumas das mais importantes atividades desenvolvidas sob a direção de Ro-

mero Magalhães, encontramos a presença dos mapas antigos, como fontes históricas no quadro da História Política e Diplomática, como testemunhos científicos, no âmbito da História da Ciência e da Técnica, como objetos museológicos, com uma forte ligação à História de Arte.

Entre as grandes exposições organizadas pela CNCDP, duas dedicaram especial interesse aos documentos cartográficos: *A Construção do Brasil, 1500-1825*, comissariada por J. Romero Magalhães e Tiago C.P. dos Reis Miranda, que decorreu em Lisboa, no Palácio da Ajuda, em 2000, e *Outro Mundo Novo Vimos*, comissariada por J. Romero Magalhães, patente ao público em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga, em 2001. Foram oportunidades únicas para observar diretamente os tesouros cartográficos que apenas se conheciam de reproduções, de melhor ou pior qualidade gráfica, sempre presentes na bibliografia internacional.

A grande atração de *Outro Mundo Novo Vimos* foi o Planisfério dito de Cantino (c.1502), provavelmente a mais famosa imagem da História da Cartografia, que voltava a Lisboa 500 anos depois de ter sido elaborado por um anónimo cartógrafo português. A Cartografia dos Descobrimientos Portugueses não conhecia tal protagonismo desde a Exposição do Mundo Português, em 1940, das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960, e da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em 1983.

**Palavras-chave:**

Cartografia, Portugal, Brasil

Tema 9  
Cartografia Histórica e Novas Tecnologias



## Análise da Carta Geral das Bandeiras Paulistas e suas deficiências

Lucas da Costa Machado Rios  
lucas.machado.rios@usp.br

Jorge Pimentel Cintra  
Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
jpcintra@usp.br

### Resumo:

O mapa elaborado pelo professor e Diretor do Museu Paulista, Affonso d' Escragnolle Taunay, denominado *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, elaborado entre os anos 1921 e 1922, foi a primeira tentativa sistemática de localização do trajeto das bandeiras paulistas entre os séculos XVI e XVIII. A obra marcou o início de um período de estudos sobre o assunto, empreendido por esse pesquisador, sob o estímulo de Capistrano de Abreu, resultando em uma alentada publicação em onze tomos intitulada *História Geral das Bandeiras Paulistas*, depois resumido em dois volumes com o título abreviado de *História das Bandeiras Paulistas*.

No comentário a esse mapa, Taunay salienta as dificuldades encontradas devido à imprecisão das informações, um tanto genéricas para poder fixar geograficamente os locais por onde passaram os sertanistas paulistas no período citado, e por isso não desenhou traçados, rotas ou itinerários, demarcando somente locais ou zonas por onde as expedições teriam passado. Para isso grafa o nome dos chefes das bandeiras e as datas, em uns poucos locais situados na rota. Devido a essa imprecisão, que aumenta pelo tamanho com que se escrevem os nomes, a obra foi bastante criticada na época, muitas vezes sem o conhecimento das dificuldades. Mas o fato é que nenhum crítico ou pesquisador fez uma tentativa de reformulação.

A presente pesquisa objetivou um aspecto específico do mapa: analisar as dificuldades de legibilidade do mapa, devido ao acúmulo de nomes, das bandeiras de todo o período, bem como as imprecisões referentes à localização das mesmas, fazendo sugestões para uma melhor leitura cartográfica, utilizando os recursos da cartografia digital para a região correspondente aos atuais Estados de São Paulo e Paraná.

### Palavras-chave:

Bandeiras Paulistas, Itinerários das Bandeiras, Cartografia Digital

### Abstract:

The map produced by Professor and Director of the Paulista Museum, Affonso d'Escragnolle Taunay, called the *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, made between 1921 and 1922, was the first systematic attempt to locate the path of the Bandeiras Paulistas between the 16th century and 17th century. The work marked the beginning of a period of studies on the subject, undertaken by this researcher, under the encouragement of Capistrano de Abreu, resulting in a hearty publication in eleven volumes entitled *História Geral das Bandeiras Paulistas*, later summarized in two volumes entitled abbreviated from *História das Bandeiras Paulistas*.

In commenting on this map, Taunay highlights the difficulties encountered due to the inaccuracy of the information, somewhat generic in order to be able to geographically fix the locations through which the Vila de São Paulo sertanistas passed during the period mentioned, and therefore did not draw outlines, routes or itineraries, demarcating only locations or zones where the expeditions would have passed. To do so it names the Bandeiras' heads and dates in a few places along the route. Due to this inaccuracy, which increases with the length of the names, the work was widely

criticized at the time, often without knowledge of the difficulties. But the fact is that no critic or researcher has made an attempt at reformulation.

This research aimed at a specific aspect of the map: to analyze the map readability difficulties, due to the accumulation of names, the Bandeiras of the whole period, as well as the inaccuracies regarding their location, making suggestions for a better cartographic reading, using the resources of digital cartography for the region corresponding to the current states of São Paulo and Paraná.

**Palavras-chave:**

Bandeiras Paulistas, Bandeiras Itineraries, Digital Cartography

**Introdução**

Segundo Taunay (1937), um dos motivos pelo qual não fez a representação dos itinerários foi a dificuldade em determinar a localização geográfica correspondente a um determinado topônimo, que pode referir-se a uma região muito ampla. Um exemplo disso ocorreu no debate em torno do itinerário da Entrada de Nicolau Barreto em 1603, que levou estudiosos a proporem trajetos completamente diferentes: sul de Minas e norte do Paraná atuais. E da mesma forma, há diferentes interpretações acerca do topônimo sertão do *Paracatú*, que hoje aponta para uma cidade e um extenso rio, permanecendo, portanto, as incertezas. Assim, Taunay optou por uma identificação de uma ampla área, em que grafou o nome do chefe da expedição com grandes letras, acompanhado da data da expedição.

Outro ponto que leva à dificuldade de leitura é o fato de todas as bandeiras, das diferentes épocas, estarem presentes no mesmo mapa. Para evitar esse acúmulo de nomes, uma opção testada foi a separação por períodos históricos. A opção por expor todas as informações em único mapa causa a sensação de grande volume de entradas realizadas pelos sertanistas, em detrimento da facilidade de analisar as informações apresentadas. A separação por períodos, de aproximadamente 50 em 50 anos, aliado ao uso e planejamento das variáveis visuais (cores, símbolos) permite uma leitura e uma compreensão melhor do fenômeno, como se procura mostrar neste trabalho.

Sabe-se que para determinar a trajetória de uma determinada bandeira, os estudiosos, e entre eles Taunay, serviram-se dos topônimos mencionados nos Inventários e Testamentos dos bandeirantes publicados nos inícios do século XX. Estes se iniciavam com a localização: "Aqui neste sertão do Paracatu...". Em um leilão dos bens do falecido, arrolavam-se o nome dos arrematantes, que participavam, portanto, da mesma expedição. Outros morriam no mesmo percurso, de tal forma que somando-se diversos testamentos, feitos *in articulo mortis*, e os respectivos inventários, pode-se determinar alguns pontos por onde a bandeira passou. E, mediante a hipótese de que as bandeiras posteriores para a mesma região utilizaram as mesmas vias, vão-se compondo os itinerários (PINTO, 1977, p. 9; SILVA, 1949, p. 44).

Outra questão avaliada por Taunay é o grande número de itinerários, cujo desenho resultaria em um emaranhado de linhas, embora esse mapa utilize 3 cores. Parece-nos que os resultados apresentados a seguir, para regiões menores, são satisfatórios, utilizando os recursos da cartografia digital e dividindo em períodos históricos menores (tipicamente 50 anos).

A nossa proposta identificou geograficamente as entradas através de pontos, unidos por linhas, tendo em conta os princípios de deslocamento das bandeiras (gargantas, espigões e outros pontos obrigados), e identificando cada uma

com diferentes variáveis visuais (cores e tipo de traço) discriminados e identificados em uma tabela, a modo de legenda. Por outro lado, contando com o recurso de *layers*, optou-se por separá-las em camadas por períodos históricos de 50 anos, podendo-se juntar duas a duas, compreendendo os séculos XVI, XVII e XVIII. A identificação e marcação com símbolos pontuais também utilizada para demarcar as missões jesuíticas, as vilas espanholas e portuguesas, também foram separadas por época de fundação e devem aparecer nos mapas com data posterior a sua existência.

### **Análise da Estrutura da Carta Geral das Bandeiras Paulistas**

Dentre as dificuldades encontradas para a visualização do mapa Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas pode-se citar aquela inerente à escala do fenômeno, abrangendo todo o país, na escala de 1:5.500.000. O mapa original tinha dimensões maiores que uma folha A0 e sua versão impressa de 1922 tinha dimensões 96 x 101 cm, os quais dificultam sua visualização em meio digital, limitado ao tamanho da tela.

Realizou-se a verificação da projeção utilizada pelos cartógrafos Gregório Colás e José Domingues Santos Filho para desenhar o mapa Carta Geral das Bandeiras Paulistas. Segundo o roteiro elaborado por Gaspar (2005, p. 287-310) para identificação de projeções cartográficas, aquela que mais se aproxima é a Projeção Azimutal Oblíqua Equidistante, pois os Meridianos e Paralelos são curvilíneos, incluindo a Linha do Equador, e o Meridiano Central está dividido em partes iguais (Figura 1).

A reprodução da geometria de um mapa antigo em meio digital possibilita a interação e a incorporação de outros dados que podem contribuir para a análise das informações (hidrografia, orografia e outros). Uma das etapas para introduzir um mapa físico em meio digital é georreferenciamento, o qual foi realizado para o mapa analisado através do software ArcGIS<sup>1</sup>, atribuindo para o Meridiano Central o valor 53,18° W. Gr. e para o Paralelo de Origem o valor 19° S. Considerou-se a longitude 0° do Mapa estando localizada no Morro do Castelo, cuja diferença em relação à Greenwich é 43,18° (CINTRA, 2009). Dessa forma, adicionou-se às coordenadas dos meridianos da Carta o valor 43,18°, resultando em um valor do Meridiano Central igual a 53,18° W (10° + 43,18°). A Carta Geral das Bandeiras digitalizada tem 96 dpi e escala 1:5.500.000, resultando em um valor de 1.455 metros por pixel, o que tendo em conta a escala corresponde a 0,26mm. O Erro Médio Quadrático (Root Mean Square – RMS) obtido no georreferenciamento foi 2.416,06 metros, ou seja 0,44 mm.

Em seguida, estudou-se a incerteza da localização gerada pelo tamanho dos nomes grafados sobre o mapa. Além disso, a fonte dos topônimos é variável em tamanho, coisa que se presume estar relacionada com a importância relativa que Taunay concedeu às diferentes entradas. As bandeiras e expedições foram identificadas através de pontos, cujo posicionamento ficou centralizado em função da localização do topônimo no Mapa (Figura 2). Em seguida, elabo-

---

<sup>1</sup> Versão 10. Da empresa Environmental Systems Research Institute – ESRI.

raram-se sugestões de traçados (feição linear), identificados por um número ou variável visual (cor, tipo de traço, espessura e outros), para evitar a poluição de nomes que ocorre em grande parte das regiões do mapa.

A transposição dessas informações para mapas atuais, permitiu confrontar as informações dessa Carta de Taunay com traçado de rios e acidentes geográficos por onde passaram. Além disso, foi possível analisar o posicionamento das Bandeiras em relação à bibliografia e textos atualmente disponíveis na internet, como por exemplo os existentes no Archivo General de Indias de Sevilha e o Arquivo de Angelis, na Biblioteca nacional.

### Classificação e Representação das Bandeiras

A área estudada compreende os atuais Estados de São Paulo e Paraná, onde foram levantados 94 pontos. A Tabela 01 a seguir mostra como foram classificados esses pontos por período e a correspondente quantificação.

Tabela 1 – Bandeiras e Expedições - Classificação

Bandeiras / Expedições Período (ano)	Quantidade	(%)
1500 a 1559	6	6,4
1560 a 1599	11	11,7
1600 a 1624	17	18,1
1625 a 1634	13	13,8
1635 a 1689	22	23,4
1690 a 1729	10	10,6
1730 a 1770	15	16,0
Total	94	100,0

Os pontos foram agregados em sete classes, considerando o período de 50 anos aproximadamente e as relevâncias históricas nesses períodos, os quais motivaram e influenciaram determinadas Bandeiras e Expedições. Na Tabela 01, observa-se um aumento do número de Entradas no século XVII, devido a intensificação da busca por indígenas nos sertões para trabalharem nas fazendas paulistas e para o transporte das mercadorias entre a Vila de São Paulo e as Vilas de Santos e São Vicente, bem como para o tráfico com Salvador, Recife e outras regiões.

A numeração referida a cada Bandeira ou Expedição nas Figuras 3, 4, 5 e 6 tem correspondência com a coluna *Índice* das Tabelas a seguir e de acordo com os períodos anteriormente estabelecidos.

### Século XVI – 1500 a 1559 (Tabela 2 e Figura 3)

O período entre os anos 1500 e 1559 está relacionado, fundamentalmente, a uma fase de reconhecimento e ocupação costeira (Figura 03). Identificaram-se no mapa de Taunay 6 Bandeiras, Expedições ou locais de exploração para esse período, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Bandeiras e Expedições – Período 1500 a 1559

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
1	Joao Ramalho	1522
83	Martim Affonso de Souza	1530
2	Pero Lobo	1532
3	Pero Lopes de Souza	1532
4	Hans Staden	1548
5	Brás Cubas	1559

Comparando-se a Tabela 2 com a Figura 3 percebem-se algumas imprecisões como a localização das entradas de Pero Lobo (índice 3) e Brás Cubas (índice 5).

Na Figura 3 pode-se observar a localização da expedição de Pero Lobo (índice 3) na Bacia do Alto Ribeira. Porém, Cabeza de Vaca (2007, p. 125, p. 228) em comentários sobre a expedição que realizou em 1542 noticia a morte dos integrantes da entrada de Pero Lobo na passagem entre os rios Iguazu e Paraná. Já a Bandeira de Brás Cubas (índice 5) que está localizada no Baixo Ribeira na Figura 03 estaria melhor posicionada no Alto Ribeira, pois nesse período, segundo Calógeras (1904, p. 25) Brás Cubas estaria aproximadamente nas mediações da atual cidade de Apiaí (SP) em busca de minérios. Essa mesma observação pode ser feita em relação à Bandeira de Luís Martins (índice 9 na Tabela 03 e na Figura 04), pois este percorria o interior do continente sob as ordens de Brás Cubas (MAFFEI; NOGUEIRA, 1966, p. 16-19).

#### Século XVI – 1560 a 1599 (Tabela 3 e Figura 4)

Na Tabela 03 encontram-se listadas as Bandeiras e Expedições referentes à segunda metade do século XVI. Vale destacar a localização do padre jesuíta José de Anchieta (índices 6 e 7), Jerônimo Leitão (índice 11) e Affonso Sardinha (índice 14).

Os padres Anchieta (índices 6 e 7) e Nóbrega ao perceberem o quão importante era a ocupação e as relações mantidas com os indígenas na região sul, trataram de ocupar a região dos campos de Piratininga, o qual teve boa adesão dos moradores que já viviam na vila de Santo André da Borda do Campo. Assim, a Vila de Piratininga fundada em 1554 seria “a porta do sertão” que permitiria um acesso através do planalto às terras dos carijós (NEME, 1959, p. 158-160).

Jerônimo Leitão (índice 11 e 13) foi governador da Capitania de São Vicente entre os anos 1572 e 1592. A localização de sua Bandeira na Figura 4 (índice 11) no Alto Ribeira se deve a uma entrada realizada em 1585 através de Paranaçu. Esta Bandeira seguiu na direção dos rios Tibagi, Cinzas e Paranapanema, percorrendo essa região durante cerca de oito meses e aprisionando grande quantidade de indígenas sob o pretexto da “guerra justa” (FRANCO, 1989, p. 210-211; TAUNAY, 1924, p. 155-156, p. 169-171). Segundo Monteiro (1994, p. 52-56) o objetivo dessa bandeira era o aprisionamento de indígena, pois nesse período havia carência de mão-de-obra escrava devido a epidemias que causaram muitas mortes entre os indígenas.

**Tabela 3** – Bandeiras e Expedições – Período 1560 a 1599.

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
6	Pe. Jose de Anchieta	1560
7	Pe. Jose de Anchieta	1560
8	Brás Cubas	1560
9	Luiz Martins	1561
10	Eleodoro Eobanos	1585
11	Jerônimo Leitão	1585
12	Manuel Fernandes Ramos	1590
13	Jerônimo Leitão	1590
14	Affonso Sardinha	1590
92	Affonso Sardinha (o moço) / João do Prado	1590
15	João Pereira de Souza (Botafogo)	1596

As Bandeiras de Affonso Sardinha (índice 14) e seu filho (índice 92) estão localizadas às margens do Rio Grande (figura 04), de acordo com relatos, mas desconsiderando outras possíveis localizações relacionadas à exploração do ouro nas Serras da Mantiqueira, Jaraguá, Guarulhos, Voturuna e Araçoiaba entre os anos 1589 e 1600 (FRANCO, 1989, p. 365; TAUNAY, 1924, p. 172-177).

As primeiras vilas espanholas fundadas na Província do Guairá foram Ontiveros (1554), logo mudada para Cidade Real do Guairá, (1557) que ficava localizada entre os rios Paraná e Piquiri. Em seguida, os espanhóis fundaram Vila Rica do Espírito Santo em 1576 às margens do rio Ivaí e nas proximidades da foz do rio Corumbataí (TAUNAY, 1924, p. 41-43 CHMYZ, 1976, p. 66-77). Pode-se observar na Figura 04 a existência das vilas espanholas e das vilas portuguesas de Piratininga e São Vicente.

### **Século XVII – 1600 – 1624 (Tabela 4 e Figura 5)**

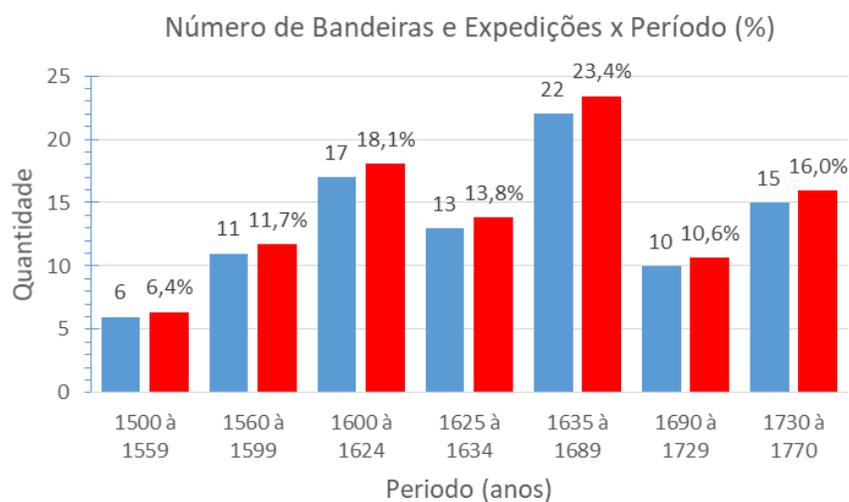
No final do século XVI, D. Francisco de Souza (índice 85, na Tabela 04 e Figura 05) estimulou as entradas aos sertões em busca de metais e pedras preciosas, além do aprisionamento de indígenas, inspirando-se no modelo da América espanhola, no qual a força de trabalho dos indígenas escravizados era a solução para sustentar os setores da mineração e agricultura (MONTEIRO, 1994, p. 58-59).

Isso gerou um aumento do número de bandeiras do início do século XVII. Pode-se verificar esse crescimento no Gráfico 01, em que se percebe um aumento expressivo do número de bandeiras para o período entre os anos 1600 a 1624 (18,09%) quando comparado com os outros dois períodos destacados para o século XVI.

De acordo com as Atas da Câmara da Vila de São Paulo, a Bandeira de Nicolau Barreto (índice 18) se encontrava nas imediações do rio Piquiri em 1603, próximo da Vila de Cidade Real do Guairá, quando este voltava do território paraguaio (TAUNAY, 1924, p. 185-187; ATAS, vol. 2, p. 130). Essa entrada teria partido de Cananéia e subido o rio Ribeira de Iguape e seguido na direção do Paraguai (ELLIS JUNIOR, 1948, p. 60-61).

Relata-se que Manuel Preto era integrante dessa entrada e aprisionou índios Tememinós nas imediações de Vila Rica do Espírito Santo (ATAS, vol. 2, p. 184). Contudo, na *Carta das Bandeiras* essa bandeira está localizada nas proximidades do rio Piquiri (Figura 5).

**Gráfico 1** – Bandeiras e Expedições entre os Atuais Estados de São Paulo e Paraná.



**Tabela 4** – Bandeiras e Expedições – Período 1600 a 1624.

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
85	D. Francisco de Souza	1600
90	Jorge Correa	1600
16	Manuel Preto	1600
17	André de Leão	1601
18	Nicolau Barreto (1602 / 1604)	1602
19	Martim Rodrigues Tenório	1607
20	Belchior Carneiro	1608
21	Sebastião Preto	1612
22	Lázaro da Costa	1613
23	Pedro Vaz de Barros	1615
24	Fernão Paes de Barros	1615
84	Fernão Paes Leme	1620
25	André Fernandes	1620
26	Antônio Bicudo	1620
27	Martim de Sá	1620
28	Antônio Castanho da Silva	1622
29	Henrique da Cunha (Gago)	1624

A entrada de Belchior Dias Carneiro (índice 20) está localizada na bacia do rio Tietê (Figura 5), conforme Taunay (1924, p. 188-190). Contudo, há divergências em relação ao posicionamento dessa Bandeira devido à real localização da região conhecida como dos índios Bilreiros. As Atas da Câmara da Vila de São Paulo confirmam a saída de Belchior Dias para o sertão (ATAS, 1915, v. II, p. 235-236) e seu inventário realizado no sertão menciona que este estaria na região dos índios Bilreiros (INVENTÁRIOS, 1920, v. 2, p. 196-197), que segundo Neme (1969, p. 17-21), situa-se no noroeste / norte do Estado de São Paulo e Sul de Goiás.

Em 1554, três padres jesuítas foram enviados para entrar em contato com os índios conhecidos como Ibirajaras ou Bilreiros, dentre estes estavam os padres Pero Corrêa e João de Souza. Eles entraram por Cananéia e posteriormente seguiram o caminho dos espanhóis. Estes índios despertaram maior interesse dos padres jesuítas por serem mais aptos à catequese, por não praticarem a antropofagia, o poligamismo e serem de convivência mais amigável. O contato possibilitaria o acesso ao Rio da Prata através das terras dos Carijós ou Guaranis (ANCHIETA, 1933, p. 74-84).

Taunay (1925, p. 29) comenta que Vila Rica do Espírito Santo foi fundada em terra dos Ibirajaras. Seguindo a indicação do próprio Taunay e das cartas do padre Anchieta, conclui-se que há a possibilidade da Bandeira de Belchior Dias Carneiro ter seguido a direção do Guairá no Sertão dos Bilreiros, entre os rios Piquiri e Ivaí, proximidades de Villa Rica (ELLIS JUNIOR, 1948, p. 88-93), o que contrasta com a localização desses índios proposta por Neme (1969, p. 17-21) e Taunay (1925, p. 188-190).

A criação das Reduções Jesuíticas de Nossa Senhora do Loreto (índice d, na tabela 5) e Santo Ignácio em 1610 (índice a, na tabela 5) provocou um aumento do número de Bandeiras de aprisionamento na região entre os anos 1610 e 1624, pois havia um maior número de índios catequizados entre os rios Piquiri, Ivaí e Paranapanema, sendo estes mais cobiçados por estarem mais integrados à civilização (TAUNAY, 1924, p. 325-326; CORTESÃO, 1951, p. 209-221).

Em 1611, Pedro Vaz de Barros (índice 23) encontrava-se aprisionando índios na região de Paranambú, nas imediações de Cidade Real do Guairá e do rio Piquiri. Essa Bandeira contou com apoio de índios guairenhos, cujos caciques haviam se aliado aos paulistas (TAUNAY, 1924, p. 234). A descrição está em acordo com a localização dessa Bandeira na Figura 5.

Já em 1612, Sebastião Preto (índice 21) comandou outro ataque também nas proximidades de Cidade Real, aprisionando cerca de 600 índios (TAUNAY, 1924, p. 237-238; ELLIS JUNIOR, 1948, p. 110; MAGALHÃES, 1978, p. 95). Apesar da imprecisão dos relatos acerca dessa Bandeira, o posicionamento da mesma nas proximidades do rio Ivaí (Figura 5) está bem distante dos arredores de Cidade Real do Guairá, que se encontrava às margens do rio Piquiri.

Século XVII – 1625 a 1634 (Tabela 5, Tabela 6 e Figura 6)

O período entre os anos 1625 e 1634 foi marcado pela fundação de várias reduções jesuíticas na Província Guairanha. A partir de 1624 os jesuítas fundaram as reduções localizadas no 2º Planalto paranaense (contando do mar para o interior?), ocupando áreas que estavam às margens do rio Tibagi. Surgem nesse período as reduções de São Francisco Xavier (1624), São José (1625) e Nossa Senhora da Encarnação (1625), as quais estavam próximas às áreas em que se cultivava a erva-mate.

Pouco depois, os jesuítas reuniram as tribos próximas aos rios Ivaí e Piquiri e fundaram reduções nas proximidades de Vila Rica. Muitos índios da região abrigaram-se nas recém-criadas reduções, aproveitando a possibilidade de proteção jesuítica contra as práticas de escravidão dos moradores das vilas espanholas. Assim, surgem as reduções de São Paulo do Iniaí (1627), São Miguel (1627), Sete Arcanjos (1627), São Pedro (1627), Santo Antônio (1627), Nossa Senhora de Guanhanhos (1628), Nossa Senhora de Copacabana (1628), São Tomé (1628) e Jesus Maria (1628). Essas reduções estavam localizadas às margens de algum rio e próximas de áreas favoráveis à agricultura (CORTESÃO, 1951, p. 209-235; CHMYZ, 1976, p. 76-89; LUÍS, 1980, p. 293-294).

Tabela 5 – Reduções Espanholas

Índice	Reduções Espanholas	Fundação
a	Santo Ignácio Mini	1610
b	São Paulo do Iniaí	1627
c	São Francisco Xavier	1624
d	Nossa Senhora do Loreto	1610
e	Nossa Senhora da Encarnação	1625
f	São José	1625
g	São Miguel	1627
h	Santo Antônio	1627
i	São Tomé	1628
j	Jesus Maria	1628
l	Santa Maria	1626
m	São Pedro	1627
n	Conceição de Nossa Senhora de Guanhanhos	1627
o	Sete Arcanjos de Taiaobá	1626
p	Ermida de Nossa Senhora de Copacabana	1628

A fundação de reduções relativamente próximas entre si atraiu o interesse dos paulistas que organizaram Bandeiras para aprisionar os índios dessas reduções jesuítas (Figura 6).

Dentre essas, menciona-se em primeiro lugar a Bandeira comandada por Manuel Preto e Raposo Tavares (índice 30), que partiu da Vila de São Paulo em 1628 para aprisionar índios da região guairenha e contava com grande contingente. Essa Bandeira estava dividida em quatro companhias, comandadas por Manuel Preto, Raposo Tavares, Pedro Vaz de

Tabela 6 – Bandeiras e Expedições – Período 1625 a 1634.

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
30	Manuel Preto / Antônio Raposo Tavares	1628
31	Antônio Bicudo Mendonça / Manuel Mourato	1628
32	Simão Álvares / Salvador Pires / Brás Leme	1628
33	João Pedroso Moraes	1628
34	D. Luís de Cespedes Xeria	1628
35	D. Luís de Cespedes Xeria	1628
36	Mateus Luiz Grou	1629
37	André Fernandes	1630
38	Pedro G. Varejão / Álvaro Neto / Álvaro Rebelo	1630
39	Paulo do Amaral	1631
40	Christovão Diniz	1631
41	Antônio Raposo Tavares	1631
42	Antônio Raposo Tavares	1633

Barros e Brás Leme. Eles seguiram pelo planalto, em São Paulo e no Paraná, até cruzarem o rio Tibagi na altura de suas cabeceiras e em seguida se direcionaram para a região dos Campos de Iguazu, onde construíram uma paliçada para aprisionar os índios à medida em que fossem sendo capturados (TAUNAY, 1925, p. 74-79).

Segundo Ellis Júnior (1948, p. 128-131) e Magalhães (1978, p.100) a bandeira Matheus Grou (índice 36) fazia parte do sistema de companhias comandadas por Manuel Preto e Raposo Tavares. Com itinerário diferente do das demais Bandeiras, os integrantes da bandeira de Matheus Grou partiram de Iguape e subiram a Serra do Mar através da bacia do rio Ribeira de Iguape até alcançarem o sertão de Ibiaguira, nas cabeceiras do Ribeira (INVENTÁRIOS, 1920, vol. 7, p. 431). A localização dessa Bandeira encontra-se deslocada na Figura 06 em relação ao posicionamento descrito anteriormente, pois a mesma deveria estar localizada no alto Ribeira e está posicionada na bacia hidrográfica litorânea.

Após 4 meses aprisionando índios *bravos* da região, o ataque às reduções jesuíticas iniciou-se em Santo Antônio (índice h, Figura 6) sob o comando de Simão Álvares (índice 32) (TAUNAY, 1925, p. 81-82). Percebe-se que a localização da Bandeira de Simão Álvares está bastante deslocada da região próxima a Redução de Santo Antônio. Os ataques seguintes foram em São Miguel (índice g, Figura 6) e Jesus Maria (índice j, Figura 6), comandados respectivamente por Antônio Bicudo (índice 31) e Manuel Moura (índice 31) (TAUNAY, 1925, p. 83-88). A mesma imprecisão observada anteriormente verifica-se em relação à Bandeira de Antônio Bicudo e Manuel Moura, pois suas localizações na Carta diferem em relação às proximidades das reduções atacadas sob o comando destes (Figura 6).

Parte da imprecisão pode dever-se a uma decisão cartográfica: na impossibilidade de representar duas em espaço próximo (escrever nomes longos que se superporiam), desloca-se uma delas da posição mais plausível e, portanto, transmite-se uma impressão errônea. De qualquer forma, ficam ainda mais patentes os problemas de representar toda informação em um só mapa.

Entre os anos 1631 e 1633 ocorreu a segunda fase da invasão à Província do Guairá com ataques às reduções res-

tantes e às vilas espanholas através das bandeiras comandadas por Raposo Tavares, Christovão Diniz (índice 40), Paulo do Amaral (índice 39) e Pedro Gonçalves Varejão (índice 38), identificadas na Figura 6 (TAUNAY, 1925, p. 92, p. 126-129, p. 147).

Tendo em vista também a localização das bandeiras que participaram do primeiro ataque à Província do Guairá, traçou-se uma possível trajetória de deslocamento dessas (Figura 6). Excluem-se, dentre as bandeiras da segunda fase, a Bandeira de João Pedroso de Moraes (índice 33) devido à imprecisão, ainda maior que as outras, de sua localização no levantamento bibliográfico.

Esses ataques provocaram a retirada de cerca de 12.000 índios que estavam concentrados nas reduções de Nossa Senhora do Loreto (índice d) e Santo Ignácio Mini (índice a) para a região dos Tapes (próxima aos rios Paraná e Uruguai) através do rio Paraná, conduzidos pelo padre Montoya. Já os colonos espanhóis cruzaram o rio Paraná e fundaram outras vilas na região paraguaia (LUÍS, 1980, p. 328-333; MONTOYA, 1985, p. 134-140).

### **Conclusões**

O resultado permitiu confirmar as imprecisões apontadas por Taunay, algumas falhas na confecção desse mapa, e também determinar pontos adicionais através do uso de recursos extras recorrendo aos textos (consultados e citados acima); à análise da orografia, hidrografia e outros, melhorando a determinação de itinerários para um novo ensaio de carta, cuidando melhor os aspectos cartográficos.

Entre as melhorias da legibilidade está a representação de um espaço geográfico menor (atuais Estados de São Paulo e Paraná), ampliando a divisão temporal, por épocas e contando com o acesso a recursos da cartografia digital, não disponíveis na época de Taunay. Dentre esses, há a possibilidade de ampliação da escala, concomitante à análise de demais informações que o Sistema de Informações Geográficas (SIG) permite.

Como produto final, dispõe-se de mapas diversos com a localização das Bandeiras para os séculos XVI, XVII e XVIII, onde se apontam algumas divergências com a carta de Taunay e algumas tentativas de determinação dos antigos caminhos de índios (Peabiru). Além disso, o trabalho contribui para o aprofundamento das pesquisas relacionadas à elaboração dos itinerários das entradas e bandeiras paulistas e da metodologia para a determinação desses itinerários.



Figura 01 – TAUNAY, Afonso D'Escagnolle (org.). Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas: Séculos XVI – XVII – XVIII. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922, 1 mapa, color, 96 x 101 cm, 9078 x 8482 pixels, 24,9 MB, jpg. Escala 1:5.500.000.



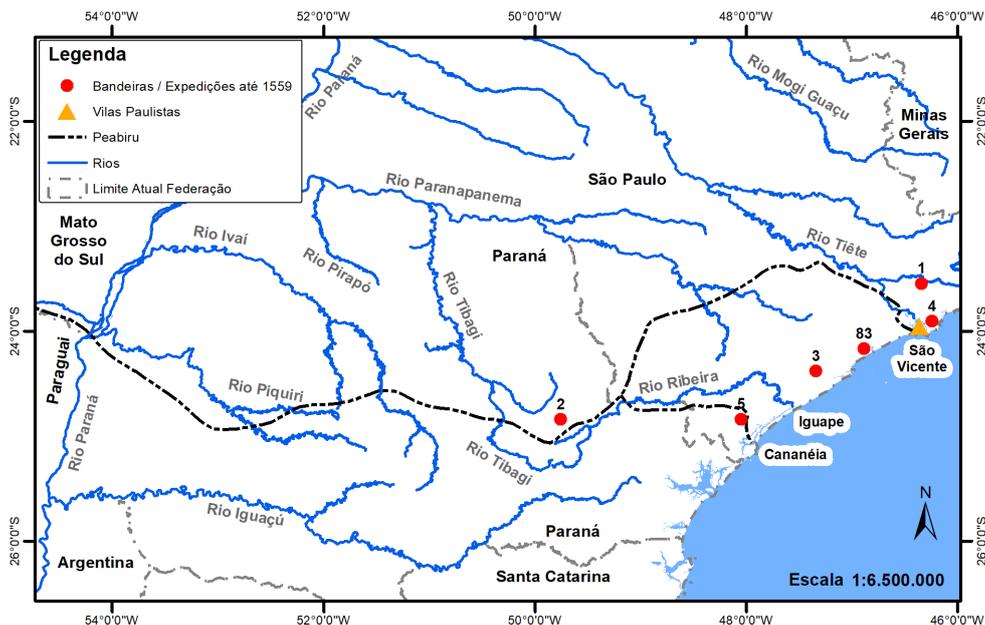


Figura 03 – Bandeiras e Expedições – Período 1500 a 1559. Reconstituição feita na presente pesquisa. Escala 1:6.500.000. Coordenadas Geográficas. Datum horizontal: SIRGAS 2000<sup>2</sup>.

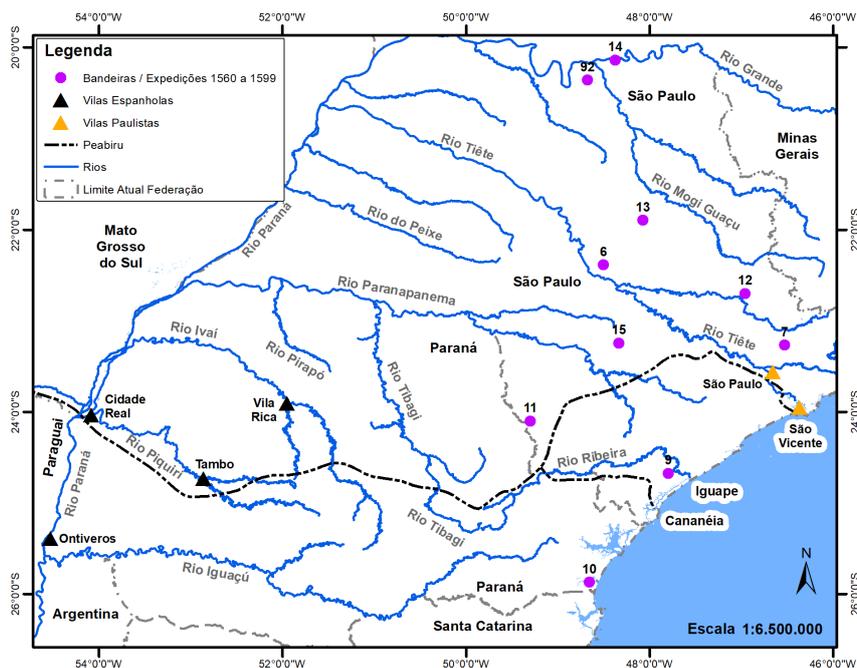


Figura 04 – Bandeiras e Expedições – Período 1560 a 1599. Reconstituição feita na presente pesquisa. Escala 1:6.500.000. Coordenadas Geográficas. Datum horizontal: SIRGAS 2000<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Fonte da Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

A localização das Bandeiras foi extraída da Carta Geral das Bandeiras Paulistas. O traçado do Peabiru está de acordo com o mapa Esboço do Itinerário de Ulrich Schmidl elaborado por Maack (2012).

<sup>3</sup> Fonte da Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

A localização das Bandeiras foi extraída da Carta Geral das Bandeiras Paulistas. Os posicionamentos das vilas espanholas estão segundo CHMYZ (1976). O traçado do Peabiru está de acordo com o mapa Esboço do Itinerário de Ulrich Schmidl elaborado por Maack (2012).

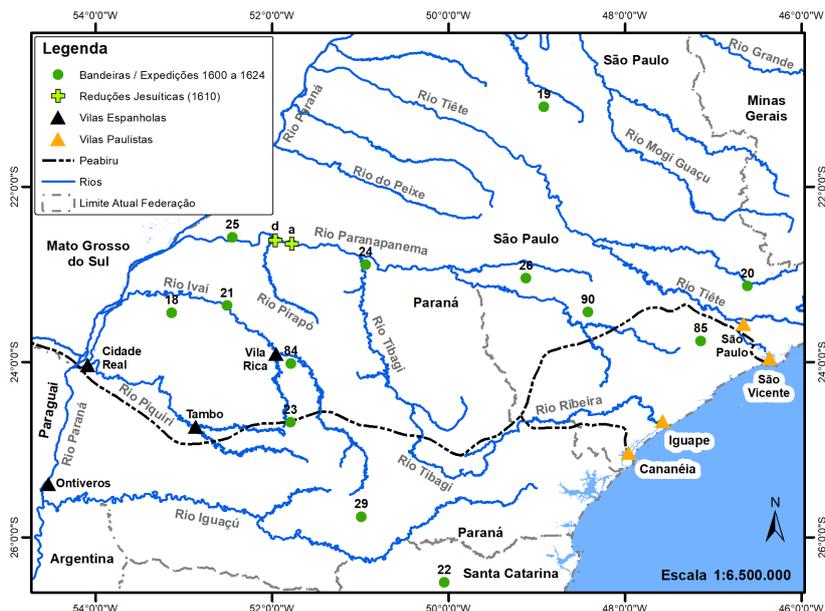


Figura 05 - Bandeiras e Expedições – Período 1600 a 1624. Reconstituição feita na presente pesquisa. Escala 1:6.500.000. Coordenadas Geográficas. Datum horizontal: SIRGAS 2000.<sup>4</sup>.

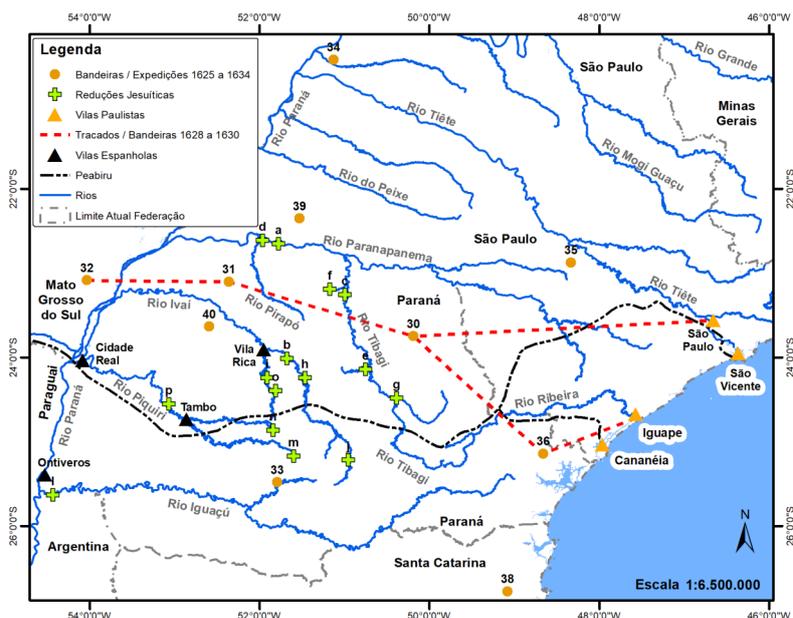


Figura 06 - Bandeiras e Expedições – Período 1625 a 1634. Reconstituição feita na presente pesquisa. Escala 1:6.500.000. Coordenadas Geográficas. Datum horizontal: SIRGAS 2000.<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Fonte da Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

A localização das Bandeiras foi extraída da Carta Geral das Bandeiras Paulistas. Os posicionamentos das vilas espanholas e reduções jesuíticas estão segundo CHMYZ (1976). O traçado do Peabiru está de acordo com o mapa Esboço do Itinerário de Ulrich Schmidl elaborado por Maack (2012).

<sup>5</sup> Fonte da Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

A localização das Bandeiras foi extraída da Carta Geral das Bandeiras Paulistas. Os posicionamentos das vilas espanholas e reduções jesuíticas estão segundo CHMYZ (1976). O traçado do Peabiru está de acordo com o mapa Esboço do Itinerário de Ulrich Schmidl elaborado por Maack (2012).

## Referências Bibliográficas

- ACTAS da Câmara da Villa de São Paulo. São Paulo: 1596 – 1622. Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 2, São Paulo, 1915.
- CABEZA DE VACA, Álvaro Nunes. Naufrágios & Comentários. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- CALÓGERAS, João Pandiá. As Minas do Brasil e sua Legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
- CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- GASPAR, Joaquim Alves. Cartas e Projeções Cartográficas. Lisboa: Lidel, 2005.
- CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Cadernos de Arqueologia*, Paraná, no. 1, p.7-103, 1976.
- CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: Perspectivas Cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 63-77, jul.-dez., 2009.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio século de bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- INVENTÁRIOS e Testamentos. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo: Tipografia Piratininga, São Paulo, v. 2, 1920.
- INVENTÁRIOS e Testamentos. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo: Tipografia Piratininga, São Paulo, v. 7, 1920.
- LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Ponta Grossa: UEPG, 2012.
- MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O Ouro na Capitania de São Vicente nos Séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XX, p.9-135, 1966.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MONTERIO, J. M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTOYA, Antônio Ruiz de. Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- NEME, Mário. Notas de Revisão da História de São Paulo: século XVI. São Paulo: Editora Anhambi, 1959.
- NEME, Mário. Dois Antigos Caminhos de Sertanistas de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXIII, p. 7-100, 1969.
- PINTO, Adolfo Augusto. História da Viação Pública de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.
- SILVA, Moacir Malheiros Fernandes. Geografia dos Transportes no Brasil. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1937.

\_\_\_\_\_. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal H. L. Canton, v.1, 1924.

\_\_\_\_\_. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal H. L. Canton, v.2, 1925.



## Construção de maquete topográfica em mdf da região central da cidade do Rio de Janeiro em 1900 (RJ - Brasil)

**Gustavo Mota de Sousa\***  
gustavoms@ufrj.br

**Mateus Ribeiro Rodriguez\***  
mribeiro.rodriguez@gmail.com

**Laísa de Deus Abrahão\***  
lalazinha320@hotmail.com

**Paulo Márcio Leal de Menezes\***  
pmenezes@acd.ufrj.br

### Resumo:

A cartografia histórica é a área que se ocupa dos estudos de paisagem em um tempo pretérito, compreendendo, dentro dos estudos geográficos, uma área favorável à observação do desenvolvimento da paisagem. Este trabalho tem como finalidade, se utilizar de elementos cartografia histórica, bem como uma revisão bibliográfica sobre a história local, para apontar as principais características da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. O recorte espaço-temporal escolhido foi o Centro do Rio, no ano de 1900, ano de publicação da Planta da Cidade do Rio de Janeiro, utilizada para a análise territorial. Dessa forma, foi criado um modelo digital com o objetivo de se construir uma maquete, representativa da paisagem carioca de então, utilizando de ferramentas da Cartografia Digital, que proporcionaram etapas importantes como extração das curvas de nível, quadras e linha de costa através de vetorização em ambiente SIG. Essas etapas favoreceram a construção da maquete como um objeto de análise espacial tridimensional representativo da realidade histórica. A construção de uma maquete pode contar ainda com diversos tipos de materiais, tendo sido escolhidas as folhas de MDF, com espessura de 3mm cortadas e gravadas em cortadora a laser no FabLab da Casa Firjan, localizada em Botafogo, Rio de Janeiro/RJ. Como resultados, são geradas representações cartográficas tridimensionais com base na planta de 1900.

### Palavras-chave:

Maquete, Centro do Rio, Cartografia Histórica.

### Abstract:

The Historical Cartography is the subject focused in the studies of historical landscapes within the geographic science in an approach that comprehends the observation and development of determined land. The object in this work is to evaluate the different elements in the Historical Cartography, due to bibliographic literature about the local history of the city of Rio de Janeiro, presenting the land development and changes occurred along the 20th Century. The region chosen for the analysis is the Downtown, during the year of 1900, the year of the "Carta Cadastral" production, a map built by a governmental commission to describe the region and all its territorial characteristics. To accomplish this objective, we created a digital model of this map, to build a maquete, a spatial model made in MDF, presenting mainly the ancient hills that was removed during the century by urban reforms. The stages consisted in the vectorization and digitalization of isolines, city quarters and coast lines, using GIS tools. That stages generated the spatial model of the historical landscape of the region, cutted and built using a laser cutter machine, available in the "FabLab - Casa Firjan", located in Botafogo, Rio de Janeiro/RJ

### Key words:

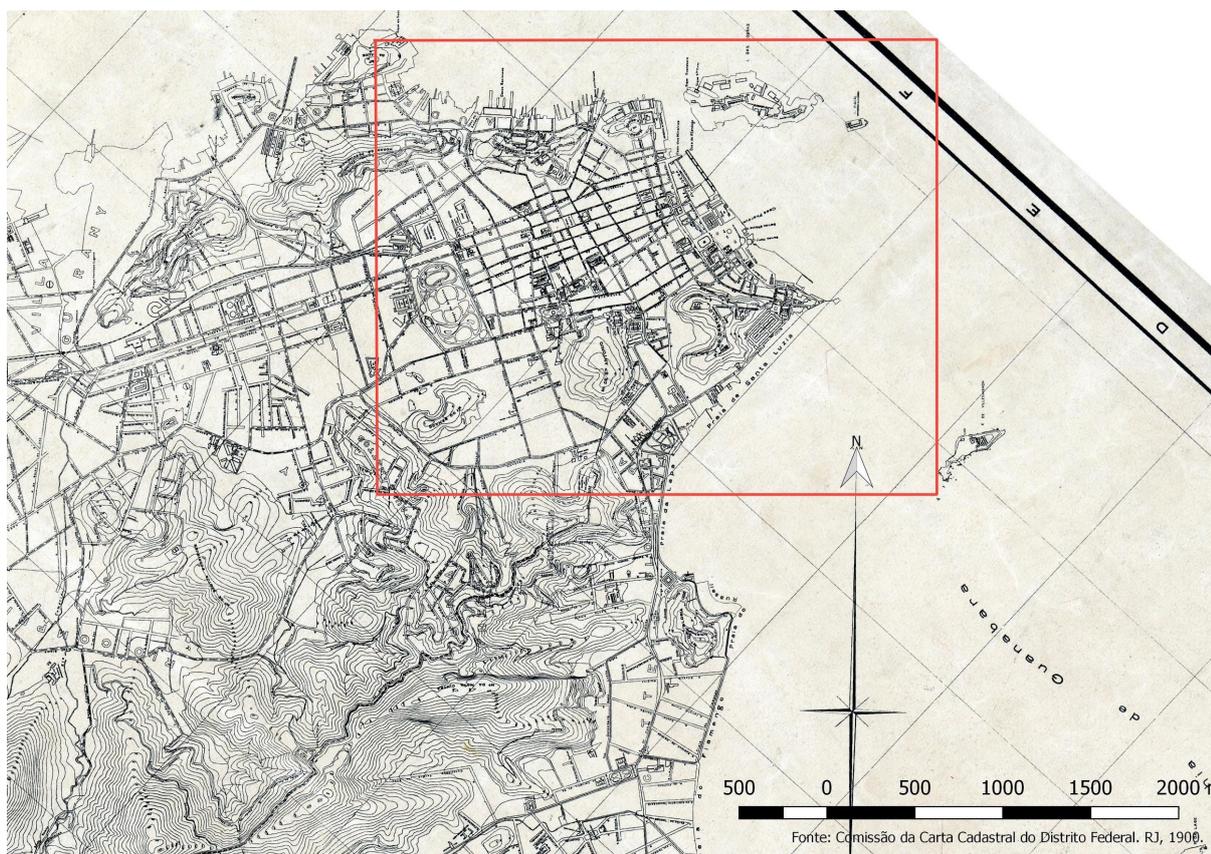
Historical Cartography; Topographic Model; Rio de Janeiro;

---

\* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Departamento de Geografia– Instituto de Agronomia, Laboratório de Cartografia – GeoCart

### Introdução:

O Rio de Janeiro apresenta, em sua estrutura, mudanças cruciais para a documentação. Essas mudanças marcam bem as feições da paisagem, que se modulam conforme o passar dos tempos, sendo uma área de vital importância para a utilização da perspectiva cartográfica histórica. A carta utilizada é data de 1900, ano que marcou o fim do século XIX, e com ele, as mais variadas formas de transição política e econômica para características mais modernas, com forte apelo industrial. O recorte escolhido para a área, então, foi o representado na figura 1:



**Figura 1:** Delimitação da área de estudo.

A Planta foi realizada pela comissão de Carta Cadastral do Distrito Federal, sob liderança do então diretor da comissão Dr Manoel Pereira Reis e apresenta os valores altimétricos da topografia do relevo utilizando o recurso gráfico das curvas de nível, que representam os morros que foram demolidos com as reestruturações urbanas. Para a utilização da cartografia histórica, alguns pontos foram levantados na análise do mapa, como forma de estudo dos elementos territoriais, dentre eles o contexto político econômico da época, as demandas sociais, a questão habitacional e o desenvolvimento urbano, lacunas que foram sendo preenchidas com o avanço do estudo bibliográfico. Esses pontos são levantados ao longo do Resgate Histórico do Rio de Janeiro.

Buscou-se ainda elucidar os conceitos de cartografia histórica, e integrar seus métodos a uma análise geográfica. Nesse ponto, foram levantadas questões sobre acurácia dos mapas históricos, a importância de se entender uma representação cartográfica e os elementos de uma representação, além de considerações acerca de técnicas em diferentes momentos históricos. Por fim, tem-se as considerações acerca dos resultados finais e suas metodologias. Assim, o trabalho subdivide-se em três momentos, sendo o primeiro um resgate histórico da cidade do Rio de Janeiro, o segundo, um estudo sobre a utilização da metodologia da cartografia histórica para uma análise geográfica, e por último as considerações finais, apresentando a metodologia empregada para a construção do produto final.

### **1 – Resgate Histórico do Centro do Rio de Janeiro:**

A importância do final do século XIX representa mais do que uma introdução a uma nova forma de estruturação da cidade, ela apresenta também fatores históricos que viriam a eclodir nos discursos impulsionadores da reforma anos a frente. É válido ressaltar que o momento político, a ruptura com a monarquia, a partir da proclamação da república, a abolição da escravidão e as novas urgências globais do capital são fortes elementos com implicação direta na cidade do Rio de Janeiro, nesse momento histórico, Distrito Federal.

“O final do século XIX não se caracterizou apenas pela multiplicação das fábricas no Rio de Janeiro. Outra face da mesma moeda, coincidiu também com o esgotamento do sistema escravista, com o conseqüente declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro e com o grande afluxo de imigrantes estrangeiros. Resultou daí um processo de crescimento populacional acelerado via migração, que agravou consideravelmente o problema habitacional da cidade, pois levou o adensamento ainda maior dos cortiços e ao recrudescimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade periodicamente.” (ABREU, 1988, p.52).

Portanto, três pontos principais devem ser levados em conta: abolição da escravidão, crescimento quantitativo de fábricas no centro do rio e concentração populacional por imigração. Basicamente, o que acontecia era um paulatino desligamento com a antiga aristocracia cafeeira e uma associação com as novas indústrias que surgiam. A principal mão-de-obra utilizada para a agricultura era o trabalho braçal realizado por negros escravizados. Com a abolição da escravidão, o decaimento da agricultura aos poucos abria espaço para o crescimento do setor industrial, que timidamente se iniciava pelo centro do rio com a produção de sapatos, chapéus e acessórios. Esse setor demandava nova mão-de-obra. A busca por essas oportunidades rendeu ao imigrante um certo objetivo para trabalho, fazendo com que crescesse o número de operários pela cidade. A concentração populacional estava ligada à oferta de empregos e o centro do rio acabou abarcando boa parte da população operária.

O final do século XIX representou então uma nova forma de estruturação urbana, que viria acoplada a uma questão habitacional ampla. O que aconteceu foi que a cidade não comportou o crescimento populacional, ou tampouco estava preparada para a modernidade vigente. A população imigrante passou a concentrar-se nos cortiços, bem como populações

mais pobres de ex-escravizados. A falta de saneamento somada ao progressivo aumento populacional, rendeu à cidade uma epidemia de febre amarela (ABREU, 1988). Com isso, um determinado discurso de higienização e saneamento começa a ganhar corpo. O ano de 1894, por exemplo, foi decisivo, quando a oligarquia cafeeira retomou o poder político, definindo-se a partir do governo de Rodrigues Alves, que indicou para prefeito da cidade um dos responsáveis pelo antigo Plano da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Começa-se assim, um poderoso momento de reformas, como nunca vistas até então. Eis o fim do primeiro ciclo da urbanização representada no trabalho: o fim do século XIX, estando cartograficamente bem marcado pela realização da Planta da Cidade, pela Comissão da Carta Cadastral. O século XX inicia-se ainda com os vestígios da Febre Amarela, e a concentração popular nas proximidades de indústrias. Novas ideias de enquadramento da cidade nos moldes do capital global e pautadas no melhoramento da estrutura urbana começaram a ferver no meio político e entre as elites. Era preciso desvincular o Rio do olhar danoso de que a cidade era sinônimo de insalubridades. Nascia um novo *status* para a cidade, que fizesse frente às rivais platinas, a nível arquitetônico, ou mesmo que fosse comparável a grandes cidades europeias. Esses elementos centrais são relacionados principalmente ao surgimento de uma nova elite, cosmopolita, arraigada à economia cafeeira, que, com seus novos impactos, buscavam na cidade um ar mais receptivo, voltado à ampliação de circulação, de pessoas e mercadorias, bem como ao uso de automóveis, com uma nova indústria que, aos poucos, ganhava expressividade entre as classes mais poderosas. A reestruturação urbana do Rio de Janeiro veio seguindo, então, uma linha de pensamento político-econômico, vinculada às elites locais.

“[A cidade] ia perdendo pouco a pouco, o aspecto pictoresco e inconfundível de grande villa portuguesa. Modificara a feia e pesada edificação colonial e banira arcaicas usanças commerciaes. Abandonara para sempre a indumentária desataviada, como que num gesto de repulsa de senhora de alta distinção. Queria ser nova e bonita, com automóveis a aguçarem-lhe a ânsia de vida farta e confortável” (NORONHA SANTOS, 1934, p. 229).

Representando as elites locais e com a mesma ideia de expansão e reestruturação carioca, a figura símbolo das renovações modernas cariocas é assumida pelo prefeito Pereira Passos, cujas reformas foram as mais impactantes até então. O plano de Reforma Passos seguiu inicialmente reorganizando estrategicamente órgãos do governo. A Comissão da Carta Cadastral, por exemplo (citada amplamente no trabalho) foi reestruturada, tornando-se instituição responsável pelo apoio logístico necessário às obras a serem realizadas, outrora denominadas “Saneamento e Embelezamento da Cidade”. Em termos práticos, essa reorganização da Comissão, agora chamada de Serviço da Carta Cadastral, contribuiu inicialmente para o recuo dos edifícios e numeração e uniformização dos planos de alinhamento de ruas.

Os planos de alinhamento visavam a ampliação de ruas e vias, bem como a ligação do centro com os demais bairros pela proximidade. Após a conclusão do arrasamento do morro do Senado, por exemplo (representado nos mapas e na maquete), foram inauguradas as ruas Mem de Sá e Salvador de Sá, ligando a Lapa ao Estácio. Foram demolidas,

entretanto, inúmeras residências de populações mais pobres nas freguesias de Santo Antônio e Espírito Santo, atingindo principalmente os quarteirões operários. Algumas outras vias podem ser citadas, como Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembléia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco, além de calçamento asfáltico em bairros como Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, ou até mesmo o próprio centro, e abertura de avenidas que possibilitariam maior acessibilidade entre áreas de zona sul - centro como a Av. Beira-mar.

A possibilidade de ampliação e construção dessas ruas foi proporcionada pela demolição de diversos cortiços, fazendo com que milhares de famílias, especialmente de populações pobres, fossem desalojadas, o que acarretou um grande problema habitacional na cidade. A intenção era a de transformação do centro da cidade em área de comércios e serviços.

“O surgimento da área central se fez pela saída voluntária de funções que ocupavam a velha cidade, principalmente a residencial, e pela penetração de atividades provedoras de bens e serviços” (MOTTA apud. CORBARI, 2008, p. 55).

Devido ao grande número de desapropriações, Passos buscou criar condomínios de operários, com aluguéis a baixo custo. Evidencia-se aqui uma das contradições espaciais providenciadas pelo estudo histórico da reforma Passos. O fato da desapropriação ter sido parcialmente resolvida pelo prefeito gerou novas contradições. A população desapropriada passou a ocupar-se de moradias situadas nos morros concentrados no centro da cidade, compondo o que hoje é uma das paisagens mais marcantes nas feições urbanas do Rio de Janeiro: a favela. Assim, a Reforma Passos representa um marco na mudança do Rio de Janeiro colonial-escravista a um novo modelo de cidade, aos moldes do capital. Demarca-se aqui, a fundamental participação do Estado na intervenção direta sobre o urbano e no incentivo à reprodução de diversas unidades do capital. O marco representado consolida o Rio de Janeiro dentro de uma modernidade cujas cicatrizes e contradições podem ser observadas até hoje na paisagem urbana carioca.

Outras mudanças ocorridas ao longo do século XX, que demarcam diferenças nas pontuações da paisagem da Planta de 1900 foram citadas por Corbari em sua tese, sendo elas a construção da Avenida Central, representando milhares de remoções, chegando a dois ou três mil prédios com numerosas famílias, populações mais pobres; o arrasamento do morro do Castelo, em 1920, com um discurso de a abertura da cidade “a novos ares” e ampliação do espaço urbano, tendo começado a ser demolido em 1904, quando perdeu sua ladeira mais íngreme para a construção da Av. Central; e, ainda a construção da Av. Presidente Vargas, datada de um período de extrema busca pela modernização do espaço urbano carioca em uma cruzada contra sua própria obsolescência, juntamente com a construção do Aeroporto Santos Dumont e da urbanização da Esplanada do Castelo (CORBARI, 2008).

## **2 - Possibilidades de análise geográfica pelo método da cartografia histórica:**

O que entende-se por cartografia histórica é o estudo de mapas antigos, mapeamentos de fenômenos em tempos

pretéritos, com representação visual de localidades e paisagens. Contextualizados os elementos, evidenciam os meios com os quais a sociedade dialogava com o espaço. Como aponta Corbari, referenciando os autores Rumsey & Williams: “o grau de acurácia de um mapa nos diz muito a respeito do estado da arte do entendimento tecnológico e científico na época de sua criação.” (RUMSEY & WILLIAMS apud. CORBARI, 2008 p. 24). Difere-se da cartografia atual, além da tecnologia, por sua própria composição. Os mapas atuais contam com diversos elementos que tornam sua linguagem mais dinâmica, e que de fato transformam o conceito da representação geográfica no que pode ser chamado de mapa, com a utilização de, por exemplo, escala, orientações, coordenadas e demais elementos de composição cartográfica.

Mapas antigos, entretanto, não são representações aquém, nem devem ser considerados errados, ignorados ou substituíveis, por conta de sua pouca efetividade com relação a fidedignidade matemática entre o planeta e o plano em que é transcrito. Sabe-se das limitações técnicas do passado, e ainda assim é necessário elucidar a relevância do estudo cartográfico histórico para o entendimento de questões sobre as quais outras linguagens não seriam suficientes. Quanto a isso, a abordagem do autor Pedro de Almeida Vasconcelos aponta:

“Para a geografia urbana histórica, a cartografia de cada época tem uma importância fundamental — apesar das imprecisões, das impossibilidades de uma mensuração correta, das diferenças de escala etc. —, porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações espaciais da cidade, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque: igrejas, fortificações, logradouros etc.” (VASCONCELOS, 1999, p.192)

Reitera-se aqui a ligação entre o desenvolvimento urbano e a cartografia, traçada pelo autor. O que se propõe, portanto é a ideia de que: estando relacionada a um determinado período histórico, a cartografia demarca seus elementos de representação e facilita, por meio da linguagem cartográfica, o entendimento de determinado fenômeno geográfico pretérito (nesse caso a paisagem urbana) pelo usuário atual do mapa. É necessário entender ainda, que a análise de mapas históricos requer um certo nível de abstração, o que significa que alguns elementos são marcas de temporalidade no objeto representado. Não é incomum, portanto, que determinados mapas carreguem consigo simbologias muito diferentes das conhecidas nos mapas de hoje, além de signos, desenhos, representações de monstros, como os traçados em mapas náuticos no tempo das navegações, que evidenciam a capacidade, quase artística, de um mapa em concentrar até mesmo uma grande carga cultural, além das tecnologias da época, representando muito mais do que posições geográficas.

O fato da reprodução cartográfica representar um determinado impacto na análise geográfica não é por acaso. A construção da metodologia cartográfica e os debates acerca do objeto da geografia permitem que essa análise seja fomentada dessa forma. Inclusive, as próprias formas de representação são, por si só, elementos centrais para o en-

tendimento geográfico. Muitas vezes essas formas são apresentadas não só na cartografia, mas marcadas diretamente na paisagem. Fazendo uma analogia ao conceito de rugosidades, para a geomorfologia, Milton Santos assimila as marcas da paisagem como resultados de um determinado modo de vida da sociedade:

“As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo.” (SANTOS, 2002, p.173)

As formas da paisagem somam-se e diferenciam-se de seus tempos anteriores. A ideia de produção e reprodução espacial põe em evidência a fluidez do espaço ao longo dos tempos, seguindo caminhos fomentados pela técnica, meios de produção e o capital. Dessa forma, mapas representam a paisagem tal como era no momento de sua elaboração. Mapas históricos são, portanto, meios pelos quais podemos analisar geograficamente paisagens antigas e mudanças ocorridas pela submissão aos modos e técnicas empregadas.

Olhar o mapa e suas representações desenvolve muito sobre a forma temporalmente contextualizada de se lidar com a paisagem, bem como as técnicas empregadas para a produção de determinadas formas espaciais, as demandas e até mesmo o modo de vida de dada população. Dados marcados na paisagem e representados por cartografias condiscentes com seus tempos.

Ainda assim, é necessário fazer ressalvas. A cartografia tende a apresentar mais elementos do que o mero posicionamento de fenômenos espaciais, mas ainda é uma forma de representação. E como tal, utiliza-se de generalizações, simplificações, fusões ou simbolizações por não poderem representar o todo em sua verdadeira grandeza (CORBARI, 2008). Outro autor que aborda o assunto, Prof. Adriano Andrade, aponta:

“Sobre os limites técnicos, eles são de várias ordens, a exemplo das imprecisões acerca do que era cartografado, é possível observar em mapas de períodos similares, crassas diferenças num dado físico (desenho litorâneo, percurso de um rio ou localização de uma unidade do relevo), ausência de informações como a presença de vilas, freguesias e pontos ou mesmo equívocos nos dados apresentados como a localização de sedes de freguesias em lugares onde já havia vilas erigida.” (ANDRADE, 2013, p.3)

A não representação do todo, não é exclusividade dos mapas antigos, os mapas atuais também não representam a totalidade com sua maior fidedignidade. Há, contudo, o surgimento de novas tecnologias, e as ferramentas do chamado SIG (Sistema de Informações Geográficas), que facilitam o estudo cartográfico com o máximo de eficácia possível dentro das limitações técnicas dos tempos atuais, aumentando a capacidade de abrangência das geotecnologias e apresentando maior potencial de conhecimento territorial.

Tomando, então, como proposição uma análise contundente dos mapas históricos, é possível se fazer utilização de

novas tecnologias que auxiliem na reprodução desses mapas em outros materiais, ou mesmo a análise, por meio de ferramentas em ambiente SIG. A expansão tecnológica permite que as geotecnologias revisitem mapas históricos sob novas perspectivas e possam extrair mais informações sobre as condições espaciais do período ao qual pertence o objeto. Salienta-se também a importância da utilização de outras formas documentais para a aquisição de dados sobre o recorte espaço-temporal utilizado, seja por meio de gravuras, fotografias, textos ou livros que possibilitem o estudo da área escolhida.

A escolha da construção de uma maquete, por exemplo, favoreceu a aproximação entre o teor técnico do ano de 1900 no Rio de Janeiro, por meio da Planta da Cidade realizada pela Carta Cadastral do Distrito Federal, e as novas tecnologias de produção de materiais, utilizando-se de uma cortadora à laser para a produção final, ou seja, a representação tridimensional do Centro Histórico do Rio em folhas de MDF 3mm. A metodologia utilizada pode ser observada na figura 2:

A cartografia histórica é tratada aqui, então, como uma forma de representação de uma determinada paisagem, em todos os marcos e rugosidades apresentados pela Planta. A metodologia ramificou-se a partir da delimitação do recorte espaço-temporal, tendo sido escolhidos o Centro Histórico do Rio de Janeiro no ano de 1900. Definido o recorte, a linha da pesquisa dividiu-se entre o aparato técnico, seguindo para a vetorização das camadas representadas na Carta, e o aporte teórico proporcionado pela caracterização da área de estudo, com a aquisição de dados históricos sobre a área, tendo sido utilizados nessa etapa primeiramente o livro “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, de Maurício de Abreu, e a tese de doutorado de Douglas Corbari.

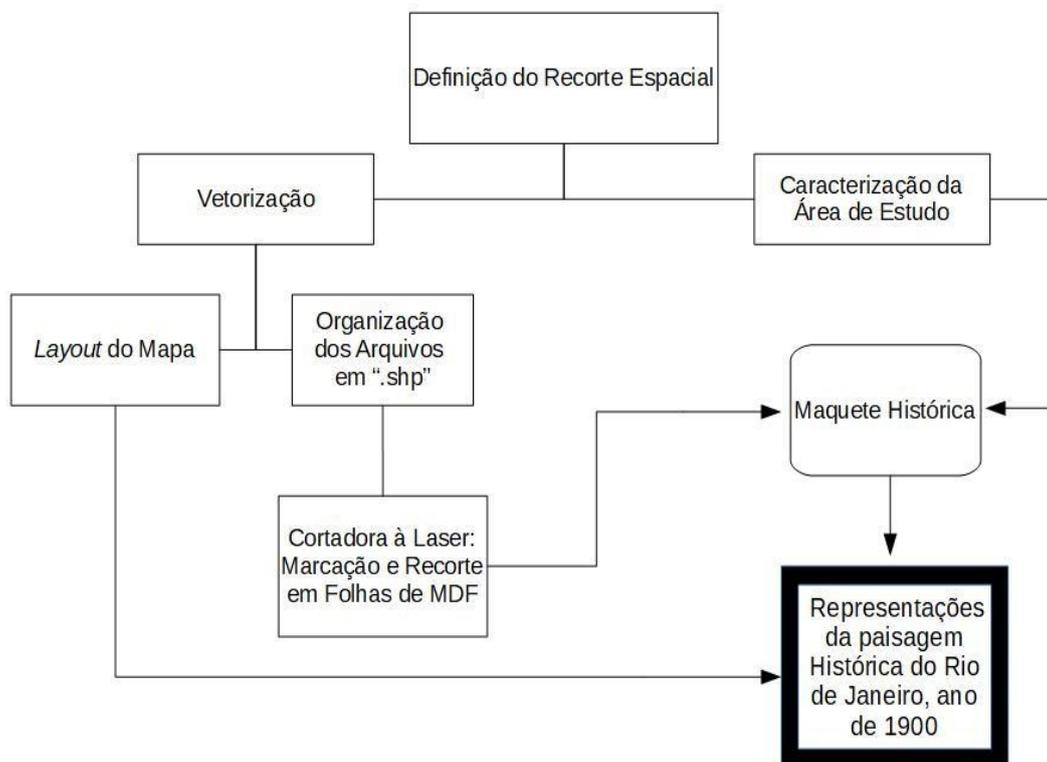


Figura 2: Fluxograma Metodológico.

A partir, então, da vetorização, foram construídos dois caminhos: o primeiro foi o *layout* do mapa vetorizado, utilizado para fins de observação bidimensional, o segundo foi relacionado à organização dos vetores gerados, no programa da cortadora a *laser*, *RDWorks*. Com os vetores devidamente recortados foi possível construir a maquete, entendendo a importância da reunião de dados históricos, gerando a Maquete Histórica, como ferramenta de representação tridimensional da área de estudo. Por fim, com todos os dados reunidos, o *layout*, como representação bidimensional e a maquete em três dimensões, pôde-se efetivar os estudos no recorte desejado, a Paisagem Histórica do Rio de Janeiro no ano de 1900.

A construção da maquete partiu da sobreposição das camadas. Inicialmente, marcando as quadras, as curvas de nível e linhas de costa em folha de MDF, utilizando a cortadora a laser. Essa marcação deu origem à base (Figura 3). Já as curvas de nível foram feitas por recorte (Figura 4), também na cortadora, tendo sido sobrepostos, formando o relevo da época, proporcionando uma fácil visualização dos elementos da paisagem, apresentando os fatores citados pelas fontes históricas em um plano tridimensional.



Figura 3: Marcação da Planta na base da maquete

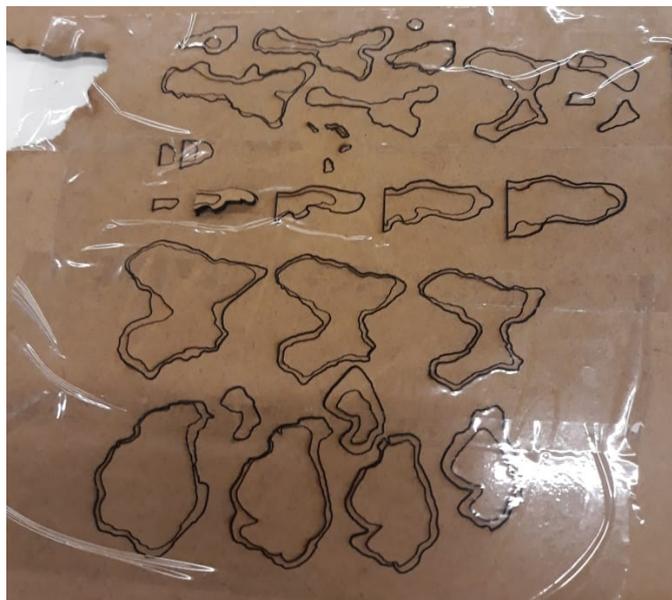


Figura 4: curvas de nível

### 3 – Resultados e considerações finais

O uso da maquete como produto final amplia a bidimensionalidade apresentada pelo mapa. Alguns elementos podem ser de mais fácil visualização, como o caso dos relevos. Além de uma facilitação na observação da paisagem que, se levadas em consideração as mudanças ocorridas, apresentam forte contraste. O layout do mapa bidimensional pode ser observado na figura 5:

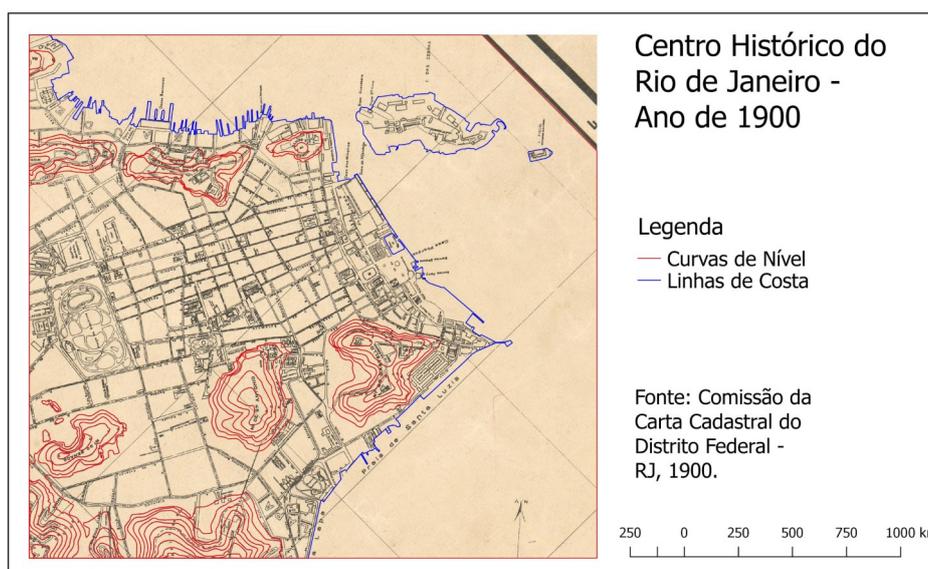


Figura 5: Layout do mapa histórico

Como produto final, a representação tridimensional do mapa apresentado, que caracteriza a Maquete Histórica do Rio de Janeiro no ano de 1900, é apresentada na figura 6:



**Figura 6:** maquete do centro histórico do Rio de Janeiro, ano de 1900.

A utilização dos novos meios de produção cartográfica, mesclados a mapas históricos, evidencia, portanto, o caráter interdisciplinar da cartografia histórica, articulando discussões da geografia histórica com o meio técnico da cartografia e com a construção de uma ferramenta didática. Construir a maquete representa, então, uma possibilidade de ramificação da linguagem cartográfica para outros meios, facilitando a observação do usuário, e, neste caso, possibilitando a reconstrução imagética de um determinado tempo histórico.

#### **Referências Bibliográficas:**

- ABREU, M. A. (org.). A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 2.a Ed. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1988. 147 p.
- ANDRADE, A. B. A. Cartografia Histórica como instrumento para análise de configurações espaciais pretéritas. O uso de mapas conjecturais. V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Petrópolis, 2013. 17 p.
- MOTTA, M. P. O Centro Comercial do Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XIX – Reflexões sobre a Noção de Área Central na Cidade do Passado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ. 2001.
- NORONHA SANTOS, F. A. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1934 vol. 2. p. 229.
- RUMSEY, D.; WILLIAMS, M. Historical Maps in GIS. In: KNOWLES, A. K. (editor). Past Time, Past Place: GIS for History. Redlands, California: ESRI press, 2002. P. 1
- SANTOS, M. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP, 2002
- VASCONCELOS, P. A.. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999, p.191-201.



## Princípios para traçado dos itinerários de entradas e bandeiras

**Lucas da Costa Machado Rios**

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
lucas.machado.rios@usp.br

**Jorge Pimentel Cintra**

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
jpcintra@usp.br

### Resumo:

A ocupação e posse da Capitania de São Paulo, através da abertura de caminhos no período colonial, foram determinadas pelas entradas paulistas para o interior do continente, envolvendo interação entre portugueses e índios, aproveitando em muitos casos as trilhas já abertas por estes desde tempos remotos. Essas trilhas determinaram as diretrizes dos caminhos pelos quais passaram depois as tropas de mulas e os carros de bois, e ao longo dos quais foram surgindo povoações, que se tornaram vilas e mais tarde cidades.

O descobrimento da prata em Potosí e a possibilidade desse e de outros metais e pedras incitou a imaginação e fomentou o deslocamento para o sertão, principalmente após o incentivo de D. Francisco de Sousa (ca. 1540-1611), sétimo governador do Brasil e Marques das Minas. Mediante sua organização direta aconteceram as bandeiras de André de Leão e de Nicolau Barreto. A essas seguiram-se muitas outras, particulares, que somaram ao ouro, a busca e o aprisionamento de índios, como escravos para o cultivo da terra.

O aumento do número de deslocamentos foi fixando rotas, e os caminhos se tornaram vias de comunicação com traçado mais definido. A formação escarpada do relevo dessa região que estudamos (atuais estados de São Paulo e Paraná) também contribuiu para essa definição pois a comunicação se dava através de vales fluviais conhecidos como boqueirões em direção ao Oeste, facilitando a transposição de serras como a da Boa Esperança.

Autores como Alfredo Ellis, Orville Derby e Affonso de Taunay tentaram estabelecer o traçado desses caminhos, encontrando-se dificuldades devido a vários fatores como a vaguidão das informações e amplitude geográfica de certos topônimos. O mapa, elaborado por Taunay em 1922 e denominado *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, é um exemplo que traduz essas dificuldades. O presente trabalho é uma tentativa de melhorar, em parte e numa pequena extensão, esse ensaio.

A presente pesquisa teve assim como objetivo estabelecer princípios para o traçado dos itinerários das Bandeiras, com sua aplicação prática para a região compreendida entre os atuais Estados de São Paulo e Paraná entre o século XVI e meados do século XVIII, através dos recursos da cartografia digital aliado à identificação dos pontos obrigados, pontos necessários de passagem, método que é utilizado pela engenharia de estradas na etapa de reconhecimento

de uma região e definição das diretrizes para o traçado de novas estradas. Aos critérios atuais somam-se outros apontados na presente pesquisa.

Para tanto, foram tidas em conta informações de caráter geográfico sobre a região estudada, como são a localização das vilas castelhanas existentes desde os primórdios, as regiões ocupadas pelos índios, os rios e as missões jesuíticas, ponto de destino ou passagem das bandeiras. Esses dados constituíram um banco de dados integrado através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) o qual permitiu análise de possíveis alternativas de caminhos, confrontando os dados históricos com as informações contidas em mapas históricos diversos dessa região, comparados entre si e com mapas atuais.

O método partiu do estudo e fichamento de topônimos dos relatos e fontes primárias como os Inventários e Testamentos dos bandeirantes, o Registro Geral e as Atas da Câmara da Vila de São Paulo e os relatos dos padres jesuítas, estabelecendo assim referências toponímicas buscadas também em mapas sertanistas. Isso resultou em um conjunto de referências geográficas que foram posteriormente identificadas nos mapas atuais.

Em paralelo, fez-se a análise da topologia dos caminhos nos mapas através do Modelo Digital de Terreno (MDT), segmentando-os por bacias hidrográficas. O estudo da morfologia dessas bacias permitiu a localização de elementos como: linhas de cumeada, contrafortes, espigões, talwegues, vales, gargantas ou colos, rios, afluentes, etc.

Muitos desses elementos constituíram os pontos obrigados de passagem como gargantas e espigões e direção geral de rios que norteavam os deslocamentos. Em nível de detalhe também se dá o fugir de margens e locais alagadiços, principalmente na época de chuvas. Esses critérios funcionam analogamente aos empregados em nossos dias para o traçado de estradas. Após a identificação desses pontos na cartografia, essas informações foram integradas ao SIG e analisadas juntamente com os resultados relacionados à conformação da topografia da região e as referências toponímicas encontradas nos relatos históricos e nos mapas antigos.

Nesse contexto, uma análise dos obstáculos físicos que motivaram determinados traçados de caminhos antigos contribuiu na compreensão das razões para a materialização dos mesmos, norteados também pelo traçado que produz menores distâncias entre pontos obrigados. Nota-se que esses caminhos, com pequenas variantes, persistem até os nossos dias.

**Palavras-chave:**

Bandeirantes, caminhos, topologia, cartografia digital.

Página em branco

